

Anais do IV Encontro de Pesquisa em História da UFMG

Simpósios Temáticos 11 a 15

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG
Belo Horizonte
2015**

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

Departamento de História

Chefe: Ana Carolina Vimieiro Gomes

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Leandro Duarte Rust (UFMT)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Raquel Costa Santos (UESB)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Renato Pinto Venâncio (UFMG)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Tiago Luís Gil (UnB)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)
Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Cássio Bruno de Araújo Rocha
Igor Barbosa Cardoso
Márcio Mota Pereira
Maria Visconti Sales
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira
Valdeci da Silva Cunha

Diagramação

Cássio Bruno de Araújo Rocha
Valdeci da Silva Cunha

Capa

Valdeci da Silva Cunha

Site/Banco de Dados
Cássio Bruno de Araújo
Valdeci da Silva Cunha

ST 11: Religião e Religiosidades: entre práticas e institucionalizações

Vanderley de Paula Rocha

Mestrando (UEPG) /vanderleypr05@yahoo.com.br

Ronualdo da Silva Gualiume

Mestrando (UEPG) /ronualdo_gualiume@hotmail.com

Sumário

ST 11: Religião e Religiosidades: entre práticas e institucionalizações

Curandeiros e Profetas em Johannesburgo: diversidade religiosa entre práticas e conflitos

Alexandre Assuane Duarte; Gilma Maria Rios

617

O Caraça de Padre Julio Clavelin e sua nova política de ensino e de educação religiosa: influência neogótica nas Minas do Oitocentos

Carolina de Almeida Silva

624

A paisagem religiosa na gênese das cidades na Zona da Mata Mineira oitocentista
Flávio Augusto de Freitas Teixeira

636

Sociabilização, distinção e fé: irmandades leigas e família parental na organização dos ritos fúnebres em Mariana (1748-1848)

Karina Aparecida de Lourdes Ferreira

644

A Representação da Mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento

Miriã Noeliza Vieira

654

O abraço sagrado da Senhora das Batalhas: representações da deusa Inanna na Antiga Mesopotâmia

Simone Aparecida Dupla

660

A Congregação da Missão de São Vicente de Paulo e o processo de reforma da Igreja Católica nas Minas oitocentistas

Thales Contin Fernandes; Flávio Augusto de Freitas Teixeira

667

Festa e religiosidade: as celebrações em honra ao Divino em Ponta Grossa/PR

Vanderley de Paula Rocha

676

A construção do movimento jeovense enquanto movimento messiânico
Victor Augusto Lage Pena

686

ST 12: Dinâmicas da conquista: identidades, etnicidades e mestiçagens nos domínios ibéricos

Objetos brasílicos: pinturas, gravuras e mapas na coleção do comerciante Mathijs van Ceulen (Amsterdã, 1631-1644)

André Onofre Limírio Chaves

697

Objetos como agentes mediadores: a coleção de Johan Maurits van Nassau-Siegen
Carolina Vaz de Carvalho

709

Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos

Vanicléia Silva Santos; Mariana Rabêlo de Farias

720

O mundo em conexão: a experiência colonial portuguesa em Goa e sua relação com demais domínios ultramarinos

Ana Paula Sena Gomide

729

ST 13: Política, Cultura, Economia e Sociedade nas Américas nos séculos XIX e XX

Bahia cinematográfica: entre o moderno e a tradição

Ana Luisa de Castro Coimbra

739

A Inconfidência Mineira no governo Vargas: batalhas de memória e construção de representações

André Barbosa Fraga

749

O regime Stroessner e os movimentos de resistência

Bruna Reis Afonso

758

Percursos da repressão criminal urbana no Brasil (1880 – 1940)

Camila Similhana Oliveira de Sousa

764

Exílio e literatura em *Mariel*: uma análise de *Final de un cuento*, de Reinaldo Arenas

Caroline Maria Ferreira Drummond

776

Paul Groussac e a literatura de viagem: considerações acerca de *Del Plata al Niágara*

Daiana Pereira Neto

787

Batalhas de representações nos periódicos chilenos *La Nación* e *El Mercurio*: desinstitucionalização e legitimidade democrática no governo da Unidade Popular

Emmanuel dos Santos

797

Historiografia, usos políticos do passado e Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos

Henrique Rodrigues de Paula Goulart

808

Epistolários indígenas: a (des)construção da memória

Bruna Neto Soares; Ian Anderson; Wellerson Barbosa

815

Sandinismo: história, teoria e prática

Igor Santos Garcia

827

Vídeo-arte e literatura de testemunho no Chile: um estudo da obra *El padre mío*

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

834

Sem rosto, mas não sem voz: identidade e discurso no Exército Zapatista de Libertação Nacional

Júlia Melo Azevedo Cruz

847

Os clubes juvenis rurais no Brasil, Argentina e Costa Rica e seus diálogos com os 4-H norte-americanos - Décadas de 1950 a 1970

Leonardo Ribeiro Gomes

857

A revista *Chiapas* e o Exército Zapatista de Libertação Nacional: o debate sobre a questão agrária no sul do México

Mahira Caixeta Pereira da Luz

868

A revista *La Quinta Rueda* e o debate sobre política cultural na “via chilena para socialismo

Maíra Máximo Nascimento

879

O feminino no cinema cubano a partir da análise dos filmes: *Hasta cierto punto* (1983) e *Retrato de Teresa* (1979)

Natália Iglésias da Silva Scheid

891

Trajetórias literárias na Cuba revolucionária: os casos de Alejo Carpentier e Severo Sarduy...

Pedro Henrique Leite

903

Um fator de degeneração racial: a sífilis sob a perspectiva médica-eugenista

Priscila Bermudes Peixoto

914

ST 14: História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino

Conceitos, métodos e fontes para uma pesquisa histórica de reconstituição de trajetórias de professores do sertão do rio Doce na Capitania de Minas Gerais

Bruno Duarte Guimarães Silva

921

Introduzindo documentação manuscrita nas aulas de História – Ensino básico

Gabriel Afonso Vieira Chagas; Luíza Rabelo Parreira

932

Formação profissional para a indústria: a primeira Escola SENAI em Minas Gerais

Gizele Maria dos Santos; Maria Clara Caldas Soares Ferreira

937

O futebol como tema histórico na Educação de Jovens e Adultos

Laura Jamal Caixeta; Gabryel Augusto Teófilo Batista Real; Adair Rodrigues Amaral Junior; Meiriele Cruz

943

O processo de escolha do livro didático de História: o ponto de vista dos professores

Paula Ricelle de Oliveira

950

Imprensa operária e educação: um estudo sobre a educação de trabalhadores em Belo Horizonte durante a Primeira República (1897-1930)

Renata Garcia Campos Duarte

962

História, cinema e ensino: uma abordagem para a Educação Básica

Luciana Lourenço de Souza; Rúbia Carla dos Santos Dias

974

Enunciados históricos sobre a Conjura Mineira na história e no ensino de história (1843-1897)

Geisiane Anatália Gomes; Helenice Afonso de Oliveira

984

A configuração histórica do bairro Santo Antônio e seus reflexos na Escola Municipal Wilson Pimenta Ferreira. Um estudo interdisciplinar sobre a precarização do ensino básico público e a marginalização do espaço na cidade de Mariana - Minas Gerais

Pedro Henrique Montebello Pereira Martins

993

Carlo Ginzburg e a microhistória em sequências didáticas para o ensino de História

Maria Renata de Alvarenga Guimarães Teixeira

1002

Psicologia científica em benefício às boas práticas educacionais: difusão dos saberes científicos na educação mineira – 1925 a 1940

Luã A. S. Lança

1011

ST 15: História da África e ensino no Brasil III

Estruturas de poder em Angola entre os séculos XVII-XVIII.

Edgleice Santos da Silva

1018

As práticas religiosas e suas conexões com os aspectos sociais, políticos e jurídicos na Guiné

Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Greitas

1025

A província de Moçambique e o trabalho forçado

Lorena Dias Martins

1037

A Etiópia para além das utopias: um estudo do vocabulário de *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*, enquanto suporte ideológico do Império Português

Thays Alves Rodrigues

1041

Curandeiros e Profetas em Johannesburgo: diversidade religiosa entre práticas e conflitos

Alexandre Assuane Duarte

Graduando em Medicina

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos- IMEPAC Araguari

alexandreassuane@hotmail.com

Gilma Maria Rios

Doutora em História pela UFMG

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC Araguari

riosmaria@ig.com.br

RESUMO: Esta pesquisa faz parte de um estudo que se iniciou a partir da observação da religiosidade na África do Sul, precisamente, nas cidades de Johannesburgo e Pretória. Tal apreciação ocorreu de uma visita nestas cidades, quando anfitrião pelo Projeto “Life for All” (Vida Para Todos). Deste modo, este estudo busca analisar as mais frequentes práticas religiosas – profetas e curandeiros, e suas influências na vida, na conduta e no bem-estar da população de Johannesburgo e Pretória. Para alcançar o intento proposto foram feitas visitas a grupos religiosos e levantamento dos textos escritos e que circulam no espaço social das referidas cidades com o intuito de embasar as análises da investigação. Em toda a África, a fé e a religiosidade fazem parte da cultura dos povos tribais e não tribais. A África do Sul é o país mais desenvolvido e se destaca pelo apoio de espaços destinados à espiritualidade. Johannesburgo é o centro econômico e financeiro da África do Sul, com grandes Igrejas, onde se destaca também, os populares profetas e curandeiros tradicionais. A religiosidade e as culturas tradicionais são fatores que influenciam diretamente a vida da grande maioria da população africana. A procura por profetas e curandeiros consiste na influência de relatos de conhecidos na busca de respostas e de melhores condições de vida e na procura de ancestrais espirituais mediados por curandeiros tradicionais. As grandes igrejas são, em sua maioria, cristãs e podem usar o sensacionalismo para atrair fiéis. As consultas religiosas são pagas, e há permissão para comercializar artigos/produtos nas Igrejas. Os curandeiros tradicionais utilizam diversos objetos místicos em suas consultas para evocar os ancestrais da clientela. Os resultados obtidos revelam que também no universo religioso é possível reforçar e criar diferentes maneiras de se relacionar com o sagrado, e de formas de expressar sentimentos e descobertas nas “entrelinhas dos não ditos ou do silêncio” procedentes da interpretação dos profetas e curandeiros. Diante deste panorama há uma crise de valores e nas práticas religiosas institucionalizadas, facilitando a propagação de um novo modo de vivenciar a religião e a religiosidade no cotidiano dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Religião; Johannesburgo; Curandeiros tradicionais; Profetas.

Introdução

Os contextos atuais e históricos do continente africano foram grandemente influenciados e baseados na religiosidade de seus povos, originando crenças, culturas e

tradições. A multipluralidade de tribos e culturas no continente africano e o componente histórico e migratório fizeram com que a religiosidade e as religiões e crenças se disseminassem pelo continente através das correntes migratórias, destacando-se as correntes das tribos Bantas.¹

Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas religiosas mais frequentes, ilustradas pelos profetas e curandeiros, e suas influências no modo de vida, comportamento e bem-estar da população de Johannesburgo e Pretória. Uma vez que, o cristianismo foi introduzido à cultura sul-africana pelas migrações holandesas e britânicas, a partir do século XVII, tornando-se atualmente a religião com a maior porcentagem de adeptos na população sul-africana. Portanto, a cultura tradicionalmente indígena e o cristianismo, são as práticas religiosas mais frequentes no território sul-africano e possivelmente em toda a África.²

Nesse contexto, a metodologia utilizada foi a viagem a *locus*, isto é, à África do Sul. Precisamente foram visitadas as cidades de Johannesburgo, Soweto e Pretória. Johannesburgo é a cidade mais populosa da África do Sul, e Pretória, a quinta. O início da pesquisa deu-se no dia 7 de Julho de 2014 até o dia 28 do mesmo mês, num total de 21 dias permanecidos no país africano. O anfitriamento deu-se pelo Projeto “Life for All” (Vida para Todos) e Bookafé South Africa (rede de cafés literários), ambos de fins religiosos, embora não constituam igrejas com denominação.

A hospedagem foi feita na cidade de Johannesburgo, no bairro de Rosettenville. A partir daí foram feitas as investigações nas cidades de Johannesburgo e Pretória além de visitas a grupos religiosos diversificados, populações marginalizadas, comunidades carentes, museus e pontos turísticos, clínicas médicas, creche, residências de habitantes nativos, imigrantes legais e ilegais.

Em contato com a população nativa e não nativa foram feitas entrevistas e questionamentos na língua inglesa, a qual é a mais utilizada pela população sul-africana. A partir disso pode-se observar as influências da religiosidade sobre esses indivíduos e em seus círculos sociais, como também os efeitos de crenças populares, tradições e mitos.

¹ JANZEN, John M. Self Presentation and Common Culture Structures in Ngoma Rituals of Southern Africa. *Journal of religion in Africa*, v. 25, n. 2, p. 141-162, maio 1995, p. 154-157.

² RICHARD ELPHICK, T. R. H. Davenport. *Christianity in South Africa: A Political, Social, and Cultural History*. Oakland: University of California Press, 1997.

A partir da metodologia pesquisada, isto é, um relato de experiência e pesquisa bibliográfica, delimitaremos as origens das religiões na África do Sul e sua influência principalmente nas populações de grandes cidades como Johannesburgo e Pretória, onde se encontram as maiores igrejas, aglomerações populacionais e os mais consultados e venerados profetas e curandeiros tradicionais.

Acredita-se que a disseminação da cultura tradicional indígena aos povos sul-africanos deu-se por volta de 2000 a. C. pelas migrações dos povos Bantos, oriundos do oeste da África. Essa primeira corrente migratória teve influência também da corrente migratória banta do leste em aproximadamente 500 a. C.³

Os povos Bantos constituem um grupo etnolinguístico localizados principalmente na África subsaariana que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes, sendo que todos têm em comum uma língua-mãe banta.⁴

Embora não existam informações precisas, o subgrupo etnolinguístico banto mais numeroso parece ser o zulu. A língua zulu é a mais falada na África do Sul, onde é uma das 11 línguas oficiais.

Esses grupos tribais trouxeram a África austral seus costumes e tradições. Destacamos a filosofia tradicional indígena *Ngoma*, em que curandeiros tradicionais são chamados popularmente de *sangoma* na África do Sul e este termo é usado também para profissões similares em outras culturas bantas na África austral.⁵ *Sangoma* seria nesse contexto o praticante de *Ngoma*, a qual baseia-se na influência dos ancestrais espirituais sagrados na vida humana e no uso da medicina tradicional africana, composta basicamente por plantas medicinais e diversas peles e gorduras animais^{3,6}.

Sangomas são legamente reconhecidos pelo governo da África do Sul como “praticantes de saúde tradicional”, pelo Ato de Praticantes de Saúde Tradicional de 2007 (Ato 22 de 2007), juntamente com divindades, herbalistas, parteiros tradicionais, e cirurgiões tradicionais.

³ CUMES, David. *Africa in my bones*. Claremont: New Africa Books, 2004.

⁴ CAMPBELL, Susan Schuster. *Called to Heal*. Halfway House: Zebra Press, 1998.

⁵ TRUTER, Ilse. African Traditional Healers: Cultural and religious beliefs intertwined in a holistic way. *SA Pharmaceutical Journal*, v. 74, n. 8, p. 56-60, set. 2007.

⁶ JANZEN. Self Presentation and Common Culture Structures in Ngoma Rituals of Southern Africa, p. 154-157.

Segundo estatísticas oficiais, existem mais de 200 mil *sangomas* em toda a África do Sul, concentrados principalmente nos grandes centros, como Johannesburgo e Pretória. Em contrapartida há apenas 20 mil médicos no país³ e grande parte destes são discriminados pela população devido ao despreparo técnico dos profissionais, descrença aos serviços públicos de saúde e a forte influência da religião tradicional africana.

Mais de 80% da população negra da África do Sul consulta regularmente curandeiros tradicionais (*sangoma*) adeptos do cristianismo. *Sangomas* receitam frequentemente ervas e plantas medicinais, gerando uma certa demanda em mercados de ervas e feiras tradicionais.⁷

A partir disso, o uso indiscriminado de plantas e ervas medicinais causa efeitos colaterais diversos, porém pouco estudados ou documentados. As práticas mais comuns da medicina tradicional africana consistem em⁷:

- Banhos: misturas de ervas para purificar o paciente.
- Vômito: grande volume ingerido (mais de 2 litros) de infusão herbal e reações adversas que induzem ao vômito para que ocorra a limpeza e a tonificação do sistema do indivíduo.
- Vaporização: ervas medicinais são aquecidas e inaladas.
- Via nasal: diversas plantas podem ser ressecadas e transformadas em pó para serem aspiradas pelas narinas. Podem ser utilizadas para induzir ao espirro para “expulsar” as doenças ou para diversas condições como dores de cabeça.
- Enemas: infusões e cozimentos são administrados via retal. Acredita-se que certos compostos são mais eficazes quando administrados dessa forma.
- Cortes: extratos ou pós são diretamente aplicados em pequenos cortes na pele dos pacientes feitos com lâminas.

As consultas a curandeiros tradicionais são custeadas como também os serviços prestados. Os ancestrais sagrados são invocados através de diversos objetos místicos, principalmente ossos, plantas enteogênicas(alucinógenas), sacrifícios de animais e rituais e

⁷ VAN WYK, BenErik; VAN OUDTSHOORN, Bosch; GERICKE, Nigel. *Medicinal Plants of South Africa*. Pretoria: Briza Publications, 1999.

danças tradicionais. O ambiente da consulta é forrado geralmente com peles de animais e há a presença de velas e vestimentas típicas.

Ancestrais sagrados são considerados espíritos superiores que aconselham, curam, adoecem e punem seus descendentes. No entanto não são considerados divindades.

Pentecostalismo Cristão

Evangelistas cristãos estiveram intimamente ligados na colonização da África austral.⁸ Segundo historiadores, o cristianismo foi introduzido primeiramente na África do Sul através dos colonizadores holandeses e britânicos, a partir do século XVII. Tornando-se atualmente, a religião mais frequente no país, com mais de 80% da população adepta.

O pentecostalismo é a corrente cristã de mais rápido crescimento no mundo. O movimento está redesenhando as religiões no século XXI.⁹ Ele enfatiza a salvação pessoal em Cristo como uma experiência transformadora e espetacular, através de discursos involuntários em línguas desconhecidas, milagres, profecias e maravilhas. Tudo isso reforça o contato íntimo com Deus e é refletido em suas bênçãos.¹⁰

Em suma, o pentecostalismo africano originou-se nos Estados Unidos e o termo foi designado a um movimento originado em Los Angeles em 1906.

Na atualidade, as igrejas de massa em Johannesburgo e em todo o mundo são baseadas no pentecostalismo. Destacamos a *Zion Christian Church*, com mais de 11% da população cristã e maior igreja da África do Sul, fundada em 1925 pelo líder religioso Engenas Lekganyane^{11 12}.

Autodenominados profetas, diversos pastores da África do Sul de grandes igrejas pentecostais têm realizado supostos milagres diante de multidões de seguidores, causando

⁸ COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Christianity and colonialism in South Africa. *American Ethnologist*, Chicago, v. 13, n. 1, p. 1–22, 1986.

⁹ ANDERSON, Allan. *African Reformation: African Initiated Christianity in the 20th Century*. Trenton, NJ: Africa World Press, Inc., 2001.

¹⁰ ANDERSON, Allan. [Pentecostals and Apartheid in South Africa during Ninety Years 1908-1998](#). *Cyberjournal for Pentecostal-Charismatic Research*, 2000

¹¹ COX, Harvey G. *Fire from Heaven: The Rise of Pentecostal Spirituality and the Reshaping of Religion in the Twenty-First Century*. Reading, Massachusetts, USA: Addison-Wesley, 1996; “The Myth of the Twentieth Century: The Rise and Fall of Secularization.” In *Harvard Divinity Bulletin*, v. 28, n. 2, 1999, p. 6-8.

¹² J. Kwabena Asamoah-Gyadu. *African Charismatics: A Study of Independent Indigenous Pentecostal Movements in Ghana*. Leiden: E.J. Brill, 2005.

estase e tumultos. Como exemplo, Lesego Daniel, líder da *Rabboni Church Ministries* em Pretória, orientou seus fiéis a comerem grama e afirmou ter transformado gasolina em suco de maçã e ofereceu a fiéis exaltados em seus cultos religiosos. Diversos noticiários nacionais e internacionais repercutiram o ocorrido, o qual também pode ser visto pelo “Youtube”.

Esses pastores não hesitam em mostrar ao público o seu sucesso financeiro. Donos de carros luxuosos, jatos particulares, iates e roupas de grife, os líderes religiosos declamam que a fé em Deus pode mudar a vida de seus seguidores, trazendo-lhe riquezas incontáveis em todas as esferas da vida.

Pensadores atuais e estudiosos da religião acreditam que a influência destas grandes igrejas “atrasam a regeneração moral e ética” da África do Sul e que existe atualmente uma “síndrome de profetas”.¹³

Conclusão

A religiosidade faz parte da cultura inerente aos povos e é uma herança da humanidade. Ainda hoje vem desempenhando um importante papel em todas as sociedades. No contexto das tradições religiosas, elas têm, indiscutivelmente, há milênios, articulado em suas próprias maneiras, a busca do homem por respostas e significados. A pesquisa moderna sobre religião visa descobrir também, o que tais expressões e crenças representam para a nossa sociedade pós-moderna e o que elas representarão para as futuras gerações.¹⁴

A falta de informação da maioria da população, a descrença nos serviços públicos de saúde e a alta taxa de desemprego (25%) fazem com que a busca por melhores condições de vida e trabalho ovacionados pela fé pentecostal das grandes igrejas e promessas de resolução de problemas por curandeiros proporcionem uma enorme quantidade de adeptos, enquanto que a autoridade de líderes religiosos é inquestionada e apoiada por organizações políticas, como a própria presidência da república (partido ANC) da África do Sul e diversos outros partidos.

¹³ DIESEL, Alleyn. *False prophets delay the coming of SA's moral regeneration*. Captado em: <<http://mg.co.za/article/2015-02-11-false-prophets-delay-the-coming-of-sas-moral-regeneration/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

¹⁴ Departamento de Estudos em Religião da Universidade de Johannesburgo (UJ). Captado em: <<http://www.uj.ac.za/EN/Faculties/humanities/departments/Religionstudies/Pages/home.aspx>>. Acesso em 18 jun. 2015.

Nesse sentido, pregadores que acumulam riquezas imensas indicando escasso consentimento moral e coletivo, estão inaptos para oferecer direções éticas aos seus seguidores.

As influências dessas práticas na sociedade africana é ampla devido ao altíssimo número de seguidores e até então pouco estudada sob um olhar *in locus*. Novas pesquisas são requeridas, as quais são incentivadas principalmente por departamentos de Universidades por todo o mundo.

Há, portanto, diversas formas de interpretação do sagrado e divino. A grande porcentagem de cristãos e praticantes da cultura tradicional revela uma diferente interpretação da religiosidade, em que práticas milenares são incorporadas às religiões ocidentais impostas pelos imigrantes colonizadores.

O presente artigo foi apresentado no IV Encontro de Pesquisa em História (EPHIS) da UFMG no mês de Maio do ano de 2015.

O Caraça de Padre Julio Clavelin e sua nova política de ensino e de educação religiosa: influência neogótica nas Minas do Oitocentos

Carolina de Almeida Silva

Bacharelanda em História

Universidade Federal de Viçosa

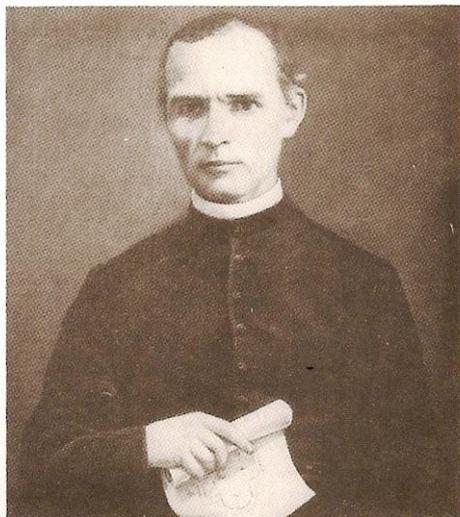
carolinadealmeida_17@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho desenvolveu-se a partir da compreensão de que a religião surge como legitimador do aparelho social, além de ser um meio de concretizar as condutas que têm como fim último a crença no sagrado. Portanto, este estudo procura entender a influência do Neogótico no Brasil a partir do século XIX, através das obras do missionário lazarista e arquiteto francês, Pe. Julio Clavelin (1834–1909); discutindo as peculiaridades deste estilo no território brasileiro, no que se refere à nova política de ensino e educação religiosa, além da paisagem neogótica, que estão conectadas ao Catolicismo e ao Gótico (estilo francês), através da construção da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, primeira igreja neogótica edificada no Brasil, em 1883, que se tornou parte integrante do complexo arquitetônico do Santuário do Caraça, em Catas Altas/MG. Verifica-se que Gótico enquanto conceito histórico reportar-se à Idade Média, apesar de sua linguagem (em termos artísticos e religiosos) não permaneça limitada ao medievo, o que permite sua presença no século XIX. Porém, não se pode reviver ou recriar uma conjuntura histórica, já que os períodos são dispares. Tudo isso nos leva a pensar que Clavelin, enquanto superior no Caraça, implantou o Neogótico no Santuário para justificar uma nova metodologia de ensino e de formação (mentalidade) religiosa, baseadas nos princípios fundamentais da Igreja Tridentina. A arquitetura da igreja, nesta ocasião veio materializar uma nova fase do pensamento religioso naquele local; contrastando com um modelo constituído anteriormente: o Barroco colonial. Em relação a isso, precisamos examinar: que tipo de filosofia religiosa, os missionários lazaristas aspiravam implantar nessas terras que satisfariam seus objetivos religiosos?

PALAVRAS-CHAVE: Neogótico; Clavelin; Caraça; Igreja; Pensamento religioso.

Introdução

A finalidade deste estudo é entender a inserção do Neogótico no Brasil como instrumento de afirmação da Igreja Católica, a partir do século XIX, com a chegada do missionário lazarista e arquiteto francês Julio José Clavelin (1834–1909), em 1861.



Pe. Júlio Clavelin (1834 - 1909)

Imagem (1): Missionário lazarista e arquiteto francês Julio José Clavelin (1834–1909).

Fonte: ZICO, J.T. *Caraça, sua igreja e outras construções*. Belo Horizonte, FUMARC/UCMG, 1993, p. 11.

A fundamentação de nossa análise é sua primeira e significativa obra, justificada por seu ineditismo em terras brasileiras: a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, em estilo neogótico, inaugurada em 1883, que passou a compor o complexo arquitetônico do Santuário do Caraça, situado em Catas Altas, Minas Gerais. Substituindo a antiga capela que havia ali, em estilo barroco, erguida por Irmão Lourenço, fundador do mencionado Santuário.

A união entre arquitetura e religião foi essencial para o desenvolvimento do nosso trabalho, embora não seja algo novo, pois este tipo de análise foi constituída por abade *Suger*, no século XIII. Por esta razão, nos debruçamos sobre obras elaboradas por especialistas nestes assuntos, como: historiadores, teóricos da arte, missionários, arquitetos e restauradores. Entretanto, ressaltamos a Europa do século XIX, que passava por uma ebulição social, política, artística e religiosa que deu origem a novas tendências. Essa conjuntura reforçará nossos questionamentos ao longo deste estudo.

Verifica-se que objetos relacionados ao restauro de edificações antigas, principalmente, as religiosas, estavam em alta no século XIX, em determinados pontos da França e da Inglaterra. Nesta ocasião, uma política de “releitura” dos Clássicos e da Idade Média era o tema mais discutido, resultando na constituição do Neoclássico e do

Neogótico, como conceitos e estilos, que tratavam de questões de cunho histórico, social, político e estético de seu tempo. A respeito disso, Luciano Patetta diz:

Pensemos na concepção de estilo como linguagem coletiva e sistema universal de formas (aquelas do universo greco-romano ou gótico) que transcende as singularidades e individualidades expressivas (de fato, o “traço estilístico” pessoal de cada arquiteto se mostra cada vez menos evidente). - Pensemos na relação com o antigo, que começa com uma abordagem de cunho mítico; passa por fases ideológicas e interpretativas, depois à adesão com total ortodoxia, para diluir-se, finalmente, na prática profissional corriqueira. – Pensemos na convicção de que era possível escolher entre elementos extraídos das antiguidades, concentrar o melhor deles, iludindo-se de que esse “encontrar e aplicar” pudesse comparar-se às experiências criativas do passado, baseadas, ao invés, no “buscar *ex novo* e renovar sempre”. – Pensemos, enfim, na condição que aproximava todas essas gerações: a arquitetura não podia mais ser patrimônio de poucos “mestres”, devia ceder às novas exigências da produção de massa e à definição de uma nova figura de projetista: o profissional.¹⁵

Sendo assim, destacamos a possibilidade do envolvimento de Clavelin com tais questões, pois como sacerdote, desfrutou da amplitude e da profundidade do conhecimento disseminado no ambiente religioso (colégios, seminários, mosteiros e igrejas), por onde passou, além de suas experiências pessoais com a arte, o que justifica sua aptidão para arquitetura, engenharia e matemática.

Entretanto, admitimos estes, como fatores que influenciariam suas obras. Esta colocação se torna interessante, para o nosso trabalho, porque não limita nosso pensamento à hipótese de que este missionário escolheu o Gótico, apenas por seu gosto pessoal, talvez sua leitura européia de mundo projeta-se em Catas Altas.

Neste sentido, enfatizamos mudanças na arquitetura sacra que deram origem ao Neogótico e a trajetória de Clavelin que viveu neste período. Contudo, salientamos a influência deste estilo no Brasil, sobretudo em Minas Gerais, após a Era do Ouro; influência esta, materializada no Santuário do Caraça, com a edificação da primeira igreja neogótica do país.

Através de seu percurso na Europa e sua chegada ao Brasil, vamos estabelecer uma conexão entre o Neogótico na Europa e em nosso país, destacaremos alguns temas, como a implantação deste “novo modelo” arquitetônico sagrado em território brasileiro. Nosso

¹⁵ PATETTA, L. Considerações sobre o Eclétismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa. *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Studio Nobel: EDUSP, 1987, p. 12.

ponto de partida é a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, inaugurada em 1883, primeira igreja nesse estilo, edificada em terras brasileiras, que também constitui o complexo arquitetônico do Santuário do Caraça¹⁶, em Catas Altas, Minas Gerais.

Indagações nos levam a pensar que Clavelin, como superior no Caraça, justapôs o neogótico no Santuário para justificar uma inovação política de ensino e educação religiosa fundamentada nos preceitos essenciais da Igreja Tridentina. A arquitetura da igreja, neste caso, efetivou uma nova fase do pensamento religioso naquele lugar, contrastando com um protótipo anteriormente instituído, o Barroco colonial. Logo, devemos examinar que tipo de filosofia religiosa, os missionários lazaristas pretendiam implantar nessa região que satisfaz aos seus fins religiosos?

O Neogótico

Observa-se que o Neogótico no século XIX encontra-se diretamente ligado ao Gótico na Idade Média, século XIII, no que diz respeito aos paradigmas filosóficos, religiosos e arquitetônicos, que evidenciam a relação entre o homem e a Igreja. Deste modo, para entendermos a criação de uma nova tipologia arquitetônica religiosa no Medievo com o Gótico e no século XIX com o Neogótico, precisamos compreender quais eram as intenções da Igreja Católica.

Neste sentido, é relevante lembrar que o Gótico enquanto conceito histórico está conectado ao Medievo. Já como estilo arquitetônico, artístico e religioso, ou seja, enquanto linguagem/tipologia, esta não se encontra limitada ao tempo (Idade Média), o que admite sua presença no século XIX. No entanto, não se pode reconstruir ou transportar um período histórico, já que as situações são diferentes, em decorrência disso, as simbologias também serão distintas. De acordo com Sônia Pereira Gomes:

Sabemos que um dos traços recorrentes da arquitetura historicista foi a associação entre determinados programas e estilos. Neste caso, a tipologia é definida na relação estilo/função. (...) Pois, se o estilo era determinado temporal e espacialmente, tal não acontecia com o tipo, que se ancorava em características comuns em termos de função ou partido.¹⁷

¹⁶ Por se tratar de uma igreja neogótica ladeada por prédios coloniais e pela complexidade da análise arquitetônica deste conjunto, nos referimos a ele utilizando este termo.

¹⁷ PEREIRA, S. P. Ensino e teoria da arquitetura na França do século XIX. In: SANTOS DE OLIVEIRA, B. et al. (orgs.). *Leituras em teoria da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Viana e Mosley, 2009, vol. 1, p.84 e 86. (Coleção PROARQ)

Durante esta breve análise, nos perguntamos: quais eram os elementos, qual era a mensagem ou simbologia, qual a questão moral, que atraiu os olhares do homem do século XIX para este estilo, conceito ou paradigma religioso, que esteve presente na idade média? Então colocaremos aqui algumas citações suscitaram essa reflexão:

A catedral só é cristã para aqueles que não sentem que o que é humano contém o cristianismo, precede-o e a ele sobrevive, assim como só é anticristã para aqueles que não sentem por que aspectos o cristianismo permanece humano. Ela é humana, tradicional, revolucionária e profundamente oposta ao princípio autoritário e moralizador do cristianismo, que se diz definitivamente organizado por haver expresso idéias morais sob a forma mais sensível e traduzido na linguagem mais sensual os dogmas que afirmam a soberania do espírito puro. Ela reabilita a natureza do homem, a natureza do mundo onde ele vive. Ama o homem por si mesmo, franco e cheio de uma coragem imensa, e descreve seu paraíso com as árvores, as águas e as nuvens que ele vê ao erguer os olhos, ou ao sair das portas de sua cidade, com as verduras cheias de terra e as frutas que lhe trazem do campo, nos dias de mercado, os animais domésticos que compartilham do seu destino. (...) O clero, sem dúvida, impunha aos decoradores a obrigação, aliás muito facilmente aceita, de respeitar nas imagens uma hierarquia religiosa, uma inflexível escrita simbólica cuja disposição ele vigiava: “só pertence ao pintor, a prescrição cabe aos padres”, disse o concílio de Nicéia. O Concílio de Nicéia ignorava que a arte é tudo e que a prescrição, sem ela é uma vestimenta vazia, pois no momento em que a arte brota dos corações, ela é a paixão, a vontade, o sofrimento, a religião, a justiça, a vida. Que importava, então, que o edifício fosse a cruz, que a abside fosse a coroa de espinhos, que o coro fosse a cabeça de cristo e o fogo do vitral a luz celeste, e que as torres fossem braços suplicantes? A multidão, na Idade Média, exprimia-se simbolicamente, porque o símbolo resumia as realidades morais superiores que ela não discutia a fim de ficar mais livre para descobrir suas realidades espirituais, e porque via no símbolo um pretexto inesgotável para expressar o que a sufoca.¹⁸

Assim sendo, percebemos que a religião nasce como um instrumento que será capaz de regularizar os diversos campos sociais, além de ser uma maneira de firmar os procedimentos que têm como finalidade a crença no sagrado. Assim, profiramos que de certo modo, os cultos religiosos são configurações didáticas de reprodução da crença coletiva nos elementos sagrados. Contudo, devemos levar em consideração que de alguma forma, o sagrado e o profano são produtos de uma construção social.

¹⁸ MARCHI, Cesare. *Grandes pecadores, grandes catedrais*. Trad. Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 38.

Por conseguinte, o sagrado é definido como tal, através de um grupo de indivíduos que agem no campo religioso, admitidas pela sociedade exterior a ele, como capazes para elaborarem tais definições. Logo, notamos, através dos autores citados que os princípios morais são historicamente construídos.

O Gótico

Devemos refletir sobre o nascimento do Gótico que traz consigo elementos que são utilizados de maneira pedagógica, uma vez que a maior parte da população era analfabeta. Porém os artistas deste momento, não se viam como tal e tinham a difícil missão de fazer as pessoas compreenderem o que estava posto nas paredes das igrejas. Por essa razão, eles apresentavam elementos do imaginário popular, muitas vezes considerados grotescos, talvez por isso o desconhecido não fosse representado, principalmente a figura de Deus.

Com relação ao envolvimento da comunidade local nas obras, notamos que participação dos fiéis na construção de uma igreja, nessa época era uma grande oportunidade de redenção dos pecados e de uma aproximação do Divino. Apesar da disposição da comunidade, não se erguia uma igreja somente com voluntários, existia uma mão de obra especializada, como pedreiros e arquitetos que se valiam de um conhecimento técnico que era passado de geração em geração ou de mestre para aprendiz:

... os habitantes travaram uma verdadeira disputa para oferecer dinheiro e mão-de-obra. Até mesmo das cidades vizinhas acorreram ricos e pobres, trazendo jóias, madeira, e quem nada tinha colocava à disposição do canteiro de obras músculos e entusiasmo. O bispo e os cônegos renunciaram durante três anos aos seus rendimentos. As pessoas sadias ofereceram braços, as doentes colaboraram com suas orações. Alguns senhores, para pagar o pecado de soberba e de avareza, assumiram o lugar dos cavalos nas cangas dos carros, abaixaram-se para preparar a argamassa junto com seus criados, e, sujos assim, não mais se distinguiu o patrão do servo, o vassalo do senhor.¹⁹

Todavia, a maioria destes operários ficou no anonimato, pois estas profissões não eram prestigiadas, ainda que fossem de enorme importância para o desenvolvimento do projeto arquitetônico. Chama-nos atenção o fato de que esses homens, mesmo sendo quase

¹⁹MARCHI. *Grandes pecadores, grandes catedrais*, p.38.

todos analfabetos, compreenderam e desenvolveram com maestria as leis da física e concretizaram uma filosofia (Escolástica) por meio de uma tipologia arquitetônica, pois:

A Idade Média foi uma civilização essencialmente visual e alusiva. Aqueles analfabetos de gênios exprimiram por imagens --- antecipando-o nos baixos-relevos, nos vitrais, nas pinturas --- aquele Além, do qual poucos anos, ou poucos decênios (a expectativa de vida era pequena), os separam. Eles se consideravam “de passagem”, exilados na Terra, e, tal como o emigrante mantém na mesa-de-cabeceira as fotos dos parentes que mais cedo ou mais tarde espera reviver, o cristão contemplava na catedral os rostos da parentela celeste, que esperava rever o quanto antes.²⁰

Relacionado a isso, Panofsky afirma que a Escolástica e Arquitetura nasceram simultaneamente. A Escolástica foi revelada na projeção dos prédios religiosos, pois cada peculiaridade deste pensamento foi representada nos elementos caracterizam a igreja gótica: sejam os arcos ogivais, as esculturas, os arcos botantes, os transeptos, tímpanos, vitrais... A distinta união e organização destes elementos estruturais arrojados e inéditos revolucionaram a engenharia e a arquitetura, que concretizava um pensamento filosófico.²¹

Assim:

Observa-se que, tanto no Paleocristão quanto no Bizantino, o edifício se volta para dentro de si próprio. Seja pela tensão entre a porta e o altar, seja pela tensão entre o alto e o baixo, em ambos os estilos o mundo divino e o mudo humano se colocam à distância, quase como rompidos e inacessíveis. A partir da arquitetura românica uma nova relação começa a se estabelecer: a igreja se abre para seu entorno e torna visível a mensagem religiosa desenvolvida no seu interior. Com isso, ela torna-se força ambiental ativa que invade o mundano e representa a tentativa de fazer a mensagem divina penetrar neste mundo e interagir com ele.²²

Ou seja, uma nova forma de conceber a religião católica carecia de uma nova técnica construtiva que fosse inovadora o suficiente para evidenciar essa mudança de pensamento. Pois, não faria sentido essa ruptura com os padrões arquitetônicos utilizados na arquitetura sagrada, sem uma justificativa plausível, dado o investimento financeiro e

²⁰ _____. *Grandes pecadores, grandes catedrais*, p.45

²¹Estas e outras ideias estão presentes no livro “Arquitetura Gótica e Escolástica”: PANOFSKY, Erwin. *Arquitetura Gótica e Escolástica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

²² BRANDÃO, Carlos A. L. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. 2a. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.38.

intelectual que isso custaria. Por isso, tal estilo foi sendo disseminado pelo país, contagiando outras regiões europeias²³.

Devemos acentuar o valor de cada elemento que compõem a igreja gótica, seja ele decorativo ou estrutural, porque ele traz consigo uma mensagem, ou melhor, ele é a própria representação de um pensamento religioso. Por essa razão, podemos citar as esculturas góticas, que não seguem os paradigmas pré-estabelecidos anteriormente pelos gregos, pois a simbologia para a Idade Média era muito diferente, a escultura gótica, veio revelar uma mensagem desconhecida, única. Portanto:

A diferença essencial, sem dúvida, é que a escultura gótica não tende a realizar, antes de tudo, esse equilíbrio de volumes pelo qual os estatuários de Olímpia e do Partenon passavam de forma a outra, de uma idéia a outra, se que o espírito se desse conta do caminho seguido, e para que sentisse com eles a consciência e a necessidade de uma harmonia universal. (...) Os perfis da estátua gótica são menos definidos que nos egípcios e menos sutis do que nos gregos. São mais variados e mais vivos porque a luz é mais cambiante e mais difusa, e sobretudo porque exprimem um mundo de necessidades morais que nem os gregos, nem os egípcios podiam sentir. Jamais se haviam distribuído as sombras e as claridades com tal sentimento de seu valor psicológico. Jamais se trabalhara matéria com essa emoção concreta.²⁴

Paisagem neogótica em terras mineiras

Nosso intuito neste trabalho é estabelecer conexões entre cultura e condições materiais em Minas Gerais. Nesta época, sabe-se da coexistência nem sempre pacífica entre a Igreja e o Estado, subsidiados pelo Regalismo. Por este motivo, a Igreja usava uma metodologia simplificada às condições da população local. Esta conjuntura é representada na arte sacra, cuja imagética coloca os transeuntes diante dos desígnios divinos.

Para tanto, as igrejas foram construídas de acordo com o “*makeoff*”, e que eram feitas com materiais da própria região. Porém, o Santuário do Caraça se destaca no século

²³ Segundo Panofsky: “Assim, a hora e o local de nascimento dos primórdios da Escolástica coincidem com os dos primórdios da Arquitetura gótica, na forma que lhe deu o abade Suger, em seu projeto para a igreja de Saint-Denis. Tanto a nova forma de pensar como o novo modo de construir (*opus Francigenum*) disseminaram-se a partir de uma região geográfica circunscrita num raio de aproximadamente cento e cinquenta quilômetros em torno de Paris – embora o novo estilo, como Suger relata a respeito de seus artífices, tenha sido “criado por muitos mestres, de diferentes países”, e tenha evoluído muito rapidamente para um movimento internacional. Por mais de um século e meio, essa região iria manter-se como centro do desenvolvimento da filosofia e da arquitetura.” PANOFSKY, Erwin. *Arquitetura gótica e escolástica*, Sobre a analogia entre arte, filosofia na Idade Média. Trad. Wolf Hörnke. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.3-4.

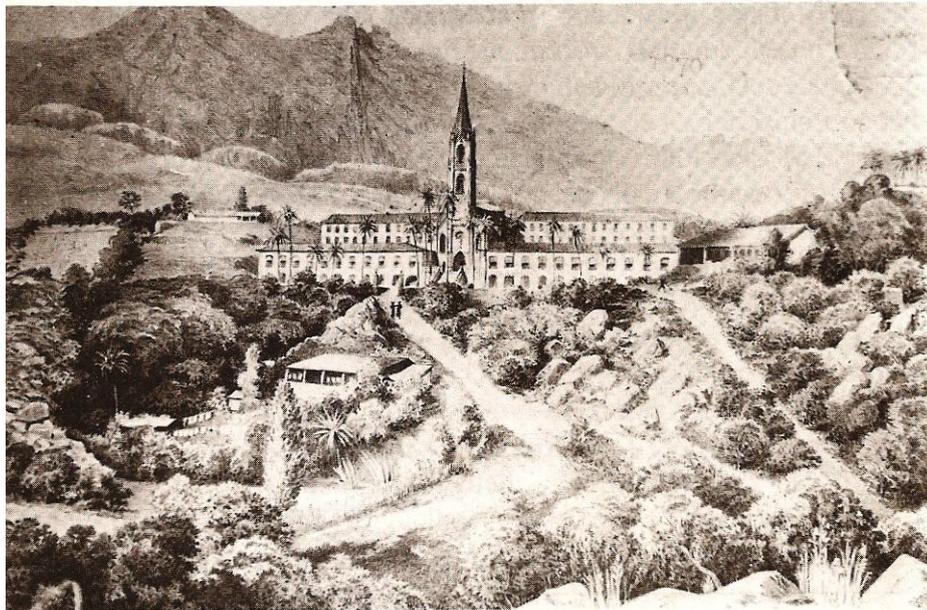
²⁴ FAURE, Élie. *A Arte Medieval*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 216 e 217.

XIX, por inserir a primeira igreja neogótica no Brasil, em 1883; que se torna peculiar, por carregar uma monumentalidade que contrasta com a paisagem natural deste lugar.

Assim, nosso alvo é compreender o neogótico num contexto territorial diretamente influenciado por uma cosmovisão “barroca adaptada” às necessidades locais, até o século XIX, e os incrementos disso na fé cristã mineira, já que o neogótico traz consigo uma aparência religiosa muito diferente da que existia ali, o barroco. Uma de nossas indagações é: Por que Julio Clavelin escolheu tal estilo, exatamente numa época em que a Igreja experimenta a Reforma Ultramontana?



Desenho do Colégio em 1876



Projeto do Pe. Clavelin – 1870

Figura (2): Desenho do Caraça em 1876, com a capela barroca edificada por Irmão Lourenço. Logo abaixo, Desenho do Caraça em 1870, com a igreja neogótica, projetada por Julio Clavelin.

Fonte: ZICO, J.T. *Caraça, sua igreja e outras construções*. Belo Horizonte, FUMARC/UCMG, 1993, p. 48.

Ao olharmos para o século XIX, no Caraça, percebemos significativas mudanças em sua administração, em sua educação e em sua vida religiosa, eixos diretamente ligados

ao Ultramontanismo, porém sua “nova” arquitetura, à primeira vista pode nos parecer discordante.

Clavelin teria feito a substituição da capela barroca por uma igreja neogótica, também porque na Idade Média, a igreja gótica era utilizada de diversas formas pela comunidade, não apenas para realizações dos cultos religiosos. Como o Caraça funcionava nesta época como um educandário e também como ponto de peregrinação, talvez o objetivo de Clavelin fosse expandir esse novo modelo religioso para além das paredes dessa “nova igreja” e das divisas do Santuário, talvez, ele aspirasse atingir a população local? Sendo assim:

Uma vez que igreja deriva do grego *ecclesia*, assembleia, não há razão para que alguns membros fiquem excluídos da assembleia. Os construtores relacionaram como os modernos arquitetos quando têm de projetar um estádio de futebol: toda a torcida deve poder entrar.²⁵

Entretanto, vale lembrar que no início deste mesmo século a Igreja se considerava alvo de ofensas vindas das variantes do liberalismo, por isso ficava na defensiva e revidava juntamente com o clero ultramontano, reafirmando a tradição europeia (romanização), porém esta tradição não existia no Brasil. Então indagamos sobre quais princípios a ação exercida pela Congregação da Missão, que veio para o Brasil com o intuito de recristianizar seus fiéis, para resgatá-los da corrupção deixada pelo ouro.

Conclusão

Exatamente por não existir esta tradição europeia em Minas Gerais, que Clavelin poderia ter pensado numa “nova”, porém antiga e tradicional maneira católica de pensar seus princípios religiosos, usando o Gótico para cristianizar este povo, uma vez que o objetivo da Igreja era reafirmar seus valores e constantemente romanizar. Pois, com a consolidação do liberalismo, os fiéis que neste momento formam a massa, tornando-se alvo de uma disputa, se é que podemos chamar assim, entre a Razão e o Liberalismo, representados pelo Estado e a Igreja, que “separam” seus papéis na condução da estabelecida população mineira.

²⁵ MARCHI. *Grandes pecadores, grandes catedrais*, p. 34.

Estas conjecturas nos levam a pensar que Clavelin poderia usar de tudo isso para justificar a construção de uma igreja neogótica, nesta situação e neste local, ou seja, um projeto inegavelmente ousado e que, por conseguinte precisou ser aprovado por instancias superiores do clero. Fazendo do Santuário do Caraça um ponto de referência no sentido de experienciar o que era para aquele momento, uma nova e tradicional forma de alcançar a Deus por intermédio desta igreja que mostra a realidade corrompida do homem diante do poder de Deus.

A paisagem religiosa na gênese das cidades na Zona da Mata Mineira oitocentista

Flávio Augusto de Freitas Teixeira

Mestrando em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Universidade Federal de Viçosa

Email: flavioafteixeira@gmail.com

RESUMO: Nesta comunicação apresentamos algumas considerações de nossa pesquisa sobre o processo de formação e povoamento da mesorregião da Zona da Mata Mineira durante o século XIX. O diálogo interdisciplinar proposto pela chamada Geo-História nos fornece instrumental teórico e metodológico neste trabalho que congrega o olhar sobre a história e a geografia do religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem religiosa; Zona da Mata Mineira; Cidade.

A paisagem religiosa como objeto de estudo

A proposta desta comunicação é apresentar pesquisa para a dissertação de mestrado, cujo objeto de análise é o processo de ocupação e povoamento da Zona da Mata Mineira, tratando em específico a criação do Arraial de São Sebastião de Pedra do Anta, hoje o pequeno município de Pedra do Anta²⁶. A partir da reconstituição da paisagem e da análise da função religiosa do então Arraial, busco demonstrar que embora uma historiografia tenha dado atenção nas últimas décadas às especificidades históricas e geográficas das regiões que compõem hoje Minas Gerais, há ainda muito para se conhecer da importância dos fatores de ordem cultural sobre a formação deste estado.

Na tentativa de reconstituir os aspectos históricos e geográficos do que é hoje o município de Pedra do Anta, nossa pesquisa não tem como pretensão, em hipótese alguma, de esgotar o assunto, havendo de se realizar ainda inúmeras e permanentes pesquisas sobre os temas abordados.

Partimos, então, de uma primeira constatação: a religião deixa sua marca no espaço. O Catolicismo, por exemplo, domina uma série de paisagens mineiras. Basta observarmos a economia do turismo nas chamadas “cidades históricas mineiras”, tal como Ouro Preto,

²⁶ O atual município de Pedra do Anta está localizado no interior de Minas Gerais, na Microrregião de Viçosa/ Zona da Mata Mineira, fazendo fronteira com os municípios de Teixeiras, São Miguel do Anta, Jequeri, Amparo da Serra e Canaã. Segundo dados do IBGE, sua população estimada em 2010 era de 3.365 habitantes.

Tiradentes, São João Del Rei e, claro, a cidade episcopal de Mariana. A presença do religioso também está presente nas Artes, como em trabalhos do pintor Alberto da Veiga Guignard e sua série de obras intituladas “paisagens imaginantes”, produzidas entre as décadas de 1940 e 1960, dentre muitos outros.

A partir desta primeira constatação, podemos realizar as seguintes indagações: O que pode explicar esta presença do religioso nas paisagens mineiras? Porque há um número considerável de pessoas dispostas a visitar as Minas Gerais em busca destes espaços impregnados de uma atmosfera religiosa, a ponto de impactar a economia e o ambiente de determinados lugares? Qual foi e qual é o papel da religião nestes municípios?

A cidade é um objeto de estudo interdisciplinar nas ciências humanas e uma ampla literatura foi produzida sobre ela. Suas formas e funções específicas ao longo do tempo podem ser lidas e reescritas de forma contínua, local onde indivíduos criam ligações e relações com o meio enquanto ser social. Imprimimos conscientemente e inconscientemente nossa marca no espaço, e seria difícil para o cientista do social compreender determinado grupo afastando dele toda a imagem espacial. Ao espaço construído se associa ao espaço vivido. Ruas, praças, edifícios e rios pelos quais passamos se tornam parte de nossa vida cotidiana, de nossa identidade, de nossa memória.

A interação do homem com o ambiente é um tema caro aos estudos que tratam a apropriação e ressignificação de determinada cultura impressa na paisagem, tal como ocorre com o Catolicismo. Entre aqueles que escreveram uma geografia da religião no Brasil, a relação entre espaço e religião parece ter despertado um maior interesse do que entre historiadores, mais preocupados em compreender os sujeitos do que propriamente a interação destes com o espaço. Mas aqui devemos fazer uma ressalva: embora nossa historiografia seja ainda fortemente influenciada pelos *Annales*, nos distanciamos das propostas de seus fundadores, que escreviam também uma geografia a qual podemos chamar de Geo-História ou ainda Geografia Histórica.

No Brasil, de forma mais notória, desde a década de 1990, uma perspectiva cultural vem influenciando as pesquisas em Religiões e Religiosidades. Dentre os diversos temas, o estudo da manifestação do sagrado no espaço vem sendo compreendido a partir do binarismo “sagrado e profano”, tal como podemos notar em diversos trabalhos como o da

Profa. Zeny Rozendahl, do Instituto de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).²⁷

O debate sobre o conceito de paisagem é um dos temas clássicos em Geografia e que foi, pouco a pouco, perdendo espaço entre os historiadores. Mas o seu uso em outras áreas do conhecimento humano e mesmo na vida cotidiana denota que na atualidade o interesse pelo tema vem ampliando. Basta ai identificarmos o uso do conceito em diversos qualificativos, tais como paisagem sonora, paisagem rural, paisagem urbana e o de paisagem religiosa, empregado no título desta comunicação.

Para fins de elucidação o conceito de paisagem religiosa está sendo empregado para designar o conjunto de projeções e representações de um determinado ambiente em que são impressos e que também imprimem signos da atividade religiosa, tais como as identidades territoriais.

As identidades territoriais são construídas por intermédio da relação do homem com o ambiente ao longo do tempo, e a organização de núcleos de povoamento desempenha um papel relevante para a análise desta apropriação. No ritual de tomada de posse do território há uma lógica simbólica e utilitária da vida em grupo, característica da conformação das cidades. Tomemos como exemplo a tradição mineradora nas Minas Gerais nos setecentos e oitocentos. Quando os mineradores encontravam as riquezas procuradas no solo, erguia-se no local um altar para o santo de devoção e a partir dali fixava-se uma morada provisória. Com o tempo, o rústico altar ganhava uma capela, depois uma igreja ou santuário, que passavam a participar de um espaço diferente de todo outro, tanto no plano mental quanto no físico, isto porque, para o homem religioso, é necessária a vivência em um lugar impregnado do sagrado, mesmo que, para isso, seja necessária a sua construção.

A importância das religiões na criação de espaços urbanos, um dos temas caro à Geografia da Religião, foi estudado mais recentemente pelo historiador Sérgio da Mata.²⁸

²⁷ Dentre estes trabalhos, destaco um de esforço de síntese: ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2002. É importante salientar que a análise do espaço religioso através do binarismo sagrado e profano foi tratado pelo fenomenologista romeno Mircea Eliade, e apropriado em diversos trabalhos das ciências sociais. Ver: ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Trad. de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

²⁸ MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais. Séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

Guardados os seus objetivos e referenciais de análise, este autor nos traz um importante balanço bibliográfico sobre o tema. Dentre os vários autores tratados por Sérgio da Mata, destacamos a geógrafa Marília Cecília França. A tese de doutorado²⁹ de França, publicada em 1972, foi no Brasil a pioneira ao tratar o impacto da religião sobre a paisagem através da análise da função de pequenas cidades paulistas que eram, à época, centros de peregrinação católica. Vale destacar que o estudo de Marília França influenciou o trabalho de outros geógrafos, como o da já citada Zeny Rosendahl.

Outra referência importante aos estudos da geografia da religião, citada por Sérgio da Mata, é o francês Pierre Deffontaines. Professor já renomado no cenário europeu, Deffontaines foi, ao lado de outros professores franceses, o responsável pela institucionalização da Geografia brasileira, com a criação deste Curso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e com a criação da Universidade do Distrito Federal em 1935 (hoje, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)). Além destes dois institutos, Deffontaines foi também responsável pela organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado no ano de 1937.

Em artigo publicado em 1944 no Boletim Geográfico do IBGE³⁰, Deffontaines afirmava que seria possível encontramos em todo o território brasileiro cidades cuja formação e organização urbana se deram nos chamados patrimônios de terra, cuja finalidade era de sustentar financeiramente o processo de edificação das igrejas e sua posterior manutenção. Ou seja, em um primeiro momento, o desenvolvimento urbano destas cidades só foi possível graças a uma função religiosa do que é chamado na historiografia brasileira como “arraial”.

A palavra arraial é empregada sem uma definição muito específica, mas sempre presente na documentação do século XVIII e XIX e na historiografia que tratou a História de Minas Gerais. É notório que há ainda, nos estudos sobre Minas, o destaque ao processo de conquista do território somente a partir da entrada das bandeiras e a criação das chamadas “vilas do ouro”, tratando de forma mais abrangente os traços gerais de

²⁹ FRANÇA, Marília Cecília. *Pequenos centros Paulistas de Função Religiosa*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo, 1972.

³⁰ DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. In: *Boletim Geográfico do IBGE*, V.2, nº 14 e 15, maio e junho de 1944.

povoamento de regiões outras, tal como a Zona da Mata Mineira. Como já mencionamos, nos últimos anos, estudos em escala regional vêm ganhando um maior fôlego, superando pouco a pouco uma inadequada interpretação realizada por uma historiografia cujo enfoque é o econômico e também por práticas de patrimonialização de órgãos como o antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

É neste movimento de revisão sobre o processo de ocupação e povoamento das Minas Gerais que alguns estudos atuais sobre a Zona da Mata Mineira se inserem. A ideia de que tal processo tenha sido reflexo da decadência do ouro e pela necessidade de produção de mantimentos, ou seja, por questões econômicas, demonstra já não dar conta das especificidades históricas das “Zonas” da Mata.

Minas Gerais inegavelmente foi e é um espaço de emergência do monumento religioso seja na forma de templo, seja no sistema de crenças. No entanto, cidades que não participam de circuitos turísticos e que não são ainda protegidas por ações de patrimonialização, em todos os níveis, eram no esquecimento e seus templos embora mantenham os sinais de uma época, carecem de maior identificação, estudo e divulgação. Neste sentido, nossa pesquisa se propõe, para além de um debate acadêmico sobre o uso da paisagem enquanto fonte de pesquisa para a produção de uma História Local e Regional, a publicização deste conhecimento em ações extensionistas, tal como é proposto no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Considerações preliminares

A ordenação territorial, a trama funcional e de produção, a representação e a expressão das relações sociais e sua capacidade em evocar memórias são dimensões da cidade ainda pouco tratadas na historiografia brasileira. Talvez este fato se tenha dado por um entendimento equivocado de que o espaço é apenas um “palco” onde se descortina a história, protagonizada por grupos ou indivíduos sociais?

A ocupação de um espaço pode ser regida por fatores políticos, militares, econômicos e também culturais. Um exemplo é quando analisamos os fatores de ordem

econômica, onde notamos que a ocupação demográfica incentivada pela atividade agrícola e pecuária é mais dispersa quando comparada a mineradora. No que se refere ao fator religioso, haviam também um repertório que, *a priori*, deveria normatizar a construção de templos da Igreja Católica e que, conseqüentemente também tentavam dar conta de organizar o espaço urbano, tal como as diretrizes do Concílio de Trento e sua apropriação no Brasil com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, ainda no início do século XVIII.

A função religiosa das cidades, quando comparadas as de ordem econômica e política, é ainda tratada de forma muito superficial.³¹ O papel comercial e de centro de irradiação do poder político de núcleos de povoamento como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, citando apenas aqueles localizados no litoral, além daqueles estimulados pela mineração no interior do território brasileiro, foram os mais ressaltados até então por nossa historiografia. Não estou negando que há necessidade de considerar tais funções, todavia acredito ser um equívoco compreender as cidades em sua relação de oposição com o mundo rural e sua lógica econômica tanto no período colonial quanto imperial brasileiro.

Os espaços onde foram construídos os templos da Igreja Católica são, para além de sua função religiosa, documentos tridimensionais que permitem ao estudioso da geohistória das religiões e das religiosidades compreender vários elementos da vida cotidiana. Tomemos como exemplo o estudo de caso sobre a gênese da cidade de Pedra do Anta.

Segundo o único relato de memória publicado³² sobre Pedra do Anta, o vestígio mais antigo dos primórdios da cidade é o terreno onde foi construída uma primeira capela, cujo orago foi São Sebastião. A edificação desta capela parece ter sido iniciada no final da década de 1820, graças à doação de um patrimônio de terras realizada por dois fazendeiros da região a um padre vindo da então Diocese de Mariana. Hoje, esta primeira capela não existe mais, e no mesmo terreno, próximo ao local onde ela foi erigida, está a Igreja Matriz de Pedra do Anta, cujo padroeiro continua sendo São Sebastião.

³¹ Digo que foi de forma superficial uma vez que tais análises sobre o período colonial e imperial brasileiro deixaram de considerar, como sugerimos neste trabalho, a função religiosa a partir de elementos presentes no espaço, tais como mosteiros, conventos e igrejas, além das práticas religiosas como as festas religiosas e celebrações que dominavam a paisagem local impregnada da religiosidade ali desenvolvida.

³² Refiro-me ao livreto publicado pelo já falecido Sr. José Pedro de Alcântara. Ver: ALCANTARA, José Pedro de. *História de Pedra do Anta: coletânea de informações, fatos e fotos históricos*. 1ª. Edição. Viçosa: Typográfica, 2004.

A documentação sobre a fundação dos municípios da Zona da Mata Mineira, tal como Pedra do Anta, é extremamente escassa e de difícil reunião, uma vez que boa parte destas cidades pertenceu a outros municípios na categoria de distritos até sua emancipação.³³ Ainda são poucos os esforços de organização e sistematização de informações que poderiam corroborar com a compreensão do processo de formação das cidades a partir do que Pierre Deffontaines analisou como a fundação de “cidades-patrimônio”. No próprio município de Pedra do Anta, documentos como os primeiros Livros de Tombo e do Fabriqueiro da Igreja, por exemplo, ainda não foram encontrados. No Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, estou valendo-me de documentos como os Pedidos de Provisão³⁴ na tentativa de identificar quais eram os limites e referências geográficas (rios, afloramentos rochosos, etc.) utilizadas pelos moradores do então arraial, que solicitavam a Diocese a elevação da capela à condição de Paróquia, isto já nos anos de 1830-1840. Do Arquivo Público Mineiro (APM), documentos como Leis e Decretos Provinciais, bem como o Livro de Registro de Terras da Paróquia de São Sebastião, da década de 1850, estão sendo importantes para a identificação dos possíveis moradores pioneiros do arraial e os limites da Freguesia do Anta já na metade do século XIX.

Devido à escassez de informações organizadas e sistematizadas sobre Pedra do Anta, a pesquisa aqui apresentada pretende fornecer subsídios para o ensino de História e Geografia para alunos do Ensino Fundamental do Município, como também para a tomada de ações futuras relativas ao planejamento e gerenciamento urbano pelos órgãos competentes. Desta forma, objetivamos criar dois produtos, além é claro da dissertação para a obtenção do título de Mestre: um paradidático sobre a gênese da cidade de Pedra do Anta, a ser disponibilizado aos alunos do Ensino Fundamental do município e uma

³³ Pedra do Anta, por exemplo, antes de se tornar município em 1962, pertenceu as cidades de Mariana e Ponte Nova, no século XIX, e Viçosa e Teixeira já no século XX. Ou seja, a documentação desta cidade poderá está dispersa em outros arquivos municipais, isto quando estas foram preservadas. No estágio atual de nossa pesquisa, até então não encontramos documentos específicos sobre o arraial do Anta nos arquivos de Pedra do Anta, Teixeira e de Ponte Nova. Os arquivos da Câmara Municipal e de fóruns da cidade de Mariana ainda estão sendo levantados.

³⁴ Os pedidos de ereção de capelas e ermidas domésticas feitas aos bispos traziam quase sempre um relato do isolamento geográfico à qual determinado grupo humano estava submetido, assim como as dificuldades enfrentadas nas viagens até as paróquias mais próximas.

representação cartográfica da Freguesia de São Sebastião de Pedra do Anta com o uso do Geoprocessamento³⁵ e da metodologia conhecida como Cartografia Histórica³⁶.

³⁵ O Geoprocessamento é um conjunto de tecnologias que coleta e trata informações que permitem o desenvolvimento de aplicações em representações da Terra. Entre estas tecnologias presentes em nosso dia a dia, podemos citar como exemplo, o Sistema de Posicionamento Global (GPS), que utiliza satélites para a determinação da posição de um receptor na Terra. Junto a estas tecnologias, que podem e são usualmente empregadas em conjunto, são também usadas metodologias específicas para cada objetivo de pesquisa.

³⁶ A Cartografia Histórica pode ser entendida como uma metodologia interdisciplinar que possibilita a reconstituição e o entendimento da dinâmica e estrutura de um espaço que, por vezes, não são contemplados em outros tipos de fontes de pesquisa. O método consiste basicamente no cruzamento de dados levantados em documentos de natureza descritiva sobre determinado espaço a ser representado em um mapa que utiliza dados usados pela cartografia atual. Dai a importância do uso da tecnologia em Geoprocessamento. Geralmente são empregados em interface mapas produzidos no período em questão, como também descrições de viajantes em relatos de memória, e documentos como cartas de sesmaria e livros de registro de terras.

Sociabilização, distinção e fé: irmandades leigas e família parental na organização dos ritos fúnebres em Mariana (1748-1848)

Karina Aparecida de Lourdes Ferreira

Graduanda em História

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Karina.ferreira@ufv.br

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre atitudes perante a morte entre a população testamentária marianense de meados do setecentos a meados do oitocentos. Analisamos as atribuições das comunidades religiosa e familiar no que se refere ao conjunto de cuidados entendidos como capazes de conduzir à salvação da alma. Nossa abordagem parte da consideração de que um dos pilares a mobilizar a redação dos testamentos era a preocupação em garantir o melhor destino para a alma frente à certeza da morte. Além disso, o sucesso na empreitada da salvação dependia não só da postura do testador, mas da atuação de terceiros. Dessa forma, o documento se torna espaço para a emergência de expressões demonstrativas de uma cultura religiosa, indicativas de laços de sociabilidade, envolvimento e confiança, o que buscamos investigar na análise.

PALAVRAS-CHAVE: Testamento; Ritos fúnebres; Bem morrer; Mariana.

Introdução

Os estudos a respeito da morte e das questões a ela relacionadas constituem uma discussão sempre atual por se tratar de um assunto que atravessa a história e as diversas culturas. Como se sabe, o processo de envelhecimento e morte ultrapassa o viés biológico, assumindo um caráter simbólico. Por esse motivo, constitui-se como um fenômeno imbuído de valores e significados cambiantes de acordo com o contexto cultural e histórico em que está inserido. Por esta razão, a morte e o morrer seduzem estudiosos de campos de conhecimento variados, empenhados em analisar o conjunto de práticas e representações situadas em torno dela.

Nossa proposta de trabalho dialoga com a chamada história das “atitudes perante a morte”, relacionando-se com a história cultural e social. Nossa pesquisa procura mostrar como se

apresentava, da segunda metade do século XVIII a meados da centúria seguinte, em Mariana, o discurso e as práticas em torno do morrer em diálogo com os princípios católicos.

O conjunto documental que oferece subsídios a essa discussão são 155 testamentos do Cartório do 1º. Ofício de Mariana. Esses registros foram selecionados devido à sua riqueza e acessibilidade. Eles fazem parte de uma documentação que vem sendo tratada pelo Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH)³⁷, vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Nos registros testamentais os indivíduos declaravam solenemente o que gostariam que fosse feito com tudo o que dizia respeito à sua pessoa após sua morte. O documento assumia uma dupla finalidade: jurídica e religiosa; configurava-se como instrumento de sucessão e herança assim como veículo privilegiado para a expressão de cuidados direcionados à salvação da alma.

“E professo viver e morrer na santa fé católica”

A preparação para a morte era concebida dentro de um conjunto de códigos fornecidos institucionalmente pelo catolicismo, considerando que “pelo menos até a segunda metade do século XIX, em todos os meios sociais e culturais, a Igreja detinha os meios de salvação após a morte.”³⁸ Em decorrência disso, faz-se necessário ter em vista o que o discurso da Igreja Católica veiculava sobre a ideia de bem morrer e das questões a ela relacionadas, identificando as conexões entre os ensinamentos católicos e os testamentos.

A representação da morte mobilizava um conjunto de elementos rituais, entendidos se tivermos em vista que para o homem religioso a morte não é apenas um “fenômeno natural”, trata-se também, e sobretudo, de “uma mudança de regime ao mesmo tempo ontológico e social: o defunto deve enfrentar certas provas que dizem respeito ao seu próprio destino *post mortem*, mas deve também ser reconhecido pela comunidade dos mortos e aceito entre eles.”³⁹ Desse modo, os ritos que envolviam os momentos anteriores e posteriores à morte se sustentaram pela necessidade de se precaver contra os perigos do *post mortem*. As práticas religiosas se organizavam como resposta ao imperativo individual e coletivo compartilhado dentro do aparato desenvolvido nos meios católicos.

A morte e seus ritos são fenômenos culturais, historicamente produzidos, e que oferecem alguns subsídios para se pensar a cultura religiosa de Mariana. Nos testamentos consultados

³⁷ O LAMPEH pode ser acessado no endereço <http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/>.

³⁸ SILVA, Eliane Moura da. *Vida e morte: o homem no labirinto da eternidade*. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 1993. p. 154.

³⁹ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 151.

emergem as práticas como o pedido de intercessão a criaturas celestes; o ato de acompanhar o corpo até a sepultura; a escolha do local onde o corpo deveria ser sepultado; a disposição de missas e orações a serem feitas em intenção da própria alma, assim como pela alma de familiares, conhecidos, ou pelas que estavam no purgatório.

Observa-se que a construção cultural do bem morrer estava inscrita em um universo que engloba “práticas” e “representações”⁴⁰. As representações se estabelecem no ambiente de formulações mentais e de atitudes baseadas nas vivências dos grupos que as forjam na sociedade. As representações relativas à morte geram práticas – comportamentos, costumes e formas de convivência – e suas práticas criam representações, em um emaranhado de atitudes e gestos no qual não é possível distinguir onde estão as origens – se em certas práticas, ou em outras representações.

A partir dessas considerações, cabe o questionamento a respeito dos significados simbólicos das cláusulas espirituais testamentárias e do aparato ritual fúnebre. A estrutura discursiva da documentação vem confirmar o arranjo no campo do sagrado da religião católica. Conforme apontado por Eliane Moura, as religiões compartilham de uma estrutura no plano místico onde é visível um ordenamento das personagens no âmbito do sagrado. No que se refere ao catolicismo, em primeiro plano tem-se a figura de Deus, personagem incognoscível e o Ser supremo do qual se espera a salvação – ou a condenação. Em segundo lugar aparecem os anjos e santos, são seres ativos, intercessores junto a Deus.⁴¹

A veneração dos santos é reafirmada pelo Concílio de Trento, o documento formulado nessa ocasião orienta aos sacerdotes que incitem nos fiéis as orações aos santos, pois eles as encaminham a Deus e agem no auxílio daqueles que os invocam.⁴² De igual forma as *Constituições Primeiras* defendem a adoração a Maria por “conter em si todas as virtudes” e aos santos e anjos por sua superioridade, reinando junto a Deus e intercedendo pelos vivos.⁴³

Maria assume nos testamentos a função nítida de intercessora, é a primeira entidade na qual é depositada a confiança na mediação entre o humano e o sagrado, nos testamentos os direcionamentos à Virgem são comumente acompanhados de expressões como “protetora”,

⁴⁰ Ver essas noções em CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, s/d.

⁴¹ SILVA. *Vida e morte*. p. 15.

⁴² *O sacrosanto, e ecumenico Concílio de Trento em latim, e portuguez*: dedica, e consagra aos excell., e rev. senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend. Lisboa: na officina de Francisco Luiz Ameno, 1781. Tomo II. Sessão XXV p. 347-349.

⁴³ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: Propostas e Aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Impressas em Lisboa no anno de 1719, e em Coimbra em 1720 com todas as Licenças necessárias, e ora reimpressas nesta capital. Na Typografia de Antônio Louzada Antunes. São Paulo, 1853. p. 09.

“gloriosa”, “intercessora”, “senhora nossa”, “advogada”. Maria Ferreira Filgueiras dirige sua prece à Maria do seguinte modo “(...) pesso a Deos Nosso Senhor, me perdoe meos pecados, pellos merecimentos de Nosso Senhor Jezus Christo e de Maria Santissima minha Senhora a quem torno por minha Advogada, agora e na hora de minha morte.”⁴⁴ Nas palavras da testadora pode-se perceber que o papel de árbitro a quem cabe o perdão dos pecados ou a condenação eterna não é deslocado da figura de Deus, Maria aparece então não como salvadora, mas como a mãe piedosa que roga a seu filho pelos pecadores arrependidos.

Num terceiro plano está a imagem do sacerdote, ele é o representante da Igreja enquanto instituição, atuando como intermediário entre seus membros e as manifestações divinas.⁴⁵ Os sacerdotes aparecem nos testamentos como figuras centrais no cerimonial fúnebre, devem acompanhar o féretro no momento de sepultamento e celebrar missas em memória dos defuntos.⁴⁶

Por ultimo, mas não em ultimo lugar, o crente. Aquele que dá sustento material e “espiritual” às religiões.⁴⁷ É ele quem redige os testamentos, encomenda missas, busca o intermédio do sacerdote e a interseção dos santos. O fiel é quem garante o funcionamento das associações leigas, faz doações materiais para a manutenção das igrejas, conserva as práticas da religiosidade cotidiana, é quem se empenha em garantir a salvação e a vida eterna.

Essa estrutura funciona como um mecanismo de controle sobre os anseios e temores humanos, sobretudo diante das incertezas que rondam o destino ultimo do homem, a finitude da vida, o grande desconhecido. O sucesso das religiões se deveu à capacidade de lidar com o desconhecido, de atuar no campo das sensibilidades, combinando medo e esperança.⁴⁸

Esse arranjo é perceptível na documentação, se por um lado o que motiva os indivíduos a testar é o medo da condenação, o que está embutido nisso é a perspectiva de poder ser salvo. O texto, em sua abertura, deixa tal combinação evidenciada, com algumas variações lê-se: “temendo me da morte que a todos He infalível desejando por por a minha alma no caminho da salvação por não saber quando Deos será servido de me levar para si faço este meu testamento na forma

⁴⁴ ACSM. Inventário com testamento de FILGUEIRAS, Maria Ferreira. Códice 113, auto 2348. Ano 1830. Mariana.

⁴⁵ SILVA. *Vida e morte*. p. 16.

⁴⁶ Conforme solicitado por Anacleto Gonçalves da Cunha: “acompanharão os sacerdotes que os meus testamenteiros quiserem e diram Missa de corpo presente de esmolla de mil e dusesentos cada huma” ACSM. Inventário com testamento de CUNHA, Anacleto Gonçalves da. Códice 323. Ano 1837. Mariana.

⁴⁷ SILVA. *Vida e morte*. p. 16.

⁴⁸ _____. *Vida e morte*. p. 16-17.

seguinte.”⁴⁹ A morte é certa e está envolta em uma aura de medo, mas o medo não exclui o desejo de ser salvo, por isso é preciso se prevenir, ter um plano que faça do temor algo suportável.

As práticas do bem morrer: um apelo à memória

O espaço destinado às práticas cerimoniais fúnebres é o mais propício à expressão dos vínculos parentais e religiosos. As fontes estudadas apontaram para a atribuição de responsabilidades às comunidades religiosa e familiar no que se refere ao conjunto de cuidados entendidos como capazes de conduzir à salvação da alma. Não era desejado que todo o processo que compreendia a morte fosse vivido na solidão, por isso esses laços assumiam particular importância. Não só no que se refere ao conforto do agonizante e de sua família, a assistência se dirigia ao preparo do funeral e à intercessão por meio de orações pela alma do morto.

A agremiação em irmandades assegurava benefícios temporais e espirituais aos devotos. Cabia às irmandades a organização dos ritos de despedida desde a assistência na doença até a realização de orações em intenção dos falecidos, o que envolvia, além disso, a concessão de mortalhas, a disponibilização das sepulturas e o acompanhamento do féretro. A importância dessas garantias é confirmada pela presença constante de pedidos pelo comparecimento das associações leigas nas cerimônias fúnebres.

As menções aos laços de parentesco podem ser vistos mais explicitamente no espaço destinado à herança e à escolha do testamenteiro. A indicação do testamenteiro pressupunha confiança, uma vez que esse era encarregado de todas as questões pendentes após a morte do testador. Eram nomeados “procuradores, administradores e bem feitores” dos bens do falecido, autorizados a realizar todas as transações financeiras necessárias. Deveriam cumprir as disposições incluídas no testamento, onde, às vezes se antevia até o mais ínfimo procedimento, mas também frequentes eram as disposições que deixavam a preparação dos ritos fúnebres parcialmente ou até mesmo totalmente a cargo dos testamenteiros. No decorrer do recorte cronológico os testadores foram se restringindo cada vez mais ao núcleo dos familiares mais próximos e a eles coube uma crescente responsabilidade para com os cuidados fúnebres.

Nos testamentos estudados, a cerimônia de sepultamento incluía basicamente quatro aspectos: a escolha do local da sepultura, as vestes fúnebres, o pedido de acompanhamento do féretro, e a solicitação de sufrágios. A escolha pelo enterramento em igrejas ou capelas é associada à

⁴⁹ ACSM. Inventário com testamento de SILVA, Antônia Leme da. Códice 018, Auto 0525. Ano 1810. Mariana.

noção de “sacralidade do solo” onde os mortos fariam sua morada até o Juízo Final.⁵⁰ Nas *Constituições Primeiras* recomendava-se o enterramento em lugares sagrados para que se evitasse o esquecimento do finado. Nas igrejas o ausente se fazia de certa forma presente, perpetuando sua memória como garantia de orações em benefício da alma e, por conseguinte o alívio das penas do Purgatório.⁵¹ Garantir a sepultura eclesiástica era uma preocupação constante entre todos os testadores. As *Constituições* salientavam a importância de conceder enterramentos em locais sagrados, mas faziam restrições destes para, dentre outros, hereges, judeus, excomungados e pagãos “que nunca receberão, nem pedirão o Sacramento do Batismo”⁵², e a seguir, após recomendar o exame cuidadoso dos casos em que não poderá ser concedido o sepultamento, concluía-se “e pelo defunto que for enterrado fóra do sagrado, se não dirá Missa, nem farão Offícios, nem por elle se receberá benefício algum, nem orará, nem rezará publicamente.”⁵³

A escolha do local da sepultura poderia obedecer também à ideia de pertencimento a uma comunidade, de estar num ambiente familiar, próximo de onde se residia e daqueles com os quais foram estabelecidas relações ao longo da vida. A preferência manifestada nos testamentos pelos espaços sagrados próximos da residência ou do local de nascimento é interpretada por João José Reis como demonstração de um “espírito de comunidade” que se prolonga mesmo após a morte. “Nascimento e morte, começo e fim, convergiam para o mesmo lugar, marcando o fechamento do círculo do tempo com uma promessa de reinício.”⁵⁴

O alferes Antônio Dias dos Anjos em julho de 1785 redige seu testamento através do qual ele declara querer ser enterrado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga onde ele vivia. O testador afirma ser irmão das irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Conceição e de São Miguel e Almas, e deseja ser sepultado em cova de qualquer uma dessas irmandades, como lhe é de direito. Como se pode ver, Antônio dos Anjos conjugou as duas preferências que influenciam a decisão pelo local da sepultura, a saber, o espaço sagrado e o “espírito de comunidade”. Mais adiante o testador faz uma interessante solicitação “pesso pello amor de Deos e pellas Rogas de Jesus Christo a todos os meus filhos e filhas Se lembre de minha alma com hum padre nosso e huã ave Maria aos menos cada vez que forem a Igreja donde eu fallecer digo eu for Sepultado”⁵⁵. Nesse trecho se percebe a conexão entre a importância da

⁵⁰ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997. p. 234.

⁵¹ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. p.295.

⁵² _____, p. 301.

⁵³ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. p. 303.

⁵⁴ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 186.

⁵⁵ ACSM. Inventário com testamento de ANJOS, Antônio Dias dos. Códice 013, Auto 0427. Ano 1787. Mariana.

intercessão dos vivos pelos mortos, a necessidade de se fazer lembrar, e o papel do local da sepultura, que, nesse caso, não só era um espaço sagrado como também um local frequentado pela família.

Em se tratando das vestes mortuárias, embora sua escolha fosse bastante flexível⁵⁶, podendo variar bastante conforme a vontade do testador, em nosso corpo documental há uma clara preferência pelos hábitos franciscano, carmelita e, no caso dos clérigos, vestes sacerdotais. Para Ana Cristina Araújo o uso de hábitos religiosos estava relacionado à crença de que as vestes atraíam benefícios espirituais.⁵⁷ Também devemos acrescentar a grande popularidade das ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis em Mariana, se destacando pela disposição de recursos materiais, demonstrado pela edificação de seus templos. Possivelmente elas eram responsáveis pelos enterramentos mais ricos em detalhes e pelos maiores cuidados com os rituais *post mortem*.

O pedido de acompanhamento direcionado aos sacerdotes reforça o papel dos clérigos como representantes da Igreja enquanto instituição, atuando como intermediários entre os fiéis e as manifestações divinas. Os sacerdotes aparecem nos testamentos como figuras centrais no cerimonial fúnebre, devem acompanhar o féretro no momento de sepultamento e celebrar missas em memória dos defuntos.

A preocupação com os sufrágios é uma constante na documentação, até o final de nosso recorte cronológico não é comum encontrar testamentos que não contenham nenhum pedido de missa. As solicitações de missas eram feitas em memória da alma do defunto, bem como das almas de seus familiares, e ainda das que estavam no purgatório.

O Purgatório aparece como um local ou uma temporalidade intermediária entre a salvação e a condenação eternas. As almas que habitam o Purgatório ali estão provisoriamente, até purgarem seus pecados para serem conduzidas a outra dimensão. Como se pode ver no relato de Antônio Matos: “ordeno que mandem dizer outras duzentas missas pellas mais nessesitadas almas que estão no purgatorio para que brevemente sayão dellas”⁵⁸. Além de seu caráter provisório, se depreende das considerações de Antônio Matos a noção de intercessão dos vivos pelos mortos, o tempo de estadia no “terceiro local” poderia ser reduzido pela intervenção da comunidade religiosa. Eliana Moura sintetiza a concepção do Purgatório ao explicar que

⁵⁶ REIS. *A Morte é uma Festa*. p. 119.

⁵⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Notícias editorial, 1997. p. 234.

⁵⁸ ACSM. Inventário com testamento de MATOS, Antônio Lopes. Códice 040, Auto 0922. Ano 1769. Mariana.

O Purgatório como um lugar intermediário onde as almas pudessem aplacar, penitencialmente, seus erros menores e preparar-se para a oportunidade de remissão dos pecados e a salvação eterna, abrandou os castigos infernais. Aumentou as perspectivas salvacionais da religião cristã, assim como definiu uma nova relação entre mortos e vivos.⁵⁹

Desse modo, o terceiro local se afigura como uma espécie de válvula de escape, uma solução para a desesperança diante das ameaças e do risco quase certo da condenação. Além disso, como assinalado, as relações entre vivos e mortos assumem uma nova configuração, formam-se teias de solidariedade onde os vivos oram pelas e para almas dos falecidos, para que elas sejam salvas e também para que intercedam por eles.

O testamento do capitão Antônio Brandão Lisboa é demonstrativo da atuação dos vivos em benefício dos mortos:

Item nesta cidade Marianna sincoenta Missas pellas almas do purgatorio [...] = Item no Ryo de Janeiro deixo se mandem dizer vinte missas ao Senhor Sam José oferessidas ao Padre eterno em honrra das tres horas em que Nosso Senhor Jesus Christo esteve agonizante sobre o sagrado pinho da crus em sufragio das almas do Purgatorio em sastisfação das minhas penitencias mal compridas = Item deixo se me digam no Ryo de Janeiro trinta e quatro Missas no Altar do Senhor dos pasos em honrra e louvor dos trinta e quatro annos que o senhor andou no Mundo por minha tenção applicadas pellas almas⁶⁰

Jacques Le Goff observa esta “confiança dos cristãos na eficácia dos sufrágios”, e acrescenta que

Os sufrágios pelos mortos supõem a formação de longas solidariedades de um lado e de outro da morte, relações estreitas entre vivos e defuntos, a existência, entre uns e outros, de instituições de ligação que pagam os sufrágios – como os testamentos – ou fazem deles prática obrigatória – como as confrarias.⁶¹

Conforme apontado, o sucesso da entrada no reino de Deus dependia não somente da conduta do testador em vida, continuava ainda a depender do mundo terreno pelos sufrágios que se faziam. Dentro dessa lógica se inserem a própria escolha do local de

⁵⁹ SILVA. *Vida e morte*. p. 129.

⁶⁰ ACSM. Inventário com testamento de LISBOA, Antônio Brandão. Códice 043, Auto 0984. Ano 1769. Mariana.

⁶¹ LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. 2.ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 25.

sepultamento e a solicitação de missas a serem celebradas em memória da alma do defunto, bem como das almas de seus familiares, e ainda das que estavam no purgatório.

É interessante notar, além disso, no posicionamento da Igreja e na leitura dos testamentos, a luta travada contra o esquecimento. O traço que emerge a partir de todas essas considerações é o papel ocupado pela memória na religião cristã. Se fazer lembrar era necessidade premente, era o fundamento de todas as cláusulas e práticas fúnebres.

Le Goff destaca que o cristianismo, assim como o judaísmo, são “religiões da recordação”.⁶² Porque o aspecto da fé e do culto foi edificado sobre atos divinos do passado, mas também porque os preceitos dessas religiões insistem fundamentalmente na necessidade da lembrança. Nesse sentido está a celebração eucarística como memória cotidiana do sacrifício de Jesus Cristo; os registros de óbitos onde se perpetuam os nomes dos fiéis defuntos; a instituição, no século IX, do dia de finados a ser celebrado a 02 de novembro em nome da memória dos mortos; a introdução da oração pelos falecidos no cânon da missa.⁶³

No Brasil, nas legislações eclesiásticas publicadas em 1707, a condenação do pecado e o incentivo da preparação para uma boa morte aparecem em vários momentos. Num trecho que trata dos sinais que devem ser feitos pelos defuntos nos é apresentado a seguinte orientação:

Justamente se introduzio na Igreja Catholica o uso, e signaes pelos defuntos; assim para que os fieis se lembrem de encomendar suas almas a Deos nosso Senhor, como para que se incite, e avive nelles a memoria da morte, com a qual nos reprimimos, e abstemos dos pecados.⁶⁴

Como se vê, a “memória da morte” torna-se importante instrumento para a fixação de preceitos católicos. Ela mobilizava as sensibilidades humanas para que se prevenisse contra as penas eternas do Inferno.

À guisa de conclusão

A partir de tudo que foi apresentado, ficou claro que o falecimento não significava pura e simplesmente deixar de existir no mundo dos vivos. Para além disso, a morte e o morrer tratavam-

⁶² LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *Enciclopédia Einaudi: Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997, vol.1, p. 24.

⁶³ _____. *Enciclopédia Einaudi*. p. 26-28.

⁶⁴ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. p. 291.

se de construções sociais e culturais, e assumiam papel de destaque na própria existência do indivíduo e da comunidade, mesmo que pareça contraditório. Como estabelecido pela igreja católica, era preciso pensar na morte para bem viver. A dimensão exterior das práticas e dos costumes cerimoniais que envolviam a morte esteve sustentada por outra interior e dotada de significados. A reunião de todo aquele componente simbólico atuava como meio para conseguir a salvação cristã.

A morte vista enquanto momento a partir do qual o indivíduo perde a capacidade de fazer valer suas escolhas pessoais explica a função do testamento: o documento que consegue postergar para além do falecimento as decisões do indivíduo. Mas, por outro lado, fica evidente na documentação o poder atribuído a outras instâncias: família, comunidade religiosa e ao próprio testamenteiro.

Podemos concluir, a partir do que foi exposto, que as recomendações de cerimônias e orações indicam a relevância das celebrações e a assistência da coletividade para que se conquistasse uma morte cristã. Conservar para após a morte uma determinada memória no mundo dos vivos constituía em necessidade básica para a manutenção de solidariedades entre vivos e mortos, tornando o morrer não mais uma experiência solitária.

A Representação da Mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento

Miriã Noeliza Vieira

Especialista em História, Arte e Cultura – UEPG
miriavieira@hotmail.com

RESUMO: Este artigo se propõe a analisar a representação da mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento. Partiu-se da hipótese de que a Bíblia Sagrada como um documento histórico é pertinente para compreender o espaço de sociabilidade e explorar as representações que associam a mulher. Para isso selecionamos três mulheres, Joquebede, Ana e Ester no qual demonstram características peculiares entre si, mas ao mesmo tempo o ser mulher aparece em destaque entre elas. 98 A partir das reflexões de conceito de gênero abordadas por Joan Scott (1995), Maria Izilda Santos de Mattos (1997), Rachel Soihet (1997), Margareth Rago (2003), Joana Maria Pedro (2005). Que definem gênero como uma categoria multidisciplinar de reconstruir as experiências das excluídas da história tradicional. Outro conceito que dá a base teórica para análise neste artigo é a da Representação Social de Serge Moscovici (2003), Celso Pereira de Sá (1995), segundo os quais, a representação social possibilita a compreensão das relações dos mundos sociais e individuais numa sociedade em constante transformação. Por fim trouxemos algumas considerações finais sobre a análise realizada sobre estas três mulheres na Sagrada Escritura e quais a representatividade delas como mulher, uma vez que cada uma delas se destaca em papéis específicos na sociedade na qual estavam inseridas.

PALAVRAS – CHAVE: Representação; Mulher; Sagrada Escritura; Antigo Testamento.

Introdução

O presente artigo o tem por objetivo analisar a representação da mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento. Partiu-se da hipótese de que a Bíblia Sagrada como um documento histórico é pertinente para compreender o espaço de sociabilidade e explorar as representações que associam a mulher. Para isso selecionamos três mulheres, Joquebede, Ana e Ester no qual demonstram características peculiares entre si, mas ao mesmo tempo o ser mulher aparece em destaque entre elas.

Neste caso, a Bíblia é pensada e analisada como um documento histórico, passível de múltiplas leituras, como destaca Chartier⁶⁵:

Por um lado, a leitura é a prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou de fazedores de livros: ela é uma “caça furtiva”, no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada.

Como uma leitura sistemática, a bíblia possui uma conjectura de ideologias e valores, que permite analisar o papel da mulher em uma determinada época. Desta maneira este artigo tem como ponto inicial um breve apontamento da teoria da representação social e gênero, e pôr fim a análise do que foi proposto.

Representação Social e Gênero

O conceito de Representação Social é utilizado neste artigo porque ele possibilita a compreensão das relações dos mundos social e individual numa sociedade em constante transformação. Como destaca Jodelet (JODELET, 1989 apud, SÁ, 1995 p.32) “representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”⁶⁶.

Segundo Arruda⁶⁷ “À Teoria das Representações Sociais – TRS – operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade”, ou seja, existem duas formas de pensamento: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo, porque tem finalidades diferentes.

O universo consensual é aquele que se dá no campo do senso comum, na vida cotidiana, neste não há distinções entre as pessoas, todas são iguais e livres, todas podem

65 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representação*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990, p.123.

66 SÁ, Celso Pereira. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.p. 19-45, p. 32.

67 ARRUDA, Angela. *Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero*. Cadernos de Pesquisa, n.º 117, novembro/2002. p.127-147, p.129.

falar com a mesma autoridade. Já o universo reificado é aquele que se dá no campo científico, composto por diferentes papéis e classes, cujas pessoas são desiguais, é um campo completamente hierarquizado. Neste universo a competência adquirida determina o grau de participação, é o campo dos especialistas.

O contraste entre esses dois universos é que de um lado estão as pessoas comuns, e do outro os cientistas com seus papéis bem definidos. Dentro desses universos a ciência compreende o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam do universo consensual.⁶⁸ Todavia apesar de terem intenções diferentes são eficazes e imprescindíveis para o ser humano.

Na Teoria das Representações Sociais há dois processos importantes que esclarecem como se dá a representação dos novos objetos de conhecimento pelos indivíduos, uma denominada objetivação e outra ancoragem, que Cardoso⁶⁹ explica da seguinte forma:

O da objetivação (que compreende a três fases da construção seletiva da esquematização estruturante e da naturalização), através do qual se provê um contorno (imagem, figura) a determinadas ideias ou noções; e o da ancoragem, que assegura a vinculação social da representação, tanto em relação aos valores cognitivos de sentido e saber com que deve ser coerente no grupo social que se vê surgir quanto pela atribuição de um valor funcional a seu contexto específico.

A objetivação é o processo de unir a ideia do não familiar com o da sua própria realidade. Já o processo de ancoragem é realizado sob dois aspectos: o da classificação e da nomeação é quando o indivíduo classifica e dá nome a alguma coisa, ou seja, reduz o novo objeto de conhecimento a categorias e a imagens conhecidas, e as coloca num conjunto familiar. Para Moscovici, tanto a “ancoragem e a objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória.”⁷⁰

⁶⁸ FERREIRA, Angela Ribeiro. *Representações Sociais e Ensino de História*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005. p.77-78.

⁶⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (Orgs) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000.p. 9-10.

⁷⁰ MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigação em psicologia social*. 2a. edição. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p.78.

No campo da educação o conceito de Representação Social aparece como muita frequência que segundo Gilly⁷¹.

O interesse essencial da noção de representação social para a compreensão de fatos da educação é que ela orienta a atenção sobre o papel de conjuntos organizados de significações sociais no processo educativo. Ela oferece uma nova via para a explicação de mecanismo pelos quais os fatores propriamente sociais agem sobre o processo educativo e influenciam os resultados deles.

Dessa maneira a Teoria das Representações Sociais pode contribuir para analisar os caminhos suaves das mulheres, no material didático. Este que é um elemento importante no processo educativo escolar no Brasil. Sendo que

O campo educativo aparece como um campo privilegiado para ver como se constroem, evoluem e se transformam as representações sociais no seio de grupos sociais e nos esclarecer sobre o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de sua⁷².

Segundo Joana Pedro, “entrar para história tem sido um valor disputado”⁷³, principalmente para as mulheres, já que a historiografia tradicional dava destaque aos grandes acontecimentos, fatos e heróis que em sua maioria eram masculinos. Mas isto mudou com a renovação que a Escola dos Annales trouxe para a historiografia, quando introduziram a utilização de novas fontes, novos personagens, novas perspectivas de análise, dando especial atenção os esquecidos, propondo uma “história vista de baixo”⁷⁴. Como destaca Matos⁷⁵, “essa crise de identidade da história levou à procura de “outras histórias”, o que levou a ampliação do saber histórico e possibilitou uma abertura para a descoberta das mulheres e do gênero”.

⁷¹ GILLY, Michael. As representações sociais no campo educativo. *Educar*, n°19. Curitiba, 2002.p.231-252, p.232.

⁷² GILLY, Michael. As representações sociais no campo educativo, p.232.

⁷³ PEDRO, Joana M.. Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. *Revista Catarinense de História*. n° 2. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1994, p.83.

⁷⁴ SHARPE, J. A História vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992, p.62.

⁷⁵ MATOS, Izilda S de. *Por uma História da Mulher*. Coleção Essência. Bauru, SP: EDUSC, 2000.p. 6-231, p.86.

Nesse sentido, o livro didático tem sido um elemento de apoio de análise no campo educacional para compreender as representações de gênero, raças, etnias, classes sociais. Já que:

Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades "características" de homens e atividades de mulheres. A ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados.⁷⁶

A utilização desta teoria no trabalho parte da explicação dada pelo seu principal representante, Serge Moscovici, (2003, p.233) que diz que o indivíduo só existe dentro da rede social e toda sociedade é resultado da interação de milhares de indivíduos. Sendo assim, mesmo as cartilhas não sendo do campo específico da História, elas podem apresentar representações comuns da sociedade em que foram produzidas, pode absorver discussões públicas, do universo consensual, daquele momento histórico, em que o papel das mulheres na sociedade era tão debatido.

Joquebede, Ana e Ester: o ser mulher

Nossa ênfase será dada, em Joquebede, Ana e Ester mulheres estas que representam o ser mulher na escritura sagrada, evidenciando o perfil da mulher, que seria casada, mãe, dona de casa, professora de seus filhos e como plano de fundo o universo do lar como cenas das experiências femininas. As representações da mulher e do homem na bíblia foram construídas destacando o papel social de cada um deles na sociedade, enfatizando quais eram as responsabilidades e as obrigações das mulheres no período.

Essas mulheres trazem consigo uma personalidade muito marcante:

Joquebede foi a mãe de Moisés, contudo passou por alguns percalços para conseguir que seu bebê sobrevivesse da morte destinada para os recém-nascidos meninos hebreus.

⁷⁶ LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Editora Vozes: Petrópolis/RJ, 2008, p.70.

Ana era casada por alguns anos e ainda não era mãe, e naquela época uma mulher não ser mãe era uma vergonha, orou intensamente para Deus no templo, que o profeta Eli pensou que ela está embriagada, passados algum tempo ela se tornou mãe de um menino: Samuel que foi dedicado ao Senhor, no qual com pequena idade foi morar no templo.

Já Ester, ou Havassa, era uma mulher linda, que foi escolhida para casar com o rei Assuero, porém a sua luta, não foi para salvar seu filho, para ter um filho, sua luta foi para livrar o povo judeu da morte, ela e o povo jejuaram por três dias, e mesmo sabendo que se entrasse na sala do rei sem permissão era condenada à morte. Mas ela não pensou em sua vida mais em como salvaria o seu povo.

Considerações Finais

Ao analisarmos a vida destas três mulheres percebemos semelhanças e diferenças entre si, porém a força e o ser mulher é destacado, Joquebede de salvar a vida de seu filho, Ana de ser mãe e Ester de salvar seu povo. Contudo o ser mãe fica mais em evidencia, retratando que a mulher tinha o dever de ser mãe, independentemente do tempo. Já Ester percebemos uma mulher lutadora que não pensava em si mais em seu próximo.

Desta maneira independente do tempo, século e ano, a mulher sempre será questionada no seu lado mãe, do lar.

O abraço sagrado da Senhora das Batalhas: representações da deusa Inanna na Antiga Mesopotâmia.

Simone Aparecida Dupla

Mestranda em História (Bolsista CAPES/Araucária)

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

cathain_celta@hotmail.com

RESUMO: Entre as diversas divindades presentes na sociedade mesopotâmica, a deusa Inanna parece ser uma das mais complexas. Tanto que seu status dentro do panteão tem sido nas últimas décadas revisitado. Este trabalho analisou as representações acerca da sexualidade divina presentes no culto a Inanna. Para tal utilizamos textos datados do final do terceiro milênio e do período babilônico antigo que fazem menção a essa deusa. Por meio da noção de representação de Chartier (1990) e de sagrado de Eliade (1992) buscou-se salientar as características do culto à Inanna e sua intervenção nas relações sociais. Percebe-se que as relações sexuais, o amor e o erotismo seriam formas de contato e expressão do sagrado na Mesopotâmia, modelos de conduta a ser seguidos.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade divina; Inanna; Mesopotâmia.

Introdução.

Uruk, a cidade tutelar da deusa *Inanna*, ficava na região que corresponde a atual Warka, a uns três quilômetros da atual Bagdá. Esteve habitada desde o quarto milênio a.C. O *Eanna* era o santuário consagrado à deusa *Inanna*, as referências a essa deusa aparecem nesse complexo templário desde o final do período de *Uruk* Antigo (3800-3200 a.C.), como atestam os trabalhos da arqueóloga Krystyna Szarzynka.⁷⁷ Já nesse período encontram-se inscrições de oferendas a três personificações dessa divindade: *Inanna* do Amanhecer, *Inanna* do Entardecer e *Inanna* Princesca, sendo que os dois primeiros fazem menção a uma das representações da divindade como o planeta Vênus.

A ligação de *Inanna* com a cidade de *Uruk* pode ser atestada pelo mitema *A árvore de Hullupu*⁷⁸, que apresenta a divindade como a jovem senhora que passeando pelas margens do Eufrates encontra uma árvore de *Hullupu* sendo levada por suas correntezas. Ao tirar a

⁷⁷ SZARZYNSKA, Krystyna. *Offerings for the Goddess Inanna in Archaic Uruk*. Revue d'Assyriologie. Paris: Gabala, 87, 1993, p. 7-29.

⁷⁸ WOLKSTEIN, Diane; KRAMER, S.N. *Inanna queen of heaven and earth: her stories and hymns from Sumer*. New York: Harper & Row, 1988, p. 4-9.

pequena muda das águas e plantá-la em seu Jardim Sagrado, a divindade metaforicamente acolhe os sumérios que pela via fluvial haviam ancorado nessas paragens.

Essa narrativa diz ainda que *Inanna* cuidou do broto com suas mãos e esperou até que este crescesse para que se tornasse sua cama e seu trono, o que ocorreu após alguns percalços e com o auxílio do mais famoso herói e rei de *Uruk*, Gilgamesh. A construção do espaço sagrado, a domesticação ou simbiose com os habitantes autóctones são indícios de que a divindade já tinha seu culto bem raigado quando da chegada dos sumérios⁷⁹ por volta de 3500 a. C.

Os mitos mesopotâmicos fazem referência ao ato sexual em diversas narrativas. As representações mitológicas no universo mesopotâmico foram criadas, sentidas e perpetuadas por mecanismos diversos, os quais vão de encontro ao conceito de representação do historiador Roger Chartier. Para o autor, os discursos sobre a realidade produzida por determinado grupo, embora tendam a universalidade, seria sempre o reflexo dos grupos que as constituíram⁸⁰.

Dessa forma, essas representações também demarcavam lugares sociais, formatavam maneiras de ser de indivíduos e do grupo. Elas produziam identidades, normas comportamentais ideologicamente aceitas e adaptadas a contextos distintos. O mito era uma produção cultural, fruto da atividade humana, ligado a sua realidade sociocultural e temporal.

A literatura, os mitos e os hinos onde essa deidade era a protagonista trazem inúmeras referências às práticas sexuais, como forma de externar regras de cortejo e práticas sociais. As formas de prazer presentes no *hierogamos* da divindade apontam para aspectos e formas aceitáveis do ato sexual, para normas de cortejo e de relacionamentos a que a os jovens solteiros estavam sujeitos. Nas falas de *Inanna* percebe-se o desejo de setores distintos. As narrativas dessa divindade aproximavam elementos divinos e mundanos.

⁷⁹ Embora esta interpretação seja meramente especulativa, pois o texto que trata desse mitema é de período posterior, essa hipótese não pode ser descartada, uma vez que a documentação escrita descende da tradição oral com a qual conviveu durante toda a história desses povos.

⁸⁰ CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

Inanna era apresentada nas narrativas sempre como a jovem mulher, ao falar sobre o casamento teve uma discussão acalorada com o irmão, o deus sol *Utu*. *Inanna* questionava *Utu* sobre aquele que dividiria o leito nupcial com ela, quem iria para cama com ela. O irmão informou que o casamento já estava acertado com o pastor Dumuzi, o que não a agradou⁸¹.

A deusa apresenta sua vontade, preocupação e justificativas para recusar o futuro marido. No discurso aspectos materiais, a satisfação sexual, o prazer e a paixão aparecem como elementos importantes para as núbeis mesopotâmicas. Por isso, embora o pastor não a agradasse como pretendente, os seus presentes e a segurança material que ele oferecia tanto para ela quanto para o grupo fazem com que a *Inanna* repense sua posição, sem, no entanto abrir mão de satisfazer-se enquanto mulher.

A divindade então arruma-se para as núpcias, o ritual inclui uma espécie de “dia da noiva”, em que ela usa de artifícios e artefatos para seduzir. A cerimônia inicia-se com a preparação de *Inanna* para encontrar o futuro esposo e deixar-se levar até o leito nupcial. Ela banha seu corpo e besunta com óleo perfumado, coloca o vestido real, provavelmente uma roupa utilizada especificamente para este fim, deixa seu dote pronto, coloca o colar de lápis-lazúli, pega seu selo e espera ansiosa pelo pretendente⁸².

Este chega com um cortejo, fica encantado com a visão de *Inanna*, o texto diz que esta encontra-se tão bela quanto à luz da lua. Então ele a abraça, roçando seu pescoço no dela e a beija. A ideia do contato físico intenso transparece nessa passagem, pois de que forma os pescoços podem roçar um no outro senão pelo enlaçar dos corpos? A divindade então profere uma espécie de juramento, que deve ser lembrado por todos, passados da boca ao ouvido, contato pelo ancião ao jovem, ou seja, perpetuado pela tradição.

Formula novamente a pergunta sobre o ato sexual, usando metáforas para o sexo, questiona sobre quem irá arar sua cornucópia que encontra-se cheia de expectativas como a lua nova, compara sua genitália ao barco do céu, ao campo alto e ao chão molhado que espera que a enxada venha arar. Dumuzi então responde ao juramento, dizendo que ele irá

⁸¹ WOLKSTEIN; KRAMER. *Inanna queen of heaven and earth*, p. 30-49.

⁸² WOLKSTEIN; KRAMER. *Inanna queen of heaven and earth*, p. 30-49.

satisfazê-la, irá arar sua terra fértil. *Inanna* o chama para o leito e lhe pede para que are sua vulva.⁸³

O rei excita-se, seu órgão sexual era comparado ao cetro erguido. Ao vê-lo excitado, *Inanna* pronunciava uma canção de felicidade, que parece indicar os preliminares do ato sexual, pois sugere *Dumuzi* como sendo um homem voluptuoso e ousado, pois acariciou a área abaixo do umbigo da divindade, passando suas mãos por entre as coxas, o texto se refere a *Dumuzi* como aquele que os quadris da divindade amam⁸⁴, ou seja, que a satisfazia.

Mas *Dumuzi* também devia cantar a ela, as metáforas comparam o corpo da deusa a natureza, seus seios eram comparados aos campos. Dumuzi a convida para ir até o jardim, o que possivelmente era uma referência ao leito nupcial, onde ele diz que gostaria de plantar a doce semente coberta de mel, ou seja, consumir o casamento. Então eles seguem para o leito nupcial onde passam a noite entre o sexo e carícias, até que adormecem abraçados e de mãos dadas.

A narrativa segue ainda com a fala da deusa, que deve atestar ou relembrar o que ocorreu na ocasião anterior, uma espécie de retrospectiva da consumação:

Eu me banhei para o touro selvagem
Eu me banhei para o pastor Dumuzi,
Eu perfumei minha pele com óleo,
Eu molhei os lábios com o doce perfume de âmbar
Eu pintei os olhos com Khol.
Ele esculpiu meus quadris com suas doces mãos,
O pastor Dumuzi, encheu meu colo com creme e leite,
Ele acariciou meus pelos púbicos,
Ele agitou meu útero.
Ele tocou com suas mãos a minha sagrada vulva.
Ele tocou minha nau estreita com seu leite
Ele acariciou-me no leito.
Então eu acariciei o alto sacerdote no leito
Eu acariciei o fiel pastor Dumuzi,
Eu acariciei seus quadris, a força do pastoreio da terra.
Eu decretei um doce destino para ele.⁸⁵

Esse testemunho da divindade pode ter sido utilizado para atestar que *Dumuzi* cumpriu fielmente com sua função marital, proporcionado prazer a *Inanna*. A deusa o

⁸³ _____ . *Inanna queen of heaven and earth*, p. 37.

⁸⁴ _____ . *Inanna queen of heaven and earth*, p. 37

⁸⁵ WOLKSTEIN; KRAMER. *Inanna queen of heaven and earth*, p. 44.

recompensaria oficializando-o no trono e distribuindo prosperidade, sabedoria e proteção, como demonstra o final da narrativa que conclui com as palavras de Ninshubur, provavelmente uma alta sacerdotisa, que bendiz o reinado de *Dumuzi* enquanto este satisfaça a deusa⁸⁶.

Os ritos desse casamento podem ter sido uma cerimônia reproduzida por todo jovem casal nessa sociedade, pois o espaço sagrado era reconfigurado e reencenado em escala microscópica. Segundo Eliade o homem das sociedades tradicionais reproduzia o macrocosmo no seu lar, a casa era uma espécie de microcosmo sacralizado⁸⁷, o que nos leva a crer que as práticas sexuais dos deuses eram seguidas pelos homens.

É importante notar que o rito previa carícias preliminares entre os amantes e a satisfação da divindade, o cuidado no toque e nas palavras de sedução. *Inanna*, ao demonstrar desejos, vontades e expectativas em relação ao ato sexual, representava a ideologia feminina sobre o matrimônio e suas práticas.

Outro texto intitulado “Um tigi para Inana e Dumuzi⁸⁸” mostra a divindade como alguém que encontra o amante as escondidas, vivendo um romance que se não era proibido, não era adequado as jovens agir de tal forma. Nesse poema, *Inanna* se preocupa por ter ficado muito tempo na companhia de Dumuzi e não saber o que dizer a mãe por ter tardado tanto fora de casa. O amante a orienta a mentir que estaria com suas amigas dançando e ouvindo música, assim esquecer-se das horas.

Essas canções ou hinos atestam uma relação de forças onde diversos grupos femininos buscavam legitimar suas práticas por meio das ações da deidade e manter um mínimo de liberdade para suas práticas sexuais. Este hino, da época de Iddin-Dagan⁸⁹, por exemplo, sugere a continuidade dos votos e rituais relacionados à *Inanna*, durante o Akitu:

No ano novo, no dia da celebração dos ritos,
Preparam o tálamo para minha Senhora,
Ela se purifica com óleos perfumados e perfumes de resina de cedro.
Para minha Senhora se estende um leito,
Estende-se sobre ele uma bela coberta,
Para que nesta coberta (lençol) “alegria do coração”
Esteja confortável.

⁸⁶ _____ . *Inanna queen of heaven and earth*, p. 49.

⁸⁷ ELIADE, Micea. *Aspectos do mito*. Rio de Janeiro: Perspectivas do Homem/edição 70, 1967.

⁸⁸ ETCSL: t.4.08.08. *Um Tigi para Inana (Dumuzid-Inana H)*. Disponível em: <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=t.4.08.08#>.

⁸⁹ Terceiro rei da dinastia de Isin (1974-1954).

Minha senhora realiza abluções rituais para o abraço sagrado,
Ela se lava para o encontro com o rei.
Ella se lava para o abraço com Iddin-Dagan,
A pura *Inanna* se lava com sabão,
Acaricia o colo com óleo perfumado de cedro.
O rei com (a frente alta) excitado acode ao abraço sagrado,
Ao abraço de *Inanna* acode com majestade.
Ama-ushumgal-anna encontra-se ao seu lado,
Regozija-se como abraço sagrado.
A pura *Inanna* depois de ter se regozijado no leito com o abraço ritual,
A Senhora, satisfeita como abraço ritual,
Distrai-se com ele no leito.⁹⁰

Em um hino da época do rei Shusin⁹¹, denominado um *Balbale para Inanna*, esta aparece como a amante do rei, o hino mostra o desejo sexual da divindade, que entre ardores e fremidos pede para tocar e ser tocada:

Oh meu amante, querido de meu coração,
O prazer que me dás é doce como o mel,
Oh meu leão, querido de meu coração,
O prazer que me dás é doce como o mel
Você me conquistou: eis-me aqui tremula diante de ti; [...]
[...] Desejo, meu amante, que me conduzas ao teu leito.
Meu amante permita-me que te acaricie;
Meu doce amor quero estar plena de teu mell!
No leito, delicadamente,
Deixa que gozemos de tua radiante formosura;
Meu leão deixa-me acariciar-te
[...] Me dá, suplico-te, suas carícias.⁹²

Prazer e carícias faziam parte do ritual a *Inanna*, por isso o desejo de obter essas benesses aparece em diversos ex-votos dedicados a ela. Esses ex-votos eram pequenas esculturas em argila, onde um leito estilizado traz um casal nu trocando carícias. A divindade acendia a chama do prazer, recuperava ou tirava a virilidade dos homens e os travestia em mulheres em ocasiões diversas, demonstrando seu poder como patrona da sexualidade.

Considerações finais:

Protetora das práticas sexuais, a divindade estendia seus parâmetros de relacionamento às mulheres daquela temporalidade. Permitia por meio de suas narrativas

⁹⁰ PEINADO, Federico Lara. *Himnos sumerios*. Madrid: Molina, 1988, p. 43-4.

⁹¹ Quarto rei da dinastia de Ur (2093-2284).

⁹² PEINADO. *Himnos sumerios*, p. 57-8.

que estas usassem estratégias para assegurar alguns comportamentos. As práticas sexuais na Mesopotâmia possuíam uma estreita ligação com mundo divino, o culto a essa divindade ditou normas comportamentais ao mesmo tempo em que permitia estratégias e desvios às diversas formas de sexualidade presentes nessa sociedade.

Nas formas de prazer percebe-se o jogo de diferenciações sexuais, a construção de identidades de gênero, o paradigma, a moldura, os gestos e as condutas aceitáveis. Mas também demonstram a ruptura de modelos estabelecidos protegidos sob o véu da sacralidade, que legitimava e justificava sua existência e persistência nessa cultura.

A Congregação da Missão de São Vicente de Paulo e o processo de reforma da Igreja Católica nas Minas oitocentistas

Thales Contin Fernandes

Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Bolsista FAPEMIG.

Email: thales.fernandes@ufv.br

Flávio Augusto de Freitas Teixeira

Licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Mestrando em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela UFV.

Email: flavioafteixeira@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação é um dos frutos de pesquisa em desenvolvimento sobre os padres lazaristas na Diocese de Mariana oitocentista (1820-1975), analisando suas influências no processo de reforma da Igreja Católica a partir de sua atuação em Minas Gerais. Fundada em 1625 por Vicente de Paulo, a Congregação da Missão destacou-se em todo o globo por suas atividades missionárias e pela formação do clero. Em 1820, dois padres da Congregação chegaram ao Brasil, vindos de Portugal, e estabeleceram na Serra do Caraça, próximo ao que é hoje a cidade mineira de Catas Altas, um colégio que figurou como centro de educação e missão evangelizadora.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica, Congregação da Missão, Reforma.

Esta comunicação traz algumas considerações de nossa pesquisa sobre a atuação dos padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo na Diocese de Mariana no século XIX. Nosso objetivo aqui é o divulgar os estudos que realizamos a reforma da Igreja Católica brasileira que, guardadas as suas contribuições, elegeram a figura do sétimo Bispo da Diocese de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso (1820-1875) como sendo o precursor deste movimento, das Minas Gerais para o Brasil.

Entre alguns pesquisadores do tema da História da Igreja Católica brasileira, sobretudo aos ligados ou influenciados pela CEHILA (Comissão de Estudos da História da Igreja Católica na América Latina), é um ponto em comum a afirmação de que foi apenas durante o século XIX que a Igreja Católica brasileira buscou conciliar suas diretrizes àquelas estabelecidas pelo Concílio de Trento. Segundo tais estudos, tal movimento se

intensificou com o Concílio Vaticano I (1869-1870) que buscava estabelecer entre os eclesiásticos uma maior relação de fidelidade com as diretrizes de Roma. Riolando Azzi, como exemplo, afirma que aliada a esta preocupação, estava a de frear os movimentos contrários aos princípios da Igreja Católica, a saber, ideais ligados ao pensamento das ditas “religiões modernas”⁹³. Para tais autores, seria D. Viçoso o precursor desse movimento reformista que teria partido das Minas Gerais para o Brasil⁹⁴.

A vida de D. Viçoso é conhecida em grande parte por suas biografias e também pelos trabalhos acadêmicos que tratam a reforma na Diocese de Mariana e o embate entre a Igreja e o Estado brasileiro no século XIX.⁹⁵ Contudo, acreditamos que apesar da importância de tais estudos, muitos parecem dar menor importância a atuação dos padres lazaristas⁹⁶ a frente dos seminários e na pregação das missões antes e durante o bispado de D. Viçoso.

Através de projetos de iniciação científica e extensão acadêmica, realizados desde 2011 por discentes do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, foi possível ter acesso a uma documentação produzida por estes padres, disponível tanto no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, como no Arquivo Histórico do Santuário do Caraça, este último organizado e sob a guarda da Província Brasileira da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo.

No Arquivo do Caraça foi possível levantar alguns documentos que nos permitiu compreender a espiritualidade e os valores que regiam a Congregação da Missão, valores estes que influenciaram as ações de D. Viçoso enquanto missionário lazarista e bispo. Dentre tais documentos, destacamos as *Regras ou Constituições Comuns da Congregação da Missão*, formuladas por Vicente de Paulo e compiladas pelo então Superior da Província Brasileira da Congregação da Missão, Pe. Viçoso. Nas *Regras*, Vicente de Paulo buscava transmitir, de forma clara, as instruções de como deveriam se comportar os padres em missões e sob quais normas e costumes a Congregação deveria administrar suas casas. Esse documento demonstra ter grande importância dado ao fato de ser a única obra publicada pelo fundador da Congregação. Mas além das *Regras*, outros regulamentos foram levantados para pesquisa, tais como os regulamentos do colégio, do

⁹³AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. S. Paulo: Edições Paulinas, 1992, p 8.

⁹⁴_____. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*, p.31.

⁹⁵ Talvez uma de suas mais famosas biografias tenha sido aquela escrita por um de seus ex-alunos e futuro bispo de Mariana, Silvério Gomes Pimenta. Nela o autor trás uma série de documentos produzidos por D. Viçoso, antes e depois de iniciar seu ministério no Brasil. In: PIMENTA, Padre Silvério Gomes. *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde de Conceição*. 3ªed. Mariana, Tipografia Arquiepiscopal, 1920

⁹⁶Vicentinos ou lazaristas é outra forma pelo qual se denominam os padres da Congregação da Missão, essa última se deve ao fato de que foi o priorado de São Lázaro a primeira casa desses padres em Paris.

seminário, dos Superiores (diretores das casas), bem como decretos das assembleias realizadas pela Congregação, antes e depois da morte de Vicente de Paulo⁹⁷.

Outro documento importante para compreender a normatização da atuação destes padres são os *Livros de Sermões* escritos por Pe. Viçoso enquanto Superior da Província Brasileira, em 1841. Maurílio Camello, um dos principais estudiosos sobre os lazaristas no Brasil, faz a seguinte observação sobre os *Livros de Sermões*:

Pode-se dizer, a partir desses *Sermões* de Dom Viçoso, que os grandes temas paulinos são conservados em penumbra, deixando lugar a “uma espiritualidade do pecado”, cuja força se ressalta bem mais que a força da graça, chamando-se mais a atenção para a corrupção total da natureza humana que de si mesma só é capaz do mal. No fundo é a milenar tensão da teologia cristã, sobretudo ocidental, em compor graça e livre-arbítrio, o natural, e o sobrenatural. A preocupação com essa natureza decaída foi levada quase à psicose em pensadores e reformadores, como Baio, Jansênio, Calvino, sem deixar de estar presente (como não podia deixar de estar, porque tem também raízes evangélicas) em santos, como São Vicente de Paulo, fundador da Congregação da Missão, e cuja ligação com o pensamento jansenista é hoje julgada maior do que se pensara até pouco tempo.⁹⁸

De acordo com a observação de Camello, também somos levados a acreditar que a pregação lazarista tinha uma forte denotação moralizante, enfatizando os temas evangélicos nos quais a perfeição cristã era o alvo a ser atingido pelos fiéis ouvintes. Nas *Regras* da Congregação, bem como em outros documentos, tais como cartas e bilhetes endereçados aos Congregados⁹⁹, Vicente de Paulo transparece sua admiração e preferência pelos textos evangélicos quando esses se referiam aos temas moralizantes, tal como podemos observar em um trecho das *Regras*, em que Vicente admoesta que os Congregados deveriam

⁹⁷Vale a pena ressaltar aqui a importância que esses documentos tiveram na normatização das ações lazaristas no Brasil. Enquanto era Superior da Congregação, Dom Viçoso em uma carta enviada ao Superior Geral em Paris pede para que esse lhe envie a cópia de tais documentos a fim de regular suas atividades conforme as diretrizes estabelecidas pela Congregação da Missão a nível internacional. Esse documento também é importante já que nele Viçoso destaca a importância das Cartas e das biografias de São Vicente para a Congregação: “Faltam-nos as Regras dos Ofícios, mesmo do Superior, Visitador, do Diretor do Seminário Interno; são aqueles cujos título remeto. Peço-vos, pois, Senhor, que nos envie todas, nenhuma excetuada, tal carência sendo-nos tão prejudicial. Tende pena de nós. Se nos mandais a Vida do S. Fundador, suas Cartas, os decretos das Assembleias Gerais, privilégios e faculdades da Congregação, muito nos ajudarão” In: “Biografia Documentada do Servo de Deus D. Antônio Ferreira Viçoso”. Primeira parte do *Positio Super Virtutibus et fama sanctitatis servi dei Antoni Ferreira Viçoso*, Roma: Vaticano, 2001, p. 47”.

⁹⁸CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Caraca, centro mineiro de educação e missão (1820-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.p. 63.

⁹⁹Recentemente a editora *O Lutador* iniciou o processo de tradução das obras escritas por Vicente de Paulo para o Português. Tais obras já foram traduzidas para o francês e o espanhol. Até o dia da escrita dessa comunicação já haviam sido publicados os três primeiros tomos. Mais informações ver In: *Obras Completas São Vicente de Paulo: correspondências, colóquios, documentos*, tomo I. Org. Pierre Coste; tradução de Getúlio Mota Grossi. Belo Horizonte: Editora *O Lutador*, 2012.

[...] ter cada um cuidado em que se não passe dia algum no qual se não leia alguma coisa de algum livro espiritual, segundo a necessidade da sua alma, pelo tempo assinalado pelo Superior ou Diretor. Além disso, o Sacerdote, e todos os Clérigos lerão um capítulo do Novo Testamento e terão veneração a este livro, como regra da perfeição Cristã.¹⁰⁰

Para Vicente de Paulo, os missionários deveriam se dedicar a conhecer os textos do Novo Testamento e aplicá-los a perfeição moral. Contudo, conforme nos lembra Camello, esse tipo de pregação encontrou lugar comum entre teólogos, protestantes e católicos contemporâneos do santo. Desta forma, somos levados a pensar que durante alguns séculos a Igreja valeu-se do tema da “tensão entre a graça e o livre arbítrio” para promover a reforma moral entre seus membros. Aqui nos valem também das leituras de Jean Delumeau, em *O pecado e o Medo no Ocidente*, que nos lembra que foi entre os séculos XV e XVII (momento da criação da Congregação da Missão e do estabelecimento de suas normas), que ocorreu o auge dessa pregação culpabilizadora e moralizante na Igreja Católica Apostólica Romana¹⁰¹. Portanto, é compreensível que o tema da moralização e da perfeição cristã ocupe um lugar de destaque na pregação da Congregação da Missão, uma vez que o primeiro dos três de seus objetivos é o de “aplicar-se a própria perfeição; esforçando-se segundo suas forças a exercitar as virtudes, que aquele o Grande Mestre se dignou ensinar-nos com palavras e exemplos”.¹⁰² Estamos tomando como hipótese a idéia de que a própria pregação evangélica desejada por Vicente de Paulo na fundação da Congregação tenha encontrado um lugar comum para a Igreja Católica no século XVII.

De acordo com André Vauchez, durante a Idade Média a Igreja passou por uma enorme mudança em sua concepção de mundo e de dever cristão. Segundo o autor, durante a alta Idade Média o cristianismo ocidental passou por um momento de retração, em que prevaleceu o estilo de vida monacal.¹⁰³ A visão de que o mundo era um local de perdição e que a vida ascética e austera dos claustros era o ideal de perfeição cristã foi potencializada ao ponto de os eclesiásticos acreditarem não ser possível a salvação fora desse meio¹⁰⁴, sendo que durante este período floresceram os grandes mosteiros, a exemplo de Cluny, na França. A espiritualidade monacal não era pautada na atividade missionária, mas sim na contemplação e no auto-aperfeiçoamento, sendo os textos do Antigo Testamento os favoritos da maioria dos eclesiásticos, uma vez que esses acreditavam ser o novo Israel que aguardava a vinda do Messias¹⁰⁵. Contudo, já na baixa Idade Média, Vauchez argumenta que a cristandade passou por uma mudança de paradigmas, quando

¹⁰⁰Regras ou Constituições Comuns da Congregação da Missão, [manuscritos compilados por Pe. Antônio Ferreira Viçoso, Superior da Província Brasileira da Congregação da Missão em dezembro de 1839]. Arquivo Histórico do Santuário do Caraça, “Armário D. Viçoso”, p. 30.

¹⁰¹DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo - a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)*. Tradução Álvaro Lorencini Bauru: EDUSC, 2003. 2 v.. v.1-623 p. 468.

¹⁰²Regras ou constituições comuns da Congregação da Missão, [manuscritos compilados por Pe. Antônio Ferreira Viçoso, Superior da Província Brasileira da Congregação da Missão em dezembro de 1839]. Arquivo Histórico do Santuário do Caraça, “Armário D. Viçoso”, p. 3.

¹⁰³VAUCHEZ, André. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII)*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 32-33.

¹⁰⁴_____. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII)*, p. 41.

¹⁰⁵_____. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII)*, p. 39-40.

influenciados pelas Reformas Gregorianas, o estilo de vida monacal começou a entrar em falência, dando lugar a uma Igreja mais ativa e participativa, não sendo agora mais preciso fugir do mundo e sim “tomar-lhe a frente”.¹⁰⁶ Os temas neo-testamentários passam a tomar o seu lugar no repertório cristão e as obras missionárias e caritativas passam a ser vistas agora como prioridade e regra de fé.

São Vicente de Paulo parece tomar estes temas caros a Igreja daquele período, em especial naquilo que tange a caridade e especialmente às missões, atividade essa que dá o título a sua congregação. Porém, analisando os regulamentos encontrados no Caraça e em algumas cartas escritas por Vicente de Paulo, podemos perceber que a retórica ascética e o rigor moral caros aos padres monacais ainda estão presentes e deveriam reger as casas lazaristas.

Em uma de suas cartas, São Vicente de Paulo, demonstra à sua congregação a importância do rigor com os horários, especialmente no que tange a oração. De acordo com ele era, “importante que toda a Companhia se levantasse, exatamente, às quatro horas da manhã, já que a oração retira seu valor desta primeira ação, e que as outras ações só valerão o que a oração as fizer valer”.¹⁰⁷

O rigor exigido dos congregados não ficava restrito apenas aos horários. Nas casas lazaristas, os padres deveriam ter cuidado até mesmo com os pensamentos e sentidos. Contra isso alertava Vicente em suas *Regras*:

Sobretudo se absterão da desordenada divagação dos olhos, principalmente na Igreja, na mesa, nas ações públicas, farão que nada haja de pueril, ou leve no gesto, e nada de afetado ou mundano no andar.¹⁰⁸

Esse ambiente religioso que, ao nosso entendimento era rígido em relação aos sentidos, obviamente estava presente nas instituições lazaristas brasileiras, especialmente no Caraça. Ao julgar pelo seu isolamento, o Colégio localizado na serra do município de Catas Altas fornecia o ambiente ideal para se educar o clero e a mocidade de forma isolada do mundo, como em um mosteiro. Entretanto, nesse ponto muitos poderiam objetar, dizendo que a contenção, a auto vigilância e a moralização são temas comuns a religião cristã, e que tal pregação lazarista era uma norma para toda a cristandade. Contudo, se admitirmos tal afirmação, estaremos ignorando a existência de padres liberais que pregavam justamente o contrário, como foi o caso de Diogo Antônio Feijó¹⁰⁹, além de muitos outros padres que viviam, conscientemente, em estado de concubinato abrindo

¹⁰⁶ _____. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII)*, p. 59.

¹⁰⁷ *Obras Completas São Vicente de Paulo: correspondências, colóquios, documentos*, tomo III. Org. Pierre Coste; tradução de Getúlio Mota Grossi. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2014, p. 645-646.

¹⁰⁸ *Regras ou constituições comuns da Congregação da Missão*, p. 20.

¹⁰⁹ Segundo João Camilo de Oliveira Torres o padre tinha uma concepção muito contrária da contenção, no que dizia respeito ao celibato: “Para Feijó, devia ser abolido o celibato, que ninguém levava a sério no Brasil – os fatos são bem conhecidos. Como achava impossível regenerar o clero e fazer viável a disciplina da Igreja, o caso era abolir-se o celibato. Sente-se, aí, o seu sóbrio pessimismo: a reforma no sentido do reforço da austeridade era impossível, que se adaptasse a lei aos costumes”. In: TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo: 1968, p. 123.

posteriormente uma oposição consciente às pregações reformistas de D. Viçoso¹¹⁰. Dessa forma podemos entender que essa teologia reformista pregada pelos padres vicentinos estava longe de ser um consenso nas Minas Gerais do século XIX.

Outro elemento marcante dessa introspecção religiosa eram as regras de silêncio. São Vicente já alertava em suas cartas sobre os momentos mais apropriados para se falar e a valorização e primazia do silêncio. Em uma carta enviada ao pároco de Saint-Laurent, Vicente de Paulo descreve a rotina em suas casas

Quanto a moradia, temo que aconteça alguns percalços com o tempo, se viéssemos a ficar juntos no dormitório. Isto, porque nós observamos o silêncio, à noite, após a oração, até o dia seguinte, depois do almoço, quando temos uma hora de recreação; continuamos em silêncio depois da recreação até após a janta, quando, novamente, temos ainda uma hora de recreação, voltamos a observar o silêncio, durante o qual só falamos o necessário e em voz baixa. Ora, quem suprime isso de uma comunidade introduz nela uma desordem e uma confusão inexprimível, o que levou um santo personagem a afirmar com segurança, ao ver uma comunidade na observância exata do silêncio, que ela era regular em tudo mais. Ao contrário, vendo uma outra onde o silêncio não era observado, dizia ser impossível a observância dos demais pontos da regularidade¹¹¹

O silêncio deveria ser guardado durante todo o dia, exceto nas horas reservadas a recreação, tomadas como o momento ideal para se “conversar”. Esse mesmo rigor é passado, como já dissemos, para as demais casas lazaristas. No regulamento que regia o seminário da Serra do Caraça, encontramos uma disposição idêntica, de acordo com o regulamento os seminaristas:

Saindo da Igreja não se fala até quando se esteja no lugar assinalado para a recreação a qual não se faz em nenhum outro lugar de modo que se alguém se achar ocupado em algum exercício fora do lugar destinado para a recreação há de observar silêncio, especialmente se está no Seminário¹¹²

¹¹⁰Ao observar a vida de alguns clérigos que atuaram na Diocese de Mariana no período que compreendeu a ação do lazarista D. Viçoso, Gustavo Souza de Oliveira constata que muitos dos padres, rebeldes às diretrizes colocadas pelo bispo, possuíam boa instrução, contudo viviam amancebados ou envolvidos em política. Isso nos mostra que as resistências aos projetos reformadores e moralizantes desenvolvidos por Viçoso e baseados nos dogmas da Congregação, era em muitos casos uma oposição religiosa consciente, sendo assim não havia unanimidade, entre os padres daquele período, sobre qual norma e padrão moral eram mais adequados a vida eclesial. Com relação aos tais eclesiásticos ver In: OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875)*. 3387 f. Tese (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, programa de pós-graduação em História, Campinas, 2010. p. 69 a 80.

¹¹¹*Obras Completas São Vicente de Paulo* Tomo II, p. 155.

¹¹²*Regras do Seminário ou Noviciado da Congregação da Missão 1837*. BR. PBCM.CAR. F. 2.1, p. 15.

Como podemos perceber esse legado vicentino esteve presente na educação tanto de religiosos quanto de seculares. Sendo assim, os seminários dirigidos pelos lazaristas, e utilizados na reforma do clero por D. Viçoso, passavam para seus demais alunos esses mesmos valores morais legados a Congregação da Missão e que foram implantados também no seminário diocesano de Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade de Mariana¹¹³.

Contudo, devemos lembrar que diferentemente das ordens religiosas monásticas da alta Idade Média, as atividades dos lazaristas não estavam restritas apenas ao ambiente de suas casas. O legado deixado pela Congregação não ficou confinado apenas a formação de eclesiásticos e de leigos em instituições educacionais. Outra atividade desempenhada por esses padres era aquela que lhes legou o nome e a fama, tanto na França quanto em outras partes do mundo: as missões. Segundo um dos biógrafos de D. Viçoso, D. Belchior J. da Silva Neto, o primeiro feito dos dois padres vicentinos ao chegarem ao seu destino na Serra do Caraça foi justamente a pregação de missões, um vez que era para esse fim que originalmente os missionários foram destinados ao Brasil.¹¹⁴

Ao longo de sua formação a Congregação da Missão dedicou-se na realização das missões, especialmente para aos pobres do campo, conforme consta nas *Regras Comuns* da Congregação¹¹⁵. Para Vicente de Paulo a melhor maneira de se preparar para o dia do juízo final era através do trabalho missionário, e não da vida contemplativa tão pregada nos mosteiros como vimos anteriormente. Em uma carta enviada a uma freira, o então superior dos lazaristas exorta a religiosa sobre a importância do missionarismo e do serviço para Deus

O que me faz moderar a afeição por demais sensível que teria com vosso retorno foi a nossa leitura do refeitório, esses dias passados. Narrava que um padre jesuíta espanhol, que envelhecera em numerosos e assinalados serviços prestados a Deus nas Índias, insistiu com seus superiores que lhe fosse permitido voltar, para morrer em seu país, e ali não fazer nada mais a não ser preparar-se para bem morrer. Foi-lhe dada a permissão e ele voltou ao país. Estando um dia em oração aos pés do crucifixo, ouvia interiormente uma censura tão severa que tinha feito mal em abandonar a nova Igreja, cuja função ele viera ajudar, que não teve mais paz, enquanto seus superiores, não o mandaram de volta. Lá chegando, recomeçou a trabalhar com todo ardor permitido por sua avançada idade, e morreu enfim como vivera, em odor de santidade¹¹⁶

¹¹³Sobre a irradiação do modelo educacional dos padres lazaristas na diocese de Mariana ver In: TEIXEIRA, F. A. F. *O processo de reforma da Igreja Católica em Minas Gerais e a irradiação do modelo educacional caracense no século XIX*. In: VII Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2013, Mariana. *Anais...* Mariana: UFOP, 2013.

¹¹⁴SILVA NETO, Belchior J, da. *Dom Viçoso, Apóstolo de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1965, p. 55-54.

¹¹⁵Se o primeiro dever de um lazarista era dedicar-se ao auto aperfeiçoamento, como vimos anteriormente, o segundo era a pregar o evangelho aos pobres do campo conforme se vê: “2º Pregar o Evangelho aos Pobres, especialmente os do campo” In: *Regras ou constituições comuns da Congregação da Missão*, p. 3.

¹¹⁶*Obras Completas São Vicente de Paulo*, Tomo II, p. 274.

Ao invés de retirar-se e preparar para o “bem morrer”, os padres eram estimulados a continuar os trabalhos em prol da evangelização, com o risco de que se não fizessem, poderiam estar desagradando a Deus.

Já como Bispo de Mariana, D. Viçoso nos pareceu ter a mesma preocupação com relação às Missões. Em 1866, após enviar várias cartas ao Superior Geral dos lazaristas na França, D. Viçoso finalmente consegue instituir na Diocese de Mariana as chamadas Missões Perpétuas. Sustentados por apólices da dívida pública, oferecidas por ele próprio e com a doação de fiéis, D. Viçoso conseguiu estabelecer alguns missionários, que daquele momento em diante deveriam dedicar-se exclusivamente as missões na jurisdição episcopal de Mariana.¹¹⁷ Em uma carta pastoral lançada em 1862, ao falar da precariedade das missões que até então haviam sido instituídas, o Bispo de Mariana faz uma alusão aos valores missionários do fundador de sua Congregação

Há quarenta e dois anos, que se começaram a ouvir neste Bispado as Missões feitas com toda a regularidade, com que as instituiu S. Vicente de Paulo, à custa dos mesmos Missionários, e sem incomodar os Fiéis. Destes Missionários poucos existem hoje, a mocidade que afluíu a educar-se no Caraça e em Mariana os ocupa, sem lhes dar tempo a empregar-se em tão santo exercício das Missões¹¹⁸

Como podemos perceber D. Viçoso começa a contar desde a sua chegada o tempo em que as missões passaram a ser pregadas “com toda a regularidade com que as instituiu S. Vicente”. Essa preocupação missionária, aliada a uma formação rígida nas instituições lazaristas são legados que não ficaram restritos ao Colégio do Caraça ou as demais casas desses padres, elas influenciaram as ações de D. Viçoso a frente de sua Diocese, valorizando os aspectos que talvez sejam as maiores marcas da Congregação da Missão, a rigidez com os preceitos morais dignas de uma ordem monacal, mas ao mesmo tempo a preocupação com a evangelização e a caridade, dignas de um franciscano. Com respeito a esse dualismo na forma de se enfrentar as atividades religiosas, vale ressaltar uma frase utilizadas por São Vicente e repetida por D. Viçoso

Estes sentimentos e doutrinas, com que nos criaram, agora mais que nunca, se nos fazem necessários e devem ser indelévels da nossa memória. ‘*Cartuxos em casa, apóstolos nas aldeias*’ e parece que, em grandes letras, o deveríamos ter escrito em nossos cubículos [grifo nosso].¹¹⁹

¹¹⁷PASQUIER, Eugênio. *Os Primórdios da Congregação da Missão no Brasil e a Companhia das Filhas da Caridade (1819-1849)*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, sem data, p 339-348.

¹¹⁸PIMENTA, Padre Silvério Gomes. *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde de Conceição*. 3ªed. Mariana, Tipografia Arquiepiscopal, 1920, p. 240.

¹¹⁹In: “Biografia Documentada do Servo de Deus D. Antônio Ferreira Viçoso”. Primeira parte do *Positio Super Virtutibus et fama sanctitatis servi dei Antoni Ferreira Viçoso*, Roma: Vaticano, 2001, p. 45.

A noção de que em suas casas religiosas os padres lazaristas deveriam dedicar-se ao auto-aperfeiçoamento, a contente vigilância e aos exercícios espirituais sem, contudo, perder o foco missionário, parecem sintetizar bem o trabalho e o legado das personagens no processo de reforma da Igreja em Minas Gerais. Vale ressaltar nesse momento que em termos de inovação teológica, São Vicente e os membros de sua Congregação não instituíram nada de novo, e nem o queriam fazer, uma vez que entre esses padres era prezada a simplicidade e o não aprofundamento em temas complexos¹²⁰. Já o fato de outros bispos reformadores possivelmente terem utilizado os temas evangélicos em seus sermões moralizantes, reforça nossa hipótese de que desde os seus primórdios a Congregação da Missão tinha uma predica reformista. Com isso queremos dizer que apesar desse tipo de religiosidade ter achado um lugar comum em outras ordens religiosas, nas Minas Gerais do século XIX tais diretrizes significaram a efetivação da reforma do clero.

Com relação aos demais estudos que enfatizam exclusivamente a figura de D. Viçoso como o agente pioneiro da reforma católica em Minas, ignorando assim a atuação dos padres lazaristas que atuaram nos bastidores desse processo, além da formação vicentina de Viçoso, devemos lembrar que o próprio bispo nunca pretendeu se desvincular das práticas e ensinamentos herdados de seus pares. Em uma carta enviada ao co-irmão Luís Antônio dos Santos por conta de sua indicação ao bispado, Viçoso exclama

há de ser assim infalivelmente; havemos de viver como congregados, nossa oração, nossa lição, nosso estudo; nossa leitura no refeitório, nossas visitas muito cheias de sermões e confissões, e catecismos, e mais nada, até morreremos suados e cansados de servir a Deus¹²¹

Podemos perceber claramente que os temas caros a D. Viçoso já como bispo eram valorizados por sua congregação natal. Dessa forma, cremos que um estudo detido sobre a Congregação da Missão, seus valores, seus personagens e suas ações concretas no bispado de Mariana ainda estão por se fazer. Negligenciar a importância e a atuação desses padres é desconSIDERAR uma importante parte da história da Igreja, não só em Minas Gerais, mas também em todo o Brasil.

¹²⁰Juntamente com as *Regras e Constituições Comuns da Congregação da Missão*, foram encontrados nos arquivos do Caraça vários decretos das assembleias gerais realizadas após a morte de Vicente de Paulo. Em uma seção intitulada *Outros avisos para os diretores de Seminário*, promulgado em 1673, vemos a seguinte instrução: “É perder o tempo precisos e fazer o mal serviço aos seminaristas o entretê-los com questões puramente metafísicas que não ensinam nada nem são de alguma utilidade e talvez é ainda maior mal o inspirar-lhes e dar-lhes gosto para todos aqueles sistemas relativos ao tratado da graça [ilegível]. Um bom espírito não toma partido naquelas questões, em que é impossível chegar ao resultado; pelo contrario, passa rapidamente por estas questões, e opiniões da escola, para se apegar e unir com Deus. *Coleção encadernada contendo os decretos das Assembleias Gerais e demais documentos*. Arquivo Histórico do Colégio do Caraça no “Armário D. Viçoso”, localizado na Pinacoteca da RRPN-Santuário do Caraça, p. 146.

¹²¹PIMENTA. *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde de Conceição*, p 96-97.

Festa e religiosidade: as celebrações em honra ao Divino em Ponta Grossa/PR¹²²

Vanderley de Paula Rocha

Mestrando em História, Cultura e Identidades

PPGH/UEPG

vanderleypr05@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar as relações que as pessoas estabeleceram com o sagrado por meio das práticas dedicadas ao Divino Espírito Santo, com foco as que ocorreram na cidade de Ponta Grossa, Paraná. As celebrações em honra ao Divino, que ocorrem em diversas cidades do Brasil, assim como em outros países, como Portugal, se caracterizam como uma das inúmeras devoções de religiosidade católica. No Brasil, para muitos dos autores que se dedicam a estudar essa devoção, trata-se de prática realizada desde o período da colonização. Em Ponta Grossa, cidade do interior do Paraná a devoção ao Divino Espírito Santo teve início em 1882, quando, segundo a tradição, foi encontrada uma imagem sua, representada por uma pomba de asas abertas, gravada em madeira. A partir desse momento iniciou-se na cidade celebrações em honra ao Terceiro Elemento da Santíssima Trindade. O ponto principal de abordagem desse artigo liga-se às celebrações festivas em honra ao Divino Espírito Santo, analisando-as enquanto um momento de afirmação da comunidade religiosa, um espaço de sociabilidade e um momento de construção de identidade, seja essa coletiva ou individual. Para tanto, utilizou-se como principal fonte entrevistas com os fiéis, procurando identificar a relação que, os diferentes indivíduos que compõe o corpo de devotos do divino, estabeleceram com o sagrado através de suas narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Festa religiosa; devoção; Divino; memória; Ponta Grossa.

Introdução

O objetivo desse texto é analisar as relações que as pessoas estabeleceram com as festividades em honra ao Divino Espírito Santo, buscando identificar nos discursos dos

¹²² Esta pesquisa tem orientação da Professora Doutora Maura Regina Petruski – Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa e possui financiamento da CAPES/Fundação Araucária.

entrevistados¹²³ elementos que contribuíram na manutenção da memória, seja essa coletiva ou individual. Para tanto focamos nas práticas ocorridas na cidade de Ponta Grossa.

A origem das práticas em honra ao Divino Espírito Santo gera inúmeros debates, isso se deve a escassez de documentação referente ao processo inicial desta devoção. Para Luís da Câmara Cascudo esta, está ligada ao pagamento de promessa, de acordo com o autor a Rainha Isabel de Aragão, no século XIII, havia oferecido o cetro e a coroa real ao Espírito Santo diante de uma crise, que Portugal estava vivendo. Dessa forma, o Espírito Santo tornava-se Imperador de Portugal. Finalizada a crise, em agradecimento ao Espírito Santo, a Rainha teria promovido uma festa em sua homenagem, que se repetiria a cada ano.¹²⁴ É importante ressaltar que, neste texto, optamos por esse posicionamento, haja visto o espaço que temos para a discussão, no entanto, sabemos o quanto complexo é esse debate, entorno da “origem” desses festejos.

No Brasil a devoção ao Divino Espírito Santo também gera inúmeros debates, isso ocorre porque não se sabe ao certo a data de início dessa. A dificuldade em obter uma data precisa se deve ao fato dessa ser uma festa popular, não havendo, portanto, preocupação em registra - lá, como ocorria com as festas oficiais. O que se sabe e que no Brasil teve suas características reformuladas e adaptadas as realidades locais¹²⁵.

De acordo com a tradição, a origem da devoção ao Divino em Ponta Grossa, está ligada a D. Maria Julio Cesarino Xavier, que ao encontrar a imagem da representação do Divino Espírito Santo, uma pomba de asas abertas, gravada em um pedaço de madeira, teria iniciado as práticas em honra ao Divino na cidade. Três gerações de familiares de D. Maria deram continuidade as inúmeras práticas de homenagens ao Divino, fazendo desta devoção uma tradição na cidade, fator que possibilitou 133 anos de religiosidade e memórias.

Entre o universo que compõe esta devoção, situa-se a festa, no decorrer desta encontram-se momentos privilegiados de reatualização da memória sociocultural de um grupo, mas também pode ser um momento de lembrar ou buscar uma memória individual, pessoal e íntima e é sobre isso que discorreremos a seguir.

A Festa

As festas sempre estiveram presentes em todas as sociedades. Tornando-se momento privilegiado de construção de sociabilidades. Assim a festa nos permite ler uma

¹²³ Foram selecionadas 5 pessoas para serem entrevistadas: 3 mulheres e 2 homens. As entrevistas foram realizadas na “Casa do Divino”, espaço que abriga a imagem que deu origem a devoção em Ponta Grossa. Os nomes dos entrevistados são fictícios, com exceção de Lídia Hoffmann, a atual responsável pelos festejos, isso ocorreu para preservar a identidade dos mesmos.

¹²⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 11º ed. São Paulo: Global, 2001. p. 76.

¹²⁵ ABREU, Marta Campos. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

determinada sociedade e a representação que ela faz de si mesma¹²⁶. Martha Campos Abreu afirma que: “[...] a festa seja religiosa, cívica, ou carnavalesca emerge como um atraente caminho para se conhecer uma coletividade, suas identidades, valores e tensões, através das atitudes, do imaginário, dos comportamentos e gestos presentes em suas celebrações”.¹²⁷ Neste sentido, a festa religiosa explicita elementos de organização social, tensões entre os sistemas envolvidos, interesses econômicos, políticos e sociais, traz à tona expressões estéticas, ritmos e emoções. Por outro lado, o momento festivo também é um momento onde as diferenças são quebradas, as tensões são diminuídas, ainda que momentaneamente, numa sincronização que se opõe a dispersão e a diversidade do cotidiano. Através dela é possível perceber e analisar o povo e sua inserção no coletivo. A festa além de revelar a visão de mundo de seus participantes, é também a celebração de sua memória coletiva, pois segundo Maurice Halbwachs toda memória individual que não esteja em contínua relação com a memória de um determinado grupo é esquecida. Demonstrando assim a importância da pertença a uma *comunidade afetiva*¹²⁸.

Isso ocorre com as pessoas em Ponta Grossa quando participam das festividades em honra ao Divino. Tornam-se, portanto, o lugar onde a reconstrução desta “comunidade afetiva” se torna possível, pois nelas uma multiplicidade de relações são acionadas de maneira simultânea, proporcionando a cada participante experiências diferenciadas sobre esse mesmo evento festivo. E é através dessa comunidade, onde esse grupo de fiéis está inserido, que a memória individual é preservada a partir do momento que os entrevistados relacionam sua memória coletiva com a individual. Isso é evidente nas falas dos devotos que veremos no decorrer do texto.

As festas do Divino em Ponta Grossa ocorreram em dois momentos, entre os anos de 1882 a 1910, teve sua reedição em 2003 e acontece até os dias atuais. Questionada sobre como eram os festejos em seu início e como ela teve essas informações, Lídia Hoffmann, a atual responsável pela festa, assim se expressou:

Quando os festejos eram realizados pela dona Nhá Maria contavam com a colaboração apenas dos devotos, eram eles que doavam esmolas para que a festa fosse realizada e ajudavam na organização, mas principalmente no dia da festa. Faziam isso porque era uma forma de agradecer ao Divino por uma graça alcançada ou porque pediam ao Divino proteção. Eram momentos de muita alegria e confraternização, mobilizava toda a comunidade local e outras comunidades vizinhas também, pois tinha muita gente de outros lugares que vinham para festejar o Espírito Santo. A festa era esperada por todos, pelos familiares, pelos amigos e por outras pessoas que vinham participar. As bandeiras e flores enfeitavam a casa. As procissões e as cavalhadas aconteciam em frente à casa e percorriam as casas dos devotos que moravam perto da casa

¹²⁶ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*. Abr.1991, vol.5, n.11, p. 173-191.

¹²⁷ ABREU. *O império do Divino*. p. 14.

¹²⁸ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1993.

do Divino. Sei disso tudo porque ouvimos essas histórias em nossa família desde sempre¹²⁹.

Na transcrição acima, temos contato com uma “memória herdada”¹³⁰, ou seja, existe uma identificação com um fato do passado que foi socializado historicamente, transmitido de geração em geração, ao ponto de fatos ocorridos no final do século XIX estar presente na memória de contemporâneos. É evidente isso quando Lídia afirma que sabe “disso tudo porque ouvimos essas histórias em nossa família desde sempre”. Outra questão possível de identificar nesta frase é que ela se coloca em uma coletividade, quando usa a palavra “ouvi” no plural “ouvimos”. Isso nos remete a uma memória coletiva, entendendo como elemento constitutivo da memória acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade a qual a pessoa se sente a pertencer¹³¹.

No relato de Lídia temos contato com o universo da festa no passado. Analisando como está se desenvolvia percebemos que além de ser um momento de religiosidade, ou seja, um instante de comunhão com o sagrado, também era o momento de encontrar os amigos, compartilhar informações se divertir, enfim era um momento de se sociabilizar. Confirmando assim, o que Émile Durkheim afirma sobre as festividades, para esse autor, a festa proporciona ao indivíduo momentos de socialização, aproximação social dos diferentes grupos. A festa quebra as diferenças e o indivíduo desenvolve um sentimento de pertencimento ao todo social¹³².

Desde que assumiu a casa em 1996, Lídia teve vontade de retomar os festejos do Divino, mas por inúmeros motivos adiou até 2003, quando a festa foi retomada. Um dos periódicos locais noticiou o fato: “Município resgata a Festa do Divino. Acontece no próximo domingo, dia de Pentecostes a primeira reedição da festa do Divino. A iniciativa tem como objetivo resgatar as antigas comemorações, realizadas entre os anos de 1882 a 1910 em Ponta Grossa”.¹³³ Ao indagar Lídia, sobre as diferenças entre as festas realizadas por dona Maria e as atuais coordenadas por ela, assim respondeu:

Não vejo diferença na fé dos devotos. No entanto, há algumas diferenças nos elementos da festa, por exemplo, naquela época os patrocinadores das festas eram os devotos, hoje os devotos continuam a colaborar, mas algumas empresas passaram a patrocinar a festa, a prefeitura também colabora bastante, emprestando palco, som, a tenda. Ainda não conseguimos resgatar alguns elementos das antigas tradições como o foguetório que iniciava e terminava a festa. Não dá para soltar fogos hoje em dia, porque faz muito barulho e estamos

¹²⁹ Entrevista realizada com Lídia Hoffmann, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

¹³⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro. V. 5. n.10. 1992, p. 200-212.

¹³¹ POLLAK. *Memória e identidade social*. p. 201.

¹³² DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

¹³³ MEZZON, Graciela. Município resgata Festa do Divino. *Jornal Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 3 de junho de 2003.

bem no centro [da cidade]. Também não conseguimos resgatar a cavallhada, pois dá muito trabalho, mas em breve vamos fazer um teste¹³⁴.

Por meio da fala de Lídia percebemos alguns elementos das festas de antigamente em comparação com as realizadas a partir de 2003, é evidente um processo de modernização não só dos festejos, mas da sociedade onde esta festa estava inserida. Quando Lídia afirma que atualmente a festa é patrocinada por doações de fiéis, por empresas e com apoio da prefeitura nos mostra as múltiplas relações que compõe esses festejos na contemporaneidade e o jogo dessas relações sendo construído, assim evidenciamos uma disputa de poder e de notoriedade, uma vez que as festas atuais atraem um número expressivo de pessoas. Portanto, para as empresas patrocinar a festa passa a ser um bom negócio.

Outro elemento apontado na narrativa de Lídia está relacionado ao fato das mudanças ocorridas em torno do espaço onde ocorrem as celebrações em honra ao Divino. Não nos referimos apenas ao processo de urbanização desse espaço, mas também a ocupação desse. Se antigamente a população ponta-grossense era em sua maioria de católicos e tais práticas, a do foguetório e a cavallhada, não “incomodavam” a população que morava próximo à casa, na contemporaneidade encontramos um templo evangélico e um centro espírita na mesma rua onde está localizada a “Casa do Divino”, ou seja, com a instalação de templos de outras religiões na cidade, o espaço ganhou outras configurações, se moldou para adaptar-se à nova realidade. Por isso a dificuldade em realizar alguns elementos que compunham as celebrações no passado, agora no presente, o foguetório é um exemplo, pois no dia que ocorre a festa, “o domingo do Divino”, também ocorre os cultos no templo evangélico. E o espaço deve ser respeitado e compartilhado.

Se no passado as festas ocorriam apenas em frente a “Casa do Divino”, com sua reedição em 2003, essa passou a se alternar entre dois espaços, em frente a “Casa do Divino”, na rua Santos Dumont 524 e na Praça Marechal Floriano Peixoto, a praça da Matriz. Isso ocorreu por dois motivos, durante alguns anos a “Casa do Divino” passou por um processo de restauro, portanto estava interdita e precisou de outro espaço para realizar os festejos, e em 2005 a festa foi realizada em conjunto com o Cenáculo Diocesano e por esse motivo aconteceu na praça em frente à Igreja Matriz¹³⁵.

Essas informações nos revelam relações construídas e reconstruídas ao longo dos anos, nos revelam a relação que a Igreja Católica, enquanto instituição, estabeleceu com as festividades religiosas de cunho popular. Se os festejos realizados por D. Maria eram genuinamente populares, ou seja, uma festa realizada por leigos e para leigos apesar do caráter religioso, e no discurso clerical da época eram combatidas, com sua reedição no início do século XXI passa a contar com o apoio eclesiástico local.

¹³⁴ Entrevista realizada com Lídia Hoffmann, realizada em 2014.

¹³⁵ Informações obtidas em entrevista realizada com Lídia Hoffmann, em dezembro de 2014

É preciso discutir essas relações e contextualizar esses períodos. No final do século XIX, a Igreja Católica colocava em prática o Projeto de Romanização, cujo fim era implantar no mundo todo um catolicismo baseado nos sacramentos, e os clérigos como condutores dos leigos¹³⁶. Assim, as práticas de cunho popular foram reformuladas, readaptadas e até combatidas pelas autoridades eclesiásticas desse período. Esse posicionamento da instituição só foi revisto a partir da década de 1960 com as discussões proporcionadas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que “[...] procurou adequar a Igreja católica ao mundo moderno, à necessidade de conhecer o homem que vive nesse mundo, bem como suas manifestações, suas atitudes perante o sagrado e perante a própria Igreja”.¹³⁷

É nesse sentido que a fala de Lídia nos demonstra elementos dessas relações a partir da utilização de espaços específicos e até simbólicos na realização da festa do Divino. Se no passado era realizada na rua, na contemporaneidade também é realizada na praça em frente à Igreja Matriz, ou seja, em um espaço que representa o catolicismo institucionalizado. Assim, percebemos mudanças significativas nas relações estabelecidas entre o clero e os leigos.

Além de percebemos essas relações por meio da festividade, outras são expostas nas falas dos devotos ao serem questionados o porquê de participarem da festa. D. Maria, de 66 anos, viúva e mãe de 4 filhos assim respondeu:

Eu gosto muito de participar da festa do Divino, venho aqui [na Casa do Divino] sempre, participo da oração, acendo minhas velas para o Divino e no dia da festa chego bem cedo. Antes da Lídia ter começado a fazer a festa de novo eu sempre falava para ela que tinha que ser retomada a festa, que o Divino merecia essa homenagem. A festa é tão bonita, sempre tem bastante gente. Se reunimos todos juntos, cada um traz alguma coisa, juntamos tudo para que a festa seja boa. Gosto muito de rezar, cantar para o Divino no dia dele, mas também gosto de conversar com meus amigos (risos), nós sempre nos encontramos aqui na novena, e no dia da festa ficamos ainda mais animados, até dançamos¹³⁸.

No trecho acima, percebemos a relação que uma das devotas, D. Maria, estabeleceu com o sagrado, não apenas através de sua fala, mas por meio de seus gestos, pois as informações transmitidas pelos entrevistados vão além das palavras faladas, tal como nos alerta a historiadora Roseli Boschilia “[...] se constituirão também em elementos de análise por parte do pesquisador: movimentos do corpo, das mãos em particular; expressão facial, gestos, olhares, emoção e silêncios podem trazer informações esclarecedoras para a análise do discurso”¹³⁹. Neste sentido, percebemos que toda vez que D. Maria falava do Divino ela

¹³⁶ WERNET, Aljunstin. A vinda de congregações estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro sul do Brasil. *Revista da SBPH*. Curitiba, (6): 43, 1991.

¹³⁷ ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica no Brasil a partir da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Brasileira de História das Religiões* – Ano I, no. 2. Maringá: Anpuh, 2008, p. 80.

¹³⁸ Entrevista realizada com Maria, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

¹³⁹ BOSCHILIA, Roseli T. *Modelando condutas a educação católica em colégios masculinos (Curitiba 1925-1965)*. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002, p. 6.

olhava para a sua imagem que fica exposta na casa e esse olhar era sempre de respeito, apesar da conversa fluir de forma extrovertida.

Percebemos que uma relação de respeito, mas ao mesmo tempo íntima é criada com o sagrado na representação do Divino Espírito Santo. Questionada o porquê de ela dizer que o Divino merece a festa, ela responde de forma simples e direta: “Porque ele é bom com todos nós”. Assim, ao dizer que o Divino merece a festa porque ele é bom, D. Maria nos revela um “contrato” estabelecido entre os devotos e o Divino, é preciso homenageá-lo porque Ele nos deu algo em troca, “é bom com todos nós”. O Divino atende nossos pedidos e devemos realizar a festa em sua homenagem, pois o contrato foi firmado e precisamos respeitá-lo. Este é o sentimento de dona Maria que passa a ser representado pela promessa, que passa a ser representada pela “troca” realizada entre o devoto e o Divino.

Essas trocas são evidentes nos dias festivos, são nesses, que evidenciamos a maior participação dos devotos, seja através do auxílio na realização das novenas (em preparação para a festa), cuidando da ornamentação do espaço, da limpeza, das barraquinhas da quermesse, ou como espectador anônimo. Na fala de D. Maria, encontramos o elemento da coesão social, quando ela afirma “Se reunimos todos juntos, cada um traz alguma coisa, juntamos tudo para que a festa seja boa”. Nesse momento festivo, os devotos se reúnem, contribuem para que a homenagem ao Divino – a festa – seja realizada com sucesso, portanto seja “boa”.

Outra característica presente na fala de D. Maria é o caráter divertido da festa, presente neste momento de religiosidade, o sagrado e o profano compartilhando um mesmo evento. A festa religiosa também é um momento de se divertir, muitas pessoas estão ali, não somente para rezar, mas também para se descontraírem, assim a festa pode ser entendida como “Momento recreativo do ritual religioso”.¹⁴⁰ Ao questionar seu Antônio de 72 anos, aposentado, sobre os momentos de descontração presente na festa do Divino, assim ele se colocou:

Venho na festa do Divino sempre, só uma vez que eu não pude vir, porque estava viajando na casa do meu irmão que não estava bem, estava com um problema de saúde, ele mora em Guarapuava. Eu gosto de participar da festa, venho sozinho nas novenas e na festa, participo da procissão, da missa na igreja e depois almoço aqui, fico um pouco mais na festa para ver os cânticos, mas quando começa muito barulho das músicas altas e não gosto muito, entro [na ‘Casa do Divino’] faço minha oração e vou embora. Eu não gosto de bagunça, acho assim que não é hora, por isso só fico até um momento¹⁴¹.

Na transcrição acima nos deparamos com uma memória individual¹⁴², ou seja, formada a partir de acontecimentos vividos pessoalmente, pois seu Antônio se coloca na

¹⁴⁰ DURKHEIM. *As formas elementares da Vida religiosa*. p. 413.

¹⁴¹ Entrevista realizada com Antônio, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

¹⁴² POLLAK. Michael. *Memória e identidade social*. p. 201.

fala de forma individual, em nenhum momento ele usa palavras no plural, diferente, por exemplo de dona Maria que a todo momento se coloca no coletivo. É possível encontrar outros elementos na fala de seu Antônio, por exemplo, quando ele afirma que “eu não gosto de bagunça, acho assim que não é hora”, para o Sn. Antônio a festa do Divino é um momento de religiosidade, de respeito e alguns elementos que compõe os festejos não condizem com isso, a música alta, o barulho, vistos por ele como bagunça e por isso ele prefere se retirar, ir embora.

É uma relação diferente que este devoto estabelece com o sagrado, mais íntima, algo entre ele e o Divino. Um momento de comunhão com o sagrado, instante de refletir sobre suas experiências existenciais, no campo terreno e no campo transcendente. Diferente de D. Maria que gosta dos momentos de descontração ao ponto de afirmar que “até dançamos” em dia de festa. Diferente de Sn. Antônio, D. Maria vê nestes instantes de diversão uma forma de ligar-se com o sagrado, para ela tanto no momento “sagrado” quanto no “profano” é hora de homenagear o Divino.

Nas diferenças encontradas nas falas desses dois entrevistados percebemos a construção de um elemento comum, pois ambos são devotos do Divino e compartilham de uma mesma identidade, a de crente. No entanto, também se apresenta nas falas desses entrevistados a identidade individual, de cada um deles, e essa identidade é percebida a partir da diferença. O que D. Maria gosta não é o mesmo que Sn. Antônio. A identidade está em constante construção, ou seja, a identidade de cada indivíduo, está em constante desenvolvimento, ela não está pronta e acabada. Portanto, não é definida biologicamente, mas sim historicamente, e construída a partir do meio cultural e social a qual o indivíduo está inserido¹⁴³, neste caso o espaço religioso.

Assim podemos afirmar que a partir das relações religiosas, os indivíduos constroem sua identidade, podendo essa ser coletiva ou individual, individual quando remete ao íntimo do indivíduo, com aquilo que ele se identifica ou se difere dos demais; coletiva quando ela está associada ao todo social. Para Pierre Sanchis, as identidades, sobretudo as religiosas, são vistas como sentido de noção e pertencimento, ou seja, o indivíduo participa de determinada prática religiosa para pertencer e ser reconhecido por um determinado grupo¹⁴⁴. Por outro lado, a partir da fala de Sn. Antônio percebemos que sua identidade religiosa é muito mais individual do que coletiva.

Entrevistando um casal procuramos entender melhor esse “jogo das identidades”. Sueli, de 50 anos, dona de casa, é casada com Raimundo de 58 anos, funcionário público, casados há 26 anos, sempre frequentaram a “Casa do Divino”. Percebemos no relato desse casal que a relação que cada um estabelece com o Divino é diferente.

¹⁴³ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós – Modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

¹⁴⁴ SANCHIS, Pierre. *Tramas sincréticas da história: Sincretismo e modernidades no espaço luso-brasileiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs.p.p.123-138 n. 28, 1995.

Sempre frequentei a ‘Casa do Divino’, desde pequena, eu vinha com minha mãe, com as minhas irmãs e com minha tia. Quando eu cansei continuei vindo e sempre convidei o Raimundo para vir junto né? [nesse momento dona Sueli olha para seu esposo que estava ao seu lado, que ao mexer com a cabeça concorda com a afirmação], mas era difícil ele vir, porque na hora que eu vinha, na novena era hora que ele tinha que trabalhar, mas quando dá certo ele vem. A gente sempre vem na festa, porque é domingo. Eu gosto bastante de vir a festa, gosto da procissão, acho muito bonito os cânticos, as orações é um momento muito emocionante, as vezes eu até choro, sabe? É porque eu sinto Deus e nossa Senhora perto de mim, e sempre agradeço pela minha vida, pelos meus filhos, pelo meu marido e peço ao Divino muita saúde para todos nós¹⁴⁵.

Para D. Sueli participar das celebrações em honra ao Divino é muito importante, ela percebe nessas celebrações, em especial segundo seu relato na procissão, a presença do sagrado em sua vida, seja através de Deus ou de Nossa Senhora. Ao mesmo tempo que D. Sueli agradece pela vida ela pede ao Divino que dê saúde a ela e a todos ao seu redor, portanto, para essa devota, uma relação íntima com o sagrado é estabelecida, ao ponto de se emocionar ao percorrer o trajeto da procissão, e que a questão religiosa está muito presente nas celebrações que participa, estabelece nesses instantes a ligação do seu mundo, o terreno, com o sagrado, o transcendente. Já para o seu Raimundo, participar das celebrações em honra ao Divino tem outro significado, questionado se sempre participa das novenas e da festa, assim respondeu:

Sempre que dá eu venho aqui [na ‘Casa do Divino’] não é sempre que dá porque eu trabalho, a Sueli vem mais que eu, mas é porque ela não trabalha, ela fica mais em casa. Agora na festa eu sempre participo, porque ela [Sueli, sua esposa] sempre me convida daí eu venho. E até gosto de vim na festa, o ano passado eu ganhei um ‘kit churrasco’ no bingo [risos] foi bem legal. A gente participa da missa, tudo, é bem bom¹⁴⁶.

No relato do seu Raimundo percebemos que a relação que ele estabelece com a festividade em honra ao Divino não está muito ligada ao caráter religioso, aparece apenas quando ele diz: “A gente participa da missa, tudo, é bem bom”. Com base nesta observação podemos dizer que, sua participação na festa está muito mais associada ao divertimento do que a questão religiosa. E que isso está muito ligado a sua identidade de gênero.

Pois foi possível perceber que para o casal Oliveira existe papéis de gênero definidos. Podemos observar que a mulher é associada, na narrativa do Sn. Raimundo, ao ambiente familiar, ao privado, ao lar, em consequência as questões religiosas estão mais presentes em sua vida. Enquanto que o homem está associado ao trabalho, ao sustento da família, ao ambiente externo e não tem muito tempo para se dedicar as práticas religiosas. Pode ser por isso que, a festa seja percebida por Sn. Raimundo como um momento de descontração, de se divertir, uma vez que ela acontece no domingo, dia em que seu Raimundo descansa da rotina de trabalho.

Assim, se por um lado, a festa propicia uma unidade em torno de uma identificação, pois muitas pessoas estão participando da festa para homenagear o Divino,

¹⁴⁵ Entrevista realizada com Sueli, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

¹⁴⁶ Entrevista realizada com Raimundo, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

por outro ela explicita as diferenças, outros indivíduos estão ali com outros propósitos o de se divertir por exemplo. Em outro trecho da fala de Sn. Raimundo pudemos perceber melhor essa diferença, quando ele explicita o papel dele e de sua esposa na festa:

Eu venho mais para participa da festa, a Sueli ajuda mais na festa, ela ajuda com as comidas, prepara as coisas, ajuda na hora de vender os cartões eu fico mais conversando com o pessoal, comendo um pastel. Ela [Sueli] gosta de estar ajudando e ela conhece todo mundo que organiza as coisas, porque eles sempre estão juntos na novena e vão falando como eles vão trabalha no dia da festa, as coisas que cada um vai fazer¹⁴⁷.

Na transcrição acima observamos com mais ênfase a diferença na relação estabelecida com a festividade. Se a D. Sueli aparece como uma das festeiras, mulheres que trabalham na organização e no desenvolvimento da festa, seu Raimundo participa como espectador, está ali para se divertir. Este fato demonstra a relação que cada um estabelece com a festividade religiosa, mesmo os dois fazendo parte do corpo de devotos do Divino, pois ambos sabem que se trata de uma festa religiosa, mas cada um atribui um significado para o evento, D. Sueli vê na festa um momento de homenagear o Divino, enquanto Sn. Raimundo percebe a festa como um instante de descontração.

Os cinco relatos, aqui apresentados, possibilitaram entendermos que uma relação é construída com a festividade religiosa, independente de qual significado a ela seja atribuído. Que a festa religiosa está presente na vida desses devotos e contribui na manutenção de suas memórias. Quando os entrevistados relembram a festa, trazem à tona suas memórias, recordam de familiares, de seus trabalhos e de elementos do seu cotidiano. Portanto, entre os muitos significados atribuído a festa do Divino podemos atribuir mais um, o de momento de manutenção memorial.

A partir da fala dos devotos entrevistados compreendemos que é, através das rezas, das novenas, das procissões e das festas que esses estabeleceram ligação com o mundo sagrado. Porque entendemos que esse devoto não vive sua fé apenas no campo espiritual, ou seja, os fiéis sentem necessidade de realizar ações, que passam a representar sua fé. É essa a construção do mundo sagrado feita pelos fiéis onde as práticas são elementos fundamentais. E foi através do relato dos devotos entrevistados que constatamos que mais que um momento de homenagear o Divino, a festa é um dos instantes em que a unidade da comunidade é assegurada, mesmo que momentaneamente, numa sincronização que se opõe a dispersão e a diversidade do cotidiano. Assim, a festa dedicada ao Divino em Ponta Grossa, tem função de solidificar essa devoção, pois neste instante é hora de tecer redes de sociabilidade, se envolver e compartilhar regras e valores que são socialmente construídos e reafirmados no momento de festejar.

¹⁴⁷ Entrevista realizada com Raimundo, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014.

A construção do movimento jeovense enquanto movimento messiânico

Victor Augusto Lage Pena

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

victoraugustopena@hotmail.com

RESUMO: O movimento jeovense consiste em um movimento agrário ocorrido em uma região litigiosa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo o foco na vila de Cotaxé, hoje distrito de Ecoporanga – ES. O movimento ocorreu nas décadas de 1940 e 1950 e tinha como objetivo criar um novo estado da federação, o Estado de União de Jeovah. O movimento, liderado por Udelino Alves de Matos, se aproximava das lutas de reforma agrária, pois buscavam uma distribuição igualitária das terras entre os que ali viviam e utilizavam dela para seu sustento, através de uma agricultura majoritariamente de subsistência. Vale ressaltar que o movimento não utilizava o termo “reforma agrária” para tratar de seus objetivos, pois não havia uma ligação direta com os outros movimentos agrários no Brasil. Sobre o movimento jeovense, é comum encontrar na bibliografia existente sua representação como um movimento messiânico, colocando Udelino como um líder político e religioso. Este trabalho busca compreender o processo de construção dessa representação, além de compará-los com outras representações existentes. Para compreender o que seria um movimento messiânico, utilizamos, inicialmente as contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maurício Vinhas de Queiroz, para assim traçarmos um conceito base de movimento messiânico e de líder messiânico, comparando com as representações do Estado de União de Jeovah e do seu líder Udelino. Para fazer tal análise utilizamos como fontes, documentos do governo estadual e da Assembleia Legislativa, ambos do Espírito Santo, além da memória oral dos moradores de Cotaxé e região. A análise destes documentos foi comparada com a bibliografia sobre o movimento, em especial o romance *Cotaxé*, de Adilson Vilaça, sendo a obra de maior circulação no Espírito Santo sobre o movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Messianismo; representação; movimento agrário; Estado de União de Jeovah; Cotaxé.

Um problema recorrente

Quando nos deparamos com movimentos sociais agrários, é comum tentarmos simplificá-los e enquadrá-los em uma lógica já existente. Muitos movimentos agrários no Brasil acabam sendo comparados e encaixados, sendo considerados messiânicos, uma forma simplória rotulá-los, sem compreender suas diversidades e complexidades. Porém, muitos historiadores questionam esses rótulos messiânicos, achando que esse enquadramento não dá conta de explicar a complexidade dos movimentos. Marco Antonio Villa é um exemplo deste movimento, pois ele questiona esse caráter messiânico do próprio Antonio Conselheiro e do movimento de Caudos:

Antonio Conselheiro foi considerado um Messias por seus seguidores? Foi um líder de um movimento messiânico, isto é, desta crença milenarista na qual o líder carismático revela aos homens o caminho da salvação, organiza os fiéis em uma comunidade de eleitos e começa a instituir uma sociedade perfeita segundo a mensagem de Deus? Todos os relatos da época de peregrino, as notícias de jornais e os documentos oficiais não fazem referência messiânica de Antonio Conselheiro.¹⁴⁸

Villa, ao pesquisar Canudos, nota que as fontes não revelam o movimento de Canudos como um movimento messiânico. Não há indícios de que o líder Antonio Conselheiro se caracterizaria em um líder político-religioso, reconhecido como milagreiro, como por diversas vezes é representado. Villa cita uma entrevista realizada por Euclides da Cunha em que ele escreve:

Terminamos o longo interrogatório inquirindo acerca dos milagres de Conselheiro. Não os conhece, não os viu nunca, nunca ouviu dizer que ele fazia milagres. E ao replicar um dos circunstantes que aquele declarava que o jagunço morto em combate ressuscitaria – negou ainda. – Mas o que promete afinal ele aos que morrem? A resposta foi absolutamente inesperada: - Salvar a alma. ¹⁴⁹

Não estamos questionando aqui a realização do milagre ou não, mas o reconhecimento desses milagres entre os seguidores de Conselheiro. Como Villa mostra, não há reconhecimento de Antonio Conselheiro como um milagreiro ou curandeiro, como algumas representações de Canudos apontam. Porém, mesmo não sendo um movimento messiânico, não podemos cair no outro extremismo de negar o caráter religioso desses movimentos sertanejos, nesse caso exemplificado por Canudos. “Há uma insistência deliberada em retirar o componente religioso, como se a presença da religião colocasse o movimento em um patamar inferior frente aos movimentos laicos”.¹⁵⁰ Todos os movimentos sociais, laicos ou religiosos, não devem ser colocados em balanças de valores, apenas compreendidos com suas particularidades.

No caso de Canudos, do movimento jeovense, que será apresentado adiante, e da maioria dos movimentos agrários do sertão brasileiro, é impossível negar o caráter também religioso do movimento. Afinal, a cultura sertaneja é permeada de religiosidade, em sua maioria católica com alguns sincretismos religiosos regionais. Portanto, a religião como pertencente da cultura, também fará parte dos movimentos sociais ali instaurados.

Extremismos de representação ocorrem em ambos os lados. Da mesma forma que alguns autores negam todo e qualquer relação do movimento com a religião, sendo apenas um movimento político, existem autores que chegam a afirmar que são seitas religiosas e surtos coletivos, como se

¹⁴⁸ VILLA, Marco Antonio. *Canudos: O povo da terra*. São Paulo: Ática, 1997, p. 240

¹⁴⁹ CUNHA apud VILLA, *Canudos: O povo da terra*. p. 240

¹⁵⁰ VILLA, *Canudos: O povo da terra*, p. 09

os movimentos tivessem tido apenas motivações religiosas e fantasiosas. Portanto é necessário esclarecer que: nem todo movimento social sertanejo é messiânico; e movimentos messiânicos são movimentos sócio-religiosos, tem motivações políticas e religiosas, completamente diferente de uma loucura. Um dos exemplos de patologização dos movimentos sertanejos, está no clássico *Os Sertões* de Euclides da Cunha:

Doente grave, só lhe pode ser aplicado o conceito da paranoia, de Tanzi e Riva. Em seu desvio ideativo, vibrou sempre a bem dizer exclusiva, a nota ética. Foi um documento raro de atavismo. A constituição mórbida, levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas alterando-lhe as relações com o mundo exterior, traduz fundamentalmente, como uma regressão ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie.¹⁵¹

É nítida nessa passagem de Euclides da Cunha a forma em que o autor representa Antonio Conselheiro. É nitidamente aplicado uma patologia mental ao personagem, e logo em seguida há uma comparação da inteligência dele a inteligência de ancestrais humanos, ou seja, com capacidades cognitivas inferiores aos seres humanos.

Tais problemas representativos são muito comuns nos movimentos sociais do campo. E mesmo quando se reconhece a importância dos movimentos, é comum encará-lo como um movimento messiânico. Mas afinal, o que é um movimento messiânico?

Inicialmente é importante compreender o conceito apresentado por Maria Isaura Queiroz, para quem o messianismo consiste em uma doutrina, podendo ser cristã ou qualquer outra forma de religiosidade. Essa doutrina obrigatoriamente gera um movimento social/religioso, onde é respeitada toda a sua lógica interna que varia conforme cada doutrina. O movimento messiânico necessita de um líder, no caso o messias, ou o profeta, personagem que deve ser carismático, tendo características de um líder religioso, sendo considerado um filho de Deus, ou um enviado divino, responsável pela melhora na sociedade em que vivem seus seguidores.¹⁵²

A principal diferença entre a religião tradicional e o messianismo consiste na relação da atividade efetiva dos adeptos. Enquanto a religião tradicional se fixa apenas em uma celebração divina em conformidade com a realidade, os movimentos messiânicos lutam, não importando como, para que a justiça seja instaurada na terra:

O messianismo se afirma, pois, como uma força prática, e não como uma crença passiva e inerte de resignação e conformismo: diante do

¹⁵¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1923, p. 151

¹⁵² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo: no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Editora/Edusp, 1965.

espetáculo das injustiças, o dever do homem é trabalhar para saná-las, pois sua é a responsabilidade pelas condições do mundo.¹⁵³

Percebe-se então que um movimento messiânico precisa de uma crença, somada a uma luta política, uma ação transformista, regida e incentivada pela crença em questão. Complementando a compreensão do conceito de messianismo, é relevante citar Maurício Vinhas de Queiroz, que compara um movimento messiânico a um movimento social laico:

O messianismo significa algo mais que um simples “desgosto” pelo mundo, ou uma não-aceitação da vida social como esta se revela. Nos movimentos revolucionários laicos, há também uma recusa às condições de existência, porém os revolucionários procuraram atuar dentro da realidade, a fim de transformá-la. Já o messianismo leva sempre a um alheamento, a um desligamento do corpo social, e à instauração, fora dele e oposta a ele, de uma nova comunidade que confia na transfiguração supranaturista do mundo. [...] O messianismo é uma revolta alienada.¹⁵⁴

Além de uma fé, é necessário a ação dos indivíduos envolvidos, o que gera um movimento de motivação política e religiosa. Entendemos então que para considerarmos um movimento político enquanto messiânico, a luta política caminha lado a lado de uma fé religiosa, uma crença espiritual no líder do movimento, onde, por ser um enviado de Deus, teria o poder da verdade e a capacidade de liderar o movimento. Porém, quando Vinhas de Queiroz afirma que é uma revolta alienada, devemos entender com cautela, pois “o apelo a valores religiosos não seria uma atitude alienada, mas a expressão da revolta por meio do único canal possível no contexto cultural tradicional”.¹⁵⁵

É muito comum que a luta política sertaneja seja construída com embasamentos religiosos, pois a religião, na maioria das vezes um catolicismo popular repleto de sincretismos, é muito presente na cultura popular do sertão brasileiro. Não podemos ignorar tais características culturais desses grupos. Quando Vinhas de Queiroz afirma uma alienação no movimento messiânico, ele se refere ao pouco conhecimento político dos envolvidos. Porém, como salienta Lísias Nogueira Negrão, não se trata de uma alienação e sim uma busca política através do viés mais acessível a eles, no caso o viés religioso.

O movimento jeovense

¹⁵³ QUEIROZ. *O messianismo: no Brasil e no mundo*, p. 07

¹⁵⁴ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado: 1921-1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 252/253

¹⁵⁵ NEGRÃO, Lísia Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. – Vol. 16, nº 46, 2001, p.122

Explicada toda o problema comum e o conceito de movimento messiânico, chegamos enfim, ao objeto de pesquisa proposto: o movimento jeovense, este que seria o movimento de criação do Estado União de Jeovah, liderado por Udelino Alves de Matos.

Não é possível apresentar uma biografia concisa de Udelino Alves de Matos, pois não foram encontradas documentações necessárias para tal construção. Sabe-se pouco de Udelino. Nada se sabe de antes do movimento jeovense e só há suposições sobre o que ocorreu após o movimento.

Vindo do sul da Bahia, Udelino chega a região da Serra dos Aimorés na década de 1940, época em que havia um conflito litigioso entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais pelo território da região. Sendo uma terra pouco habitada, havia até aquele momento apenas alguns posseiros que ocuparam a região, se apropriando de terras devolutas¹⁵⁶, utilizando-as para a agricultura, majoritariamente de subsistência. Udelino como sabia ler e escrever, logo começa a dar aulas e alfabetizar pessoas da região, sendo, portanto, considerado um homem inteligente e admirado pelos posseiros. Tal visão sobre Udelino facilitou que ele articulasse e comandasse o movimento de União de Jeovah.

Como se trata de uma região litigiosa, sem definição estadual, e com problemas de distribuição de terras, o objetivo de Udelino Alves de Matos era criar um novo estado, o Estado de União de Jeovah, e fazer uma distribuição justa das terras entre os que ali estavam produzindo e sobrevivendo da terra.

Posteriormente a instalação dos posseiros chegam na região alguns fazendeiros com supostas documentações das terras, e tinham como objetivo desapropriar os posseiros para apropriarem-se das terras. Concomitantemente houve um movimento da Polícia Militar na região, mais efetivo do estado do Espírito Santo, em defesa do direito dos fazendeiros. Tal intervenção gera um conflito armado entre fazendeiros e posseiros, entre militares e o movimento jeovense.

Apesar de ter a adesão da maior parte dos posseiros, o movimento não tinha força bélica, muito menos treinamento para enfrentar, num caráter de guerra, a Polícia Militar do Espírito Santo. Sendo assim, o movimento acaba em 1954, quando a Polícia Militar faz um cerco na Casa de Tábua, sede administrativa do Estado de União de Jeovah, e destroem a casa queimando tudo que havia dentro. Muitos dos jeovenses morreram nesta ação policial, porém alguns deles conseguiram escapar. Não há documentação que comprove a morte de Udelino nessa emboscada, porém também não há nada que garanta a sua sobrevivência. Sabemos apenas que Udelino desaparece após o ataque, o que facilita a criação de sua imagem como um mito na região.

¹⁵⁶ Terras indígenas que se tornaram desabitadas após massacre dos indígenas que viviam na região.

Tantas informações imprecisas geraram um imaginário sobre o personagem, criando diferentes representações sobre Udelino. Estas representações estão tanto na memória coletiva dos moradores da vila de Cotaxé, vila central do movimento, como em publicações literárias, jornalísticas e didáticas. E são exatamente essas memórias que são apresentadas e analisadas neste artigo.

A construção da representação messiânica do movimento jeovense

As poucas informações sobre a tentativa de construção do Estado União de Jeovah geraram várias possíveis interpretações sobre o movimento, sendo uma representação dominante a representação messiânica do movimento. Neste artigo, nos limitamos a apenas compreender como se deu esse processo de construção desta representação.

O documento mais antigo que retrata o movimento jeovense como movimento messiânico, encontrado até o momento nesta pesquisa, se trata de uma carta do interventor do Estado do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves, encaminhado ao Ministro de Justiça e negócios Interiores, do governo federal. Esta carta é uma explicação do governo do Espírito Santo ao governo federal sobre a repressão violenta realizada contra o movimento jeovense, liderado pelo Major Djalma Borges:

O relatório firmado pela autoridade que presidiu o inquérito, o brioso oficial major Djalma Borges, é testemunho eloquente da grave anormalidade reinante na região que, não fossem as prontas e enérgicas providências repressivas adotadas pela Polícia do nosso Estado, bem se poderia transformar em um novo Canudos, eis que, para tal, até a exploração mística da ingenuidade da nossa massa rural se fazia presente, nos propósitos de um aventureiro que ali criara a “República União de Jeovah”.¹⁵⁷

Nesta carta podemos perceber que, para justificar tal ataque, Jones dos Santos Neves compara o movimento jeovense ao movimento de Canudos, principalmente no que tange ao misticismo existente sobre a memória de Canudos. No documento citado acima, o movimento do Estado União de Jeovah é caracterizado como um movimento místico e separatista, sendo um possibilitando futuras interpretações dele enquanto um movimento messiânico.

E ocorre exatamente isso. O livro de maior circulação no Espírito Santo sobre o movimento é o romance *Cotaxé*, de Adilson Vilaça. Este livro consiste em um romance histórico que fala do envolvimento de Udelino Alves de Matos, que era um jovem com pouco mais de vinte

¹⁵⁷ NEVES, Jones dos Santos. Ofício N. G/1 471 [para] Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Francisco Negrão de Lima – Rio de Janeiro – DF. Vitória – ES, 09 de abril de 1953.

anos, com uma moça da região, além do seu envolvimento com os movimentos de luta por terra, no caso, liderando o movimento de União de Jeovah.

Em inúmeras cenas do livro *Cotaxé* é possível ver Udelino evocando o nome de Deus, fazendo rezas e outras atividades religiosas, como: “Udelino pregava que o território era réplica do paraíso.”¹⁵⁸, ou uma fala do personagem no livro que dizia: “Meus colegas lavradores, amados filhos de Deus. O bom Pai nos agraciou com a oferta do paraíso.”¹⁵⁹ Nessas frases, como em tantas outras espalhadas ao longo do livro, é possível notar explicitamente que Vilaça representa Udelino como um líder religioso, como alguém que evoca Deus em seus discursos políticos, sendo assim, caracterizando o movimento como um movimento messiânico.

Salva as devidas proporções de repercussão, o mesmo impacto no imaginário gerado por *Os Sertões*, de Euclides da Cunha a respeito de Canudos, acontece com o Movimento de União de Jeovah, gerado por *Cotaxé*, de Adilson Vilaça. Essa imagem de Udelino como um líder religioso é a imagem que chega nos meios midiáticos e nos materiais didáticos.

Em 2010 saiu uma reportagem em um jornal de grande circulação no Espírito Santo, *A Tribuna*, em que é possível constatar tal representação de Udelino: “Magro, alto e sempre usando terno preto, Udelino, que não gostava de fotografias, recorria à Bíblia para unir os camponeses.”¹⁶⁰ Percebemos nesta reportagem, uma representação até caricata de um líder religioso ao se tratar do líder jeovense. O mesmo ocorreu em uma reportagem de 1997, no jornal *A Gazeta*, também de grande circulação no Espírito Santo, onde, em uma entrevista com Adilson Vilaça, reforçam a ideia de que “este estado seria baseado em uma religiosidade muito forte. Ele prometia um paraíso em terra, e com esta promessa encantava as pessoas.”¹⁶¹ Vale frisar que a reportagem em questão foi publicada devido ao lançamento do romance histórico *Cotaxé*, portanto já era de se esperar que representasse o movimento da mesma maneira.

Fato semelhante também pode ser encontrado no material paradidático de maior circulação sobre o Espírito Santo. No livro *História e Geografia do Espírito Santo* de Thais Moreira e Adriano Perrone, é possível encontrar mais uma vez a representação messiânica: “Foi criado pelo movimento o Estado de União de Jeová, num misto de questão fundiária e pregação religiosa.”¹⁶² Por se tratar de um material didático, é provável que para sua escrita foram pesquisados materiais de referência sobre o tema, sendo Adilson Vilaça reconhecido como o maior pesquisador desta temática, perpetuando sua interpretação.

¹⁵⁸ VILAÇA, Adilson. *Cotaxé*. Vitória: Textus, 4ª ed. 2007, p. 15

¹⁵⁹ _____, *Cotaxé*. p. 63

¹⁶⁰ SEGATTINI, Fábio. Um estado diferente do Norte. *A Tribuna*. 25 de abril de 2010, pág. 18

¹⁶¹ CURRY, Andréia. Udelino prometia um paraíso na terra. *A Gazeta*. 10 de agosto de 1997, p. 3

¹⁶² MOREIRA, Thais Helena L; PERRONE, Adriano. *História e Geografia do Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 2007, p. 126

Porém, ao analisar a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito, feita na época para avaliar a extrema violência dos policiais militares na região, onde constam alguns depoimentos, perceberemos que há uma representação um tanto divergente da apresentada por Vilaça. Esta CPI, de abril de 1953, traz algumas denúncias em material escrito, a maioria feita por lavradores da região, e dois depoimentos orais, alegando que a polícia agia de forma extremamente agressiva com os posseiros. Um do Deputado Federal Wilson Cunha, quem fez a denúncia, e outro do Major Djalma Borges, principal responsável pela ação militar na região. Nestes depoimentos encontramos alguns trechos que tratam de Udelino Alves de Matos e do movimento de União de Jeovah.

O primeiro a testemunhar no processo foi o Wilson Cunha, e ao descrever o líder do movimento jeovense ele faz a seguinte afirmação:

Ele não era um homem equilibrado, era um homem de espírito muito rude, mas de muita inteligência, não recebeu instrução mas tinha inteligência, e achou que era o líder daquele movimento, deste movimento que não era outro senão para reclamar justiça, desejando ver concretizada uma punição para aquela Polícia que vinha desabridamente matando, espancando, roubando.¹⁶³

É notável que Cunha, ao se referir a Udelino, destaca suas características como líder político de um movimento, falando de sua inteligência e de como buscava a justiça na região. Em nenhum momento é relatado o envolvimento de Udelino com uma fé religiosa, ou em ritos religiosos. Ainda em seu depoimento, Wilson Cunha é perguntado mais detalhadamente sobre Udelino¹⁶⁴:

O Sr. Oswaldo Zanello – Nobre deputado Wilson Cunha, pelo que vemos, através da leitura do noticiário da imprensa da Capital do Espírito Santo, há uma afirmativa, embora V. Exa. tenha abordado por alto este assunto, de que estariam se processando na zona da Mata, Município de Barra de São Francisco, uma verdadeira revolução de índole comunista, sendo chefiada pelo Sr. Umbelino [sic] que, segundo denúncias formuladas, é comunista fichado, vindo da Bahia. Poderia V. Exa. informar-nos algo a respeito?

O Sr. Wilson Cunha – [...] Não sei se esse Sr. Umbelino [sic] é comunista, se é baiano, se foi fichado. [...] Sei que ele é na região uma espécie de líder. Mas é, sem dúvida, um homem um tanto revolucionário, pela sua própria natureza. Mas a sua revolução era essa de protesto contra os espancamentos, pelo menos quando me procurou no Rio de

¹⁶³ ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembléia Legislativa. *Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 71/53*. 16 de abril de 1953, p. 58

¹⁶⁴ Nota-se que durante o processo referem-se a Udelino com o nome de “Umbelino”. Não se sabe se ocorreu um erro de digitação do escrivão, ou um desconhecimento dos membros da CPI e do entrevistado sobre a forma correta do nome de Udelino.

Janeiro com um memorial o que ele dizia e o que constava no memorial é que queria que se fizesse um inquérito para apurarem-se essas responsabilidades da política. Desejava, também, que o Ministério da Agricultura criasse uma escola naquela região e que o Governo Federal interviesse lá no sentido de distribuir as terras com esses homens que delas estavam apossados. Não sei se há comunismo nisso...¹⁶⁵

Nota-se que havia, naquele momento, uma imagem de Udelino enquanto comunista, afinal, suas ideias de repartição de terras muito se assemelham as lutas dos movimentos agrários de cunho comunista. Ao responder esta pergunta, apesar de não afirmar, Cunha também não nega a possibilidade de Udelino ser comunista. Ele volta a frisar que ele seria “uma espécie de líder”, ressaltando seu caráter “revolucionário”, mas em nenhum momento é citado qualquer envolvimento de Udelino com religião, ou utilização da religião para alcançar seus objetivos. O que está relatado são estratégias políticas, assim como qualquer movimento social.

Na mesma CPI, consta o depoimento do acusado, Major Djalma Borges, onde é acusado de ser mandante dos atos violento da Polícia Militar no local. Em seu depoimento, Borges também cita Udelino em um dado momento: “denunciavam que um bando de 228 homens armados, sob a chefia [...] de Udelino Alves de Matos, estava tomando as propriedades e matando os respectivos proprietários.”¹⁶⁶ É notável que neste depoimento, Borges ao tentar justificar a sua violência, reafirma o caráter violento de Udelino. Novamente, não foi encontrado nenhuma referência do líder jeovense como líder também religioso.

Posteriormente, perguntado mais a fundo sobre o movimento de União de Jeovah, Borges chega a afirmar que “as ideias de Udelino são comunistas, mas que não pode afirmar que ele seja comunista.”¹⁶⁷ Percebemos então, que era inegável à quem presenciou o movimento jeovense, que suas ideias muito se assemelhavam as ideias de reforma agrária do partido comunista. Apesar de nunca terem certeza de sua filiação ou envolvimento direto ao partido, sempre havia uma dúvida em relação a tal ponto.

Apesar de ser possível encontrar outras representações sobre o movimento, como na CPI trabalhada acima e na memória oral dos moradores da vila de Cotaxé¹⁶⁸, podemos entender que a representação messiânica foi uma representação dominante. Utilizando das palavras de Roger Chartier: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do

¹⁶⁵ ESPÍRITO SANTO (Estado), *Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 71/53*. p. 73,74

¹⁶⁶ _____, *Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 71/53*. p. 109

¹⁶⁷ ESPÍRITO SANTO (Estado), *Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 71/53*. p. 112

¹⁶⁸ Essas entrevistas poderão ser encontradas no texto final da minha dissertação de mestrado. Pretende-se neste artigo trabalhar apenas uma etapa da pesquisa ainda em andamento.

mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. ”¹⁶⁹ É notável no caso de Cotaxé a existência dessas lutas de representação, e uma representação que supostamente nasce dos repressores do movimento jeovense, por motivos ainda não esclarecidos na pesquisa, são perpetuados, chegando a mídia e aos materiais didáticos.

¹⁶⁹ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990, p. 17

ST 12: Dinâmicas da conquista: identidades, etnicidades e mestiçagens nos domínios ibéricos

Adriano Toledo

Doutor em História Social da Cultura
(UFMG)/adrianohis@yahoo.com.br

Juliana Sabino Simonato

Doutoranda em História Social da Cultura
(UFMG)/jsimonato@yahoo.com.br

Objetos brasílicos: pinturas, gravuras e mapas na coleção do comerciante Mathijs van Ceulen (Amsterdã, 1631-1644)

André Onofre Limírio Chaves¹⁷⁰

Graduando em História/FaFiCH

Universidade Federal de Minas Gerais

andreonofrelimírio@gmail.com

RESUMO: O presente estudo tem aborça a possibilidade de uso dos inventários de bens móveis, produzidos na Amsterdam do século XVII, como fontes para o estudo da História das Coleções. O estudo analisa a constituição de uma coleção privada que continha objetos brasílicos, registrada nos inventários do comerciante e diretor da Companhia das Índias Ocidentais, Mathijs van Ceulen. Além das mudanças na composição da coleção, ao longo do tempo, são estudadas as formas de resignificação que a coleção sofreu ao ser integrada no ambiente residencial.

PALAVRAS-CHAVES: Coleccionismo, história das coleções, Mathijs van Ceulen, Brasil holandês.

Introdução

Em 4 de maio de 1644, era registrado, pelo notário Willem Hasen, o inventário de bens móveis provenientes da residência do recém-falecido comerciante Mathijs van Ceulen. Dentre os itens arrolados, considerados valiosos para o mercado de arte de Amsterdam, se encontravam diversos objetos provenientes do Brasil. Pinturas, mapas e gravuras com

¹⁷⁰Esse trabalho foi o resultado da pesquisa “Raridades em Contexto: incorporação e resignificação de objetos e imagens das Índias Ocidentais nas coleções norte-europeias (século XVII)” sobre a orientação do professor de Museologia da Escola da Ciência da Informação, René Lommez Gomes. Além disso, esse estudo obteve apoio do Grupo da História das Coleções e Museus recebendo o apoio da PROGRAD/UFMG, PRQP/UFMG e FAPEMIG e do Grupo de Pensamento Político e Práticas Culturais no Mundo Luso-Holandês (séc. XVII), sendo esse apoiado pelo Espaço do Conhecimento UFMG para a realização dos encontros semanais.

temática brasílica e outros itens da coleção foram inventariados e valorados visando sua liquidação em um leilão.

A presença de itens de origem brasileira nessa coleção teve, como ponto de origem, a participação do comerciante na administração da ocupação neerlandesa do nordeste brasileiro, entre 1634 e 1640. Com a criação da Companhia das Índias Ocidentais, o anseio por conseguir o controle do comércio de produtos do Novo Mundo fez com que, em 1630, essa região da América Ibérica fosse tomada e ocupada. Com a ocupação, diversos homens migraram para o Brasil com o objetivo de atuar no comércio e na administração, dentre eles, um Diretor da W.I.C., Mathijs van Ceulen.

Responsável por controlar a investida holandesa em terras brasileiras, além de cumprir para com as obrigações de seu cargo, van Ceulen interessou-se pelo novo ambiente. Atentou-se para objetos antes pouco vistos no Velho Mundo. E, ao retornar para sua pátria, além da experiência vivida no Novo Mundo, ele levou consigo objetos que pudessem compor a decoração de sua casa. Esses objetos, como será apresentado, não consistiam em quaisquer curiosidades sobre o Brasil. Ao contrário, de algum modo, fariam com que as pessoas de seu entorno vissem e admirassem aspectos de sua vida naquele mundo o desconhecido.

A prática colecionista foi comum entre sujeitos de posses que vieram para o Brasil, durante a ocupação neerlandesa, ou de pessoas habitantes de Amsterdam envolvidos com os negócios do Brasil. Dentre os inventários, hoje conservados no no arquivo da cidade de Amsterdam, estão o de Mathijs van Ceulen, Pieter Seulin, Marcus van Valckenburg e do Capitão Marten Pietersz. Daij. Através desses inventários é possível perceber como a realidade americana se produziu objetos de admiração e auto representação. Portanto, esse trabalho pretende abordar o inventario de Mathijs van Ceulen, apresentando as possibilidades de interpretação do processo de autorepresentação de um sujeito através da constituição de uma coleção de material brasílico, refletindo os interesses e história de vida de um indivíduo.

Os inventários da Orphan Chamber de Amsterdã, no século XVII

Os inventários que foram utilizados nessa pesquisa são provenientes de um órgão administrativo importante que surgiu no século XV, em Amsterdam: a Câmara dos

Órfãos.¹⁷¹ Criada por volta de 1500, essa instituição era composta por três ex-vereadores e membros do Conselho de Amsterdã, que possuíam a função de garantir recursos para crianças órfãs de pais. Pois, desamparadas do apoio paternal, esses indivíduos, caso fossem menores de idades, deveriam ser assistidos pela Prefeitura de Amsterdã até completarem vinte e cinco anos de idade, enquanto se encontrassem no estado civil solteiro.¹⁷² Por isso, a necessidade de criação da Câmara dos Órfãos como o órgão que fosse capaz de garantir a sobrevivência dos órfãos menores de idade.

A criação da Câmara dos Órfãos de Amsterdam representa a necessidade e a preocupação que a sociedade neerlandesa possuía em garantir a sobrevivência de indivíduos desamparados tanto economicamente quanto socialmente. Garantir fundos para que o tutor das crianças e dos jovens órfãos ultrapassava a esfera familiar, ao ponto de um órgão público ser envolvido, como forma de legalizar a assistência econômica ao cidadão de menor idade¹⁷³.

Para compreender a figura de Mathijs van Ceulen e os seus inventários, precisamos estar cientes dessas informações a respeito da Câmara dos Órfãos. Pois, em 11 de outubro de 1631, o notário J. Bosch provavelmente entrou na casa de van Ceulen e começou a registrar os bens móveis, sobretudo itens artísticos, que tivessem boa aceitação no mercado de arte holandês. Até o momento, não se sabe o motivo que levou esse notário a registrar os itens de van Ceulen. Mas, as informações disponíveis sugerem duas possibilidades. Na primeira, Mathijs van Ceulen pode ter se tornado viúvo nesse ano e, conseqüentemente, o nome de sua falecida mulher teria sido informado aos membros da Câmara dos Órfãos, pois segundo John Montias “each week, the gravemakers of the churches e cemeteries of Amsterdam were obligated to hand over to the Orphan Chamber the names and addresses of men or women who had died leaving heirs of minor age”.¹⁷⁴ Van

¹⁷¹ MONTIAS, John Michael. Art at auction in 17th Century Amsterdam. Amsterdam: Press University. 2002. p.16.

¹⁷² MONTIAS, John Michael. Art at auction in 17th Century Amsterdam. Amsterdam: Press University. 2002. p. 17

¹⁷³ MONTIAS, John Michael. Art at auction in 17th Century Amsterdam. Amsterdam: Press University. 2002. p.17

¹⁷⁴ “semanalmente, os coveiros das igrejas e cemitérios de Amsterdam eram obrigados a entregar para a Câmara dos Órfãos, os nomes e endereços de homens e mulheres que morreram deixando menores de idade”

Ceulen e sua esposa Margaret Heucheulaen possuíam quatro crianças¹⁷⁵, sendo Maria a mais velha, com apenas oito anos. Por isso, justificava-se a necessidade dessas crianças serem registradas na Câmara dos Órfãos, após a morte de sua mãe, pois, então restava-lhes somente o pai como tutor.

Outra teoria, que provavelmente pode completar a primeira, é a de que Mathijs van Ceulen fora escalado para viajar para a ocupação neerlandesa do nordeste brasileiro, que estava ocorrendo naquele momento. Pois, em dezembro de 1632 encontramos os primeiros registros de sua chegada ao Brasil¹⁷⁶, assumindo o cargo de Diretor Delegado¹⁷⁷ da Companhia das Índias Ocidentais. Além da arriscada travessia do Atlântico que viria a enfrentar, os conflitos entre os neerlandeses e portugueses em terras brasileiras poderiam ocasionar o óbito do comerciante. Assim, como forma de garantir a futura assistência de seus filhos, van Ceulen poderia ter recorrido à estratégia de registrar seus bens na Câmara dos Órfãos e nomear um tutor responsável pelas crianças em sua ausência.

De qualquer modo, os inventários dos bens móveis produzidos pela Câmara dos Órfãos de Amsterdã, constituem-se em excelentes fontes para o estudo e compreensão das coleções artísticas do século XVII. Nesses inventários, além da relação dos objetos que o indivíduo possuía, há outras informações preciosas para o ramo da História da Arte, como a atribuição dos valores que os objetos alcançariam em leilões e sua disposição original na casa de seu proprietário, permitindo um registro privilegiado da lógica da organização espacial das peças em um ambiente doméstico seiscentista. Considerando que as casas das classes abastadas, na Amsterdam desse período, possuíam ambientes “públicos” e ambientes reservados aos familiares, esses dados revelam, ainda, as maneiras como os sujeitos podiam se apresentar (e representar) socialmente.

(tradução do autor). MONTIAS, John Michael. *Art at auction in 17th Century Amsterdam*. Amsterdam: Press University. 2002. p. 17

¹⁷⁵ Informações recolhidas no site: <http://research.frick.org/montias/home.php> (último acesso: 30/06/2015). Pesquisar por Mathijs van Ceulen.

¹⁷⁶ WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história do século XVII*. Companhia Editora Nacional, 1938.

¹⁷⁷ HEIJER, Henk Den. *Directores, Stadhouders e conselhos de administração*. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*. Leiden: Mauritiana. 2005

Entre os diversos inventários de coleções privadas de holandeses que estiveram no Brasil, durante o período da ocupação (1630-1654), o caso de Ceulen é único, por apresentar dois inventários: o primeiro, realizado antes da sua vinda ao Brasil (1631); e, o segundo, um inventário *post mortem* realizado após seu último retorno à Amsterdã (1644). Esse caso, permitiu a análise da evolução da composição de sua coleção, ao longo do período em que o comerciante viveu no Brasil, revelando aquisições e mudanças de gosto ou de formas de autorepresentação..

A presença de objetos de origem brasileira na coleção artística de van Ceulen

A análise dos dois inventários de van Ceulen possibilitou o estudo do crescimento de sua coleção. Caso raro, uma vez que não há, até o momento, a identificação de outro sujeito da cidade de Amsterdã que, tendo estado no Brasil, tivesse feito o registro de dois inventários. No primeiro inventário (1631¹⁷⁸), van Ceulen possuía uma coleção artística bem singela, com poucas pinturas e alguns mapas de baixo valor; somando o número de bens inventariados o total de dezesseis objetos. O item mais caro é uma pintura de paisagem do artista holandês Den Bock, no valor de 36 florins. Ao final da inventariação, a coleção artística de van Ceulen estava estipulada no valor de 64 florins.

O segundo inventário¹⁷⁹, registrado pelo notório Willen Hansen em 4 de maio de 1644, nos surpreende por mostrar uma evolução relativamente grande da coleção artística de van Ceulen. Entre os 13 anos que separam os dois inventários, o número de itens artísticos que decoravam a residência de van Ceulen passou de dezesseis objetos para oitenta e nove itens. O valor total dos itens, no inventário, alcançou a cifra de 4827 florins. Esse aumento é bem significativo, sobretudo em uma sociedade que enxergava a acumulação de obras de arte como uma forma de investimento¹⁸⁰. Esse aumento do

¹⁷⁸ Inventário de Mathijs van Ceulen, datado do ano de 1631, disponível pelo endereço: <http://research.frick.org/montias/browserecord.php?action=browse&-recid=2460> (último acesso:23/06/2015)

¹⁷⁹ Inventário de Mathijs van Ceullen, datado do ano de 1644, disponível no endereço: <http://research.frick.org/montias/browserecord.php?action=browse&-recid=1363> (último acesso: 23/06/2015).

¹⁸⁰ SCHAMA, Simon. O desconforto da riqueza. In: O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, Uma interpretação. (trad.) Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 289 - 368.

número objetos indica que a riqueza de Mathijs van Ceulen aumentou de forma rápida, promovendo a ampliação e diversificação de sua coleção, que passou a se constituir de itens de mais alto valor.

Para compreendermos o quê motivou a elevação da riqueza de van Ceulen, a pesquisa partiu para a constituição de uma biografia desse sujeito, pois assim, compreenderíamos tanto a evolução, quanto as mudanças na constituição da coleção.

Mathijs van Ceulen era um comerciante e um dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais. Sua relação com o Brasil começa em 1632, quando ele é designado para o cargo de Diretor Delegado¹⁸¹ da W.I.C. em terras brasileiras. Van Ceulen ao chegar na conquista neerlandesa, se deparou com uma colônia arrasada pelas constantes batalhas entre portugueses e neerlandeses. Além disso, o Conselho Político, órgão responsável pelas demandas administrativas da colônia, enfrentava embates ocasionados pelas diferentes posturas e orientações propostas por cada conselheiro político para a organização da ocupação, agravados pelas divergências entre o Conselho e o governador Waenderbuch¹⁸².

Com a premissa de resolver os embates entre políticos e administrativos¹⁸³, van Ceulen também foi responsável pela expansão da colônia neerlandesa. Ele garantiu a vitória das tropas neerlandesas na capitania do Rio Grande, lugar de importância colonial, uma vez que havia grande quantidade de gado bovino nessa região. Além disso, dirigiu campanhas militares, entre elas aquela em que ocasionou a tomada do Forte dos Três Reis Magos¹⁸⁴, que foi rebatizado e passou a ter o nome do diretor delegado, chamando-se Forte Ceulen.

Van Ceulen retornaria para a sua pátria em 1634. Depois, em 1637, regressaria ao Brasil integrando a comitiva do Conde Maurício de Nassau, recém nomeado governador da conquista. Atuou como conselheiro do Alto Conselho Secreto que dava

¹⁸¹ BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

¹⁸² MELLO, José Antonio Gonsalves de. Os Holandeses no Brasil. Companhias da Índias Ocidentais In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses – 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

¹⁸³ LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e Escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Alameda, 2012.

¹⁸⁴ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra Trindade. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora IFRN, 2010

apoio ao Conde Nassau, garantindo assistências nas decisões de cunho político, militar e econômico.

Uma vez entendida a participação de Mathijs van Ceulen, mesmo sendo de maneira rápida e enxuta, podemos começar a entender como os itens brasílicos foram incorporados na sua coleção artística. Dentre os objetos listados em seu inventário, temos a referência exata da procedência dos seguintes itens: uma pintura de gênero de natureza morta com frutas das Índias Ocidentais, no valor de 25 guldens, e um mapa do Brasil, um do Recife e um da capitania do Rio Grande.

Incorporados na coleção, esses itens estão relacionados com o ofício de van Ceulen, durante o tempo em que esteve no Brasil. O interessante é notar a presença do mapa do Rio Grande, capitania conquistada sob o comando de van Ceulen, em 1633. Provavelmente, esses mapas foram adquiridos no momento de partida de Ceulen da Europa para o Novo Mundo ou quando estava no Brasil. De todo modo, eles parecem apontar para a constituição de traços autobiográficos na formação da coleção, melhor percebidos em objetos de natureza especificamente artística, que não tinham relação direta com o exercício de seu ofício.

‘Voorhuis’, a porta de entrada para o brasílico

Os inventários neerlandeses favorecem a pesquisa em História da Arte e das Coleções, por registrarem informações importantes sobre práticas do colecionismo privado, principalmente na Holanda do século XVII. O inventário informa não apenas o nome da peça inventariada. Outras informações de grande importância, como a disposição dos objetos nos cômodos das casas, o valor da peça no mercado, sua autoria e principais características também são registrados no momento de confecção do documento¹⁸⁵.

Em 1644, o nome de van Ceulen aparece nos registros da Câmara dos Órfãos de Amsterdam que, desta vez, registrava seu falecimento. Diferente do primeiro momento em que ocorreu a catalogação, 1631, Hasen, ao entrar na residência de van Ceulen, encontrou cômodos consideravelmente bem decorados, com obras de artes de variadas temáticas, indo de motivos religiosos a naturezas mortas. Uma das pinturas de destaque da coleção,

¹⁸⁵ MONTIAS, John Michael. *Art at auction in 17th Century Amsterdam*. Amsterdam: Press University, 2002.

por seu valor, era uma natureza-morta. Mas, essa pintura era diferentes das outras do mesmo gênero: ela apresentava ao cidadão neerlandês um aspecto do novo mundo. Frutas exóticas e diferentes apresentava a qualquer convidado que entrava na residência de van Ceulen, frutos e flores da colônia brasileira que estava sobre o controle dos neerlandeses.

Essa pintura, descrita no inventário como “frutas das Índias Ocidentais¹⁸⁶”, transmitia a quem passava pelo hall de entrada (*voorhuis*) da casa de van Ceulen, não apenas o exótico e o novo. Por estar em um cômodo de entrada, nobre e “público”, acessível a qualquer visitante da casa, a pintura se resignificava como uma forma de apresentação do proprietário da casa e de sua atuação como um Diretor da Companhia das Índias Ocidentais no Novo Mundo.

O *voorhuis* era o cômodo da casa holandesa que possuía a função de apresentar o modo como o seu morador gostaria de ser visto pela sociedade. As melhores pinturas geralmente eram colocadas nesse ambiente e em outros que garantiam a maior visibilidade ao visitante. Segundo Jonh Montias “*Certain rooms, such as the voorhuis [...] contained more valuable paintings, were more likely to be described by subject and to be attributed, and featured more landscapes than the other rooms*”.¹⁸⁷ Ou seja, o *voorhuis* garantia a visibilidade das melhores obras que o colecionador possuía, de modo que isso pudesse garantir status a quem possuísse esse cômodo muito bem decorado.

A arte no universo holandês não possuía somente a função decorativa, mas também, o modo de representar o lado íntimo do sujeito. Pinturas com temática religiosa transmitia a religiosidade do morador, mas, como a religião era olhada por um âmbito privado, esses quadros se localizavam em cômodos mais exclusivo e de pouco trânsito. “It is not surprising that the more ‘public’ rooms should have a surplus of attributions and the more ‘private’ rooms a deficit”¹⁸⁸. Os cômodos mais privados denotavam carência de

¹⁸⁶ Inventário de Mathijs van Ceullen, datado do ano de 1644, disponível no endereço: <http://research.frick.org/montias/browserecord.php?-action=browse&-recid=1363> (último acesso: 23/06/2015).

¹⁸⁷ LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Works of art in Amsterdam Inventories, 1600-1679*. In: Public and Private Spaces. Works of art in Seventeenth-Century Dutch Houses. Zwolle, Waanders Printers. 2000. p.69

¹⁸⁸ LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Works of art in Amsterdam Inventories, 1600-1679*. In: Public and Private Spaces. Works of art in Seventeenth-Century Dutch Houses. Zwolle, Waanders Printers. 2000. p.64..

objetos artísticos, não havia muito, a necessidade de por as melhores pinturas nesses cômodos, uma vez que não seriam admiradas pelo público externo.

Graças à existência dos dois inventários de van Ceulen, produzidos em épocas distintas, podemos analisar a evolução da coleção artística disposta no *voorhuis* da sua residência. No inventário de 1631, a decoração do *voorhuis* era singela e discreta. Encontramos expostos nas paredes cinco mapas baratos e uma pintura religiosa; conotando o pequeno interesse do comerciante pelo colecionamento. A presença de mapas nas paredes reforçava a mensagem de que o morador da casa era um comerciante, envolvido com o comércio marítimo. No caso de van Ceulen, a hipótese é reforçada pelo fato de que ele possuía ações na Companhia das Índias Ocidentais, se ocupando de um comércio que lidava com as grandes distâncias territoriais.

Junto aos mapas, consta no inventário a existência de uma pintura de cunho religioso no *voorhuis*. Segundo as estatísticas apresentadas nos trabalhos de Montias, esse fato representa uma situação rara, mas que poderia refletir o interesse de van Ceulen em expor sua religiosidade àqueles que o visitassem. Nesse momento, não há qualquer objeto que fizesse referência ao Brasil.

No inventário de 1644, notamos o enriquecimento consideravelmente grande na decoração do *voorhuis* da casa de Mathijs van Ceulen. O número de peças dobra e apresenta uma maior riqueza temática. Do mesmo modo, aumentam os seus valores atribuídos a esses itens.

Dentre os objetos expostos nesse cômodo, destacam-se os de origem brasileira. Uma natureza morta com frutos das Índias Ocidentais, no valor de 25 florins, é o primeiro item a ser inventariado. Logo depois, aparecem os mapas brasileiros, sendo eles: uma carta de Recife e uma do Brasil, cada uma avaliada em 1,5 florim. Em média, os valores de mapas são baratos, mas no caso, esses de temática brasileira possuem valores acima da média¹⁸⁹.

Além dos mapas apresentarem ser das terras brasileiras, estando no primeiro cômodo da residência, eles se resignificavam. Van Ceulen possuía suas memórias de

¹⁸⁹ SUTTON, Elizabeth A. *Capitalism and Cartography in the Dutch Golden Age*. Chicago: University of Chicago Press, 2015. 192 p.

estadia no Brasil representadas no *voorhuis*, através dos mapas, pinturas e objetos que remetiam a sua presença no Novo Mundo. Os mapas do Brasil e de Recife, além de estarem remetendo a participação de van Ceulen na empreitada neerlandesa, também atuava na função de promovê-la. Isso, era comum durante o século XVII, na Holanda. Geralmente, mapas de lugares que estavam sendo conquistados e colonizados eram colocados em locais públicos para que despertassem o interesse de quem os vissem¹⁹⁰, almejando atraírem investidores.

Além dos mapas do Brasil, as paredes do *voorhuis* da casa de van Ceulen possuía quadros de conteúdo político. Os retratos políticos eram peças muito comuns de serem exibidas nos cômodos “públicos” das casas de Amsterdam, posto que uma de suas funções era o de representar os laços e redes sociais em que se inseriam os moradores da casa, reforçando a imagem de sua conexão com pessoas de destaque na sociedade local.

Na casa de van Ceulen, uma efígie do rei espanhol Felipe IV era um dos retratos políticos que eram exibidos no *voorhuis*. Não se sabe sua origem, mas pode-se supor que essa pintura do chefe da maior nação inimiga da República neerlandesa fora obtida como presente diplomático ou espólio de guerra em algum momento da invasão neerlandesa do nordeste brasileiro, uma vez que o Império Português se encontrava sob o comando do rei espanhol. Essa pintura, portanto, poderia ter a função de marcar a posição política do comerciante na ocupação do Brasil ou lembrar seu papel no fim do controle espanhol sobre as terras conquistadas.

Outro retrato político que figurava entre as obras que estavam no *voorhuis* era o retrato do Conde Maurício de Nassau. Provavelmente, essa pintura foi colocada juntamente com os mapas que representava o território brasílico para estabelecer a relação da atuação de van Ceulen com o Conde Nassau, no domínio das terras brasileiras. De algum forma, seria honroso para Ceulen ter sua imagem ligada à de Nassau, uma vez que o último era uma figura de destaque na aristocracia neerlandesa daquele período. O mais interessante do *voorhuis* da casa de van Ceulen possuir retratos de figuras políticas é o fato de que, normalmente, no *voorhuis* não havia retratos. Estes, principalmente os que representavam membros das famílias e os retratos políticos, eram colocados em cômodos

¹⁹⁰ SUTTON, Elizabeth A. *Capitalism and Cartography in the Dutch Golden Age*. Chicago: University of Chicago Press, 2015. 192 p.

fechados, ainda que públicos, como as grandes salas, onde as visitas eram recebidas. Mas, por se tratarem de personalidades públicas, e além disso, estarem ligadas com a vida do colecionador, estes quadros possuíam justificativas para estarem nessa parte da residência.

Portanto, o *voorhuis* não possuía somente a função de ser a entrada de uma casa holandesa do século XVII. Mas, além disso, ser o anteparo que expusesse ao visitante as características e posição da pessoa que morava na residência. Através de pinturas, mapas, esculturas, globos; a biografia do morador poderia ser relatada a através da arte, principalmente, quando um objeto vindo de terras distantes representava a circulação e ressignificação que sofriam ao estarem dispostos em uma sociedade que, além de admirar a arte, a utilizava como autorepresentação.

Conclusão

A partir da análise dos inventários, podemos fazer leituras das coleções do século XVII neerlandês que permitem perceber os laços existentes entre o impulso de colecionar e formas de autorrepresentação do colecionador. Os inventários informam uma grande quantidade de dados que indicam a qualidade e variedade da composição de uma coleção particular, mostrando que ela não se resumia a um acúmulo de curiosidades, mas previa a composição de um ambiente que refletia a personalidade do colecionador. Desse modo, os dados sobre as coleções presentes nesses documentos revelam as maneiras como um sujeito gostaria de ser visto, quando algum visitante adentrasse em sua residência. No caso estudado percebe-se que van Ceulen, no momento de sua morte, sublinhava com sua coleção uma imagem que valorizava sua profissão de comerciante e sua posição de diretor da W.I.C.. Esse interesse de colecionamento e autorepresentação diferia do ano de 1631, em que ele demonstrava uma preferência por pinturas de temática religiosa.

Além disso, os inventários neerlandeses proporcionam possibilidades de compreender a coleção artística de um sujeito através da sua disposição na casa. O *voorhuis* não tinha apenas a funcionalidade de ser o hall de entrada da casa, mas conciliar obras de artes com a vida de seu morador, principalmente ao se tratar da sociedade seiscentista, em que o simbolismo residia nas pequenas coisas. Dispor um retrato de uma personalidade política envolvida na conquista neerlandesa do nordeste brasileiro juntamente com um mapa do Brasil promovia uma nova representação, principalmente quando o proprietário da residência informasse que esteve conectado com essa

empreitada. Mathijs van Ceulen foi cauteloso ao garantir a sobrevivência dos filhos através da Orphan Chamber, mas, além disso, sua ação, mesmo após trezentos anos continua importante para a compreensão das coleções particulares do século XVII.

Objetos como agentes mediadores: a coleção de Johan Maurits van Nassau-Siegen¹⁹¹

Carolina Vaz de Carvalho

Bacharel em Ciências Sociais e graduanda em Museologia

Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais

carolcarvalho@ufmg.br

RESUMO: Os objetos materiais têm papéis culturais que ultrapassam o que a categoria ‘objeto’ pode sugerir. Longe de meros suportes ou auxiliares da ação de sujeitos, os objetos participam da construção e desconstrução social das pessoas e suas identidades, bem como do estabelecimento, definição e reconfiguração de relações entre elas. Pensando no universo da colonização das Américas, palco de encontro de sujeitos nas fronteiras entre o que poderíamos chamar de ‘grandes blocos’ culturais, em várias situações podemos identificar a atuação de objetos materiais como agentes mediadores de identidades, imaginários e relações. Tomo como caso de análise uma circulação especial de objetos em torno da figura do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, que governou as conquistas brasileiras da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais entre 1636 e 1644. No Brasil, Nassau formou uma vultosa coleção de espécimes animais e vegetais, artefatos de povos diversos e obras artísticas e científicas relacionadas ao Brasil e à África, grande parte da qual foi levada para a Europa em seu retorno. Elementos significativos dessa coleção chegaram ao conde por meio de presentes e trocas diplomáticas com sujeitos das Américas e da África e, uma vez na Europa, muitos dos itens colecionados foram dispersos através de doações e presentes com caráter diplomático. Proponho uma reflexão sobre a formação e dispersão da coleção de Johan Maurits van Nassau-Siegen em sua relação com as dinâmicas coloniais de circulação de pessoas, objetos, saberes e práticas culturais, nos contextos brasileiro e europeu. Argumento que essas ações de colecionamento de objetos e de trocas de presentes podem ser percebidas como momentos de

¹⁹¹ As reflexões aqui apresentadas estão ancoradas em estudos desenvolvidos desde 2013 no projeto “Raridades em Contexto: incorporação e ressignificação de objetos e imagens das Índias Ocidentais nas coleções norte-europeias (séc. XVII)”, com apoio da FAPEMIG. Esse projeto, coordenado pelo prof. René Lommez Gomes da Escola de Ciência da Informação da UFMG, propõe a investigação de processos de recontextualização e mudança de significado de objetos originários das Américas e África ao serem incorporados às coleções norte-europeias do período moderno. O presente trabalho de pesquisa se beneficia, também, da participação no Grupo de Estudo em História das Coleções e dos Museus, sob coordenação do Prof. Lommez Gomes e da Professora Verona Segantini da Escola de Belas Artes da UFMG, e no Grupo de Pesquisa Pensamento Político e Práticas Culturais no Mundo Luso-holandês (séc. XVII), igualmente coordenado pelo Prof. Lommez Gomes, que se reúne no Espaço do Conhecimento UFMG. Por fim, a abordagem dos objetos da coleção como agente mediadores é devedora das discussões suscitadas nas aulas da disciplina “Antropologia dos Objetos”, ministrada por Prof. Dr. Eduardo Viana Vargas e Ms. Levindo da Costa Pereira na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais no primeiro semestre de 2015.

encontro, mediação e produção de significados e sujeitos, em que os objetos aparecem como agentes mediadores.

PALAVRAS-CHAVES: Brasil holandês, Dádiva, História das coleções, História colonial, Mediadores.

O período moderno destaca-se dentro do campo de estudos da História das coleções como um momento de emergência de parâmetros diversos de criação e ordenação de coleções, que correspondiam a interesses sociais distintos. O projeto de pesquisa “Raridades em contexto: incorporação e ressignificação de objetos e imagens das Índias Ocidentais nas coleções norte-europeias (século XVII)” propõe atentar para os diferentes usos, formas de percepção, apreciação e valorização dos objetos e coleções por diferentes sujeitos, em diferentes espaços e situações desse momento. Dentro de tal projeto, me dedico ao estudo da coleção do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, conhecido no Brasil como Maurício de Nassau. A atividade colecionista de Nassau engloba uma multiplicidade de ações e relações, sujeitos e espaços, que aparecem eclipsados na imagem tradicional do colecionismo moderno dos Gabinetes de Curiosidades.

O presente trabalho é um desenvolvimento do tema das ações e relações entre sujeitos embutidas na coleção de Nassau, em diálogo com as questões colocadas pela situação do encontro nas fronteiras do que poderíamos chamar de ‘grandes blocos’ culturais - ameríndio, africano e ibérico -, dentro do universo colonial. Centro-me na noção de ‘troca’, presente tanto na formação, quanto na dispersão da coleção do conde, estabelecendo um diálogo com teorias antropológicas da dádiva e com a abordagem sociológica da teoria-ator-rede. Procuo, a partir desses referenciais, desenvolver algumas ideias sugeridas por outros autores que se debruçaram sobre a coleção de Maurício de Nassau. Iniciarei minha exposição trazendo alguns elementos teóricos para, então, abordar o caso de estudo.

Sobre as coisas

Vivemos rodeados de objetos, de coisas, e nossos modos de vida estão de tal forma imbricados dessa materialidade que é possível conceber uma ciência inteiramente dedicada ao estudo das sociedades a partir de seus vestígios materiais - a arqueologia. Ao mesmo tempo, nossa sociedade distingue rigidamente pessoas e coisas, ‘sujeitos’ agentes e ‘objetos’ pacientes. Contudo, as coisas têm papéis culturais que ultrapassam o que a categoria ‘objeto’ pode sugerir. Longe de meros suportes ou auxiliares da ação de sujeitos, os objetos atuam socialmente de diversas formas, participando da construção e desconstrução social das pessoas e suas identidades, bem como do

estabelecimento, definição e reconfiguração de relações entre elas. Anthony Seeger, Roberto da Matta e Eduardo Viveiros de Castro, em um artigo publicado em 1978, *A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras*,¹⁹² já apontavam para a centralidade da questão da construção da pessoa e fabricação dos corpos, com participação de objetos, como idioma simbólico nas sociedades do continente americano. Se em outras sociedades a construção da pessoa e fabricação dos corpos não ganha a mesma dimensão ontológica central, ainda assim podemos falar da construção simbólica das pessoas por meios imateriais e materiais como um aspecto marcante da vida social - ser pessoa, não é simplesmente ser *homo sapiens*, mas é ser alguém de um lugar e um tempo específicos, o que aparece nas crenças, conhecimentos, relações de parentesco, forma de falar, hábitos de higiene, hábitos alimentares, vestuário, expressões artísticas, contexto econômico, situação política, e assim por diante. Como afirma José Reginaldo Santos Gonçalves no artigo *Teorias Antropológicas e Objetos Materiais*:

os objetos não apenas demarcam ou expressam [...] posições e identidades, mas [...], enquanto parte de um sistema de símbolos que é condição da vida social, organizam ou constituem o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status.¹⁹³

Marshall Sahlins, em uma análise dos pressupostos culturais do sistema capitalista de produção,¹⁹⁴ ressalta os valores simbólicos que permeiam a produção, a troca e o consumo de objetos mesmo em um contexto que declara o racionalismo econômico como um dos pilares de sua organização social: “Os homens produzem objetos para sujeitos *sociais* específicos, no processo de reprodução de sujeitos por objetos *sociais*”¹⁹⁵, o que seria “um processo contínuo de vida social na qual os homens reciprocamente definem os objetos em termos de si mesmos e definem-se em termos de objetos”¹⁹⁶.

A troca de objetos foi tema de intenso interesse antropológico e talvez um dos trabalhos seminais nessa perspectiva seja o *Ensaio sobre a dádiva*¹⁹⁷, de Marcel Mauss, publicado na década de

¹⁹² SEEGER, Anthony; MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. “A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”. In: OLIVEIRA Filho, João Pacheco (org). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 1987, p. 11-29.

¹⁹³ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Teorias Antropológicas e Objetos Materiais*. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro, 2007, p. 21.

¹⁹⁴ SAHLINS, Marchal. *La Pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura*. In: *Cultura e Razão Prática*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 166-203.

¹⁹⁵ _____. *La Pensée Bourgeoise*, p. 168 (ênfases do original).

¹⁹⁶ _____. *La Pensée Bourgeoise*, p. 169.

¹⁹⁷ MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In: *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-314.

1920. O regime de troca de dádiva é apresentado por Mauss como ‘fato social total’. A dádiva assumiria a forma do presente generoso e desinteressado ao mesmo tempo que envolveria caracteristicamente as *obrigações* de dar, receber e retribuir. Nas palavras do autor, “Recusar dar, negligenciar convidar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão”¹⁹⁸. Para Claude Lévi-Strauss¹⁹⁹, que desenvolve as ideias de Mauss dentro do tema do parentesco, o papel primordial da cultura estaria em garantir a existência dos grupos sociais como grupos, e as trocas, sejam de objetos ou de pessoas, criariam alianças por meio da reciprocidade. Lévi-Strauss afirma: “O jogo sábio das trocas [...] consiste em um conjunto complexo de manobras conscientes ou inconscientes, para adquirir garantias e prevenir-se contra riscos no duplo terreno das alianças e das rivalidades”²⁰⁰. E sintetiza: “As trocas são guerras pacificamente resolvidas, as guerras são o desfecho de transações infelizes”²⁰¹.

O antropólogo da economia Chris Gregory dedicou algum esforço a traçar distinções entre dádivas e mercadorias como categorias lógicas, baseando-se tanto em teorias da Economia Política quanto da Antropologia.²⁰² Para o autor, a troca de mercadorias estabeleceria relações entre os objetos trocados, enquanto a troca de dádivas estabeleceria relações entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido Mauss, no *Ensaio sobre a dádiva*, expõe que, no regime da dádiva, a troca de presentes é apenas uma parte de um ‘contrato’ mais geral, envolvendo pessoas, valores e coisas, e afirma: “Se as coisas são dadas e retribuídas, é porque *se* dão e *se* retribuem ‘respeitos’ - poderíamos dizer igualmente ‘cortêsias’. Mas é também porque as pessoas *se* dão ao dar, e, se as pessoas *se* dão, é porque *se* ‘devem’ - elas e seus bens - aos outros”²⁰³. É mister ressaltar que Gregory não trata os conceitos de ‘dádiva’ e ‘mercadoria’ como categorias classificatórias ou mutuamente excludentes, defendendo a possibilidade apontada por Sahlins de um *continuum* entre esses dois polos.²⁰⁴ Mauss, por sua vez, encontra elementos característicos do regime da dádiva nas mais diversas sociedades, inclusive na sociedade europeia da década de 1920, para a qual pode afirmar: “A dádiva não retribuída ainda torna inferior quem a aceita, sobretudo quando é recebida sem espírito de reciprocidade. [...] O convite deve ser retribuído, assim como a ‘cortesia’ ”²⁰⁵.

¹⁹⁸ _____. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 201-202.

¹⁹⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982, 540p.

²⁰⁰ LÉVI-STRAUSS. *As estruturas elementares do parentesco*, p. 94.

²⁰¹ _____. *As estruturas elementares do parentesco*, p. 107.

²⁰² GREGORY, Chris A. The competing theories. In: *Gifts and Commodities*. London: Academic Press, 1982, p. 10-28.

GREGORY, C. A. Beyond Gifts and Commodities. In: *Savage Money: the anthropology and politics of commodity exchange*. Amsterdam: Hardwood Academic Publishers; Taylor & Francis, 2005, p. 43-74.

²⁰³ MAUSS. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 263 (ênfases do original).

²⁰⁴ _____. *The competing theories*, p. 22.

²⁰⁵ _____. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 294.

Qual impacto?

Sobre agentes mediadores

Serge Gruzinski em *O pensamento mestiço*²⁰⁶, ao tratar a questão da mestiçagem - provocada pela expansão ocidental, desde o Renascimento, nos quatro cantos do mundo -, chama de intermediários ou passadores os indivíduos ou grupos que transitam entre as fronteiras dos ‘mundos culturais’, esses ‘espaços de mediação’. Para o sociólogo Bruno Latour²⁰⁷ é importante diferenciar ‘intermediários’ de ‘mediadores’. ‘Intermediário’ seria o que transporta significados ou forças sem qualquer transformação. ‘Mediadores’, em contraste, nas palavras do próprio Latour, “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou o elemento que supostamente carregam”²⁰⁸.

Latour defende que toda ação é ‘alter-ação’ - é ação o que causa diferença, e uma ação é sempre a ação de outros, articulados na figura do ‘ator’. Como defende Latour, uma das ideias mais poderosas das ciências sociais seria a noção de que outras agências além do nosso controle nos ‘fariam fazer’ coisas, em uma concepção de ação distribuída. Em consequência dessas premissas, qualquer coisa que modifica a situação, criando uma diferença, pode ser um ator. Os mediadores, nessa perspectiva, se diferenciariam dos intermediários por terem agência, por criarem diferença. É de mediação e de mediadores no sentido latouriano, portanto, de que fala Gruzinski, pois nessas zonas de contato algo de novo surgiria, diferente dos termos postos em relação.

Partindo dessas definições de atores e agências, é possível incluir um grande espectro de agentes nas análises sociológicas, inclusive um grande espectro de agentes não-humanos, que ordinariamente chamaríamos de objetos. Considerar os objetos como agentes não significa considerá-los como determinantes da ação nem como meros panos de fundo para os atores humanos. Tampouco significa tomá-los apenas como expressão, símbolo, reforço, ou objetificações de outras coisas, postura que os reduziria à posição de intermediários. É, sim, admitir que as coisas podem, como coloca Latour, “autorizar, consentir, dar condições, encorajar, permitir, sugerir, influenciar, impedir, tornar possível, proibir, e assim por diante”²⁰⁹. Portanto, em situações específicas, objetos podem aparecer como agente mediadores, na medida em que causam diferença

²⁰⁶ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 398p.

²⁰⁷ LATOUR, Bruno. Part I - How to deploy controversies about the social world. In: *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 19-156.

²⁰⁸ _____. *Part I - How to deploy controversies about the social world*, p. 39 (tradução da autora).

²⁰⁹ _____. *Part I - How to deploy controversies about the social world*, p. 72 (tradução da autora).

e fazem outros fazerem coisas. Retomando a ideia da dádiva, lembremos que Mauss indica: “Se o presente recebido, trocado, obriga, é que a coisa recebida não é inerte”²¹⁰.

Sobre os objetos de Nassau

Maurício de Nassau, após destacada atuação no exército dos Estados Gerais da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, foi apontado em 1636 para o cargo de ‘Governador, Almirante e Capitão-General dos domínios conquistados e por conquistar’ da Companhia das Índias Ocidentais - WIC - no Brasil, posto que ocupou até seu retorno a Haia em 1644. Era uma função ao mesmo tempo política, administrativa e militar. Ele deveria proteger e expandir os territórios sob domínio da WIC, e garantir um ambiente de paz e ordem que permitisse o desenvolvimento de atividades econômicas na região.

Pierre Moreau, um francês a serviço da WIC, nos informa em sua crônica²¹¹ que os Estados Gerais esperavam ter nos nativos aliados na conquista de territórios nas Índias Ocidentais e Orientais. Como argumenta o historiador Benjamin Schmidt²¹², em um estudo sobre a América no imaginário neerlandês no período de 1570 a 1670, os indígenas eram vistos, em um primeiro momento, como vítimas seja da violência, seja da ganância, dos espanhóis e, em todo caso, potenciais beneficiários de uma aliança com os neerlandeses, prontos a pegarem em armas contra o jugo hispânico à primeira fagulha - o que se provou uma imagem equivocada. No território agora sob comando de Nassau, a campanha luso-espanhola de guerrilha, empreendida em resistência ao novo governo, mobilizava a maior parte dos esforços neerlandeses e impedia o desenvolvimento da indústria açucareira. A aliança com grupos indígenas, mais ‘custosa’ do que o imaginado, se fazia necessária em ambos os lados da guerra.

Uma diversidade de grupos indígenas estavam envolvidos nessas relações de aliança e hostilidade, em geral abarcada em etnônimos como ‘Tupis’ e ‘Tapuias’, adotados pelos europeus. Longe de descreverem categorias étnicas e sociais nativas, essas denominações serviam como instrumentos de dominação e parâmetros que balizaram estratégias políticas dos diversos lados²¹³. Gaspar Barléu, cronista do governo de Johan Maurits no Brasil, relata um encontro entre Nassau e indígenas chamados de Tapuias, no Rio Grande, durante uma expedição militar em 1638:

²¹⁰ MAUSS. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 198.

²¹¹ MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Trad. Lêda Boechat. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 128 p.

²¹² SCHMIDT, Benjamin. Chapter 3 - Innocence and Commerce Abroad, Chapter 4 - A Loss of Innocence. In: *Innocence Abroad: the Dutch imagination and the New World, 1570-1670*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 123-184; 185-243.

²¹³ MONTEIRO, John. Entre o Etnocídio e a Etnogênese - Identidades Indígenas Coloniais. In: *Tupis, Tapuias e Historiadores - Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (Concurso de Livre Docência em Etnologia) - Unicamp, Campinas, 2001, p. 53-78.

Demorando-se Nassau às margens do São Francisco, vieram ter com ele emissários do rei dos tapuias, com presentes, arcos, flechas, lindíssimas penas de ema com as quais se enfeitavam indo para a guerra. Com a devida cortesia, aceitou-os como dádivas de paz e de um começo de concórdia e penhores de benquerença, e, tratando digna e magnificamente aos embaixadores, retribuiu os mimos, mandando-lhe vestimentas de linho, camisas de mulher, facas, chocalhos, miçangas, corais, anzóis, pregos, objetos para eles desconhecidos ou pelo menos raro. Sobremodo contentes com isso, retiraram-se, prometendo persuadir seu rei de aproximar-se do Conde e vir saudá-lo.²¹⁴

Firmava-se aí a relação entre os indígenas reunidos sob o chefe Janduí e os neerlandeses. Nos relatos neerlandeses, esses tapuias aparecem ora como bravos guerreiros, ora como selvagens inconstantes, cuja lealdade não estava garantida. Nesse sentido, escreve Jorge Marcgrave, naturalista que veio com Maurício de Nassau para o Brasil:

O *Ianduy*, que conta mais de cem anos de idade, é o régulo, que mantém a paz com os nossos e algumas vezes nos presta auxílio, em virtude de aliança, ou então envia contra os portugueses, dos quais é figadal inimigo, seu filho ou algum afim, com tropas. Mas não é conveniente usar o auxílio destes indígenas, a não ser em caso extremo, pois são tão deshumanos que matam animais, homens e causam grandes devastações²¹⁵.

Roulox Baro, intérprete e embaixador ordinário da WIC no Brasil, descreve uma viagem ao 'país dos tapuias' em 1647, com intenção de encontrar Janduí.²¹⁶ O breve relato de Baro traz vários indícios da tradição indígena de troca de presentes e alimentos, na qual os neerlandeses, sem conhecer, se inseriam. Mais ainda, o relato de Baro está repleto de desencontros de sentido e momentos de tensão. Pensando a troca em contextos de ambiguidade, Gregory pontua que, em situações de coexistência de diferentes sistemas de valor, emerge a possibilidade de compreensões assimétricas das transações quando essas se dão entre pessoas que não compartilham dos mesmos

²¹⁴ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc., (...)*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940, p. 76.

²¹⁵ MARCGRAVE, Jorge. *História Natural do Brasil*. Trad. Mons. Dr. José Procópio de Magalhães. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 269.

²¹⁶ MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Trad. Lêda Boechat. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 128 p.

pressupostos culturais.²¹⁷ Assim, o que para um seria uma transação de ‘dádivas’, para o outro pode ser compreendido como uma troca de ‘mercadorias’, ou qualquer coisa entre os dois polos. Sobre essas situações, diria Gruzinski: “a partir de um mal-entendido, ocorre o enfrentamento de duas culturas em que cada uma está totalmente segura de haver entendido a outra”²¹⁸.

Janduí, nessa ocasião, reclama dos presentes que Baro lhe trazia, comparando-os tanto com os recentemente ofertados pelos portugueses (“Veja estes machados, estas machadinhas, estas foices, estes facões e outros instrumentos de ferro; a menor peça vale mais que tudo aquilo que os vossos Senhores holandeses jamais me enviaram”²¹⁹), inimigo que buscava aliciá-lo, como com aqueles que recebera dos holandeses no passado, os quais descreve como “belas trombetas, grandes alabardas, belos espelhos, lindos copos e belas taças bem trabalhadas, que guardo em minha taba para mostrá-los aos outros tapuias que me vêm visitar, dizendo-lhes: um certo senhor holandês me enviou isto, outro aquilo”²²⁰. São presentes bem diferentes das “facas, chocalhos, miçangas, anzóis, pregos” do encontro de 1638. Teriam ‘anzóis e pregos’ a mesma capacidade de mobilizar Janduí e seus companheiros que as ‘belas trombetas e taças bem trabalhadas’?

Mas Janduí, como relata Baro, “Não deixava de aceitar o que os Nobres Poderosos meus senhores lhe enviavam, na esperança que, no futuro, lhe seriam enviados objetos mais belos e melhores”²²¹. Confiava, portanto, na relação de reciprocidade que as dádivas passadas instauravam. Alguns dias depois, Janduí recebe em sua aldeia a visita de Wariju, líder de outro grupo tapuia, a quem Janduí dá parte dos presentes recebidos de Baro, sob a promessa de aliança. E explica a Baro: “Vês, meu filho, como é necessário que eu dê aos tapuias parte do que me oferecete? Pois, de outro modo, eu ficaria só”²²².

Os presentes trocados com os Tapuias são diferentes daqueles trocados em 1641, com o rei do Congo e conde do Sonho, que buscam Nassau como aliado na resolução de uma disputa política. Barléu²²³ relata que o rei do Congo enviara ao Brasil uma carta, 200 negros, um colar e uma

²¹⁷ GREGORY. *Beyond gifts and commodities*, p. 68.

²¹⁸ GRUZINSKI, Serge. Do barroco ao neobarroco - fontes coloniais dos tempos pós-modernos - O caso mexicano. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf (orgs.). *Literatura e História na América Latina*. Seminário Internacional, 9 a 13 de setembro de 1991. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 98.

²¹⁹ MOREAU; BARO. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, p. 98.

²²⁰ _____. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, p. 98.

²²¹ _____. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, p. 99.

²²² _____. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, p. 101.

²²³ BARLÉU. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc., (...)*, p.254.

‘bacia de ouro’, em troca do que envia de volta Nassau uma carta, um manto de seda com fímbrias de ouro e prata, uma banda, um gibão de cetim, um chapéu de pele de castor, um cordão de ouro e prata, um alfanje incrustado de prata e respectivo talim. O conde de Sonho, por sua vez, enviara 3 embaixadores, um dos quais seguia para a Holanda. Nassau responde enviando-lhe uma cadeira estofada de cetim vermelho com franjas de ouro e prata, um manto de cetim, uma túnica de veludo e um chapéu de pele de castor. Johan Maurits não toma partido de nenhum dos lados, esperando que seus generosos presentes ajudem-no a manter as relações das quais dependia, entre outras coisas, o suprimento de escravos à empresa açucareira.

Em meio às empreitadas militares e administrativas, Johan Maurits se dedicou à arquitetura, às artes e à ciência, de uma forma incomum entre os governantes de colônias do século XVII. O conde chegou ao Brasil acompanhado por uma comitiva de aspecto cortês, que incluía os pintores Albert Eckhout e Frans Post, o naturalista e astrônomo Georg Marcgraf e o fisiologista Willem Piso. Na ilha de Antônio Vaz, em Recife, o conde construiu sua residência oficial, o Palácio de Friburgo, e uma residência de descanso, o Palácio da Boa Vista. Barléu relata:

Nesta Ilha de Antônio Vaz existia não só o palácio, mas também o Museu do Conde, para o qual traziam as naus vindas da Índia Oriental ou da Ocidental, da África e de outras regiões, animais exóticos, plantas, alfaias dos bárbaros, trajes e armas, para espectáculo mais deleitoso e raro proporcionado ao Conde²²⁴.

Uma das características marcantes de Friburgo era o grandioso jardim, com a presença de animais variados e plantas brasileiras, africanas e europeias. Frei Manuel Calado, português que residiu no território holandês por um tempo a convite de Johan Maurits, afirma em seu relato que grande parte desses animais eram trazidos como presente pelos habitantes da região, com intenção de conquistar a simpatia do conde.²²⁵

Os espécimes animais, vegetais e minerais, os objetos e adereços de outros povos, e mesmo pessoas representantes dessa alteridade, eram considerados itens dignos de coleção, e esse colecionamento poderia ser feito de diversas formas: com exemplares vivos nos jardins, *ménageries* e com a presença dos próprios indígenas; através de objetos, plantas e animais conservados e exibidos em ambientes fechados; e ainda em descrições, imagens e cópias, meios de colecionar itens perecíveis ou de difícil acesso. As coleções nesse período respondiam a uma miríade de intensões,

²²⁴ BARLÉU. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc., (...)*, p. 158.

²²⁵ CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e triumpho da liberdade: primeira parte*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648. 356 p.

podendo assumir funções políticas, econômicas, científicas, médicas, esotéricas e filosóficas, dentre outras²²⁶. A coleção do conde de Nassau no Brasil abarcaria animais e plantas, vivos em seus jardins ou preservados, bem como objetos exóticos e curiosos, itens que Nassau ganhava de presente ou fazia recolher em expedições pelo território. As numerosas imagens e relatos produzidos pelos artistas e naturalistas da comitiva de Johan Maurits, que incorporavam e traduziam plantas, animais, lugares, coisas e pessoas em outra linguagem, seriam parte importante dessa coleção, especialmente no retorno do conde à Europa.

O trânsito dos objetos colecionados por Nassau para o continente europeu é acompanhado de um deslocamento de sentido. Não mais narradores do sucesso da empresa colonial e comercial da WIC e do papel de Nassau como governador-geral do território brasileiro, essas coisas agora aproximam terras e povos distantes e de difícil acesso. Para Mariana Françaço²²⁷, que dedicou seu doutorado ao estudo da coleção de Nassau, as trocas de presentes no contexto europeu adquiriram, igualmente, outras dimensões - se, no contexto americano, buscariam estabelecer alianças militares e comerciais entre os grupos “tapuia”, africanos e neerlandeses, agora as relações que as dádivas de Johan Maurits constroem seriam de caráter pessoal, acrescentando valor a seu nome, seu capital social. Lembremos, contudo, que mesmo durante sua estadia nas Américas, Maurício de Nassau se envolveu em trocas de caráter pessoal, a exemplo dos animais recebidos de presente dos habitantes da região, mencionados por Calado, e das remessas de espécimes animais e vegetais que o conde envia à Universidade de Leiden²²⁸.

Após 1644, há registros de importantes presentes diplomáticos envolvendo a coleção *brasiliiana*, inseridos em relações amistosas de trocas de favores e ‘dádivas’ entre Nassau e outros nobres, que se reverteram em títulos, terras, honrarias e cargos políticos. Em 1652, Nassau dá um conjunto de 29 objetos, entre móveis de luxo feitos no Brasil, marfins, séries de pinturas e desenhos para o eleitor de Brandenburg, Friedrik Wilhelm I. Em 1654, 26 pinturas de Eckhout e três retratos de enviados do rei do Congo são presenteadas ao rei da Dinamarca, Frederik III. Finalmente, uma coleção de 42 pinturas com temas brasileiros foi enviada como presente ao rei Louis XIV, da

²²⁶ HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and the Shaping of Knowledge*. London & New York: Routledge, 1992. 232 p.

KAUFMANN, Thomas DaCosta. From Treasury to Museum: the collection of the Austrian Habsburgs. In: ELSNER; CARDINAL (eds.). *The Cultures of Collecting*. London: Reaktion Books, 1994, p. 137-154.

SWAN, Claudia. Collecting Naturalia in the Shadow of Early Modern Dutch Trade. In: SWAN; SCHIEBINGER (eds.). *Colonial Botany: Science, Commerce and Politics in Early Modern World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007, p. 223-236.

²²⁷ FRANÇOZO, Mariana. *De Olinda a Holanda: O gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, 287 p.

²²⁸ SILVA, Maria Angélica da; ALCIDES, Melissa Mota. Collecting and framing the wilderness: the garden of Johan Maurits (1604-79) in North-East Brazil. *Garden History*, v. 30, n. 2, Dutch Influences. Winter, 2002, p. 153-176.

França, em 1679. Rebeca Parker Brienen, em seu estudo sobre Albert Eckhout na corte brasileira de Nassau, ressalta que os estudos a óleo e as pinturas ‘etnográficas’ de Eckhout, valorizados na Europa como imagens exóticas do Novo Mundo altamente desejadas por terem sido pintadas ‘ao vivo’, não foram distribuídas entre colecionadores holandeses, mas enviadas para cortes poderosas na Europa do Norte nas trocas acima mencionadas.²²⁹ Essa decisão pode ser interpretada como uma forma de estender a rede de relações de Johan Maurits, mas não menos importante é a percepção de que tais objetos, no contexto neerlandês, sugeririam lembranças do empreendimento colonial falido dos Países Baixos. Esses objetos especiais da coleção do conde permitiriam o estabelecimento de relações entre Maurício de Nassau e determinados sujeitos, mas não outros.

Françozo pondera:

Durante todo o período moderno, colecionadores, estudiosos, monarcas e governantes coloniais estavam inseridos em amplas redes de contato em que a oferta de produtos vindos das colônias tinha papel primordial no estabelecimento das relações de amizade e aliança. Assim, não se pode interpretar a formação e a dispersão da coleção de Nassau apenas na chave do cálculo racional e das vantagens econômicas e políticas que as ofertas de presentes eventualmente lhe trouxeram.²³⁰

De fato, vários significados e várias agências se cruzavam e se emaranhavam nas redes por que circulavam esses e outros objetos. A capacidade de ação desses objetos como mediadores nas diversas situações de troca depende das associações estabelecidas com os outros sujeitos envolvidos, no encontro de objetivos e horizontes de expectativas capazes de gerar resultados ligeiramente surpreendentes²³¹. À guisa de um encerramento, ciente da necessidade de aprofundamento posterior das reflexões ora apresentadas, fiquemos com as palavras de Mauss: “Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca”²³².

²²⁹ BRIENEN, Rebeca Parker. *Visions of a savage paradise: Albert Eckhout, court painter in Colonial Dutch Brazil*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006. 288p.

²³⁰ FRANÇOZO, Mariana. *De Olinda a Olanda*, p. 40.

²³¹ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001. 372 p.

²³² MAUSS. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 212.

Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos

Vanicléia Silva Santos

Doutora em História

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História da UFMG

vanijacobina@gmail.com

Mariana Rabêlo de Farias

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/Bolsista de Iniciação Científica
PIBIC/CNPq.

mariana.rabelofarias@gmail.com

RESUMO: Neste paper serão apresentados dados do levantamento de acervos em marfim e sua documentação em algumas instituições mineiras. Os levantamentos foram realizados em fundos arquivísticos correspondentes a órgãos governamentais destinados a preservação do patrimônio cultural, bem como de arquivos eclesiásticos. Os objetivos dessa parte do trabalho se concentraram no levantamento da historiografia brasileira sobre marfim e catalogação de acervos em marfim de Minas Gerais. A partir desse trabalho preliminar de catalogação descreveu-se a tipologia, bem como foram identificadas a localização das peças e a atual posse das peças no Estado.

PALAVRAS-CHAVES: Comércio Atlântico, Acervos em Marfim, Minas Gerais.

Apresentação

O comércio atlântico português na era mercantil produziu uma vasta cultura material a partir do contato entre distintas culturas. O resultado de um processo de longa duração de intercâmbio de mercadorias, tecnologias e mentalidades pode ser percebido por meio da construção de uma cultura multifacetada, originada dessa malha de relações. Os acervos em marfim no Brasil, com recorte em Minas Gerais, pouco estudados e com escassa documentação de procedência ou origem, é o objeto da pesquisa apresentada, a qual faz parte do projeto *The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production*.²³³ Essa produção, independente de se tratar de artefatos de teor ritual ou laico, é abordada por meio de seus aspectos materiais e documentais.

²³³ Projeto coordenado pelos professores Peter Mark (Universidade de Lisboa and Wesleyen University) e Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais). Também integra esse amplo projeto, uma proposta de convênio internacional “A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

O projeto geral visa alcançar três objetivos: 1) levantamento dos acervos em marfim e sua documentação nas instituições mineiras; 2) análise nos inventários e testamentos de Minas Gerais sobre a cultura material em marfim, considerando a circulação de objetos, usos, constituição de gostos e de gestos que lhes atribuíram valores e justificaram sua procura, seu comércio e sua ostentação; e 3) o estudo material, por meio da História da Arte Técnica, voltado à tecnologia de construção dos artefatos. Na primeira fase da nossa investigação, foi dedicada atenção especial ao levantamento dos acervos em Minas e análise preliminar desta documentação, no que se refere à localização e posse das peças.

Levantamento da produção historiográfica sobre marfins no Brasil

A circulação do marfim era parte do sistema-mundo do Império português e da expansão do cristianismo na África Ocidental, ocorrendo em momentos diferentes no Brasil e em Portugal. A chegada dos marfins africanos em Portugal tem datação do século XV. A circulação do marfim no Reino estava diretamente ligada à expansão do mundo atlântico e pautada na exploração comercial da região da costa ocidental africana, principalmente da região de Serra Leoa: Mais tarde chegaram também a Portugal marfins produzidos no oriente, vindos da região do Benim, um território que se situava na atual Nigéria, e igualmente para sul, com marfins produzidos no importante reino do Congo, com a qual a coroa portuguesa procurou estabelecer alianças diplomáticas e onde se procurou promover a introdução do cristianismo em larga escala.²³⁴

Jose Horta e Luis Urbano estudaram a entrada de peças de marfim em Lisboa, por meio dos “poucos livros de contas da Casa da Guiné, em Lisboa, que sobreviveram ao terremoto, especialmente para os anos de 1504 a 150, (onde) encontram-se também registros alfandegários que referem à chegada de colheres e saleiros africanos”.²³⁵ Os referidos autores assinalam que o marfim africano esculpido se apresentou de diversas maneiras, tais como em colheres, saleiros e olifantes sapi-portugueses, representando, sobretudo, cenas de caça com fauna claramente de raiz europeia, “sendo constituída por veados de hastes longas, javalis, lebres e cervos, tal como cães de caça e cavalos ajazados

Atlântico entre os séculos XV e XIX”, desenvolvida entre a UFMG e a Universidade de Lisboa, tendo como coordenadores respectivos Vanicléia Silva Santos e José da Silva Horta

²³⁴ AFONSO, Luís U; HORTA, José da Silva. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521. In: *Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Portugal, n. 1, p. 20, 2013, p. 21.

²³⁵ _____. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 21.

que apóiam os caçadores”.²³⁶ Ou seja, havia uma produção de cunho decorativo e utilitário das peças esculpidas em marfim, as quais eram confeccionadas provavelmente sob encomenda aos mercadores e outros representantes da Coroa Portuguesa que circulavam no continente africano.

Trabalhos realizados por pesquisadores portugueses apontam para a grande produção de peças provenientes de Serra Leoa durante o século XVI, especialmente de peças menores, como os cabos de adagas, colheres e saleiros. Dada a produção e entrada contínua desses artefatos em Portugal, é possível inferir que havia uma rede de comercialização das peças oriundas de Serra Leoa, como afirma Rafael Moreira: “nesta terra se fazem as mais sotas colheres de marfim e melhor lavrado que em nenhuma outra parte”.²³⁷ levanta a hipótese da existência em Portugal de oficinas destinadas à produção dessas peças.

Embora as pesquisas acerca dos marfins africanos já estejam em patamares mais elevados em Portugal, é importante ressaltar que no Brasil, esses trabalhos estão sendo apenas iniciados. Não se sabe quando começaram a ser importadas peças em marfim para o Brasil, qual o público interessado, quem intermediava esse tipo de comércio e etc. Nesse sentido, a dissertação de mestrado de Jorge Lúcio Matos Silva é o único trabalho acadêmico que aborda a história do marfim no Brasil. O autor pesquisou os acervos em marfim disponíveis no Museu de Arte Sacra da Bahia, e direcionou a análise para as peças de origem indo-portuguesa, mais especificamente para “a estatuária produzida no sul da Índia, sob o jugo português, nas confluências culturais e políticas de cristãos e hindus, e na fusão de modelos do Ocidente e Oriente”.²³⁸

Com exceção da referida monografia, os demais trabalhos são catálogos de exposições artísticas, realizadas a partir de importantes acervos museológicos de três cidades do Brasil - Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.²³⁹ As coleções de imaginária em

²³⁶ _____ Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 21.

²³⁷ MOREIRA, Rafael. *Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60), dois cartógrafos negros na corte de d. Manuel de Portugal (1495-1521)*. Lisboa: 2010. Disponível em: < <http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/rafael-moreira-3siahc.pdf> >. Acesso em: 01 maio 2015.

²³⁸ SILVA, Jorge Lúcio Matos. *Sagrado Marfim, O império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, p. 12.

²³⁹ Nesse sentido ver os trabalhos de MALTA, Marize; NETO, Maria João. *Coleções de arte além-mar: encontros e perspectivas entre Portugal e Brasil*. SANTOS, Lucila. *A sacração do Marfim*. Museu Histórico Nacional – Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

marfim no Brasil, em sua grande maioria estão sob posse de Museus de Arte Sacra, Museus Históricos ou até mesmo em coleções particulares. A Coleção Souza Lima, por exemplo, conta com cerca de 572 esculturas, foi adquirida entre 1919 e 1930, pelo empresário José Luiz de Souza Lima. Nos anos 1940 as peças do colecionador foram compradas pelo governo federal e integradas ao acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.²⁴⁰

Nesse sentido, Yacy-Ara Froner analisou a Coleção de Mário de Andrade, composta por marfins de arte luso-afro-oriental. A historiografia brasileira referente à presença dos marfins nas artes sacras coloniais aponta para a convergência de um ponto comum. A maioria dos pesquisadores afirma que as peças que compõem essas coleções são de origem oriental, mais precisamente das áreas de colonização portuguesa na Índia e China, respectivamente, Goa e Macau. No Maranhão, os traços orientais das esculturas, como os olhos puxados ou as vastas cabeleiras (não restritas as imagens femininas) são atribuídas ao oriente. Mas não há, ainda, um estudo sistematizado das peças existentes nas coleções privadas, bem com das igrejas e dos museus.

Análise do material coletado

Apresentaremos algumas considerações preliminares acerca do material catalogado nos arquivos/acervos pesquisados, no que se refere à localização e posse das peças.

Os acervos de Minas Gerais

Com o intuito de realizar a localização de peças em marfim e a posse atual de tais artefatos, iniciamos a pesquisa com os dados disponibilizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/ MG), por meio da Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI) e pela Gerência de Identificação (GID). O banco de dados que acessamos foi o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG), disponível para consulta local, na sede do IPEHA/MG.²⁴¹ O IPAC²⁴² é uma ferramenta

IPHAN/RJ. Catálogo da Pinacoteca do estado de São Paulo. São Paulo, 2002. FERREIRA, Reinaldo. *O marfim e a imaginária*. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCBB, 1993. FARIA, Patrícia Souza de. *A cultura barroca portuguesa e seus impactos sobre os espaços coloniais: política e religião na Índia portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História. UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. BATISTA, Marta Rossetti. *Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia, Música e Dança, Cotidiano* -série "Uspiana Brasil 500 anos". São Paulo: Imprensa Oficial / Edusp, 2004.

²⁴⁰ FRONER, Yacy-Ara. Acervos em marfim: trânsitos, cultura, estética e materialidade. In: *Formas Imagens Sons: O universo cultural da obra de arte*. MELLO, Magno Moraes (org.). Disponível em <<http://heema.org/wp-content/uploads/2014/12/SEMIN%C3%81RIO-ARTE-BELO-HORIZONTE> > Acesso em: 30 abr. 2015, p. 129.

²⁴¹ Localizado na Rua dos Aimorés, 1697 - Lourdes, Belo Horizonte – MG.

focada na identificação dos acervos culturais no nível estadual, abrangendo todos os oitocentos e cinquenta e três municípios de Minas Gerais.²⁴³ As bases de informação estão divididas em eixos temáticos, relacionados com município e com a categoria do bem cultural (materiais e imateriais).²⁴⁴

O acervo dos bens analisados inventariados pelo IPAC corresponde a apenas sessenta e três municípios de Minas Gerais.²⁴⁵ Os dados estão divididos em três tipos de bens: integrados, estruturas arquitetônicas urbanísticas e móveis, sendo os marfins parte desse tipo. Como a maioria dos acervos pesquisados na base de dados IPAC/ IEPHA é de natureza eclesiástica, os descritores utilizados na pesquisa foram: marfim, osso, oratório, piano, harmônio,²⁴⁶ teclado, crucifixo, denticão, retábulo e instrumento musical.

A segunda etapa da investigação foi realizada nos acervos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência Regional Minas Gerais), por meio do Centro de Documentação e Informação. O acervo pesquisado corresponde ao Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, disponível para consulta na sede do IPHAN/ MG.²⁴⁷ Os inventários consultados correspondem a vinte e nove municípios de Minas Gerais,²⁴⁸ sendo que a pesquisa foi realizada primordialmente em livros de inventários de acervos móveis e integrados de igrejas e capelas, contando com apenas um

²⁴² IPAC. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais. *Plano Estadual de Inventário de Minas Gerais*. Disponível em < <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/noticias/2009/ipac.pdf> > Acesso em: 30 abr. 2015.

²⁴³ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Minas Gerais possui 853 municípios. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Minas Gerais*. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang&coduf=31&search=minas-gerais> >. Acesso em: 30 jun. 2015.

²⁴⁴ Bem Cultural de natureza material (tangível) - sítios urbanos, estruturas arquitetônicas e urbanísticas, bens integrados, bens móveis, arquivos, patrimônio arqueológico, sítios naturais. Bem Cultural de natureza imaterial (intangíveis) – festas, danças, celebrações, modos de fazer, saberes e ofícios.

²⁴⁵ Alvorada de Minas, Araxá, Baependi, Barão de Cocais, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Vale, Berilo, Bocaiuva, Caeté, Campanha, Carangola, Catas Altas, Caxambu, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Contagem, Couto de Magalhães, Diamantina/ Biribiri, Esmeraldas, Ferros, Ibirité, Itacambira, Itacarambi, Itanhandu, Januária, Jequitibá, Lagoa Santa, Leopoldina, Manga, Mariana, Mateus Leme, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Minas Novas, Moema, Montes Claros, Nova Lima, Oliveira, Ouro Branco/ Itatiaia, Ouro Preto, Pedro Leopoldo, Piranga, Pitangui, Rio Acima, Rio Pomba, Sabará, Sacramento, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João das Missões, São Francisco, São Tomé das Letras, Serro, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano.

²⁴⁶ Harmônio é um instrumento musical dotado de tecla, fole e palhetas. Assemelha-se ao órgão e ao piano.

²⁴⁷ Rua Januária, 130 – Floresta, Belo Horizonte – MG.

²⁴⁸ Alvorada de Minas, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Caeté, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Diamantina, Itabira, Itabirito, Itaverava, Lavras, Mariana, Matias Cardoso, Minas Novas, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Prados, Raposos, Sabará, Santa Bárbara, Serro, São João del Rei, Paracatu, Tiradentes, Uberaba.

sobrado em Barbacena e o Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte.²⁴⁹ Para a pesquisa nesse acervo, foram utilizados os mesmos descritores da pesquisa no banco de dados do IPAC/ IEPHA.

Ainda na fase de levantamento de acervos foram pesquisados o Museu Regional de São João Del Rei (MRSJDR) e a reserva técnica da Superintendência de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SUMAV), por meio da Diretoria de Gestão de Acervos Museológicos e o setor de Documentação e Pesquisa.

Nessa etapa de identificação e catalogação dos acervos institucionais, foram localizadas sessenta e oito peças em marfim. No acervo do IPAC/ IEPHA, foram identificados dezessete objetos.²⁵⁰ Nos inventários do IPHAN/ MG, foram identificadas dezoito peças.²⁵¹ Já no acervo do MRSJDR foram localizados quatro crucifixos,²⁵² e por fim, vinte e nove artefatos na SUMAV, todos em marfim. De todas as peças identificadas, foi possível identificar a localização de trinta e seis, sendo vinte e quatro peças na região Central do Estado, oito na região do Vale do Jequitinhonha, três na Zona da Mata e uma no Norte de Minas. As peças de procedência desconhecida são do acervo da SUMAV.

Localização e posse das peças em marfim

A parte relativa à análise da localização e posse das peças identificadas foi realizada a partir da análise geográfica/ espacial dessas cidades. Como apontado, a maioria considerável do acervo catalogado foi identificado em antigas zonas de mineração, erigidas no período colonial. Mariana, Diamantina e São João del Rei, por exemplo, estão localizadas na Região Central do estado, local onde as principais minas de ouro e diamante estavam inseridas. Contudo, os municípios de Chapada do Norte, Itacambira e Minas Novas, estão na Região do Vale do Jequitinhonha, locais onde a atividade de mineração aurífera foi relevante durante o período colonial.

²⁴⁹ No Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, foram pesquisadas um total de setenta e uma igrejas nos vinte e nove municípios trabalhados.

²⁵⁰ Nos acervos do IPAC/ IEPHA, foram identificadas peças em marfim nos seguintes municípios de Minas Gerais: Belmiro Braga, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Itacambira, Minas Novas, Pedro Leopoldo, Santo Antônio do Norte, Distrito de Conceição do Mato Dentro.

²⁵¹ Os municípios com peças em marfim identificados nos levantamentos do IPHAN/ MG são: Barbacena, Catas Altas, Diamantina, Mariana, Mariana/ Santa Rita Durão, Sabará, Santa Bárbara / Brumal, Santa Bárbara / Catas Altas e São João del Rei.

²⁵² Dos quatro crucifixos identificados no MRSJDR, dois são de procedência desconhecida, e os outros dois são provenientes de Piranga e Minas Novas do Fanado.

Ainda referente às cidades do Vale do Jequitinhonha com peças em marfim, é importante ressaltarmos a questão da localização “privilegiada” em relação ao nordeste da Colônia. Regiões fronteiriças como é o caso desta localidade em questão, eram utilizadas como local de intercâmbio entre pessoas e mercadorias, exercendo a função de entreposto comercial. Neste caso, destaca-se a proximidade com a Bahia, que a época abrigava um dos mais importantes portos da Colônia. Estes fatores reforçam a nossa hipótese de que a circulação de peça em marfim estava diretamente ligada aos pólos urbanos com alta movimentação de pessoas e capital da capitania.

É importante ressaltar que esses itens embora inventariados ou até mesmo tombados junto com a estrutura arquitetônica onde estão inseridas, continuam sob a guarda das igrejas ou da arquidiocese que administram as respectivas paróquias.²⁵³ Sendo, que trinta e três peças estão em acervos de igrejas; duas em um sobrado na cidade de Barbacena, quatro no Museu Regional de São João Del Rei, e vinte e nove na reserva técnica da SUMAV.

Tipologia

Foram localizadas sessenta e oito peças, sendo que as imaginárias religiosas predominam na classificação das tipologias das peças localizadas. Foram identificadas as seguintes peças nos acervos pesquisados: adaga, bases, caçador de borboletas, cachimbo, calvário, cristo da agonia, crucifixo, espátula, harmônio, híssope, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Pé da Cruz, Nossa Senhora do Rosário, pena (escrita), revólver, Sagrado Coração de Jesus, Santana Mestra, Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista, São Luis Rei da França, Senhor do Bonfim, sinete, terço de Nossa Senhora do Rosário e umbela.

A partir da localização das peças descritas, classificamos em duas categorias – sacras e utensílios. As peças sacras foram subcategorizadas em duas partes: uso litúrgico e devocional. Há um total de sessenta e um itens sacros e oito categorizadas como utensílios.

²⁵³ Nota-se que, em muitos dos inventários pesquisados, há descrição sobre as condições de conservação e segurança das peças, porém é sabido que com o passar dos anos, a ausência de ações preventivas contra a infestação de pragas ou até mesmo em decorrência de sujidades causadas pela ação do tempo, colocam a preservação dessas imaginárias em risco.

Dentro do subgrupo de peças sacras, há predominância da imaginária devocional, principalmente referente à Cristo ou relativos à sua morte, totalizando assim, trinta e sete peças, sendo distribuídos da seguinte forma: um Cristo da Agonia; vinte e nove Crucifixos; cinco Senhores do Bonfim; um Calvário e um Sagrado Coração de Jesus. As imagens marianas são referentes à: Nossa Senhora da Conceição (foram identificadas três imagens), Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Pé da Cruz e de Santana Mestre; e quatro santos: Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista e São Luis Rei da França.

As peças não-sacras foram organizadas em dois subgrupos: utensílios e decorativos. Os utensílios predominaram em adaga, revólver, pena de escrita, cachimbo e espátula (utilizado principalmente para abertura de cartas).²⁵⁴ Apenas uma peça de uso decorativo: um caçador de borboleta. Pode-se seguramente inferir que as peças eram de propriedade de homens brancos, pois os negros não podiam usar arma branca ou de fogo e em geral, não sabiam ler para usar pena de escrita nem recebiam tantas cartas que precisavam de uma espátula especial para abri-las. O gráfico 1 ilustra a classificação tipológica realizada.

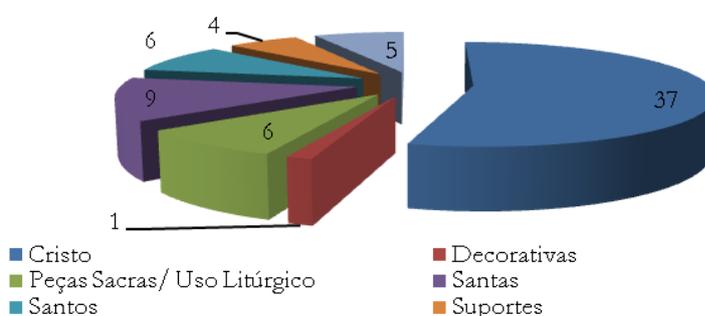


Gráfico 1 - Sub-categoria das peças localizadas nas instituições pesquisadas. **Fonte:** Gráfico elaborado a partir do levantamento realizado nos institutos de patrimônio.

Considerações preliminares

A partir do trabalho de levantamento e catalogação das peças em marfim em Minas Gerais, foi feita a descrição da tipologia, da localização e da atual posse das peças. A partir

²⁵⁴ Conforme descrição da ficha de inventário do IPHAN: espátula de marfim com extremidades arredondadas. Parte superior mais estreita com pintura rocalha, fundo em guilochê. Parte inferior com pintura retratando a cena de casal vestido a moda do século XVIII, no topo de uma escadaria decorada por rocalhas e elementos fitomorfos e encimada por coluna com vaso de flores e ramos.

desse trabalho preliminar, pretende-se analisar a origem/produção, tipologia, circulação e posse do marfim ou das peças no século XVIII.

As indicações de origem/produção e datação das peças realizadas nos institutos de proteção patrimonial não podem ser tomadas sem fazer uma investigação sobre cada peça. Por meio, da História da Arte Técnica, especificamente, da identificação da matéria-prima, pode-se aventar que há predominância de peças feita com marfim branco e uma minoria em marfim avermelhado, de origem asiática e africana, respectivamente.

Os próximos passos da pesquisa será realizar pesquisas em livros de Tombo, Receitas e Despesas, das irmandades onde foram identificadas as peças, com o intuito de apreender como os objetos sacros em marfim foram adquiridos pelas ordens terceiras que tinham espaço nas referidas casas religiosas. E por fim, pesquisar nos arquivos do Museu do Ouro, Anexo Casa Borba Gato, em Sabará, que conta com documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º e 2º Ofício da Comarca do Rio das Velhas, como forma de possibilitar a identificação de peças em marfim nos testamentos e inventários *post mortem*. Essa documentação possibilitará alcançar as seguintes questões: quais as origens dos marfins encontrados nos acervos de Minas Gerais? Como os marfins chegaram a Minas Gerais? Como foram adquiridos, pelas ordens terceiras os objetos sacros em marfim? As peças eram importadas prontas ou o marfim era adquirido in natura e as peças esculpidas pelos artífices locais?

O mundo em conexão: a experiência colonial portuguesa em Goa e sua relação com demais domínios ultramarinos

Ana Paula Sena Gomide

Mestra em História Social / UERJ

Doutoranda em História pela UFMG

ape.gomide@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação tem como objetivo central analisar a presença portuguesa na Índia, e em especial a religiosa, tendo a Companhia de Jesus como eixo de investigação, na formação do denominado império português no Oriente. A partir das noções de mundialização e dimensões planetárias discutidas por Serge Gruzinski, iremos tomar a cidade de Goa, centro da presença política e religiosa de Portugal na Índia, como espaço privilegiado de análise para compreender a existência de processos de afrontamentos, negociações e mestiçagens biológicas e culturais, sobretudo através das ações de evangelização de missionários jesuítas diante das diversidades culturais e religiosas das populações que ali conviviam. Assim, pretendemos inserir a realidade do domínio português em Goa, e no Oriente como um todo, no contexto da expansão ibérica ultramarina, identificando como as diversas realidades coloniais estavam em constante diálogo, seja através da instalação de instituições administrativas, político e religiosas bem como de práticas de conversão e evangelização.

PALAVRAS-CHAVES: Mestiçagem; Oriente português; Goa; Companhia de Jesus; Império Ultramarino.

A cristianização de Goa ocorrida entre os séculos XVI e XVII, especialmente através da ação dos missionários da Companhia de Jesus, é um bom exemplo para se pensar no que Sanjay Subrahmanay²⁵⁵ e posteriormente Serge Gruzinski²⁵⁶ denominaram de histórias conectadas.

Para Serge Gruzinski, as Monarquias Católicas ibéricas e os seus domínios no ultramar originaram inúmeras interações entre o cristianismo, o islã e as “idolatrias” na África, Ásia e América, sustentando pela primeira vez, o processo de cristianização em

²⁵⁵ SUBRAHMANY, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In:

Modern Asian Studies, Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. Cambridge University Press, 1997. p. 735-762.

²⁵⁶ GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p.321- 342.

escala planetária²⁵⁷. No demais, houve um profundo contato entre esses povos, produzindo realidades múltiplas, envolvidas num processo intenso de mestiçagem, que ultrapassou o seu sentido biológico, integrando também formas de convívio e intercâmbio social. Segundo Grunzinski, o historiador deve ser capaz de estabelecer as diversas conexões geradas a partir desses encontros²⁵⁸.

Assim, como no México colonial, a cidade de Goa, centro da presença religiosa e política portuguesa no Oriente, é um bom indicador para se observar a coexistência de afrontamentos e mestiçagens. Para isso, tomaremos de início a análise dos chamados *casados* para o estabelecimento da presença portuguesa neste espaço. Trata-se de considerações ainda no seu caráter inicial, mas que indicam a formação de uma sociedade mestiça e diversificada tal como aquelas presenciadas nas Américas.

Antes de identificar a questão dos casados da Índia, é importante mencionar que anterior a chegada dos portugueses, a sociedade indiana sempre lidou com diversas populações com atitudes inclusivas. De acordo com João Teles e Cunha, o litoral indiano estava habituado a lidar com comunidades estrangeiras que se fixavam de forma sazonal ou permanente, desde a época helenística. Algumas comunidades como a judaica estabeleceram-se desde os primeiros séculos da era cristã e criaram laços locais, enquanto mantinha relações comerciais em outras regiões, o que indica, segundo o autor, que a agregação não era uma novidade na sociedade indiana²⁵⁹.

De modo geral, a origem do termo *casados* foi associada à conquista de Goa por Afonso de Albuquerque em 1510, apesar de não se tratar de uma inovação, pois em Marrocos existia uma instituição muito similar, os chamados “fronteiros”. De acordo com Andrea Doré, esse governador passou a incentivar a política de casamentos entre portugueses e mulheres nativas, como um dos meios principais de fixar os portugueses e seus descendentes em Goa. Assim, para contornar e sustentar as necessidades militares e político-administrativas portuguesas – como estabelecer colônias de conquista que serviram

²⁵⁷ _____ . O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio, p. 325.

²⁵⁸ SERGE. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio, p. 323.

²⁵⁹ CUNHA, João Teles e. De puro sangue a fraco rocim: A miscigenação na Índia portuguesa entre a realidade social e as suas representações (1500-1700). In: LOBATO, Manuel; MANSO, Maria de Deus Beites. *Mestiçagens e Identidades intercontinentais nos espaços lusófonos*. NICPRI, Braga, 2013, p.71.

como base de avanços territoriais - Albuquerque propôs ao rei português que seus soldados se casassem com as mulheres locais²⁶⁰.

É interessante notar, que o pragmatismo de Albuquerque em relação aos casamentos mistos tinha seus limites e recomendações. Em carta de 4 de novembro de 1514 endereçada ao monarca português, Albuquerque escreve que:

eu nunca tive intenção de casar homens com estas mulheres malvares, porque são negras e corruptas em seu viver por seus costumes; e as mulheres que foram mouras são alvas e castas e retraídas em suas casas e no modo do seu viver, como os mouros desta terra tem por seus costumes, e as mulheres de brâmanes e filhas deles também são castas melhores e de bom viver e são alvas e de boa presença²⁶¹.

Por sua vez, Sanjay Subrahmanay definiu a categoria dos casados como uma categoria jurídica, relacionada ao colono que estabelecesse casamento com uma indiana e se fixasse no Estado da Índia. Por sua vez, os descendentes de portugueses nascidos na Índia, são definidos pelo autor como *castiços*²⁶².

Ainda de acordo com o autor, estes casados, cujo status era juridicamente relativo à categoria de homens-bons da sociedade urbana portuguesa, representavam a atividade privada mercantil da região de Goa. Assim, para Sanjay Subrahmanay, os casados podem ser compreendidos de modo geral, ao burguês, de mentalidade urbana e mercantil²⁶³.

Andrea Doré aponta que era o comércio o espaço de atuação desses casados, especialmente no que tocava o tráfico interasiático ou na Rota do Cabo. Segundo a autora, os casados de Goa, atuavam no comércio costeiro com a região do Guzerate e também no comércio com o Kanara, principal fonte de pimenta para a Carreira da Índia e do Malabar²⁶⁴.

A autora também indica que os casados se envolveram ainda com o comércio de longa distância, sendo que a partir de 1570, a grande parte dessas atividades a nível

²⁶⁰ DORÉ, Andrea. Os casados na Índia portuguesa: a mobilidade social de homens úteis. In: In: FLORES, Jorge; MONTEIRO, Rodrigo, CALAINHO, Daniela, FEITLER, Bruno.(ORG). *Raízes do Privilegio: Mobilidade social no mundo Ibérico do Antigo Regime*. Civilização Brasileira, 2011, P.509-510.

²⁶¹ Carta de Afonso de Albuquerque ao rei. Goa, 4.11.1514. PATO. Raymundo Antonio de Bulhão. *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*. Lisboa: Academia Real de Sciencias, 1884 e 1903.

²⁶² SUBRAHMANY, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. Wiley- Balck well, 2012, p.231.

²⁶³ _____ . *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700*. p.231.

²⁶⁴ DORÉ. Os casados na Índia portuguesa, p.512.

oceânico era feito por meio de contratos de concessões, chamadas de viagens. O direito a estas viagens era concedido aos casados de Goa, Cochim e Malaca²⁶⁵.

De acordo com Ângela Xavier, “já na segunda década do século XVI, havia já algumas centenas de casais mistos e de crianças mestiças que eram súbditos de pleno direito do rei de Portugal em matérias de direito público e privado”²⁶⁶. Contudo, a autora ressaltou que a coroa portuguesa exercia domínio direto sobre um número muito pequeno das milhares de pessoas que habitavam aqueles territórios, o que denotava a natureza superficial da denominação de “império” português.

Outro importante aspecto a ser destacado em relação a estes casamentos mistos diz respeito a ocupação destes em cargos administrativos. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, em 1542, uma ordem régia colocava que os representantes dos mesteres no Senado de Goa deveriam ser casados e residentes- ou seja, portugueses por nascimento e origem- e que não fossem aceitas pessoas de outra nação ou qualidade. Ainda segundo a autora, apesar da legislação pombalina ter abolido as diferenças legais entre brancos, euroasiáticos e indianos cristãos, o Senado de Goa, notificou em 1782, que brancos, ou seja, portugueses, tinham preferências na ocupação dos cargos da governança da terra²⁶⁷.

Em Macau, por exemplo, o cargo de vereador desde o final do século XVII era ocupado exclusivamente por cristãos velhos, portugueses de nação e geração, comenta Bicalho²⁶⁸. Assim, tanto em Goa quanto Macau, cidades importantes do vasto “império” português, tinham em seus oficiais de câmeras formados majoritariamente por reinóis.

Os filhos desses casamentos, os denominados *castiços* se depararam com diferentes cenas de exclusão, conforme salientou Doré. Não eram confiáveis como soldados, considerados “demasiados brandos e efeminados”, chegando até mesmo serem proibidos de se alistar por determinação da coroa em 1545 e em 1561²⁶⁹. O que se via na prática,

²⁶⁵ _____. Os casados na Índia portuguesa, p.513.

²⁶⁶ XAVIER, Ângela Barreto. Dissolver a diferença: Mestiçagem e Conversão no Império Português. In Villaverde, Manuel, Wall, Karin, Aboim, Sofia e Silva, Filipe Carreira da (Eds.), Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. p. 711.

²⁶⁷ BICALHO, Maria Fernanda Batista. Mediação, Pureza de sangue e ofícios mecânicos. As câmaras, as festas e a representação do império português. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *O trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX* Belo Horizonte, ANNABLUME, 2002, p.309.

²⁶⁸ _____. Mediação, Pureza de sangue e ofícios mecânicos. p.309.

²⁶⁹ DORÉ. Os casados na Índia portuguesa. p.520.

portanto, era que os favorecidos eram os portugueses “limpos de sangue”, nascidos na metrópole, condição esta que muitos os mestiços já não compartilhavam.

É importante lembrar, conforme salientou António Manuel Hespanha, que para esse período, a ato de nomear, classificar e estabelecer categorias era algo expressamente concreto. Ainda segundo Hespanha, a prática de classificar alguém era fruto do interesse em demarcar sua posição jurídica e política, e que a mobilidade de estatuto deve ser compreendida para além de uma mobilidade social; era, sobretudo uma mobilidade onomástica ou taxinômica²⁷⁰.

Dessa forma, é possível perceber também esse contexto de limitação no âmbito da Companhia de Jesus em relação aos mestiços e castiços e da inserção destes no quadro religioso. Em 1541, foi fundado um seminário em Goa (da Santa Fé ou da Conversão da Fé), que tinha por objetivo principal, para além da eliminação da idolatria e o cuidado dos cristãos, a preocupação em formar um clero nativo. Após a transferência do seminário para a administração dos jesuítas, a admissão de nascidos na Índia, filhos exclusivamente de europeus ou mestiços, alimentou muitas controvérsias entre os inicianos.

Neste sentido, destacamos que Alexandre Valignano, visitador das missões jesuítas na Ásia entre os anos de 1573 e 1596, se preocupou diretamente em realizar uma hierarquização dos povos nascidos em diversas regiões do Oriente. Em um documento datado de 1580, no qual procurou descrever as qualidades e costumes dos povos orientais, o jesuíta indicou que os japoneses e chineses eram superiores aos demais asiáticos:

Toda a gente dessas partes (exceto a China e o Japão, que tais quais trataremos em seu lugar, porque delas não falo agora) simbolizam as seguintes coisas, convém, a saber, a que todos são de cor baça, embora uma é mais negra que a outra conforme o calor dos lugares em que vivem, e conforme a qualidade de seus progenitores e dos exercícios que fazem. E conforme a isto, embora uns sejam de mais ou menos primor e capacidade que outros, todavia universalmente falando é comum a toda gente ser de pouco primor e de pouca capacidade: e parece como disse Aristóteles, de sua natureza nascida para servir, embora muitos entre eles sabem mais e tem sutil entendimento, especialmente das coisas que tocam seu interesse ²⁷¹.

²⁷⁰ HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010, p.18.

²⁷¹ WICKI, José. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesus. 1948-1988, vol 13, p.144.

É importante ressaltar a referência que o jesuíta faz a Aristóteles ao descrever as qualidades dos povos asiáticos, pois nos dá um indicativo de que as tipologias dos indivíduos e sua hierarquização estão presentes desde o mundo clássico, não se restringindo apenas a época moderna.

Outro aspecto interessante é observar a formação de um novo léxico com base na origem geográfica associada ao sangue e a idéia de pureza, que tem em Valignano o primeiro definidor desse novo vocabulário no universo asiático. Assim, o jesuíta italiano, em 1579 referiu-se as seguintes categorias sociais:

Os nascidos na Índia são de quatro sortes os naturais da terra, os mestiços que são filhos de portugueses e de natural, os castiços que são filhos de portugueses e mestiça, os portugueses porque nasceram de pai e mãe portuguesas²⁷².

Já em 1588, Valignano resumiu no documento intitulado “Sumario das regras para o provincial da Índia” uma orientação geral do governo da Índia na qual não se recomendava o recrutamento de nativos e mestiços no interior da Companhia de Jesus.

Os cristãos naturais da terra de qualquer nação que sejam, exceto os japoneses, não se admitam na Companhia [...] não somente os naturais da terra, mas também os mestiços e castiços parece que será mais seguro não receber nenhum ordinário [...] e quando aos castiços portugueses nascidos na Índia não se devem receber senão muito raramente²⁷³.

É possível perceber assim, uma clara postura do jesuíta em classificar e hierarquizar os indivíduos, desqualificando os filhos de portugueses e de portuguesas nascidos na Índia, considerados por ele, frutos de uma má qualidade da terra asiática.

Segundo Charles Boxer, Valignano dividiu a população da Índia portuguesa da seguinte forma: Em primeiro lugar estariam os portugueses nascidos no Velho Mundo. Em segundo lugar, os filhos de progenitores europeus, mas que nasceram na Índia. A terceira categoria seria dos *castiços*. Por fim, estariam os mestiços e chamados os indígenas "puros" ou aqueles que “tinham uma gota de sangue europeu em suas veias”²⁷⁴.

²⁷² WICKI, José. Documenta Indica. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesus. 1948-1988, vol 13, p.144.

²⁷³ WICKI, José. Documenta Indica. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesus. 1948-1988, vol 14, p. 834.

²⁷⁴ BOXER, Charles. *Relações raciais no império colonial português*. 1415-1825. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, p.96-97.

Neste sentido, Serge Gruzinski, nos contextos dos séculos XVII e XVIII, indica que a ideia de mistura, ou mesmo de mestiçagem, pressupõe a existência de grupos humanos puros, formados por elementos homogêneos, A circulação e o intercâmbio entre diferentes povos, a passagem do homogêneo para o heterogêneo levaria a um processo de contaminação, de perda da pureza original e, portanto, de degeneração²⁷⁵.

Vale lembrar assim, que durante a V congregação Geral da Companhia de Jesus se aprovou em 23 de dezembro de 1593 os estatutos de limpeza de sangue, que proibiram a admissão de cristãos-novos a ingressar na ordem jesuítica. Em 18 de junho de 1608, logo após o VI Congregação General (Roma, 21 de febrero – 29 de marzo de 1608), a ordem confirmou o decreto 52 de 1593 mediante ao decreto 28, que certificava a exclusão dos mouriscos espanhóis e de todos de origem judia e muçulmana, exigindo que a comprovação da descendência de família nobre e respeitada e que demonstravam sua pureza de sangue até a quinta geração. Para preservar a Companhia de Jesus de gente de estatuto baixo e sem linhagem, os provinciais aplicaram os estatutos de limpeza de sangue na seleção de seus estudantes²⁷⁶.

Se olharmos para a América espanhola, identificaremos que em meados de 1570 os provinciais peruanos limitaram, por exemplo, a entrada de mestiços na ordem jesuítica. O padre Joseph Tiruel, reitor de Cuzco, escreveu a Felipe II em 1585 uma carta que ressaltava os vícios e maus costumes dos mestiços. Assim como em Potosí, escreveu no mesmo ano, o padre Juan Sebastian de la Parra ao geral da Companhia Claudio Acquiva reclamando das más condutas dos mestiços. Desde 1596, os provinciais e reitores jesuítas das grandes cidades da América espanhola, como Lima e Cuzco passaram assim, a aplicar o estatuto de limpeza de sangue, exigindo a todos que quisessem exercer o sacerdócio ou estudar na Companhia de Jesus informações sobre a pureza de sangue²⁷⁷.

Contudo, cabe ressaltar que se havia uma clara recomendação da não entrada de nativos e mestiços no interior da ordem, o que se observa na prática é a formação de um grande número de clérigos seculares de origem indiana, que conforme indica Célia Tavares,

²⁷⁵ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 42.

²⁷⁶ ROSA, Alexandre Coelho de La. El Estatuto de Limpieza de Sangre de la Compañía de Jesús (1593) y su influencia en el Perú Colonial. p.46-48. Captado em: http://www.upf.edu/huma/_pdf/ATT00248.pdf Acesso em: 01. Maio. 2015.

²⁷⁷ _____ .El Estatuto de Limpieza de Sangre de la Compañía de Jesús (1593) y su influencia en el Perú Colonial, p.56.

apesar de existirem a possibilidade de indianos criarem uma carreira secular, os postos mais altos da hierarquia estavam interditados²⁷⁸.

É importante destacar também que o cuidado que se tinha em não receber mestiços no interior da ordem religiosa não foi algo exclusivo dos jesuítas. Segundo Patrícia Souza de Faria, que analisou a prática de recrutamento de nascidos no Oriente pelos franciscanos, observou que estes também postularam formas de distinção dos grupos nativos por meio da desqualificação de alguns segmentos populacionais²⁷⁹.

De modo geral, o panorama que se observa, portanto, era que apesar da escassez de religiosos vindo do reino e posteriormente o ingresso de mestiços e nativos nas ordens religiosas, a exclusão desses *casados* e de seus descendentes, tanto na esfera política, social e religiosa era uma realidade vivida na Índia.

Entretanto, o inverso também pôde ser sentido, conforme salientou Ângela Xavier que “as mulheres brâmanes e chardos se recusavam a casar com filhos de “casados”, aceitando, em vez disso, desposar fidalgos provenientes do reino, a quem reconheciam uma dignidade semelhante à sua²⁸⁰. É possível observar assim, que a própria elite local procurou se aproximar dos reinóis – portugueses nascidos na Europa- na intenção de indicar uma pureza de sangue e de afastar da macula da mestiçagem.

Segundo Charles Boxer os brâmanes e chardos convertidos ao cristianismo mantinham seu orgulho de casta e não desejavam que suas filhas se casassem com homens europeus e mestiços. Por outro lado, as autoridades portuguesas também não encorajavam o casamento dos portugueses com mulheres de castas mais baixas, sudras e curumbin, mas que se deparavam com a pouca receptividade dos brâmanes, estes conscientes de sua casta. Assim, conclui Boxer, tanto os reinóis quanto os brâmanes cristãos costumavam desprezar os mestiços, ou os indo-portugueses de sangue misturado²⁸¹.

²⁷⁸ TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Jesuítas e Inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)*. Roma Editora, 2004, p.112.

²⁷⁹ FARIA, Patrícia Souza de. Percepções sobre os nascidos no Oriente Português: classificação e hierarquias nas controvérsias em torno do clero nativo (Goa, séc. XVI-XVIII).. In: Faria, Angelo Assis; Manso, Maria de Deus B; Levi, Abraham. (Org.). *Quando o mundo era português: da conquista de Ceuta (1415) à atribuição da soberania de Timor-Leste (2002)*.. 1ed. Évora; Viçosa; Washington: NICPRI/ CCH-UFV, 2014, v. 1, p. 82-106.

²⁸⁰ XAVIER. Dissolver a diferença, p.715.

²⁸¹ BOXER. Relações raciais no império colonial português. p. 99.

Conforme indica Patrícia Faria, nas colônias os reinóis possuíam mais prestígio do que os nascidos na Ásia, mesmo que ambos tivessem pais portugueses, em virtude de o nascimento no ultramar ter sido associado a conotações negativas, por supostamente favorecer a debilidade física e moral de povos indígenas²⁸².

De toda forma, o que se nota é que os critérios de “pureza de sangue” já estavam inseridos em toda lógica da sociedade portuguesa desde as colocações nos cargos de administração do rei até nos assuntos do Tribunal do Santo Ofício, salientou Célia Cristina da Silva Tavares²⁸³.

Trata-se, assim, de uma sociedade mestiça, indo-portuguesa ou luso-asiática, fruto do encontro entre portugueses e das populações da Ásia, no qual gerou uma hierarquização dos indivíduos, semelhantes como àquela vivida no Reino e em seus outros espaços coloniais. Hierarquização esta, que conforme salientou Doré, não foi criada com a expansão marítima, mas que aguçou as diferenças já existentes e incorporaram outras, como a categoria dos *casados* e dos *castiços*²⁸⁴. Ideia esta também compartilhada na análise de Eduardo França Paiva sobre as dinâmicas de mestiçagem nas sociedades ibero-americanas. Segundo o autor todas as diversas trocas sociais e culturais produziram novas demandas e entre elas, novas formas de distinção e de hierarquização entre grupos sociais, “qualidades” e “condições”²⁸⁵.

²⁸² FARIA. Percepções sobre os nascidos no Oriente Português, p. 91.

²⁸³ TAVARES. Jesuítas e Inquisidores em Goa, p.264.

²⁸⁴ DORÉ, Andrea. Os casados na Índia portuguesa. p. 532-533.

²⁸⁵ PAIVA. Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 304 p.

ST 13: Política, Cultura, Economia e Sociedade nas Américas nos séculos XIX e XX

André Mascarenhas Pereira

Doutorando (UFMG) /andremasper@gmail.com

Carolina Paulino Alcântara

Mestranda (UFMG) /carolinapalcantara@hotmail.com

Raphael Coelho Neto

Mestrando (UFMG) /raphaelcneto@yahoo.com.br

Thiago Henrique Oliveira Prates

Mestrando (UFMG) /thoprates@gmail.com

Wanessa Pires Lott

Doutoranda (UFMG) /wanessalott@hotmail.com

Warley Alves Gomes

Doutorando (UFMG) /warleyalvesgomes@yahoo.com.br

Bahia cinematográfica: entre o moderno e a tradição

Ana Luisa de Castro Coimbra

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes

Universidade Federal de Minas Gerais

luisacoimbra@hotmail.com

RESUMO: Na primeira metade do século XX houve uma produção substancial de filmes documentais produzidos na Bahia e que pouco é explorado. Embora, muitas vezes, rudimentares em sua feitura, os filmes revelam através das imagens não só o desenvolvimento do cinema no estado, como também os aspectos sociais, históricos e culturais da época em que foram concebidos. Desse período, destaca-se a figura de Alexandre Robatto Filho que por mais de três décadas se dedicou ao cinema da Bahia imprimindo na película imagens do estado ainda fortemente marcado por traços coloniais. É importante ressaltar que o período correlato às obras de Robatto Filho foram anos cruciais para as discussões que tinham a Bahia como palco central de ações governamentais, principalmente pelos aspectos da estagnação econômica e populacional e pela fraca industrialização do período. Nessa perspectiva pretendemos analisar o acervo documental robattiano tomando como campo de observação o contexto no qual os seus filmes foram produzidos percebendo de que modo revelam uma memória documental significativa sobre uma Bahia imbricada em uma teia de relações dinâmicas entre a tradição e o moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema; história; Bahia.

O desenrolar dos primeiros passos do cinema em solo baiano é contado pelos jornais ainda preservados da época e por escritores que se lançaram pioneiramente no ofício do registro de um acontecimento histórico para a Bahia, acreditando que, mais que entreter, o cinema era parte de um processo de modernização. Dos primeiros registros feitos no estado baiano, datados de 1910, até o efervescente movimento do Cinema Novo, na década de 1950, tendo como grande referência a figura de Glauber Rocha, houve uma produção de filmes documentais que por um longo período sustentaram o fazer cinematográfico local e que pouco é explorado, seja por potencial artístico, ou por sua importância como registros históricos. Embora, muitas vezes, rudimentares em sua feitura, os filmes revelam através das imagens não só o desenvolvimento de uma arte cinematográfica no estado, como também os aspectos sociais, históricos e culturais da época em que foram concebidos.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Desse período correspondente à primeira metade do século XX, destaca-se a figura de Alexandre Robatto Filho que por mais de três décadas se dedicou ao desenvolvimento das atividades cinematográficas na Bahia. Com registros documentais, imprimiu na película não apenas imagens de uma Bahia ainda fortemente marcada por traços coloniais, como também tornaram evidentes as forças econômicas que se convergiam para tornar possível a produção dos filmes.

As primeiras projeções de um cinematógrafo tinham acontecido em Salvador ainda no final do século XIX, mas tudo indica que somente uma década depois é que começaram a ser realizados os primeiros filmes na província. O mérito de serem os primeiros realizadores cinematográficos cabe a Diomedes Gramacho e José Dias da Costa. Em 1910, foram exibidos *Segunda-feira do Bonfim* e *Regatas da Bahia*, filmes realizados por esses precursores, que tinham aprendido a técnica com o alemão Lindemann, dono da Photo Lindemann, um ateliê para confeccionar filmes nacionais. Anos depois, os dois cineastas baianos tornam-se proprietários da empresa.

Os aspectos da fisionomia da cidade e os costumes baianos, a tradição das festas populares e a transformação do urbanismo não foram salvaguardados pelo registro da película. Silveira (1978)²⁸⁶ salienta uma entrevista do próprio Gramacho em que conta o destino das obras: a Photo Lindemann perdera os arquivos em consequência de uma penhora, e os filmes ele jogara ao mar em 1920, reflexo da preocupação por conta de um incêndio ocorrido no ateliê devido ao material inflamável de que eram feitas as películas.

Com o descarte das obras realizadas por Gramacho e Dias da Costa, o título de pioneiro do cinema baiano coube a Alexandre Robatto Filho tendo produzido, por mais de quatro décadas, registros videográficos de festejos, eventos políticos e sociais importantes.

Nascido em Salvador, no ano de 1908, Robatto Filho ficou conhecido como “um homem de muitos instrumentos” já que desenvolvia as atividades de dentista, professor de Odontologia da Universidade Federal da Bahia, rádio-amador, fundador do *Itch* Clube da Bahia, produtor de discos fonográficos, escritor, desenhista, pintor e documentarista. Em 1930 começa a produzir curta-metragem retratando aspectos da Bahia ainda marcada por forte traço colonial.

Preocupava-se em registrar a cultura baiana não só através dos filmes que fazia; por isso, junto com o pintor argentino Caybé, lança uma série de discos intitulados *Documentários da Bahia*, registrando toques de capoeira angola e sambas de roda. Participou ativamente da vida política e cultural do estado, desempenhando tarefas junto ao Departamento de Educação Superior da Cultura, no tempo do secretário Navarro de Brito, e também no Instituto da Pecuária da Bahia.

²⁸⁶ SILVEIRA, Walter da. *A história do cinema vista da província*. Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

Participou ativamente da vida política e cultural do estado, desempenhando tarefas junto ao Departamento de Educação Superior da Cultura, no tempo do secretário Navarro de Brito, e também no Instituto da Pecuária da Bahia. Afirmo Robatto Filho (*apud* SETARO):

o grosso de meu trabalho, a rigor, foi todo concentrado na bitola de 35mm e muito devo, neste sentido, à Cooperativa de Pecuária da Bahia. O filme técnico sempre me fascinou. Por exemplo: fiz um documentário sobre a plantação de fumo, desde a semente até o charuto, o produto final. Levava, mais ou menos, dois anos até a conclusão do filme. Entre os muitos que fiz, destaco o da eletrificação da Rede Ferroviária da Leste Brasileira. Também aqui há o registro de todo o processo: da primeira estação até o trem inaugural. Lauro de Freitas me acompanhava e me deu muito apoio.²⁸⁷

Além disso, o cineasta, que mantinha uma sala de projeção permanente montada próximo à sua casa, conviveu de perto com artistas responsáveis pelas agitações modernas em torno das artes na Bahia, como o artista plástico Mário Cravo, o pintor Carybé e Jorge Amado, que escreveu um personagem em sua homenagem, no romance *Dona Flor e seus Dois Maridos*²⁸⁸.

É importante ressaltar que o período correlato às obras de Robatto Filho foram anos de importância para as discussões que tinham a Bahia como palco central de ações governamentais. Afirmam alguns estudiosos que a crescente onda de industrialização que alavancou a produção e os investimentos econômicos, principalmente no sudeste e sul do país, não foi acompanhada pelos baianos. O estado apresentava, então, uma estagnação tanto no crescimento populacional como no setor econômico. Nessa perspectiva pretendemos analisar o acervo documental robattiano tomando como campo de observação o contexto no qual os seus filmes foram produzidos observando que eles revelam uma memória documental significativa sobre uma Bahia imbricada em uma teia de relações dinâmicas entre a tradição e o moderno, bem como evidenciam a atuação da visão de mundo do cineasta, que, por vezes, é dependente das condições de financiamento.

Conjuntura Baiana

²⁸⁷ ROBATTO FILHO, Alexandre. In: SETARO, André. *Panorama do cinema baiano*. Salvador, FUNCEB, 1976, p. 9.

²⁸⁸ SETARO, André; UMBERTO, José. *Alexandre Robatto Filho: pioneiro do cinema baiano*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1992.

O que chamamos hoje de cultura baiana, afirma Risério (1995), é um complexo cultural historicamente datável que desde o século XIX vem se desdobrando quando a Bahia ingressa num período de declínio. Desde a mudança da capital para o Rio de Janeiro, bem como a instalação posterior da sede da monarquia em solo carioca, atestam o papel secundário que a Bahia vinha desempenhando no cenário nacional. Nas palavras do autor:

A Bahia vai mergulhar, por bem mais de cem anos, num período de relativo isolamento e solidão, antes que aconteça sua inserção periférica na expansão nordestina do capitalismo brasileiro. E foi justamente na maturação desse mais de cem anos insulares, de quase assombroso ensimesmamento, que se desenvolveu a trama psicossocial de uma nova conjuntura organicamente nascida, sobretudo, das experiências da gente lusa, da gente banto e da gente iorubana.²⁸⁹

E foi em meio ao que o referido autor chama de “mormaço econômico” e ao crescente prestígio político que se deu a articulação das práticas culturais no sentido da individuação da Bahia no conjunto brasileiro de civilização, movimento que ocorreu entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Durante os primeiros cinquenta anos do século XX, a Bahia praticamente não aderiu ao alcance dos fluxos econômicos, tecnológicos e simbólicos da modernização que assolava o país. A vida no estado baiano nesse período permaneceu distante dos fenômenos da industrialização, urbanização acelerada, emergência de um proletariado industrial e de classes médias urbanas.

O século XX baiano parece partido ao meio. Até a década de 1950, a Cidade da Bahia e o seu Recôncavo permanecem compondo um espaço coeso, essencialmente tradicional. Ainda é a Bahia do saveiro, do terno branco, da vegetação exuberante, das ruas que se espreguiçam sob o sol.²⁹⁰

No início do século XX, Salvador se configura como uma cidade quase paralisada, uma vez que será a capital brasileira que apresentará as menores taxas de crescimento populacional e essa paralisia não se resumia exclusivamente aos aspectos demográficos. Com o reinado do café no centro-sul do país, se afirmando como principal produto de exportação do Brasil, aprofunda-se no estado baiano o declínio da economia primário-exportadora pautada principalmente na indústria

²⁸⁹ RISERIO, Antônio. *Avant-Garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995, p. 158.

²⁹⁰ RISERIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004, p. 455.

açucareira. O deslocamento do espaço produtor de cana de açúcar para as Antilhas e Cuba, alcançando a preferência do mercado internacional, fez a Bahia perder o posto de destaque na exportação do produto.

No entanto, neste mesmo período emerge uma nova fronteira agrícola para Bahia com as plantações de cacau no sul do estado. Se Ilhéus antes era um pequeno povoado fundado por jesuítas, com a chegada dos cacauais a cidade deu um salto de crescimento se transformando em um centro gerador de riquezas.

Embora a Bahia não conseguisse acompanhar o ritmo de crescimento industrial da região sudeste do país vale lembrar que nem sempre essa configuração foi a mesma. A agroindústria açucareira dispunha dos aparatos tecnológicos mais avançados da época tecnológicas. É assim que em meados do século XIX, a Bahia apresenta um potencial notável no setor industrial, mas o fato da perda da primazia no comércio exterior da cana de açúcar produzida no Brasil, bem como a não consolidação de um outro tipo de atividade extra-açucareira, foram fatores que contribuíram para a estagnação que se estabeleceu no estado.

As atividades industriais iam se enfraquecendo, sobretudo porque continuavam atreladas aos ramos tradicionais da economia. Para Risério (2004)²⁹¹, a queda na demanda externa do açúcar, implicava a queda na demanda interna dos produtos da indústria, assim a decadência da exportação conduzia ao desmantelamento progressivo do parque industrial nascente. Dessa forma, do século XIX até meados do século XX, a Bahia possuía indústrias, mas não chegaria a vivenciar uma verdadeira industrialização, na acepção processual do termo. Mas é necessário atentar para outros fatores que concorreram para o esse quadro econômico: os dirigentes políticos estaduais foram contrários à movimentação que levou Getúlio Vargas a assumir o poder no episódio conhecido como Revolução de 1930; outro ponto é que o próprio governo federal pós revolução não trazia uma política sistematizada para expansão do setor comercial.

Só por volta dos anos 1950 a Bahia vai ser alcançada por transformações que a empurrarão na direção de uma sociedade com características normalmente associadas ao espírito dos tempos modernos inaugurados pelo novecentos.

Otávio Mangabeira, em 1947, assume o governo da Bahia que ainda era dependente da exportação agrícola, principalmente do cacau. O mérito do governo de Mangabeira, foi saber aliar ao espírito liberal uma firme liderança econômica e moral sem deixar de lado o espírito da reconstrução.

²⁹¹ RISERIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

A questão de uma Bahia que não se industrializava, tendo como consequências a estagnação e uma perda de posição na economia do país permeava a mente de políticos da época o que fez com que essa realidade da primeira metade do século fosse batizada por Otávio Mangabeira, como “enigma baiano”, que assim o definiu:

Intrigava-me, desde muito, o que chamei o enigma baiano: por que razão a Bahia, cujas qualidades e riquezas eram, em geral, tão celebradas, se mantinha, todavia, em condições de progresso indiscutivelmente inferior ao que resultaria, em boa lógica, de semelhante conceito, assim tivesse ele a procedência que se lhe atribuía? [...] Reinava de modo geral, uma atmosfera de desanimo e – o que era talvez pior – de conformação com o abandono, para não dizer com a decadência, uma grande, profunda descrença na ação do poder público.²⁹²

Estudar a Bahia nos seus diferentes aspectos parece ter sido o ponto de partida para o desenvolvimento de propostas de governo pensadas por Otávio Mangabeira, pois cumpria conhecer a realidade da Bahia como passo importante para entender-se possibilidade de mudança²⁹³. Ao defender que o estudo das ciências básicas seria capaz de uma transformação da mentalidade dos baianos, o então governador celebra um convênio com o Programa de Pesquisas Sociais – *Columbia University* para pesquisas no território baiano, é a versão baiana do Projeto Unesco desenvolvido no Brasil. Segundo Farias (2007)²⁹⁴ a proposta teve suas linhas gerais básicas traçadas em 1949, envolvendo intelectuais como Charles Wagley, Thales de Azevedo e Luiz Aguiar Costa Pinto e tinha como propósito tanto estimular abordagens sócio-antropológicas quanto realizar um mapeamento das áreas rurais e urbanas considerando fundamentalmente o tema da dinâmica de mudanças socioculturais na elaboração de um projeto de implementação de um novo sistema de ensino no estado.

O cenário de estagnação baiana começaria a mudar no final dos anos quarenta, com a chegada da energia elétrica produzida pela CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco instalada em Paulo Afonso, e das ações empreendidas pelo Ministério da Agricultura e do Conselho Nacional de Petróleo.

²⁹² MANGABEIRA, Otávio. *Jornal A Tarde*, Salvador, 03 de jan. 1951.

²⁹³ MEDEIROS, Ruy. *O programa de pesquisas sociais estado da Bahia – Universidade de Colúmbia: o seu contexto*. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 11, n. 1, p. 89-110, maio 2009, p. 97.

²⁹⁴ FARIAS, Edson. *Quando inovar é apelar à tradição - a condição baiana frente à modernização turística*. Caderno CRH, Brasília, DF, vol. 21, n. 54, 2007. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=595>>

Imbuído no princípio desenvolvimentista das políticas governamentais de Otávio Mangabeira, Anísio Teixeira assume no final da década de 1947 a Secretaria de Educação e Saúde. Na sua gestão, viu-se a implantação de escolas diferenciadas dos modelos tradicionais e criação da Superintendência de Difusão Cultural que em pouco tempo se tornaria um centro de apoio para as artes plásticas, a música, o teatro, o cinema e a literatura baiana.

Risério (1995) aponta que a partir do final da década de 1940 se criou um “ecossistema” propício ao aparecimento, à formação e ao desenvolvimento de uma personalidade cultural criativa que se encarnou em artistas-pensadores. A história da produção estético-intelectual brasileira no século XX, tomando como base os escritos críticos, não deixa de mencionar a conjuntura de efervescência renovadora.

Derrotar a província na própria província parece ter sido, de fato, a palavra-de-ordem geral, atravessando gerações e as inevitáveis diferenças e singularidades dos agentes transformadores. Numa fórmula concisa, a província se pensou planetária: informações de – e para – todos os lugares.²⁹⁵

A modernização da Bahia, agora aparecia como uma meta, um ideal para que o Estado acompanhasse a primeira investida industrialista, modernizadora. A estrutura econômica da província permaneceu essencialmente agromercantil, apesar da virada reformista que mobilizou o centro sul do país. Edgar Santos, reitor-fundador da Universidade da Bahia entre os anos de 1946 a 1961, figura importante desse período, defendia que o poder econômico e o poder cultural convergissem para a superação do atraso e no âmago desse poder cultural deveria estar a universidade, se fazendo centro da agitação cultural, numa época de múltiplas iniciativas no campo da produção estético-intelectual.

A descrição das práticas culturais e um modo de sentir e pensar tradicionais foram opções adotadas pelo discurso da baianidade, é o que afirma Mariano (2009), que nomeia tradição como tudo o que remete à continuidade, manutenção, sobrevivência. A tradição pode ser citada como um motivo para se optar pelo modo baiano de viver e pelas vantagens que traria – proteção e primazia –, como também pode aparecer como um resultado da repetição de antigos costumes. Nas variáveis formas de se convocar a manutenção dessas práticas tradicionais, a simples referência a elas, já representaria uma forma de mantê-las vivas, mesmo que na memória, uma vez que merecer ser tematizada já é atestado claro de importância. Segundo a autora:

²⁹⁵ RISERIO, Antônio. *Avant-Garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995, p. 15.

[...] uma tensão presente nessas ideias associadas a uma “habilidade baiana de perpetuar” é que elas remetem ora a uma capacidade de adaptação – convívio/coexistência, mistura/fusão – ora a uma dimensão conservadora – hereditariedade, pioneirismo, obrigatoriedade.²⁹⁶

Importante perceber que as discussões em torno do tradicionalismo não se restringiam à Bahia. A própria concepção de nordeste se calcou nas premissas da saudade e da tradição, afirma Albuquerque Júnior (1999)²⁹⁷, ressaltando, ainda, que a região tem um ponto de partida, que não estaria dado desde sempre, e se configura como uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença. Seria, pois, o nordeste, dito “tradicional”, um produto da modernidade.

Filmes da Bahia: o legado de Alexandre Robatto Filho

Observando o desenrolar das primeiras décadas do século XX na Bahia, é possível notar, como escreveu Jorge Amado (1966) que “desponta-se um cultuar o passado, sonhando com o futuro”, alertando ainda que “o conservador e o revolucionário coexistem no espírito da cidade [Salvador], chocam-se, fundem-se por vezes, são quase palpáveis no seu contraste”.²⁹⁸

Das cantigas de Caymmi para a literatura de Jorge Amado, das imagens fixas de Pierre Verger para os fotogramas animados de Alexandre Robatto Filho, o cinema também corroborou com o leque imagético que deu corpo aos discursos tendo como temática principal a Bahia em seus aspectos peculiares. Analisando o legado fílmico produzido por Alexandre Robatto Filho nota-se as faces da transição pela qual passava o Estado: de um lado uma Bahia ainda marcada fortemente por traços provincianos; do outro, o processo industrial que emergia no novo panorama local. Além disso, aspectos de uma dita baianidade, sobretudo ancorada no tripé antiguidade histórica, originalidade cultural e a beleza natural e urbana são temas recorrentes na filmografia desse cineasta.

Entre o Mar e o Tendal (1953) e *Xaréu* (1954), são duas obras de destaque dentro da filmografia robattiana e ambas registram a pesca artesanal da população ribeirinha e descendente de escravos na cidade de Salvador ressaltando a importância da puxada de rede como instrumento de sobrevivência e como mantenedora de uma tradição ainda à maneira dos africanos que aqui chegaram.

²⁹⁶ MARIANO, Agnes. *A invenção da baianidade*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 144.

²⁹⁷ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

²⁹⁸ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*. São Paulo: Editora: Martins. 18º ed. 1966, p. 24.

Nota-se em *Xaréu* um tom saudosista de uma atividade em vias de desaparecer do litoral baiano. Nas palavras do próprio Robatto Filho, que narra todo documentário fica evidente os novos tempos que assolavam a capital: “o progresso virá, virão fatalmente os métodos modernos e as velhas canções se perderão no ronco dos motores. Ficará, porém naquelas praias a lembrança de uma gente alegre que trabalhava cantando”.

Além dos dois filmes já citados, outro que desponta no escopo das obras que exaltavam imagens da Bahia nos seus diferentes contextos tradicionais é *Vadiação* (1954), película dedicada à arte da capoeira praticada como os antepassados no tempo da escravidão. Nesta obra é possível observar os enquadramentos elaborados, um jogo de imagem e sombra e, para além da técnica, a ausência da mulher na prática da capoeira, cabendo a esta apenas observar de longe e acompanhar com aplausos.

Em contrapartida à narrativa marcada por aspectos saudosistas e tradicionais, o cineasta desenvolve filmes que evidenciam traços de industrialização e modernidade. *Um milhão de KWA* (1949) pode ser considerado precursor dos muitos documentários que se fariam nos anos cinquenta e sessenta sobre a construção de hidrelétricas. Neste, ele registra o desenvolvimento da cidade de Paulo Afonso e o projeto de construção da hidrelétrica, no qual também se pode notar um certo entusiasmo pelo progresso da Bahia. *S/A Wildberger: exportação - importação e representações* (1955) mostra a história dos dois irmãos suíços donos da empresa S/A Wildberger que tinham como principais atividades do grupo fazendas de cacau e cana de açúcar. *Organizações Suerdick - lavoura, comércio e indústria* (1955) é o registro de uma organização industrial do fumo, evidenciando desde a plantação até a comercialização do produto. Um mosaico de imagens de grande relevância para a história da Bahia dá corpo ao legado deixado por Robatto Filho. Por suas lentes não passou ileso o regresso da vice *Miss Universo* Marta Rocha ao Estado, que curiosamente é retratada numa visita às instalações da Fratelli Vita, uma fábrica de refrigerantes e cristais, que aparece como patrocinadora do filme.

Registrou também o enterro do jurista Ruy Barbosa; o desfile em comemoração ao quarto centenário da capital baiana; as peculiaridades de cidades do interior como a feira de Caxixi, em Nazaré das Farinhas, a Marcha das Boiadas, em Ruy Barbosa, e a festa de Nossa Senhora da Purificação, em Santo Amaro; documentou o cultivo do fumo em Cruz das Almas, Cachoeira e Maragogipe; a vida dos vaqueiros no interior da Bahia; a urbanização do centro de Salvador; o desenvolvimento das pesquisas da vacina BCG; as festas em clubes da elite baiana e as grandes festas religiosas da Bahia, como a procissão do Senhor Bom Jesus dos Navegantes e a festa do Senhor do Bonfim.

O velho e o novo coexistem na obra de Robatto Filho, transitando entre uma visão otimista do desenvolvimento, observada na inauguração de uma usina hidrelétrica importante para a geração de energia do Nordeste, a construção de bacias e barragens e de obras de saneamento básico que proporcionaram uma melhor qualidade de vida, ao passo que abordava a temática, também, sob uma ótica do pesar, evidenciando que o progresso, com seus modernos métodos e com o ronco dos motores, emudeceria os cânticos poéticos dos descendentes de escravos que ainda realizavam a pesca de xaréu como seus antepassados. Era a Bahia dos cristais Fratelli Vita, de figuras públicas notórias, como Ruy Barbosa e Marta Rocha, mas era também a dos fazendeiros, dos vaqueiros e boiadeiros.

O documentarista não escondia sua vontade de que sua obra perpetuasse a ponto de verbalizar a recusa em ver seus filmes se perderem em gavetas; queria que os mesmos chegassem às mãos de estudiosos por entender que os fragmentos capturados por ele se constituíam em um importante documento imagético-sonoro sobre a Bahia. Assistir seus filmes é perceber que estava ali registrada a memória do autor, Robatto Filho, mas imbuído da memória de uma Bahia em seus aspectos singulares e pitorescos. Desse modo, não podemos considerar que o autor vive isolado; é ele na conjuntura de uma época. Robatto Filho partilhava de uma memória da Bahia e usa o recurso fílmico para guardar, fazer perdurar os acontecimentos e as peculiaridades que envolviam o estado baiano.

A Inconfidência Mineira no governo Vargas: batalhas de memória e construção de representações

André Barbosa Fraga

Doutorando

Universidade Federal Fluminense

andrebarbosafraga@yahoo.com.br

RESUMO: Ao longo do governo Vargas (1930-1945), houve um investimento no fortalecimento de um nacionalismo, que chegou ao ápice durante o Estado Novo. Com base nisso, procuramos analisar as políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Saúde para valorizar a Inconfidência Mineira e heroificar os envolvidos nesse movimento. No entanto, apesar de tal valorização, o período é marcado por versões distintas sobre a Inconfidência, que rivalizavam com a que estava sendo construída pelo governo Vargas, possibilitando o aparecimento de batalhas de memória.

PALAVRAS-CHAVE: Inconfidência Mineira; Governo Vargas; Memória.

O governo Vargas e os heróis da luta pela liberdade do Brasil

Ao longo do governo Vargas (1930-1945), houve um investimento no fortalecimento de um nacionalismo de teor cívico-patriótico, que chegou ao ápice durante o Estado Novo. Isso ocorreu principalmente por causa da chamada Intentona Comunista. Para estimular na população o amor pelo Brasil era preciso fazê-la conhecer o país, seu passado histórico e os “grandes homens” que o habitaram. Dentro desse projeto, que foi gestado principalmente por Gustavo Capanema, a Inconfidência Mineira ganhou papel de destaque.

Uma das primeiras medidas de valorização da Inconfidência ocorreu em 1936, com a iniciativa de repatriar os despojos dos inconfidentes mineiros²⁹⁹. Tal iniciativa partiu do escritor Augusto de Lima Júnior³⁰⁰, sendo recebida com entusiasmo pelo ministro da Educação e Saúde

²⁹⁹ As informações aqui presentes foram colhidas da leitura das seguintes matérias do *Jornal do Brasil* de 1936: “O repatriamento das cinzas dos inconfidentes” (pag. 10) e “As cinzas dos inconfidentes” (pag. 14), quinta-feira, 24 de dezembro; “As cinzas dos Inconfidentes” (pag. 3) e “A chegada das cinzas dos Inconfidentes” (pag. 35), sexta-feira, 25 de dezembro; “Em homenagem à memória dos Inconfidentes mineiros” (pag. 6), domingo, 27 de dezembro; e “De volta ao solo pátrio” (pag. 8), terça-feira, 29 de dezembro.

³⁰⁰ Antônio Augusto de Lima Júnior (1889-1970), filho primogênito do conhecido político mineiro Antônio Augusto de Lima, foi advogado, poeta, magistrado, jornalista e historiador, além de membro do Instituto

Pública, Gustavo Capanema. Por causa disso, Getúlio Vargas assinou, em 21 de abril de 1936, o Decreto n.º. 756 A, que autorizou a exumação dos restos mortais e a transladação para o Brasil das cinzas dos inconfidentes, que estavam na África, concedendo àqueles heróis, mortos no exílio, o louvor de repousarem em terras brasileiras.

Ainda segundo o decreto, ficava sob responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública, em associação a dois outros, o das Relações Exteriores e o da Marinha, providenciar o que fosse necessário. Além disso, os artigos 2º e 3º informavam, respectivamente, que caberia à cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, guardar os despojos que seriam depositados em monumento a ser construído, e que o Ministério da Educação e Saúde Pública comprometia-se a fazer a publicação dos autos do processo da Inconfidência Mineira.

Coube a Augusto de Lima Júnior ficar encarregado dessa missão. Ele dirigiu-se, assim, a Portugal, uma vez que as ossadas e as cinzas dos inconfidentes jaziam em terras coloniais daquele país, e passou a acompanhar as autoridades portuguesas na exumação dos restos mortais dos inconfidentes, certificando-se da absoluta veracidade do processo. Ou seja, a dimensão simbólica de autênticas relíquias, de objetos capazes de ligar o visível ao invisível – no caso à própria ideia de luta pela liberdade do povo brasileiro – foi um cuidado constante e nada ingênuo.

Finalizando os trabalhos, em novembro de 1936, o balanço era animador. Como podemos acompanhar por meio do termo de entrega dos autos de exumação e das urnas contendo ossadas e cinzas dos inconfidentes³⁰¹, produzido pelo governo português e oferecido, no dia 26 daquele mês e ano, ao Delegado do governo brasileiro, foram encontrados doze restos mortais. Em dezembro do mesmo ano, disponibilizaram-se, ainda, o auto de exumação e a urna que abrigava as cinzas de mais um inconfidente identificado, totalizando treze. Todos os despojos haviam sido localizados em igrejas situadas nas colônias de Angola e Moçambique³⁰².

Terminado o processo de buscas, era preciso iniciar os preparativos para o retorno triunfal ao Brasil. Optou-se por desembarcar as ossadas e as cinzas na capital, o Rio de Janeiro, e só depois decidir como elas seriam levadas para Ouro Preto. Em 24 de dezembro de 1936, chegou ao Rio de Janeiro o navio brasileiro *Bagé*, que trazia os restos mortais daqueles heróis. Dois dias depois, representantes do estado de Minas Gerais dirigiram-se à embarcação para depositar sobre as urnas funerárias a bandeira mineira, ocorrendo vários discursos, entre os quais o de Augusto de Lima Júnior, que agradeceu o apoio recebido do governo português. Coincidindo com esse cerimonial, o Ministério da Educação e Saúde Pública distribuiu nas livrarias os três primeiros volumes do livro *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, produzidos em associação com a Biblioteca Nacional, reunindo a documentação relacionada ao processo, conforme se havia comprometido. Em julho de 1937, dando prosseguimento à iniciativa de editar esse conjunto de documentos históricos, o agora

Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Letras. Ao longo de sua vida, colaborou em diversos jornais do Rio de Janeiro, como *A Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã*. Em Belo Horizonte, fundou o *Diário da Manhã* e a *Revista de História e Artes*.

³⁰¹ O documento original, intitulado “Termo de entrega ao Excelentíssimo Senhor Doutor Augusto de Lima Júnior, Delegado do Governo Brasileiro, dos autos de exumação e das urnas contendo ossadas e cinzas dos conspiradores da ‘Inconfidência Mineira’”, pode ser consultado em: Arquivo Cristiano Machado, CM c 1936.11.26. FGV/CPDOC.

³⁰² Os inconfidentes eram: Domingos de Abreu Vieira, Francisco de Paula Freire de Andrada, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, Luiz Vaz de Toledo Piza, Antônio de Oliveira Lopes, João da Costa Rodrigues, José Aires Gomes, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, Tomás Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, Vitoriano Gonçalves Veloso e Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

denominado Ministério da Educação e Saúde³⁰³ lançou o seu 5º volume³⁰⁴. Os inconfidentes voltavam, e a história deles, com tais publicações, poderia estar ao alcance de todos, estudiosos e cidadãos em geral.

No dia do desembarque das ossadas e cinzas, 27 de dezembro, o próprio presidente compareceu ao Armazém n.º 4, no cais do Porto. Uma banda de música da Polícia Militar executou o Hino Nacional. Os despojos foram solenemente entregues ao chefe de Estado, que prometeu que o Brasil guardaria com orgulho o “corpo” dos inconfidentes. Dando prosseguimento ao evento, as urnas foram desembarcadas e transportadas pela oficialidade do *Bagé* aos carros que fariam o traslado. Em seguida, o cortejo saiu da Praça Mauá com destino à Catedral Metropolitana, onde as cinzas ficariam depositadas em exposição pública. Ao longo de todo o percurso, segundo os jornais de época, reuniram-se centenas de pessoas.

O retorno triunfal dos restos mortais dos inconfidentes estava sendo considerado um acontecimento de importância nacional e, portanto, era não só preferível, mas necessário que pudesse ser visto por todos os brasileiros, e não apenas por uma parte da população do Rio de Janeiro. A estratégia utilizada pelo governo, para tornar esse momento visível a todo o país, foi a de “eternizá-lo” por meio da produção de um filme, que poderia ser distribuído a diversas salas de cinema do Brasil. O documentário, em Curta-metragem, *Os Inconfidentes*, de dezembro de 1936, elaborado pelo INCE³⁰⁵, foi rodado em 35 mm e teve a direção de Humberto Mauro³⁰⁶.

Na Catedral, as urnas foram colocadas na nave central. Porém, até esse momento, os inconfidentes haviam cumprido apenas uma parte de sua peregrinação, restando chegar ao destino final: Ouro Preto. O *Jornal do Brasil* anunciou que em poucos dias os restos mortais seriam levados a Minas Gerais³⁰⁷. No entanto, o tempo de transferência foi bem maior do que se esperava. Apenas no dia 15 de julho de 1938, um ano e meio após o ritual de chegada ao Brasil, Ouro Preto receberia seus filhos ilustres.

A solenidade se inicia com as urnas sendo transportadas em trem especial do Rio de Janeiro para Ouro Preto e depositadas na Igreja Matriz de Antonio Dias. Cristiano Machado aproveitou a ocasião para proferir um discurso, do qual reproduzimos um trecho:

Imortalizaram-se. São, pois, os nossos símbolos. Não os discutamos. Cultuemos a sua memória na memória eterna de seus feitos. Infelizes dos povos que os não tenham e vivam apenas no túmulo material da existência, sem atentar nas lições que os fatos históricos despertam à contemplação das gerações futuras. E o episódio histórico, marcante por excelência em nossa vida coletiva é a Inconfidência, porque todo ele, desde a ideia nascente até o holocausto heróico que culminou na Praça

³⁰³ Com a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, o Ministério da Educação e Saúde Pública passou a chamar-se apenas Ministério da Educação e Saúde.

³⁰⁴ “O Ministério da Educação promove a publicação de documentos históricos”. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 2 de julho de 1937. P. 6.

³⁰⁵ O Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) foi criado em 1936 por Gustavo Capanema e dirigido pelo antropólogo Edgard Roquete Pinto, tendo como objetivo fazer do cinema um instrumento de educação, ao produzir e divulgar filmes de cunho educativo.

³⁰⁶ Para uma análise desse filme, ver: SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 248.

³⁰⁷ “De volta ao solo pátrio”. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 29 de dezembro de 1936. P. 8.

da Lampadosa, e o degredo de que estamos fazendo, com estas cinzas, a hora nacional de exaltação cívica, tem o sentido da Nação Brasileira³⁰⁸.

Mais uma etapa cumprida, pois os restos mortais permaneceram naquela igreja até o dia 21 de abril de 1942, quando enfim foi inaugurado o Museu da Inconfidência³⁰⁹ e nele instalado o panteão dos inconfidentes. No local havia 14 lápides funerárias, sendo 13 ocupadas pelas ossadas e cinzas trazidas da África; e uma, mantida vazia, para representar os integrantes do movimento cujos corpos não foram encontrados.

A tentativa de aproximar os dois corpos do herói nacional, por meio de várias ações promovidas pelo governo, visou a despertar nos brasileiros o apego à nacionalidade e à própria Pátria. Enfim, o governo Vargas, principalmente através do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em seu projeto de valorização de personagens históricos ligados à Inconfidência e de reforço à construção da memória da Inconfidência, empregou, principalmente a partir de 1936, as seguintes medidas:

- O repatriamento dos restos mortais dos inconfidentes
- A publicação dos Autos da Devassa, contendo parte dos documentos reunidos em torno do processo judicial elaborado contra os inconfidentes.
- Construção do Museu da Inconfidência.
- Informações a respeito da vida dos inconfidentes foram buscadas e cuidadosamente averiguadas³¹⁰
- As atividades em torno das comemorações do 21 de abril expandiram-se e diversificaram-se sob o controle atento do governo.

Tiradentes para além dos inconfidentes

No entanto, embora existisse o interesse de se valorizar, de um modo geral, todos os envolvidos na Inconfidência Mineira, havia um personagem, em particular, cujos esforços de glorificação se sobrepujam aos demais: o Tiradentes. O governo Vargas deu continuidade a um projeto de culto iniciado pelos propagandistas do regime republicano, ainda durante o 2º Império, quando, por exemplo, inúmeros Centros Republicanos chamavam-se Tiradentes. Esse culto foi intensificado após a Proclamação da República, que o elegeu como o mártir e a principal figura inspiradora do movimento sedicioso. Sua imagem era continuamente cultivada nas escolas, e o dia 21 de abril comemorado como uma das maiores datas cívicas da nação, sendo Tiradentes o grande herói da Pátria, na medida em que se confundia/era com/como a bandeira ou o Hino Nacional, uma representação simbólica da própria República.

³⁰⁸ Arquivo Cristiano Machado, CM pi Machado, C. 1936/1945.00.00/2. P. 1. FGV/CPDOC.

³⁰⁹ O Museu da Inconfidência está situado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, localizada na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais.

³¹⁰ Por exemplo, Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, em carta endereçada no dia 11 de janeiro de 1943 a Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde, respondia ao memorando que havia sido enviado a ele a pedido de Gustavo Capanema, no qual este requeria informações, oriundas de pesquisas realizadas em documentos originais pertencentes ao arquivo da Biblioteca Nacional, relativas à naturalidade de Tomas Antônio Gonzaga, um dos personagens que atuaram na Inconfidência Mineira. Arquivo Luiz Vergara, LV c 1943.01.11. FGV/CPDOC.

Tendo em vista colocar em prática esse projeto de promoção da memória de Tiradentes, o Ministério da Educação e Saúde empregou uma série de políticas culturais que mobilizavam e abrangiam diversas áreas e órgãos subordinados a ele. Um exemplo desse tipo de investimento encontra-se na dramaturgia. Peças de teatro de caráter pedagógico, explorando temas históricos, foram uma grande novidade do final da década de 1930, das quais *Tiradentes. Comédia histórica em três atos e sete quadros*, de Viriato Corrêa³¹¹, é um dos melhores representantes³¹². Sob o patrocínio do Serviço Nacional de Teatro do Ministério da Educação e Saúde, foi encenada pela primeira vez no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 16 de novembro de 1939, como parte do programa das Comemorações do quinquagésimo aniversário da República. Nessa peça, que foi um entre os vários instrumentos utilizados para a maior divulgação da história de Joaquim José da Silva Xavier, o caráter de cada personagem é apresentado de maneira específica: Tiradentes era o mais entusiasmado com o movimento sedicioso, aparecendo como destemido, sincero, ativo, sonhador, revolucionário e disposto a morrer pela liberdade, mantendo a proximidade com a imagem de Jesus Cristo; Joaquim Silvério dos Reis era o interesseiro, o traidor, sendo comparado a Judas; e os outros inconfidentes foram construídos como pessoas fracas e desprovidas da capacidade de lutar até o fim, no que diferiam e se inferiorizavam a Tiradentes³¹³.

É importante notar que Gustavo Capanema, para além das medidas oficiais empregadas, estava atento ao efeito multiplicador que elas poderiam desencadear, ao incentivar outras iniciativas que, mesmo sem seu patrocínio, seguíam a direção propagada pelo Ministério da Educação e Saúde, no que se referia às formas de caracterização da figura desse herói maior. Capanema fazia questão de reconhecer e estimular todos os tipos de ações que fortalecessem e expandissem o culto a um determinado herói, em especial Tiradentes. O ministro, por exemplo, chega a enviar um telegrama de felicitação a Antonio dos Santos, parabenizando-o por sua iniciativa em propor a seus colegas bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais o nome de Tiradentes como figura homenageada para paraninfo da turma de formatura no ano de 1943, ideia que, aliás, tinha sido unanimemente aceita³¹⁴.

³¹¹ Viriato Correa (1884-1967), além de teatrólogo, foi político, jornalista, romancista e membro da Academia Brasileira de Letras. Sua produção de maior repercussão esteve voltada para o público infante-juvenil, para quem produziu inúmeros títulos, sendo *Cazuza* (1938) o mais conhecido deles. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argymentvm, 2009, p. 126.

³¹² Além de *Tiradentes*, as principais peças históricas realizadas no período foram: *Marquesa de Santos*, de Viriato Correa, encenada pela Cia. Dulcina-Odilon e estreada em 30 de março de 1938; *Iaiá Boneca*, de Ernani Fornari, encenada pela Cia. Delorges Caminha e estreada em 4 de novembro de 1938; *Carlota Joaquina*, de Raimundo Magalhães Júnior, encenada pela Cia. Jayme Costa e estreada em 26 de maio de 1939; *Mauá*, de Castello Branco de Almeida, encenada pela Cia. Delorges Caminha e estreada em 25 de agosto de 1939; *Caxias*, de Carlos Cavaco, encenada pela Cia. Comédia Brasileira e estreada em 10 de agosto de 1940; *Simbá Moça Choroul*, de Ernani Fornari, encenada pela Cia. Dulcina-Odilon e estreada em 4 de outubro de 1940; e *O Chalaça*, de Raul Pedrosa, encenada pela Cia. Jayme Costa e estreada em 10 de outubro de 1940. Ver: FERREIRA, Adriano de Assis. *Teatro Ligeiro Cômico no Rio de Janeiro: a década de 1930*. Tese de doutorado em Literatura Brasileira. São Paulo: USP, 2010, p. 198 e 199.

³¹³ _____ . *Teatro Ligeiro Cômico no Rio de Janeiro: a década de 1930*, p. 198 e 199, p.213-26. Nessa tese, é possível encontrar também uma análise do teatro brasileiro na década de 1930. A peça *Tiradentes* foi publicada em 1941, no Rio de Janeiro, com o selo do Ministério da Educação e Saúde, pela editora Guarany. Uma cópia datilografada da peça, datada do mesmo ano em que esta foi produzida pela primeira vez, 1939, encontra-se em: Arquivo Luiz Vergara, LV pi Correa, V. 1939.00.00. FGV/CPDOC.

³¹⁴ Os dados descritos encontram-se em “Relatório de minhas atividades cívicas”, enviado a Gustavo Capanema por Antonio dos Santos. Sobre a escolha de Tiradentes como homenageado de honra da formatura, ver: fot. 676/3 a 679/2 ou páginas 3 a 11. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Santos, A. 1944.06.17. Microfilme rolo 10 fot. 674 a 687. FGV/CPDOC.

Na verdade, uma das poucas iniciativas de celebração da imagem de Tiradentes realizadas no Estado Novo sem o envolvimento de Gustavo Capanema foi a publicação pelo DIP do livro *Tiradentes*³¹⁵, de Luciano Lopes, que integrava a coleção “Vultos. Datas. Realizações”, produzida em 1944 e 1945.

Dessa maneira, o uso constante da figura de Tiradentes pelo Estado Novo pode ser explicado pelo fato de que foi possível reunir em torno desse personagem muitos dos valores destacados pelo regime, como o desapego aos interesses individuais e a doação aos ideais coletivos, entregando a própria vida para salvar seu projeto e o dos demais companheiros. Tiradentes aparece, assim, também como um representante da índole pacífica e do espírito grandioso do brasileiro, ao aceitar a morte em razão da Pátria.

Além disso, Tiradentes passou a ser de extrema importância após o surgimento da 2ª Guerra Mundial e, principalmente, com a entrada do Brasil neste conflito. Novamente, a preocupação era com a defesa nacional, estimulando-se a busca por precursores desses valores, o que trazia a luta de Tiradentes por liberdade, no século XVIII, para a ordem do dia. Ele seria o melhor exemplo de amor patriótico, mesmo que, em sua época, o Brasil ainda estivesse longe de se constituir enquanto nação. Sua inabalável virtude cívica seria, em tempos de guerra, um símbolo e uma inspiração, a fortalecer o espírito dos brasileiros frente ao conflito mundial.

Por fim, essa figura é lembrada como um dos personagens históricos que mais contribuíram para a defesa nacional, ao ousar libertar o Brasil da metrópole portuguesa. Com a entrada do país na Segunda Guerra, em agosto de 1942, a proteção à liberdade torna-se a grande bandeira contra o fascismo, e Tiradentes é reverenciado como um dos primeiros a lutar e morrer por ela, servindo como forte elo de ligação entre o passado e o presente. Em meio a uma luta decisiva para a preservação da liberdade e dos direitos do homem no mundo, a memória de Joaquim José da Silva Xavier alcançava os corações de todos os patriotas, fazendo brotar neles os mais fortes sentimentos de brasilidade.

Batalhas de memória em torno da Inconfidência e de Tiradentes

Embora o governo procurasse valorizar a Inconfidência e o Tiradentes, outras versões coexistiram a essas:

- A Inconfidência não teria sido um movimento importante para a história do Brasil. Capistrano de Abreu nega a importância de tal movimento. Para ele, como a tratou-se de um movimento que não chegou a se efetivar, que não passou de simples confabulações, a Inconfidência seria inexpressiva do ponto de vista histórico³¹⁶.
- Tiradentes não foi uma figura importante. A historiografia da época já ressaltava a importância de outros inconfidentes e a posição secundária do alferes no decurso da conspiração.

³¹⁵ LOPES, Luciano. *Tiradentes*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944.

³¹⁶ “A Inconfidência Mineira”. Revista *Cultura Política*. Vol. 2; num. 16; jun. 1942. P. 271.

Dessa maneira, a valorização dessa figura histórica também encontrou alguns obstáculos e oposições. Nesse sentido, as discussões envolvendo o projeto de criação e organização da Juventude Brasileira³¹⁷ são um campo fértil para acompanharmos uma batalha de memória ocorrida durante o Estado Novo em torno da figura de Tiradentes, ao permitir o acesso a visões distintas sobre seu papel e importância no episódio da Inconfidência.

No final de 1939, após o projeto original de criação da Organização Nacional da Juventude, elaborado por Francisco Campos, ter passado por reformulações, inclusive com a entrada de Capanema nas discussões, o ministro da Educação e Saúde submeteu à apreciação de Vargas a versão mais recente desse projeto. Ao atentarmos para o conteúdo do documento, vemos como Capanema aproveitou essa oportunidade para investir no culto a Tiradentes, estabelecendo, no artigo 4 do capítulo I, que a Juventude Brasileira adotaria como data oficial de sua festa o dia 21 de abril, “em que se recorda a figura de Tiradentes, paradigma de grandeza humana, no propósito, na ação e no sacrifício”; e, no artigo 37 do capítulo VI, que a Juventude Brasileira faria, a cada ano, duas formaturas gerais, realizadas por ocasião das grandes festas nacionais, “a) no dia 21 de abril, em comemoração do sacrifício de Tiradentes; b) no primeiro sábado ou no primeiro domingo de setembro, em comemoração da independência do Brasil”³¹⁸.

O ministro da Educação e Saúde recebeu de várias personalidades, como Gustavo Barroso, padre Leonel Franca e Osvaldo Cordeiro de Farias, pareceres críticos sobre o seu projeto, sugerindo a modificação de alguns pontos. O interesse aqui, em meio a tantos registros encontrados no arquivo Capanema, reside em um comentário, sem identificação, escrito nos primeiros dias de janeiro de 1940, que sugere, entre outras, a seguinte alteração:

O art. 4º não me parece defensável. Esse 21 de Abril é uma data sem significação, e o Tiradentes um herói muito pouco imponente e de pouca exemplaridade. Creio que seria de bom aviso procurar um herói jovem,

³¹⁷ A ideia de se criar uma instituição oficial de mobilização da juventude brasileira partiu de Francisco Campos, então ministro da Justiça. O projeto original de elaboração da Organização Nacional da Juventude, sugerido por ele, datado de março de 1938, encontra-se no arquivo Getúlio Vargas e era caracterizado pela proposta de mobilização político-miliciana da juventude e pela intenção de instituir uma organização paramilitar nos moldes fascistas, estando prevista a sua direção pelo presidente da República e pelos ministros da Guerra, da Justiça e da Marinha, ficando de fora o Ministério da Educação e Saúde, ainda que o projeto também possuísse um caráter educativo. No entanto, houve muitas críticas e oposições ao projeto, principalmente por parte do Exército e do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, o que o levou a constantes alterações, propostas inclusive por Gustavo Capanema. Finalmente criada, em 8 de março de 1940, pelo Decreto-Lei nº. 2.072, após inúmeras mudanças, a função da Juventude Brasileira se mostrou completamente distinta da apresentada no projeto original, resultando apenas em um movimento cívico-educativo formado pela juventude escolar de todo o país, mobilizada em torno do culto às datas, aos vultos e aos símbolos nacionais. Para uma análise aprofundada do processo de constituição da Juventude Brasileira, ver: STEIN, Cristiane Antunes. *“Por Deus e pelo Brasil”: a Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945)*. Dissertação de mestrado em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008; SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. “Contenção das mulheres, mobilização dos jovens”. In: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. Pp. 107-140; e HORTA, José Silvério Baia. “A Juventude Brasileira: da mobilização ao civismo”. In: *O bino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 205-287.

³¹⁸ Essa versão do projeto de decreto-lei redigida por Capanema situa-se em: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 81 a 85. Pasta II. FGV/CPDOC. As duas citações, mais precisamente, encontram-se, respectivamente, no fot. 81/1 e 84/2.

pouco conhecido, mas acerca de quem se pudesse criar uma lenda verdadeiramente interessante³¹⁹.

Em função da crítica, Capanema informa ao presidente, em 15 de janeiro de 1940, até aceitar suprimir o artigo em questão, deixando a Juventude Brasileira de ter uma data própria para a sua festa, ainda que não concordasse com os argumentos utilizados, pois em sua opinião:

[...] o 21 de abril não é uma data sem significação. É uma data gloriosa, cheia de beleza e de força, e que marca na história do Brasil o real início da independência e da República. É também injustificável dizer que Tiradentes é um herói pouco imponente e de pouca exemplaridade. Tiradentes é ao contrário uma das mais impressionantes e exemplares figuras não só de nossa história, mas de toda a história humana, pelo seu critério, pela sua clarividência, pela sua capacidade de atuar e dirigir, pela sua coragem, pela sua resistência física e moral, pelo seu espírito de sacrifício e enfim pela sua bravura na tragédia que envolveu e ensangüentou a sua vida.

[...] Se acrescentarmos que Tiradentes era um homem jovem, de cerca de quarenta anos, chegaremos à conclusão de que nenhum herói de nossa história é mais próprio do que ele para figurar como guia e inspiração da Juventude³²⁰.

Contudo, essa defesa que Capanema fez de seu projeto e da figura de Tiradentes não ficou sem resposta de seu crítico. Este enviou a Vargas uma contra-argumentação, julgando as considerações do ministro insuficientes para rebater suas críticas. Nesse texto, acrescenta que, na maior parte do Brasil, a figura de Tiradentes nada significa e que a adjetivação do ministro nada demonstra, uma vez que os heróis são feitos pelas suas grandes ações e era preferível desenterrar um pioneiro como Pedro Teixeira, Antonio Raposo, Domingos Jorge Velho, Santos Dumont, Plácido de Castro ou ainda um homem do povo, um soldado, um marinheiro e criar-lhe uma aureola de santo nacional a adotar a figura de Tiradentes, já que:

Não se pode, nem deve, pois, dar à juventude brasileira um herói comportando discussões. O herói deve ser ou um produto acabado e completo ou uma criação nova. De modo algum uma simples figura histórica, que comporte discussões, dúvidas, negações [...]

Como generalização nota-se que, num país novo, por cultivar, o herói deve ser um desbravador, um homem puro e de grande ação, um criador de força nacional e não um ideólogo político. A exemplaridade que se deve apresentar aos jovens em vez de aureola de mártir deve carregar a coroa do triunfo. O herói dos jovens é um vitorioso e não um vencido. Não pretendemos uma discussão sem finalidade. Não concordamos, porém, em que Tiradentes, apesar do Palácio e da estátua, seja maior que qualquer outro herói regional [...]

³¹⁹ Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 209. Pasta III. FGV/CPDOC.

³²⁰ Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 212/1 e 212/2. Pasta III. FGV/CPDOC.

Tome-se portanto um herói verdadeiramente nacional – do Brasil todo – , e quanto mais anônimo melhor, porque a sua lenda poderá ser enriquecida à vontade³²¹.

Essa troca de correspondência, sempre endereçada a Vargas, é bom observar, diz muito a respeito das disputas pela construção da figura do herói nacional, através do debate em torno da caracterização de Tiradentes, uma figura, como se vê, sobre a qual havia, apenas aparentemente, um consenso máximo entre lideranças políticas e intelectuais. O que se verifica é sua apresentação como um herói “regional” (mineiro), desconhecido na maior parte do país e, bem pior, um herói vencido, que, se contribuía com a Pátria, o fizera com ideias e não com ações, situadas como um contributo superior.

Após diversas mudanças no texto, motivadas pelas críticas de inúmeros atores, finalmente é criado o movimento da Juventude Brasileira, pelo Decreto-Lei nº. 2.072, de 8 de março de 1940, sem qualquer menção a uma data própria de comemoração e a um patrono. Além disso, no lugar de duas formaturas, como previa o projeto de Capanema, o decreto estabeleceu apenas uma, na data da comemoração à independência do Brasil, que se realizaria no primeiro fim de semana do mês de setembro, devendo ser marcada por grandes paradas realizadas na “Semana da Pátria”. Ou seja, o dia 21 de abril foi abandonado, bem como qualquer referência a Joaquim José da Silva Xavier. Enfim, dentro de um projeto de culto à figura de Tiradentes, a ação em torno da Juventude Brasileira não tinha alcançado os resultados esperados.

Esse episódio, denso de significados, ajuda-nos a compreender como, apesar de um forte imaginário sobre Tiradentes já estar internalizado na população, havia discussões sobre tal figura e a possibilidade de alteração de uma hierarquização de sua grandeza, indiscutivelmente, desde a proclamação, como a do herói magno da República. Tal concepção que se mantinha, mas também estava em aberto, havendo claras investidas para sua redefinição, deixa nítido, mais uma vez, que é o presente que constrói o passado e, nele, seleciona e desenha o perfil de seus heróis, quer por via da história, quer da memória, quer por ambas, convergindo ou divergindo.

No caso de Tiradentes, não existia uma unanimidade entre os grupos que integravam o governo. O que se verifica são disputas em torno da memória de determinados personagens históricos, quer dizer, do lugar hierárquico que deveriam ocupar no panteão nacional, e em torno da quantidade de investimentos, materiais e simbólicos, para a realização de celebrações. Capanema procurou empregar seus esforços na promoção da figura de Tiradentes, utilizando toda a estrutura do Ministério da Educação e Saúde, conseguindo, como resultado, manter forte o culto a esse personagem, apesar de fracassar no que se referiu à Juventude Brasileira.

³²¹ Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 233/1 e 233/2. Pasta III. FGV/CPDOC.

O regime Stroessner e os movimentos de resistência

Bruna Reis Afonso

Mestranda em História

UFMG

reisafonsob@yahoo.com

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar os mecanismos de repressão desenvolvidos pelo regime Stroessner, bem como as estratégias criadas pelos grupos de oposição, utilizando como aporte bibliográfico os estudos produzidos por pesquisadores paraguaios, argentinos e brasileiros. Tendo como objetivo fomentar o debate sobre esse regime autoritário que ainda é pouco estudado no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Regime Stroessner; Repressão; Movimentos de oposição.

Em maio de 1954, o presidente Frederico Chaves foi destituído do poder através de um golpe liderado pelo General Alfredo Stroessner e apoiado pelo Partido Colorado. Entretanto, Stroessner não assumiu a presidência imediatamente, o partido Colorado designou Tomás Romero Pereira como presidente provisório, o qual convocou eleições para julho do mesmo ano. Stroessner assumiu interinamente a Presidência da República em agosto de 1954, após vencer as eleições em que somente ele era candidato, dando início a uma das mais longas e autoritárias ditaduras da América Latina.

A longevidade do regime não pode ser explicada apenas pelo uso da violência e da repressão. O apoio de setores da sociedade civil foi imprescindível para a manutenção do regime, bem como a conjuntura internacional favorável. A articulação com o partido Colorado foi crucial para a consolidação do regime, Lorena Soler³²² destaca que o partido Colorado garantiu a Stroessner uma base de identificação nacional da qual carecia o próprio Estado Nação. Durante os quase 35

322SOLER, Lorena. Dominación política y legitimidad: el stronismo en el contexto de America Latina. *Nova pólis Revista de estudios políticos contemporáneos*. Paraguay. n. 4, p. 83-104. Abril-Outubro, 2009.

anos de governo Stroessner, a sociedade paraguaia passou por um processo denominado de “coloradização”:

Leales correligionarios colorados copaban a esta altura [década de 1970] los cargos directivos de la casi totalidad de centros estudiantiles universitarios, de sindicatos obreros, de organizaciones civiles. Se crean organizaciones profesionales colorados (Economistas colorados, Ingenieros colorados) los organismos auxiliares juveniles de la Junta de Gobierno [...] organizan cursillos de ingreso a la Universidad, regencian residencias para estudiantes, ortogan becas de organismos públicos, consiguen empleos para sus afiliados.

En todos los pueblos del interior el presidente de la soccional colorada adquiere la investidura de autoridad institucional, tal como el Intendente, el Juez de Paz o el Comisario del lugar.³²³

Stroessner apoiava-se também em um discurso centrado na defesa da paz e do progresso, no nacionalismo, no patriotismo e no anticomunismo, buscando associar sua figura a dos grandes próceres da pátria.

É importante não perder de vista que a vida política paraguaia após 1870 foi marcada pela instabilidade política e por disputas violentas pelo poder. A ascensão de Stroessner, portanto, não representou uma ruptura em um processo democrático estável, ao contrário “importantes segmentos del país aceptaron como un mal menor el advenimiento de una mano militar que pusiera fin al desorden político y pacificara la República.”³²⁴

Uma das primeiras medidas tomadas por Stroessner ao assumir a presidência foi realizar purgas tanto nas forças armadas, como no partido Colorado, eliminando qualquer liderança dissidente. Vale ressaltar que desde 1947, quando Morínigo decretou o Estado de Sítio, todos os outros partidos estavam proscritos; assim, as purgas no partido colorado visavam eliminar qualquer tipo de oposição legal.

Boccia Paz ressalta que nos primeiros anos do regime stronista houve uma modernização do aparato de controle e informação, cuja instituição principal era a polícia. Sob o comando de Edgar Insfrán – Ministro do Interior – criou-se um sistema de vigilância domiciliar de pessoas consideradas perigosas. Insfrán também deu grande importância as informações de fontes extrapoliciais, afinal a delação era uma prática constante, estas informações eram cuidadosamente arquivadas e constituem, atualmente, parte do acervo do Arquivo do Terror, situado em Lambaré (cidade próxima a Assunção) no Paraguai.

323BOCCIA PAZ, Alfredo. GONZÁLES, Myrian. PALAU AGUILAR, Rosa. *Es mi informe* – los archivos secretos de la policía de Stroessner. Asunción: Servilibro. 2006, p. 149

324BOCCIA PAZ, Alfredo. GONZÁLES, Myrian. PALAU AGUILAR, Rosa. *Es mi informe*, p.53
Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Uma das características marcantes do regime foi a construção de uma faixa de legalidade e democracia. Assim, as medidas repressivas eram legitimadas por meio do amparo legal e ideológico na luta contra o comunismo. De acordo com a Comissão de Verdade e Justiça do Paraguai (CVJ-Py), o estado de sítio foi um dos principais instrumentos jurídicos do stronismo que permitiu ao executivo concentrar poderes absolutos e desconsiderar direitos legais e garantias constitucionais.³²⁵

O stronismo também criou leis específicas para crimes políticos. A Lei N° 294/ 1955 de Defesa da Democracia pune àqueles que “alzaren con mano armada contra los poderes constituidos para suplantar total o parcialmente la organización democrática republicana de la nación, por el sistema comunista o cualquier otro régimen totalitario.”³²⁶

E prevê

seis meses a cinco años de penitenciaría: 1) los que difundieren la doctrina comunista o cualesquiera otras doctrinas o sistemas que se propongan destruir o cambiar por la violencia la organización democrática republicana de la Nación. 2) Los que organizaren, constituyeren o dirigieren asociaciones o entidades que tengan por objeto visible u oculto cometer el delito previsto en el inciso precedente.³²⁷

Outra lei importante é a 209/ 1970 de Defesa da ordem pública e liberdade das pessoas. Que prevê penas para aqueles que defendessem publicamente o ódio entre os paraguaios ou a destruição das classes sociais. Esta lei definia uma ampla gama de condutas que violavam a paz pública, como formação de grupo armado para fins ilegais, pertencimento a organizações ou partidos comunistas, difamação de um ministro, legislador ou membro da Corte Suprema. Essas leis aliadas ao Estado de Sítio permitiam prender pessoas sob acusações vagas. De acordo com a CVJ³²⁸, a cada onda repressiva o governo acusava os detidos de infringirem uma dessas leis, sem, contudo, definir o delito do qual eram acusados.

Ainda que, como afirmam Roberto Céspedes e Roberto Paredes³²⁹, a repressão do regime fosse exemplar e perversamente pedagógica em mostrar a crueldade e a impunidade dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, ao longo de toda a ditadura existiram grupos de resistência e oposição. Os mais conhecidos são o Partido Comunista Paraguaio (PCP), o Movimento Popular Colorado (MOPOCO), Movimiento 14 de Mayo (M-14), a Frente Unido de Liberación Nacional

325 Comisión de Verdad y Justicia, Paraguay (CVJ). Informe Final – Síntesis y caracterización del régimen. (Tomo I). Asunción, 2008, p. 158

326 Comisión de Verdad y Justicia, Paraguay (CVJ). Informe final. p.163

327 _____ . Informe final. p. 163.

328 _____ . Informe final. p. 164

329 CÉSPEDES, Roberto; PAREDES, Roberto. La resistencia armada al stronismo: panorama geral. *Nova pólis Revista de estudios políticos contemporáneos*. Paraguay. n. 8, p. 04-25. Agosto, 2004.

(FULNA), a Organización Político Militar (OPM), e o Exército Popular Revolucionário (EPR). O exílio foi a alternativa encontrada para integrantes do Partido Colorado que pudessem apresentar perigo a liderança de Stroessner, como também dos integrantes dos partidos proscritos, partido Liberal, Febrerista e Comunista que sofreram violenta perseguição política. A Argentina foi o principal destino dos exilados paraguaios e em seu território a oposição a ditadura articulou-se. Evelin Wellbach³³⁰ destaca que houve, a partir da queda de Perón, em 1955, uma tolerância do governo argentino com os grupos opositores ao governo Stroessner, o que possibilitou as práticas de resistência dos exilados até o Golpe de Estado de março 1976.

A partir de 1959, a luta armada, inspirada na vitoriosa guerrilha cubana, transforma-se na principal ferramenta política dos movimentos radicais que questionaram o sistema vigente. É nessa conjuntura que surge o Movimento 14 de Mayo, o M-14, foi formado por membros dos Partidos Liberal, Partido Revolucionário Febrerista e Colorados dissidentes em exílio na Argentina. Em 12 de dezembro de 1959, o M-14 iniciou o que chamaram de “A grande Invasão”, com a entrada de colunas de homens armados que atravessaram diversos pontos da fronteira paraguaia, com objetivo de desmobilizar o exército regular. O movimento dispunha de uma rádio clandestina para articular a ação das colunas e difundir seus proclamas para a população. Diana Arellano destaca que a imprensa argentina atuou como amplificadora da rádio clandestina ZPX. Os jornais La Razón, La Nación, Clarín reproduziram vários comunicados do movimento que haviam sido difundidos por rádio.³³¹

A coluna “Libertad” entrou em solo paraguaio a partir de Posadas, a coluna “Mainumby” partiu de Puerto Rico, já a coluna “Patriay Libertad” partiu de Puerto Iguazú, e ainda outra coluna saiu da região de Ponta Porã. A primeira a cair foi a Mainumby, segundo relatório da CVJ o que restou dessa coluna foram “cadáveres con evidências de mutilación y degüello de mano de fuerzas represivas [...] y que fueron tirados ex profeso al río Paraná, fueron arrastrados por la corriente del río hacia la ribera argentina”³³². A primeira incursão do M-14 foi desarticulada em aproximadamente de 15 dias, de acordo com Arellano.

A segunda incursão ocorreu em 1960, com a coluna “Libertad”, que no momento contava com 120 homens, que se dividiram em 6 grupos, que foram derrotados dias após o início de suas

330WELLBACH, Evelin. El Paraguay Exiliado: Memorias de la Resistencia 1970-1989. In: JORNADAS DE TRABAJO EXILIOS POLITICOS DEL CONO SUR EN EL SIGLO XX. 2012, La Plata. *Anais*. La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - Universidad Nacional de La Plata 2012, p. 1-20

331ARELLANO, Diana. Regreso en Armas: Movimiento 14 de Mayo para la Liberación del Paraguay. *Nova pòlis Revista de estudios políticos contemporáneos*. Paraguay. n. 8, p. 42-60. Agosto, 2004.

332Comisión de verdad y justicia. Informe final. Las principales de los derechos humanos (Tomo II). Asunción, 2008 p.166-167.

ações. Arellano afirma que após a prisão dos membros do M-14 Stroessner inaugura uma máquina repressiva baseada na tortura e na execução sumária. A assertiva coaduna com as informações fornecidas pela CVJ-PY : “Muchos prisioneros tomados el 6 de mayo habrían sido arrojados con vida desde aviones en vuelo por orden del entonces general Patricio Colmán, en tanto la mayoría de los combatientes fueron ejecutados por medio de torturas, culatazos de fusil o hachazos en improvisados campamentos militares”³³³

A Frente Unido de Liberación Nacional (FULNA) foi formada em 1959, pelo Partido Comunista Paraguaio junto a setores da oposição. Victor Duré e Agripino Silva³³⁴ definem a FULNA como um movimento de esquerda que abarcava vários setores sociais e políticos. A FULNA definiu a guerra de guerrilhas como parte da revolução paraguaia, um método de luta do povo para derrotar o regime ditatorial e impor a formação de um Governo Provisório Democrático. A FULNA dividia-se em três frentes: a Frente Campesina abarcava grandes áreas de influência no interior do país, como o Departamento de Cordillera, Guairá, Paraguarí e San Pedro. (região centro-sul). A Frente Operária tinha grande influência nos sindicatos do “Ferrocaril”, ANDE, Gráficos, Operários da construção civil, padeiros, sapateiros e outros. A Frente Juvenil-Estudantil era constituída por estudantes secundaristas e do ensino superior. Ao longo de seus cinco anos de existência a FULNA fez diversas incursões armadas em território paraguaio, contando principalmente com o campesinato, além de propagandear seu manifesto em Assunção, tarefa da frente estudantil.

A FULNA fez sua primeira incursão armada em 13 de junio de 1960, com a coluna Ytororó. A resposta do aparato militar de Stroessner foi contundente, restando apenas dois sobreviventes dessa coluna. Duré e Silva chamam atenção para o fato de que ao mesmo tempo que a FULNA expandia suas ações no país, também o aparato repressivo se articulava como uma rede, acumulando informações extraídas de documentos apreendidos, mediante torturas e cooptação de membros dos partidos Liberal e Febrerista. A ofensiva repressiva se deu em 1965, conseguindo desmobilizar completamente o movimento. A repressão recaiu também sobre a população na forma de vigilância policial que abordava de forma violenta pessoas consideradas suspeitas. Ceres Moraes e Evaristo Colmán³³⁵ ressaltam que, além de combater a oposição, a repressão tinha o objetivo de amedrontar a população, pois poderia atingir a qualquer indivíduo, independente de sua

333 _____ . Informe final. p.167

334DURÉ, Victor. SILVA, Agripino. Frente Unido de Liberación Nacional (1959-1965), guerra de guerrillas como guerra del pueblo. *Nova pólis Revista de estudios políticos contemporáneos*. Paraguay. n. 8, p. 61-90. Agosto, 2004

335MORAES, Ceres; COLMAN DUARTE E.E. A guerrilha da FULNA: considerações preliminares. In: IX Encuentro del Corredor de las Ideas del Conosur, 2008, Assunção.... *Anais IX ENCUESTRO DEL CORREDOR DE LAS IDEAS DEL CONOSUR*.. Assunção: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 2008.

participação em alguma organização ou movimento de protesto. O medo generalizado dificultava a ação da oposição, pois favorecia a delação.

A década de 1960 foi considerada como a de maior violência durante todo o stronismo. Foi nesse contexto que se articulou uma poderosa rede de informações sobre os paraguaios em exílio, que se estruturou através dos consulados. De acordo com Boccia Paz, já na década de 1960 as delações permitiram que a polícia obtivesse informações sobre as ações dos guerrilheiros, o que eliminava qualquer possibilidade de fator surpresa³³⁶.

Considerações finais

A Repressão a ambos os movimentos foi brutal, de acordo com relatório da Comissão de Verdade e Justiça os anos em que há mais casos de desaparecimento forçado/ execuções extrajudiciais correspondem aos anos de repressão ao M-14 e a FULNA, totalizando 106 pessoas desaparecidas. Novos agrupamentos armados de esquerda formaram-se na década de 1970, caso da OPM, que foi desarticulada em 1976, momento em que novamente a polícia aproveitou para atingir pessoas que não estavam ligadas à organização, mas eram hostis ao regime.

As execuções, de acordo com a CVJ-Py, foram realizadas na presença dos moradores das comunidades rurais e constituíram-se como mensagens clara e objetivamente intimidatórias, além disso estigmatizaram os detidos e aqueles que por ventura houvessem prestado ajuda aos mesmos, como comunistas ou subversivos. Não só a troca de favores, mas também o terror converteu-se em um elemento de incentivo a delação.

336BOCCIA PAZ, Alfredo. GONZÁLES, Myrian. PALAU AGUILAR, Rosa. Es mi informe – los archivos secretos de la policía de Stroessner. Asunción: Servilibro. 2006.

Percursos da repressão criminal urbana no Brasil (1880 – 1940)

Camila Similhana Oliveira de Sousa
Doutoranda em História UFMG
similhana@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo se dedica a analisar o Higienismo como política de intervenção social nos centros urbanos brasileiros junto ao contexto da Primeira República. Para tanto, será feita uma breve incursão histórica com o objetivo de delimitar as transformações do espaço citadino brasileiro em fins do século XIX e início do século XX para em seguida confrontar as transformações sociais, as alterações da legislação penal e a preocupação por parte das elites urbanas em manter a ordem segundo preceitos autoritários.

PALAVRAS-CHAVE: Criminalidade; Cidades; Primeira República.

Higienismo brasileiro e conservadorismo agrário-burguês

O Higienismo no Brasil foi resultado de uma estratégia de controle que nasceu junto com a emergência da Primeira República. Assim sendo, foi reapropriado dos círculos de discussão urbanos europeus visando à articulação das estratégias de controle das grandes cidades, uma preocupação das classes políticas e econômicas que compunham o governo republicano. Tratava-se de um cenário permeado por classes sociais interessadas em arregimentar o espaço urbano como motor de crescimento para interesses econômicos e políticos, sem, contudo, permitir que a mão de obra explorada pudesse estar inserida nesse processo e menos ainda se opor a tal contexto.

É preciso, contudo, conceder nome e voz aos atores sociais descritos. Em meio às classes dominantes urbanas da Primeira República estavam de um lado a tradicional camada senhorial – em queda – e de outro os cafeicultores do Vale do Paraíba e os traficantes de escravos – em ascensão –. A primeira classe (senhorio agrário) atravessou a segunda metade do século XIX com reduzida competitividade em relação aos seus concorrentes no mercado internacional, resultando na queda de lucros da engrenagem produtiva de cultivos agrícolas – exceto aqueles que se dedicavam ao café –. A segunda classe, por sua vez, estavam diretamente ou indiretamente relacionados ao enriquecimento

de ex-trafficantes de escravos que passaram a buscar novos tipos de investimento depois que o tráfico de mão de obra escrava foi proibido.

As tradicionais camadas senhoriais agrícolas mantinham seu poder político, mas procuravam um meio de estancar a sangria econômica que as atingia, percebendo, assim, a urgência de traçar alternativas para o decrescente poder colonial brasileiro, em franco processo de decadência. Essas últimas articularam-se então de forma a permitir a transformação de seu poder sem grandes rupturas, fundindo-se ao grupo dos cafeicultores do Vale do Paraíba, que se destacavam economicamente naquele contexto. Tratava-se, portanto, da necessidade de uma nova roupagem para a velha aristocracia agrária, que precisava se renovar para continuar no poder. De outro lado, estavam os cafeicultores, que buscavam a abertura de caminhos junto aos mandatários políticos para perpetuar investimentos que pudessem absorver os lucros de cafeicultores e ex-trafficantes de escravos.

Em comum, a antiga aristocracia agrária e os cafeicultores tinham um interesse cada vez maior em investir nos centros urbanos, a melhor possibilidade então de perpetuar seus lucros. A aliança entre esses grupos ao longo prazo originou a burguesia industrial urbana brasileira, que percebia o reduto urbano como uma fonte promissora de negócios. De outro lado, os centros urbanos da Primeira República eram vistos por tais camadas sociais como mas um setor acometido por graves obstáculos: exemplo disso era a dificuldade de encontrar mão de obra qualificada, já que os ex-escravos eram rotulados como pessoas incapazes de atuar nos investimentos urbanos que estavam sendo gestados. Essa visão se devia ao preceito em voga na época, de que as camadas populares seriam perigosas, mal educadas e inapropriadas para integrarem o desenvolvimento urbano concebido pelas classes dirigentes urbanas. Seria arriscado, aos olhos do período, colocar nas mãos dessa mão de obra – vista como inaptas ao progresso oitocentista – a perspectiva de ampliar os horizontes econômicos.

A emergente burguesia urbana e industrial valia-se das bases desiguais tecidas pelo antigo senhorio agrário para se consolidar, à medida que herdava e mantinha os privilégios sócioeconômicos, aspectos esses que garantiam de um lado a submissão necessária para a exploração da mão de obra popular e de outro a restrição suficiente para excluí-los dos frutos do processo de expansão urbana em toda a sua extensão. Frente a esse contexto,

[ocorre uma simbiose, uma unidade de contrários, em que o moderno cresce e se alimenta do atrasado [...], na introdução de relações novas no ‘arcaico’ e na reprodução de relações ‘arcaicas’ no ‘novo.’³³⁷

Com base na articulação de tais engrenagens, Armando de Mello Lisboa (1988) definiu a emergente burguesia urbano-industrial brasileira como detentora de um moderado espírito transformador, o que a teria levado a não atuar como instrumento efetivo de modernização, tal como se dava nos moldes europeus ocidentais. Não se pode, portanto, compará-la à ideia clássica da burguesia europeia, já que não disputou poder com a aristocracia nem procurou revolucionar as articulações sociais em nome de seus interesses³³⁸.

A burguesia industrial brasileira, portanto, não nasce tomada pelo ímpeto modernizador como a sua antecessora europeia, mas perpetrada por profundo conservadorismo, já que apresenta raízes profundas nos antigos tentáculos senhoriais. Assim, é produto das fusões articuladas pelas oligarquias agrárias, que em lugar de se dissolverem frente à crise que as atingia, encontraram condições de fundir-se ao poder burguês sem grandes rupturas. Há, dessa forma, grandes limitações para a atuação da modernidade, materializadas na manutenção do abismo político, econômico e cultural entre os atores sociais incluídos e excluídos dessa lógica de poder. A busca pela integração à modernidade no Brasil perpetua, dessa maneira, as disparidades sociais, elos do desacordo entre uma cultura de fachada e as práticas efetivas, a coexistência da ideologia liberal com um comportamento oligárquico – tradicional³³⁹.

Entre a modernização pretendida pela burguesia industrial brasileira e a manutenção das bases que conservavam os privilégios das camadas dirigentes, havia uma aliança política e econômica que pretendia avançar, mas que não via o cenário urbano capaz de concretizar tal possibilidade. Esse hiato foi preenchido por meio das teorias em voga na Europa oitocentista, que então se mostravam adequadas para embasar o processo

³³⁷ LISBOA, Armando de Mello. *A mediação entre a economia e apolítica na produção teórica sobre o Estado contemporâneo latino-americano: um balanço*. In.: Textos de Economia, 2, p. 123.

³³⁸ LISBOA, Armando de Mello. *A mediação entre a economia e apolítica na produção teórica sobre o Estado contemporâneo latino-americano: um balanço*. In.: Textos de Economia, 2.

³³⁹ LISBOA, Armando de Mello. *A mediação entre a economia e apolítica na produção teórica sobre o Estado contemporâneo latino-americano: um balanço*. In.: Textos de Economia, 2, p. 141. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

de modernização conservadora pretendida no Brasil, que de um lado atendia a necessidade de modernizar os centros urbanos pelas classes dirigentes e, de outro, mantinha esse processo o mais restrito possível frente à incorporação das camadas populares. Diante dessa constatação, indaga-se: mas qual era a relação entre cidades, progresso e restrição aos populares? Julgava-se que o progresso apenas se concretizaria caso os indivíduos estivessem em harmonia com o coletivo e para que essa harmonia fosse conquistada, seria necessária boa saúde, realidade essa que nos oitocentos supunha-se que estivesse muito distante das camadas populares, daí a necessidade de restringi-los e ao mesmo tempo abrir caminhos para a pesquisa das moléstias decorrentes da modernidade, dedicando-se especialmente àquelas que se julgava ser o elo entre patologias e mazelas sociais.

Com base nas premissas expostas, percebeu-se a necessidade de criar políticas de intervenção higienistas, vistos então como os meios mais eficazes para promover o que era visto pelas elites como desinfecção dos centros urbanos, então vistos como essenciais para a promoção da harmonia capaz de abrir caminho para o progresso. Tal contexto atendia à constatação vigente na época de que não só as classes populares eram perigosas, mas também a cidade era um perigo. Ambas, por sua vez, poderiam ter suas mazelas salvas por meio do conhecimento legado pela Medicina, que com o respaldo do Estado passou a constituir um elemento de controle do âmbito individual e coletivo, visando à conquista dos ideais civilizatórios preconizados pelas camadas dominantes³⁴⁰. Para tanto, estreitaram-se as relações entre Medicina e Estado, sendo a primeira auxiliada pelo segundo, na medida em que a necessidade de vigilância constante era assegurada pela manutenção da ordem pública. Assim sendo, o Estado se organizaria para garantir a difusão das práticas higiênicas por todo o tecido social. A Medicina, por sua vez, também ajudava o Estado, apresentando conhecimentos específicos capazes de compreender as doenças, as condições em que essas se produziam – e se disseminavam no meio ambiente – e qual a relação das moléstias com a manutenção da ordem, por meio da documentação e do registro de moléstias, o que fez com que o espaço urbano fosse examinado e categorizado, indicando os espaços vistos como perigo de desordem. Por meio desse discurso, se

³⁴⁰ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.

procurava demonstrar a urgência em impor uma nova lógica urbana, calcada pela relação entre ordem, moral e saúde³⁴¹.

A partir do enlace entre Medicina e Estado, foi apresentado um amplo programa que se estendia da higiene à medicina legal, o que incluía educação física das crianças, normas para os enterros, denúncia da carência de hospitais, estabelecimento dos regulamentos para as farmácias, medidas para melhorar a assistência aos doentes mentais, denúncia das casas insalubres e disseminação das normas sanitárias³⁴². Os médicos do século XIX impuseram, assim, um novo estilo de medicina marcado pela promoção da defesa e do controle de tudo o que dizia respeito direta ou indiretamente à saúde da cidade e da população³⁴³. Procurava-se fabricar uma nova sociedade, guiada pelos princípios apregoados pela burguesia urbana e industrial brasileira com base nos moldes civilizatórios e progressistas europeus, que pudesse fazer jus à noção de que a república seria uma grande inovação frente à monarquia. Deslocou-se, dessa forma, o objeto da medicina da supressão da doença para a manutenção da saúde em prol da manutenção da ordem. Diante disso, era essencial tratar não só o doente, mas supervisionar a saúde da população em nome do bem-estar e da prosperidade das elites³⁴⁴. A Medicina Higienista no Brasil refletia, dessa forma, uma nova proposta de organização social, levando em consideração os preceitos sociais elitistas impregnados por temores e estereótipos.

Ao longo do desenvolvimento do processo descrito, emergia um conflito entre o projeto urbano das camadas dirigentes e a desconfiança em relação às camadas populares. Esse dado permite observar uma contradição: se a burguesia historicamente se destacou como classe social inovadora, sedenta de transformações, por que, no Brasil, ela se apresentou tão receosa de quebrar paradigmas? A burguesia herdou estereótipos tecidos ao longo de séculos de mão de obra escrava devido ao fato de ter sido um produto da aliança política com a aristocracia rural em queda. Concatenados à persistência de tais

³⁴¹ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.

³⁴² NUNES, Everardo Duarte. *Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto*. In.: Tratado de saúde coletiva. Hucitec: São Paulo, 2006, p. 295 – 315.

³⁴³ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.

³⁴⁴ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.

estereótipos, o povo brasileiro continuou sendo para as elites, mesmo com a mudança de regime monárquico para regime republicano, em tese, uma forma de poder mais democrática – profundamente ameaçador. Na ausência, portanto, de instrumentos de controle que se mostrassem efetivos para a sociedade de ex-escravos e imigrantes que se diversificava, era necessário desenhar um novo projeto de exclusão.

Pairava ainda um forte receio quanto à intensa proximidade entre tantos comportamentos desviantes e tantas culturas diferentes dentro dos limites do espaço urbano, que, por sua vez, era permeado por graves problemas como moradia, atendimento hospitalar, proteção social e outros aspectos claramente deficientes. Alastrava-se o temor de que a fusão entre condições urbanas precárias e criminalidade resultasse não apenas em convulsões sociais, mas também no alastramento das doenças associadas até então aos marginalizados (tuberculose, sífilis, alcoolismo, transtornos mentais, entre outras), desencadeando o que na época era tido como degeneração social, isto é, um suposto quadro de multiplicação dos marginalizados, que levaria à ampla decadência social. Para evitar a concretização de tais temores, os centros urbanos deveriam ser submetidos à ordem, o que incluía criar meios de expulsar, mediante o uso da violência, os grupos considerados indesejados para que a esfera de poder republicana emergente calcada na aliança entre a velha aristocracia agrária, os cafeicultores paulistas e a burguesia industrial nascente prosperasse. Para tanto, buscava-se justificativas respaldadas por argumentações relevantes, que, na época, eram delimitadas por preceitos médicos, empregados por sua vez para explicar os males que as diferenças sociais representavam para o progresso. O progresso visto então como a tônica do conhecimento e da ciência nos oitocentos, não era compreendido como algo democrático. Assim sendo, o aprimoramento tecnológico, científico e cultural oitocentista era defendido como um privilégio destinado a poucos. Aqueles que não integrassem o seletivo grupo descrito seriam direcionados para os meandros da marginalização sob o ponto de vista espacial, econômico e social.

Para articular a exclusão popular dos centros urbanos brasileiros, as elites republicanas buscaram inspiração na França, mais precisamente na Medicina Social Francesa, que concedeu as bases necessárias para que as camadas dominantes interferissem nas cidades brasileiras esperando, com isso, alcançar o padrão civilizatório europeu. Seguindo os ditames da Medicina Social Francesa, buscava-se medicar o povo – visto então como infecto –, o que no Brasil foi colocado em prática por meio da sanitização,

da expulsão e da repressão. Acreditava-se, assim, que os distintos padrões socioculturais não só afetavam drasticamente o comportamento dos indivíduos como se estendiam ao longo de gerações por meio da hereditariedade. Com base nessas perspectivas, os grupos tidos como rejeitados eram vistos como anomalias ameaçadoras, as quais deveriam ser afastadas do sistema social.

A Medicina Higienista no Brasil refletia, dessa forma, uma nova proposta de organização social, levando em consideração os conceitos civilizatórios europeus dos oitocentos, as leis sociais vigentes, mas também os estereótipos³⁴⁵, fatores que, indiretamente, colaboraram para desenhar a organização de forças responsável pelos mecanismos de repressão dos grupos ciganos no estado de Minas Gerais em fins dos oitocentos. Ecoava, portanto, para outros estados a articulação de um novo palco para o teatro da dominação social urbana e burguesa, cujo ponto de partida foi o centro político e econômico da recém-instaurada república brasileira. Por meio dos saberes médicos e científicos, justificou-se a violenta expulsão dos tipos considerados desviantes, a exemplo dos mestiços, capoeiras, criminosos, vadios e ciganos nômades. Para tanto, não apenas a polícia foi fortalecida como instituição repressora dos marginalizados urbanos, como um novo código penal foi promulgado para amparar os novos trâmites de manutenção da ordem pública.

De posse das diferenças descritas, observa-se a existência de um abismo entre dominantes e dominados, espaço preenchido por um projeto autoritário de intervenção, repressão e expulsão calcado na Medicina Social. Em meio ao cenário relatado, a Medicina Social converteu-se em um movimento que integrou um conjunto de propostas guiado pela ideia de que os diferentes grupos humanos tinham valores variáveis, rotulando certas parcelas do corpo social como elementos a serem corrigidos.

A formação da jovem república brasileira e as bases para forjar uma nova sociedade

³⁴⁵ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379. PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Incultura e criminalidade: estereótipos sobre a educação da criança, do jovem e do camponês no século XIX*. História, São Paulo, v.24, n.1, 2005, p.227-246.

Tomando por base o ideário exposto, a república recém-proclamada compreendia que era necessário que as cidades continuassem a abrir espaço para investimentos econômicos, mas era necessário em garantir segurança por meio do rigor na manutenção da ordem para que o objetivo descrito se concretizasse. Para tanto, articulou-se a aliança entre a velha aristocracia agrária, os cafeicultores e a nascente burguesia industrial, visando ao controle das camadas populares. Uma das estratégias era continuar a restringir o caráter democrático, ainda que se estivesse sob a forma republicana. A efetivação de tais propósitos se deu por meio de um projeto de modernização urbana de caráter excludente, o que permitiria demonstrar a capacidade da república em ampliar o triunfo das elites e manter as camadas populares sob rigorosas limitações. Por meio de tais ações, o poder republicano procurava cumprir as promessas de modernização política, econômica e urbana que o auxiliaram na derrubada do poder monárquico sem, contudo, abrir espaço para convulsões populares.

Vigorava, assim, uma contradição: embora o governo brasileiro tivesse roupagem de república, continuava autoritário e excludente. As elites, com isso, procuravam evitar possíveis revoltas populares nos centros urbanos, garantindo que a república fosse um instrumento de poder para atender estritamente às demandas das classes dirigentes e não à expressão das vontades populares. José Murilo de Carvalho (1990) explicita que a República buscava instaurar uma nação moderna segundo os princípios mais avançados da época, mas sem sanar as mazelas que atingiam o povo. Pairava, contudo, uma incógnita: como desenvolver o progresso e ao mesmo tempo reforçar a exclusão sem permitir que ocorressem convulsões sociais? A resposta encontrada foi submeter à cidade a lógica higienista: urbanização para poucos; sanitização repressora e criminalização moral àqueles que fossem considerados agentes da desordem. Por conta disso, as camadas dirigentes concebiam que a população em geral fosse incapaz de compreender o projeto modernizador em voga, devendo restringir-lhes o trânsito urbano e submeter-lhes as intervenções médicas de cunho autoritário.

As políticas higienistas brasileiras compreendiam, de forma análoga às suas antecessoras europeias, que para a preservação da saúde pública deveria haver a

normalização dos espaços e da vida social urbana³⁴⁶ por meio de orientações específicas para homens, mulheres e famílias com base nas orientações do saber médico-científico vigente. Apenas seriam admitidos, portanto, valores e crenças fundamentados na razão e na ciência, o que tornava os costumes populares profundamente nefastos³⁴⁷. Os setores populares, de outro lado, resistiam à imposição desses ideais, realizados sem a devida conscientização. As políticas higienistas refletiam a resposta autoritária, moralista e preconceituosa em relação ao medo das insurreições populares³⁴⁸, temor esse existente desde o período escravocrata, mas que se transformava à medida que expandia o trabalho livre, fosse ex-escravo ou imigrante. Era o discurso empreendido para retirar de cena atores sociais vistos como incômodos, sob o pretexto de que ameaçavam a moralidade familiar, corroborando uma modernidade excludente. Para a tríade elites-Estado-Medicina, o povo não dispunha da capacidade necessária para compreender os objetivos e as ações relacionadas ao projeto sanitário pensado para os centros urbanos. Justificava-se, assim, o uso de tipos diversos de violência. Desencadeou-se então um confronto entre as classes dirigentes de tendências higienistas, que atuavam de forma profundamente autoritária, e as camadas populares, que não compreendiam o combate aos seus modos de vida.

O resultado foi um conflito desigual, que fez uso da polícia como elemento de legitimação naquela que era considerada uma limpeza física e moral do espaço urbano. Diante desse contexto, a polícia figurava, assim, como um eficiente instrumento disciplinador, tornando-se responsável por vigiar usos e costumes, aplicar multas, promover despejos e dar voz de prisão àqueles que se opunham à nova lógica sanitária. Dados apurados por Maria Helena Souza Patto³⁴⁹ demonstram essa afirmação mediante a constatação de que os gastos com a polícia em fins do século XIX eram duas vezes maiores do que os gastos direcionados para a saúde pública. Observa-se, assim, que as novas diretrizes da saúde pública apenas puderam seguir adiante sustentadas pela repressão

³⁴⁶ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.

³⁴⁷ HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. *A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – Belo Horizonte (1907-1908)*. *Cadernos de História, Puc Minas, Vol. 2, No 3 (1997)*.

³⁴⁸ PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 167-198.

³⁴⁹ PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 167-198.

policial que se tornou ferramenta de fiscalização do decoro e da salubridade; da limpeza e da vigilância sobre vagabundos, mendigos e ladrões: Havia, portanto, íntima relação entre as práticas higienistas e a ação policial.

Procurava-se tornar os centros urbanos lugares mais apropriados para absorver a civilidade europeia não apenas sob o ponto de vista arquitetônico e sanitário, mas sob o ponto de vista social. O urbano deveria refletir o foco irradiador do progresso, por isso havia se tornado espaço para poucos. Era a vitrine das elites republicanas, do seu vigor progressista. Tratava-se do espelho de uma nova articulação de poder econômico, social e cultural, que se embebia da indústria e da modernidade europeia. Para a materialização dessa lógica, era preciso que os centros urbanos deixassem de ser o ambiente desordeiro onde a autoridade do senhorio agrário parecia não chegar. Era necessário desagregar a ideia de que o tecido urbano fosse o local da mistura de cheiros e culturas, para se tornar o teatro do triunfo da nascente burguesia. Diante desse contexto, a polícia se tornou o símbolo mais forte da estrutura formal de repressão e controle social, legitimada pelos interesses das classes dominantes e respaldada por leis penais que refletiam o forte viés autoritário presente na sociedade, na política e na legislação da Primeira República.

Codificações penais brasileiras oitocentistas confrontadas à lógica higienista

Diante dos fatos expostos, o Código Criminal do Império de 1830, aprovado pouco antes da renúncia de Dom Pedro I, era visto com certa desconfiança pelas elites, que influenciadas pelos vieses dos modelos de enquadramento criminal de origem lombrosiana³⁵⁰, o Código de 1830 era tido como incapaz de classificar os “tipos

³⁵⁰ Cesare Lombroso, que se destacou ao buscar inserir na Criminologia os mesmos métodos das Ciências Naturais, procurando legar-lhe o prestígio daquelas. Para tanto, Lombroso realizou investigações anatômicas em prisões, a partir das quais julgou ter encontrado o que denominou ser criminoso nato, isto é, o indivíduo cujas características apresentavam especificidades físicas e psíquicas concebidas como típicas de alguém que estava fadado ao cometimento de delitos. Lombroso considerava o “criminoso nato” incorrigível e, por isso, condenado à reincidência, pois era visto como uma anomalia psíquica devassada por constante delinquência. A natureza do crime, desse modo, ficou em segundo plano, despertando mais atenção para a natureza do comportamento criminoso, que tinha questionado o seu grau de humanidade, visto que feria princípios e valores básicos da natureza humana. De tais fronteiras emergiu o conceito de periculosidade, que Lombroso entendia como produto de possíveis estigmas anatômicos e biológicos próprios dos indivíduos criminosos. Esses sinais eram vistos como elementos que denunciariam a suposta condição de inferioridade do tipo criminoso. OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de. *Penas especiais para homens especiais: as teorias biodeterministas*

criminosos” aos olhos do que se supunha ser a corrente penal mais avançada do período. Para os penalistas favoráveis à redação de um novo código criminal, adotar leis segundo modelos lombrosianos permitiria que a repressão policial se mostrasse mais eficaz, já que haveria orientação mais clara acerca dos criminosos a serem autuados e detidos. Julgavam ainda que sob o viés lombrosiano fosse possível calcular de forma mais racional a relação entre os atos ilícitos e a punição. Como parte desse esforço, investiu-se na compreensão científica dos atos criminosos por meio de estudos criminológicos. Para o Estado republicano, aprovar um novo código de leis criminais de inspiração lombrosiana favoreceria a imagem de modernidade que o regime republicano procurava refletir, dando a impressão de que leis mais adequadas ao espírito do progresso dos oitocentos estavam sendo aprovadas para garantir a segurança e a ordem. Julgava-se também que a legislação penal de orientações lombrosianas configurava um dos instrumentos relevantes para diferenciar aqueles que seriam considerados normais e os que seriam vistos como excluídos. Aqueles que não se submetessem a tais determinações, obrigatoriamente teriam de se curvar, cedo ou tarde, à desconfiança das autoridades locais, absorvendo a figura daquele mantém os demais em eminente perigo e que por isso deve ser evitado, de forma análoga a uma doença cujo contágio devesse ser impedido. Tendo em vista as discussões acerca de uma nova codificação de natureza criminal que atendessem às lacunas apontadas pelos especialistas em relação ao Código Criminal de 1830, foi então promulgado um novo conjunto de leis – o Código Penal de 1890 – que aos olhos daqueles que ocupavam o poder, estaria à altura do nascimento do republicanismo brasileiro. Diante desse cenário, a introdução da Criminologia no país representava a implementação das estratégias específicas de controle social e a adoção de formas diferenciadas de tratamento jurídico-penal para determinados segmentos da população³⁵¹.

Com base nos motivos expostos, deveriam ser severamente combatidos aqueles que se mostrassem distantes de se inserirem na lógica de progresso das elites republicanas. Via-se com urgência a necessidade de amparar a repressão policial por meio de um código

na Criminologia Brasileira na década de 1940. 2005. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

³⁵¹ ALVAREZ, Marcos César. *O homem delinqüente e o social naturalizado apontamentos para uma história da criminologia no Brasil*. Teoria e Pesquisa, n.47, jul-dez/2005, p.71 – 92. TERRA, Livia Maria. *Negro suspeito, negro bandido: um estudo sobre o discurso policial*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

de leis penais que regulamentasse, entre outros aspectos, os elementos sociais cuja coerção seria enfatizada em nome dos projetos reformistas e excludentes das elites republicanas. Nesse ínterim, a legislação penal, seguindo as orientações lombrosianas, tornava-se um dos instrumentos relevantes para diferenciar aqueles que seriam considerados normais e os que seriam vistos como excluídos. Estado, Medicina e legislação penal se dedicavam continuamente à conveniência, à vontade e à posição de poder vigentes³⁵², articulando-os na mesma direção dos jogos de poder das camadas dominantes. Levando em consideração esse viés, foram erigidos os modelos criminológicos do código penal brasileiro de 1890, aspecto esse que norteou os referenciais de delinquência da época. Por meio dessa repressão, esperava ser possível abrandar a ocorrência dos gêneros de vida tidos na época como ameaçadores. O discurso criminológico agia, portanto, como reflexo de um poder que atuava do centro para a periferia, delimitando, dessa forma, o perfil criminal a partir do que as camadas dominantes entendiam como sendo ameaçador.

³⁵² BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 192.

Exílio e literatura em *Mariel*: uma análise de *Final de un cuento*, de Reinaldo Arenas

Caroline Maria Ferreira Drummond
Mestranda em História e Culturas Políticas
Universidade Federal de Minas Gerais
caroldrummond@gmail.com

RESUMO: Este trabalho investiga os discursos construídos acerca da experiência do exílio nas narrativas literárias do escritor cubano exilado Reinaldo Arenas na revista *Mariel*. Trata-se de uma publicação fundada por intelectuais exilados da Geração de *Mariel*, da qual o autor fazia parte, e circulou de 1983 a 1985 em Miami e Nova Iorque. A revista possuía claro posicionamento político contra o regime castrista e tinha como objetivo divulgar a literatura e a arte cubana – principalmente a produzida por *marielitos*, se colocando como elo identitário entre os intelectuais exilados dessa geração e conformando um ambiente de sociabilidade intelectual. O exílio se tornou uma condição da cultura cubana, principalmente após a revolução de 1959, e a produção literária dos exilados se constituiu como forma contundente de oposição política e de reflexão sobre a experiência do desterro. Além disso, aqueles que saíram da ilha durante o Exílio de *Mariel*, no ano de 1980, foram marginalizados e estigmatizados tanto na sociedade cubana, como na estadunidense. Dessa forma, entendemos que é pertinente compreender quais debates e reflexões essa experiência suscitou em Arenas e como ela se manifestou em suas produções literárias na revista.

PALAVRAS-CHAVE: Exílio; Literatura; Cuba; Reinaldo Arenas

Esta comunicação investiga os discursos construídos sobre a experiência do exílio nas narrativas literárias do escritor cubano exilado Reinaldo Arenas na revista *Mariel*. Além dos aspectos referentes à estrutura interna do exílio, nos interessa também perceber como a produção do escritor no desterro se constitui como espaço de crítica e oposição política ao regime revolucionário cubano e os motivos e objetivos que a perpassam. Nos deteremos na análise do conto *Final de un cuento*, publicado no primeiro número do periódico, em 1983. Tentamos ainda observar como o conto de Arenas dialoga com a proposta de *Mariel* e com a rede de sociabilidade intelectual conformada pela Geração de *Mariel*, da qual o autor fazia parte e sobre a qual falaremos mais adiante.

Reinaldo Arenas (1943–1990) foi um escritor de poesias, novelas e teatro e é considerado por muitos como um dos maiores ícones de sua geração. Em meados da

década de 1960, vivia em Havana e trabalhava na Biblioteca Nacional José Martí, onde convivia com vários outros escritores, como Eliseo Diego, Cintio Vitier e Fina García Marruz. Tornou-se um escritor conhecido no meio literário, mas não entre a maioria da população cubana. Em 1965, chegou a ganhar o segundo lugar no concurso da Unión Nacional de Escritores y Artistas Cubanos (Uneac), com seu romance *Celestino antes del alba*, publicado em 1967. Apesar de inicialmente ter apoiado a Revolução Cubana, tornou-se dissidente e grande crítico do regime castrista, principalmente a partir de fins da década de 1960.

Na época, conseguiu contrabandear alguns de seus manuscritos para fora do país, como *El Mundo Alucinante*, publicado no México em 1968. A obra, censurada e não publicada na ilha por suas passagens homoeróticas, teve grande repercussão internacional. Na França, recebeu o prêmio *Médicis* de melhor livro estrangeiro em 1968. O reconhecimento internacional, porém, fez com que Arenas fosse ainda mais perseguido pela polícia cubana, que tentava descobrir como suas obras eram enviadas para o exterior. Recebeu vários convites da Europa e dos Estados Unidos para dar palestras sobre sua obra, mas o governo nunca autorizou a sua saída. Sofreu perseguições pelo governo cubano também por ser homossexual assumido. Em 1974, foi preso, acusado de “escândalo público” e comportamento imoral. Vários de seus manuscritos foram confiscados pelo governo. Ao sair da prisão, em 1976, não tinha onde morar nem onde trabalhar e dependeu da ajuda de amigos.³⁵³

Em 1980, Arenas fez parte do contingente de 125 000 cidadãos cubanos que deixaram a ilha através do porto de Mariel, rumo aos Estados Unidos, em exílio em massa autorizado pelo governo após a invasão da embaixada peruana por 10 000 cubanos que pediam asilo político. Os que desejavam deixar a ilha nessa época e se colocavam na condição de dissidentes políticos, como Arenas, eram, majoritariamente, jovens que haviam formado sua consciência social e política durante a revolução, e pertenciam, quase todos, às camadas populares, ou seja, constituíam o grupo social que havia sido definido como o principal alvo da revolução de 1959.³⁵⁴ Esse exílio foi constituído também por indesejados pelo regime castrista, como homossexuais, presidiários, prostitutas e pacientes

³⁵³ Cf. MISKULIN, Silvia. Outro olhar sobre a Revolução Cubana: a trajetória e obra de Reinaldo Arenas na revista *Vuelta*. *Revista Brasileira do Caribe*, Brasília, Vol. X, nº19. Jul-Dez 2009, p. 191-208.

³⁵⁴ Cf. MARQUES, Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, 2009, p. 142.

psiquiátricos. O porto de mariel, assim, funcionou como forma de “válvula de escape” para os conflitos internos do regime.

O governo cubano, através dos discursos públicos e da imprensa, construiu uma imagem negativa daqueles que emigravam para os Estados Unidos naquele momento, referindo-se a eles como “*gusanos*” (vermes), “*delincuentes*”, “*afeminados*”, “*escória*”, entre outros, estigmatizando-os socialmente e categorizando-os como indivíduos “anti-sociais”. O governo contou com apoio expressivo da sociedade cubana no rechaço aos dissidentes, como mostram a Marcha del Pueblo Combatiente em Havana, os protestos por toda cidade e os atos de repúdio no porto. Na ilha, estes dissidentes foram majoritariamente vistos como indivíduos desprovidos de compromissos sociais com a sua pátria e com a defesa da revolução cubana. Jornais estadunidenses também deram eco à representação dos marielitos como marginais, criminosos e delinquentes.

Esse exílio se difere radicalmente do que o antecedeu, o exílio de Camarioca, em 1965, quando os emigrantes eram, em sua maioria, a classe média liberal cubana. A geração de emigrantes de 1980, diferentemente da anterior, não foi bem recebida na sociedade norte-americana. Em Miami, passaram a serem vistos com desconfiança por grande parte da comunidade cubana estabelecida. Além de não se enquadrarem nos ditames do regime revolucionário, também não se encaixavam nos padrões dos exilados anteriores e já estabelecidos em Miami, oriundos das altas e médias classes conservadoras. Dessa maneira, foram marginalizados e estigmatizados tanto na sociedade cubana, como na estadunidense.

Além de Arenas, vários outros escritores e artistas se exilaram em 1980 através do porto de Mariel, como Carlos Victoria, Juan Abreu, Reinaldo García Ramos, René Cifuentes, Luis de la Paz, Jesús Barquet e Roberto Valero. Nos Estados Unidos, esses intelectuais se autodenominaram como Geração de Mariel. Sua maior visibilidade como grupo ocorreu com a criação, em 1983, da revista de literatura e arte *Mariel*, que circulou em Miami e Nova Iorque até 1985. Arenas fazia parte do Conselho de Direção e do Conselho de Editores da publicação. A revista possuía claro posicionamento político contra o regime castrista e tinha como objetivo divulgar a literatura e a arte cubana – principalmente a produzida por marielitos, se colocando como elo identitário entre os intelectuais exilados dessa geração e conformando um ambiente de sociabilidade intelectual. Além disso, como afirma Rickley Marques Leandro, o periódico funcionou como uma espécie de “front de

batalha” criado pelo grupo para alcançar seus objetivos. A geração mariel pretendia lutar contra sua condição marginal através de suas narrativas.³⁵⁵

Dessa forma, o grupo forjou sua identidade a partir do estigma de marielitos para se diferenciar dos demais cubanos, sejam os que davam suporte ao governo revolucionário na ilha ou a classe média e alta conservadora-liberal estabelecida em Miami. A busca pela diferenciação frente a esses dois pólos antagônicos da cultura política cubana é o principal elemento formador do grupo. Suas produções giravam em torno da construção de uma memória e de uma identidade diferentes daquelas propagadas pelo discurso oficial do governo cubano, em um processo de luta pelo próprio reconhecimento social dentro e fora da ilha. Em seu projeto estava a disputa pela memória de suas juventudes em Cuba, confrontando suas memórias individuais com a versão oficial do governo cubano, em uma disputa pela memória coletiva.³⁵⁶

Os discursos construídos por Arenas sobre e no exílio dialogam com os propósitos do projeto identitário da Geração de Mariel. Além disso, são discursos fortemente marcados pelas experiências vividas pelo escritor em Cuba e no exílio em Miami e Nova Iorque. As perseguições que sofreu por parte do governo revolucionário, devido ao não alinhamento de suas produções à política cultural estabelecida, à divergências ideológicas, por ser homossexual e por não se adequar às regras de conduta e comportamento impostas aos jovens cubanos, impactaram profundamente suas produções, assim como a rejeição enfrentada no exílio. Dessa maneira, a denúncia das perseguições e restrições às liberdades individuais vivenciadas em Cuba, as dificuldades de adaptação no novo país e a construção de críticas à sociedade capitalista estadunidense perpassam a narrativa de *Final de un Cuento*, como veremos a seguir.

Final de un cuento foi escrito em 1982, somente dois anos após a chegada do escritor aos Estados Unidos. Esse conto, como grande parte da obra de Arenas, possui forte carga autobiográfica, ainda que seja um texto ficcional, e pode-se considerar que o próprio autor se expressa através de seu protagonista. De acordo com Arenas, em entrevista a Jesús J. Barquet, em 1983: “Hasta ahora he escrito fundamentalmente sobre las calamidades

³⁵⁵MARQUES, Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, 2009, p. 207.

³⁵⁶ Cf. MARQUES, Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, 2009, p. 188.

que conocí en Cuba, pero ya estoy viviendo nuevas calamidades que poco a poco reflejaré. Hace poco escribí el cuento *Final de un cuento* que refleja mi reciente experiencia en el exilio³⁵⁷. Os paralelismos entre o autor e personagem são claros: o narrador é um cubano homossexual exilado, que vive em Nova Iorque e que saiu da ilha porque não podia mais suportar a perseguição à qual estava submetido em seu país natal.

Nesse conto, Arenas nos apresenta inicialmente a dois amigos cubanos exilados que conversam sobre suas vidas nos Estados Unidos. A técnica de narração envolve o leitor, de modo que somente nas últimas páginas do conto é possível compreender que o amigo interlocutor da conversa, na verdade, está morto. Ainda que o texto seja apresentado como um diálogo entre dois personagens, se trata, na realidade, de um monólogo interior, já que o amigo nunca chega a intervir na conversa. O narrador havia viajado para Cayo Hueso, o ponto mais ao sul dos Estados Unidos, para jogar ao mar as cinzas de seu amigo, que cometeu suicídio por não poder suportar a experiência do exílio, marcada pela nostalgia, inadaptação, crises de identidade e tristeza.

Inicialmente, a narração construída por Arenas se embasa no que Gladys Zaldívar chegou a chamar de uma oposição entre o narrador-sobrevivente e o narratório-vencido.³⁵⁸ Cada um dos amigos padeceria da nostalgia provocada pelo exílio de maneiras fundamentalmente distintas. O narrador personagem entenderia a sobrevivência no exílio como uma vingança pessoal ao regime castrista, exaltando as vantagens da vida na sociedade estadunidense e, principalmente, a importância do ódio às circunstâncias que levaram ao desterro na superação da nostalgia e da vontade de regressar à ilha. Assim, o protagonista diz a seu amigo que jamais voltará a Cuba:

Nunca! ¿Me oyes? Pero tú eres diferente. No sabes, sobrevivir, no sabes odiar, no sabes olvidar [...] Oye: la nostalgia también puede ser una especie de consuelo, un dolor dulce, una forma de ver las cosas y hasta disfrutarlas. Nuestro triunfo está en resistir. Nuestra venganza está en sobrevivirnos. [...] Oyelo bien: yo soy quien he triunfado, porque he sobrevivido y sobreviviré. Porque mi odio es mayor que mi nostalgia. Mucho mayor, mucho mayor. Y cada día se agranda más. [...] Pero, ¿qué

³⁵⁷ Entrevista concedida a Jesús J. Barquet. *Del gato Félix al sentimiento trágico de la vida*. Nueva Orleans, 1983, p. 74.

³⁵⁸ Citado por PANICHELLI-BATALLA, Stéphanie. La nostalgia y el exilio: comparación entre “Final de un cuento” de Reinaldo Arenas y “Paso a nivel” de Manuel Díaz Martínez. In: PINEY, Grace; PANCAZIO, James (org.). *Cuba: Arte y literatura en exilio*. Valencia: Legua Editorial, 2011, p. 47.

argumentos se pueden esgrimir para consolar a alguien que aún no está provisto de un odio inconmesurable? ³⁵⁹

A nostalgia seria sentimento constante no sujeito desterrado. Superá-la significaria sobreviver no exílio, e isso só poderia ser feito através do ódio ou do esquecimento. O seu interlocutor, no entanto, sofria com o desenraizamento do universo de referências familiares provocado pelo desterro. Apesar de também ter sofrido com perseguições na ilha, padecia com a nostalgia e sentia urgente necessidade de voltar a sua terra natal, único local no qual se reconhecia:

Pero no estás vestido como estás, no te tomas ese frescos que allá abajo nunca te pudiste tomar, no oyes esa grabadora que ahora suena, porque no existes, quienes te rodean no dan prueba de tu existencia, no te identifican ni saben quién eres, ni les interesa saberlo; tu no formas parte de todo esto y da lo mismo que salgas vestido con esos andariveles o envuelto en un saco de yute. Bastaba verte los ojos para saber que así pensabas . . . y no podía decirte que también yo pensaba así, que yo también me sentía así; así no, mucho peor; al menos tú tenías a alguien, a mí, que intentaba consolarte (...) ¿Cómo va a sobrevivir una persona cuando el sitio donde más sufrió y ya no existe es el único que aún lo sostiene? ³⁶⁰

O exilado, assim, é retratado como um indivíduo marcado pela inadaptação. Como afirma Denise Rollemberg, o estranhamento em relação a outros países e culturas, as dificuldades de adaptação às novas sociedades e o não-reconhecimento nos novos papéis disponíveis alteram a imagem que o exilado tem de si mesmo, podendo desencadear crises de identidade ³⁶¹. Em sua narrativa, Arenas chega a representar essa crise de identidade como suspensão da própria existência do indivíduo, como uma forma de morte.

Como todo o conto consiste no fluxo de consciência de um único personagem, entendemos aqui que tudo o que o narrador fala é dirigido a si mesmo. Dessa maneira, os discursos construídos por Arenas sobre a experiência exílica nesse conto a retratam como fundamentalmente conflituosa para o sujeito desterrado, dividido entre extremos como o amor e o ódio à terra natal, as vantagens e as desvantagens do exílio, sobreviver e padecer, vencer e perder. Como observamos anteriormente, os males da ausência ³⁶² também são centrais na narrativa do marielito.

³⁵⁹ ARENAS, Reinaldo. Final de un cuento. *Mariel*, 1983, p. 3.

³⁶⁰ ARENAS, Reinaldo. Final de un cuento. *Mariel*, 1983, p. 3.

³⁶¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 132.

³⁶² Ver QUEIROZ, Maria José de. *Os males da ausência, ou a literatura do exílio*. Rio de Janeiro, 1998.

Alguns outros aspectos se destacam no conto de Arenas, como a questão das liberdades individuais, com foco na liberdade de expressão e na liberdade sexual. O regime castrista é representado por Arenas, em uma perspectiva dissidente radical, como fundamentalmente autoritário, marcado pela repressão, controle e vigilância do Estado sobre o indivíduo. Cuba seria um país de “terror contido”, “queixas sussurradas”, “maldições somente pensadas”, “cárceres que se reproduzem”, “banheiros públicos interditados”, “praias proibidas”, com “leis que transformam a vida em crime” e “mil olhos que te vigiam”.

Dessa forma, as restrições às liberdades individuais aparecem como fator principal que teria tornado a vida em Cuba insustentável e forçado o escritor ao exílio. Uma das vantagens do desterro residiria justamente na maior liberdade de expressão para o exercício da crítica, para denunciar as perseguições sofridas e se opor à forma como a sociedade e a política cubanas eram organizadas. O narrador personagem aponta essa vantagem ao longo da narrativa do conto, que é marcada pelo ódio, ressentimento e exaltação:

Soledad, nostalgia, recuerdo - llámalo como quieras -, todo eso lo siento, lo padezco, pero a la vez lo disfruto. Sí, lo disfruto. Y por encima de todo, lo que me hace venir hasta aquí es la sensación, la certeza, de experimentar un sentimiento de triunfo ... Mirar hacia el sur, mirar ese cielo, que tanto aborrezco y amo, y abofetearlo; alzar los brazos y reírme a carcajadas, percibiendo casi, de allá abajo, del otro lado del mar, los gritos desesperados y *mudos* de todos los que quisieran estar como estoy yo aquí: *maldiciendo, gritando, odiando* y solo de verdad; no como allá, donde hasta la misma soledad se persigue y te puede llevar a la cárcel por ‘antisocial’.³⁶³

Nessa perspectiva, o exílio permitiria que o intelectual se expressasse livremente. No editorial do primeiro volume de *Mariel*, escrito por Reinaldo García Ramos, compartilha-se dessa visão e afirma-se que os escritores marielitos “tienen ahora el privilegio de hallarse en Estados Unidos, un país que les permite expresarse y luchar”. Ressalta-se ainda que “no hemos venido al exilio con esquemas de bienestar, [...] hemos venido a realizar nuestra obra”. A realização de suas obras literárias no exílio, por sua vez, é apontada como uma das “cosas esenciales que nos salvarán de la desesperanza y del silencio”.

A liberdade sexual também é aspecto central em *Final de un Cuento*. A perseguição a homossexuais durante parte do governo revolucionário é denunciada na narrativa de

³⁶³ ARENAS, Reinaldo. *Final de un cuento*. *Mariel*, 1983, p. 3.

Arenas e a orientação sexual do narrador é abordada e escancarada diversas vezes ao longo do conto:

Aquí [Cayo Hueso] la gente mira de verdad. Si uno le interesa, claro. No es [...] como allá abajo, donde [mirar] es un delito... “Aquél que mirare a otro sujeto de su mismo sexo será condenado a...” ¡Vaya! Ese otro también me acaba de mirar [...] Los carros hasta se detienen y pitan; jóvenes bronceados sacan la cabeza por la ventanilla. Where? Where? Pero a cualquier lugar que indiques te montan. [...] Quise traerte aquí, para que vieras cómo aún los muchachos me miran [...] para que sepas que aquí también tengo mi público igual que lo tenía allá abajo [...]³⁶⁴

Concordamos com Domenico Cusato quando afirma que a homossexualidade aparece na obra de Arenas como um “hino à liberdade”.³⁶⁵ Além disso, entendemos que a homossexualidade é elemento fundamental no contradiscurso construído por Arenas no exílio, sendo amplamente utilizada como forma de oposição e contestação ao governo da ilha. Além da mobilização do tema para denunciar as violações de liberdades individuais e direitos humanos ocorridas em Cuba, a própria presença de homoerotismo e personagens homossexuais em suas narrativas constitui uma afronta a retóricas caras ao governo revolucionário. A homossexualidade, afinal, chocava-se com as representações sociais de gênero instituídas para homens e mulheres na sociedade socialista.³⁶⁶ Sobretudo, a homossexualidade masculina era considerada incompatível com o ideal do “homem novo” viril e guerrilheiro, considerado no discurso oficial como um dos pilares para a perpetuação da Revolução de 1959

A forte presença desse tema nas produções de exílio de Arenas se relaciona intimamente com o contexto político vivido pelo autor na ilha. Julgamos relevante ressaltar que a homossexualidade era considerada pelo governo revolucionário como uma “patologia”, se tratava de “conducta impropia” e atividade de caráter “anti-social”. A política de perseguição homofóbica teve início ainda em meados da década de 1960, quando homossexuais eram internados nas Unidades Militares de Ayuda a la Producción (UMAP's). As UMAP's existiram entre 1965 e 1968 e funcionavam como campos de trabalho forçado para reeducação de “desviados” ideológicos e sexuais. No Primeiro

³⁶⁴ ARENAS, Reinaldo. Final de un cuento. *Mariel*, 1983, p. 3.

³⁶⁵ Ver CUSATO, Domenico. El cuento se acabó (a propósito de Final de un cuento de Reinaldo Arenas). In: Rafael Di Prisco e Antonio Scocozza (eds.). *Actas del Congreso internacional “Literatura y política en América Latina”*. Salerno 6/8 de mayo de 1993, Caracas, Ediciones La Casa de Bello, 1995, pp. 341-363.

³⁶⁶ Cf. SANTOS, Giselle. A revolução cubana e as representações sociais de gênero. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 265-286, jan./jun. 2013.

Congresso Nacional de Educação e Cultura em 1971, porém, ocorreu, de fato, a institucionalização da homofobia na ilha. Declarou-se nas resoluções finais do Congresso, que:

[...] não se pode permitir que por seus “méritos artísticos”, reconhecidos homossexuais influenciem a formação de nossa juventude. Como conseqüência, é necessário analisar como se deverá encarar a presença de homossexuais nos diversos organismos da frente cultural. Sugeriu-se o estudo de medidas que permitam o encaminhamento para outros organismos daqueles que, sendo homossexuais, não devam ter participação direta na formação de nossa juventude a partir de atividades artísticas ou culturais.³⁶⁷

Entendia-se, assim, que a influência de indivíduos homossexuais seria prejudicial à sociedade, instituindo-se uma política oficial de perseguição e acentuando-se o controle da vida privada de intelectuais. Posteriormente, em 1973, ainda sancionou-se a Lei 1249, que, entre outros, criminalizava a “ostentação pública” da homossexualidade, com pena de três meses a um ano. Além de Arenas, preso entre 1974 e 1976 por “escândalo público”, vários integrantes da Geração de Mariel também eram homossexuais e estiveram em presídios comuns ou nas UMAP's.³⁶⁸ O número 5 de *Mariel*, publicado em 1984, contou com uma seção especial intitulada *Los cubanos y el homosexualismo* para abordar o tema a partir de uma perspectiva distinta da defendida pelo governo da ilha.

Por fim, é importante ressaltar que o discurso sobre o exílio em *Final de un cuento* é marcado pela representação da sociedade capitalista estadunidense como profundamente utilitarista, marcada por relações pessoais frias, e regida pela lógica do mercado e pela busca incansável de lucro e bens materiais: “nada es difícil de obtener en un mundo controlado por cerdos castrados e idiotizados, sólo tienes que encontrarle la ranura y echarle la quarter”³⁶⁹. Tais críticas à sociedade capitalista norte-americana, além de expressarem as percepções do escritor durante o exílio, o diferenciam em relação à comunidade de cubanos exilados que se estabeleceu em Miami anteriormente a 1980 e que havia aderido ao “american way of life”.

Essa visão negativa do capitalismo norte-americano está presente em outras obras de Arenas produzidas no exílio, como em sua autobiografia *Antes que Anochezca*, na novela

³⁶⁷ RESOLUÇÕES do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura de Cuba. São Paulo: Livramento, 1980, p. 29.

³⁶⁸ Cf. MARQUES, Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, 2009, p. 199.

³⁶⁹ ARENAS, Reinaldo. *Final de un cuento*. *Mariel*, 1983, p. 5.

El Portero e nos ensaios reunidos em *Necesidad de libertad*. Nessas, o escritor descreveu a sociedade estadunidense como “sórdida e mercantilista”, “mecanizada e idiotizada”, entre outros. O olhar crítico ao capitalismo perpassa também as páginas de *Mariel* e se faz perceptível inclusive no editorial do primeiro número da publicação, que apresentava a proposta da revista e a Geração de Mariel aos leitores. Os editores afirmavam que o mercantilismo da criação literária no ocidente era uma das maiores ameaças à verdadeira obra de arte, juntamente ao burocratismo da cultura nos países comunistas: “bajo el capitalismo muchos escritores caen en la trampa, o en la tentación, de convertir su obra en una mercancía que les permita vivir holgadamente. De creadores pasan al plano de productores. [...] No existe un arte mercantil, como no hay un arte doctrinario”³⁷⁰. Vários escritores marielitos compartilhavam dessas ideias críticas ao capitalismo e as expressaram em suas produções do exílio, como Carlos Victoria e Guillermo Rosales.

Como mencionado, a crítica ao “american way of life” e ao sistema capitalista diferencia a “Geração de Mariel” em relação à comunidade de cubanos estabelecida anteriormente nos Estados Unidos, remetendo ao projeto identitário do grupo. Além disso, a rejeição enfrentada pelos marielitos no exílio e as dificuldades de adaptação muitas vezes estão imbricadas nos discursos críticos à sociedade norte-americana. É possível pensar ainda no entre-lugar do exílio: o exilado manteria um contato permanente com seu lugar de origem e viveria num estado intermediário, nem de todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberto do antigo, não se adaptando a nenhuma das duas sociedades.

Assim, percebemos que a produção literária de exílio de Arenas funciona como local para se discutir e denunciar a experiência de ter vivido sob o regime castrista, para articular e manter a memória, dialogando muitas vezes com outros intelectuais da Geração de Mariel. No caso de Arenas, o espaço de fala do exílio se constitui como fundamentalmente crítico e como um canto de liberdade.

³⁷⁰ GARCÍA RAMOS, Reinaldo. Editorial. *Mariel*, 1983, p.2.

Paul Groussac e a literatura de viagem: considerações acerca de *Del Plata al Niágara*

Daiana Pereira Neto
Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
daianapneto@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo principal realizar uma breve análise da obra *Del Plata al Niágara*, escrita pelo intelectual franco-argentino Paul Groussac, tendo como pano de fundo a questão da literatura de viagem como um importante gênero literário na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de viagem; Paul Groussac; *Del Plata al Niágara*.

Introdução:

A literatura de viagem, desde os descobrimentos, vem se mostrando um importante gênero literário na América Latina. Consequentemente, este também é um gênero importante entre os historiadores, uma vez que constituem valiosas fontes para se compreender um autor, uma época, uma ideia.

Neste trabalho analisarei brevemente a obra de Paul Groussac, um intelectual de destaque na Argentina em finais do século XIX. Me deterei principalmente em um de seus livros de viagem, *Del Plata al Niágara*, fruto de uma viagem aos Estados Unidos, em 1893. O livro foi publicado em 1897, ganhando especial destaque no contexto de guerra entre Estados Unidos e Espanha, quando do conflito pela independência de Cuba, Filipinas e Costa Rica.³⁷¹

Groussac, autor franco-argentino, é pouco conhecido entre nós brasileiros, sua obra embora volumosa e respeitável, sobretudo pela erudição do autor, permanece pouco trabalhada. Todavia, na Argentina alguns pesquisadores começam a se ocupar desse grande intelectual.³⁷² Minha atenção neste trabalho se deterá, em uma pequena parte de sua produção provinda de experiências de viagens, tendo em vista a análise das percepções do

³⁷¹ Para mais informações sobre o conflito ver: ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario. *1898 ¿Desastre o Reconciliación?*. Instituto Panamericano de Geografía e Historia: México DF, 2000.

³⁷² BRUNO, Paula. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/UdeSA, 2005.

autor sobre os Estados Unidos e alguns dos países latino-americanos, pelos quais esteve de passagem, durante o traslado para terras norte-americanas.

O autor

Paul Groussac nasceu em Toulouse, França, em 15 de fevereiro de 1848. Findados os estudos, aos 17 anos embarcou em uma viagem que deveria levá-lo ao redor do mundo. Todavia, ficou sem recursos já em Paris, tendo de escolher entre voltar para a casa, ou mudar de estratégia. Foi nesse momento que adquiriu a passagem de navio com destino a Buenos Aires.³⁷³

Desembarcou em solo argentino em fevereiro de 1866, aos 18 anos. Seu primeiro trabalho foi como cuidador de gado. Somente em 1867, atendendo ao pedido do pai, deslocou-se para a cidade, tendo por finalidade aprender adequadamente o castelhano e também sobre a região do Rio da Prata. No mesmo ano, conseguiu o cargo de professor no Colégio Modelo Del Sur, ao qual renunciou rapidamente por não se adaptar ao trabalho letivo exigido pela instituição. Até 1870 pouco se sabe de sua trajetória, além do fato de trabalhar como professor particular.

No entanto, sabe-se que frequentou espaços intelectuais, assistindo palestras de várias personalidades importantes no cenário argentino do período. Em 1871 publicou seu primeiro artigo de destaque, que chegou às mãos do secretário de instrução pública Domingo F. Sarmiento e de Nicolás Avellaneda. Este último ficou muito impressionado com o texto e ofereceu-lhe duas cátedras do Colégio Nacional. Mais tarde, foi nomeado inspetor nacional de educação, cargo que lhe permitiu viajar por várias províncias da Argentina.³⁷⁴

Em 1885 ocupou o cargo que lhe pertenceu até sua morte, em 1929: o de diretor da Biblioteca Nacional. Ocupar tal cargo deu a Groussac um maior destaque dentre os círculos intelectuais argentinos, além de poder dedicar-se exclusivamente as suas atividades intelectuais. Groussac tinha acesso as novidades provindas do exterior antes de seus pares, ou poderia enviar copistas para as obras que lhe interessavam para suas pesquisas. Atividades de destaque do autor, além da modernização, aquisição de obras e catalogação

³⁷³ BRUNO. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*, 2005.

³⁷⁴ _____. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*, 2005.

do acervo, foi a publicação de dois periódicos *La Biblioteca* e *Annales de la Biblioteca*. Tais publicações foram palcos para várias de suas polêmicas.

Viajar foi uma atividade constante na vida do autor, expedições que relata principalmente em *Del Plata al Niágara* e em *El Viaje Intelectual*. Seus destinos foram variados, dentre eles Argentina, Chile, países da América Central, Estados Unidos e Europa, expressando suas opiniões (nem sempre elogiosas) sobre os lugares e as pessoas, o que lhe garantiu o reconhecimento de “mestre na arte de injuriar”, assinalado por Jorge Luis Borges.³⁷⁵

Viajando “del Plata al Niágara”

Publicado em 1897 *Del Plata al Niágara*, ganhou muita notoriedade no contexto da Guerra Hispano-americana. A conjuntura do período nos permite visualizar melhor fatores que contribuíram para tal reconhecimento. Em 1898 eclodiu o conflito entre Espanha e Estados Unidos. A crescente intervenção norte-americana no continente fez com que surgisse na América Latina, um sentimento pró-Espanha e uma maior negação aos valores provindos do norte.³⁷⁶ Houve então, uma grande crítica, sobretudo por parte dos intelectuais, a massificação cultural e ao intervencionismo norte-americano no continente.³⁷⁷ Embora, tenham sido as referências aos Estados Unidos as responsáveis pela notoriedade do livro no final do século XIX, há outras questões e temáticas presentes em suas páginas.

Já no início do texto o autor afirma: “En estas páginas, por consiguiente, no encontrará el lector la naturaleza y las gentes americanas, sino tal cual se han revelado al observador, al través de su idiosincracia y su humor variable. Cualquier otro observador, igualmente sincero, haría un cuadro muy distinto”.³⁷⁸ Ou seja, as percepções presentes no livro são exclusivamente dele, percepções que por vezes podem mostrar-se contraditórias no decorrer das páginas. Outro alerta é a questão de muitas de suas percepções serem

³⁷⁵ BORGES, Jorge Luis. Obras completas. Buenos Aires: Emece Argentina, 2007.

³⁷⁶ A bibliografia sofre isso é considerável.

³⁷⁷ NETO, Daiana Pereira. (2013). *De Paul Groussac a Richard Morse: Apropriações e releituras de A Tempestade de Shakespeare*. Dissertação de mestrado (129 p.). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

³⁷⁸ GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p. 16.

opostas a autores clássicos, ao tomar essa posição, embora sem referências precisas, o autor pode estar se referindo a um de seus predecessores viajantes argentinos aos EUA, Domingo F. Sarmiento, já que apresenta uma visão bem dissonante deste. Outra questão importante é que ao escrever suas linhas ele não tem em mente sua terra natal, mas sua pátria adotiva, e é a Argentina o alvo de suas palavras, afirmando que se estivesse escrevendo para leitores europeus seus métodos³⁷⁹ seriam outros.³⁸⁰

A primeira parte da obra se dedica a sua primeira parada, o Chile. País que, assim como a Argentina, teria no clima um fator de favorecimento ao desenvolvimento intelectual, segundo Groussac. Durante sua breve estadia, o autor fez algumas considerações de destaque: primeiramente, ao falar do espaço chileno e da condição humana perante esta vastidão, compreende que os países devem organizar-se nacionalmente, o que explica,

Ahora bien, en el sentido americano, lo que significa la expresión organizarse nacionalmente, es, ocupar realmente el suelo bajo el triple aspecto demográfico, político y económico : abreviando las distancias despobladas y reduciendo los desiertos baldíos, multiplicando, por fin, las agrupaciones urbanas, ganglios sociológicos depositarios de la riqueza y transmisores de la civilización.³⁸¹

Assim, não haveria tanta diferença à noção de civilização oferecida por Sarmiento quase cinquenta anos antes, em *Facundo*³⁸², ou seja, a necessidade de ocupação do território, na qual a cidade se torna um meio de transmissão da civilização. Em segundo lugar, outro fator que o conecta a Sarmiento é a questão da imigração europeia:

Durante el solo año de 1884, por ejemplo, la Argentina se anexaba por la pacífica inmigración un número de agricultores europeos mayor que el de los peruanos y bolivianos amarrados á Chile por los resultados de la guerra. Admitiendo que ambos grupos anexos se hayan reproducido en proporción igual : ved ahí, por una parte, un contingente de chileno-peruanos, y por otra, un grupo igual de argentino-europeos, agregados al núcleo nacional respectivo : la consecuencia no ha de ser idéntica.³⁸³

³⁷⁹ O autor não detalha quais seriam essas modificações.

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 41.

³⁸² SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

³⁸³ GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 43.

Assim, a imigração europeia faria com que o país que a recebesse prosperasse, no caso mencionado por Groussac, a Argentina. Sendo assim, o franco-argentino convidava os jovens intelectuais argentinos, a realizarem um estudo comparativo entre Chile e Argentina, compreendendo este estudo como algo de considerável importância para se compreender o desenvolvimento de ambos os países. Em outros momentos do texto Groussac mostra-se preocupado com os avanços da próxima geração de intelectuais argentinos, sendo assim, em diferentes passagens existem motivações para esses jovens escritores.

Ainda no Chile, Groussac apresenta críticas à cidade de Valparaíso: “El ‘paraíso’ de Chile está en otra parte : en el rico valle de Aconcagua, ó, hacia el sud, en las encantadoras florestas de Coacepción y Arauco.” Não escapa ao autor comparações com a Europa, sua terra natal, como no momento que compara a inferioridade das paisagens americanas às europeias:

En general, la inferioridad de los paisajes americanos, comparados con los europeos, proviene de estar desnudos de esas huellas humanas, que orientan y llaman hacia lo pasado nuestra imaginación. Aquí la historia es de ayer, pero tan patética, que no requiere perspectiva para ostentar grandeza.³⁸⁴

Essas declarações induzem o pensamento de que ainda era necessária a ocupação dos territórios e a consequente fundação de cidades. Ideia que se complementa com sua passagem por Lima, a cidade nobre, que em suas palavras, é caso único na América:

Las capitales seculares que alcanzan originalidad son las que condensan los rasgos dispersos de su pueblo. Entonces, esos montones de piedras y ladrillos se impregnan de humanidad, hasta el grado de ser casi personas : y lo son para mí, simbólica á par que sociológicamente. París, en verdad, es un artista; Berlín, un soldado; Liverpool, un marino; Genova, un mercader. Y esto, sin calcular ó pesar al pronto la importancia positiva del íntimo carácter : Genova, por ejemplo, tiene menos comercio que París. — Lima es la ciudadmujer. (Oh ! por favor : reprimid esa sonrisa intempestiva!) — Es una mujer, en su porte exterior, en sus primores y achaques arquitectónicos, en su índole toda política y social, en su alma, por fin, ó sea en su historia entera, femenina y felina, infantil y cruel.³⁸⁵

³⁸⁴ GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 74.

³⁸⁵ _____. *Del Plata al Niágara*. p. 81.

Porém, não só com elogios ele descreve Lima. Assim como grande parte da América, a cidade “mulher” sofria com a decadência, resultante da entrada de diversas raças julgadas por ele inferiores, como o caso da incursão chinesa. Como sabemos, as publicações dos trabalhos científicos de Spencer e Darwin influenciaram, em grande medida as percepções destes autores de fim do século XIX. Para Groussac, aqueles costumes e pessoas eram exageradamente exóticos e destruidores de costumes. Em uma de suas passagens, ao afirmar que as mulheres naturais da terra não se importavam e se casavam com os asiáticos, sua estupefação é a de que os filhos decorrentes dessas uniões se mostravam mais inteligentes que as crianças “puras”, fruto da união de naturais do país.

No decorrer do texto, a mulher não é uma personagem de destaque, poucas despertaram a atenção do autor, como o caso de duas irmãs que durante a passagem do México para os EUA oferecem-no aulas de inglês e mostram-se boas companheiras de viagem, embora “não fossem belas”. No Peru, especialmente, um fator que o incomoda é a superioridade da mulher em relação a seus companheiros. A percepção clara de que as mulheres governam a casa e a maioria dos costumes, implicava na percepção do autor, na diminuição da virilidade do homem e, conseqüentemente do seu papel perante a sociedade. Ou seja, esses textos de viagem permitem-nos, entre outras coisas, questionar o papel das mulheres nas localidades visitadas, levando ao questionamento do porquê da ausência de grandes discussões ao que se refere ao papel feminino na sociedade.³⁸⁶

No Panamá, outra temática se intensifica em seu discurso: a política e a conseqüente influência norte-americana na região. Não que o autor não tenha feito análises políticas dos destinos anteriores, mas aqui eles se tornam mais incisivos. Groussac julga a participação francesa na construção do Canal do Panamá perdida³⁸⁷, uma vez que tudo que se lê ou se ouve está em inglês. Em conversa com engenheiros que afirmam que a obra se concretizará, ele duvida:

En cuatro ó cinco horas, he recorrido la parte del canal definitivamente cavada; agregad un trecho doble ó triple por la vertiente atlántica, y tendréis concluida una tercera parte del trayecto en longitud, entrando en

³⁸⁶ Após deixar o Peru, o autor afirma estar mesmo começando sua viagem, uma vez que deixa as casas amigas e seus contatos. Tanto no Chile, quanto no Peru, Groussac se hospedou entre amigos, em sua grande parte homens representantes da Argentina.

³⁸⁷ O Canal do Panamá começou a ser construído, em 1881, por empreiteiros franceses, porém o empreendimento foi abandonado por problemas de engenharia e grande número de mortes, entre os trabalhadores.

la cuenta las bocas naturales utilizadas; pero en absoluto y como proporción de la obra por realizar, apenas una fracción centesimal. Todo lo difícil y problemático queda en pie, sin haberse decentado más que de trecho en trecho y por vía de ensayo. El ingeniero en jefe que me acompaña no cree, naturalmente, que la partida esté perdida. Está en su papel profesional.³⁸⁸

No México, a questão política reacende ao criticar a ditadura de Porfírio Díaz. Para Groussac, naquela terra reinava o silêncio dos sepulcros, não havia uma oposição viva ao regime, como demonstra na seguinte passagem: “El gobierno de Porfirio Díaz es azteca como el de Rosas fuera americano y criollo”.³⁸⁹ Porém, a diferença é que durante o período rosista a oposição manteve-se viva, mesmo que fora da Argentina, como foi o caso da chamada geração de 1837, no Chile. Para o autor haveria no México um momento no qual ocorreria uma ruptura do regime de forma brusca e violenta, o que de fato aconteceu na Revolução de 1910. Evitando incorrer em anacronismo, tal referência representou naquele momento a percepção do estrangeiro frente ao pesado clima político que se estabelecia no México, fato que o fez conjecturar naquele instante sobre a possibilidade de um conflito futuro, o que de fato ocorreu vinte anos depois. Cabe também salientar a grande preocupação comparativa que o acompanha a todo momento ao escrever tendo em mente a Argentina, é a ela que recorre para tornar suas observações mais inteligíveis ao leitor.

Suas percepções sobre os Estados Unidos, são as mais famosas dentre seus estudiosos, especialmente por conta do impacto que produziram em 1898. Lá ele viajou por diversas cidades, dedicando especial atenção a Chicago (destino principal, devido a feira de 1893, na qual representou a Argentina), Whashington, Nova York, Salt Lake City e as Cataratas do Niágara.

Em geral, Groussac não se adaptou àquele ambiente, fornecendo suas opiniões sobre vários aspectos como: a economia, a política, a educação, a arquitetura e os costumes. Um exemplo dessas passagens, que reflete até mesmo uma comicidade diante de sua aflição, é o seguinte:

No por eso pretendo que sea todo malo en la reserva europea, ni todo bueno en la ‘francachela’ americana. Cuando, por ejemplo, el sirviente negro bebe en nuestros vasos, se zabelle en nuestro lavabo y concluye su horripilante *toilette* á nuestra vista y paciencia, siento en mi epidermis el

³⁸⁸ GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*. p. 43.

³⁸⁹ _____. *Del Plata al Niágara*. p. 183.

roce brutal de tanta democracia. [...] Al lado mío, en el fumadero, se sienta el coronel L.; enfrente, el señor W., senador de California; por fin, Mr. Ch., un millonario, superintendente de las dos grandes compañías mineras del Utah, y chiquear infatigable. Sin abandonar su cigarro, el coronel se saca los botines, estira sus medias grises y alarga delicadamente sus extremidades en el asiento opuesto, entre el millonario y el senador, quienes siguen mascando, fumando y conversando con serenidad.³⁹⁰

Nesse sentido, Paula Bruno afirma que grande parte dessa aversão devia-se principalmente ao fato de não localizar dentre os grupos intelectuais pelos quais circulou uma aristocracia, pessoas capazes de reger os hábitos de uma sociedade refinada, indivíduos que pudessem transmitir os valores necessários ao desenvolvimento de uma verdadeira intelectualidade.³⁹¹ Concebendo que, na verdade, essa democracia tão falada e defendida gerava uma ditadura da maioria, a qual o autor encarava com obstinada resistência. Sendo assim, quando essa democracia alcançava a esfera da educação pública, mesmo que ensinasse as pessoas a ler e a escrever, não favorecia o surgimento de gênios, uma vez que massificava as pessoas e os condenava a mediocridade.

Um ponto que ilustra bem essa aversão pode ser lido quando visitou a Universidade de Harvard, onde assistiu às aulas durante uma semana. Sobre essa experiência escreveu:

Faltando la fuerte disciplina secundaria, la enseñanza superior se desploma en el vacío: no pasa de conferencias y programas extraordinariamente variados, que los estudiantes «curiosean» entre una función teatral y una larga sesión en el gimnasio.— «No hay (escribía J. de Maistre) métodos fáciles para aprender cosas difíciles» ...

Aun en el apogeo déla «Academia» bostoniense, la característica del pensamiento americano ha sido siempre la ausencia de originalidad.³⁹²

Entretanto, reconheceu em Benjamin Franklin um filósofo original e afirmou que da sua filosofia fluiu toda a civilização norte-americana, sendo esta filosofia resumida pela seguinte sentença: “O homem é um animal que produz ferramentas”. E é somente a criação de bens utilitários que a humanidade lhes deve, nada mais, a grandeza que assombra o visitante é apenas a material, as construções gigantescas, as cidades desenvolvidas. Para

³⁹⁰ GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 251.

³⁹¹ BRUNO, Paula. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/UdeSA, 2005.

³⁹² GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 419.

Groussac, a influência norte-americana acabou por vulgarizar as esferas sociais sob sua ingerência.

Considerações finais

Muitos dos tópicos abordados por Groussac, os quais tentei abarcar brevemente por temáticas, são recorrentes no final do século XIX. Inclusive a preocupação em relação a maior presença norte-americana no continente a partir da década de 1880, a política, a economia, as artes. Mesmo que sua maior preocupação tenha sido transmitir suas próprias percepções, como homem de seu tempo deixou transparecer em seus escritos: ideias, influências e questões típicas da conjuntura na qual as produziu.

Del Plata al Niágara, tornou-se uma fonte valiosa para se compreender o período no qual foi produzido, discutindo política, economia, educação e arte. Mais que pensar os Estados Unidos, podemos pensar as condições da América Latina, a partir do olhar peculiar de um estrangeiro, um francês, que adotou a Argentina como pátria e ao mesmo tempo não abriu mão da aura e facilidades que sua condição de europeu lhe oferecia. Por isso é tão difícil categorizar o autor.

A obra de Groussac permite-nos ainda traçar comparações com seus predecessores argentinos, aqui destaco Domingo Faustino Sarmiento, que nas palavras de Paula Bruno, em “El libro *Viajes*, [...] inauguró en la cultura argentina una tradición en la narración de travesías”.³⁹³ Ao contrário deste, o franco-argentino não encontrou modelos a serem seguidos pela Argentina, muito menos no que se refere aos Estados Unidos, que na percepção do autor não consistia em modelo nenhum para o avanço latino-americano, muito pelo contrário, representava uma ameaça. Ao mesmo tempo, ao criticar tantos aspectos dos países latinos pelos quais passou, sobretudo, os sul-americanos, muitas de suas percepções se assemelham as do argentino, que cinquenta anos antes descrevia aquelas paragens.

Por fim, gostaria de salientar que essas breves páginas não esgotam e nem mesmo tiveram a pretensão de abarcar toda a grandeza de *Del Plata al Niágara*, mas de apontar

³⁹³ BRUNO, Paula. Estados Unidos como caleidoscopio. Ensayo sobre las observaciones de viajeros diplomáticos argentinos del fin de siglo. In: *Revista Complutense de Historia de América*. 2013, vol. 39, p. 23-38.

questões levantadas pelo autor, podendo de alguma forma contribuir para um diálogo e um enriquecimento acerca da literatura de viagem produzida na América Latina no século XIX.

Batalhas de representações nos periódicos chilenos *La Nación* e *El Mercurio*: desinstitucionalização e legitimidade democrática no governo da Unidade Popular

Emmanuel dos Santos

Graduando em História pela UFMG

scoopbh@gmail.com

RESUMO: Neste trabalho, analisaremos de forma comparativa as representações e as discussões levadas a cabo em dois dos principais veículos da grande imprensa chilena durante os últimos meses do governo presidido por Salvador Allende. Nesse período, a Unidade Popular (1970-1973) – caracterizada por seu projeto de via pacífica, institucionalizada e democrática ao socialismo – enfrentava uma conjuntura de forte crise e polarização social. Para tal análise, as questões relacionadas à legitimidade democrática, à desinstitucionalização da experiência chilena e à ruptura do consenso democrático constituem o eixo central do estudo; tendo como foco o alegado apoliticismo das Forças Armadas e a disputa de significados em torno dos espaços não institucionalizados de sociabilidade política, como os cordões industriais. Utilizamos como fontes os periódicos *La Nación*, órgão estatal que expressava a pluralidade de opiniões da Unidade Popular, assim como suas tensões políticas internas; e o jornal *El Mercurio*, abertamente opositor e que teve nítida influência na articulação e criação de um ambiente político propício ao golpe pinochetista.

PALAVRAS-CHAVE: Chile; Allende; Pinochet; *La Nación*; *El Mercurio*

Introdução

Os três primeiros anos da década de 1970, no Chile, foram marcados pelo intenso debate político que mobilizou e polarizou a sociedade em torno da *tentativa* de realizar a perspectiva anunciada pela Unidade Popular (UP) de institucionalizar “a via chilena ao socialismo”. Projeto que pretendia revolucionar as estruturas político-sociais dentro dos marcos de respeito à institucionalidade democrática, buscando compatibilizar socialismo e democracia por meio de um sistema pluripartidário com plena liberdade de imprensa. *Tentativa* que ficou conhecida como a *experiência chilena*³⁹⁴. Nesse conflituoso processo, a

³⁹⁴ AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo. A experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.

grande imprensa desempenhou significativo papel, ao se tornar *locus* privilegiado das disputas políticas.

Nas eleições parlamentares de 4 de março de 1973, a oposição esperava sair vitoriosa ao conquistar dois terços dos votos, quantia necessária para conseguir a destituição de Allende no parlamento. A UP, no entanto, aumentou sua votação em relação à eleição anterior, conseguindo 43,39% dos votos, suficientes para manter Allende como Chefe do Executivo, mas longe de conquistar a maioria na Câmara, mantendo, assim, os impasses da construção da “via democrática ao socialismo”. Essa eleição foi momento chave na experiência chilena. Após ver inviabilizada suas pretensões de derrotar o governo pela via institucional, a estratégia do golpe militar tornou-se a opção privilegiada de amplos setores da direita.

Neste trabalho, analisaremos como o diário *El Mercurio* contribuiu para o desenvolvimento desse ambiente político e ideológico propício ao golpe pinochetista; ao utilizar, sobretudo, representações que associavam o governo da UP a aspectos relacionados ao processo de desinstitucionalização da experiência chilena e o questionamento da legitimidade democrática do governo. Por sua vez, analisaremos como *La Nación* expressava em suas páginas ambiguidades e contradições que indicavam as insuficiências teóricas e estratégicas da UP, contribuindo para que os projetos de “via democrática” e “via revolucionária” se confundissem, recorrentemente, nas páginas do jornal, influenciando, assim, os debates e representações da institucionalização do projeto socialista e de sua compatibilização com o regime democrático.

Os jornais *El Mercurio* e *La Nación*

Fundado em 1827, em Valparaíso, o jornal *El Mercurio* passou a ser publicado em Santiago a partir de 1º de junho de 1900. Era parte do grupo empresarial de Agustín Edwards, controlador de um conglomerado que atuava em 61 empresas dos mais variados ramos, como na área financeira, no setor produtivo e de comércio, correspondendo a 20,8% do capital social do país no final dos anos 60. *El Mercurio* era o periódico com maior influência política no país, sua circulação chegava a 100 mil exemplares durante o governo

da Unidade Popular³⁹⁵. Tinha uma linha editorial liberal e conservadora, profundamente anticomunista. Ademais, expressava constantemente uma linha editorial de clara oposição ao governo Allende e consagrava não poucos esforços à defesa de ideias nacionalistas.

Em 19 de setembro de 2000 foi desclassificado e tornado público pelo governo dos EUA o documento *Covert Action In Chile, 1963-1973*, parte integrante do relatório *Church*, elaborado em 1975 pela Comissão de Inquérito do Senado norte-americano, que investigou as ilegalidades e ações realizadas pela CIA e outras agências governamentais ao atuarem na política interna de outros países. Entre outros mecanismos da CIA levados a cabo para articular a desestabilização do governo de Allende e contribuir para a preparação de uma alternativa golpista, o documento aponta o financiamento de setores da imprensa oposicionista; sobretudo *El Mercurio*, cujo proprietário, Agustín Edwards, desde antes da chegada da UP ao poder, já mantinha relações diretas com a presidência dos EUA. Edwards participou de várias reuniões na Casa Branca com altos funcionários do governo, sob a ordem direta do presidente Richard Nixon, que considerava *El Mercurio* peça-chave na política de oposição a Allende³⁹⁶. Segundo o relatório da Comissão *Church*, *El Mercurio* recebeu grande quantia de recursos financeiros da CIA:

[...] A CIA gastou \$1,5 milhão em apoio ao *El Mercurio*, o maior jornal do país e o mais importante canal de propaganda anti-Allende. De acordo com os documentos da CIA, esses recursos desempenharam um significativo papel na preparação do terreno para o golpe militar de 11 de setembro de 1973.³⁹⁷

O documento revela ainda que o financiamento de *El Mercurio* tinha como objetivo específico contribuir para que Allende fosse impedido de tomar posse em 1970 e, depois, de auxiliar no enfrentamento contínuo ao governo. Para isso, remuneravam repórteres e editores para que produzissem diariamente material crítico a UP.

Como demonstraremos, a partir de março de 1973, *El Mercurio* intensificou em suas representações o clima de terror e caos social vivenciado na sociedade chilena. O diário enfatizava, além da grave crise econômica, a onda de atentados terroristas, a incapacidade do governo de controlar os setores mais radicais da esquerda, a infiltração comunista nas

³⁹⁵ MONCKEBERG, Maria Olivia. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*. Santiago: Random House Mondadori, 2011.

³⁹⁶ MONCKEBERG. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*.

³⁹⁷ *Covert Action In Chile, 1963-1973*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1975. Disponível em: <<http://www.intelligence.senate.gov/pdfs94th/94chile.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2015. T.N.

Forças Armadas, o fortalecimento do poder popular em alternativa ao Estado constitucional. Ademais, começam a surgir editoriais e matérias, do próprio jornal ou veiculadas como comunicados de partidos da direita, sugerindo ora implicitamente, ora abertamente a necessidade de uma saída militar para a resolução da crise chilena.

O jornal *La Nación*, por sua vez, foi fundado em 1917 e estatizado pelo General Ibáñez durante a ditadura de 1927. Nos anos de governo da UP, apresentava uma circulação diária de aproximadamente 21 mil exemplares, e seu diretor, nomeado pessoalmente pelo Presidente Allende, era Oscar Weiss.³⁹⁸ Intelectual, que, após o golpe, foi preso e posteriormente obrigado a se exilar na Alemanha Oriental. Em seus editoriais, o jornal, como esperado, alinhava-se às posições políticas da UP. Após observar suas páginas, entretanto, impõe-se a hipótese que *La Nación*, muito além de servir como mero porta-voz do governo, constituiu-se como importante espaço de sociabilidade político-intelectual no qual várias setores da coalização governamental debateram - inclusive com críticas às posições de Allende - aspectos teóricos, táticos e estratégicos da condução política do governo. Expressando, assim, as tensões e disputas políticas internas da UP.

La Nación pode ser considerado, portanto, importante espaço socializador e massificador dos debates que ocorriam entre partidos e intelectuais do campo socialista, ao permitir que seus leitores tivessem acesso a pluralidade de posições políticas da UP. Inicialmente, identificamos, em suas colunas e editoriais assinados, intelectuais, jornalistas e dirigentes partidários vinculados aos partidos Socialista e Comunista, à *Izquierda Cristiana* e ao *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU).

Da crise ao golpe, drama e derrota da *experiência chilena*

Um dos aspectos centrais da estratégia narrativa do *El Mercurio* neste período foi a construção da ideia de que o projeto da UP era a expressão de uma ditadura comunista totalitária - ou de uma “ditadura total”-, o termo mais usado em suas páginas. Para isso, utilizava-se de vários recursos, sobretudo, o de associar o governo da UP aos regimes

³⁹⁸ WEITZEL, Ruby. Cuando La Nación dejó de existir. In: *200 años de la prensa en Chile*. Santiago: Editorial USACH, 2011.

comunistas existentes, principalmente a URSS e a Cuba. Ao mesmo tempo em que dedicava extensas matérias para discutir o caráter totalitário desses regimes.

Particularmente interessante é a forma como *El Mercurio* lidava com a aparente contradição entre o projeto da UP, compreendido como totalitário, e o discurso cotidiano de respeito à legalidade democrática por parte de Allende. Para o jornal, Allende, apesar de pretensamente respeitar a institucionalidade, era refém do projeto totalizante da UP, não sendo capaz de controlar e de se sobrepor aos comunistas totalitários. As disputas em torno da greve dos mineiros de *El Teniente* – amplamente apoiada pelo jornal – ilustravam essa questão. Após receber uma comissão dos grevistas, Allende foi duramente criticado pelo PC e pelo PS, que diziam que era uma greve sediciosa. Em editorial, *El Mercurio* comentou a contenda e declarou:

Si bién la intervención presidencial no agregó nada positivo para dar solución a una huelga que irroga más de cincuenta millones de dólares de pérdida al país [...] ha tenido la virtud de poner a la vista de todos os chilenos uno de los peligros del régimen marxista que se había olvidado: la dictadura colectiva por sobre las apariencias de una autoridad nominal. [...] Como marxista de línea, el señor Allende no debe ignorar que en un régimen como el que propicia para Chile no se concibe a un Presidente con “prerrogativas”, sino a un gobernante que se someta a las decisiones de un Ejecutivo colegiado.³⁹⁹

A partir da crise de outubro de 1972, um acontecimento importante para a criação do clima de terror psicológico propício à preparação do terreno para o golpe foi a onda de atentados terroristas que, em centenas de ações, mandou pelos ares pontes, linhas férreas, trens, residências; gerando um clima de medo e insegurança. Moniz Bandeira demonstrou como tais ataques foram levados a cabo pelos extremistas de direita reunidos em torno do movimento Pátria e Liberdade, sob instrução e supervisão direta de militares chilenos.⁴⁰⁰ *El Mercurio* desempenhou importante papel ao noticiar com destaque e relevo diariamente essas ações. Ao selecionar e destacar notícias sobre os atentados terroristas efetuados por Pátria e Liberdade, *El Mercurio* frequentemente as estampava ao lado de matérias relacionadas ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Dessa forma, a publicação não só atuava como fomentador do clima de medo e terror que em si geravam esses ataques, mas também conseguia que fossem associados ao extremismo da esquerda.

³⁹⁹ Gobierno marxista al descubierto. *El Mercurio*, Santiago, 18 de jun.1973. Primeiro caderno, Editorial, p. 3.

⁴⁰⁰ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formula para o caos. A derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Por outro lado, *La Nación* procurava construir e desenvolver a imagem que uma ameaça fascista pairava sobre o Chile. Dando destaque em suas páginas aos atentados terroristas e reproduzindo constantes matérias sobre Pátria e Liberdade, atribuindo a esse movimento um protagonismo na organização dos atos que geravam um clima de insegurança e medo no Chile.

A nítida influência política da imprensa no desenvolvimento dos conflitos e na crise final do governo Allende, ilustra com propriedade o que observa Marialva Barbosa sobre a relação dialética entre a representação da realidade feita pelos meios de comunicação e a própria influência desses veículos no desenrolar dos acontecimentos:

Os meios de comunicação, ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser notícia ou não, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, na verdade, estão procedendo à criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, eles são criadores desses acontecimentos.⁴⁰¹

Desde a década de 1930, o Chile viveu ininterruptamente uma sucessão democrática de governos de distintos matizes políticos. Tal dinâmica histórica era um dos aspectos que fundamentavam as análises políticas e teóricas da UP em sua afirmação da viabilidade da via democrática ao socialismo no Chile. No governo, confiava-se que as Forças Armadas iriam, ao longo do processo, garantir a ordem legal e respeitar as decisões institucionais. A longa tradição democrática chilena desempenhou importante papel de fortalecer as convicções políticas em torno de uma excepcionalidade profissional de suas Forças Armadas.

Em junho de 1973, as articulações golpistas desenvolviam-se nas Forças Armadas, quando um setor de militares e membros do movimento Pátria e Liberdade realizaram uma tentativa frustrada de golpe em 29 de junho, intentona que ficou conhecida como *tanquetazo*. No dia seguinte à tentativa do golpe, *El Mercurio* publicou o editorial *Dos naciones en un solo país*, no qual é possível observar a estratégia da evocação da tradição constitucionalista do Chile:

La fuerza de nuestra democracia radicaba, precisamente, en la estructura real de nuestra institucionalidad y en la tradición, nunca antes atropellada, de respetarla, aun cuando algunos pensaran que era bueno alterar su diseño. Este sentido institucional del chileno nos es una mera casualidad. Es la herencia del Consejo de Indias, de la administración

⁴⁰¹ BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. In: INTERCOM - *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, vol. XVIII, N. 2, julho/dezembro de 1995.

ordenada de un país, cuya población, étnicamente, es uniforme y que se dio a sí misma una estructura Republicana [...] ⁴⁰².

Ao mesmo tempo, *El Mercurio* responsabilizava o governo pelo surgimento das ameaças que colocavam em risco a ordem institucional, por meio da criação de órgãos de poder paralelo, que poderiam levar à ditadura totalizante comunista:

La porfía, tozudez y negativa total de la U.P., de reconocer, o tan siquiera escuchar las voces de las mayorías nacionales, los han ido impulsando a crear toda suerte de organizaciones extralegales e de hecho, paralelas a que constituyen la estructura institucional chilena. [...] Su objetivo es claro: cuando las fuerzas democráticas mayoritarias nos les permiten imponer su criterio minoritario, recurren a inmovilizar la acción de estas mayorías, creando estructuras paralelas incondicionales a sus intenciones. Así avanzan hacia su meta: alcanzar el PODER TOTAL. ⁴⁰³

Esse enquadramento da situação chilena mostra como *El Mercurio*, desde então, recorria à construção de representações que procuravam resgatar e reforçar as tradições democráticas chilenas e contrapô-las ao perigo da desagregação total simbolizada pelo governo e pelos partidos da UP. Nessa perspectiva, segundo o periódico, o governo inevitavelmente levaria o Chile, em sua tentativa de instaurar uma ditadura comunista, ao caos e à guerra civil.

As *olas de tomas*, processo no qual os trabalhadores ocupavam e passavam a controlar as fábricas que não haviam sido incluídas na Área de Propriedade Social, foi outro aspecto de ruptura institucional bastante explorado por *El Mercurio*. Após o *tanquetazo*, os setores populares ligados ao MIR e às alas mais radicais do PS ocuparam várias empresas da capital, integrando-as aos Cordões Industriais. Enquanto a imprensa ligada ao governo estampava nas primeiras páginas matérias sobre o golpe e exigiam a identificação dos responsáveis, *El Mercurio*, por sua vez, dava amplo destaque a onda de ocupações realizadas como resposta imediata à tentativa golpista. Seguiram-se dezenas de reportagens sobre o perigo do poder popular e da desagregação nacional promovida pela UP.

Um dos grandes debates no campo governista era sobre como desenvolver espaços democráticos de participação popular, ampliando as formas em que trabalhadores e setores populares pudessem participar institucionalmente do governo da UP. Nesse sentido, enquanto *El Mercurio* projetava na UP um radicalismo que via nos cordões industriais e nas

⁴⁰² Dos naciones en un solo país. *El Mercurio*, Santiago, 30 de jun. 1973. Primeiro caderno, Editorial, p. 3.

⁴⁰³ Dos naciones en un solo país, p. 3.

fábricas estatizadas uma expressão de uma ditadura comunista, *La Nación* apontava nesses espaços de sociabilidade política uma possível ampliação dos espaços de sociabilidade política institucional. Em muitas reportagens, os cordões industriais eram representados por *La Nación* como importantes polos organizativos da resistência a um eventual golpe e base de apoio à Allende.

Era recorrente a utilização, pelo próprio governo, dessa imagem de neutralidade das Forças Armadas em suas declarações públicas. Assim mesmo, após a tentativa de golpe de 29 de junho, *La Nación* expressava o papel das Forças Armadas como aspecto central na manutenção da ordem democrática. Em sua manchete de capa, de 5 de julho, afirmava em caixa-alta: “FF. AA. EXPRESSAN INVARIABLE RESPALDO AL REGIMEN LEGAL”⁴⁰⁴.

Pouco menos de um mês antes do golpe, buscando legitimar o novo gabinete civil-militar, o jornal continuamente publicava declarações em defesa das Forças Armadas, e desenvolvia a imagem que os interesses dos setores populares e dos militares combinavam-se na defesa da democracia. Em 17 de agosto, *La Nación* publicou em meia página anúncio da UP que sintetiza a crença que a tradição democrática chilena salvaria o país de um “golpe fascista”. No cartaz, memória enquadrada e ideologia se articulam para expressar a ideia quase mítica da excepcionalidade profissional dos militares chilenos. Acima de uma foto em que Allende mira os olhos do constitucionalista General Prats, observados pelo futuro golpista Pinochet, havia os dizeres: “y aunque desesperen los fascistas... Nos seguiremos apoyando en nuestra tradición democrática!”⁴⁰⁵.

Com o agravamento das tensões, a renúncia do General Carlos Prats em 24 de agosto, cujo sucessor no comando das Forças Armadas era Augusto Pinochet, abriu outro momento crucial na crise da *experiencia chilena*. Durante o *tanquetazo*, Prats havia enfrentado de peito aberto os golpistas nas ruas de Santiago. Tanto para o imaginário popular quanto para a cúpula do governo, Prats era o símbolo da legalidade democrática e do profissionalismo das Forças Armadas. Sua saída indicava que as articulações golpistas conseguiam remover o último obstáculo ao golpe. Em editoriais e reportagens, *El Mercurio* reforçava a ideia das Forças Armadas como guardião do Estado de Direito, para isso

⁴⁰⁴ *La Nación*, Santiago, 05 de jul. 1973, Primeiro caderno, p. 1.

⁴⁰⁵ *La Nación*, Santiago, 17 de ago. 1973, Primeiro caderno, p. 16.

construía a imagem de que a UP colocava em risco a sobrevivência do Chile unido, da Nação e do Estado chileno.

La Nación, ao analisar a renúncia do Comandante do Exército, Carlos Prats, em editorial intitulado “*Grandeza del General Prats*”, afirmava que a conduta exemplar de Prats não era apenas uma questão de cunho pessoal ou ideológico, senão a expressão da definição patriótica e característica inerente das Forças Armadas, ressaltava o periódico:

De acuerdo con esta posición de las Fuerzas Armadas, cuyo origen arranca de la Constitución Política del Estado y que entronca con las mejores tradiciones de esos Institutos castrenses, los uniformados chilenos no pueden estar al servicio de intereses particulares [...] Puede-se esperar-se tal conducta, precisamente, porque la doctrina Scheineider-Prats no es fruto de un personalismo o de una inspiración repentina, sino el reflejo de la naturaleza misma de nuestras Fuerzas Armadas [...] que saben diferenciar a los militares chilenos de otros que, en sus respectivos países, han solido poner la espada al servicio de los que niegan y estrangulan la libertad por lo cual lucharon los que nos dieron independencia y nos aseguraron soberanía.⁴⁰⁶

Sobre esse tema, a historiadora chilena Verónica Valdivia Ortiz de Zárate escreveu:

Este alejamiento del conflicto político contribuyó al mito de la excepcionalidad de los militares y de la democracia chilena, en oposición a lo que ocurría en el resto de América Latina; mito internalizado en especial por los partidos y los políticos.⁴⁰⁷

É possível argumentar que este discurso expresso por *La Nación* seria parte de uma estratégia para neutralizar ou enfraquecer os militares ligados à oposição e defensores do golpismo. Entretanto, essa estratégia de ressaltar o caráter patriótico, nacionalista, constitucionalista e apolítico dos institutos castrenses, pouco contribuiu, ou mesmo atuou no sentido inverso, de conseguir estabelecer uma política para as Forças Armadas que enfraquecesse a sedição e as articulações golpistas. Como demonstrou Arturo Valenzuela, a grande maioria da oficialidade enxergava nas Forças Armadas o guardião legítimo da constitucionalidade, no entanto, a “no intervención estaba condicionada al desempeño de los dirigentes civiles, pero no a un principio definido de lealtad a la autoridad civil”.⁴⁰⁸ Ou seja, o que ambos os lados faziam, oposição e governo, era reforçar e se apoiar no mito da

⁴⁰⁶ Grandeza del General Prats. *La Nación*, Santiago, 25 de ago. 1973, Primeiro caderno, Editorial, p. 3.

⁴⁰⁷ ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica V. Todos juntos seremos la historia: venceremos. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: VALLEJOS, Julio Pinto (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2004, p. 195.

⁴⁰⁸ VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013, p. 55.

neutralidade constitucional em seu aspecto abstrato, cuja base real era a tradição democrática das décadas anteriores.

Todavia, enquanto Allende respeitava o jogo constitucional, a oposição utilizava-se de todos os métodos, legais e extralegais - apoiando-se em várias frentes de atuação, inclusive o financiamento da CIA-, para criar um clima de caos e terror psicológico propício ao golpe. Além de, nos meses finais do governo da UP, abertamente articular uma saída golpista para a crise. Dessa forma, a mitificação da neutralidade dos militares não cumpria o papel de fortalecer os setores constitucionalistas das Forças Armadas, funcionava mais como uma cortina de fumaça que encobria os movimentos e ações levadas a cabo pelos golpistas e acentuava as insuficiências do projeto militar da UP para enfrentar o golpismo. Problema esse que consistia, por um lado, no avanço da sedição direitista na armada, e de outro, a falta de preparação do governo para enfrentar o iminente golpe, demonstrando a insuficiência de uma estratégia baseada somente na perspectiva de derrotar os militares sediciosos apenas pelos meios garantidos pela institucionalidade democrática.

Já a mídia oposicionista, em geral, usava uma estratégia narrativa de transferir para as Forças Armadas o papel de guardião da democracia e de preservação de suas instituições, para isso produzindo a imagem de que a UP colocava em risco a sobrevivência do Chile unido, da Nação e do Estado chileno. Além de amplificar o perigo de uma infiltração comunista nas instituições militares. Se é verdade que o MIR tinha uma política de se inserir e ganhar para suas fileiras soldados e integrantes da baixa oficialidade, esse processo ganhou um destaque exagerado nas páginas do *El Mercurio*, aspecto que contribuiu para que o alto comando militar aderisse ao golpismo, temendo a infiltração comunista.

Evidentemente, é impossível precisar até que ponto essa mitificação do profissionalismo da armada chilena influenciou nas políticas concretas e nas escolhas feitas pelos distintos atores político da UP; entretanto, é parte daquilo que Alberto Aggio chamou de “enigma da experiência chilena”: a enorme dificuldade enfrentada pela UP em dar origem ao *novíssimo*, uma experiência histórico-concreta que superasse, em seu “como fazer”, as fórmulas e limitações teóricas que lidavam com o ineditismo do projeto da “via democrática”.

Essas ambiguidades percebidas nas páginas do *La Nación* podem ser entendidas a partir dos problemas e desafios enfrentados pela UP em sua estratégia de construção do socialismo pela via democrática. Uma vez que era necessário, segundo Alberto Aggio, construir práticas e discursos, a partir do Estado, que legitimassem o projeto socialista perante todos os setores da sociedade chilena. Dessa forma, a compatibilização entre socialismo e democracia constituía-se em problema fundamental para garantir tal legitimidade: “a democracia não poderia mais ser trabalhada como se a Unidade Popular fosse um ator externo à ordem política e institucional”⁴⁰⁹.

⁴⁰⁹ AGGIO. Democracia e socialismo, p. 158.

Historiografia, usos políticos do passado e Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos

Henrique Rodrigues de Paula Goulart

Licenciado em História pela UFMG

Bacharelado em História pela UFMG

goulart.historia@gmail.com

RESUMO: O século XX estadunidense construiu e desconstruiu, a partir das lutas de resistência de sua população negra à violência e segregação racial institucionalizadas, significados, símbolos, eventos e personagens em um processo de constante elaboração da memória. Ao longo do tempo, a questão da narrativa acerca do passado de luta negra estadunidense revelou-se – tanto nas celebrações nacionais e populares quanto na historiografia que aborda o tema – uma complexa arena de disputas de grande relevância simbólica. Neste sentido, e a partir destes embates, o presente trabalho tem como objetivo traçar um breve esboço da pluralidade interpretativa que caracteriza as correntes historiográficas do que se convencionou chamar de “Movimento pelos Direitos Civis”. Em um segundo momento, buscar-se-á compreender – na esteira de algumas produções mais recentes acerca do Movimento – as maneiras pelas quais os usos políticos deste passado contribuíram para a cristalização de uma narrativa dominante acerca deste período a partir da década de 1970.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Civis; Estados Unidos; Historiografia.

As “ondas” historiográficas

O importante historiador Steven F. Lawson dividiu a produção norte-americana acerca do Movimento pelos Direitos Civis em três gerações (ou ondas) de estudiosos que pautaram os debates entre os anos 1960 e 1990⁴¹⁰. Em um primeiro momento, historiadores de finais dos anos 1960 e início da década de 1970 focaram na atuação de

⁴¹⁰ LAWSON, Steven F. Freedom Then, Freedom Now: The Historiography of the Civil Rights Movement. *The American Historical Review*, v. 96, n. 2, p. 456-471, apr. 1991, p. 456-457.

determinados líderes (liderança formal) das organizações e nos impactos de eventos de proeminência nacional. Para eles, o movimento teria sido concebido primordialmente como uma luta política de alcance nacional que objetivaria promover e assegurar à população negra norte-americana – até então legal e institucionalmente privada do acesso à cidadania completa – vitórias no âmbito da justiça e da legislação. Segundo destacam os historiadores Sundiata Keita Cha-Jua e Clarence Lang:

Trabalhos escritos por este viés tendiam a ser narrativas 'top-down' que enfatizavam as questões nacionais. Seguindo, muitas vezes implicitamente, um quadro de análise que priorizava a mobilização de recursos, eles creditaram o sucesso do Movimento ao carisma do Dr. Martin Luther King, aos políticos liberais brancos, ao patronato branco do norte, à aliança liberal-sindical e/ou à exposição televisiva da violência racial sulista realizada pela mídia.⁴¹¹

A partir deste duplo enfoque – lideranças formais e eventos de alcance nacional – a primeira geração elegeu os anos 1954-1955 como marco inaugural do período dos Direitos Civis em referência à decisão da Suprema Corte de abolir segregação racial nas escolas públicas (*Brown x Board of Education of Topeka*) e ao início das manifestações de boicote aos ônibus em Montgomery (Alabama), evento este que teria projetado nacionalmente o “heroísmo individual” da ativista Rosa Parks⁴¹². Apontaram, por outro lado, as decisões da Suprema Corte de por fim à segregação e discriminação racial no país (*Civil Rights Act* de 1964) e a Lei do Direito de Voto de 1965 como marcos finais responsáveis por cumprir as demandas políticas do movimento.⁴¹³

Posteriormente, uma segunda onda historiográfica, originada em finais dos anos 1970 e no decorrer da década de 1980, iniciou um esforço de crítica aos seus predecessores, apontando as dificuldades de compreender o movimento como produto de uma aliança de

⁴¹¹ “Works written in this vein tended to be ‘top-down’ accounts that emphasized national issues. Often implicitly following a resource mobilization framework, they credited the movement’s success to Dr. Martin Luther King’s charisma, white liberal politicians, northern white patronage, the labor-liberal alliance, and/or the media’s televised exposure of Southern racial violence”. In: CHA-JUA, Sundiata Keita; LANG, Clarence. The “Long Movement” as vampire: temporal and spatial fallacies in recent Black Freedom Studies. *The Journal of African American History*, v. 92, n. 2, p. 265-288, spring 2007, p. 266. Com o intuito de preservar ao máximo os sentidos originais das citações, optamos por transcrever, nas notas de rodapé, os trechos originais em inglês traduzidos no corpo do texto.

⁴¹² _____ . *The “Long Movement as Vampire”*, p. 266.

⁴¹³ HALL, Jacquelyn Dowd. The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past. *The Journal of American History*, v. 91, p. 1233-1263, mar. 2005, p. 1234.

lideranças formais. Criticavam, como evidenciado na citação de Cha-Jua, os problemas resultantes de enxergá-lo prioritariamente através da perspectiva *top-down*. Contudo, embora pregassem uma mudança de foco do âmbito nacional para as mobilizações de participantes a nível local – perspectiva *bottom-up* – as lideranças formais não saíam, ainda, de vista das preocupações e análises desta geração. Assim, seu maior trunfo provavelmente daria respeito ao deslocamento dos sujeitos históricos dando lugar à atuação, nas comunidades e redes locais, de homens e mulheres anônimos(as) que se arriscavam em manifestações por cidades ao sul do país.⁴¹⁴

Ampliando ainda mais o escopo de suas análises, uma terceira geração de historiadores abordaria um pouco mais detidamente, ao longo dos anos 1990, a questão das relações de gênero no interior do Movimento pelos Direitos Civis. Além disso, preocupada com as origens ideológicas e com o legado político dos Direitos Civis, esta historiografia dedicar-se-ia, também, ao estudo das diferentes matrizes políticas congregadas pelos líderes e organizações negras dos anos 1930 e 1940. Neste contexto, buscaram compreender as relações raciais nos Estados Unidos a partir das interrelações entre as políticas interna e externa do país em contexto de Guerra Fria, atentando, também, para as particularidades do desenvolvimento da economia americana e seu impacto na população negra a nível local.

Tudo isto resultara, segundo Lawson, em uma abordagem historiográfica mais dialógica que estabelecia conexões entre o nacional e o local, entre a história política tradicional e a história social⁴¹⁵. Seria a partir desta ampliação de objetos e enfoques que uma quarta e última onda historiográfica discutiria, nos anos 2000, um enfoque interpretativo completamente outro do movimento ao propor, dentre outros pontos, uma alteração naquilo que até então havia sido relativamente comum às gerações anteriores: a periodização.

***Long Movement* e os usos políticos do passado**

⁴¹⁴ Tal reconfiguração – mudança de enfoque *top-down* para *bottom-up* – implicou na resignificação do que se entendia por Movimento pelos Direitos Civis (*Civil Rights Movement*). Desta forma, o historiador Clayborne Carson passou a defender o termo Black Freedom Struggle, desvinculando-o claramente de uma acepção do movimento baseada na obtenção de vitórias legais e judiciais como era o caso da primeira geração historiográfica. Ver CHA-JUA; LANG. *The “Long Movement” as Vampire*, p. 267.

⁴¹⁵ LAWSON. *Freedom Then, Freedom Now*, p. 457.

A partir de 2003, com o lançamento do livro *Freedom North: Black Freedom Struggles outside the South, 1940-1980* surge uma nova vertente historiográfica do Movimento pelos Direitos Civis defensora do que denominaram de “O Longo Movimento pelos Direitos Civis”. Segundo Cha-Jua e Lang, esta corrente tem estabelecido um novo paradigma interpretativo na medida em que vem articulando críticas fundamentais às gerações anteriores com base em quatro eixos principais: 1) ampliação do recorte temporal do Movimento; 2) recusa de uma ideia da excepcionalidade do Sul como o reduto primordial do racismo no país; 3) defesa de uma continuidade entre o Movimento pelos Direitos Civis e Black Power; 4) recusa de uma dicotomização Norte-Sul e nacional-local, pois estas instâncias se complementarizam na configuração dos movimentos de resistência.⁴¹⁶

Neste sentido, historiadores e estudiosos como Jeanne Theoharis, Komozi Woodard, Jacquelyn Dowd Hall, Matthew Countryman, Robert O. Self e Nikhil Pal Singh, dentre outros, têm proposto uma reestruturação acerca do entendimento do movimento de resistência e luta negra. Partindo de uma ampliação do recorte temporal do movimento – 1940 a 1980 – até então tradicionalmente associado, pelas gerações anteriores, à periodização ou “fase clássica” do período dos Direitos Civis (1954/55-1964/65), eles têm como intuito promover uma ampliação do poder explicativo e do potencial político de seu objeto de estudo⁴¹⁷. Isto demandaria, primeiramente, desconstruir a chamada “fase clássica” ou, como denominado por Hall, a “narrativa dominante”; isto é, a(s) memória(s) fortemente enraizada(s) e oficializadas pelas narrativas populares – e, em grande medida, pelas acadêmicas também – acerca do movimento. Segundo a autora, tradicionalmente, tais narrativas têm como núcleo de origem um curto período marcado pelos “grandes” acontecimentos e representações dos Direitos Civis norte-americanos – o boicote aos ônibus, as batalhas judiciais que alcançam a Suprema Corte, a Marcha Sobre Washington de 1963, a liderança masculina carismática, dentre outros – seguidos de uma narrativa do

⁴¹⁶ CHA-JUA; LANG. *The “Long Movement” as Vampire*, p. 265. Para os propósitos e limites deste texto – tratar de uma historiografia mais recente do Movimento pelos Direitos Civis e de sua crítica ao usos políticos deste passado histórico – restringiremos a nossa análise aos itens de número 1 e 3 citados por Cha-Jua e Lang. Desta forma, além de não desenvolvermos os desdobramentos historiográficos dos demais itens, não comentaremos o trabalho destes autores que, por sua vez, apresentam importantes críticas ao revisionismo proposto na vertente do *Long Movement*.

⁴¹⁷ CHA-JUA; LANG. *The “Long Movement as Vampire”*, p. 267.

“declínio” desta mobilização associado à Guerra do Vietnã, à ascensão das revoltas estudantis e urbanas e ao movimento Black Power.⁴¹⁸

A partir deste momento, uma reação de grupos conservadores brancos tomaria as rédeas da política americana, operando uma mudança de discurso com o intuito de desmobilizar as características mais críticas – e até radicais – da(s) agenda(s) do Movimento pelos Direitos Civis. Iniciada pela mídia norte-americana – que, se em um primeiro momento cobriu ostensivamente as campanhas no Sul, dedicar-se-ia, em seguida, à criminalização dos levantes urbanos de negros ao Norte do país associados ao Black Power – a narrativa dominante seria consolidada, a partir dos anos 1970, quando da reformulação da Antiga Direita norte-americana.⁴¹⁹

Dadas as vitórias incontestáveis do Movimento em meados da década de 1960, este setor conservador que, em larga escala, tinha se colocado contrário aos objetivos mais gerais de inclusão política do Movimento, viu-se compelido a reestruturar seu discurso racial frente à força das circunstâncias:

Reformulando aquela narrativa segundo seus propósitos, estes novos “conservadores *colorblind*” ignoraram a complexidade e o dinamismo do movimento, seu foco crescente na desigualdade estrutural e os seus objetivos de ‘reconstrução radical’. Em vez disso, eles insistiram que a *colorblindness* - definida como a eliminação das classificações raciais e o estabelecimento da igualdade formal perante a lei - representava o objetivo singular do movimento, o princípio sobre o qual King e a decisão de *Brown*, em especial, estavam estruturados.⁴²⁰

Surgido no âmago da Nova Direita (New Right), o discurso *color-blind* – “daltônico”, isto é, que se diz incapaz de julgar e classificar racialmente, alegando prezar a igualdade formal dos cidadãos perante a lei – foi o centro de uma campanha de “guerra pelas ideias” que se iniciou em finais dos anos 1960 com o presidente Richard Nixon. Posteriormente, ele se infiltraria em definitivo na política norte-americana na década de

⁴¹⁸ HALL. *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1234.

⁴¹⁹ _____. *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1234-1239.

⁴²⁰ “Reworking that narrative for their own purposes, these new ‘color-blind conservatives’ ignored the complexity and dynamism of the movement, its growing focus on structural inequality, and its ‘radical reconstruction’ goals. Instead, they insisted that color blindness – defined as the elimination of racial classifications and the establishment of formal equality before the law – was the movement’s singular objective, the principle for which King and the *Brown* decision, in particular, stood”. In: HALL. *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1237.

1980 com o governo de Ronald Reagan e a partir de suas políticas de corte de programas assistencialistas e de Guerra às Drogas.

Nota-se, desta forma, que o discurso conservador – antes abertamente racista e segregacionista – assume um aspecto mais sutil e codificado com a Nova Direita no que tange às questões raciais e à inclusão efetiva do negro na sociedade americana. Partindo desta narrativa, advogava-se que, graças às conquistas do movimento e uma vez proibido legalmente o racismo nas instituições norte-americanas, a população negra encontraria condições formais de igualdade e de oportunidade para a vida em sociedade. A questionável conclusão dos adeptos da *colorblindness* seria, portanto, a de que, possibilitado o acesso do negro ao livre-mercado, caberia responsabilizá-lo pelo seu próprio desempenho e julgá-lo por eventuais insucessos caso permanecesse em desigualdade de condições em relação ao branco.⁴²¹

É, portanto, dentro deste contexto de exclusão sistêmica e racialmente velada que se deve procurar compreender do *establishment* político norte-americano de então aos programas assistencialistas, os preconceitos direcionados aos seus beneficiários, além da progressiva construção de um sistema de encarceramento em massa – partindo de uma política de guerra às drogas – cujos alvos majoritários constituíram e ainda constituem minorias étnicas como grupos negros e latinos⁴²². Neste sentido, parte integrante e subjacente desse processo de apropriação política do Movimento pelos Direitos Civis, o surgimento do discurso *color-blind* da Nova Direita insere-se em um processo mais amplo de consolidação de uma ideologia conservadora alinhada aos interesses e valores de grande parte da classe média branca norte-americana de então⁴²³. Entrincheirada, conforme mencionado aqui, sob a forma de política pública, esta linguagem codificada muito informa, ainda, o tom do debate político nos Estados Unidos contemporâneos.

Se por um lado, movido por um posicionamento político de crítica à “narrativa dominante” e de suas implicações para a memória do Movimento pelos Direitos Civis, a quarta geração historiográfica estendeu o seu recorte temporal dos anos 1960 à década de 1980, por outro ela fará o mesmo ao antecipar seus marcos iniciais dos anos 1950 para as

⁴²¹ _____ . *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1237.

⁴²² ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. New York: The New Press, 2012, p. 1-19.

⁴²³ HALL. *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1238.

décadas de 1930 e 1940. Enquanto no primeiro caso a crítica à periodização incidia na recusa de uma ideia do declínio do movimento negro a partir do Black Power – criminalizado pela mídia e pelo governo, atacado pela Nova Direita, pelas presidências de Nixon e Reagan – no segundo o intuito é o de recuperar as raízes e tradições de resistência – muitas delas sindicais – que informavam grupos negros antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, para estes historiadores, as reivindicações por práticas contratuais e condições igualitárias no ambiente de trabalho muito revelariam acerca dos aspectos mais críticos e estruturalmente transformadores presentes no Movimento e ignorados por outras narrativas, dentre elas a dita dominante.⁴²⁴

Compreende-se, por fim, o posicionamento político e intelectual que subjaz a defesa de Hall, Theoharis, Woodard e outros integrantes da quarta geração historiográfica do *Long Civil Rights Movement*: a desconstrução da narrativa dominante e de seu recorte (fase) clássico(a) implica recusar as apropriações e usos políticos posteriores deste passado pela Nova Direita, possibilitados pelo emprego de uma ideologia *color-blind*. Significa, nas palavras de Hall, tornar os Direitos Civis mais difíceis. Isto é, mais difíceis de serem celebrados como uma progressão natural dos valores norte-americanos, mais difíceis de representarem uma simples fábula moral – tendo, com isso, suas implicações mais radicais e transformadoras abafadas – e, por fim, mais difíceis de simplificar, apropriar e conter.⁴²⁵

⁴²⁴ _____ . *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1239-1241.

⁴²⁵ _____ . *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1235.

Epistolários indígenas: a (des)construção da memória

Bruna Neto Soares

Graduanda – História PUC – Minas

brunanetosoares22@hotmail.com

Ian Anderson

Graduando – História PUC – Minas

iananderson14@hotmail.com

Wellerson Barbosa

Graduando – PUC – Minas

wellerson06@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste trabalho é a desconstrução da memória edificada pelo general Simón Bolívar em relação aos indígenas durante os processos de independência da América Espanhola, de sujeitos “dóceis” avessos à história. Para tanto, resgatamos a agência dos indígenas através de cartas produzidas desde o final do século XVIII e largamente utilizadas durante todo o século XIX. O foco central é analisar como os indígenas se apropriam de um suporte da comunicação largamente utilizado no século XIX como meio de agência, isto é, a capacidade desses atores históricos de apreender e diagnosticar sobre condições sociais, culturais e políticas no cenário em que elas se movem.

PALAVRAS CHAVES: Memória – Bolívar – Indígenas – Cartas – Agência

“Suportes da comunicação”: a escrita epistolar

Desde a invenção da imprensa móvel de *Gutenberg* que os historiadores vêm estudando a repercussão daquilo que se convencionou chamar de revolução dos meios de comunicação impressa, a circulação e a transmissão das ideias por meio da escrita, o papel desempenhado pelos “suportes de comunicação” – jornais, periódicos, livros, almanaques, cartazes, cartas. Alguns estudiosos concentraram-se na difusão da Reforma Protestante através dos impressos outros voltaram suas análises para atividade da imprensa na França revolucionária, focando suas análises na difusão da palavra – através de jornais, livros e panfletos.

O historiador Robert Darnton (1966), analisa a contribuição dos meios impressos na França do século XVIII, principalmente no contexto da Revolução Francesa. Os usos sociais e políticos “dos suportes de comunicação”; os livros, jornais e panfletos se

transformaram na conjuntura do movimento em difusores da palavra, dos ideais da revolução; articuladores políticos, “os jornais se tornaram a principal forma impressa na qual a luta revolucionária pela legitimidade política se articulou”.⁴²⁶

Esses suportes de comunicação conviveriam no século XVIII com um forte sistema de censura, muitos dos livros impressos circulavam secretamente através dos canais do comércio clandestino de livros.

Na primeira metade do século XIX essa censura em torno dos suportes da comunicação começa a se arrefecer com o início do processo de industrialização e as transformações tecnológicas que possibilitaram a introdução do papel feito a máquina, desvelava-se um mundo em aberto, que proporcionaria uma explosão na produção impressa, isto é, os “suportes de comunicação” se massificam no século XIX.

Essa explosão na utilização dos até aqui chamados “suportes da comunicação” atinge os processos de independência da América hispânica. No final do século XVIII e início do XIX ocorre um aumento na atividade da imprensa nos processos de independência na América do Sul de colonização espanhola, com a publicação de jornais e periódicos.

Os impressos que chegavam durante o século XVI e XVII na América hispânica estavam controlados pela censura colonial, “a circulação de ideias, imagens e decretos políticos estava restrita a institutos religiosos ou estatais”.⁴²⁷ Essa incipiente imprensa que começa a surgir no final do século XVIII foi controlada pela censura espanhola até 1810, foi só com a reunião das *Cortes de Cádiz*, em 1812, que uma possível circulação dos periódicos é aventada na Nova Espanha. Começa a ser introduzido um grande número de publicações. *Carlos María Bustamante*, um profícuo periodista mexicano publica diversos jornais: *Diario de Mexico*, *El juguelltito*, *Correo Americano del Sur*. Muitas dessas publicações foram censuradas, por serem consideradas subversivas.

Dentre esses periódicos que circulavam na Nova Espanha se destacam, os jornais insurgentes. A historiadora Laís Olivato (2012), analisa os jornais periódicos de uma imprensa insurgente – *El Despertador Americano*, *El Telégrafo de Guadalajara*, *Ilustrador*

⁴²⁶ DARNTON, Robert et al Daniel, ROCHE. Revolução Impressa – a imprensa na França 1775-1800, Trad. Marcos Mafferi Jordan. São Paulo: EDUSP, 1996, p.199.

⁴²⁷ OLIVATO, Laís. Insurgência impressa: Uma análise do periodismo no primeiro movimento de independência mexicano (1810-1814). 121 f. Tese (Dissertação de mestrado) – USP, História Social, São Paulo, 2012, p.53.

Nacional, Semanario Patriotico Americano, El Correo Americano del Sur, Gazila del Gobierno Americano, en el Departamento del Norte –, que começam a surgir na Nova Espanha, encomendados por *Miguel Hidalgo e Morelos*, que marcaram uma ruptura com a imprensa oficial no início do século XIX.

“A luta armada de *Hidalgo e Morelos* marcou uma ruptura com esta imprensa oficial. Ao levantar os problemas sociais do país e estratégias para combatê-los, a imprensa insurgente configurou um novo espaço de debate político na Nova Espanha”.⁴²⁸

A palavra escrita nesse cenário se transforma em meio de agência política, isto é, em meio de interpretar e agir sobre as condições sociais, culturais e políticas no palco em que elas se movem. Os suportes de comunicação se metamorfoseiam em instrumentos políticos. A escrita se torna eixo de compreensão do século XIX. A utilização da escritura de cartas além de suporte por excelência da comunicação se converte nessa conjuntura em instrumento de intervenção política e social.

Morelos utilizava da escrita de cartas para incitar os seus soldados a lutar pela “pátria americana”. *Simón Bolívar* era um assíduo missivista, produziu mais de 10.000 cartas, utilizou seu epistolário de forma a edificar uma memória de grande líder da independência americana.

Utilizadas desde tempos imemoriais como meio de comunicação entre pessoas de lugares distantes e como meio de circulação de ideias. A famosa carta de *Pero Vaz de Caminha* sobre “O novo Mundo”, as cartas de viagens de *Américo Vesúcio*. As constantes trocas de cartas entre *Erasmus de Roterdã e Lutero* sobre o livre-arbítrio e o servo-arbítrio. *Voltaire* e suas missivas, correspondeu-se compulsivamente com uma ampla e variada rede de pessoas. Deixou cerca de 17 mil cartas, muitas delas trocadas entre os pensadores iluministas – *D’Alembert, Diderot, Rousseau*. Perscrutá-las é uma forma de se acompanhar o desenvolvimento do pensamento iluminista. As cartas de românticas do século XIX. Os exemplos se multiplicam. Mas é a partir do século XIX que surge propriamente uma cultura epistolar.

Manuais de como se escrever cartas circulam durante todo o século XIX, ensinam como se comunicar por cartas, todo um zelo na maneira de começar e encerrar uma carta.

⁴²⁸ OLIVATO. Insurgência impressa. p.64.

Devido à grande quantidade de cartas que não chegavam aos destinatários, os remetentes sempre colocavam um resumo da carta anterior na próxima, caso a carta não tiver chegado ao destinatário ele esteja por dentro das notícias.

“É no século XIX que as novas formas da cultura escrita se impõem e as relações epistolares acabam por matizar toda a vida social”. (GASTAUD, 2011:1).

É o momento em que todos, em alguma ocasião, necessitaram da escritura de cartas, acessar a cultura epistolar, “daí o significativo sucesso dos manuais de escrita epistolar do século XIX”.⁴²⁹

Toda uma norma em relação ao melhor papel a ser utilizado, ao assunto e a escrita a ser utilizada nos diversos relacionamentos – familiar, afetivo, social, intelectual, político –, escritores profissionais, surge uma “etiqueta epistolar” através dos manuais. Mas nosso foco neste trabalho exíguo é a apropriação pelas comunidades indígenas desse suporte de comunicação escrita largamente utilizado no século XIX, como meio de agência, isto é, a capacidade desses atores históricos de apreender, diagnosticar e operar sobre condições sociais, culturais e políticas no cenário em que elas se movimentam. E a partir daí tomar decisões que possuem racionalidade, como na produção de um *corpus* epistolar indígena, ou seja, na escritura de cartas como forma de ação política: instâncias de organização, negociação e resistência social.

Para tanto, iremos ressaltar contextualizar a escrita indígena e a produção de cartas. Desconstruindo uma memória edificada por *Simon Bolívar* durante as Guerras de independência, de sujeitos ‘dóceis’ e manipulados incapazes de apreenderem os jogos de poder.

Contextualização: Escrita indígena

Os usos da escrita nas comunidades indígenas variaram conforme o contexto, portanto, inseridas nas práticas culturais específicas de cada grupo. A relação das populações indígenas com a escrita remonta a práticas culturais restritas aos grupos geralmente ligadas a determinados ritos e tradições.

⁴²⁹ GASTAUD, C. R. Escrever cartas: as materialidades das correspondências. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: Anpuh, 2011. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1. p.1.

São práticas culturais próprias, socialmente estáveis e de certo refinamento, que segundo Lienhard (1992), poderíamos qualificar de “literatura” – mais por sua função, relativamente análoga à literatura nas sociedades ocidentais, que por sua aparência.

Os “textos verbais” produzidos pelos ameríndios, nem sempre independentes, são inseridos com frequência dentro de discursos complexos que combinam os mais variados meios de comunicação e códigos semióticos: meios propriamente verbais (linguagem, recursos narrativos e poéticos), musicais (música, ritmo, entonação) e gestuais (vestimenta, pintura corporal).⁴³⁰

No México pré-hispânico, era comum a utilização dos *pictoglfos*, produzidos através de mais de dois mil anos. Embora muitas populações ameríndias possuíssem como na Mesoamérica “escrituras” ou sistemas de notação, a existência de textos escritos como os códices *glíficos Mayas* eram restritas as populações indígenas, não se deve levantar a ideia de uma prática escrita autossuficiente, comparada à cultura ocidental destinadas à leitura individual e sua disseminação para além dos limites da comunidade. Os textos pré-hispânicos “escritos” requerem, para alcançar toda a população, sua reprodução oral. A expressão escrita das comunidades indígenas foi essencialmente oral e interna. Neste momento e durante o processo de colonização o sistema de escrita indígena está totalmente imbricado a oralidade. Esses sistemas de comunicação contribuem, como medida importante, para reforçar e demonstrar a sua coesão sociocultural.

Com a colonização espanhola os indígenas entraram em contato com o universo letrado trazido pelos colonizados. Dada à necessidade de se comunicar com os seus interlocutores peninsulares e criollos, as comunidades indígenas tiveram que criar um discurso distinto, capaz de atingir *los extraños*: autoridades coloniais e metropolitanas, em seguida: criollos, chefes militares, etc. Eles desenvolveram um discurso para “mover-se no universo da escritura em estilo europeu: ou como testemunhas orais, mas conscientes dos mecanismos de comunicação das escrituras, seja como autores ou “*dicta-dores*” de cartas, manifestos e outros textos análogos”.⁴³¹ Em suma, com o processo de colonização a escrita

⁴³⁰ LIENHARD, Martín. Testimonios, cartas y manifiestos indígenas (desde la conquista hasta comienzos del siglo XX). Selección, prólogo, notas, glosario y bibliografía de Martín Lienhard. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992, p.14. (Disponível em <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve>).

⁴³¹ LIENHARD, Martín. Testimonios, cartas y manifiestos indígenas. p.15-16.

indígena adquire outro sentido, se antes a escrita estava ligada aos ritos e a tradição indígena, diante desse novo contexto ela abre-se para atender às necessidades impostas pela situação colonial.

Durante o processo de colonização, *Serge Gruzinski* (2001), analisando o processo de mestiçagens, o historiador chama atenção para uma série de instrumentos introduzidos na América hispânica que visavam criar um processo de ocidentalização, ou seja, a transplantação da mentalidade ibérica para a América. Para reproduzir as linhagens ibéricas era necessário instalar suas técnicas. A utilização da escrita foi largamente utilizada pelas ordens religiosas através do sistema de cópia. Os ameríndios se apropriaram rapidamente da escrita europeia, em alguns casos era quase imperceptível a diferença entre a cópia e o original.⁴³²

O uso da escrita indígena era frequente desde o início da colonização espanhola, conforme a historiadora Gabriela Pellegrino Soares (2010), no início do século XVI, os vice-reis da Nova Espanha fomentaram a utilização da escrita pelas comunidades indígenas para defenderem seus direitos perante as instituições políticas.

Desde o início da colonização, o ensino das primeiras letras foi oferecido especialmente pelos chamados *maestros*, ligados ao clero regular, que mesmo que de forma rudimentar criaram uma ferramenta importante para que as populações indígenas desenvolvessem uma forma de participação política. “A familiaridade com as letras visava responder a necessidades prementes de participação, com maior possibilidade de controle sobre os mediadores, em um jogo institucional que essas populações já conheciam e que lhes permitia afirmar certa margem de autonomia”.⁴³³

Mas ao mesmo tempo em que as populações indígenas se apropriam da escrita, elas produzem um instrumento político de reivindicação, tendo em vista que toda tradução é um novo texto, ou seja, a escrita produzida pelos ameríndios é uma escrita nova na medida em que incorpora elementos da escrita europeia ao universo *autóctone*. Como no *corpus* de cartas produzidas pela etnia indígena *Mapuche*, que mescla missivas escritas em espanhol e no idioma *Mapuche*.

⁴³² GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. Trad. Rosa Freire de D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.93-109.

⁴³³ SOARES, Gabriela Pellegrino Soares. Letramento e mediações culturais em pueblos indígenas do centro sul do México no século XIX. *História Revista* (UFG), v. 15, 2010, p. 9.

Os *Mapuches* são *pueblos* indígenas que habitam a região do sul do Chile e do sudoeste da Argentina, mais conhecidos como *araucanos* pelos espanhóis. Desde o início do século XVI a etnia *Mapuche* ofereceu resistências ao processo de colonização espanhola, é conhecida a insurgência de *Lautaro*, índio da etnia *Mapuche* que foi capturado pelos espanhóis, mas que conseguiu fugir e liderar os índios *araucanos* na *Guerra de Arauco*, seus feitos foram retratados no poema *La araucana* de *Alonso de Ercilla*.

Diante a imposição da situação colonial os *pueblos Mapuche* desenvolveram um sistema de comunicação, a escritura de cartas. Ao longo do século XIX, a etnia *Mapuche* do Chile e da Argentina recorreu largamente à escrita de cartas para negociar com as elites, negociar tratados de paz, territórios.

Os *pueblos Mapuches* produziram uma cultura epistolar muito parecida com a utilizada por *Bolívar*, havia toda uma organização no envio das correspondências. Antes do envio final essas teriam que passar pela mão do cacique, ou seja, era preciso que o chefe indígena assinasse as cartas. Esses caciques possuíam secretários particulares os chamados *amanuenses*, esses copistas escreviam as cartas ditadas pelos caciques depois recitavam novamente para o cacique aquilo que havia ditado, uma forma de manter a originalidade e veracidade das suas cartas. Todos os habitantes dos *pueblos* poderiam ditar cartas, mas geralmente o cacique representava seu *pueblo*.

Essas cartas foram compiladas ao longo de mais de seis anos pelo historiador chileno *Jorge Pavez Ojeda*, reunindo um *corpus* de cartas *Mapuche* produzidas ao longo do século XIX (1803-1898), retiradas dos arquivos nacionais do Chile e da Argentina, e outras que provém de publicações retiradas de jornais, livros e revistas da época. Que busca tornar público “o vasto leque da escrita de cartas Mapuche e os seus usos políticos, econômicos e familiares, sugerindo que este *corpus* de cartas é apenas a ponta do iceberg de correspondências que circulavam no século XIX”.⁴³⁴

A produção das cartas abarca grande parte do período histórico vivido pelo *pueblo Mapuche* desde antes das guerras de independência do Chile e Argentina, passando pela constituição dos Estados Nacionais, até o processo de redução dos *pueblos indígenas* em finais do século XIX (1880-1885). O número de cartas e a distribuição dos autores já indica

⁴³⁴ PAVEZ OJEDA, Jorge (comp.) *Las Cartas del Wallmapu*. In: *Cartas mapuche, siglo XIX*, CoLibris/Ocho Libros, Fondo de Publicaciones Americanistas, Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2008.p.9-12.

esse intenso processo de mobilização, são mais de 383 cartas com mais de 139 autores, encaminhadas pelas agências políticas da escritura *Mapuche*.

Utilizava-se toda uma forma de se escrever e de se iniciar as cartas que seriam enviadas aos destinatários. Todo um respeito em relação às autoridades centrais, o índio *Kallfunguru* em carta ao governador de *Valdivia*, *Juan Clark*, expressa; “*Meu senhor, meu: Dou a vossa senhoria muitas graças*”, o índio *kayumañke* também se expressa ao governador; “*Meu venerado presidente*”.⁴³⁵ Era preciso se apresentar com respeito, entrar no universo da comunicação criolla, para que suas reivindicações, petições e reclamações fossem consideradas e analisadas.

A apropriação das populações indígenas do universo da escrita europeia e o uso da escrita de cartas constituem-se no cenário da colonização e das independências em ferramenta de interação com as instâncias de poder, por meio das correspondências os indígenas negociam terras, negociam com os chefes militares, negociam professores que ensinem as primeiras letras e, mormente, resistências ao processo de redução dos *pueblos*.

Memórias: Bolívar e os índios

Não me parece direito que o Senhor tenha aberto as minhas cartas a Santander e Peñalver. As cartas confidenciais são sagradas para todos, porque contam segredos de outros que não se deve confiar. Assim, espero que de hoje em diante o Senhor não abra nada além das comunicações oficiais, que cuidam das questões do Chile, do Ministro da Guerra, do Panamá, de Castillo e Salom, as demais devem vir fechadas para mim. (Carta de Bolívar para Tomás de Heres).⁴³⁶

A epígrafe transcrita acima constitui-se de um trecho da carta de Bolívar ao militar e político venezuelano Tomás de Heres. Essa missiva em particular atenta para o cuidado de Bolívar com suas correspondências, na forma do conteúdo da carta que se difere das correspondências oficiais, as cartas confidenciais trocadas entre os generais da independência eram sagradas, o general possuía uma sólida urdidura com uma cultura

⁴³⁵ Carta al Gobernador de Valdivia, Juan Clarke (Kallfunguru), Carta al Gobernador de Valdivia, Juan Clark (kayumañke); retirado de: PAVEZ OJEDA, Jorge (comp.) Cartas. In: Cartas mapuche, siglo XIX, CoLibris/Ocho Libros, Fondo de Publicaciones Americanistas, Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2008.p.119-120.

⁴³⁶ Retirado de: FREDRIGO, Fabiana de Souza. As cartas, a história e a memória. In: Guerras e escrita: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830). São Paulo, Editora da UNESP, 2010, p. 52-53.

epistolar produzida no século XIX. O número de cartas, 2.815, como já dito, demonstra esse zelo de Bolívar na escritura de suas cartas.

O envolvimento constante de Bolívar nas guerras de independência e a necessidade de comunicação com seus generais podem explicar o grande número de missivas escritas pelo líder, mas não é suficiente. Com o findar da luta pela independência, as correspondências sofreriam um decréscimo natural, o que não ocorre. Bolívar utilizou a escrita de cartas até o final de sua vida. Quando o general já não conseguia escrever as cartas de próprio punho contratavam-se os *amanuenses*, isto é, os copistas-secretários-particulares muito comuns no século XIX, que copiavam as cartas ditadas pelo general.

Todo esse apreço de Simon Bolívar por seu epistolário fez com que a historiadora Fabiana de Souza Fredrigo (2012) buscasse demonstrar por meio da análise do seu epistolário, como o general buscou através da escrita de cartas edificar um projeto de memória, legar à posteridade a imagem do líder irretocável, avesso a vida privada.

Para concretização de seu projeto de memória Bolívar teria que se legitimar entre seus pares construindo uma memória no presente. Nas 2.815 cartas escritas por Bolívar os seus remetentes na maioria são os generais envolvidos no processo de independência. São constantes as cartas enviadas aos generais: *Páez, Santander e Sucre*.

Daí que Bolívar procura a todo o momento edificar um projeto de memória no presente, reconhecendo que os generais ao seu redor eram competentes quanto ele e que poderiam substituí-lo a qualquer momento, Bolívar se reconhece como um homem dispensável quanto qualquer outro. “Exatamente por se saber ‘dispensável’, era preciso efetivar a ‘memória da indispensabilidade’”.⁴³⁷ Em resumo, Bolívar patrocinou um projeto de memória que visava à legitimação de sua pessoa entre seus pares, fabricando a ideia da “indispensabilidade”.

Após difundir sua indispensabilidade aos seus pares o general teria agora outra empreitada pela frente, difundir *a priori* sua indispensabilidade pelos indígenas. Em relação aos *autóctones*; no processo de independência, Bolívar expressa que esses índios foram acostumados à docilidade, a subserviência, em carta ao editor da Gazeta Real Jamaica, escreve:

⁴³⁷ FREDRIGO, Fabiana de Souza. Guerras e escrita. p.69.

O índio é de caráter tão dócil que unicamente deseja o repouso e a solidão: não aspira sequer a acaudilhar sua tribo, muito menos a dominar as estranhas. Felizmente esta espécie de homens é a que menos reclama a preponderância, ainda que seu número exceda à soma de outros habitantes. Esta parte da população americana é uma espécie de barreira a conter os demais partidos: ele não pretende a autoridade, porque não a ambiciona nem se crê com aptidões para exercê-la, contentando-se com sua paz, sua terra e sua família. O índio é o amigo de todos porque as leis não estabeleceram a desigualdade entre eles e porque, para obter todas as mesmas dignidades de fortuna e honra que concedem os governos, não há necessidade de recorrer a outros meios que o trabalho e o saber, aspirações que eles odeiam mais do que podem desejar as graças. Assim, pois, parece que devemos contar com a docilidade de muito mais que a metade da população, posto que os índios e os brancos compõem três quintos da população total; se acrescentarmos os mestiços, que participam do sangue de ambos, o aumento torna-se mais sensível e o temor das cores, conseqüentemente, diminui.⁴³⁸

Essa visão de sujeitos manipulados, alheios à história, e devedora de um projeto de memória cultivado por Simón Bolívar. Essa carta de Bolívar demonstra a memória que o general atribui aos indígenas. Bolívar constrói a imagem de sujeitos manipulados, avessos à história, incapazes de apreender os jogos de poder no cenário das independências, mais da metade da população da América foi condicionada a “docilidade”.

Mas ao mesmo tempo o general demonstra ser o único apto – indispensável – a promover uma ruptura com a mentalidade dócil do indígena. Bolívar expressa implicitamente através do trecho transcrito acima, ser o arauto capaz de “guiar” os índios na luta pela independência, incitando-lhes a participação política, à “liberdade tutelada”. Eles não podem se representar precisam ser representados, Bolívar fala em nome dos indígenas, se auto elege seu líder, e, concomitantemente adquire *a priori* legitimidade.

O mesmo documento demonstra como Bolívar e seus generais líderes legitimados *a priori* estavam cientes da importância dos indígenas para os movimentos de independência, salientando, por exemplo, a quantidade de indígenas que estavam presentes neste contexto, mais da metade da população estava em um estado de torpor, era preciso “acordá-los”. Buscando com isso angariar novos reforços para consolidar o processo emancipatório.

Através de seu epistolário Bolívar buscou tecer uma rede de informações que viria mais tarde consolidar-se em memória, que foram instrumentalizadas por ele, a fim de

⁴³⁸ Trecho da “Carta ao editor da Gazeta Real Jamaica” – Kingston, 09/1815; BOLÍVAR, Simón. Carta ao editor da Gazeta Real Jamaica. In: Escritos políticos. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 1992.p.66-67.

edificar uma memória de grande líder e concomitantemente ‘controlar’ qualquer revolta ou resistência indígena latente.

Muitos dos grupos indígenas envolvidos nas causas políticas se utilizaram de mecanismos racionais para defesa de seus direitos. A rebelião indígena de *Totonicapán* (Guatemala em 1821) representou uma grande vitória política dos indígenas quando da constituição de 1812 que figurava em efeito a abolição do tributo indígena até a sua revogação em 1814, causando uma série de resistências na Guatemala. Neste embate vários líderes indígenas foram presos, e em suas celas conscientes de que na próxima constituição seriam considerados cidadãos, portanto deveriam se subordinar as mesmas leis de seus concidadãos, ditam uma carta, dizem:

No nos hacemos inocentes de aquellos excesos. Pero tampoco tendrán a los ojos de la ley todas las malicias que ésta pide para que se nos impusiera un castigo del mismo modo que si poseyéramos una educación capaz de hacernos discernir con juicio. Por el contrario, señor Alcalde Mayor, nascidos en los montes y criados, sólo acostumbrados a un grosero ejercicio y a tratar con nuestros padre e compadres, habituados también como nosotros a complacerse con las bestias, no es posible con tales principios que distingamos lo bueno de lo malo, ni que por lo mismo suframos la pena de la suerte que debiera un hombre civilizado y creado outra empresa. Nuestras leyes siempre han visto con equidade a los de nuestra classe y están llenos los códigos de recomendaciones para que se nos vea con aquella compasión que exige nuestra barbarie.⁴³⁹

Os indígenas utilizam de um estratagema para não serem julgados como cidadãos, sendo eles considerados “bárbaros” não devem receber o mesmo julgamento dos homens civilizados, em tom irônico os indígenas dizem que não são capazes de distinguir o bem do mal. É possível observar através dessa carta a apreensão por parte dos indígenas dos símbolos sociais, eles utilizavam o “espelho criollo” para não serem julgados, isto é, eles apreendem a construção da “barbárie” e a utilizam de forma política.

Concluindo, percebemos durante o texto como usos da escrita de missivas no século XIX permitem perscrutar a maneira como os atores históricos apreendem e agem sobre o espaço social. A relação dos missivistas, ou seja, dos produtores de cartas com o

⁴³⁹ Retirado de: LIENHARD, Martin. Doc.35: Carta dictada por algunos indios de Totonicapán, enero de 1821. *Testimonios, cartas y manifestos indígenas* (desde la conquista hasta comienzos del siglo XX). Selección, prólogo, notas, glosario y bibliografía de Martin Lienhard. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992, p.112.

espaço social em que as cartas circulavam, o contexto. Analisar como atores históricos se relacionavam com interlocutores polissêmicos, como se moviam no processo de emancipação e constituição dos Estados Nacionais, período extremamente nuançado, em que os ameríndios edificaram um projeto de memória através de um conjunto de cartas mestiças.

Para se repensar a resistência/ação dos pueblos e comunidades indígenas em geral, faz-se necessária uma reinterpretação abrangente dos processos históricos que envolviam essas populações. Mais do que isso, devemos também reavaliar como os diferentes atores nativos criaram e construíram um espaço político guiado na rearticulação de identidades.

Sandinismo: história, teoria e prática.

Igor Santos Garcia

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

igorsangarcia@gmail.com

RESUMO: O Sandinismo foi uma ideologia revolucionária e paralelamente um projeto de nação que estruturou a organização revolucionária dirigente da Revolução Nicaraguense em 1979, ou seja, a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Identificar este projeto de nação requer, portanto, uma análise do pensamento sandinista. A partir das ideias de Augusto C. Sandino, e das bases do programa sandinista, inicialmente moldado por Carlos Fonseca, é possível compreender a ideologia sandinista como um projeto político nitidamente revolucionário e com fortes tendências socialistas, de modo que a nação historicamente defendida pela FSLN tinha como ideal o socialismo.

PALAVRAS-CHAVE: Sandinismo; Nacionalismo; FSLN.

Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa em fase ainda muito inicial. Por motivos óbvios não oferece nenhuma conclusão, de maneira que trata-se de um trabalho que tem como objetivo levantar algumas reflexões ainda sem respostas claras. Aqui o leitor encontrará muito mais problematizações do que propriamente afirmações categóricas acerca do Sandinismo e de suas contradições.

Em uma pesquisa anterior⁴⁴⁰, apresentada em uma edição anterior deste mesmo evento, analisamos a participação de uma brigada de combatentes voluntários na Revolução Sandinista. Além da própria participação, foi também abordada a crítica feita pelos dirigentes da brigada, militantes de um partido trotskista, à FSLN. A crítica que tivemos acesso abriu caminho para uma nova reflexão sobre o sandinismo: a contradição entre sua estrutura partidária e militar e suas ações como detentor do poder político após a revolução. Contradição que pode ser resumida na mudança do programa histórico da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) pouco antes da vitória final contra a ditadura de Anastasio Somoza Debayle.

A reta final da luta contra a ditadura na Nicarágua foi marcada por uma mudança nas diretrizes estratégicas, e esta mudança foi, em nossa opinião, um indicativo de que o

⁴⁴⁰ A Brigada Simón Bolívar e sua participação na Revolução Nicaraguense (1979), apresentada no III Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

projeto de nação sandinista pautado na luta pelo socialismo foi em certa medida deixado de lado em prol da vitória total contra o regime somocista.

A ideologia sandinista

O estudo da ideologia sandinista deve pautar-se, principalmente, em duas figuras, Augusto César Sandino e Carlos Fonseca Amador. O primeiro, referência histórica do sandinismo, lutou contra a intervenção norte-americana na Nicarágua nas décadas de 20 e 30 do século XX; e o segundo, principal dirigente e fundador da FSLN, militou politicamente e lutou entre as décadas de 50 e 70, até sua morte em 1976.

Sandino nasceu em 1895 na cidade de Niquinhomo e durante a juventude trabalhou na propriedade de seu pai, até se envolver em um conflito pessoal em sua cidade e sair da Nicarágua. Durante o exílio trabalhou em Honduras e México, e sua estadia neste último país é de grande importância para sua formação política. Em suas biografias, atribui-se parte de suas posições políticas ao contato que o mesmo teve com o anarquismo e até mesmo a maçonaria no México. Sua identidade patriótica aflora perceptivelmente no exílio, quando resolve voltar para sua terra natal após tomar conhecimento da intervenção estadunidense na Nicarágua.⁴⁴¹

Em território nicaraguense, Sandino organizou uma pequena guerrilha campesina que lutou a favor da causa liberal, sob o comando do General Moncada. Após o armistício entre liberais e os EUA em 1927, resolve não entregar suas armas e continua lutando com sua guerrilha campesina contra as tropas norte-americanas.

Sandino, ou General de homens livres, como se intitulava, se considerava “comunista racionalista”. Ao que parece, este termo é oriundo de duas grandes influências em sua vida, a primeira, o anarco-sindicalismo, e a segunda, sua predisposição à chamada “teosofia”, uma mistura de crença espiritual com a racionalidade científica, muito comum, por exemplo, no espiritismo. A influência espiritual no pensamento de Sandino é muito forte e o mesmo chega em um momento a descrever a revolução como uma purificação espiritual. No entanto, o que nos interessa é sua análise materialista da sociedade. Inegavelmente Sandino era avesso à propriedade, e acreditava na propriedade coletiva (cooperativas) e na autogestão campesina e operária.

⁴⁴¹ SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. *A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira* (1926-1934). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Este movimiento es nacional y anti-imperialista [...] es popular y preconizamos un sentido de avance en las aspiraciones sociales [...] Yo no tendré nunca propiedades [...] Yo soy partidario más bien de que la tierra sea del Estado. En este caso particular de nuestra colonización en El Coco, me inclino por un régimen de cooperativas.⁴⁴²

A guerrilha sandinista desenvolveu em suas áreas de influência cooperativas campesinas, além de promover expropriações de propriedades, como minas de ouro, para socialização dos bens. Apesar de sua concepção notoriamente espiritualista, Sandino se mostrou sempre a favor de um movimento com bases populares e contra a propriedade privada capitalista. Pouco nos interessa o fato de que Sandino se intitulasse “não marxista”, suas ações práticas sempre se mostraram contra o capital e a favor da organização autônoma dos trabalhadores. Esta marca do pensamento sandinista se encontra em várias passagens que o mesmo escreveu e em suas biografias, mas por motivos de espaço não serão trabalhadas aqui com a merecida atenção.⁴⁴³

O outro colaborador histórico do pensamento sandinista foi Carlos Fonseca Amador. Nasceu em Matagalpa em 1936, e, junto com outros companheiros, fundou a Frente Sandinista de Libertação Nacional. É considerado o chefe da revolução e foi o responsável por adaptar o pensamento de Augusto C. Sandino à nova etapa de luta revolucionária nicaraguense. Em sua juventude se afastou da estrutura rígida do Partido Socialista Nicaraguense e viu no pensamento sandinista a verdadeira ideologia condizente à situação histórica da luta do proletariado nicaraguense. Era marxista e teve como grande inspiração revolucionária a Revolução Cubana de 1959.⁴⁴⁴

Dedicou parte de sua produção intelectual à questão da identidade do sandinismo, que deveria pautar-se na identidade radicalmente revolucionária e socialista, conforme o próprio pensamento de Sandino e a organização da FSLN como vanguarda de classe.

Nosotros, al trazarnos seguir la lucha revolucionaria, nos guiamos por los principios más avanzados, por la ideologia marxista, por el comandante Ernesto Che Guevara, por Augusto César Sandino. [...] En el momento

⁴⁴² SANDINO, Augusto C. *El Pensamiento Vivo* (recompilación de Sergio Ramírez). t. I, p. 267. Editorial Nueva Nicaragua, Managua, 1984. *apud* FONSECA TERÁN, Carlos. *La perpendicular histórica: el sandinismo como corriente alternativa y el derrumbe de las paralelas históricas em Nicaragua*. Managua: Hispamer, 2011.

⁴⁴³ FONSECA TERÁN, Carlos. *La perpendicular histórica*. SELSER, Gregorio. *Sandinino, General de Homens Livres*. São Paulo: Global Editora, 1979.

⁴⁴⁴ ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaraguense*. Trad. Maria Silva Mourão Netto. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

actual se hace necesario que planteemos con gran énfasis que nuestro magno objetivo es la revolución socialista. [...] No se necesita mucha perspicacia para adivinar que el enemigo tratará de penetrar la organización, nuestras filas mismas, a través de personas que pueden hacerse pasar por sandinistas, para más adelante provocar escisiones mediante grupos de sandinistas “democráticos.”⁴⁴⁵

A citação acima condensa de maneira satisfatória o posicionamento de Carlos Fonseca. Por um lado estabelece o socialismo como objetivo principal da FSLN, e por outro, alerta para uma possível deturpação do pensamento sandinista, onde “falsos sandinistas” se mesclariam à base do partido e provocariam cisões a partir da reivindicação democrática.

O sandinismo, para efeitos de conclusão, desde Sandino até Carlos Fonseca, se resume a um pensamento radicalmente revolucionário e popular. Como visto acima, sua estrutura é composta pelo anti-imperialismo, a luta contra a propriedade capitalista e a construção do socialismo. O que vimos, afinal, foi que estas ideias se apresentam de maneira menos clara e direta na obra de Augusto César Sandino.

Sandinismo e nacionalismo

É comum na América Latina que o discurso nacionalista se misture com a ação revolucionária socialista. A revolução sempre teve aqui o grande papel de impulsionar o rompimento com o imperialismo, sobretudo aquele empreendido pelos Estados Unidos. A luta pela independência política e econômica sempre encontrou no sentimento nacionalista uma importante base ideológica. Não me refiro, obviamente, ao nacionalismo típico da Europa do período entre guerras, que motivou a ascensão de sentimentos radicalmente xenófobos, racistas e imperialistas, como bem se sabe. O nacionalismo latino-americano é diferente, me parece muito mais propenso a coincidir-se com as ideias da esquerda e, apesar da aparente contradição, tem uma profunda conotação internacionalista, uma vez que se confunde com a aspiração de uma América Latina unida.

O sentimento nacionalista, porém, quando faz parte de uma luta revolucionária, torna-se concreto, ou pelo menos tem esta pretensão. O sentimento torna-se, portanto, um projeto, mais especificamente um projeto de nação. A revolução, na medida em que pretende tomar o poder político, já de antemão está munida de um projeto do que virá a

⁴⁴⁵ FONSECA, Carlos. *Bajo la bandera del sandinismo*, p. 167. Editorial Nueva Nicaragua, Managua, 1985. *apud* FONSECA TERÁN. *La perpendicular histórica*.

ser o futuro Estado Nacional. Toda a ação revolucionária, conseqüentemente, deve, ou pelo menos deveria, estar em harmonia com o projeto de nação defendido pelos revolucionários.

O nacionalismo clássico, ou o próprio Estado Nacional, que teve sua origem na Europa do antigo regime, foi um empreendimento burguês. Ora, a nação é um projeto de conformação de identidades de classes e culturas em prol da formação de um mercado interno. Nesse caso, conclui-se que o Estado Nacional é o projeto de uma classe que assume então um caráter universal. Por outro lado, segundo a teoria marxista, a classe operária é profundamente internacionalista. Assim é porque pensa em termos transnacionais, na medida em que seu inimigo é o capital.⁴⁴⁶

O que podemos chamar de “nacionalismo de esquerda”, muito comum na América Latina, carrega aparentemente uma contradição a ser discutida, entretanto, não nos ateremos a essa questão por se tratar de uma discussão extensa e delicada. Queremos chegar com esta breve análise do nacionalismo à seguinte conclusão: o projeto de nação é o projeto de uma classe (um segmento da sociedade), seja ela qual for, e, apesar de ter sua origem em um certo tipo de imaginação, pois é um projeto, está intimamente ligada à uma ideologia que pretende organizar um Estado Nacional a partir de um determinado molde.

Ao longo da história da Nicarágua basicamente dois projetos de nação se desenvolveram, vindo mais tarde o sandinismo se estabelecer como uma opção alternativa. “Por una parte liberales y conservadores – las dos corrientes políticas que conformaron las paralelas históricas – y por otra parte el sandinismo – la corriente que irrumpió como una perpendicular rompiendo dicho esquema”⁴⁴⁷.

Os dois primeiros projetos de nação, as paralelas históricas, se resumiam aos projetos da elite nacional e se digladiavam em uma disputa carente de conteúdo político muito profundo, uma vez que ambas eram muito parecidas. A disputa das paralelas históricas dividia a tímida burguesia nacional em modernizantes e retrógrados, e de certa forma servia como válvula de escape para a rebeldia popular. Na prática, ser liberal era quase o mesmo que ser “anti-conservador”, por outro lado ser conservador era na prática ser “anti-liberal”. O conflito envolvia disputas familiares e rivalidades regionais muito mais do que uma verdadeira oposição ideológica. O sandinismo, em contrapartida, surgiu como

⁴⁴⁶ TORRES-RIVAS, Edelberto. *Centroamérica: entre revoluciones y democracia*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, CLACSO, 2008.

⁴⁴⁷ FONSECA TERÁN. *La perpendicular histórica*, p. 29.

uma alternativa totalmente nova, com um projeto de nação baseado em uma ideologia que pregava o poder popular e a libertação nacional, trazendo consigo o ideal da libertação social.⁴⁴⁸

O projeto de nação defendido pelos sandinistas foi, como já dito anteriormente, a própria proposição ideológica do movimento. Entender o projeto de nação defendido pela FSLN requer a compreensão da ideologia sandinista, que como já defendemos aqui, é profundamente revolucionária e socialista. Daí o motivo pelo qual Terán caracteriza o projeto de nação sandinista como uma perpendicular histórica, pois emerge de uma ideologia que rompe radicalmente com as paralelas históricas dos liberais e conservadores. Romper com projetos capitalistas requer um projeto anticapitalista, de maneira que no momento em que a FSLN se intitulou um projeto radicalmente diferente dos demais projetos de nação, e também no momento em que opta pela luta armada, a imaginação do futuro Estado Nacional nicaraguense foi erigido pelas ideias socialistas.

A transformação do projeto sandinista

Após a morte de Carlos Fonseca, em 1976, divergências ideológicas se acentuaram no interior da FSLN. Conformaram-se três tendências internas, sendo elas a *Proletaria*, a *Guerra Popular Prolongada* e a *Terceirista*. Apesar da não ocorrência de uma cisão na Frente Sandinista, percebeu-se uma maior divergência quanto à tática de luta contra a ditadura somocista.

Em um relato de cunho jornalístico, mas de grande utilidade na análise histórica, Shirley Christian⁴⁴⁹ narra os bastidores dos momentos decisivos da Revolução Sandinista. Segundo a autora, em um extremo oposto à luta dos revolucionários contra a Guarda Nacional, se desenrolava uma grande operação do governo norte-americano para que houvesse uma transição pacífica entre o fim da ditadura de Somoza e um governo provisório. A transição pacífica nada mais era do que uma tentativa de solução que impedisse que a FSLN tomasse o poder a partir de uma vitória incontestável. A vitória final dos revolucionários tornou-se, naturalmente, mais urgente. A tendência *Terceirista* se transformou em hegemônica quanto à tática de luta. Defendeu uma ampla insurreição em âmbito nacional e apoiou alianças com setores não revolucionários para que a ofensiva final

⁴⁴⁸ _____ . *La perpendicular histórica*.

⁴⁴⁹ CHRISTIAN, Shirley. *Nicarágua: revolução em família*. trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

fosse de fato avassaladora. Após a fuga da família Somoza e de seus partidários, o poder não foi ocupado unicamente pela FSLN, na verdade a chamada Junta de Reconstrução Nacional era composta por vários setores da política nicaraguense, apesar de uma nítida maioria sandinista. A atitude encorajada pelos “terceristas”, que pode ser identificada na Plataforma Político-Militar de Maio de 1977, fez com que a vitória de 1979 não trouxesse consigo a força necessária para que os sandinistas implementassem o projeto de nação historicamente defendido pela FSLN.

A política de alianças adotada pela FSLN na reta final da luta contra a ditadura tornou real a perda de identidade da ideologia sandinista alertada por Carlos Fonseca anos antes. Em benefício de uma estratégia que acelerou, sem dúvidas, a derrota da Guarda Nacional somocista, a FSLN abriu mão de uma identidade historicamente produzida e, conseqüentemente, da possibilidade de implementação de um projeto de nação condizente com esta identidade.

Não se trata aqui de concluir que a ideologia sandinista se converteu em algo diferente após a revolução, nem tampouco de dizer que o sandinismo pós-revolução simplesmente abandonou seus projetos primeiros. No entanto, a situação acima descrita estabeleceu uma série de compromissos que serviram para frear certos elementos do programa revolucionário que moldou a própria formação da FSLN. A aparente perda da identidade original do sandinismo serviu para abalar a própria estrutura da vanguarda revolucionária, que mais tarde se converteu em partido político eleitoral, pois em última instância simboliza contradições entre o projeto de nação e as ações políticas dos sandinistas. Tratamos, afinal, de uma falta de coerência entre história, teoria e prática.

Vídeo-arte e literatura de testemunho no Chile: um estudo da obra *El padre mío*

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
isadora.vivacqua@yahoo.com.br

RESUMO: este artigo analisa o vídeo-arte (1985) e a obra literária (1989) que compõe o trabalho *El padre mío*, elaborado pelas artistas Diamela Eltit (1949 -) e Lotty Rosenfeld (1943 -), entre os anos de 1983 e 1989, no Chile. Objetivamos demonstrar como tais produções serviram como denúncia e resistência ao governo ditatorial de Augusto Pinochet (1973-1990), e podem auxiliar na construção de uma memória crítica sobre o período.

PALAVRAS-CHAVE: Vídeo-arte; Literatura de testemunho; Resistência política; Memória; Chile.

Introdução: o aparato coercitivo da ditadura chilena

Em 11 de setembro de 1973, ocorreu um golpe de Estado no Chile sob o comando do general Augusto Pinochet, que pôs fim ao governo democrático de Salvador Allende e ao seu projeto de instaurar o socialismo no país pelas vias constitucionais e democráticas. Após o golpe, os membros da Junta Militar começaram a estabelecer um novo sistema de governo, claramente autoritário, em que partidos políticos e organizações representativas contrárias ao regime foram proibidas de atuar. O cientista político Heraldo Muñoz, destaca que a Junta estipulou vários *decretos-lei*: “normas jurídicas impostas por um regime *de facto*, tendo a força de uma lei decretada pelo Legislativo”⁴⁵⁰, sendo que o primeiro, criado no dia do golpe, garantia à Pinochet a presidência da própria Junta de Governo, cargo que inicialmente seria rotativo. Em 17 de Junho de 1974, através do decreto-lei 527, o general assumiu o posto de “Chefe Supremo da Nação” (detentor exclusivo do Poder Executivo, reduzindo a Junta a um setor legislativo do governo), cargo que posteriormente seria substituído pelo de Presidente da República, em dezembro de 1974.⁴⁵¹

Após o golpe, o ditador ainda deu início a elaboração de um sistema de segurança responsável por auxiliar na manutenção do seu regime. A pesquisadora Priscila Antunes

⁴⁵⁰ MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: Memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Tradução: AGUIAR, Renato, p. 79.

⁴⁵¹ _____. *A sombra do ditador: Memórias políticas do Chile sob Pinochet*, p. 81.

ressalta a criação da *Secretaria Nacional de Detenidos/SENDET*, que possuía um Departamento de Inteligência responsável por produzir as normas de interrogatórios das “pessoas suspeitas”, determinar seu “grau de perigo”, manter uma associação com os serviços de inteligência das Forças Armadas e intercambiar informações. Contudo, por não considerar este órgão totalmente eficiente, Pinochet propôs a sua transformação em outro mais independente, que apenas seria subordinado ao governo e este seria o responsável por coordenar o aparato repressivo no país. Assim, o *Departamento de Inteligência* transforma-se na *DINA – Dirección de Inteligencia Nacional*, e através do decreto-lei 521 torna-se responsável por recolher informações que ajudassem a manter a “segurança nacional”.⁴⁵²

Os serviços de inteligência latino-americanos tiveram seu auge com a criação do grupo *Condor*, uma “formação multinacional dedicada a operar nos países limítrofes, nos quais assassinavam ou detinham dissidentes que fugiam da repressão em seus países de origem”.⁴⁵³ *Condor* pode ser compreendida como uma unidade concreta do Departamento Exterior da *DINA*.⁴⁵⁴ Percebe-se assim, que Pinochet coordenou um intenso aparato coercitivo no Chile, visando atingir tanto àqueles que permaneciam no país quanto os que foram para o exílio. Diversas pessoas foram perseguidas, torturadas e assassinadas, por serem consideradas ameaças ao governo.

No campo econômico, o general implementou o modelo de liberalismo proposto por Milton Friedman e, contando com o auxílio de jovens economistas formados na Universidade de Chicago (os “*Chicago boys*”), começou um “tratamento de choque” para mudar a economia do país: implantou medidas de “enxugamento” do Estado, privatizações em massa e fim de políticas assistencialistas. Essas medidas alavancaram a economia chilena, mas trouxeram diversos prejuízos sociais, tornando direitos fundamentais (como acesso à educação, a bens básicos de alimentação) restritos principalmente à parcela da população que possuía melhores condições financeiras.

A historiadora Êça Pereira da Silva ressalta que tal modelo econômico também impactou a situação das artes do país. Com o fim do mecenato estatal para as atividades culturais, característico do governo de Salvador Allende, e o clima de repressão instaurado

⁴⁵² ANTUNES, Priscila. *O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38, Jul/Dez 2007, p. 399-417.

⁴⁵³ _____. *O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet*, p. 406.

⁴⁵⁴ _____. *O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet*, p. 406.

a partir de 1973, teve início o período conhecido como “apagão cultural” que durou mais intensamente até 1976, quando alguns artistas articulariam novas maneiras de produzir e divulgar as suas obras,⁴⁵⁵ sendo muitas delas elaboradas para denunciar os crimes do Estado. A escritora Diamela Eltit e a artista plástica Lotty Rosenfeld foram intelectuais⁴⁵⁶ que utilizaram a arte como instrumento de resistência política. A seguir, nos dedicaremos a analisar um de seus trabalhos intitulado *El Padre Mío*, que foi desenvolvido na década de 1980 em Santiago do Chile, ajudando a questionar tanto o contexto ditatorial quanto outras formas de violência que já haviam sido naturalizadas pela sociedade chilena.

O trabalho *El padre mío* e o *Colectivo Acciones de Arte (CADA)*

Em 1979, Diamela Eltit e Lotty Rosenfeld ajudaram a fundar o *Colectivo Acciones de Arte (CADA)*. Este grupo foi criado com o objetivo de denunciar a ditadura pinochetista a partir da realização de intervenções artísticas pelas ruas das cidades; ansiavam também, por romper com as concepções mais tradicionais de arte que eram associadas à divulgação de obras apenas em espaços fechados e não acessíveis à parcela da população. A proposta do coletivo era a de perceber toda a cidade enquanto um museu que deveria ser ocupada artisticamente pelos cidadãos. As artistas procuravam conhecer as diversas regiões de Santiago, inclusive as áreas mais periféricas, enxergando nelas espaços para suas intervenções urbanas e percebendo a arte como uma ferramenta para desenvolver uma nova forma de vida, mais coletiva e democrática.

Eltit e Rosenfeld desenvolveram muitos projetos em conjunto enquanto integravam o grupo *CADA*. Um destes foi intitulado *El padre mío* e partiu do encontro das artistas com um sujeito que habitava um terreno baldio e aparentava possuir algum problema psiquiátrico. Elas encontraram com este homem entre os anos de 1983 e 1985, realizando gravações dos seus depoimentos. Sob o “prisma da loucura” ele narrou o contexto ditatorial chileno e, embora para muitos a sua fala pudesse ser desconsiderada por não ter a

⁴⁵⁵ SILVA, Êça Pereira da. *Araucaria de Chile: uma revista de resistência cultural*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.10, p. 83-125, jan./jun. 2011, p. 83-85.

⁴⁵⁶ Por “Intelectual” pode-se compreender, segundo Carlos Altamirano: “actores del debate público, el intelectual como ser cívico – ‘conciencia’ de su tiempo, intérprete de la nación o voz de su pueblo”; disponível em: ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina II: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires, Katz, 2010. p. 09-28. A função do intelectual seria “producir y transmitir mensajes relativos a lo verdadero (si se prefiere: a lo que ellos creen verdadero), se trate de los valores centrales de la sociedad o del significado de su historia, de la legitimidad o la injusticia del orden político”; disponível em: ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina I: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Kart Editores, 2008, p. 09-14. Os intelectuais dialogariam com seus “pares” e com a sociedade em geral, necessitando do reconhecimento de ambos os públicos.

mesma estrutura narrativa que a de uma pessoa considerada “normal”, elas optaram por escutá-la e divulgá-la, defendendo que seu discurso poderia ajudar a questionar o quadro político de seu país, e não assim devendo cair no esquecimento. A divulgação do testemunho foi realizada a partir da criação de duas obras: uma produção literária (1989) à cargo de Eltit e um vídeo-arte (1985) elaborado pelas duas artistas e que foi listado como um dos trabalhos do *Colectivo Acciones de Arte*.⁴⁵⁷

Ao conversar com este morador da periferia, Eltit conta que não descobriu seu verdadeiro nome, contudo, ao se apresentar, ele se descreveu como alguém que pertenceu a cargos altos do governo, que possuía importantes informações sobre pessoas da administração ligadas a *El Padre Mío* (que analisando suas falas podemos associar à figura de Pinochet), mas que por não compactuar com determinadas ações deste grupo foi perseguido, colocado em um hospital psiquiátrico e teve seus bens confiscados. Em seu discurso, destaca-se constantemente a necessidade de falar sobre o que ocorreu para que “os atuais eventos”, conforme diz, possam ser questionados.⁴⁵⁸

Embora não se possa afirmar sobre o que seria fruto da doença e o que corresponderia a situações reais, podemos ver neste sujeito um exemplo de alguém que contraria o discurso oficial das Forças Armadas, de um Chile supostamente democrático e inclusivo. Trata-se de uma pessoa marginalizada tanto pela sua condição econômica quanto psicológica que nos relembra das variadas maneiras de repressão que estavam sendo impostas. Estas envolviam não apenas agressões físicas, mas também a construção de imagens negativas sobre determinados grupos sociais, visando excluí-los ou transformá-los em sujeitos cujas falas e identidades deveriam ser ignoradas, evitando que seus discursos se propagassem e questionassem a ordem vigente. A partir das imagens gravadas deste homem, e contando com o auxílio do cinegrafista Juan Forch, Eltit e Rosenfeld produzem então, um vídeo-arte chamado *El Padre Mío* (1985)⁴⁵⁹ objetivando transmitir esse discurso das margens para a população.

El padre mío e o vídeo-arte no Chile

⁴⁵⁷ El padre mío. *Memória Chilena*. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-93257.html>.

⁴⁵⁸ ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 22-70.

⁴⁵⁹ O vídeo encontra-se disponível em: <http://www.umatic.cl/video15.html>.

Uma das principais características que configuram um vídeo-arte é o seu caráter de experimentação com a imagem eletrônica. Esses vídeos geralmente não contam com os mesmos equipamentos que os grandes cinemas, mas buscam apresentar as imagens de uma maneira nova e proporcionar algum tipo de reflexão crítica. Conforme já supracitado, durante o governo de Pinochet foram cortados os incentivos à produção cultural, além do estabelecimento da censura às obras contrárias ao regime militar. Procurando incentivar a volta da produção artística no país e as trocas culturais com intelectuais de outras regiões, membros da embaixada francesa ajudaram a criar, nos anos 1980, os chamados “*Encuentros Franco-Chilenos de Video Arte en Chile*”, promovendo um espaço que permitia aos artistas se expressarem mais livremente, visto que se sentiam resguardados diante da proteção oferecida por membros da embaixada de tal país.⁴⁶⁰ A obra *El Padre Mio* foi exibida nestes encontros e considerada como um dos importantes trabalhos feitos por Eltit e Rosenfeld.⁴⁶¹

Tal vídeo-arte possui aproximadamente dez minutos de duração e inicia apresentando uma movimentação popular e alguns protestos no Chile. Depois, esta cena começa a se desfazer e aparece junto a ela a imagem de Pinochet, com um uniforme branco, de gala. Contudo, mesmo quando a imagem dos protestos começa a sumir e a do general a ter maior destaque, não se ouve a voz do ditador, mas as vozes das ruas, dos sujeitos que se rebelavam. Michel J. Lazzara destaca que por meio dessa justaposição de imagens as artistas apresentam uma crítica a ideia de nação que estava sendo construída pela ditadura: elas unem uma imagem divulgada pelo regime, de Pinochet portando seu uniforme que continha o desenho da bandeira do país, às vozes clandestinas, vindas de sujeitos moradores de regiões periféricas, que não são incluídos nesta nova nação, tendo os seus gestos e discursos reprimidos pelas forças armadas.⁴⁶²

Em seguida, aparece no vídeo a imagem de uma menina usando um uniforme escolar; a criança se apresenta como Marisol Díaz, de oito anos, e começa a ler uma redação. Díaz trás um impactante relato sobre a sua família, dizendo que seu pai e seu irmão são abusadores e que a sua mãe, diante destes ataques, tentou fugir e abandoná-la.

⁴⁶⁰HERESI, Constanza Jensen. *Aproximaciones hacia el videoarte: análisis sobre su génesis, desarrollo y consolidación em Chile (1973-1989)*. Universidade do Chile. Santiago, Abril, 2013, p. 40-41.

⁴⁶¹ Encuentros Franco-Chileno de video-arte. Centro Cultural La Moneda. Disponível em: <http://www.ccplm.cl/sitio/2014/encuentros-franco-chileno-de-video-arte/>.

⁴⁶² LAZZARA, Michael J. *Prismas de la memoria: narración y trauma en la transición chilena*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2007, p. 104-105.

Este caso pode representar a situação de muitas mulheres em uma sociedade onde impera o patriarcalismo e procura-se naturalizar situações de violência, tratando-as como necessárias para a correção de comportamentos ditos “inadequados”. No plano “macro”, ou na esfera nacional, pode-se perceber isso nos diversos tipos de tortura realizados pelos militares, destinadas principalmente às mulheres, como o estupro. Elas eram muitas vezes vistas como criminosas e portadoras de um comportamento subversivo não apenas por se posicionarem contrárias ao golpe, mas também por estarem contrariando os estereótipos de gêneros que foram (e são), durante anos, construídos e reforçados, saindo de suas casas e ocupando diversas frentes de luta, inclusive a luta armada.

Em um plano “micro”, ou relacionado aos ambientes privados, pode-se usar o caso de Díaz para refletir sobre os tipos de abuso que algumas mulheres sofrem em suas residências e que não são realizadas apenas por agentes militares, mas também por membros de suas próprias famílias que consideram normal o ataque e o controle ao corpo feminino. Seria, conforme ressaltou Lazzara: “un tipo de violencia doméstica que reproduce en ámbito privado una versión-reflejo de la violencia patriarcal (dictatorial) que caracteriza la esfera pública”⁴⁶³. Por meio da inserção da imagem e da fala desta criança, percebe-se que Eltit e Rosenfeld realizaram uma forte crítica a uma estrutura social machista e repressiva e, embora este tipo de sociedade não tenha surgido com a ditadura militar, ela foi reforçada neste contexto. Durante o governo de Augusto Pinochet direitos básicos que as mulheres haviam conquistado no Chile foram excluídos, estipularam-se normas de conduta e vestimentas, além da proibição, em 1989, do aborto em qualquer circunstância (lei que ainda permanece em vigência no país).⁴⁶⁴

Após a cena da menina Marisol Díaz, o filme apresenta outra mistura de sons e rostos, e retoma imagens do general discursando para a população. Outra vez não se houve a voz de Pinochet, mas de mulheres e homens de regiões marginais de Santiago, sujeitos muito pobres narrando a sua luta para sobreviver. Deste modo, as artistas questionam novamente os discursos do ditador ao mostrar que a modernização de caráter autoritário que ele promovia não solucionava os problemas do país, mas ao contrário, ampliava os índices de desigualdades sociais. Esta situação também não é específica do contexto

⁴⁶³ _____. *Prismas de la memoria: narración y trauma en la transición chilena*, p. 105.

⁴⁶⁴ As leis que proíbem o aborto no estão no Código Penal do Chile, sob o título de "Crimes e Delitos contra a Ordem da Família, a Moralidade Pública e a Integridade Sexual", artigos 342 e 345, datadas de 1989.

ditatorial, mas foi agravado neste período devido, por exemplo, ao combate realizado aos projetos sociais da Unidade Popular⁴⁶⁵, como: reforma agrária, ampliação dos direitos trabalhistas, política de redistribuição de alimentos para moradores de regiões carentes e o controle de preços de itens básicos à sobrevivência. Durante o governo pinochetista tais medidas foram rechaçadas em prol de políticas típicas do “Estado-mínimo”.

O vídeo-arte prossegue com novas mistura de vozes, contudo, uma delas passa a se destacar em relação às outras - a do sujeito esquizofrênico que Eltit e Rosenfeld encontraram habitando um terreno baldio. Embora a câmera ainda foque no rosto do ditador, a voz que escutamos continua sendo das margens da cidade, mais especificamente de alguém considerado como um sujeito louco. Assim, as artistas transmitem a ideia de que a fala do morador de rua estava sendo dita por Pinochet e seria este então o discurso que gostariam que fosse divulgado. Tal montagem também poderia indicar, segundo Lazzara, que as falas do ditador contrapostas às imagens da realidade chilena apresentadas, devem ser vistas como loucura, como um discurso doentio.⁴⁶⁶

Ao fim do filme, as gravações realizadas nos encontros com o morador da periferia tornam-se mais nítidas e a câmera passa a focar apenas em tal sujeito, destacando a sua aparência. Somos obrigados a visualizar com detalhes o modo como ele se encontrava, usando roupas velhas, possuindo feição triste, dentes quebrados e pele machucada. Suas falas e gestos transmitem intensa angústia e nos apresentam a versão deste sujeito sobre o contexto político chileno. Deste modo, o vídeo-arte encerra cumprindo seu propósito de destacar imagens e vozes diferentes das apresentadas nos discursos do governo, criticando a construção de uma história dita “oficial”, inquestionável.

El padre mío e a literatura de testemunho

Além da elaboração do vídeo-arte, Diamela Eltit dedicou-se a produção de uma obra literária também intitulada *El padre mío* (1989). Um dos objetivos da obra era novamente servir como um canal de comunicação para tal habitante da periferia que provavelmente não teria as suas falas conhecidas pelo resto da população. No livro, nos

⁴⁶⁵ Coalização de partidos políticos e movimentos de esquerda que apoiaram a candidatura de Salvador Allende à presidência do Chile.

⁴⁶⁶ LAZZARA, Michael J. *Prismas de la memoria: narración y trauma en la transición chilena*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2007, p. 105-106.

deparamos inicialmente com uma apresentação em que a escritora familiariza o leitor com a história do seu encontro com este sujeito: ela narra que o conheceu em 1983, quando realizava uma investigação sobre a cidade e as suas margens, acompanhada de Lotty Rosenfeld, responsável pela documentação em vídeo das pesquisas. Eltit ressalta que os termos “investigação” ou “pesquisa” não indicam que elas possuíam um programa estruturado que delimitaria por onde circulariam e o que deveriam registrar, mas servem para indicar o propósito de “captar y capturar una estética generadora de significaciones culturales”.⁴⁶⁷

A artista descreve ironicamente os corpos dos habitantes destas zonas periféricas como “Esculturas”, destacando que eram muitas vezes considerados como meros objetos pertencentes a estrutura arquitetônica da cidade. Seria necessário enxergar todas as pessoas enquanto “Es-culturas”, em um processo de alteridade, de percepção e valorização de diferentes formações culturais, organizações sociais, etc.⁴⁶⁸. A escritora narra que em suas caminhadas encontrou com o sujeito que chamou de *El padre mío* vivendo em um terreno baldio na Comuna de Conchalí, uma região pobre de Santiago. Observando o espaço notou que ele provavelmente morava no local há bastante tempo: possuía roupas penduradas em arbustos, jornais antigos, objetos para fazer uma fogueira e frascos com água; era muito magro e tinha a pele machucada. Eltit encontrou com este homem três vezes, nos anos de 1983, 1984 e 1985, realizando gravações e filmagens dos seus depoimentos, e, depois, a transcrição fidedigna de suas falas.⁴⁶⁹

Em tais encontros *El Padre mío* estava em total estado de delírio, fruto de algum problema psiquiátrico, possivelmente esquizofrenia. A escritora deparou-se então, com a dúvida sobre qual seria a maneira mais adequada de lidar com estes relatos já que afirma não possuir conhecimento profundo de psiquiatria para realizar algum tipo de estudo clínico. Ela propõe a análise sob o prisma da literatura, área com a qual estava mais familiarizada e que acreditava poder oferecer outra forma importante de estudo das falas:

Visto desde la literatura, este relato del relato, torna gesticulantes las palabras hasta paralizarlas, mostrando su evidencia monologante, al llevar hasta el límite - trágico o burlesco - el nombre, los nombres del poder.⁴⁷⁰

⁴⁶⁷ ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 11.

⁴⁶⁸ _____. *El padre mío*, p. 13.

⁴⁶⁹ _____. *El padre mío*, p. 15-16.

⁴⁷⁰ ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 16.

Analisando de modo mais específico, podemos considerar a obra de Eltit como integrante da literatura de testemunho, gênero literário que se desenvolveu a partir da necessidade de narrar situações traumáticas, e que no caso da América Latina está bastante associado à violência empregada pelo Estado durante as ditaduras militares que assolaram tal região na segunda metade do século XX. O fio-condutor de todas as falas transcritas pela artista refere-se justamente ao contexto ditatorial chileno e ao modo como este homem se descreve neste período. Com esta obra a escritora atuou como mediadora para que ele pudesse contar os seus traumas e ter o seu testemunho divulgado, compartilhando outra visão sobre o Chile, diferente das propagadas nas “grandes-mídias”. O pesquisador Juan Armando Epple enfatiza que uma das funções da literatura de testemunho seria justamente a de “democratizar el discurso y postular la verdade de una experiência alternativa a la que trata de modelar ideológicamente el sistema dominante”.⁴⁷¹

Embora muitos destaquem que é impossível narrar completamente o horror vivenciado em situações de grandes traumas, os testemunhos ajudariam na luta contra o esquecimento destes eventos e contribuiriam para a construção de uma *cultura de memória*, relembrando criticamente tais situações e buscando impedir que elas se repitam. Conforme ressaltou Nora Strejilevich “el horror pretende borrar las huellas del enemigo para que la historia pueda asegurar que ese outro jamás existió; el testimonio, en cambio, expone las marcas, desafiando la aniquilación y admitiendo sus efectos”.⁴⁷² A recuperação da memória pode ser vista, assim, como um ato de resistência política. Ainda na introdução de seu livro, Eltit demonstra tal preocupação em impedir que as memórias deste sujeito caíssem no esquecimento. A escritora narra que após o terceiro encontro com o morador de Conchalí (em 1985), retornou no ano seguinte ao terreno baldio onde ele vivia, todavia, não conseguiu mais encontra-lo. Com a publicação do livro afirma que deseja divulgar os depoimentos deste homem, tentar impedir que eles sejam apagados e, especialmente, diluir o peso de sua ausência.⁴⁷³

Após a apresentação do livro, segue-se a transcrição das três falas de *El padre mío*, separadas pelo ano em que foram gravadas. Em um primeiro contato, os testemunhos

⁴⁷¹ EPPLÉ, Juan Armando. *Acercamiento a la literatura testimonial en Chile*. Revista Iberoamericana: Pittsburgh, Vol. LX, 1994, p. 1149.

⁴⁷² STEJILEVICH, Nora. *El arte de no olvidar. Literatura testimonial en Chile, Argentina y Uruguay entre los 80 y 90*. Buenos Aires: Catálogos, 2006, p. 17.

⁴⁷³ ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 18.

podem parecer desprovidos de lógica, vindos de uma pessoa em estado de alucinação e que, portanto, não seria possível estabelecer algum vínculo entre eles e a realidade chilena. Todavia, analisando as falas pode-se perceber claramente o clima de opressão e violência instituído durante a ditadura militar e o modo como a figura de Pinochet foi associada, para muitos, à de uma autoridade que deveria ser respeitada indiscriminadamente. Lazzara ressalta que o sujeito esquizofrênico refere-se constantemente ao ditador como o seu pai, entretanto, um pai autoritário, que oprime e não acolhe. Rejeitando este pai, Eltit escolhe o homem marginal que encontrou na periferia de Santiago para ocupar este papel, passando a se referir a ele como *El padre mío*, negando assim, a autoridade que Pinochet tentava impor.⁴⁷⁴

Em sua primeira fala o sujeito afirma: “El padre mío les da órdenes a todos ustedes, ilegal”⁴⁷⁵, descreve-o como integrante das forças armadas e como alguém que conta com pessoas influentes para cuidar de seus documentos. Assim como El padre mío, ele também teria integrado a Administração do país e deveria ocupar determinados cargos do governo, contudo, estes lhe foram negados e afirma o terem perseguido: “A mí me plantearon por asesinato y enfermo mental. Se pagó un dinero importante por lo mío”.⁴⁷⁶ O motivo destas perseguições é apresentado de modo sistemático nas suas três falas, repetindo que não concordou e não foi cúmplice de determinadas pessoas que tinham como meta exterminar outras; contudo, como possuía importantes informações sobre elas, sabendo inclusive o endereço pessoal, teria sido vítima de repressão.⁴⁷⁷

Conforme ressaltado, embora o depoimento fosse dado por uma pessoa em estado de delírio, pode-se tentar compreender a maneira pela qual este homem se percebe no contexto opressor da ditadura e qual o efeito do *trauma* em seu discurso. Um elemento sobre o qual ele se preocupa é o que denomina de “poder da eletricidade”, dizendo que serviu para enfraquecê-lo, além de tornar a sua mente confusa.⁴⁷⁸ Sabe-se que os choques elétricos foram um dos instrumentos de tortura empregados neste contexto, e que foram muitas as vítimas deste procedimento. Se este homem realmente foi uma destas vítimas não

⁴⁷⁴ LAZZARA, Michael J. *Prismas de la memoria: narración y trauma en la transición chilena*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2007, p. 103.

⁴⁷⁵ ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 23.

⁴⁷⁶ _____. *El padre mío*, p. 23.

⁴⁷⁷ _____. *El padre mío*, p. 40.

⁴⁷⁸ _____. *El padre mío*, p. 40.

é possível afirmar, mas seu relato pode ser visto como um testemunho de um contexto em que esta e outras formas de violência foram tratadas como normais ou necessárias.

Nos discursos deste sujeito, outro traço que também aparece é a sua busca pela definição de uma identidade e um dos elementos que usa para descrevê-la é a sua opção política em contraste com a de *El padre mío*, ressaltando assim, as suas diferenças em relação ao ditador: “pero el Padre Mío no es comunista, sino que es un oportunista, por lo que le estoy conversando yo. Pero yo sí que soy comunista y socialista”.⁴⁷⁹ Ele também afirma que gostaria que as suas memórias não fossem ignoradas e pudessem ser tratadas como testemunhos do contexto político que seu país vivenciava. Diamela Eltit afirma que a sua fala exerce

una provocación y una demanda a habitar como testimonio, aunque en rigor su testimonio está desprovisto de toda información biográfica explícita. El mismo lo dice en una de sus partes: ‘Pero debería de servir de testimonio yo. Hospitalario no puede servir, porque ahí tienen empleada la táctica de la complicidad’. (De su Tercera Habla).⁴⁸⁰

Por meio do livro *El padre mío*, a escritora se propõe a tratar as falas deste sujeito do modo como ele sugeriu, produzindo uma importante obra para divulgar de modo fidedigno os seus depoimentos. Apesar de o último encontro ter ocorrido em 1985, Eltit apenas conseguiu publicar as falas quase quatro anos depois. Nos agradecimentos da obra a escritora afirma que esta publicação só foi possível com o auxílio do seu amigo e editor Francisco Zegers, “quien ha compartido la opción por espacios y voces alternativas y, particularmente, por esta habla encontrada en la ciudad”⁴⁸¹. Ao publicá-la, a escritora busca conferir autenticidade a um discurso marginal ou, oferecer um contra-discurso às falas de Pinochet, destacando como em todas as partes das cidades encontram-se sujeitos atingidos pela ditadura e que tem algo a dizer sobre esta situação.

Considerações finais

Por meio do estudo do vídeo-arte (1985) e da obra literária (1989) que compõe o trabalho *El padre mío*, pode-se perceber a preocupação de Diamela Eltit e Lotty Rosenfeld em desenvolver projetos artísticos capazes de dialogar com o contexto político pelo qual o

⁴⁷⁹ ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 46.

⁴⁸⁰ _____. *El padre mío*, p. 17-18.

⁴⁸¹ _____. *El padre mío*, p. 09.

Chile vivenciava em fins do século XX: regime ditatorial, censura, repressão política, etc. Em suas produções realizam muitas críticas ao governo de Augusto Pinochet e destacam as consequências sociais da implementação de um sistema econômico neoliberal no país. As artistas dedicaram-se também a estudar os diversos mecanismos de poder que existem nas cidades e que não são tão claros como a imposição de um novo governo. Para isso, investigaram variadas regiões de Santiago, procurando destacar sujeitos e espaços periféricos, percebendo em suas falas um contra-discurso vindo das margens da cidade às informações divulgadas pela “grande mídia”. Assim, realizaram um combate à formação de uma imagem única sobre a história chilena. Hoje, 25 anos após o fim da ditadura, o trabalho *El padre mío* continua ocupando um papel fundamental na construção de uma memória crítica, mantendo vivas falas e histórias que alguns desejam esquecer ou apagar.

Sem rosto, mas não sem voz: identidade e discurso no Exército Zapatista de Libertação Nacional

Júlia Melo Azevedo Cruz

Mestranda em História e Culturas Políticas

Universidade Federal de Minas Gerais

juliameloac@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de analisar alguns dos principais componentes do discurso político e da identidade do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento indígena que surgiu no estado de Chiapas, no México, na década de 1980 e que luta, principalmente, pelos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal. A princípio, surgiu como uma insurreição local na região do sudeste mexicano e, posteriormente, expandiu suas demandas, suas estratégias de ação e seu alcance político para o âmbito nacional e até mesmo internacional. Em meados dos anos 2000, já era um movimento bastante diferente daquele que havia feito sua primeira aparição pública em 1994 e contava com comunidades zapatistas espalhadas por diversos países do mundo. Com foco nas transformações pelas quais passou o repertório de ação política do grupo – que deixou a luta armada e passou a adotar uma estratégia de ação civil e pacífica – procuramos traçar algumas das características do discurso político e da identidade zapatistas. Apesar de ser um movimento majoritariamente indígena, os integrantes do EZLN utilizam uma máscara para cobrir o rosto (o *pasamontañas*) e defendem a ideia de que todo e qualquer um pode ser zapatista. Não têm rosto, mas têm voz: com um discurso quase poético que dialoga com diversos interlocutores (as comunidades indígenas, a sociedade civil nacional e internacional, o governo, os intelectuais mexicanos, as minorias, dentre outros), o Exército Zapatista de Libertação Nacional encontrou sua maior força nas palavras.

PALAVRAS-CHAVE: Zapatistas; México; Discurso político; Identidade.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento indígena que surgiu no estado de Chiapas, no México, na década de 1980 e que luta, principalmente, pelos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal, atua em um contexto em que o caráter multicultural, o pluralismo ideológico e identitário e a transnacionalidade

estão em evidência nos novos movimentos sociais. Ao utilizarem o *pasamontañas* (máscara que cobre o rosto dos insurgentes), declararem que todo e qualquer um pode se tornar zapatista, e possuírem um discurso direcionado para diversos estratos da sociedade mexicana e internacional, o grupo zapatista alarga o espectro identitário do movimento e conquista, assim, apoio de diferentes grupos e alcance político impressionante no cenário mundial. Por outro lado, os zapatistas enfatizam a dimensão indígena do movimento e não perdem de vista suas especificidades, sendo capazes de integrar o particular e o geral. Essa habilidade é expressada no discurso político do movimento, cuja força ultrapassou a força das armas. No presente trabalho, buscamos analisar alguns dos principais componentes do discurso e da identidade do EZLN e traçar algumas das mudanças pelas quais eles passaram.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional fez sua primeira aparição armada em 1º de janeiro de 1994, dia em que entrava em vigor o North American Free Trade Agreement (NAFTA)⁴⁸², acordo assinado entre o México, os Estados Unidos e o Canadá. O grupo zapatista desceu armado da Selva Lacandona – sede do movimento localizada no estado de Chiapas – e tomou as cidades de San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Cañadas, na região sudeste do país. A assinatura do NAFTA firmava o compromisso do governo mexicano com o neoliberalismo e representava para os povos indígenas e camponeses mais prejuízo, exclusão, ameaça de perda de terra e trabalho. O estado de Chiapas já se encontrava em uma situação desfavorável para essas comunidades, caracterizada por altos níveis de pobreza e desigualdade, e por um sistema político oligárquico e clientelar.⁴⁸³ Como coloca Werner Altmann, este estado ficou à margem do processo revolucionário no início do século XX, e as reformas agrárias promovidas pelo presidente Lázaro Cárdenas, na década de 1930, pouco atingiram a região.⁴⁸⁴ Além do descontentamento com o NAFTA, a reforma do Artigo 27 da Constituição em 1992 pelo então presidente Carlos Salinas de Gortari acabou com a perspectiva dos camponeses da partilha da terra, com a criação de condições para o desmantelamento dos *ejidos*, as comunidades agrárias provenientes da Revolução Mexicana.

⁴⁸² Também conhecido como TLC: Tratado de Livre Comércio.

⁴⁸³ MARTINEZ ESPINOZA, Manuel Ignacio. El movimiento zapatista: un análisis desde la teoría de movilización de recursos. *Revista Kairos*, San Luis, ano 10, n. 18, 2006, p. 4.

⁴⁸⁴ ALTMANN, Werner. A rebelião indígena de Chiapas: anti-neoliberalismo orgânico da América Latina. In: Paulo Barsotti; Luiz Bernardo Pericás. (org.). *América Latina: história, ideias e revolução*. 1 ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 185.

Em resposta a todos esses fatores – que dizem respeito tanto às condições locais do estado de Chiapas quanto a um contexto global do capitalismo – o EZLN, que já estava em processo de conformação desde a década anterior, travou em 1994 uma luta contra o governo mexicano para que ele atendesse suas demandas por terra, trabalho, teto, alimentação, educação, saúde, liberdade, democracia, justiça, independência e paz.

O EZLN surgiu em 1983, quando um grupo urbano de inspiração marxista-leninista, próximo das concepções guerrilheiras latino-americanas da época, se instalou na Selva Lacandona e começou, a partir da segunda metade dessa década, a estabelecer contato com as comunidades indígenas da região que já se organizavam em sentido à luta. Esse grupo fundador, à medida que foi convivendo e aprendendo com os locais durante a década de 1980, se deparou com as especificidades da cultura indígena e perdeu gradativamente sua influência no seio do movimento. Houve um distanciamento da experiência de luta revolucionária da América Latina e “o modelo insurrecional à mexicana e a influência comunitária índia prevaleceram sobre o vanguardismo leninista ou guevarista.”⁴⁸⁵ O movimento chiapaneco se manteve em silêncio por 11 anos enquanto se preparava para a luta armada e, quando fez sua primeira aparição pública em 1994, o elemento indígena já era dominante. Entretanto, nesse período, o EZLN ainda guardava traços dessa fusão de influências diversas, composta por uma cultura indígena, por ideais dos movimentos de libertação nacional e das guerrilhas latino-americanas, por valores patrióticos e herdeiros da esquerda mexicana. Nos primeiros comunicados veiculados pelo grupo insurgente, como a Primeira Declaração da Selva Lacandona, nota-se um discurso mais clássico e permeado pela síntese desses pensamentos distintos.

Os combates declarados com o exército federal começaram em 1º de janeiro de 1994 e duraram doze dias. Após episódios de grande violência e muitas mortes causadas pelo confronto direto, parte da sociedade mexicana que apoiava o Exército Zapatista mostrou desacordo com a via armada e o movimento acabou por optar por uma estratégia civil e pacífica.⁴⁸⁶ O movimento, que até então só havia se preparado para a luta

⁴⁸⁵ LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa: Edições ASA, 1997, p. 50.

⁴⁸⁶ Através da Primeira Declaração da Selva Lacandona, o EZLN declara guerra ao governo federal e ao seu exército. Após 12 dias de combate, estimam-se mortes que variam entre 145 e 1.000 pessoas. No dia 12 de janeiro, o governo decreta cessar-fogo unilateral e há uma grande manifestação pela paz na Cidade do México. O movimento mantém o cessar-fogo e inicia um diálogo com o governo, reivindicando democracia, liberdade, justiça, direitos indígenas, dentre outros. Os confrontos diretos deste conflito terminam, mas

por meio das armas, foi confrontado com a necessidade de se reinventar. As ações políticas do movimento se diversificaram e outros métodos passaram a ser empregados, tais como mesas de diálogo com representantes do governo, convenções com a participação da sociedade civil, encontros intercontinentais, formação de comunidades autônomas e a divulgação de pronunciamentos nos meios de comunicação. É importante destacar, entretanto, que o abandono da ação militar não significou que o EZLN depôs as armas, mas apenas colocou fim ao fogo ofensivo. Por uma questão de segurança interna, a fim de proteger as fronteiras da Selva Lacandona e como uma estratégia de pressionar o governo para atender suas demandas e dialogar com o grupo insurgente, os zapatistas continuaram armados dominando parte do estado de Chiapas⁴⁸⁷, fazendo frente ao governo e mantendo este importante aspecto de sua identidade. Não houve rendição e, em caso de ataque do inimigo, as tropas zapatistas eram instruídas a responder. O cessar-fogo teve o objetivo de aliviar a situação da população civil nas zonas de combate e abrir canais de diálogo com o governo.

A mobilização de milhares de pessoas que pediam o fim da guerra e o diálogo com o governo federal abalou as ideias sobre a maneira de fazer política do EZLN e fez com que ele se redefinissem, em termos de estratégias de ação, de discurso e de identidade. A partir de 1994, segundo o Subcomandante Marcos e porta-voz oficial do movimento até 2014, surgem vários zapatismos: o EZLN propriamente dito composto por combatentes e comunidades indígenas; o zapatismo civil, que surge com os diálogos e as convenções e evolui para uma organização política, a Frente Zapatista de Libertação Nacional; o zapatismo social, que abarca as pessoas que simpatizam com o movimento e o apoiam, mas que não se organizam; e finalmente o zapatismo internacional, que engloba as redes de solidariedade ao movimento espalhadas pelo mundo⁴⁸⁸.

Tendo em vista esses vários zapatismos, é possível afirmar que a identidade do EZLN pode ser considerada híbrida e elástica, considerando também o contexto

ofensivas militares por parte do governo continuam a ocorrer ao longo dos anos no interior do estado de Chiapas.

⁴⁸⁷ O EZLN criou ainda em 1994 os chamados Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ), pequenos territórios sobre o controle das bases de apoio zapatistas no estado de Chiapas. Os MAREZ podem ser vistos como base social do movimento zapatista e como projeto alternativo de sociedade. Estes locais são governados por Juntas de Bom Governo, que buscam formar um governo participativo por meio da coordenação dos representantes das comunidades.

⁴⁸⁸ LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 149.

histórico em que o movimento atua. De acordo com Stuart Hall, as paisagens em constante mudança do mundo moderno e a nova base política definida pelos novos movimentos sociais tornaram possíveis identidades não fixas, essenciais ou permanentes. Os sujeitos – e os movimentos sociais – puderam assumir identidades diferentes em diferentes momentos.⁴⁸⁹ Segundo Marco Bridge e Massimo di Felice, a lógica zapatista “não está baseada em uma identidade, mas em 'devires' pós-identitários. É indígena, mestiça, eletrônica, mexicana, 'glocal', mundial, plural, híbrida e dinâmica.”⁴⁹⁰ O zapatismo procura combinar múltiplas identidades, enfatizar o caráter multicultural da nação mexicana e reforçar a identidade coletiva ao mesmo tempo que as identidades individuais. Um exemplo disso é a mescla que o movimento faz entre a identidade étnica e a identidade nacional, a indianidade e a mexicanidade. Há um intercâmbio entre elementos culturais, símbolos e visões das comunidades indígenas e a cultura urbana e mexicana em geral; uma integração entre o geral e o particular que não apaga, contudo, as particularidades.⁴⁹¹ Neste sentido, o porta-voz oficial do movimento Subcomandante Marcos teve papel fundamental, ao ser capaz de exprimir esse intercâmbio nos pronunciamentos do grupo zapatista, de “combinar sem confundir”.⁴⁹² Ampliar a identidade e o discurso zapatista para além das questões indígenas foi de suma importância para um maior alcance efetivo das propostas dos movimentos. O grupo propôs um amplo projeto para o México, associando a luta de Chiapas com reivindicações nacionais e internacionais, evitando vincular as estratégias do grupo à esfera local.

Segundo Yvon Le Bot, para o EZLN, a identidade é tão importante quanto à igualdade. Os integrantes do movimento, em sua grande maioria indígenas, demandam ser tratados como cidadãos tendo em vista as suas diferenças; o reconhecimento e o respeito da identidade étnica são essenciais. Essa demanda não diz respeito somente a questões de cidadania, de direitos cívicos, do âmbito político, mas vai além disso: abarca o

⁴⁸⁹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

⁴⁹⁰ BRIDGE, Marco. FELICE, Massimo Di. *Votán-Zapata: a marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã Editora, 2002, p. 31.

⁴⁹¹ NIGRI, Sarah Domingues da Rocha. *Nunca más un México sin nosotros!: um estudo sobre as novas representações do indígena construídas pelo movimento zapatista mexicano (1994-1996)*. 180 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2009, p. 92.

⁴⁹² LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 62.

respeito à afirmação do sujeito, pessoal e coletivo, e da cultura de cada grupo.⁴⁹³ A luta a favor da terra comunitária, nesse sentido, tem um objetivo também de preservar uma identidade e um universo cultural.⁴⁹⁴

O discurso zapatista, assim como sua identidade, também tem caráter plural. Representa a fusão das distintas identidades abarcadas pelo grupo, é composto por diferentes vozes e se dirige a diversos interlocutores. Nos comunicados direcionados aos povos indígenas, há uma mobilização de elementos relacionados ao seu imaginário coletivo; nos escritos dirigidos à sociedade mexicana, há um maior resgate de ícones nacionais e fatos da história do país; nas declarações veiculadas para a sociedade civil internacional e movimentos de outros países, os insurgentes ampliam as possibilidades da luta zapatista e enfatizam suas múltiplas identidades. Conforme nos apontam Marco Bridge e Massimo di Felice, “a linguagem e a representação lógica do mundo dos zapatistas busca a hibridação polissêmica e uma linguagem em que *caibam todos os mundos*.”⁴⁹⁵

Entende-se aqui por discurso, segundo as considerações de Michel Foucault, um conjunto de enunciados ou de relações portadores de significados; mais do que uma simples fala, ele é uma prática social. O discurso, objeto de luta política, é constituído em um processo histórico, sendo assim importante estudá-lo dentro de contexto de formação e de circulação.⁴⁹⁶ O discurso zapatista tem uma clara função: a de falar para a sociedade civil como meio de explicar a ela quem eram e o que queriam os zapatistas, tendo como objetivo seu apoio ao movimento. Além disso, segundo Sarah Nigri, o discurso tem caráter performativo, na medida em que “pretende 'fazer acontecer' aquilo que enunciam”.⁴⁹⁷ É uma estratégia de ação política muito bem articulada e funciona na medida em que – frente à falta de força militar do exército zapatista – é intocável pelos aparelhos do poder.⁴⁹⁸ Por meio da força das palavras, um movimento indígena local da selva de Chiapas logrou um

⁴⁹³ LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 64.

⁴⁹⁴ DE JESUS, Graziela Menezes. “*Para todos, tudo! Para nós, nada!*” *O poder nos discursos do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. 151 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação História, Vitória, 2007, p. 11-14.

⁴⁹⁵ BRIDGE e FELICE. *Votán-Zapata*, p. 37.

⁴⁹⁶ SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

⁴⁹⁷ NIGRI. *Nunca más un México sin nosotros*, p. 104.

⁴⁹⁸ LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 15.

alcance nacional e internacional que extrapolou a dimensão indígena e ocupou espaço universal em um contexto de lutas antineoliberais e em favor das minorias oprimidas.

Nesse contexto, a internet ocupou papel fundamental na divulgação da palavra zapatista. Com a ajuda de internautas simpatizantes do EZLN, os pronunciamentos escritos pelos integrantes foram parar na mídia eletrônica e as demandas dos insurgentes e a realidade das populações indígenas no México começaram a circular em escala global, chamando atenção não somente da sociedade mexicana, mas também de parte da população mundial. Por meio dela, os zapatistas lograram projeção nacional e internacional, e estabeleceram uma intensa rede de comunicação e de solidariedade com ativistas de outras lutas e com pessoas que apoiavam suas causas. Comunidades zapatistas e coletivos solidários à resistência do movimento se espalharam pelo mundo, em países como França, Itália e Espanha.⁴⁹⁹ Essas comunidades e coletivos, bem como os ativistas conectados à Internet, fortaleceram o movimento e ajudaram, em alguma medida, a conter a repressão do governo mexicano. Eles realizaram demonstrações de apoio à luta do EZLN, pediram ao governo mexicano que dialogasse com o movimento e formaram uma verdadeira vigília *online*.⁵⁰⁰

Uma das principais características – e trunfos – do discurso zapatista é combinação de elementos da cultura indígena e da cultura nacional, a capacidade de traduzir e adaptar os símbolos e a cosmovisão indígena nos comunicados direcionados à sociedade civil. Para tal, o EZLN enraíza seu discurso político em um regresso ao passado, combinando elementos novos a antigos. Um exemplo disso é a associação feita entre Emiliano Zapata e Votán, um personagem que remonta as lendas indígenas. A partir daí foi criada uma nova figura: Votán-Zapata, que mesclava dois defensores das terras das comunidades. O discurso zapatista, nesse caso, se aproxima do universo simbólico e do imaginário coletivo das comunidades indígenas.⁵⁰¹ Segundo o Subcomandante Marcos:

⁴⁹⁹ Como a *Comité de Solidarité avec les Peuples du Chiapas en Lutte (CSPCL)* e *Espoir Chiapas*, ambos coletivos solidários da França.

⁵⁰⁰ Nos primeiros meses de 1995, por exemplo, as comunidades autônomas zapatistas sofreram tentativas de invasão militar por parte do governo mexicano. O EZLN respondeu não com uma ação militar, mas com uma difusão de comunicados à sociedade civil internacional que formava uma rede virtual de comunicação e solidariedade. Abaixo-assinados, protestos eletrônicos e passeatas ocorreram em vários países e junto às embaixadas mexicanas no mundo, fazendo com que as autoridades mexicanas recuassem.

⁵⁰¹ BAIÃO, Fábio. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre estado e zapatistas no México*. 114 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, 2012.

Não se tratava de inventar uma linguagem nova, mas de dar um sentido novo à palavra e especialmente à história na política. Para avançarmos com essa renovação, tivemos de voltar atrás, de beber na tradição cultural índia para encontrar ideias e personagens antigos, confrontá-las com os modernos e construir essa nova linguagem zapatista. Essa linguagem pós-moderna, se quisieres, alimenta-se paradoxalmente da pré-modernidade histórica. Procura os seus próprios terrenos de luta, a imprensa, os símbolos, ocupa os espaços que vão aparecendo.⁵⁰²

Essa nova linguagem zapatista foi construída após o confronto com a sociedade civil em 1994, quando o grupo começa de fato a utilizar a palavra como força principal dos insurgentes. Na Primeira Declaração da Selva Lacandona, por exemplo, eles evitaram declarar que sua guerra era indígena, local ou étnica, pois queriam o apoio de todos os mexicanos. Segundo o Subcomandante Marcos, havia uma grande preocupação para que a população do país não visse o movimento de fora, mas de dentro.⁵⁰³ Nesse sentido, havia no discurso zapatista muitos elementos referentes a uma mexicanidade. Os escritos do movimento chiapaneco retomam a Revolução Mexicana de 1910 e o símbolo de Emiliano Zapata como cerne da mobilização chiapaneca. A luta por terra, o papel heroico de Zapata e as demandas e conquistas do movimento revolucionário do início do século XX são mobilizados no discurso e na identidade do EZLN, como pode ser percebido inclusive na denominação deste. A organização armada, ao trazer o nome de Emiliano Zapata, resgata elementos simbólicos e históricos da Revolução Mexicana e produz sentido para experiências passadas, tendo em vista a construção de um novo presente e futuro. Para o movimento, Zapata foi a essência da Revolução Mexicana de 1910 e sua figura é tratada como heroica, como um mito, quase imortal. Esse elemento mítico garante em grande parte a identidade do grupo. Os insurgentes postulam uma continuidade com os ideais zapatistas e revolucionários do início do século XX, principalmente no que diz respeito à luta pela terra.

Outros símbolos da história mexicana também aparecem no discurso do movimento, tais como Pancho Villa, Hidalgo e Morelos. Essas figuras, juntamente com Emiliano Zapata, são inseridas no panteão de heróis nacionais do México que lutaram na Guerra de Independência do país iniciada em 1810, como Hidalgo e Morelos, e na

⁵⁰² LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 194.

⁵⁰³ _____. *O sonho zapatista*, p. 121.

Revolução Mexicana de cem anos depois, como Emiliano Zapata e Pancho Villa. O EZLN buscou estreita relação com os valores desses quatro “heróis”, que são vistos como símbolos da resistência nacional pelo movimento e que lutam por uma vida melhor, liberdade, patriotismo, dentre outros. Essa filiação com personagens do passado e com ícones nacionais buscava legitimidade para o grupo, justificava as demandas do presente e as ações políticas zapatistas.

Vale ainda destacar o discurso zapatista direcionado à comunidade internacional: ao utilizarem uma máscara para cobrir o rosto⁵⁰⁴ – um dos ícones de grande popularidade dos zapatistas –, os atores sociais deste grupo afirmam que não possuem uma identidade específica e que toda e qualquer pessoa pode tornar-se um zapatista; a luta deles é uma luta mundial. Segundo o ex-porta-voz oficial do movimento, Subcomandante Marcos,

“Marcos es gay en San Francisco, negro en Sudáfrica, asiático en Europa, chicano en San Isidro, anarquista en España, palestino en Israel, indígena en las calles de San Cristóbal, chavo banda en Neza, rockero en cu, judío en Alemania, ombudsmán en la Sedena, feminista en los partidos políticos, comunista en la post guerra fría, preso en Cintalapa, pacifista en Bosnia, mapuche en los Andes, maestro en la CNTE, artista sin galería ni portafolios, ama de casa un sábado por la noche en cualquier colonia de cualquier ciudad de cualquier México, guerrillero en el México de fin del siglo XX, huelguista en la CTM, reportero de nota de relleno en interiores, machista en el movimiento feminista, mujer sola en el metro a las 10 p.m., jubilado en plantón en el Zócalo, campesino sin tierra, editor marginal, obrero desempleado, médico sin plaza, estudiante inconforme, disidente en el neoliberalismo, escritor sin libros ni lectores, y, es seguro, zapatista en el sureste mexicano. En fin, Marcos es un ser humano, cualquiera, en este mundo. Marcos es todas las minorías intoleradas, oprimidas, resistiendo, explotando, diciendo “¡Ya basta!”. Todas las minorías a la hora de hablar y mayorías a la hora de callar y aguantar. Todos los intolerados buscando una palabra, su palabra, lo que devuelva la mayoría a los eternos fragmentados, nosotros. Todo lo que incomoda al poder y a las buenas conciencias, eso es Marcos.”⁵⁰⁵

⁵⁰⁴ A máscara utilizada pelos zapatistas, também conhecida como *pasamontañas*, pode ser considerada um componente do discurso do EZLN, uma vez que analisamos o discurso como um conjunto de manifestações verbais e *não-verbais*, portador de sentidos múltiplos.

⁵⁰⁵ Trecho de um comunicado veiculado na imprensa em 28 de maio de 1994, chamado “*El Viejo Antonio: ‘En la montaña nace la fuerza, pero no se ve hasta que llega abajo’*”. Captado em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_05_28.htm Acesso em: 15 maio 2015.

Esse trecho exemplifica a ideia de elasticidade da identidade zapatista, como já foi apontado anteriormente. A multiplicidade de identidades do movimento, que passou a ser reforçada no discurso zapatista, teve grande importância na sobrevivência e expansão do EZLN para o plano internacional. De acordo com Ilse Scherer Warren, os novos movimentos sociais na década de 1990 buscaram a formação de identidades coletivas, baseadas em um pluralismo ideológico e em valores e princípios éticos universais, sem a eliminação das particularidades regionais ou comunitárias.⁵⁰⁶ No caso do EZLN, por exemplo, por ser um movimento baseado em valores como liberdade, justiça, democracia e nação, seu discurso consegue atingir estratos muito diversos da sociedade e muitos grupos distintos conseguem se reconhecer no movimento.

A ampliação das propostas e do alcance do Exército Zapatista de Libertação Nacional, o hibridismo de suas identidades, a articulação do passado mobilizada na fala zapatista e a elasticidade do discurso dos insurgentes produziram efeitos na sociedade civil, nacional e internacional. Através, principalmente, das manifestações pela internet, o EZLN conseguiu divulgar sua mensagem “polifônica, polissêmica, híbrida e contaminada por mitos, literaturas e ideologias múltiplas...”⁵⁰⁷.

⁵⁰⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 118.

⁵⁰⁷ BRIDGE e FELICE. *Votán-Zapata*, p. 38.

Os clubes juvenis rurais no Brasil, Argentina e Costa Rica e seus diálogos com os 4-H norte-americanos - Décadas de 1950 a 1970

Leonardo Ribeiro Gomes
Doutorando
FAE/ UFMG
leorigomes@hotmail.com

Resumo: Proponho uma apresentação da pesquisa em fase inicial na qual busco investigar as relações de complementaridade e possíveis tensões entre os clubes agrícolas de jovens rurais do Brasil (Clubes 4-S), Argentina (Clubes 4-A) e Costa Rica (Clubes 4-S), com os clubes 4-H dos Estados Unidos. Tais clubes fizeram parte de iniciativas educacionais e formativas promovidas por agências de desenvolvimento como a *American International Association* – AIA, para a juventude rural latino-americana a partir de fins da década de 1940. Partimos do pressuposto que a organização desses clubes estava ancorada em um espectro de ações que envolvia interesses econômicos e culturais norte-americanos em relação à América Latina. Assim, objetivos como a formação e qualificação da mão-de-obra rural, o aumento da produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida da população do campo, ligavam-se aos arranjos e definições políticas e econômicas do pós Segunda Guerra no tocante aos papéis que caberiam à agricultura na América Latina. Pretendemos investigar até que ponto as trocas culturais entre os sócios dos clubes 4-H e os demais clubes congêneres na América Latina foram marcadas por continuidades, descontinuidades, rupturas e tensões. Defendemos a hipótese que nos países estudados os clubes de jovens rurais foram carregados de forte cunho moral e cívico buscando assim configurar sensibilidades que conformassem o público-alvo em uma visão de mundo considerado moderna pelos seus defensores. Nesse primeiro momento contamos com a análise de fundos documentais acerca da Extensão Rural e principalmente do trabalho com os clubes de jovens rurais localizados em Bibliotecas e Centros de Documentação em Belo Horizonte e da revista Turrialba, editada pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas – IICA que se encontra digitalizada na sua totalidade desde o ano de 1950 a 1995, acrescidas das informações acerca da história dos 4-H a partir do portal da Fundação Nacional 4-H.

Palavras-chave Juventude Rural; 4-H Club; Clubes 4-S; História da Educação Social; América Latina.

O pós Segunda Guerra Mundial representou um momento de estreitamento das relações econômicas, culturais e educacionais entre os Estados Unidos e a América Latina.

ARAPIRACA (1982), TOTA (2000) e DAROS (2012) foram alguns dos autores⁵⁰⁸ que contribuíram com esse debate e também demonstraram como entidades e organismos internacionais estiveram presentes na constituição de propostas aos países chamados de subdesenvolvidos para que trilhassem caminho rumo à superação do atraso econômico e educacional. Nesse contexto vários países latino-americanos passaram a contar com programas que visavam o desenvolvimento agrário de suas regiões interioranas. No Brasil, por exemplo, a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais – ACAR-MG por meio do convênio assinado em 1948 pelo Governo do Estado e a AIA, representou a oficialização do Serviço de Extensão Rural no país. Mesmo não sendo citada em referências aos projetos educacionais postos em jogo no período, tanto para o meio urbano, quanto para o meio rural, a criação da ACAR-MG e as suas iniciativas formativas para a população rural tinham estreita relação com eles. Uma das principais ações da ACAR-MG foi o trabalho com os jovens rurais. No dia 15 de julho de 1952 foi fundado o primeiro Clube 4-S do Brasil em Rio Pomba, no município da zona da mata de Minas Gerais. Começava a partir daquela experiência mineira a ganhar forma o trabalho com a juventude quatroessista no país. Na nossa dissertação⁵⁰⁹ de mestrado discutimos o surgimento e as principais características dos Clubes 4-S no estado de Minas Gerais entre 1952 e 1974. Esse trabalho sinalizou para ligações existentes entre os clubes mineiros e aqueles que se desenvolveram posteriormente no Brasil. O estudo também citou os programas de intercâmbio que havia entre os jovens sócios de Clubes 4-S no Brasil com outras experiências latino-americanas e destes com os jovens dos 4-H nos Estados Unidos. Movimento de mão dupla, mas que implicava a constituição de valores compartilhados pelas agências financiadoras e incentivadoras do trabalho com a juventude rural. A dissertação se baseou na análise de um leque de documentos da ACAR-MG e da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR que envolveu folhetos técnicos, jornais, revistas, relatórios, programas, fotografias.

⁵⁰⁸ ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982; TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; DAROS, Maria das Dores. Desenvolvementismo e políticas educativas no Brasil dos anos 1950-1960: transnacionalização e modernização. IN: GIL, Natália; CRUZ E ZICA, Matheus da; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Volume 1*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

⁵⁰⁹ GOMES, Leonardo Ribeiro. “Progredir sempre”. Os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir) – (1952 – 1974). 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2013.

Na dissertação, mesmo com a ênfase aos Clubes 4-S em Minas Gerais, observamos que o trabalho com clubes agrícolas não era novidade no Brasil naquele período e tinha ligações com outras experiências no continente. A partir de MENDONÇA⁵¹⁰, observamos que se por um lado a existência de clubes agrícolas no país se insere nos debates sobre educação rural da década de 1920, foi a partir de 1940 que se iniciou uma campanha para que estes se multiplicassem. Esta campanha teria sido motivada pelo retorno dos Estados Unidos de técnicos do Ministério da Agricultura. No Brasil, as iniciativas de organização de clubes agrícolas foram intrinsecamente ligadas à vida escolar, apesar das “disputas” de competências no tocante à formação do homem rural que caberiam ao Ministério da Agricultura ou ao Ministério da Educação. Em documento do Ministério da Agricultura⁵¹¹ destaca que foi dado ênfase ao trabalho com os clubes agrícolas:

Junto às escolas públicas e particulares, especialmente no interior, os clubes agrícolas constituem complemento necessário e imprescindível. Se educar é preparar para a vida, a alfabetização por si só não satisfaz: é preciso, também, despertar nos cidadãos de amanhã o gosto pelas atividades produtivas, orientando-os para os trabalhos agrícolas, de modo a criar nos jovens, desde a infância, a consciência do seu valor como fatores positivos na sociedade.

No tocante à América Latina encontramos referências aos clubes juvenis rurais desde a segunda década do século 20. Nesse período já existiam os denominados clubes agrícolas. Mas foi só ao final da década de 1940 e durante a de 1950 que houve um aumento do número de clubes de juventude rural no continente americano⁵¹². Esses clubes se diferenciavam daqueles fundados no início do século 20. Os clubes juvenis rurais visavam o incremento de técnicas agrícolas ditas modernas e o desenvolvimento da formação cidadã dos seus sócios, por meio de um processo informal de educação. Esses clubes tiveram como modelo ou foram inspirados nos *4-H Clubs (Head, Heart, Hands, Health)* que atuam nos Estados Unidos desde o início do século 20 reunindo jovens de

⁵¹⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960)*. Estudos Sociedade e Agricultura, abril 2006, vol. 14 n.º 1, p. 99.

⁵¹¹ LIMA, J.P.; BUHR, C.; LAVOR, G.C. *Clubes Agrícolas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1949.

⁵¹² Na América do Sul ocorreu, por exemplo, em 1948 a fundação no Chile do Clube da Juventude Agrícola 4-C (Cabeça, Coração, Capacidade, Cooperação). O Brasil teve em 1952 a formação dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir). No ano seguinte foi a vez do Paraguai, onde os clubes ficaram conhecidos como 4-C (Cabeça, Coração, Capacidade, Cooperação). Em 1954 foi organizado no Uruguai o Movimento da Juventude Agrária – MJA que tinha como lema: Trabalho, Saúde e Alegria. Em 1956 foram criados na Argentina os Clubes 4-A (Ação, Adestramento, Ajuda, Amizade). Desde 1949 já existiam na Costa Rica os também denominados Clubes 4-S sendo, por sua vez, nesse país centro-americano o significado dos 4-S (Saúde, Saber, Sentimento, Serviço). (FUNDAÇÃO FORD. *Juventude Rural das Américas. Volume II*. Deaborn, Michigan: Ford Motor Company, 1962).

ambos os sexos, entre 10 a 20 anos com o intuito de desenvolver o sentimento de grupo, aprimorar técnicas científicas de produção e melhorar as condições de trabalho e moradia. Mas, enquanto os clubes agrícolas estavam intrinsicamente ligados ao meio escolar, os clubes de jovens rurais como os 4-S no Brasil ou na Costa Rica ou os 4-A na Argentina, existiram independentemente dos sistemas escolares desses países. Julgamos, todavia que precisamos aprofundar mais nas diferenças entre os já existentes clubes agrícolas em cada um dos países, com aqueles que foram fundados a partir de fins da década de 1940. No caso da Argentina temos a impressão que, mais do que no Brasil, por exemplo, os Clubes 4-A deram continuidade a uma tradição de clubes de jovens do meio rural inspirados no modelo estadunidense, já presentes desde a década de 1920. Sendo assim, mesmo com a criação dos 4-A em 1956 continuaram a existir outras iniciativas de trabalho com a juventude rural na Argentina. Tal fato nos motiva a investigar o que teria de peculiar os 4-A naquele país perante aos outros movimentos juvenis rurais e nesse sentido se existiram disputas ou complementos entre eles. Teriam sido apenas as entidades promotoras ou outros objetivos, bem como públicos-alvo distintos que colaboraram para a ocorrência dos movimentos juvenis rurais naquele país? Parece-nos, entretanto, que não obstante às entidades promotoras ou público-alvo, tanto as experiências das décadas de 1920, quanto às iniciadas a partir de meados da década de 1950 sinalizavam para a incapacidade da escola no meio escolar em formar meninos e meninas aptos para a vida em sociedade.

Os clubes agrícolas, desde nesse sentido, seriam uma espécie de complemento à educação escolar. Essa concepção aparece, por exemplo, no “Plano de orientação agrícola para a escola primária” aprovado em 1919 por Antonio Iriart, diretor geral das escolas da província de Buenos Aires. Segundo GUTIÉRREZ⁵¹³, Iriart teria se inspirado na tese do engenheiro agrônomo Joaquín Barneda da Universidad de La Plata, para o qual a escola rural devia educar para uma finalidade social.

En el concepto de Barneda la escuela rural de su época no educaba a los niños para la vida en dicho medio, y era necesario colocarlos en ambientes que reflejaran los principios de la vida en sociedad. El ideal era el de la granja “donde ejercita el hombre sus fuerzas sobre la naturaleza”. El trabajo de la tierra era considerado por el autor como “cuna de la

⁵¹³ GUTIÉRREZ, Talía Violeta. *Educación, agro y sociedad*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes editora, 2007, p.123.

libertad, amparo del orden, cimienta de las nacionalidades”.⁵¹⁴ En 1919 se crearon los “clubes agrícolas de niños” (con 1400) socios), desde los cuales se difundían estas actividades, con una ideología nacionalista y más ligada al control social que al interés por enriquecer la cultura y actividades escolares de los niños.

Los clubes, así como los huertos escolares, tenían el objetivo declarado de inculcar el amor por la naturaleza y atraer a los jóvenes hacia los trabajos agrícolas. Se trataba de actividades que se desarrollaban durante la tarde y los días de vacaciones.

Cabe destacar que esse estudo da professora Talia Gutiérrez juntamente com outro publicado em 2009⁵¹⁵ tem sido até agora a nossa principal interlocução acerca dos movimentos juvenis agrários na Argentina. Seus trabalhos sinalizam para a existência de atividades com jovens rurais que concorriam para o objetivo de modernizar as práticas agrícolas e assim aumentar a produtividade da pequena e média propriedade rural. Mesmo não sendo o objeto de seus estudos os 4-A em si, estes foram reiteradamente citados em suas pesquisas.

Entretanto, se eram semelhantes em vários aspectos, por outro lado os clubes de jovens inspirados nos 4-H dos Estados Unidos, diferenciavam-se dos clubes agrícolas, em relação à organização, dinâmicas internas e contextos políticos nos quais foram implantados. Além disso, os clubes de jovens rurais não eram a princípio ligados à escola, ou seja, a sua existência era independente da existência da instituição escolar nas regiões atendidas por esse trabalho. Não pode ser deixado de lado também que os clubes juvenis rurais como os 4-S ou 4-A, estavam amparados na experiência estadunidense dos 4-H *Clubs* e em certa medida, buscavam introduzir valores sociais e técnicas de produção e hábitos de consumo daquele país na América Latina. Por fim é fundamental citar que os clubes de jovens rurais contaram com a colaboração e incentivo de agências de desenvolvimento norte-americanas como a *American International Association for Economic and Social Development - AIA* e outras que capitanearam recursos para o investimento nos programas de treinamento e formação da juventude rural nas Américas. Tais organismos internacionais, em cada um dos países analisados, tiveram apoios de empresários e políticos na

⁵¹⁴ Barneda, Joaquín. *Iniciativas y experiencias dentro de la escuela primaria. Manualidades y orientación agrícola*, La Plata, Dirección General de Escuelas, 1919. Barneda, Joaquín, *La agricultura en la escuela primaria*, La Plata, 1936, p.11-12, 197.

⁵¹⁵ GUTIERREZ, Talía Violeta. *Agro pampeano y roles familiares en la década de 1960*. In: Muzlera, José y De Arce, Alejandra (coord. de dossier) *El lugar de la familia en la producción agropecuaria argentina (1960-2008) dossier*, Revista Mundo Agrario N° 19, segundo sem. 2009. (www.mundoagrario.unlp.edu.ar).

constituição de órgãos locais de incentivo ao desenvolvimento aos clubes juvenis rurais, como foi o caso do Brasil com a formação do Comitê Nacional de Clubes 4-S ou na Argentina com o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária. A presença de técnicos da AIA nesses países foi expressiva e sinaliza para introdução de um modelo modernizador das relações no campo. Entretanto, como tentaremos demonstrar, não teriam ocorrido sem alterações, tensões e influências mútuas.

Na pesquisa do Doutorado pretendemos analisar três casos: Brasil, Argentina e Costa Rica e demonstrar quais as conexões entre os clubes nestes países desenvolvidos, com o modelo *4-H* estadunidense. A escolha dos três países justifica-se pela importância dos trabalhos com a juventude rural observados em cada um deles. Brasil e Argentina, por exemplo, sempre desempenharam papel de protagonistas no cone sul do continente americano. O Anuário Ford⁵¹⁶ (1962) citou que para o período 1960-1961, das 13 nações que apresentaram crescimento do número de sócios inscritos em Clubes de Juventude Rural, o Brasil teve 55% de crescimento e a Argentina 35%. As aproximações e dissensos entre estas duas experiências será, a princípio um capítulo da tese a ser escrita. Por sua vez, a Costa Rica surge nesse projeto de tese, como o país responsável por fazer a ponte entre EUA e o sul do continente. Foi justamente nesse país centro-americano que em 1942 foi fundado o Instituto Interamericano de Ciências Agrárias – IICA⁵¹⁷ com sede em Turrialba.

Com la creación de la OEA en 1948, el IICA se convirtió en el organismo especializado en agricultura del Sistema Interamericano y consolidó su labor al proyectar su acción en todos y cada uno de los países del hemisferio (esto se lograría en la década de los noventa, con el ingreso de Bahamas).

Responsável, dentre outras funções, por formar quadros extensionistas para a América Latina, do IICA nasceu o *Programa Interamericano para la Juventud Rural* (PIJR) ou *Inter-American Rural Youth Program* que pautou suas ações em tentar angariar recursos e iniciativas que promovessem o trabalho com a juventude rural americano por meio de intercâmbios, competições, encontros, convenções e outros. Os jovens ao participarem desses eventos, principalmente daqueles internacionais, deveriam desenvolver o “espírito

⁵¹⁶ FUNDAÇÃO FORD. *Juventude Rural das Américas. Volume II*. Deaborn, Michigan: Ford Motor Company, 1962, p.5-7.

⁵¹⁷ Desde 1979 o IICA foi renomeado para Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA. Breve historia del IICA. In: <http://www.iica.int/Esp/infainstitucional/Documents/Breve%20historia.pdf>. Acesso em 07/08/2014.

de liderança”, para que em suas comunidades e regiões de origens aplicassem a experiência recebida visando à modernização das práticas agropecuárias e do estilo de vida das populações locais.

Segundo Gabriel N. Rosenberg (Professor visitante-assistente do Departamento de História da Duke University, da Carolina do Norte), sobre a criação e importância do PIJR no tocante a troca de experiências entre os jovens e o crescimento do trabalho de formação de lideranças jovens para o meio rural disse

with AIA support, Law⁵¹⁸ scaled upward from Venezuela. In 1960, Law received funding from the AIA and the Inter-American Institute of Agricultural Sciences to create an umbrella organization for Latin American 4-H clubs. Based in the Costa Rican offices of the Institute, the PIJR soon opened additional regional offices in Brazil and Venezuela run by extension specialists Santiago Apodaca and Edgar Matta. From those offices, the PIJR sought to knit the inchoate and underfunded Latin American rural youth clubs into an efficient, well-funded, transnational movement. To accomplish this goal, the PIJR launched a series of initiatives. First, in each nation, the PIJR lobbied for legislation and gathered supporters for a private foundation that could raise funds and supplement the activities of the Ministries of Agriculture. Second, the PIJR also raised funds for member organizations directly and assisted with grant applications. Third, the PIJR ran training workshops for extension staff and volunteer youth club leaders. Lastly, the PIJR organized international 4-H competitions and exchanges designed to award outstanding club work and to garner positive attention for the member organizations. The sum of 5 these activities paid rapid dividends. Club work in South and Central America grew from fewer than 50,000 members in 1960 to more than 250,000 by 1967⁵¹⁹.

MARÍN⁵²⁰ em artigo que relaciona a invenção da juventude rural latino-americana aos processos de modernização da agricultura na América Latina no contexto da Guerra Fria, destaca que os técnicos extensionistas seriam uma espécie de mediadores entre a cultura tradicional e as sociedades industriais que visavam encontrar no campo as garantias

⁵¹⁸ Segundo Rosenberg, Howard Law foi um técnico americano de desenvolvimento internacional que trabalhou na Venezuela e teve relação estreita com os Clubes 5-V (Valor, Vigor, Verdade, Vergonha, Venezuela) daquele país.

⁵¹⁹ ROSENBERG, Gabriel N. *The Programa Interamericano para la Juventud Rural (Inter-American Rural Youth Program) and Rural Modernization in Cold War Latin America*. In: <http://www.rockarch.org/publications/resrep/rosenberg.pdf>, 2011, p. 4. Acesso em 04 de agosto de 2014.

⁵²⁰ MARIN, J. O. B. A construção social da juventude rural latino-americana. In: *VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural*, 2010, Porto de Galinhas - Pernambuco. Anais do VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural - América Latina: realinhamentos políticos y proyectos en disputa. Recife: ALASRU, 2010. V. 1. p.4.

de fornecimento de mão-de-obra bem como de matéria-prima e alimentos às populações urbanas e industriais. Sobre isso escreveu:

Para acompanhar as transformações tecnológicas, desencadeadas no contexto do período da Guerra Fria, as populações rurais latino-americanas foram preparadas para se integrar na lógica da sociedade industrial, com ênfase nas populações rurais juvenis. As escolas rurais e órgãos de extensão rural emergiram como instituições responsáveis pela preparação dos jovens, com o propósito de integrá-los à sociedade industrial. Nestes termos, os professores e os técnicos extensionistas tornaram-se importantes agentes de mediação entre as sociedades camponesas e a sociedade industrial.

Pretendemos, porém, investigar até que ponto e sobre quais condições e formas os jovens rurais desses três países citados teriam contribuído também como elementos de mediação entre a cultura local e interamericana e o universo intelectual estadunidense. Julgamos a priori, que sejam do ponto de vista das técnicas agropecuárias, mas principalmente em relação aos valores culturais difundidos pelos jovens que circularam pelas universidades, escolas e fazendas estadunidenses, e também nos encontros e/eventos interamericanos, teria havido trocas, adaptações, assimilações entre os envolvidos que fugiram às expectativas iniciais. Nossa hipótese primeira é que eventos como, por exemplo, as Convenções Nacionais que aconteceram no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro em 1965 e a de 1966 onde teria também ocorrido o Primeiro Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais e também a Conferência Interamericana de Líderes da Juventude Rural, são indícios de trocas culturais envolvendo os jovens rurais latino-americanos.

Partimos de algumas noções para o desenvolvimento dessa pesquisa. Educação Social, trocas culturais e modernização econômica são algumas delas. Por Educação Social estamos entendendo um conjunto de práticas, ações, desenvolvimento de valores e sentimentos, que são observados em todos os contextos das relações humanas. BERRIO⁵²¹ afirmou que “à medida que foi avançando o mundo em melhorias econômicas e modernizações políticas, à medida que se fizeram mais complexas as estruturas sociais, aumentou a necessidade de uma educação social”. Julgamos, porém, que apesar da centralidade dada por este autor aos processos de superação de marginalização e exclusão especialmente das crianças e dos jovens, possamos adotar também essa noção mais

⁵²¹ BERRIO, Julio Ruiz. Introducción a la historia de la Educación Social en Espana. In: *Historia de la Educación*. Revista Interuniversitaria, nº18, 1999, p.6-7.

próximo daquilo que definiu RODRIGO⁵²² acerca dos objetos da Educação Social. Para esse autor a Educação Social trataria de todos os espaços e tempos não formalizados de ensino, ou seja, que se produziram fora do sistema escolar formal. Ao listar, por exemplo, alguns objetos de estudo da Educação Social aponta para um programa da Disciplina História da Educação Social que comportaria os seguintes tópicos:

Políticas de Educação ambiental, do ócio e tempo livre;

As instituições para-escolares: cantinas, colônias, mutualidades etc e a higiene escolar e a ação protetora;

A atenção ao adulto: educação e cultura popular (animação sócio-cultural: extensão cultural – casas do povo, missões pedagógicas, bibliotecas etc. – Alfabetização e educação de adultos e formação para o trabalho: capacitação agrária e industrial).

Já MARDOMINGO⁵²³ afirma que o nascimento da educação social aparece vinculado ao conceito de cidadania. Nesse sentido, considera que os jovens, por meio de movimentos juvenis, tiveram papel de destaque naquilo que se convencionou chamar de educação social. Para essa autora

As associações juvenis têm “somado” estratégias à educação social no todo o referente à educação ambiental e a educação para a saúde. (...) Os movimentos juvenis buscam a implicação social dos jovens em distintas causas sociais: a cooperação ao desenvolvimento, a ecologia, a cultura ou a política. Desta forma, o associativismo se converte em uma ferramenta de educação para a participação cidadã.

Consideramos desta maneira, que o trabalho desenvolvido junto aos clubes juvenis rurais nas três realidades citadas comporta elementos de uma Educação Social. Formar os jovens em uma mentalidade considerada moderna diria respeito, mais do que aumento da produtividade, na constituição de valores e normas sociais a serem transformadas.

Relacionado a essa noção, julgamos também que as noções acerca de trocas culturais e as suas derivações como hibridismo e mediadores culturais, envolvendo os clubes juvenis rurais nos países que pretendemos estudar, possam colaborar com essa tese.

⁵²² RODRIGO, Cándido Ruiz. Marginación infantil y educación protectora en la historia de la Educación Social. In: *Historia de la Educación Social y su Enseñanza. Cuadernos de Historia de la Educación*. N°4, 2008, p.50-51.

⁵²³ MARDOMINGO, María Tejedor. Os movimentos juvenis na História da Educação Social. In: *Historia de la Educación Social y su Enseñanza. Cuadernos de Historia de la Educación*. N°4, 2008, p.86.

Aqui nos valeremos das contribuições do trabalho do historiador francês Serge GRUZINSKI⁵²⁴.

Buscaremos analisar até que ponto os sujeitos, tanto extensionistas, quanto principalmente os jovens que participaram de programas de intercâmbio a partir dos seus clubes, foram elementos de mediação nas trocas culturais envolvendo as experiências múltiplas de cada um dos países e seus programas de juventude rural. A princípio julgamos que temos dois níveis de mediação. Uma que teria ocorrido entre as instituições e os países envolvidos. Essa se daria a partir dos Estados Unidos com os seus 4-H em relação à Costa Rica e as instituições aí criadas como o IICA e o PIJR. A partir destas instituições teria ocorrido, por exemplo, as mediações com os Clubes 4-S no Brasil e 4-A na Argentina e as associações nacionais responsáveis pela formatação do trabalho com os jovens. Outra dimensão da mediação cultural teria ocorrido entre os jovens que circularam pelo universo juvenil estranho a sua cultura de origem. Os jovens que ganharam bolsas de estudo ou que participaram de eventos de intercâmbio ou congressos, encontros, seminários internacionais, seriam nosso ponto inicial de pesquisa. Julgamos assim que podemos trabalhar com a noção de histórias conectadas que principalmente autores como Gruzinski⁵²⁵ (2001), vêm aprofundando em seus estudos. Mais do que comparar as realidades dos jovens rurais a partir da experiência dos 4-H com os clubes 4-S na Costa Rica e Brasil e os 4-A na Argentina, buscaremos sinalizar para os pontos em comum, as conexões entre eles. Também tentar sinalizar para a partir dos contatos entre os jovens rurais, quais foram os impactos em ambas as realidades estudadas.

Por fim, também analisaremos as definições sobre modernização. Consideramos que não seja possível pensarmos os projetos de formação da juventude rural latino-americana a partir do modelo 4-H sem termos claro que tais projetos se inseriram em um determinado contexto no qual o debate sobre modernização econômica era central. A introdução de novas técnicas de produção, ou a substituição daquelas que foram consideradas arcaicas, obsoletas ou ultrapassadas, preparando os cidadãos para viver uma

⁵²⁴ GRUZINSKI, Serge. *Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres "connected histories"*. Annales. Histoire, sciences sociales, 56ème année, n. 1, jan/fev 2001, p. 85-117.

nova era que se anunciava no pós-guerra, esteve também no cerne dos trabalhos que envolveram os jovens rurais. Compartilhamos do argumento de DAROS⁵²⁶ que

A difusão do discurso da modernização se valeu de uma gama de organismos internacionais que se converteram em espaços de produção e circulação de discursos e intervenções no âmbito da educação, baseados em conhecimentos gerados pelos próprios organismos internacionais como a UNESCO, criada com a finalidade de levar a cabo políticas específicas no campo da educação.

Iniciativas educacionais do período para o meio rural, relacionadas aos programas como o dos Voluntários da Paz ligados à Aliança para o Progresso do Presidente J.F. Kennedy, bem como de outras iniciativas da Organização dos Estados Americanos – OEA serão assim objetos da nossa pesquisa também. Assim pretendemos contribuir com o debate acerca da história da educação rural estabelecendo os pontos de contatos e distanciamentos entre o modelo *4-H* e as três realidades latino-americanas aqui citadas de programas de modernização das práticas agrícolas e de comportamento social envolvendo a juventude.

⁵²⁶ DAROS, Maria das Dores. Desenvolvimentismo e políticas educativas no Brasil dos anos 1950-1960: transnacionalização e modernização. IN: GIL, Natália; CRUZ E ZICA, Matheus da; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Volume 1*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 192.

A revista *Chiapas* e o Exército Zapatista de Libertação Nacional: o debate sobre a questão agrária no sul do México

Mahira Caixeta Pereira da Luz
Graduada em História pela UFMG
mahira.caixeta@gmail.com

RESUMO: Esse trabalho investiga de que forma a questão agrária mexicana é debatida por intelectuais na revista *Chiapas*, criada em 1995 na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). A revista, com caráter multidisciplinar, tem como objetivo compreender a realidade do estado de Chiapas, que foi palco do levante indígena promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em 1994. O levante atraiu a atenção da mídia e de intelectuais no plano nacional e internacional, sendo a questão agrária um dos muitos elementos que foram longamente debatidos nessa publicação. Pretendemos, então, analisar o primeiro volume da revista para melhor compreendermos as interpretações que os intelectuais que colaboram com a publicação deram para a questão da terra e sua relação com o EZLN.

PALAVRAS CHAVE: EZLN; Questão agrária; Revista; Intelectuais

O objetivo deste artigo é analisar como a questão agrária é tratada pela revista *Chiapas*, criada em 1995 por intelectuais mexicanos. Pretendemos examinar de que forma os autores conectam a problemática da terra com o surgimento do levante armado promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no estado de Chiapas. Com base na história contemporânea do México, buscaremos problematizar como o EZLN dialoga com as questões indígenas, levando em consideração a longa trajetória de luta dos diferentes povos que residem no sul do México. Além disso, analisaremos o impacto da entrada do México no Tratado de Livre Comércio (TLC), sobretudo no movimento em questão. Investigaremos aqui somente o primeiro volume da revista, devido ao grande número de textos que mobilizam a temática da terra.

A Revista *Chiapas* foi uma coedição produzida pelo *Instituto de Investigaciones Económicas* (IIEC), da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) em parceria com as Ediciones Era. Circulou de forma impressa e digital⁵²⁷, durante os anos de 1995 e 2004, sendo publicada ora semestralmente, ora anualmente, totalizando 16 volumes. De acordo com Ana Esther Ceceña, diretora da publicação, a mesma nasceu com a finalidade de

⁵²⁷ Os volumes estão disponíveis em: <http://www.revistachiapas.org/chiapas-pres.html>.

“contribuir a desentrañar las raíces más profundas del conflicto chiapaneco.”⁵²⁸ O primeiro volume conta com duas seções, uma principal não intitulada, iniciada por uma apresentação, seguida por quatro artigos; e outra, intitulada “Para el archivo”, na qual encontramos documentos relacionados a realidade indígena e ao ELZN, além de contar com uma cronologia do primeiro ano de atuação do movimento.

Na apresentação do primeiro volume, o estado de Chiapas é descrito como uma das regiões em que se concentra a maior pobreza e riqueza do México, onde convivem métodos de exploração modernos e arcaicos, e onde estão presentes várias outras contradições, fazendo dele a síntese da realidade nacional. Os autores buscam a problematização e análise da realidade chiapaneca através de diferentes campos do conhecimento, o que levaria a uma melhor compreensão do México como um todo: “Estamos convencidos de que entender ahora a Chiapas en toda su profundidad y riqueza nos da la clave para entender a México, sus posibilidades y sus límites.”⁵²⁹ Desse modo, é importante ressaltar que o fato da revista ter começado a ser publicada um ano após o levante armado promovido pelo Exército Zapatista, em 1994, é sinal que esses autores almejavam entender o EZLN e como esse afetaria a realidade do estado chiapaneco e da nação mexicana.

Acreditamos que os autores que escrevem em *Chiapas* podem ser entendidos como intelectuais e, para isso, tomamos por base a acepção construída por Edward Said. Definimos o intelectual como um indivíduo que possui um papel público na sociedade, sendo essencial sua ação como figura representativa, fazendo com que caiba a esse sujeito “dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público”⁵³⁰. Os colaboradores da revista em questão dão visibilidade e voz para uma série de sujeitos que há anos são oprimidos e excluídos na sociedade mexicana: os diferentes povos indígenas, os camponeses, dentre outros grupos vistos como marginalizados, trazendo à tona a realidade e os diversos problemas que esses enfrentam. Vale ressaltar que o “dar voz” não se limita à análise da realidade vivida por

⁵²⁸ Entrevista com Ana Esther Cecenã. “Hay una lucha contracultural que cuestiona la apropiación tecnológica de la naturaleza”. Revista *Teina*. Espanha, Valencia: n.10; nov-dic-ene, 2005/06. Captado em <http://www.revistateina.es/teina/web/teina10/dos5.htm>. Acesso em 20. Abril. 2015.

⁵²⁹ Presentación. *Chiapas*, volume 1, 1995, p. 5.

⁵³⁰ SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

esses sujeitos, a revista também publica entrevistas e documentos produzidos por esses grupos, bem como pelo EZLN.

Como afirmado anteriormente, os intelectuais que colaboram com a publicação possuem uma formação diversa, o que claramente afeta a visão e o enfoque dado nas análises da realidade chiapaneca. É curioso perceber que nenhum artigo no primeiro volume se propõe a uma análise sistematizada do movimento social. Contudo, percebemos que os autores buscam compreender historicamente os diferentes problemas encontrados no estado de Chiapas, os quais teriam influenciado o surgimento do EZLN. Ainda assim, é possível afirmar que a questão agrária é mobilizada em quase todos os textos da revista, o que justifica o enfoque deste artigo.

O artigo *Chiapas y sus recursos estratégicos* tem autoria de Ana Esther Ceceña, economista e a diretora da revista, e Andrés Barreda, professor da *Facultad de Economía* (UNAM), além de contar com a colaboração de Ana Alicia Peña, Nashley Ocampo e a Equipe *Chiapas*. Os autores optam por abordar as condições econômicas do Estado e, ao fazerem um balanço detalhado da riqueza material da região, conseguem expor como essa é um espaço de cruzamento entre os processos de acumulação internacional e regional do capital. Assim, apesar de não abordar a fundo a questão da terra, o texto expõe bem a contradição entre grande riqueza natural x miséria da população no Estado, bem como questiona a proposta de modernização prometida pelo TLC.

A análise do estado chiapaneco começa pela sua territorialidade de fato: além de possuir tamanho comparável a um país centroamericano, possui localização estratégica de fronteira com outros países e regiões. Dentre os recursos naturais, destaca-se, primeiramente, o petróleo, uma vez que a produção de Chiapas está voltada quase exclusivamente para a exportação: “81.2 % de nuestras exportaciones de crudo, el 68.6 % de nuestras exportaciones de derivados del petróleo [...] y el 90.6 % de la petroquímica”⁵³¹, o que o promove a um lugar de destaque. Em segundo lugar, estão suas águas: além de possuir a maior riqueza aquífera do México, a sua topografia irregular faz com que Chiapas tenha grande potencial hidrelétrico. A grande disponibilidade de águas, bem como a

⁵³¹ CECENA, Ana Esther; BARREDA, Andrés. Chiapas y sus recursos estratégicos. *Chiapas*, vol. 1, 1995, p. 65.

diferença de topografia, o torna um Estado de variados ambientes e microambientes, fazendo com que a riqueza biótica dele seja enorme.

Os autores ressaltam que a irrupção do capitalismo na região quebrou com o equilíbrio que era ali encontrado, através do deslocamento das populações indígenas, uso irracional de madeira, venda ilegal de animais e desmatamento da vegetação para a criação de pastos para gado. Esse ataque à riqueza biótica está diretamente relacionado ao processo de modernização que o México vivia desde a década de 1980, que pretendia produzir cifras positivas para a economia e incluir a nação no rol dos países desenvolvidos da América do Norte.

Tal processo de modernização se insere no contexto econômico que o país vivia, uma vez que a realidade mexicana foi marcada por uma grave crise desde os princípios dos anos 1980, em que imperavam estagnação, um alto nível de desemprego e inflação.⁵³² Durante décadas, a base da economia mexicana era a produção para um mercado interno e a proteção alfandegária, projeto que foi se alterando já no governo de Miguel de la Madrid (1982-1988), que favoreceu mudanças que visavam a demanda do mercado mundial e o intercâmbio comercial.⁵³³ Essa guinada neoliberal promoveu uma grande aproximação com os Estados Unidos, que se tornou ainda mais sólida com a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). Salinas mostrou uma subordinação à política externa estadunidense durante todo seu mandato e institucionalizou a política neoliberal com a assinatura do TLC.

Neil Harvey aponta que a transição ao livre mercado no México rural foi governada por organismos macroeconômicos, os quais não tiveram grandes preocupações com a realidade dos camponeses.⁵³⁴ Os autores do artigo em questão, bem como Armando Bartra⁵³⁵, concordam com essa visão ao mostrar que os baixos níveis de desenvolvimento da população local tendiam a piorar com esse processo de modernização. Os indígenas, por sua vez, vítimas não só da exploração capitalista, mas também do racismo, seriam os mais

⁵³² ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

⁵³³ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 318.

⁵³⁴ HARVEY, Neil. Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle. *Third World Quarterly*, Vol.16, No.1 (Mar, 1995), p. 45.

⁵³⁵ Armando Bartra, director do Instituto de Estudios para el Desarrollo Rural Maya, também colabora com o primeiro volume de *Chiapas*, autor do artigo intitulado *Origen y claves del sistema finquero del Soconusco*, no qual faz uma análise histórica do sistema econômico da região e seu impacto sobre a população indígena.

afetados, como afirmam: “La población trabajadora de Chiapas, y especialmente la indígena, está en punto de optar entre diferentes tipos de muerte segura: hambre, enfermedades o guerra”.⁵³⁶ Fica evidente, então, que mesmo não abordando detalhadamente a insurreição do EZLN, os autores conseguiram traçar motivos que o teriam impulsionado.

Catherine Héau-Lambert, socióloga e professora da *Escuela Nacional de Antropología e Historia* (ENAH), e Enrique Rajchenberg, professor da *Facultad de Economía e da Facultad de Filosofía y Letras* (UNAM), também colaboram com esse primeiro volume, autores do artigo intitulado *1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México*. Como o título sugere, os autores comparam a Soberana Convenção Revolucionária de 1914-1916 com a Convenção Nacional Democrática (CND) de 1994⁵³⁷, convocada pelo Exército Zapatista. Apesar de não abordarem em detalhes a de 1994, mostram que ambas têm grandes similaridades, principalmente a ideia do povo mexicano reunido pautando mudanças para a nação.

Os autores têm preocupação em narrar os acontecimentos da Convenção de 1914, justificando que a mesma é muito pouco frequentada pela historiografia e pela consciência nacional, uma vez que representa um projeto que foi perdedor no decorrer da Revolução Mexicana: “La derrota no es sólo entrega de armas y rendición ante el enemigo, sino también silencio histórico.”⁵³⁸ Em 1994, quando o subcomandante Marcos propôs a CND, que ocorreria em um lugar que receberia o nome de Aguascalientes, é a esse evento que estaria buscando rememorar ao povo mexicano, tornando pertinente a proposta de comparação dos dois eventos.

Héau-Lambert e Rajchenberg criticam a historiografia corrente que simplifica a Convenção como um cenário de conflito pessoal entre Villa e Carranza ou como uma “junta vocinglera de jefes revolucionarios escandalosos”⁵³⁹, e afirmam que a importância da mesma estava no fato de ter sido um lugar de elaboração das reformas da Revolução. Além disso, os autores também criticam a visão da antropologia dos anos 1940 e da sociologia dos 1950, que se focavam no embate tradição-

⁵³⁶ CECENÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés. *Chiapas y sus recursos estratégicos*, p. 97.

⁵³⁷ A Soberana Convenção Revolucionária (1914-16) foi o evento da Revolução Mexicana em que estiverem reunidos, em assembleia, os diferentes grupos revolucionários para discutir propostas políticas e sociais do processo revolucionário. A primeira reunião ocorreu na Cidade do México, enquanto a segunda deu-se em Aguascalientes. A Convenção Nacional Democrática (1994), por sua vez, foi convocada em 1994 pelo EZLN e tinha por objetivo mobilizar a sociedade civil para a elaboração de um programa de democratização política, que rompesse com o partido de Estado e com a política neoliberal excludente.

⁵³⁸ HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. 1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México. *Chiapas*, vol. 1. p. 7.

⁵³⁹ AMAYA, Luis. *La Soberana Convención Revolucionaria. 1914-1916*, p.5. *Apud* HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. 1914-1994: *Dos convenciones en la historia contemporánea de México*, p. 12.

modernidade para explicar o surgimento de movimentos sociais. A historiografia, afirmam, muitas vezes ainda recorre a essa fórmula, na qual a tradição seria o universo do estático e imóvel, enquanto a modernidade representaria o movimento e o abandono das velhas ataduras. Aplicando esse esquema às forças político-sociais da Convenção, Zapata era visto como o tradicional, enquanto Carranza o moderno, o que justificaria a derrota dos zapatistas. A crítica a essa visão diz muito sobre o contexto em que o artigo estava sendo escrito, uma vez que novamente um projeto “modernizador” estava sendo implementado no México. A crítica a esse projeto modernizador é, aliás, uma constante em todos os textos desse primeiro volume.

Dentre os problemas que a Convenção buscava solucionar, o da terra é abordado com um maior cuidado, devido à sua relevância, o que fica claro na afirmação dos autores: “La historia de México en la larga duración es la historia de la lucha de su gente por la tierra”⁵⁴⁰. Que a terra deveria ser dada para quem a trabalha era consenso entre os convencionistas; o embate, no entanto, estava centrado no aspecto jurídico: para os sulistas as terras são herança indígena e deveriam ser propriedades coletivas sob a forma de ejidos, enquanto que para os nortistas as terras dizem mais sobre liberdade individual, devendo ser divididas em pequenas propriedades. O Proyecto de Programa de Reformas Político-Sociales (1915) contempla as duas formas de propriedade de terra, mas a Constituição de 1917, por sua vez, retoma a repartição agrária sob a forma de ejido. Contudo, o documento de 1917 se esquece do Artigo 3º da Convenção, que exigia bancos e vias de comunicação para poder aproveitar ao máximo a terra e apoiar os pequenos agricultores⁵⁴¹, ou seja, na realidade o campo ficou desamparado.

O Programa da Convenção (1915), aliás, vai justamente contra a máxima que tradição significa imobilidade: é nesse evento, que reuniu diferentes forças políticas⁵⁴², que é possível perceber um projeto transformador e inovador, não somente no que diz respeito ao uso da terra, mas também no que se refere aos direitos políticos e sociais. Se os convencionistas trataram por igual o problema do campesino e do operário, o mesmo não ocorreu posteriormente na política mexicana, uma vez que a indústria foi privilegiada em detrimento da agricultura. Por muitas vezes, o modelo ejidatario foi criticado, devido à miséria que prevalece no meio rural. Tal crítica, contudo,

⁵⁴⁰ HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. *1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México*, p. 19.

⁵⁴¹ “Artículo 3º. Fomentar la agricultura, fundando bancos agrícolas que provean de fondos a los agricultores en pequeño e invirtiendo en trabajos de irrigación, plantíos de bosques, vías de comunicación y en general en las obras de mejoramiento agrícola, todas las que sean necesarias, a fin de que nuestro suelo produzca las riquezas que es capaz”. *Apud* HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. *1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México*, p.22.

⁵⁴² GARCIADIEGO, Javier. Aproximación sociológica a la historia de la Revolución Mexicana. In: __. *Textos de Revolución Mexicana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2010, p. LXIV.

carece de problematização da realidade ali encontrada, já que não leva em conta os recursos federais dispendidos para a proteção e apoio a essa forma de utilização da terra.

Finalmente, ao remeter a essa Convenção, o ELZN em 1994 colocava em pauta a ideia dos cidadãos mexicanos reunidos para debater a situação política e social do país. Defendia, assim, a necessidade de lutar por um governo de transição que se comprometesse a abrir todos os espaços de participação política legal, que elaborasse um programa de democratização política do país e que rompesse com o partido de Estado. O Exército Zapatista, desse modo, dava oportunidade à CND de exercer uma pressão política pacífica, o que fica claro na declaração do Subcomandante Marcos em outubro de 94: “Somos un ejército rebelde porque no creemos en las elecciones, pero la diferencia con los otros grupos armados es que estamos dispuestos a dejarnos convencer de que la lucha armada no es necesaria. Así llegamos a la CND”.⁵⁴³

Outro artigo que merece destaque é o de Juan González Esponda, professor da *Facultad de Ciencias Sociales da Universidad Autónoma de Chiapas*, e Elizabeth Pólito Barrios, pesquisadora do *Centro de Información y Análisis de Chiapas (CIACH)*, intitulado *Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista*. Os autores explicitam as razões que desencadearam a insurreição zapatista, afirmando que a mesma foi resultado da combinação de vários processos, em concordância com a historiografia: “el problema agrario, la modernización de la economía chiapaneca, el desarrollo político-ideológico de un amplio movimiento campesino y popular, la violencia gubernamental y la falta de democracia”⁵⁴⁴, e conseguem analisar esses problemas de forma interligada.

Dentre todos os artigos é nesse em que aparecem maiores reflexões sobre o ELZN. Defendem, primeiramente, que apesar de ser um movimento de forte presença indígena, esse não deve ser visto como um movimento somente étnico: suas bandeiras não dizem sobre a instalação de uma sociedade puramente indígena, mas fazem parte da lógica de uma sociedade moderna – democracia, liberdade e justiça. Com isso, os autores vão contra a ideia difundida pelos jornais e pelo governo de que o levante era fruto da marginalização dos povos indígenas, afirmando, na realidade, que a economia excludente atinge a maior parte da população, que além disso é despojada de uma efetiva participação na vida política da nação, como se percebe em:

⁵⁴³ CECENÑA, Ana Esther; ZARAGOZA, José; Equipo Chiapas. Cronología del conflicto. *Chiapas*, vol. 1, p. 175.

⁵⁴⁴ GONZÁLEZ ESPONDA, Juan; PÓLITO BARRIOS, Elizabeth. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. *Chiapas*, vol. 1, 1995, p. 102.

Los pobres de México no son sólo los pueblos indios, son la inmensa mayoría de la población condenada por una política económica excluyente, neoliberal, que ha sumido en la pobreza y la miseria a alrededor de cuarenta millones de mexicanos y los ha marginado de los órganos de decisión y de gobierno.⁵⁴⁵

Os jornais da época tentavam passar a imagem que o levante zapatista era fruto de uma articulação externa, Esponda e Pólito discordam dessa ideia, expondo que o aparecimento do movimento em Chiapas deve-se ao fato que ali encontram-se problemas estruturais e conjunturais históricos, que se combinaram com uma tradição de luta e organização dos povos indígenas, além de ser uma região em que o desenvolvimento baseado em um processo modernizador causou grandes impactos. Para uma análise sistematizada, os autores retomam toda a história chiapaneca, desde sua incorporação ao México, no ano de 1824⁵⁴⁶. É interessante notar que eles apontam que a concentração de terras se inicia já em 1824, quando a oligarquia se apropria das terras do clero e das comunidades indígenas, fato que se intensifica durante o governo de Porfírio Díaz, quando investidores estrangeiros compram grandes porções de terra. A população indígena, por sua vez, servia de mão de obra para as plantações, em um sistema que se assemelhava à escravidão, situação que perdura até os anos sessenta, quando esses povos começaram a se organizar por melhores condições de trabalho.

A Revolução Mexicana não produziu grande impacto na questão agrária da região, uma vez que o governo do Estado protegeu os latifundiários ao promulgar uma lei que determinava que os latifúndios fossem aquelas terras maiores que oito mil hectares, sendo que as terras que excediam essa medida poderiam ser fracionadas e repassadas, de modo que grandes porções de terra permaneceram nas mãos de grupos familiares.⁵⁴⁷ Mudanças significativas ocorreram somente durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-40), quando beneficiários receberam terras de baixa produtividade, ou seja, o setor privado continuou a deter as maiores e melhores porções de terra. Podemos afirmar, então, que a

⁵⁴⁵ _____. *Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista*, p. 103.

⁵⁴⁶ Em 1824, através de um plebiscito, os chiapanecos decidiram se incorporar a República mexicana. Durante os três séculos anteriores, Chiapas tinha sido uma província da Capitania General da Guatemala.

⁵⁴⁷ Os autores citam os artigos da Ley Agraria del Estado aos quais fazem referência: Artículo 1º: “Por latifundio se entiende toda extensión de terreno que exceda de ocho mil hectáreas, poseída en propiedad por una persona o sociedad que tenga la capacidad legal para adquirir el dominio”. Artículo 2º: “Lo que exceda de la superficie señalada com el artículo anterior quedará sujeto a fraccionamiento y expropiación en los términos de esta ley”; e ainda “el ‘que posea más de ocho mil hectáreas, deberá fraccionar el excedente en el término de seis meses cumpliendo con lo dispuesto en el artículo 10; en caso contrario el fraccionamiento será hecho por el Gobierno previa expropiación”.

reforma agrária em Chiapas não seguiu um modelo de redistribuição de terras privadas, mas sim de colonização de terras não utilizadas, principalmente na região da Selva Lacandona, de modo que a estrutura agrária de latifúndios permaneceu quase que intacta.

548

Além de abordar o processo histórico da concentração de terra nas mãos de poucos e da consolidação de uma economia modernizadora, González Esponda e Pólito Barrios também analisam o desenvolvimento do movimento campesino no estado de Chiapas, periodizando-o em quatro momentos. O primeiro período compreende de 1974 a 1977, tendo como marco inicial o Congresso Indígena, realizado a pedido do estado de Chiapas, e sob organização da Diocese de San Cristóbal, com o objetivo de comemorar os quinhentos anos da morte de Frei Bartolomé de las Casas. Funcionou como um instrumento para dar coesão ao sofrimento e descontentamento dos povos tzotziles, choles, tazeltales y tojobales, os quais elaboraram demandas e propostas sobre terra, comércio, saúde, educação.⁵⁴⁹ Além disso, a Igreja também convidou estudantes e professores para promover cursos sobre lei agrária, economia, história mexicana e agronomia. Desse processo, uma nova geração de líderes indígenas emergiu, com uma percepção diferenciada a respeito da pobreza e injustiça que sofriam. Além de ser abordado nesse artigo, a problematização do evento volta a aparecer na seção de documentos, onde Antonio García de León⁵⁵⁰ reproduz as demandas elaboradas pelos povos que estavam ali reunidos. García de León aponta que a realidade indígena se alterou minimamente nesse espaço de vinte anos, de modo que os problemas e demandas elaboradas no Congresso são muito similares a aqueles apresentados pelo EZLN.

O segundo período demarcado compreende os anos de 1978 e 1979 e se define pela chegada à Chiapas das primeiras organizações políticas de esquerda, que influenciaram o movimento campesino, e pela extensão do movimento, tanto espacialmente quanto nas reivindicações elaboradas. Nesse período, as organizações se orientaram para uma produção autônoma e para a criação de instâncias políticas e econômicas dos campesinos. A luta em Chiapas começou a romper com seu isolamento e espontaneidade, marca dos primeiros anos, para se incorporar a estruturas organizativas, as

⁵⁴⁸ HARVEY, Neil. *Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle*, p.50.

⁵⁴⁹ _____. *Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle*, p. 57.

⁵⁵⁰ GARCÍA DE LEÓN, Antonio. *La vuelta del Katún (Chiapas: a veinte años del Primer Congreso Indígena)*. *Chiapas*, vol. 1, 1995, p. 127-47.

quais foram vítimas de ações da polícia oficial e de particulares, que tentaram deslegitimar e desmembrar o movimento através de suborno, ameaça e repressão.

De 1980 até 1984, configura-se o terceiro momento, em que as lutas se consolidam na forma de organizações sociais diversas, que possuíam táticas e métodos de ação diferenciadas, mas que tinham a mesma origem e objetivo: “buscar la solución de las demandas agrarias, conseguir espacios de participación política e mejorar las condiciones de vida de sus agremiados”⁵⁵¹. O período é marcado por uma diversidade de formas de lutas empregadas, destacando-se greves de fome, bloqueio de rodovias, a realização de marchas, além das invasões de terras, denúncias em foros e encontros.

Após dez anos de ações e de enfrentamento à repressão, crise econômica e na agricultura, as organizações e o movimento popular estavam minados, o que marca o início de um novo momento na luta agrária em 1985. A demanda da luta pela terra se soma àquelas vinculadas à produção, os espaços de participação política se fecham cada vez mais e os setores empresariais são, mais uma vez, favorecidos. A luta e a organização tomam novo caráter: além de demandas no âmbito agrário, o discurso passa a reivindicar liberdade política, democracia e o reconhecimento da dignidade indígena.

As mudanças constitucionais em 1992, condição para a entrada do México no TLC, eram vistas pelo governo como uma forma de atrair investimentos externos para agricultura e produção, sob a lógica de modernização. O impacto maior é diretamente sobre as comunidades indígenas, uma vez que foi alterado o Artigo 27, um dos maiores legados da Revolução. Com isso estava anunciado o fim da reforma agrária; a venda, compra e aluguel dos ejidos, além da associação entre ejidatarios com empresários, passaram a ser legais. Se a realidade agrária já era vista como inadequada para a grande maioria da população chiapaneca, essas mudanças tornam ainda mais real a ameaça às terras comunais, criando um temor quanto à reconcentração de terras. Como apontado durante todo esse breve artigo, os habitantes do estado de Chiapas nunca foram realmente beneficiados pela repartição agrária, e, quando muito, receberam terras de baixa produtividade. No entanto, a promoção de mudanças na Lei Agrária tem um enorme peso simbólico: além de ser uma ruptura com o passado e os ideais revolucionários, representou

⁵⁵¹ GONZÁLEZ ESPONDA, Juan; PÓLITO BARRIOS, Elizabeth. *Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista*, p.119.

também uma quebra de expectativas quanto a mudanças futuras eficientes.⁵⁵² A aparição do EZLN em 1994, desse modo, marcou o início de um novo processo na luta pela terra.

Fica claro que o aparecimento do Exército Zapatista se deve a uma série de elementos, preocupação que os intelectuais que colaboram com *Chiapas* buscam explicitar por todo o primeiro volume. Podemos afirmar que eles privilegiam uma leitura marxista do movimento, de modo que defendem que o condicionamento político-econômico foi central para o surgimento desse, porém não foi possível perceber uma reflexão mais detida da importância do componente étnico para o movimento. A luta agrária e a política econômica tiveram grande influência no surgimento do EZLN, contudo, o discurso zapatista reivindica mudanças que dizem a respeito à realidade indígena em particular, e à nação mexicana como um todo, uma vez que a economia neoliberal, adotada paulatinamente no México, foi capaz de aproximar diferentes grupos sociais através de um processo de exclusão. O projeto político do movimento é muito semelhante aos de diferentes movimentos sociais de base indígena, uma vez que busca “transformar a un Estado excluyente, autoritario, violento, en un Estado pluralista, tolerante, participativo, democrático en sus procedimientos y en sus instituciones”⁵⁵³, como aponta Pablo Dávalos. Uma análise mais profunda do movimento se faz necessária, para podermos avaliar qual foi o impacto que esse provocou na sociedade mexicana e em que medida a luta pela terra permaneceu em sua pauta.

⁵⁵² HARVEY, Neil. *Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle*, p. 53-55.

⁵⁵³ DÁVALOS, Pablo. Movimientos Indígenas en América Latina: El derecho a la palabra. In: DÁVALOS, Pablo. *Pueblos indígenas, Estado y Democracia*. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLASCO, 2005, p.29.

A revista *La Quinta Rueda* e o debate sobre política cultural na “via chilena para socialismo”

Maíra Máximo Nascimento

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

mairamnascimento@gmail.com

RESUMO: Em outubro de 1972, sob o selo da Editora Nacional Quimantú, nasce a revista chilena *La Quinta Rueda*. Dedicada a debater temas tangentes à cultura, em um sentido bastante amplo, o periódico reflete sobre os variados aspectos da realidade cultural e social chilena. Composto por intelectuais com trajetórias consolidadas, seu Conselho Editorial posiciona-se de maneira crítica ao tratamento dado à cultura pelo o governo de Salvador Allende (1970-1973). O ponto central dos discursos veiculados pela revista é a ausência de uma política cultural sistematizada pela Unidade Popular. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar o que os membros do Conselho Editorial e os colaboradores esporádicos de *La Quinta Rueda* compreendiam, então, por política cultural. Por meio dos editoriais, artigos e entrevistas da revista, buscaremos compreender qual o papel conferido à cultura no momento peculiar que foi a experiência da Unidade Popular e qual o lugar de uma política cultural na chamada “via chilena para socialismo”.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; política cultural; Unidade Popular; Chile; *La Quinta Rueda*.

Em setembro de 1970, a Unidade Popular⁵⁵⁴ chega ao cargo máximo do Poder Executivo chileno quando Salvador Allende assume a presidência do país e, a partir daí, dá-se início à transição ao socialismo através da via institucional e democrática, proposta no programa político da UP. Formado a partir da realidade política e social chilena da década de 1960 e início dos anos de 1970, o programa de governo da UP dialogava com vários setores de esquerda da América Latina, influenciados direta e indiretamente pelo pós-Segunda Guerra, pela Guerra Fria, a Revolução Cubana e os movimentos contestatórios e de contracultura que tiveram o seu marco no ano de 1968.⁵⁵⁵

⁵⁵⁴ Coalizão política conformada pelos partidos Socialista e Comunista, pelo Partido Radical, Partido Social Democrata, Ação Popular Independente e Movimento de Ação Popular Unificado. Na segunda metade de 1971, incorporam-se também o Partido de Izquierda Radical e o Movimiento de Izquierda Cristiana; cf. A. Aggio, *Democracia e socialismo: a experiência chilena*, São Paulo: Annablume, 2002, p.15.

⁵⁵⁵ Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular – Candidatura presidencial Salvador Allende. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-7738.html>, acesso em 11/05/2015.

A Unidade Popular concebia o socialismo como o único caminho para a superação dos entraves ao desenvolvimento chileno⁵⁵⁶ e assumia a via democrática e institucional, dada as condições políticas consolidadas no país, como o meio possível e ideal para a transformação do Chile em um país socialista. Assim, rechaçava a via armada, a qual, após a Revolução Cubana, tornou-se um paradigma para boa parte das esquerdas latino-americanas. Deste modo, o governo de Salvador Allende e os partidos que conformavam a sua coalizão, tinham diante de si a missão de construir um caminho novo, para uma experiência inédita.

Em fevereiro de 1971, o governo compra as ações da editora Zig-Zag, que passa a se chamar Editora Nacional Quimantú. Segundo as palavras do próprio Allende, a nova editora “constituirá a base de uma indústria gráfica e editorial que satisfaça as necessidades culturais do Chile”.⁵⁵⁷ Em 1972, sob o selo da editora Quimantú, nasce a revista mensal *La Quinta Rueda*, a qual objetivava discutir as “necessidades culturais do Chile” e criticar a ausência de uma sistemática política cultural nacional promovida pela UP. Tomando o conceito de cultura de forma bastante ampla, os conteúdos desse periódico passariam por temas como educação, literatura, teatro, artes plásticas, cinema, patrimônio, esportes e sexo. É por meio dessa perspectiva cultural que os seus editores e seus colaboradores esporádicos discutem e refletem sobre a realidade chilena. A revista propunha-se a discutir a produção cultural chilena, apontando para a necessidade de que fosse construída uma política cultural para o país. Tal política era entendida, pelos intelectuais que lá publicam como de fundamental importância dentro processo pelo qual o país passava. Neste trabalho, buscamos compreender as discussões travadas em *La Quinta Rueda* sobre a política cultural que deveria ser empreendida no governo da Unidade Popular, destacando os atores sociais que estariam envolvidos nessa construção, as razões para a necessidade de uma política institucionalizada para a produção cultural e os objetivos a serem atingidos com a estruturação de tal política. Trabalhamos aqui com os conceitos utilizados na própria revista pelos seus articulistas esporádicos, bem como pelo conselho editorial, o qual era composto por Hans Ehrmann, jornalista e crítico de cinema; Carlos Maldonado, crítico de teatro membro do Partido Comunista; Antonio Skármeta, diretor de teatro, escritor e membro do MAPU e Mario Salazar, produtor musical e teatral, cantor, sociólogo e

⁵⁵⁶ AGGIO, A. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*, p.18.

⁵⁵⁷ ALLENDE, F. *A via chilena para o socialismo*. Mensagem ao Congresso em 21 de maio de 1971, Buenos Aires: Eudeba, 2014, p. 128.

membro do Partido Socialista, o qual, após algumas edições, é substituído por Alfonso Calderón, escritor e crítico literário, também filiado ao Partido Socialista, todos eles intelectuais com trajetórias já consolidadas e reconhecidas.⁵⁵⁸

La Quinta Rueda propunha-se como espaço livre e diverso de debate e de construção coletiva sobre os temas culturais,⁵⁵⁹ especialmente no que se referia aos ideais de uma política cultural inserida no processo pelo qual passava o Chile, como consta em seu segundo número, de novembro de 1972: “No queremos erigirnos, como tantas veces sucede con revistas de esto índole, en voceros de una capilla o grupo, sino en un órgano de discusión amplia al que tengan acceso quienes tengan algo que aportar al diagnóstico y desarrollo de nuestra realidad cultural”.⁵⁶⁰ Concordamos aqui com a proposição de Regina Crespo quando defende que:

Una revista o suplemento representa el punto de vista de un grupo, su intervención político-ideológica, su lugar y herramientas en la arena cultural. Si son resultado de un proyecto colectivo, las revistas y suplementos reflejan la estructura misma del proyecto que les dio origen y los cambios que éste va sufriendo a lo largo del tiempo.⁵⁶¹

De maneira geral, existe uma orientação ideológica em *La Quinta Rueda*, a começar pelo seu conselho editorial, o qual, com exceção de Ehrmann, é formado por membros de partidos que compõem a UP. Ainda que críticos à maneira como o governo procedia em relação à cultura, em nenhum dos artigos ou entrevistas publicados a “via chilena” era posta em questão. Aliás, as críticas feitas na revista apontam justamente para a necessidade de aprofundar o processo de transição ao socialismo.

⁵⁵⁸ SCHMIEDECKE, N. A. *O movimento da Nova Canção Chilena no debate sobre a “questão cultural” travado na revista La Quinta Rueda (1972-1973)*, Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC, Niterói: 2014, p. 4.

⁵⁵⁹ Ver mais em BIANCHI, Soledad. “*La quinta rueda y PEC: dos miradas a la cultura. Chile, años ’60*”. In: SOSNOWSKI, Saúl (ed.). *La cultura de un siglo: América Latina y sus revistas*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1999, p.477. Neste artigo, a autora afirma que *La Quinta Rueda* seria sectária e ideológica. Essa crítica poderia ser refutada se considerarmos que havia um espaço dedicado ao leitor, onde se publicava elogios, comentários, sugestões e inclusive críticas à revista, além de publicação de entrevistas a elementos que chegaram a dizer que não compravam *La Quinta Rueda*, por conta do seu caráter panfletário, entre outros termos pejorativos. Contudo, nota-se que ao longo dessas entrevistas, tais críticas acabavam por ser silenciadas e/ou ridicularizadas pelo corpo editorial.

⁵⁶⁰ “No queremos nos erigir, como tantas veces sucede con revistas de esta índole, en porta-vozes de una capela ou grupo, mas sim em um órgão de discussão ampla ao que tenha acesso quem tenha algo que contribuir ao diagnóstico e desenvolvimento de nossa realidade cultural”. Tradução livre. Planteamientos. *La Quinta Rueda*, n 2, nov. 1972, p. 8.

⁵⁶¹ CRESPO, R. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*, Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima: Universidad de Colima, 2010, p. 3.

O estudo de fontes como as revistas implica em compreender que as mídias impressas têm um compromisso com as conjunturas nas quais são produzidas e, de certo modo, tem a possibilidade de atuar sobre elas (CRESPO, 2010) ⁵⁶². A consciência sobre isso por parte dos que publicam nesses periódicos transparece de modo mais ou menos claro de acordo com valores, ideologias e intenções dos publicadores. Em *La Quinta Rueda* a consciência do seu poder de interferência não é apenas presente como também é razão de sua existência. O próprio nome da revista já revela o seu tom crítico. O corpo editorial entendia que, até então, o governo da Unidade Popular não considerava a cultura como algo de primeira importância, tratando-a como “la quinta rueda del coche”⁵⁶³ – o estepe do carro. Seu foco principal seria, assim, discutir sobre as possibilidades de construção de uma política para a cultura, envolvendo os/as agentes da produção cultural chilena e chamando a atenção para as responsabilidades do poder institucionalizado.

Estava previsto no programa de governo da Unidade Popular, constituído em 1969, a criação do Instituto Nacional de Arte e Cultura (INAC), órgão oficial que se responsabilizaria pelos assuntos concernentes à cultura. Até o momento da inauguração da revista, o que havia em relação ao INAC eram discussões sobre o edifício mais apropriado para a sua instalação. O instituto jamais foi criado, visto que até o golpe de 1973, as ações oficiais não passaram muito disso. Concretamente, houve incentivos oficiais, principalmente por meio de universidades estatais, à produção musical nacional, especificamente aos/às envolvidos/as com o movimento da *Nueva Canción Chilena*; a organização dos *Trens de la cultura*, caravanas de artistas levados a apresentar-se em regiões mais distantes de Santiago, na tentativa de descentralização de parte do que estava sendo produzido; além da criação de alguns Centros de Cultura Popular, unidades dotadas de bibliotecas populares e espaços para a produção cultural da mais diversificada.⁵⁶⁴ Dentre as medidas oficiais, destacamos aqui como mais significativa a estatização da editora Zig-Zag, que se transformou na Editora Quimantú. Além das diversas revistas fundadas para vários tipos de público, em um ano e três meses de existência, a editora nacional havia editado e vendido mais de 5 milhões de livros, expressão que chegava a ser vinte vezes maior do que

⁵⁶² Ibidem, p 2.

⁵⁶³ Dónde está la política cultural?. *La Quinta Rueda*, n1, out. 1972, Santiago: Quimantú.

⁵⁶⁴ ALBORNOZ, César. La cultura en la Unidad Popular: Porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. In: VALLEJOS, Julio Pinto (coordinador-editor). *Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

havia sido alcançado pela Zig-Zag na mesma fração de tempo.⁵⁶⁵ Dentre os títulos publicados estavam coleções dedicadas à história nacional, clássicos da literatura mundial (principalmente latino-americana) e importantes obras de teóricos marxistas. Praticamente todas as edições contavam com um prólogo que cumpria o papel da “doutrinação”.⁵⁶⁶

Encontramos, em diversos artigos de *La Quinta Rueda*, o destaque para o momento de ebulição cultural que vivia o Chile, inclusive não eram poucos os que afirmavam que nunca houvera tanta movimentação popular em torno da produção cultural naquele país. A falta de atenção e organização dessa produção era o ponto central das críticas veiculadas na revista. Além disso, criticava-se muito a burocracia com a qual o governo lidava as questões culturais. Devemos acrescentar que muitos intelectuais e artistas se engajaram na campanha presidencial de 1970, inclusive participando da construção das propostas da UP. A atuação desses e dessas agentes foi, sem dúvida, de extrema importância para a vitória de Salvador Allende. O que aparecia em algumas críticas de *La Quinta Rueda*, por vezes em tom de cobrança e, por outras, em tom de decepção, como assinalado na entrevista concedida por José Balmes:

De allí [do comando de intelectuais e artistas organizado durante a campanha eleitoral, em 1970] partieron muchas ideas que luego se incorporaran al programa de la Unidad Popular. Después del triunfo hubo mucha ebullición. [...] Pero se produjo cierta desmovilización, producto en algún sentido de que el Gobierno no respondió a lo que de él esperaban los trabajadores de éste campo.⁵⁶⁷

Era frequente, ademais, a ideia de que no governo de Salvador Allende, em relação aos governos anteriores, pouco ou quase nada havia mudado de fato no tratamento das questões culturais.

La Quinta Rueda, mais que um veículo de críticas, propunha-se como espaço de discussão entre os/as interessados/as em contribuir com a construção de uma política cultural para o Chile naquele momento de transformação pelo qual o país passava. Para analisar essas discussões, consideramos imprescindível compreender como as/os

⁵⁶⁵ TEITELBOIM, Valodia. 5.000.000 de libros. *La Quinta Rueda*, n3, jan-fev 1973, Santiago: Quimantú.

⁵⁶⁶ ALBORNOZ, César. La cultura en la Unidad Popular: Porque esta vez no se trata de cambiar un presidente, p. 154.

⁵⁶⁷ “Dali partiram muitas ideias que logo se incorporaram ao programa da Unidad Popular. Depois do triunfo houve muita ebulição. [...] Mas se produziu certa desmobilização, produto em algum sentido de que o Governo não respondeu ao que dele esperavam os trabalhadores deste campo”. Tradução livre. BALMES, José. Política Cultural: Lo que hay y lo que falta. *La Quinta Rueda*, n°. 6, mai. 1973, p. 3.

envolvidas/os nesse debate concebiam o conceito de cultura. Nota-se que em *La Quinta Rueda* a cultura é percebida de maneira bastante ampla, o que se reflete na variedade de temas que a revista, definida como cultural, abrange em suas nove edições. Como supracitado, o periódico tratava desde artes plásticas a esportes. De acordo com os editores, já não se poderia “[...] sostener la tradicional ecuación de “cultura = artes”, como una dádiva que los intelectuales y artistas reparten con mayor y menor generosidad”.⁵⁶⁸ Rompia-se com uma ideia tradicional que associava cultura a uma área exclusiva do conhecimento humano e com a ideia que vinculava a produção cultural à erudição. Nesse sentido, a cultura deveria ser então, acessível e de propriedade de todos os setores da sociedade. Além disso, ideia geral que se encontra no periódico é de que a cultura de modo algum seria algo à parte das outras atividades humanas, muito pelo contrário, como afirma Carlos Maldonado:

La cultura no es un adorno ni un mero pasatiempo para ociosos. Cultura es la capacidad de un pueblo para construir su futuro de acuerdo con las particularidades de su medio, de su propio pensar, sentir y hacer. Esta comprende desde sus formas de organización, pasando por objetivos políticos, económicos y sociales, sus conceptos morales, etc., hasta sus auténticas expresiones musicales, literarias o teatrales.⁵⁶⁹

Enrique Rivera alarga ainda mais a concepção sobre o que seria a cultura. Para o escritor,

La cultura, en oposición al concepto de naturaleza, comprende el producto total de la actividad humana históricamente considerada. Se manifiesta como un sedimento material y espiritual que la humanidad acumula para su propio progreso y que las sociedades divididas en clases usufructúan en beneficio del desarrollo y consolidación de sus sectores dominantes. Todo bien material o espiritual producido por la humanidad es un bien cultural si está asociado al sentido de progreso y perfeccionamiento social que preside la mayoría de los actos humanos. Y la producción de bienes culturales es consecuencia de las aptitudes laborales y creadoras y de la capacidad de organización social de la humanidad. Son bienes culturales las ideas filosóficas, las organizaciones

⁵⁶⁸ “[Já não se pode] sustentar a tradicional equação de “cultura = artes”, como uma dádiva que os intelectuais e artistas repartem com maior e menor generosidade”. Tradução livre. “Dónde está la política cultural”, n1, p.12.

⁵⁶⁹ “A cultura não é um adorno ou mero passatempo para ociosos. Cultura é a capacidade de um povo para construir seu futuro de acordo com as particularidades de seu meio, de seu próprio pensar, sentir e fazer. Essa compreende desde suas formas de organização, passando por objetivos políticos, econômicos e sociais, seus conceitos morais, etc., até suas autênticas expressões musicais, literárias ou teatrais”. Tradução livre. MALDONADO, C. Dónde está la política cultural?, n. 1, p.12.

políticas, las creencias religiosas, las obras de artes, los descubrimientos de la ciencia, los instrumentos que produce la tecnología para transformar la naturaleza, las conductas morales, los mitos, las leyendas, las costumbres.⁵⁷⁰

A posição de Rivera condensa a percepção geral encontrada em *La Quinta Rueda* sobre o que significaria cultura, principalmente no que diz respeito ao poder de transformação e desenvolvimento que compreende a detenção dos chamados “bens culturais”. De acordo com Rivera e Maldonado – bem como vários outros e outras autores e autoras que publicaram na revista -, ao longo da história do Chile a posse dos bens culturais, que implicaria no progresso e aperfeiçoamento social, havia sido privilégio das classes dominantes e, sendo assim, a dominação de uma classe sobre outra era perpetuada. Deste modo, tornar os “bens culturais” propriedade dos/das trabalhadores/as chilenos/as implicaria na quebra dessa dominação, ou seja, na emancipação das massas em detrimento das elites.

A esse entendimento da cultura como ferramenta de dominação e, por outro lado, de emancipação, está intimamente associada a ideia de dependência cultural. Como afirmado no primeiro artigo editorial de *La Quinta Rueda*,

Lo que debe caducar es la “cultura” como privilegio de una clase determinada; en el fondo le ayuda a mantener su dominación que, a su vez, está estrechamente entrelazada con los intereses del imperialismo.⁵⁷¹

Desse modo, a política cultural idealizada em *La Quinta Rueda* deveria se dar no sentido de combater e destruir a dominação das elites sobre as massas chilenas, bem como de tornar o país livre da dependência imperialista. Para tanto, tal política teria de ser, antes de tudo, original, gerada a partir da realidade chilena e jamais ser uma cópia, ou uma aplicação de

⁵⁷⁰ “A cultura, em oposição ao conceito de natureza, compreende o produto total da atividade humana historicamente considerada. Se manifesta como um sedimento material e espiritual que humanidade acumula para seu próprio progresso e que as sociedades divididas em classes usufruem em benefício do desenvolvimento e consolidação de seus setores dominantes. Todo bem material ou espiritual produzido pela humanidade é um bem cultural se está associado ao sentido de progresso e aperfeiçoamento social que preside a maioria dos atos humanos. E a produção de bens culturais é consequência das aptidões laborais e criadoras e da capacidade de organização social da humanidade. São bens culturais as ideias filosóficas, as organizações políticas, as crenças religiosas, as obras de arte, os descobrimentos da ciência, os instrumentos que produz a tecnologia para transformar a natureza, as condutas morais, os mitos, as lendas, os costumes”. Tradução livre. RIVERA, Enrique. Política cultural. Para comenzar a hablar, n2, nov. 1972, pp. 8-9.

⁵⁷¹ “O que deve caducar é a “cultura” como privilégio de uma classe determinada; no fundo a ajuda a manter sua dominação que, por sua vez, está estreitamente entrelaçada com os interesses do imperialismo”. Tradução livre. Dónde está la política cultural? n1, out 1972, p.12.

modelos de governos socialistas e, muito menos, dos ditos países imperialistas. A política cultural idealizada no periódico deveria “nacer con lo nuestro”⁵⁷², como colocam os editores, no segundo número do periódico:

Para nosotros, la cultura no comienza en Londres, Paris o Nueva York. Debemos reflejar en primer término la realidad chilena, luego latinoamericana y solo después de las grandes metrópolis. Pretender el orden inverso no es ni más ni menos que subordinarse una vez más a los mecanismos de la dependencia cultural.⁵⁷³

Ou ainda:

No hay modelos cuya calca nos puede aportar soluciones. Hasta ahora tenemos vivido un constante fenómeno de dependencia cultural y no se trata tampoco de imitar modelos de los países de la Europa Socialista, Cuba o China. Hay que hallar los caminos que corresponden a nuestra realidad.⁵⁷⁴

Basicamente, entendia-se por política cultural, na revista, a sistematização de um conjunto de medidas oficiais que incentivassem, organizassem, desenvolvessem e coordenassem o processo cultural do país. Especialmente naquele momento de grande ebulição da atividade cultural, o estabelecimento de diretrizes oficiais e organização de ações voltadas para a cultura evitaria perdas de tempo, dinheiro e pessoal. Entretanto, não se trataria de cair em um “dirigismo estreito ou em um caos sem bússola”⁵⁷⁵. Para o corpo editorial, bem como para os outros colaboradores da revista, corresponderia às ações da política cultural a gestão de organizações que dessem base e condições para a expressão de todos e a participação integral da sociedade. E isso não se daria com base em decretos – como assinalado, inclusive, pela Unidade Popular em seu programa. Pelo contrário, as ações deveriam ser pensadas e gestadas coletivamente, caminhando juntamente ao seu próprio desenvolvimento e ao desenvolvimento social em geral. Como assinala Rivera, a criação de uma política cultural:

⁵⁷² “Nacer con o nosso”. Tradução livre. “Planteamientos”, n2, nov 1972, p.8.

⁵⁷³ “Para nós, a cultura não começa em Londres, Paris ou Nova Iorque. Devemos refletir em primeiro termo a realidade chilena, logo a latino-americana e só depois a das grandes metrópoles. Pretender a ordem inversa não é mais nem menos que subordinar-se uma vez mais aos mecanismos da dependência cultural”. Tradução livre. “Planteamientos”, n2, nov 1972, p.8.

⁵⁷⁴ “Não existem modelos cuja base nos pode aportar soluções. Até agora temos vivido um fenômeno de dependência cultural e não se trata tampouco de imitar modelos dos países da Europa Socialista, Cuba ou China. Há que encontrar os caminhos que correspondem à nossa realidade”. Tradução livre. “Dónde está la política cultural?”, n1, out 1972, p.12.

⁵⁷⁵ “No puede caerse en un dirigismo estrecho ni tampoco en un caotismo sin brújula”. “Dónde está la política cultural?”, n1, out 1972, p. 12.

Es una tarea que está más allá de las posibilidades de acción y responsabilidades específicas del aparato gubernamental, pues involucra al conjunto de la sociedad y sus organizaciones y, particularmente, supone el aporte creador de sus intelectuales y la presencia viva de las masas. Es una tarea colectiva, gigantesca y inaplazable, que no puede acometerse por decreto, como bien lo señala el Programa Básico de la Unidad Popular, no obstante la misión directiva, orientadora, coordinadora y centralizadora de recursos que le está reservada al Gobierno.⁵⁷⁶

Para além das responsabilidades executivas do governo, discutia-se muito o papel das e dos intelectuais na construção da política cultural para aquele momento de transição ao socialismo. Na maioria dos artigos, a figura do intelectual aparecia como elemento criador por excelência e, para vários autores, as e os intelectuais representariam a vanguarda no processo de elaboração dessa política – assim como no processo de transformação do Chile em socialista. O/a intelectual aparece em *La Quinta Rueda*, principalmente, como detentor/a da capacidade técnica para dar suporte a reflexões e ações concretas em relação à produção cultural, além de serem responsáveis pela elaboração teórica das diretrizes no campo da cultura. Nota-se que em alguns posicionamentos ainda permanece, em certa medida, a concepção da categoria “intelectual” como setor privilegiado, no sentido de concentrar maiores virtudes em relação aos processos criativos. Contudo, não é infrequente a ênfase na imprescindibilidade, frente às novas realidades, de repensar a atividade intelectual como um todo, apontando para a necessidade das transformações das relações de trabalho que envolviam as/os intelectuais. Falava-se, então, na “proletarização” do intelectual, isto é, que a atividade criadora fosse tomada como uma atividade não desvinculada à produção do país de um modo geral e que as relações de trabalho envolvidas se dessem de maneira semelhante às das outras categorias profissionais.

Não restam dúvidas de que o usufruto dos bens culturais pelas massas era a bandeira mais defendida nas páginas de *La Quinta Rueda*. Mais do que isso, encontra-se na grande maioria dos artigos o entendimento de que o proletariado teria essencialmente o dever de participar da gestação da política cultural desejada para aquele período. Assumia-se como meta a participação popular no processo cultural. De acordo com Carlos

⁵⁷⁶ “É uma tarefa que está mais além das possibilidades de ação e responsabilidades específicas do aparato governamental, pois envolve o conjunto da sociedade e suas organizações e, particularmente, supõe o aporte criador dos seus intelectuais e a presença viva das massas. É uma tarefa coletiva, gigantesca e inadiável, que não pode acometer-se por decreto, como bem assinala o Programa Básico da Unidad Popular, não obstante a missão directiva, orientadora, coordenadora e centralizadora de recursos que está reservada ao governo”. Tradução livre. “Para comenzar a hablar”, n2, nov 1972, p. 9.

Maldonado, um dos editores do periódico, a manutenção do caráter revolucionário do processo⁵⁷⁷ dependia da participação maciça dos/das operários/as e camponeses/as chilenos/a. Para Maldonado, deveria ser das massas todo o protagonismo no processo chileno, em todos os seus setores.⁵⁷⁸ O autor apresenta, nesse sentido, uma proposta de ação prática para efetivação da participação popular:

[...] dentro o junto a cada organización del pueblo debe funcionar un Centro de Cultura Popular (CCP), o sea, la organización de masas que preocupa en atender, planificar e impulsar las necesidades culturales en un sindicato, en una Junta de Vecinos, en un Asentamiento Campesino o Centro de Reforma Agraria, en una Asociación de Empleados, en un colegio, en un barrio o en un villorrio”.⁵⁷⁹

De modo geral, a visão encontrada na revista era de que a política cultural deveria ter como objetivo o empoderamento das massas e a libertação do povo chileno do jugo das classes dominantes. Para tanto, a participação dos proletários e camponeses na produção cultural era essencial. Para alguns autores, tal participação deveria ser de algum modo guiada pelos/as intelectuais. Para outros, as massas deveriam gerar organicamente seus próprios quadros, que dariam conta dessa tarefa de construção na área cultural.

Nesse sentido, as ações institucionais deveriam constituir, sobretudo, incentivos à produção de cultura nacional popular, isto é, às expressões culturais que representassem o que os/as intelectuais que publicaram no periódico consideravam como advindas das raízes culturais da nação chilena.⁵⁸⁰ Não é por acaso que a figura do/da folclorista aparece diversas vezes no periódico como categoria profissional de extrema importância no chamado processo cultural. Em diversos números, por exemplo, Violeta Parra tem seu trabalho citado e elogiado. Há, inclusive, um número exclusivamente dedicado a

⁵⁷⁷ Em La Quinta Rueda, é frequente a afirmação de que o Chile vivia um processo revolucionário. Aliás, esta ideia aparece na grande maioria de seus artigos. Não nos cabe aqui discutir se a via chilena para o socialismo caracterizou propriamente uma revolução. Para aprofundamentos no tema, ver capítulo IV de AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*.

⁵⁷⁸ MALDONADO, Carlos. “Dónde está la política cultura?”, n.º. 1, out 1972, p.13.

⁵⁷⁹ “[...] dentro ou junto de cada organização do povo deve funcionar um Centro de Cultura Popular (CCP), ou seja, a organização de massas que preocupa em atender, planificar e impulsionar as necessidades culturais em um sindicato, em uma Junta de Vizinhos, em um Assentamento Camponês ou Centro de Reforma Agrária, em uma Associação de Empregados, em um colégio, em um bairro ou em um vilarejo”. “Dónde está la política cultura?”, n1, out 1972, p.13.

⁵⁸⁰ Na revista, não encontramos delimitações para o que representariam as raízes culturais chilenas. O que existe são exemplos de expressões culturais que deveriam ser valorizadas em detrimento de outras, como o movimento da Nueva Canción Chilena, em oposição à música popular influenciada por ritmos e temas estrangeiros; ou a valorização do teatro operário, em oposição ao teatro não engajado.

homenagear a cantora, compositora e estudiosa do folclore chileno.⁵⁸¹ António Skármeta afirma que:

Ordenar, coordinar, incentivar, sugerir trabajos conjuntos en el campo cultural puede ser una significativa manera de que Chile gane la batalla contra el imperialismo y sus aliados antipatriotas dentro de casa, al acercar más a los chilenos a su propio rostro, a la expresión de lo que verdaderamente somos.⁵⁸²

A política cultural idealizada pela revista seria aquela que sistematizaria e incentivaria a produção cultural nacional popular e que, portanto, seria responsável por fomentar o autóctone contra o imperialista e o popular contra o elitista.

De maneira geral, podemos concluir que *La Quinta Rueda* foi palco de importantes debates acerca da produção cultural, em uma perspectiva bastante abrangente, durante os anos de governo da Unidade Popular. Ainda que não nos tenha sido possível qualificar a sua recepção, é fato que o periódico teve um impacto a ser considerado, uma vez que mobilizou intelectuais de destaque, chilenos – principalmente – e de outras partes da América Latina, e teve repercussão direta no governo, visto que representantes de órgãos governamentais tiveram espaço para se pronunciar nas páginas da revista, além de artigos publicados e entrevistas com figuras como o senador Valodia Teitelboim.

Ainda que críticos à postura do governo em relação à cultura, a via pacífica, democrática e institucional para o socialismo que estava sendo construída pela Unidade Popular jamais foi criticada na revista. Pelo contrário, as críticas se davam justamente no sentido de aprofundar o processo chileno, isto é, defendia-se no periódico, acima de tudo, que através da cultura – e, portanto, a sua organização e incentivo – seria possível construir o “homem novo”⁵⁸³, o sujeito que construiria uma nova sociedade.

Percebemos que a política cultural idealizada na revista está bastante próxima à própria proposta da Unidade Popular, uma vez que em todo momento é apontada a

⁵⁸¹ Número 4 de *La Quinta Rueda*, de janeiro-fevereiro de 1973.

⁵⁸² “Organizar, coordinar, incentivar, sugerir trabalhos conjuntos no campo cultural pode ser uma significativa maneira de que Chile ganhe a batalha contra o imperialismo e seus aliados antipatriotas dentro de casa, ao acercar mais aos chilenos a seu próprio rosto, à expressão do que verdadeiramente somos”. Tradução livre. SKÁRMETA, Antonio. “Qué cantar?”, n1, out. 1972, p.11.

⁵⁸³ A expressão “hombre nuevo” define o tipo ideal de revolucionário e sujeito de uma sociedade socialista. Tal expressão torna-se popular na América Latina a partir da Revolução Cubana. A flexão de gênero do termo dentro das esquerdas latino-americanas quase nunca é utilizada. É muito raro encontrar-se a expressão “mujer nueva”, ou qualquer associação com a figura feminina. O que deixa entrever o machismo e, por vezes, a misoginia, presentes nas revoluções e movimentos de esquerda na América Latina. Em *La Quinta Rueda* essa expressão é utilizada no artigo “A mi me concientizó Dios”, de Maria Elena Claro, no segundo número da revista. Além de Claro, vários outros autores mencionam o termo ou fazem alusão a ele.

necessidade da sua sistematização institucional, além da defesa da democracia e da participação integral da população na sua constituição. Ademais, os debates travados nas páginas de *La Quinta Rueda* deixam entrever reflexos das discussões que estavam sendo feitas no próprio seio da Unidade Popular, certamente devido ao fato de que os seus editores eram membros de partidos que compunham a coalizão, mas também porque tais debates estavam instalados nos mais diversos âmbitos da sociedade chilena daquele então. Em geral, há muito mais divergências e polêmicas do que consensos, por vezes apresentado pelos próprios articulistas como a falta de coesão teórica que permeou os três anos do governo de Salvador Allende⁵⁸⁴, perspectiva que, após o golpe militar de 1973, aparece em diversas análises como um dos fatores responsáveis pelo fracasso da Unidade Popular, que não foi capaz de construir a nova sociedade desejada.

⁵⁸⁴ Tal percepção está bem sintetizada no artigo “El trabajo teórico”, de Osvaldo Fernández, nº. 7, jun. 1973, p.11.

O feminino no cinema cubano a partir da análise dos filmes: *Hasta cierto punto* (1983) e *Retrato de Teresa* (1979)

Natália Iglésias da Silva Scheid

Graduada em História

UFMG

iglesias.nat@gmail.com

RESUMO: Este trabalho busca entender quais foram as consequências da promulgação do Código da Família na representação da mulher pelo cinema cubano, busca também mostrar que esta representação foi resultante da apropriação, por parte do Estado, do cinema como ferramenta para contribuir na alteração do papel ocupado pelas cubanas dentro da nova sociedade. Para demonstrar o que desejamos optamos por analisar dois filmes: *Hasta cierto punto* e *Retrato de Teresa*.

PALAVRAS-CHAVE: Cuba; revolução; cinema; mulheres.

Logo após o Triunfo da Revolução o governo revolucionário cubano demonstrou perceber claramente o potencial formador e transformador que a cultura poderia ter e imediatamente passou a utilizá-la na construção da nova sociedade cubana. A arte foi encarada pelos novos dirigentes não só como uma maneira de levar entretenimento ao povo, mas também como uma ferramenta para auxiliar na formação da nova sociedade cubana. Acreditava-se que ela deveria atuar ativamente nas mudanças de pensamento, na legitimação e propagação da Revolução. Em outras palavras, a arte deveria propagar a ideologia do Estado e ajudá-lo a alcançar seus objetivos.

O cinema foi, desde o início, enormemente valorizado, isso por seu caráter de comunicação de massa. Acreditava-se que ele poderia fazer a ideologia revolucionária chegar a todas as regiões e pessoas do país, de uma maneira que nenhuma outra arte

conseguiria.⁵⁸⁵ Foi neste contexto cultural que se criou o *Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos*, o *ICAIC*.⁵⁸⁶ Sua criação foi a primeira ação tomada pelo governo revolucionário em relação à política cultural.⁵⁸⁷

Apesar de ser um órgão oficial do governo cubano criado com a finalidade de produzir e disseminar propagandas da Revolução, o *ICAIC* lutou para ser muito mais que apenas isso. Utilizando-se de negociações e barganhas com o governo, mediou a relação deste com os cineastas, e conseguiu produzir, em diversos momentos, um cinema de qualidade e não apenas pedagógico.⁵⁸⁸ O fato de o *ICAIC* conseguir produzir e lançar obras cinematográficas que possuíam uma mensagem crítica e de enfrentamento em relação ao governo cubano e que desafiavam a ordem dominante se deve ao fato de ser uma instituição privilegiada⁵⁸⁹ dentro da sociedade cubana, ou seja, mesmo atrelado ao Estado cubano, o *ICAIC* desempenhava sua função com relativa autonomia o que “favorece a postura de enfrentamento ou questionamento do *status quo*”.⁵⁹⁰

Mesmo possuindo considerável autonomia em relação ao Estado, o *ICAIC* ainda estava a ele subjugado, o que em diversos momentos fez com que os temas tratados em

⁵⁸⁵ SOALHEIRO. *Cine sobre ruedas: expressões da cultura política comunista nos discursos cinematográficos e na organização do Cine-Móvil cubano (1961-1971)*, p. 21.

⁵⁸⁶ VILLAÇA. *O Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográfica – ICAIC e a política cultural em Cuba (1959-1991)*, p. 440.

⁵⁸⁷ Entendemos por política cultural a definição segundo a qual política cultural é a mobilização da cultura levada a cabo por distintos tipos de agentes – Estado, os movimentos sociais, as indústrias culturais, instituições tais como museus, organizações turísticas, associações de artistas e outras – com a finalidade de gerar transformações estéticas, organizacionais, políticas, econômicas e/ou sociais.

OCHOA GAUTIER. *Entre los deseos y los derechos*. Un ensayo crítico sobre políticas culturales, p. 26.

VILLAÇA. *O Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica – ICAIC e a política cultural em Cuba (1959-1991)*, p. 22-25, 32-33, 51-59.

⁵⁸⁸ VILLAÇA. *O Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica – ICAIC e a política cultural em Cuba (1959-1991)*, p. 27-29.

⁵⁸⁹ Consideramos como privilegiadas as organizações que, apesar de aparelhadas ao Estado, conseguiam ter relativa autonomia para desempenhar suas funções. Cf. MISKULIN. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961- 1975)*, p. 21.

⁵⁹⁰ VILLAÇA. *O Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica – ICAIC e a política cultural em Cuba (1959-1991)*, p. 25.

seus filmes partissem de demandas do Estado. Entre as temáticas tratadas pelos filmes está a da mulher cubana.

Com a vitória dos revolucionários, uma das necessidades que se fez evidente foi a de ter as mulheres atuando e militando politicamente. As cubanas passaram a ser vistas como grandes mobilizadoras, possuidoras de grande força política. A família enquanto instituição continuou a ter papel decisivo dentro da sociedade cubana. O governo via a adesão da família ao projeto revolucionário como fundamental para seu sucesso. A influência que as mulheres possuíam dentro dos lares passou a ser desejada, já que ao se posicionarem do lado da Revolução e de seus dirigentes, influenciavam de maneira inegável e decisiva o posicionamento dos outros membros do círculo familiar, em especial das crianças. Era do interesse do governo que as novas gerações fossem educadas dentro do ideal revolucionário e que crescessem para se tornarem colaboradores e seguidores, não opositores.

Outra grande necessidade foi a entrada das mulheres no mercado de trabalho formal, já que apenas a mão de obra masculina não era suficiente para que o país crescesse no ritmo desejado.⁵⁹¹ Para ter as mulheres atuando na economia formal era necessário que homens e mulheres entendessem que elas agora atuavam politicamente e trabalhavam nas mais diversas atividades produtivas, e que se conscientizassem das necessidades das tarefas domésticas e cuidados com os filhos serem de responsabilidade de ambos.

Foi tendo em vista essas necessidades do Estado que se deu a promulgação do Código da Família, em 1975. Acreditamos que tal acontecimento influenciou de maneira inegável a produção fílmica cubana. Nos primeiros anos da Revolução a representação feminina presente no cinema era prioritariamente a da heroína revolucionária⁵⁹², uma mulher disposta a todos os sacrifícios pelo triunfo da Revolução. Neste primeiro momento não havia nenhum tipo de problematização sobre os medos, problemas, sexualidade, sonhos e outras questões próprias do ser mulher. Já nas décadas de 70 e 80, com a promulgação do Código da Família, essa representação muda. A mulher cubana passa a ser representada enquanto sujeito portador de características e vivências próprias. Estas

⁵⁹¹ MACÍAS. *Revolución Cubana: mujer, género y sociedad civil*, p. 13.

⁵⁹² Cf. MEJÍA, Glenda; MARTÍNEZ-EXPÓSITO, Alfredo. Women's Representation: Two Epochs of the Revolutionary Cuban Cinema. *Revista Brasileira do Caribe*, Maranhão, v. VI, n. 11, jul.–dez., 2005.

questões passam a ser problematizadas nos filmes, assim como o questionamento sobre as relações de poder entre homens e mulheres.

O Código da Família

Promulgado em 1975, o Código da Família⁵⁹³ foi uma grande vitória para as mulheres cubanas. Formulado a partir dos preceitos de igualdade socialista, o Código da Família defendia a total igualdade legal entre homens e mulheres, seja no âmbito familiar, social ou político. No Código se discriminou de maneira clara os direitos e deveres de todos os indivíduos pertencentes ao núcleo familiar, reforçando a todo momento a equidade entre os cônjuges.

Outro ponto importante diz respeito ao regime econômico do casal: o que é considerado bem próprio está sob total controle da parte à qual compete, o que é considerado bem comum do casal depende de decisões tomadas de maneira conjunta. A regulamentação das finanças da família é extremamente importante para a mulher cubana, que passa a ter igual controle e poder de decisão, não sendo mais representada pelo marido, sem direito a voz.⁵⁹⁴

O cuidado com os filhos pelo Código também passa a ser de responsabilidade dos dois progenitores, sem distinção alguma entre mãe e pai. Os pais estão obrigados a cuidar da família que formaram e cooperar um com o outro no que diz respeito à educação e formação dos filhos, conforme os princípios da moral socialista. Dentro das possibilidades de cada um, os dois têm a obrigação de participar dos cuidados do lar e contribuir economicamente para manter a casa e os filhos.⁵⁹⁵

O Código também funcionou como ferramenta do Estado para ajudar na inclusão das cubanas no mercado de trabalho formal e remunerado. Ele afirma que ambos os cônjuges possuem o direito a exercer suas profissões ou ofícios, e possuem o dever de prestar reciprocamente cooperação e ajuda nisso, assim como o dever de apoiar o outro

⁵⁹³ Cf. VASSI, Cássia. *A família cubana segundo o Código de 1975: novos homens, mulheres e crianças*. Monografia (Curso de História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2003.

⁵⁹⁴ CUBA. *Código de Família de 1975*, art. 36.

⁵⁹⁵ _____. *Código de Família de 1975*, art. 26 e 27.

quando é seu desejo estudar e aperfeiçoar seus conhecimentos.⁵⁹⁶

Para o Estado cubano era necessário regular juridicamente a família, trazendo as mulheres para dentro da Revolução, conquistando-as para essa nova sociedade. Uma legislação que garantisse direitos iguais entre homens e mulheres era uma maneira eficaz de atingir esse objetivo.

Hasta cierto punto

Lançado em 1983 o filme *Hasta cierto punto*, dirigido por Tomás Gutiérrez Alea, abre com a exibição de um depoimento real dado por um trabalhador cubano, no qual ele diz que apesar de ter vivido muito tempo em uma sociedade diferente, ele já havia mudado muitas de suas atitudes em relação às mulheres, já havia mudado uns 80% e talvez chegasse a 87%, mas nunca alcançaria os 100%, porque a igualdade entre homens e mulheres é justa, mas só até certo ponto.⁵⁹⁷

O filme se inicia com dois dos personagens principais, Arturo e Oscar. Arturo é um diretor de cinema do *ICAIC* que convida o roteirista e escritor de peças de teatro Oscar para fazer o roteiro de um filme de ficção e juntos criarem uma obra que trate do tema do machismo em Cuba. O objetivo desta obra é o de confrontar os homens cubanos e fazer com que se conscientizem do próprio machismo.

A preparação para o filme se dá no porto de Havana, segundo eles o ambiente mais machista que se pode encontrar, onde efetuam entrevistas com os trabalhadores. É no porto que eles conhecem a terceira personagem principal, Lina (apelido de Laudelina). A cena na qual Lina é apresentada ao espectador ocorre durante uma reunião dos trabalhadores, na qual ela pede a palavra e, com extrema segurança e desenvoltura, reclama das péssimas condições dos prédios nos quais eles trabalham e exige melhorias. Em meio aos trabalhadores se encontra Oscar, obviamente encantado com ela.

Em uma das primeiras interações entre Oscar e Lina, ele e o espectador descobrem que ela é uma trabalhadora portuária, mãe de um garoto de 11 anos e que, apesar de ter

⁵⁹⁶ CUBA. *Código de Família de 1975*, art. 28.

⁵⁹⁷ É importante ressaltar que as todas as entrevistas e depoimentos que aparecem no filme como se fossem gravadas por Arturo e Oscar são reais. VILLAÇA. *Crítica e engajamento político no cinema cubano: ousadias e limites de Hasta Cierta Punto*, p. 228.

tido um filho aos 17 anos, nunca se casou. Somos informados que a gravidez em uma idade tão precoce e antes do matrimônio foi ainda mais chocante para a família de Lina pelo fato de seu namorado de então, e pai do filho que esperava, ser mulato. O que expõe não só o machismo cubano, mas também o preconceito racial. Outra coisa que fica clara pela interação das personagens é que Oscar, apesar de tentar disfarçar e se recuperar rapidamente, fica visivelmente chocado e incomodado com tais informações.

Mesmo tendo que lidar com todo o preconceito recorrente de ser mãe solteira, Lina se mostra uma mulher forte e decidida. Além de trabalhar nesse ambiente predominantemente masculino ela também estuda administração portuária para depois de formada conseguir um emprego melhor remunerado em Santiago, sua cidade de origem. Sua força é também explicitada por ela não demonstrar em nenhum momento problema algum para se impor perante seus colegas.

A relação de Lina e Oscar se aprofunda, e por Lina personificar o ideal revolucionário ao ser trabalhadora, inteligente e desenvolta⁵⁹⁸, o personagem principal que ele está escrevendo para o filme passa a ser completamente inspirado nela. Ela se torna sua musa e eles se envolvem romanticamente. Em realidade, a relação de Oscar e Lina compõe um triângulo amoroso, já que ele é casado com Marian, a atriz convidada a interpretar o personagem baseado em Lina.

O envolvimento de Oscar e Lina chega ao conhecimento de sua esposa, criando tensão entre o casal. Apesar de enamorado por Lina, Oscar é incapaz de se divorciar de uma atriz reconhecida para assumir publicamente uma relação com uma mulher que, além de portuária, é mãe solteira. Decisão que revela não só seu machismo, mas também seu preconceito de classe. Esta situação segue até Lina exigir que ele só a procure quando decidir o que quer.

Eventualmente é o machismo dele que leva ao fim do relacionamento dos dois. Ele vai procurá-la em sua casa e vê saindo um antigo namorado; nervoso a questiona de maneira agressiva sobre a presença do ex, aos prantos ela não responde, e ele parte. Seu machismo e intolerância o impedem de ver que o estado de Lina se deve ao fato de que ela havia acabado de ser vítima de violência sexual.

⁵⁹⁸ VILLAGA. *Crítica e engajamento político no cinema cubano: ousadias e limites de Hasta Cierta Punto*, p. 230.

Algo muito importante no filme é que, utilizando as personagens de Oscar e Arturo, Alea mostra que o machismo não é uma exclusividade das classes mais pobres, que está presente em todos os meios sociais. Oscar não demonstra seu machismo apenas em sua relação com Lina, mas também com sua mulher, Marian. Ao ser confrontado por sua traição, Oscar age como se esperasse que ela seguisse a vida como se nada houvesse acontecido. Também não responde quando Marian o questiona sobre o que ele faria se fosse ela que tivesse passado a noite fora com um operário. Seu silêncio evidencia que em Cuba existem dois pesos e duas medidas quando se trata de relações extraconjugais. Ao homem é aceito trair, à mulher não. Já Arturo, o intelectual que decide fazer o filme para expor e combater o machismo, não consegue ver em si mesmo todo o preconceito de gênero que carrega, trai sua esposa Flora com outras mulheres e a trata de maneira despótica e grosseira, inclusive perante outras pessoas.

As próprias mulheres são retratadas reproduzindo pensamentos e atitudes machistas. Marian, ao desabafar com Flora, a respeito de seu casamento, escuta que todos os homens traem, inclusive Arturo, e diz que é algo natural e que não se pode deixar ofender ou magoar por essas ações. Ao final, ainda a aconselha a silenciar-se e fingir desconhecimento da traição.

Ao final, Lina é, entre todos, a menos contaminada pelo machismo. Apesar de não pertencer à elite intelectual como Oscar, Marian, Arturo e Flora, é a que faz mais questionamentos a respeito da situação da mulher e a que tem mais atitudes que vão contra a cultura machista dominante. É a única que questiona o fato de que, na equipe de um filme que tem por tema o machismo, não trabalha nenhum mulher. Ao vocalizar essa ausência que deveria ser óbvia, ela surpreende Oscar, deixando claro que tal questão não havia passado por sua cabeça.

Lina vocalizar a ausência de mulheres na equipe de produção foi a maneira encontrada por Alea de trazer ao público o fato de que eram poucas as mulheres que trabalhavam dentro do ICAIC, especialmente na posição de diretoras. Atribuímos esse questionamento de Alea em relação à pouca presença de mulheres no meio cinematográfico cubano, entre outros motivos, à sua relação com a diretora Sara Gómez.⁵⁹⁹

Hasta cierto punto foi dedicado a Sara Gómez, que nos anos sessenta havia trabalhado

⁵⁹⁹ VILLAÇA. *Crítica e engajamento político no cinema cubano: ousadias e limites de Hasta cierto punto*, p. 253.

como assistente de direção de Alea e se tornou sua amiga. Sara foi uma das poucas cineastas do sexo feminino (e negra) do ICAIC. Seus filmes, no geral, tinham um forte caráter autobiográfico e possuíam enfoque de estudos de gênero e raça. Sara era considerada polêmica devido às suspeitas de seu homossexualismo, por ter participado da tentativa de organização de um movimento negro de intelectuais cubanos e em função da abordagem, em seus filmes, de problemas sociais relacionados ao racismo e ao machismo, ambos considerados fenômenos solucionados – ou em vias de – na fase pós-revolucionária, pelo governo cubano. Aos 31 anos, Sara suicida. “Após a morte de Sara, passou a haver uma maior disposição em contratar mulheres e negros para ingressarem no ICAIC, uma vez que seus filmes e sua ausência contribuíram para evidenciar esse desequilíbrio.”⁶⁰⁰

Alea fez um filme importante para se pensar a situação da mulher em Cuba. Pode não ser o filme cubano que melhor retrata o machismo e suas implicações na vida das pessoas, mas mostra como o machismo foi internalizado e é reproduzido e propagado por pessoas de todos os estratos sociais e dos dois gêneros. Uma análise de extrema importância, já que destrói a crença de que o machismo é de exclusividade de homens e especialmente dos homens pobres.

Retrato de Teresa

Na década de 70, preocupados com o fato de que poucas mulheres eram nominadas e elegidas para cargos nas estruturas do Poder Popular, o Partido Comunista de Cuba (PCC) fez estudos que mostravam a diferença de tempo que homens e mulheres dedicavam às tarefas domésticas. O filme *Retrato de Teresa*, dirigido por Pastor Vega, é baseado em um desses estudos promovidos pelo PCC.⁶⁰¹ Ele tem como personagem principal Teresa, casada com Ramon, mãe de três meninos pequenos e operária da indústria têxtil. Ao acompanharmos o dia de Teresa, vemos que ele começa muito cedo. Antes mesmo de amanhecer ela já se pôs de pé para preparar o café da manhã do restante da família, lavar a roupa, aprontar os filhos para a escola.

No trabalho, Teresa se preocupa não só em cumprir as metas de produção, mas também com a função que ocupa dentro do sindicato, responsável pela cultura. Juntamente

⁶⁰⁰ _____. *Critica e engajamento*. p. 253.

⁶⁰¹ LÓPEZ. *Cubanas: traços para un perfil, voces para una historia*, p. 7.

com o colega Tomas, dirige um grupo de dança composto por outros funcionários da fábrica. Essa atividade exige muito do seu tempo, já que os ensaios são no turno da noite, depois do expediente, e o grupo participa de competições.

A dedicação de Teresa ao trabalho e ao grupo de dança desperta os ciúmes de seu marido, um homem machista que ressenete por sua mulher não se dedicar exclusivamente à casa e à família. A tensão entre os dois parece ter data para acabar, já que os ensaios do grupo em breve terminariam, mas a qualidade que demonstraram faz com que sejam convidados a participar de uma grande competição. Apesar de feliz e orgulhosa com o reconhecimento de seu esforço, Teresa recusa o convite para continuar na direção do grupo, já que ele consome muito do seu tempo e ela tem casa, marido e filhos para cuidar.

Teresa recusa o convite durante uma assembleia na qual os trabalhadores levantam questões problemáticas. Um homem toma a palavra e diz que se pague melhor para manter as mulheres em seus trabalhos, já que, em suas palavras, são três as fases do ciclo de vida das mulheres que trabalham na fábrica: *se enamoran, se casan y se ponen a parir*. Teresa então esclarece que a remuneração não é o grande problema nem seu aumento é a solução. Ela discursa sobre a importância da construção de locais onde as mães possam deixar os filhos para trabalhar com tranquilidade, não sendo assim obrigadas a faltar (o famoso *ausentismo*) ou abandonar o trabalho. O responsável afirma reconhecer a necessidade destas instituições, diz ainda que serão enviadas pessoas à casa de todas as operárias ausentes para conversar sobre seus problemas e ver o que pode ser feito para resolvê-los. Ao que Teresa diz que também conversem com os maridos, já que muitos homens não evoluíram e seguíam sem ajudar suas mulheres.

Um companheiro da fábrica intervém junto a Ramon pela participação de Teresa no grupo e consegue sua anuência para que ela dê continuidade ao projeto, o que não impede que as brigas entre o casal sigam. Diversas vezes durante as discussões, Ramon a agride fisicamente. Ele agarra Teresa pelo braço, a puxa, a sacode, a empurra e a estapeia. Em um desses momentos ela também reage com violência e lhe dá tapas, mas no geral as agressões partem dele.

Durante uma das brigas, Ramon a acusa de se ocupar de tudo, menos da casa e dos filhos. Teresa se defende dizendo que trabalha como uma mula para que a casa esteja sempre limpa e os meninos sempre bem cuidados, e que ninguém pode acusá-la do

contrário. Ela questiona sobre o que há de mal nela querer participar, ser útil e sair da rotina. Diz que a vida não pode ser só lavar, passar e cozinhar, que ela quer ser ela mesma, e não uma escrava como sua mãe e sogra. Ele a ameaça dizendo que se ela quer seguir com ele e seus filhos, que diga antes que ele saia pela porta. Só ao ter seu direito a maternidade ameaçado é que ela reage com firmeza, afirma que os filhos são dela e nem ele nem ninguém pode tirá-los.

Os conflitos na relação do casal levam Teresa a pedir licença do trabalho para que possa se dedicar exclusivamente à família. Durante esse período vemos que, apesar de se divertir ao lado do marido e dos filhos, ela está melancólica e evidentemente sentindo falta das outras áreas de sua vida. Completamente cego e insensível a isso, em uma cena Ramon diz que em seu trabalho sabem que ele está estudando e que surgiu a possibilidade de que lhe ofereçam um emprego melhor em Santiago. Ele fala que é sempre bom ter o que se faz reconhecido, que é um estímulo e faz com que a pessoa se sinta bem. Isto demonstra que o seu crescimento profissional e a satisfação dele proveniente é algo importante e a ser valorizado, entretanto o mesmo não se aplica a Teresa.

A recusa de Teresa em abrir mão de sua autonomia para se tornar a mulher submissa que Ramon deseja leva a uma briga entre eles, ao final da qual ele sai de casa. Separados, ele se envolve com outra mulher e assume uma vida de solteiro, enquanto ela continua com a rotina de cuidados com a casa e filhos, trabalho e grupo. Durante esse período afastados, vemos que Tomas, colega de Teresa, nutre sentimentos por ela, e que ela também tem grande consideração e carinho por ele. O filme não chega a esclarecer isso, mas abre a possibilidade de que os dois tenham se envolvido durante o tempo que Ramon e Teresa estiveram separados.

Eventualmente Ramon termina seu envolvimento amoroso e procura Teresa com o intuito de reatar. Eles se encontram e Teresa o questiona sobre o envolvimento que teve com outra mulher, ao que ele afirma que são fofocas, momento Teresa interrompe suas mentiras. Ele tenta se defender afirmando que é homem e que se sentiu solitário, ao que Teresa replica que também se sentiu solitária e pergunta “¿Y si yo hubiera hecho lo mismo?”

Para Ramon, a possibilidade de Teresa ter tido um envolvimento amoroso é tão impensável, absurda e ridícula que ele nem mesmo leva a sério a pergunta feita por ela.

Teresa tem que repetir a pergunta diversas vezes até obter como resposta que ele é homem e por isso não é a mesma coisa, que as situações nunca serão iguais. Sem pronunciar uma palavra, ela se levanta e sai. Ramon a segue pela rua e, perceptivelmente nervoso e desestabilizado com a possibilidade de sua mulher também ter tido um outro relacionamento, a segura pelo braço e questiona o que ela está escondendo, exige a verdade e a interroga sobre o que ela fez. Ela pergunta que verdade, já que nunca é o mesmo. O filme termina com Teresa se desvencilhando dele e andando em meio ao povo, sem olhar para trás.

Retrato de Teresa foi feito com o claro intuito de discutir a inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como outros temas abordados no Código da Família. A relação familiar retratada na tela pode ser entendida como uma representação da grande maioria de famílias cubanas e os problemas por elas enfrentados com a mudança dos valores vigentes.

Pelo filme, percebemos uma grande distância entre o que prega a lei e a realidade existente dentro dos lares cubanos. Apesar de o Código afirmar que as tarefas domésticas são de responsabilidade tanto do homem quanto da mulher, vemos que na grande maioria dos lares as mulheres seguiram sendo, se não as únicas, ao menos as principais responsáveis por elas. As cubanas tinham então uma tripla jornada de trabalho, já que somaram ao já pesado trabalho de casa o trabalho assalariado e o trabalho voluntário, uma cobrança comum a países socialistas. O peso das tarefas domésticas, do cuidado aos filhos e aos maridos, somados às exigências do mercado formal de trabalho, se mostra demais para algumas mulheres, que, sem ajuda, se veem forçadas a fazer escolhas, o que leva muitas a abandonarem seus trabalhos.

O cuidado com os filhos também é tema importante no filme. A relação familiar retratada mostra que é ainda a mãe a cuidadora principal dos filhos. Que é ela que os atende em suas necessidades do dia a dia e também ela que, na maioria das vezes, em caso de divórcio, continua a principal base de apoio emocional e financeiro da família. Isso é agravado por, como vimos, uma parcela dos pais, ao terminar um casamento, se eximir das responsabilidades para com o sustento e criação dos filhos. Ao homem é muito mais fácil e socialmente aceito recomeçar a vida como se a antiga família nunca houvessem existido.

Considerações finais

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

É inegável que após a Revolução o Estado promoveu em Cuba medidas designadas ao segmento feminino, e que grandes avanços foram alcançados no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres. Perante a lei, pessoas de ambos os gêneros passaram a possuir os mesmo direitos, e a atuação das mulheres no meio social e político alcançou níveis nunca antes vivenciados pelo país.

Com a promulgação do Código da Família, cresceu na sociedade cubana a discussão sobre a situação das mulheres, o que fez com que, nas décadas de 1970 e 1980, o cinema cubano mudasse a maneira como retratava as mulheres e passasse a abordar em seus filmes questionamentos, conflitos e temáticas específicas deste grupo. O machismo, a falta de ajuda por parte dos maridos e a pesada jornada de trabalho foram alguns dos temas que apareceram nas telas. Acreditamos que ao confrontar a população com seu próprio machismo e com a difícil situação vivida pelas mulheres, o cinema tentou auxiliar na busca por igualdade entre os gêneros. Ao mesmo tempo, acreditamos que ajudou a reforçar e propagar muitos dos estereótipos existentes, como, por exemplo, a associação mulher-mãe.

Acreditamos também que o empenho por parte do Estado na luta pela igualdade entre cubanos e cubanas não se deu somente pela conscientização de que homens e mulheres têm as mesmas capacidades e, conseqüentemente, devem ter garantidos os mesmos direitos e deveres. Defendemos que as principais motivações do governo foram econômicas e políticas, sendo a principal delas a necessidade da mão de obra feminina.⁶⁰²

Vemos também – algo muito bem exemplificado pelos filmes escolhidos – que na prática muitas das questões legisladas pelo Código não foram incorporadas à vida diária das pessoas. Que as mulheres continuaram a ser vistas como as principais, se não as únicas, responsáveis pelo cuidado com a casa e com os filhos; que apesar de garantido por lei, para muitos o divórcio seguiu tendo um estigma muito negativo, e a mulher divorciada continuou sendo alvo de preconceito; que a adesão da mulher ao trabalho formal continuou a ser difícil, já que muitos maridos e outros familiares, além de não ajudarem essas mulheres nas atividades domésticas, ainda se interpunham e criavam empecilhos para que elas trabalhassem fora de casa.

⁶⁰² Cf. DOS ANJOS SANTOS, Giselle Cristina. *Mulher e Revolução em Cuba. Histórica* - Revista on line do arquivo público do estado de São Paulo, São Paulo, n. 38, p. 1-13, 2009.

Trajetórias literárias na Cuba revolucionária: os casos de Alejo Carpentier e Severo Sarduy.

Pedro Henrique Leite

Doutorando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

pedrohenriqueleite@mail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir sobre as distintas trajetórias dos escritores Alejo Carpentier e Severo Sarduy no contexto da Revolução Cubana (1959), estabelecendo uma possível relação com a produção literária do período. Tomo por base as novelas *Os Passos Perdidos* (1953), de Carpentier, e *Cobra* (1972), de Sarduy, tentando estabelecer uma relação entre a produção cultural e o contexto vivido por ambos os autores.

PALAVRAS-CHAVE: Alejo Carpentier; Severo Sarduy; novelas; identidade.

Introdução

Em uma apresentação para a *Americas Society/Council of the Americas*, realizada em março de 2011, o cubano Roberto González Echevarría (professor de Literatura hispânica e Literatura comparada da universidade de Yale – EUA) traçava as similaridades entre a cultura cubana e o jogo de basebol.⁶⁰³ Para Echevarría, o basebol consiste na melhor metáfora para pensarmos a cultura cubana, uma vez que ambos partilham de códigos/regras complexas, e carregam em si uma forte noção de circularidade. Ao contrário dos esportes em geral (os quais chamou de esportes “vai e volta”, como o futebol por exemplo), que trazem em sua essência uma alusão à guerra, uma partida de basebol não tem por finalidade a simulação de uma batalha, mas sim a ideia de movimentos cíclicos em busca de um retorno para o lar (*home run*). De modo análogo, a cultura cubana teria a mesma orientação circular do basebol, garantindo-lhe uma identidade específica, com regras próprias, dilemas, modos de pensar e agir, etc.

Seguindo essa perspectiva, a alusão ao jogo pode ser ainda mais interessante quando extrapolada para o contexto histórico da Revolução Cubana, em 1959. Comparar o evento

⁶⁰³ A apresentação mencionada pode ser encontrada no canal da *Americas Society/Council of the Americas*, no YouTube, sob o título de: “Roberto Gonzalez Echevarria speaks about Cuba”.

Captado em: <https://www.youtube.com/watch?v=FUpgd15Mr64>. Acesso em: 08 mai. 2015.

a um jogo complexo significa perceber a existência de um conjunto de regras e de estratégias, compartilhadas e utilizadas por seus atores (jogadores) naquele momento. Ao aproximar a lente sobre esses personagens é possível detectar não só como funcionaram tais estratégias, mas também como, em determinados casos, algumas dessas figuras subverteram as regras do próprio jogo em nome da sobrevivência.

Assim, o presente texto realiza um esforço duplo, em primeiro lugar, de realizar um exercício breve de apresentação e comparação das trajetórias de Alejo Carpentier (1904-1980) e Severo Sarduy (1937-1993), intelectuais cubanos que pensaram a questão identitária latino-americana ao longo da segunda metade do século XX; para em seguida, refletir em que medida tais trajetórias, opções e estratégias foram importantes para a concepção de algumas de suas principais obras.

É importante destacar desde já que, para esses autores, refletir sobre a identidade do continente no período significava demarcar uma posição da América Latina, e conseqüentemente de Cuba, frente ao domínio político estadunidense, rompendo ao mesmo tempo com o eurocentrismo vigente. Foram intelectuais preocupados com os rumos do continente ainda que tenham seguido por caminhos distintos a partir do sucesso da Revolução.

Alejo Carpentier, um intelectual comprometido com a causa revolucionária.

Alejo Carpentier y Valmont (1904-1980) tentou ilustrar ao longo de sua carreira sua visão particular da América Latina, e conseqüentemente de Cuba. Para isso lançou mão de uma produção prolífica que incluiu uma gama variada de romances e discursos que abordaram temas variados, mas sempre conectados com sua leitura da América. Agente histórico de seu tempo, ele conseguiu aliar sua atividade como intelectual com a carreira política dentro do governo revolucionário.

Filho de Jorge Julián Carpentier, um arquiteto francês, e Lina Valmont, uma professora de línguas russa, Alejo cresceu em Cuba onde obteve educação bilíngue.⁶⁰⁴ Em 1912 viajou com a família à Paris, dando continuidade à sua formação infanto-juvenil,

⁶⁰⁴ Dados biográficos de Alejo Carpentier captados em: <http://www.fundacioncarpentier.cult.cu> Acesso em 08 mai. 2015.

retornando a Cuba apenas em 1921, onde ingressou no mesmo ano na Escola de Arquitetura da Universidade de Havana, mas não completou seus estudos. Nesse mesmo período iniciou sua carreira como jornalista cultural escrevendo sobre temas variados, com destaque para a música, um de seus assuntos favoritos.

No campo político, posicionou-se contra o regime de Gerardo Machado y Morales (e posteriormente também o de Fulgêncio Batista), e foi inclusive preso por escrever e publicar um manifesto contra Morales em 1927, o que fez com que partisse no ano seguinte em fuga para a França. Em Paris, entrou em contato com o movimento surrealista, de onde retirou as bases para a concepção daquilo que veio a ser chamado de Real Maravilhoso Americano, expresso publicamente no prólogo de sua novela: *O Reino Deste Mundo* (1949), cujo argumento tinha por base a revolução no Haiti.

Aliás, influenciado pelo contexto político de fortalecimento dos ideais revolucionários, Carpentier abordou o tema em muitos de seus romances. Exemplos nesse sentido podem ser encontrados no supramencionado *O Reino deste Mundo* (1949), ou ainda em *Os Passos Perdidos* (1953), *O Século das Luzes* (1962) e *A Sagração da Primavera* (1978). Certamente o sucesso da Revolução Cubana, em 1959, contribuiu em grande medida para que Carpentier mantivesse viva a chama revolucionária em seus romances.

No campo político, a partir do estabelecimento do governo de Fidel Castro em Cuba e, conseqüentemente, com o endurecimento do regime, Carpentier exerceu uma série de funções em pastas governamentais, fato que o levou a ser bastante criticado, principalmente por intelectuais dissidentes. Dentre eles, Guillermo Cabrera Infante, que certa vez destilara com aspereza: “Alejo foi obediente, e mesmo submisso, no Conselho Nacional de Cultura, na União de Escritores (da qual era vice-presidente vitalício), na Imprensa Nacional e, por último dos últimos, na embaixada de Cuba em Paris. Antes ele foi um correio do czar [Fidel Castro].”⁶⁰⁵ A postura de Carpentier em relação às críticas, em que pese a escassez de fontes a respeito, foi de certo modo combativa. Questionado certa vez, em entrevista a Alexis Márquez Rodríguez, sobre um possível prejuízo artístico em função de seu compromisso político, ele rebateu:

É preciso lembrar que o quadro mais famoso deste século é o Guernica, de Picasso, e que o quadro mais famoso do Romantismo francês é A

⁶⁰⁵ INFANTE, Guillermo C. *Mea Cuba*. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 379.

Marselhesa, de Delacroix, que é pintura “de barricadas”. Os exemplos poderiam multiplicar-se na pintura, na música, na literatura... É totalmente falso que o artista que se compromete politicamente na obra perde qualidade!⁶⁰⁶

Apesar das críticas direcionadas ao seu papel dentro do governo, o fato é que Carpentier exerceu diferentes funções entre 1960 e 1980, ano de seu falecimento. Entre os cargos mais significativos esteve à frente da direção executiva do Editorial Nacional, órgão máximo de regulamentação das normas para publicações na ilha, além de dirigir um programa cultural para o *Radio Habana* em 1964. Em seguida foi eleito deputado na Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, cargo em que também recebeu duras críticas, especialmente pelo fato de passar a maior parte do tempo em viagens no exterior, o que não estaria de acordo com as necessidades impostas pelo ofício. Por fim, foi nomeado Ministro Conselheiro da Embaixada de Cuba em Paris, função que ocupou até 1980.

Severo Sarduy, colaboração, dissidência e morte.

Severo Felipe Sarduy Aguilar (1937-1993), ou simplesmente Severo Sarduy, teve uma trajetória tão cosmopolita quanto a de Carpentier. Nascido em Camagüey em 1937, passou a infância e a adolescência na mesma cidade, onde adquiriu educação formal, concluindo, em 1955, o bacharelado de Ciências e Letras. Em 1956, durante a ditadura de Fulgêncio Batista, mudou-se para Havana objetivando estudar Medicina, mas não pode concluir os estudos devido ao fechamento da Universidade, no ano seguinte, em resposta a uma greve realizada contra o regime. Assim como muitos intelectuais de seu tempo, Sarduy se opôs ao governo de Batista, engrossando o coro de descontentes, e lutou em prol da causa revolucionária.

Em 1959, com o triunfo da Revolução, ele atuou brevemente como colaborador do *Diario Libre* e do semanário *Lunes de Revolución* para, no ano seguinte, ser contemplado com uma bolsa de estudos no exterior. Seguiu então para a Europa com a intenção de tornar-se crítico de arte.

⁶⁰⁶ CARPENTIER, Alejo. *Entrevistas: Alejo Carpentier*. Havana: Editorial Letras Cubanas, 1985. Captado em: <http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/AlejoCarpentier>. Acesso em: 08 mai. 2015.

A jornada em solo europeu iniciou-se com alguns percalços – um incidente político entre Cuba e Espanha, em 1961, abreviou sua passagem pela península ibérica forçando-o a seguir para Paris, onde residiu por algum tempo na Casa Cuba da Cidade Universitária. Durante aquele mesmo ano, os bolsistas cubanos foram convocados pelo governo para o retorno à ilha; Sarduy, por sua vez, contrariando o chamado, decidiu permanecer em Paris, pedindo prorrogação da bolsa para que concluísse os estudos. O resultado foi pior do que imaginara: além de não obter resposta das autoridades cubanas, passou à lista dos “traidores contrarrevolucionários”. Permaneceu então exilado em Paris, mas, inquieto, realizou uma série de viagens posteriores por diversos países – Alemanha, Suécia, Inglaterra, Itália, Grécia, Indonésia, Ceilão (atual Sri Lanka), fizeram parte de seu roteiro, mas foi a estada na Índia que lhe causou particular transformação, servindo de inspiração para seus futuros romances *Cobra* (1972) e *Maitreya* (1978). Sobre suas primeiras impressões na Índia ele escrevia aos familiares:

Todo es fabuloso, desde el paisaje y la gente hasta los dioses. Todo es bello, literario. Los colores tienen un brillo único, los perfumes, las flores y los pájaros son magníficos. Estoy escribiendo un diario que publicaré al final de Cobra, el ‘diario indio’, de modo que ya verán los detalles.⁶⁰⁷

O fascínio de Sarduy pela cultura oriental aos poucos converteu-se em filosofia de vida, os flertes com as crenças orientais somados a uma base cubana pré-existente resultaram numa experiência religiosa múltipla e totalmente sincrética. Como bem demarcou Jacobo Machover⁶⁰⁸, a Sarduy interessava o aspecto minoritário, periférico, da cultura oriental, em consonância com a igual marginalidade da cultura cubana. A ele interessava acessar e conectar esses dois universos através do mágico, da música, “misteriosas reminiscências de ese Chinatown cubano que era el Barrio chino de La Habana.”⁶⁰⁹

Outro aspecto significativo em sua trajetória esteve relacionado à sua sexualidade. A perseguição aos homossexuais em Cuba, no período subsequente à Revolução, é bem conhecida e foi tema de denúncia especialmente por parte daqueles que deixaram a ilha em exílio. Nesse sentido, personalidades assumidamente homossexuais como Reinaldo Arenas

⁶⁰⁷ Trecho de carta datada de fevereiro de 1971, direcionada a sua família, presente na página da *Severo Sarduy Cultural Foundation*. Captado em: <http://www.severo-sarduy-foundation.com/vida>. Acesso em: 08 mai. 2015.

⁶⁰⁸ MACHOVER, Jacobo. *La Memoria frente al poder. Escritores cubano del exilio: Guillermo Cabrera Infante, Severo Sarduy, Reinaldo Arenas*. Universidad de Valencia, 2001.

⁶⁰⁹ _____. *La Memoria frente al poder*. p. 80.

e o próprio Sarduy foram vozes ativas, denunciando a repressão existente no seio do regime castrista e condenando a estrutura machista sob a qual o governo se estabelecia:

El estalido de la revolución instauró una imagen moralizante y seminal del macho; el héroe reproductor, el fecundador mítico, blandiendo un código de prohibiciones y de permisividades —muy pocas— que eran, apenas traspuesto, el del cristianismo más rancio.⁶¹⁰

Sarduy lançou mão inclusive de seus romances para denunciar o preconceito existente. Como bem assinala Antonio Francisco de Andrade Júnior⁶¹¹, é possível perceber em trechos de obras como *Colibrí* (1983), ou mesmo a já mencionada *Cobra*, uma crítica direta ou irônica em relação ao tema dentro do regime: “Sarduy concentra sua atenção no fato de a homossexualidade [...] ser considerada em Cuba a variante ‘mais perversa’ da dissidência ideológica.”⁶¹²

Os resultados desse embate foram muito claros: ainda que gozasse de prestígio e apoio da imprensa internacional, em Cuba seus livros não tiveram a mesma aceitação por parte da imprensa oficial. Ao não compactuar com o regime, Sarduy assinalava um caminho sem volta, à ele foi alijado o direito de retorno à terra natal, o que o fez abrir as portas para um cosmopolitismo tanto real quanto literário, mas “el cosmopolitismo proclamado es a veces sólo una fachada para ocultar el exilio, sufrido bajo cualquier latitud.”⁶¹³

Faleceu em oito de junho de 1980, uma terça-feira.

Caminhos e desdobramentos culturais.

Ao entrar em contato com a trajetória dos dois intelectuais seria simples supor que, por conta da atitude de cada um em relação ao contexto político (aproximação e afastamento do regime de Fidel Castro), eles também estivessem distantes entre si intelectualmente. Todavia, como adiantado no início do texto, o fato de terem seguido por vias políticas distintas após a Revolução não impediu que ambos estivessem, de certa forma, conectados pela necessidade em demarcar uma identidade, ou identidades, na América Latina. A preocupação com um contexto mais amplo, expresso no debate/embate

⁶¹⁰ _____. *La Memoria frente al poder*. p. 16.

⁶¹¹ ANDRADE, Antonio. *Por uma Comunidade Desejante: Um estudo sobre Néstor Perlongher e Severo Sarduy*. 252 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Letras, Niterói, 2011.

⁶¹² _____. *Por uma Comunidade Desejante*. p. 138.

⁶¹³ MACHOVER, Jacobo. *La Memoria frente al poder*. p.63.

entre o centro *versus* a periferia, permitiu que ambos pudessem dar sua contribuição em nome de uma periferia desejosa em se fazer centro.

Tanto Carpentier quanto Sarduy estiveram imersos no contexto do chamado “neobarroco americano”, uma empreitada de reapropriação do barroco tomada entre as décadas de 1950 e 1970, para a construção de uma chave interpretativa da América Latina e, conseqüentemente, do Caribe. Em termos gerais, pensar a América como um continente barroco naquele momento, representava uma tentativa de dar um novo sentido identitário ao Novo Mundo, ressignificando o traumático passado colonial e conectando-o ao presente de um continente plural e diverso. O barroco, ou neobarroco como preferia Sarduy, tornou-se a legitimação estética de uma sociedade plural e heterogênea que buscava seu espaço no palco do grande teatro do mundo.

No universo específico da sociedade cubana, a retomada do barroco implementada por Carpentier representou a associação dessa estética à ideia de inovação e mudança no campo social. Como resume Irlemar Chiampi: “o barroco é dissociado daquelas interpretações negativas que ainda prevaleciam nos circuitos intelectuais contemporâneos e, certamente, nos setores ortodoxos da Cuba socialista.”⁶¹⁴

Já para Sarduy, o neobarroco possibilitou uma maior experimentação em sua narrativa. Ao estabelecer o contato com o oriente, sua prosa incorporou elementos de outras culturas periféricas favorecendo a ideia de múltiplos centros capazes de estabelecer contato entre si. Em certa medida, serviu para que pudesse conectar o mundo que tivera de deixar pra trás, por razões políticas, com os novos espaços que agora frequentava no exílio. Em suma, significou não só pensar em identidades culturais, mas refletir inclusive sobre sua própria identidade.

No campo estético, ambos tentaram inovar. A eles não bastava o simples ato de pensar a América como um continente barroco, era necessário, acima de tudo, representá-la como tal. Dessa maneira, através de ensaios e discursos sobre o tema⁶¹⁵, eles teorizaram sobre as possibilidades de se criar ferramentas para expressar esse barroco principalmente na literatura.

⁶¹⁴ CHIAMPI, Irlemar. *Barroco e modernidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998. p. 11.

⁶¹⁵ Sobre a variedade de ensaios e discursos sobre o barroco, destaco duas obras, a título de exemplo, que trazem ideias importantes sobre o tema: CARPENTIER, Alejo. *A Literatura do Maravilhoso*. São Paulo: Edições Vértice, 1987. & SARDUY, Severo. *El Barroco y el neobarroco*. 1ªed. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2011.

Um fato importante é que tanto a concepção barroca de Carpentier quanto a de Sarduy apoiava-se numa base gongórica de escrita, adotando as noções de proliferação da descrição (descrever um objeto utilizando uma cadeia de significantes sem mencionar o significante principal, como por exemplo, o uso que Góngora faz da expressão ‘raudos torbellinos de Noruega’, aludindo aos falcões.), de substituição (de um significante por outro afastado semanticamente), ou ainda de condensação (fusão de dois termos de uma cadeia significativa, produzindo um terceiro que os resume).⁶¹⁶ Também levavam em consideração o espaço para a polifonia, para a carnavalização e para a intertextualidade.

Ao mesmo tempo, é importante salientar que, embora partilhassem de bases comuns, tais leituras do barroco não necessariamente convergiam entre si. Existem diferenças que valem ser destacadas. Severo Sarduy, por exemplo, ressalta o valor estético do barroco, dando prioridade à forma sobre o conteúdo. Em seus romances é possível enxergar o predomínio de uma narrativa experimental que não deseja outra coisa senão expandir as possibilidades da escrita. Como afirma Haroldo de Campos, Sarduy empenha-se radicalmente “em assumir a literatura como teatro barroco do significante, como plástica metamórfica do signo em sua materialidade”.⁶¹⁷ As palavras proliferam-se até que percam seu sentido.

Em *Cobra* (1972) esses elementos são bem claros, a narrativa não segue uma linearidade natural, apelando para uma multiplicidade de signos e palavras interpostas que, ao mesmo tempo, significam tudo e nada. Gerardo de Mello Mourão adverte sobre o romance:

O itinerário não é fluido e seus elementos significantes se escondem entre arcaísmos, gírias argentinas, e afro-cubanas, alegorias sinuosas e verdadeiros enigmas. A começar pela palavra *Cobra*, sigla de Copenhague, Bruxelas e Amsterdã, ou alusão à sacralidade da serpente, ou ao barroco, ou a uma seita. O tema não importa. Ele surge da imobilidade formal do autor, onde se mistura um fundo amargo de tragédia, um vento fresco do melhor humor e a apresentação de uma aporia implacável: a de ser excessivamente, deixando de ser.⁶¹⁸

Sarduy testa os limites de cada palavra apelando para os sentidos. Abarca o tátil, o visual, o sonoro, o odorífero, etc. de forma que o leitor é convidado a sentir a tensão, a participar da cena:

⁶¹⁶ CHIAMPI, Irleamar. *Barroco e modernidade*, p.27.

⁶¹⁷ SARDUY, Severo. *Escrito sobre um corpo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979, p.8.

⁶¹⁸ SARDUY, Severo. *Cobra*. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1975. s/p.

Uma mendicante suja, farrapos entretecidos de quinquilharias, se aproxima por trás, na ponta dos pés, um grito, rasga-lhe a capa. Arrancam-lhe o chapéu. As gargalhadas retumbam na abóboda, interrompendo a cantilena dos cegos, interrompidas pelas batidas sucessivas das portas do metrô.

Desaparece entre mapas mudos,
luminosos fundidos,
portas giratórias emperradas,
setas invertidas,
rampas que caem,
passagens sem saída,
mictórios encharcados,
distribuidores de pastéis rançosos,
vendedores de jornais roídos,
lojas de flores carnívoras,
elevadores sem cabo,
telefones sem linha,
policiais drogados,
engraxates loucos.⁶¹⁹

Em *Cobra*, a palavra e o relato sofrem transformações com base na “sobrecodificação” da língua e da imagem, recuperam a ideia barroca de um texto como palco do policentrismo e do artifício. Como brilhantemente definiu Irleamar Chiampi, é uma espécie de “arquitextura” em que o ornamento devora o Sentido, “como numa igreja barroca onde o ornamento esconde Deus.”⁶²⁰

Carpentier, por sua vez, busca nos valores estéticos do barroco não a exaltação da forma sobre o conteúdo, mas da forma para o conteúdo. O barroco para ele atravessa o caminho de “uma legibilidade estética para uma legitimação na natureza e na história.”⁶²¹ Em suma, sua escrita barroca (o barroquismo, como ele definiu) caracteriza-se por uma proliferação descritiva que objetiva através da multiplicação de adjetivos acessar o indizível. Ou ainda, através do artifício, da imitação, ele acredita ser possível acessar um certo tipo de realidade, uma realidade americana sumariamente barroca.

No romance *Os Passos Perdidos* (1953), como observou Lois Parkinson Zamora⁶²², Carpentier ‘territorializa’ o barroco com descrições de suntuosas topografias americanas. A flora e a fauna são exóticas, mas sua vegetação é de ferro forjado. O artifício sobrepõe a

⁶¹⁹ _____. *Cobra*, pp. 69-70.

⁶²⁰ CHIAMPI, Irleamar. *Barroco e modernidade*, p. 12.

⁶²¹ _____. *Barroco e modernidade*, p. 10.

⁶²² PARKINSON ZAMORA, Lois. *Mirada Exuberante. Barroco Novomundista y Literatura Latinoamericana. Iberoamericana/Vervuet. Madrid/Frankfurt. 1ª Ed. 2011.p. 176.*

natureza, mas mais do que isso o artifício é a natureza. Para ele, o universo do indizível americano só é capaz de ser inteligível a partir de uma operação de mimese:

O que mais me assombrava era o interminável mimetismo da natureza virgem. Aqui tudo parecia outra coisa, criando-se um mundo de aparências que ocultava a realidade, pondo muitas verdades em interdição. Os jacarés que espreitavam nos baixos fundos da selva alagada, imóveis, com as goelas à espera, pareciam troncos podres, vestidos de caramujos; os cipós pareciam répteis e as serpentes pareciam lianas, quando suas peles não tinham nervuras de madeiras preciosas, olhos de asa de falena, escamas de ananás ou anéis de coral [...].⁶²³

A imitação barroca de Carpentier através da proliferação descritiva constitui uma das diversas ferramentas utilizadas pelo autor para dar conta desse universo barroco. Outros aspectos igualmente importantes estão ligados a características diversas, o autor de *Os Passos Perdidos* incorpora em sua narrativa aspectos tanto musicais, quanto arquitetônicos, ou até mesmo artísticos, buscando romper com os limites da palavra escrita. É muito comum perceber ao longo de suas novelas barroquizadas o apelo ao som das palavras, uma interação que rompe com a simples escrita e convida o leitor a participar da narrativa, numa operação interativa, que remete às obras de arte sacras em igrejas barrocas.

Por fim, e diretamente conectado a esse último tópico, uma característica comum tanto a Carpentier, quanto a Sarduy, foi o constante uso da polifonia. Em suas obras é possível perceber a multiplicidade de vozes que partem das periferias do mundo para assumirem o protagonismo de histórias que se relacionam diretamente com o universo complexo e heterogêneo de seus autores. Tais vozes atestam não só a capacidade inventiva de ambos, mas reproduzem ambientes, modos de pensar e agir, costumes e estratégias variadas. Ao dar voz a esses personagens, revelando as tensões existentes no jogo, cada um expressou, ao seu modo, um olhar distinto sobre a sociedade, carregados de suas respectivas visões de mundo.

Conclusão:

Ao apresentar a relação entre as trajetórias de Alejo Carpentier e Severo Sarduy, destacando o contexto vivido por esses autores (ou contextos, no plural, como demarcou

⁶²³ CARPENTIER, Alejo. *Os Passos Perdidos*. Tradução Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 179.

Dominick LaCapra),⁶²⁴ suas estratégias, modos de pensar e agir; e ao estabelecer ao mesmo tempo uma relação com a produção cultural de ambos, espero ter lançado uma luz inicial ao problema. Longe de esgotar as possibilidades, prefiro entendê-lo como um ponto de partida, cujo mérito reside em reconhecer e apresentar a complexidade que o tema carrega consigo.

⁶²⁴ LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. *Giro lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, s/d.

Um fator de degeneração racial: a sífilis sob a perspectiva médica-eugenista

Priscila Bermudes Peixoto

Mestranda em História e Cultura Social

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP

priscilabermudes1@gmail.com

RESUMO: Este trabalho foi elaborado como parte de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida sob o título de: “O exame médico pré-nupcial como proposta eugênica. Rio de Janeiro (1910-1945)”. Perseguindo o objetivo de compreender o desenvolvimento da eugenia no Brasil e sua relação com a medicina, observamos que esta teoria vinculou-se a outros discursos em voga no período como o sanitarismo e o higienismo. Nota-se que no Brasil esta ciência foi interpretada de forma peculiar e adaptada de sua versão original. Assim, a eugenia brasileira era bastante singular e relacionou a noção de raça à de saúde, cultura e educação. Por este motivo considerava doenças como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo como fatores degenerativos que comprometiam não apenas os enfermos, mas também toda a sua descendência.

PALAVRAS-CHAVE: Sífilis; Eugenia; Medicina.

Em finais do século XIX o Brasil vivia um momento de incertezas e transformações, marcado pelo fim do regime escravista e a proclamação da República, este período, por sua vez, coincide com a emergência de uma reflexão acerca questão racial no país, que tomou por base teorias do racismo científico europeu, além do evolucionismo, o positivismo e o darwinismo social que serviam como fundamento para determinar inferioridades, reconhecer e naturalizar diferenças. No entanto, segundo a autora Lilia Schwarz as interpretações brasileiras destas teorias seriam bastante peculiares, não sendo, portanto, mera cópia daquilo que era originalmente propagado, sobretudo na Europa.⁶²⁵ Era frequente nas teorizações de diversos intelectuais estrangeiros a ideia de que o negro era racialmente e intelectualmente inferior ao branco. Nesse sentido, de acordo com Andrews, tais ciências tendiam a encarar a miscigenação como algo negativo, além de um processo que travancava o progresso e evolução humana. Para tanto, alguns intelectuais brasileiros, como por exemplo, João Baptista Lacerda e Oliveira Viana, esforçaram-se em formular “respostas criativas” diante deste prognóstico desanimador ao país. Defenderam que os genes do branco tendiam a ser dominantes na mistura com o não-branco. Sendo

⁶²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 28.

assim, a “teoria do branqueamento” seria uma colocada como uma possível solução ao problema racial do país.⁶²⁶

Pouco mais tarde, no início do século XX, passavam a ser difundidas no Brasil ideias de cunho eugênico. A eugenia surgida com Francis Galton em 1883 pode ser definida como “um conjunto de ideias ou práticas”⁶²⁷ que tinham como princípio a obtenção de gerações sadias através do aprimoramento da raça. O próprio termo, de origem grega, já justifica a ideia: **eu** (boa); **genus** (geração).⁶²⁸ Trata-se, portanto de uma seleção consciente para o progresso físico e moral, ideias estas fundamentadas em Darwin, que por sua vez levariam ao engrandecimento da nação. Esta ciência, segundo Boarini, estimulava os nascimentos desejáveis e condenava a união e procriação dos supostamente tarados e degenerados que seriam, nesta concepção, nocivos à sociedade.

A eugenia brasileira se aproximaria da corrente higienista e do lamarckismo, em síntese essa teoria acreditava que o ambiente e comportamento poderiam influenciar na hereditariedade e na descendência.⁶²⁹ Pensavam, portanto, que a degeneração era adquirida, hábitos imorais, falta de saneamento, de educação e a saúde, do ponto de vista eugenista poderiam comprometer racialmente a população e conseqüentemente o progresso do país. Segundo o autor Jérry Dávila: “Embora o Brasil tivesse chegado ao século XX sob o peso do racismo científico e o estigma que ele aplicava à nação racialmente mista, essa corrente logo deu lugar ao enfoque ambiental e cultural da degeneração.”⁶³⁰

No Brasil muitos médicos aderiam a corrente eugenista, que se ocupou inicialmente em refletir e propor medidas preventivas em relação a doenças como a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo, entre outras. Essas doenças do ponto de vista eugênico constituiriam fatores degenerativos da raça, além de enfraquecerem fisicamente a população poderiam levar os enfermos à loucura. Os médicos eugenistas acreditavam que muitas dessas doenças eram hereditárias, sendo assim, por seu caráter disgênico comprometiam a prole e a descendência. Conforme atesta o Dr. Paulo de Godoy:

⁶²⁶ ANDREWS, 1998, p. 18 *apud* HOFBAUER, Andreas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 20.

⁶²⁷ MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. *Anos 90*, v. 7, n. 11, 1999. p. 121.

⁶²⁸ BOARINI, Maria Lucia. *Higiene e Raça como projetos: Higienismo e Eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003. p. 28.

⁶²⁹ DIWAN, Pietra. *Raça Pura; uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 31.

⁶³⁰ DÁVILA, Jérry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil: 1917-1945*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006. p. 58.

Quando um homem se alcooliza, fuma ópio, se embreda com ether, se intoxica pela cocaína, quando se expõe voluntariamente á syphilis, não commette apenas um attentado contra a sua própria pessoa, contra a sua vida; mas prepara um a hereditariedade lamentável de degneerados[sic], de desequilibrados, de tarados, de criminosos.⁶³¹

Os primeiros passos da eugenia no Brasil ocorrem por volta da década de 1910, com publicações de artigos no Rio de Janeiro e em São Paulo, e também as primeiras teses de medicina sobre o assunto. Ainda de acordo com de Godoy: “[...] modernamente temos a Eugenia, a béla ciencia de Galton [...] Sociolójicamente[sic] é a Eugenia a coluna mestra do grande edifício da nacionalidade. Dela depende a formação do Brazil novo. Forte. Sadio. Educado”⁶³².

A sífilis, segundo Sérgio Carrara, era encarada como fruto de “um exercício sexual imoderado”⁶³³ simbolizava aquilo que os maus hábitos de conduta ocasionavam, sendo assim os médicos, tanto do movimento eugenista como do higienista, irão refletir sobre de tratamento e cura desta enfermidade, mas também em medidas profiláticas e saneadoras da doença. Acreditava-se que a sífilis, devido à multiplicidade de lesões que provocava, acarretava uma série de outros problemas à saúde que muitas vezes levavam a morte, como por exemplo, angina de peito e afecções das artérias, tuberculose, câncer da cavidade bucal,⁶³⁴ por estes e tantos outros motivos a sífilis era um fator de grande preocupação nesse período para os médicos,⁶³⁵ pois além de um problema propriamente de saúde pública, ainda do ponto de vista eugênico, gerava preocupações futuras em relação à raça e ao progresso da nação. Logo, era amplamente debatida e as propagandas de prevenção e alerta de perigo sobre a doença eram frequentes nos periódicos, além das diversas propagandas de medicamentos que prometiam sua cura.

⁶³¹ GODOY, Paulo de. O exame medico pre-nupcial. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 12, n. 49, p. 518-528, 1927. p. 518.

⁶³² GODOY, Paulo de. Pontos de Vista. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 008, n. 040, 1926. p. 3.

⁶³³ CARRARA, Sérgio. *Tributo a vénus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. p. 32.

⁶³⁴ _____. *Tributo a vénus*, p. 39-40.

⁶³⁵ A sífilis se tornava um fator ainda maior de preocupação aos médicos pois acreditava-se que ela ocasionava outras enfermidades: “[...] verdadeira caixa de Pandora, a sífilis podia produzir quase todas as doenças e, ao atacar o sistema nervoso, dar origem à loucura, às perversões sexuais, ao crime e à imoralidade” (CARRARA, 1996, p. 42)

A sífilis pensada então como uma enfermidade própria do desregramento sexual e da imoralidade, “intensificou o terror que envolvia as atividades sexuais”⁶³⁶. Diante deste cenário, o movimento eugenista passou em seus discursos a defender também a castidade antes do casamento e fidelidade conjugal como medidas saneadoras e eugênicas à sociedade. Contudo, muitos médicos também defendiam que deveriam ser divulgadas noções educação sexual inclusive aos jovens, homens e mulheres, como uma medida preventiva destes males venéreos.⁶³⁷ Segundo o médico Prof. Dr. Celestino Bourroul⁶³⁸:

O problema é deveras acabrunhador, pois a sua solução é desesperadora para todos. Meios não vemos senão um ensaio de prophixia [sic] pela educação sexual, na família, nas escolas, educação moral animada pela religião. Os educadores, diante do medo de provocar curiosidades malsans, fogem do problema, que deve ser encarado de face e não contornado assim. O resultado é que os jovens, solicitados pelas razões da idade, atiram-se ao vício, na mais completa ignorância, contrahindo bem cedo muitas moléstias.⁶³⁹

A educação sexual, do ponto de vista de muitos médicos higienistas, seria então uma medida profilática para a questão das doenças venéreas. Conforme nota-se na fala do Dr. Celestino Bourroul ainda havia controvérsias, sobretudo entre os religiosos ou aqueles mais conservadores, por acreditarem que a educação sexual poderia estimular os jovens a se tornarem ainda mais precocemente sexualmente ativos. Mas do ponto de vista médico, o conhecimento sobre o próprio corpo e sobre o perigo das doenças venéreas iria de fato conscientizar a população de seus riscos. Na verdade, fazia parte de um discurso que reafirmava a importância da castidade, objetivava intensificar o medo e oprimir a liberdade sexual.

Ao contrário de muitos males, doenças ou vícios que neste período eram considerados mais propícios a povos e raças específicas tidas como inferiores, a sífilis era considerada uma enfermidade universal, que afetava todos os países e todas as raças, além disso, ela atingia as diversas camadas sociais. No entanto, acreditava-se que a sífilis poderia ser hereditária, nesse sentido a doença poderia comprometer uma série de descendentes.

⁶³⁶ DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Sexualidade, cristianismo e poder. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 10, n. 3, p. 700-728, 2010. p. 518.

⁶³⁷ Em 5 de julho de 1933 ocorreu a fundação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES) no Rio de Janeiro, com o intuito de estudar e divulgar questões ligadas à educação sexual.

⁶³⁸ Catedrático da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

⁶³⁹ BOURROUL, Celestino. Tratamento da Syphilis. *Revista de Medicina*, São Paulo, Junho-Julho 1918, Vol. II, num. 8. p. 12-3.

Por este motivo, sobretudo a partir do final do século XIX,⁶⁴⁰ a sífilis foi encarada como um fator de degeneração racial uma vez que impactava em toda a prole e consequentemente do ponto de vista eugenico afetava inclusive o progresso nacional: uma geração fraca e doente representava um retrocesso para o aprimoramento racial e para o avanço da nação.⁶⁴¹ Sobre a sífilis, afirma o Dr. Celestino Bourroul: “este terrível mal todas as feições, mascara muitas moléstias, insinua-se pelo seu contágio fácil em todos os meios, estigmatiza gerações e gerações, lesa todos os órgãos, degenera raças, enfim é a grande avaria.”⁶⁴²

Além disso, a sífilis era responsabilizada pela maioria dos casos de abortos, boa parte dos casos de mortalidade e por 80% dos casos de debilidade congênita.⁶⁴³ Conforme afirma o médico Luciano de Mello Baptista em sua tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em novembro de 1926: “A grande quantidade de abortos, de nati-mortos, inviabilidade do produto de concepção, crianças disformes, idiotas, paralyticas, cegas, correm, em grande parte por conta da syphilis.”⁶⁴⁴

Nesse sentido, as uniões matrimoniais e a sexualidade se tornam um ponto importante a ser pensado e discutido no campo da medicina eugenista. Uma vez que estas uniões, na visão eugênica, fossem mal concebidas gerariam uma prole doente e inútil. Ou seja, casamentos entre sífilíticos ou tuberculosos, por exemplo, eram condenáveis do ponto de vista eugênico. Ainda em sua tese Luciano de Mello Baptista afirma: “[...] a syphilis, a tuberculose, a lepra, o alcool, o fumo, e todos os vícios, transmitem-se á prole, estigmatizando-a.”⁶⁴⁵. Deste modo, pelo fato do casamento poder ser um fator de risco à saúde da população, os médicos acreditavam que poderiam intervir também nesta instituição.

Deste modo, neste trabalho inicial procuramos demonstrar que, sobretudo a partir do final do século XIX, conforme atesta Carrara (1996), a sífilis adquiri uma nova percepção médica, pois em consonância aos demais discursos da época – darwinismo,

⁶⁴⁰ CARRARA. *Tributo a vénus*, p. 52.

⁶⁴¹ Segundo Carrara o conceito de “degeneração” foi formulado pelo psiquiatra francês Benedict Morel em 1857: “[...] a degeneração foi definida por Morel como conjunto de “desvios doentios do tipo normal da humanidade que, transmissíveis hereditariamente, evoluem progressivamente em direção à decadência” (apud Genil-Perrin, 1913:54).” (CARRARA, 1996, p. 54).

⁶⁴² BOURROUL. *Tratamento da Syphilis*, p. 12-13.

⁶⁴³ CARRARA, *Tributo a vénus*, p. 43.

⁶⁴⁴ BAPTISTA, Luciano de Mello. *Do exame pre-nupcial como factor eugênico*. Rio de Janeiro, 1926. p. 63.

⁶⁴⁵ _____. *Do exame pre-nupcial como factor eugênico*, p. 43.

evolucionismo, eugenia, entre outros – representava uma preocupação à saúde pública, mas também um entrave no aprimoramento da raça e no progresso da nação. Estabelecia-se assim uma relação entre a sífilis e a degeneração racial. Além de ser considerada uma consequência de um comportamento imoral, a sífilis, pensada como uma doença hereditária, do ponto de vista eugênico, comprometia não apenas o indivíduo enfermo, mas também toda sua prole e conseqüentemente a descendência. Podemos notar, portanto, que a eugenia brasileira entendeu a sífilis como um fator de degeneração racial, logo, segundo os adeptos desta ciência, era preciso não apenas tratar os enfermos, considerados passíveis de regeneração, mas pensar em medidas profiláticas – que muitas vezes voltam-se para uma expressiva intervenção social – no combate desta e outras enfermidades que supostamente atravancavam o aprimoramento racial.

ST 14: História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino

Elisgardênia de Oliveira Chaves

Doutorando História (UFMG)/ elis_gardenia@yahoo.com.br

Fabício Vinhas Manini Angelo

Doutorando em Educação pela UFMG/ fabriciovinhas@gmail.com

Leidimar Rodrigues de Sousa Lima

Profa. Assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA

Doutorando História (UFMG)/ cleidimary@hotmail.com

Conceitos, métodos e fontes para uma pesquisa histórica de reconstituição de trajetórias de professores do sertão do rio Doce na Capitania de Minas Gerais

Bruno Duarte Guimarães Silva
Mestrando em História
PPGHIS-UFMG
brunodgs@gmail.com

RESUMO: O objetivo dessa comunicação é apresentar as noções conceituais e as propostas metodológicas orientadoras da pesquisa de mestrado em andamento que pretende reconstituir a trajetória de professores que atuaram em aldeamentos indígenas dos sertões da região leste da Capitania de Minas Gerais. Tem-se como princípio a concepção de que as sociedades estão em constante processo de conformação mobilizado pelas articulações entre os sistemas normativos e os indivíduos, ou seja, pelas diversas e assimétricas relações estabelecidas entre as pessoas e os diferentes contextos sociais, econômicos e culturais aos quais estão inseridos. Utiliza-se a microescala de análise social para que seja possível visualizar o comportamento humano diante dos sistemas normativos que o constroem, ao mesmo tempo em que apresentam brechas e espaços de ação autônoma. Diferentes tipos de documentos históricos possibilitam traçar os caminhos percorridos e reconstituir as relações sociais estabelecidas pelos professores: das folhas de pagamento têm-se o registro dos valores dos ordenados, dos períodos e locais de atuação; dos testamentos obtêm-se dados acerca das localidades de nascimento, dos bens e posses, dos familiares e dos status sociais conferidos e alcançados por esses indivíduos; outros textos permitem interpretar as estratégias discursivas elaboradas pelos professores em suas petições diante dos setores da administração colonial dos estudos menores, da igreja e dos aldeamentos indígenas. A pesquisa documental segue o método onomástico em que o nome próprio dos professores é usado como elemento de orientação da busca em diversos arquivos e tipos documentais de indícios que permitam traçar as relações desses sujeitos em diferentes contextos sociais. Como hipótese de pesquisa, acredita-se que a atuação desses professores estaria relacionada a, pelo menos, dois processos macrossociais: a expansão da fronteira colonial e a implantação da reforma educacional pombalina na Capitania. Compreender como a ação desses sujeitos conformou, diacrônica ou sincronicamente, tais processos é o objetivo da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: Método onomástico, Trajetórias, Professor, Sertão, Capitania de Minas Gerais.

A comunicação apresentada no Simpósio Temático História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino teve como objetivo abordar as noções conceituais, as propostas metodológicas e as fontes orientadoras da pesquisa de

mestrado em andamento de reconstituição da trajetória de professores que atuaram em aldeamentos indígenas no sertão do rio Doce na Capitania de Minas Gerais. O recorte temporal é o período entre os anos de 1772 e 1808, entre a instituição do imposto do Subsídio Literário pela Coroa portuguesa, que custeava os gastos com as Aulas Régias, e a declaração de guerra total contra os botocudos feita pelo rei D. João VI, no mesmo ano em que sua corte era transferida para a América portuguesa. Porém, tal recorte pode ser expandido à medida que os rastros documentais acerca da origem, da formação e outros indícios da trajetória anterior e posterior dos professores ao período delimitado possam ser encontrados. Pretende-se traçar essas trajetórias para que seja possível identificar as possibilidades de formação e aprendizagem pelas quais os professores desenvolveram as habilidades de leitura e escrita, construir hipóteses acerca das intenções e das estratégias pessoais que os incentivaram à travessia dos sertões, interpretar os significados culturais atribuídos a essa ação e analisar as relações que esses professores estabeleceram com diferentes setores da administração colonial, com o espaço e os índios do sertão. Acredita-se que assim possa ser possível chegar ao objetivo de identificar as articulações entre o trabalho dos professores naqueles aldeamentos e o processo de conquista do sertão e dos povos indígenas que ali viviam.

Como referência metodológica e prática, utiliza-se a microescala de análise que propicia um tipo particular de visualização dos processos sociais. Nas palavras do historiador francês Jacques Revel, adepto da micro-história, as **escalas de observação** produzem “efeitos de conhecimento” que lhe são particulares e devem ser postas pelos historiadores de acordo com suas “estratégias de conhecimento”⁶⁴⁶. O conhecimento que se procura produzir com essa pesquisa relaciona-se com os seguintes sujeitos: os professores que saíram das vilas para atuar em aldeamentos indígenas. Concomitante, muitas vezes até mesmo combinados, com uma grande variedade de ações de outros indivíduos (alguns membros de suas famílias, os índios, os militares e as autoridades civis e eclesiásticas dos aldeamentos e outros setores da administração colonial), os comportamentos desses professores conformaram o processo de conquista do sertão.

⁶⁴⁶ REVEL, Jacques. Micro-história e construção do social. In: Jacques Revel (Org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.20.

Sendo assim, o efeito de conhecimento pretendido pelo uso da microescala é a construção de uma “modulação particular”⁶⁴⁷ desse processo social, focada nas ações dos professores.

No entanto, seria inadequado imaginar que essas ações foram orientadas apenas pela vontade livre dos próprios sujeitos, que não haveria nenhuma força externa ao indivíduo que limitasse suas possibilidades ou impusesse certos padrões de comportamento. Buscou-se na historiografia, outros estudos que centraram o foco na ação do indivíduo, contudo, sem omitir a força dos contextos socioculturais aos quais o sujeito se insere.

Os trabalhos do historiador italiano adepto da micro-história Giovanni Levi podem ser tidos como modelo para se “descrever de forma mais realista o **comportamento humano**”⁶⁴⁸. Parte-se do pressuposto de que as sociedades são ordenadas por “**sistemas normativos e prescritivos**” que apresentam brechas, espaços nos quais os homens podem atuar com relativa autonomia. Por isso, tais sistemas seriam indicadores de que o indivíduo não goza de uma liberdade absoluta em relação à sociedade, entretanto os mesmos sistemas também não podem ser considerados como forças determinadoras das ações humanas. Trata-se de

um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como resultado de constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.⁶⁴⁹

Seguindo as concepções de Giovanni Levi, tem-se como princípio a noção de que as sociedades estão em constante processo de conformação mobilizado pelas articulações entre os sistemas normativos e os indivíduos. Utilizo a microescala de análise social para que seja possível visualizar o comportamento humano diante desses sistemas que o constroem, ao mesmo tempo em que apresentam brechas e espaços de ação autônoma. No entanto, como visualizar o indivíduo em meio à massa documental dos arquivos? Outros dois historiadores italianos adeptos da micro-história fornecem o aporte para essa prática.

⁶⁴⁷ _____. Micro-história e construção do social, p.28.

⁶⁴⁸ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história – Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.137.

⁶⁴⁹ _____. Sobre a micro-história, p.137.

Em artigo originalmente publicado em 1979, chamado *O nome e o como*⁶⁵⁰, Carlo Ginzburg e Carlo Poni defendem uma aproximação de práticas da pesquisa histórica com alguns métodos da Antropologia. Assim, como alguns antropólogos se inserem em uma comunidade circunscrita para tentar compreender os diferentes tipos de relações interpessoais estabelecidas pelos indivíduos ou grupos sociais, esses historiadores argumentam que diferentes tipologias e séries documentais podem se sobrepor, de modo a permitir que um mesmo indivíduo ou grupo social seja encontrado em diferentes contextos socioculturais. A partir daí propõem o **método onomástico**, caracterizado pela busca do mesmo nome (o elemento de distinção da individualidade) em diversos tipos de arquivos e documentos, pois “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social que o indivíduo está inserido”.⁶⁵¹

A partir desses pressupostos, nessa pesquisa, experimenta-se o método onomástico. Primeiramente, foram buscados os nomes de dois professores régios, João Pedro de Almeida e Manoel de Araújo Novaes, dos quais existiam notícias da atuação em aldeamentos indígenas situados na região atualmente conhecida como vale do rio Doce. O primeiro tipo de documentação acessado foi o do fundo Casa dos Contos, no Arquivo Público Mineiro (APM), que guarda documentos de tipo fazendário, produzidos ao longo do período colonial e imperial de Minas Gerais (receitas e despesas de repartições do governo, tabelas dos rendimentos reais, registros da arrecadação de impostos, das arrematações de cargos e postos, despesas com os oficiais etc.). Neste fundo estão as **Folhas de Pagamentos de Professores**, códices que naquele período eram produzidos anualmente pela Real Fazenda da Capitania, onde estão registradas as “ordens de pagamento” e os recibos dos ordenados dos professores. Trata-se de um tipo documental de caráter serial, através do qual é possível acompanhar as mudanças no local de trabalho, no valor do ordenado, além dos recibos e atrasos no pagamento dos professores.

Tais documentos indicam que o Clérigo *in minoribus* João Pedro de Almeida recebeu a provisão por ordem da Real Mesa Censória para atuar como Mestre de Ler, Escrever e Contar, no ano de 1780 e teria permanecido no cargo até 1801, ano em que faleceu.

⁶⁵⁰ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo; *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa-Rio de Janeiro: DIFEL-Editora Bertrand Brasil, p.169-178, 1989.

⁶⁵¹ _____. O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico, p.175.

Durante esse tempo, foi transferido do aldeamento do Cuieté para o do Peçanha, localidade na qual, no ano de 1803, Manoel de Araújo Novais tomou posse do ofício de Professor de Primeiras Letras.⁶⁵²

A série desse tipo documental é incompleta, do intervalo de 22 anos, entre 1781 a 1803, o APM guarda apenas 9 Folhas de Pagamento de Professores.⁶⁵³ Nesse período, o ordenado dos Professores de Ler, Escrever e Contar, também chamados de Professores de Primeiras Letras, subiu de 90\$000 para 150\$000 anuais, pagos em quartéis, isto é, de três em três meses, ou seja, quatro vezes ao ano. Ainda que não se encontre todas as folhas desse período, é possível afirmar, com certa segurança, que João Pedro de Almeida teve seu ordenado atrasado, retido durante 7 anos consecutivos até a data de sua morte, isso porque as folhas de 1795 e dos anos posteriores registram, ao invés dos recibos, a informação de que o ordenado estava pago somente até o segundo quartel do ano de 1794.

O atraso pode ser confirmado por meio do cruzamento das informações dessas Folhas de Professores com outros dois documentos avulsos encontrados também na Casa dos Contos. Trata-se da “Relação dos professores que findaram” e da “Relação dos professores régios existentes”, duas listas onde constam nomes dos professores, divididos pelas comarcas da Capitania, as cadeiras de aula que ocupam ou ocuparam e a data do último pagamento do ordenado realizado.⁶⁵⁴ Não se sabe a data exata de escrita desse documento, porém pode-se inferir que o término de sua elaboração se deu após o mês de junho de 1808, data mais recente do registro de pagamento realizado a um professor da cadeira de gramática da comarca de Vila Rica. O nome de João Pedro de Almeida consta na lista dos “professores que findaram”, ou seja, professores que, por algum motivo, não estariam mais atuando, seguido do registro de que seu último ordenado pago teria sido no mês de junho de 1794. O nome de Manoel de Araújo Novais também consta na lista dos

⁶⁵² Estudiosos do processo de implantação das Aulas Régias no reino e nos domínios ultramarinos não construíram um consenso acerca da existência de possíveis distinções entre os títulos de “Mestre” e “Professor”. Sobre a discussão, cf. FONSECA, Thais Nívia de Lima. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p.21-22. As pesquisas dessa autora indicam que na Capitania de Minas Gerais a atribuição desses títulos não parece ter representado distinções no tipo de atuação ou de status social, por isso utilizaremos ao longo do texto apenas o termo professor.

Dar-se-á maior atenção aos dados sobre a trajetória de João Pedro de Almeida, posto que, até o momento da escrita do artigo, foi encontrada apenas uma única Folha de Pagamento de Manoel de Araújo Novais.

⁶⁵³ Trata-se dos anos de 1781, 1783, 1789, 1795, 1796, 1797, 1798, 1801 e 1803.

⁶⁵⁴ Cf. no APM documento com a seguinte notação: CC-Cx.78-Pl.20091.

“professores régios existentes” seguido da informação de que último pagamento teria sido efetuado em março de 1803.

A historiadora Thais Nivia de Lima e Fonseca, autora de dois livros que abordam, entre outros assuntos, o processo de implantação das Aulas Régias na Capitania de Minas Gerais, aponta que o pagamento dos ordenados dos professores é um dos temas de maior relevo na historiografia acerca do assunto.⁶⁵⁵ Comumente, as aulas eram atestadas pelas Câmaras ou autoridades eclesiásticas mais próximas para que a Real Fazenda efetivasse o pagamento do ordenado dos professores e, no ano de 1792, D. Maria I enviou ordens ao governador da Capitania condicionando o pagamento à apresentação dessas atestações.⁶⁵⁶ No caso dos professores atuantes nos sertões, há que se investigar se seus **atestados** teriam sido elaborados pelas autoridades seculares e/ou eclesiásticas dos aldeamentos, ou ainda pelas Câmaras das Vilas às quais essas localidades estavam vinculadas.⁶⁵⁷ A busca pelo nome de João Pedro de Almeida e de Manoel de Araújo Novais nesses documentos pode fornecer dados que completam as lacunas deixadas pelas Folhas de Pagamento, mas também permitirá visualizar indícios das relações que os professores estabeleceram com algumas autoridades coloniais e as formas como estas construíram representações acerca do trabalho e do comportamento daqueles. Isso porque

esses documentos, além de indicarem, também, os períodos de atividade, atestavam a residência permanente do professor na localidade onde ensinava e serviam como confirmações de respeitabilidade sobre a pessoa do professor, pois raro traziam observações sobre seu caráter e sua conduta.⁶⁵⁸

No entanto, ainda que a cobrança dos atestados fosse uma ação de normatização para garantir o pagamento dos professores, casos de atraso prolongados foram recorrentes. Esse foi o caso de João Pedro de Almeida que, 9 anos antes de seu falecimento, instituiu como testamenteiro seu irmão, o Capitão Caetano José de Almeida.⁶⁵⁹ Como já sabido, o professor faleceu no ano de 1801 e os valores em atraso teriam que ser incluídos na herança a ser dividida entre os seus herdeiros, nesse caso seus três irmãos. A pesquisa

⁶⁵⁵ FONSECA, Thais Nivia de Lima. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*, p.50.

Cf. FONSECA, Thais Nivia de Lima. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

⁶⁵⁶ Cf. no APM documento com a seguinte notação: CC-Cx.10-Pl.10219

⁶⁵⁷ O aldeamento do Cuieté se localizava no termo de Vila Rica, já o aldeamento do Peçanha no termo da Vila do Príncipe.

⁶⁵⁸ _____. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*, p.59.

⁶⁵⁹ Cf. no APM documento com a seguinte notação: SG-Cx.22-Doc.21.

precisa avançar na busca de mais informações deixadas pelos rastros documentais de Caetano José de Almeida para que seja possível identificar as estratégias que teria utilizado para cobrar os créditos herdados de seu irmão, no entanto, já é possível inferir que também não foi em vida que o testamenteiro conseguiu reaver todo o valor do ordenado atrasado. Na Folha de Professores do ano de 1819 há registro de que os ordenados do período entre 1794 a 1798 já teriam sido pagos e consta o recibo de pagamento de parcela do ordenado de 1799, assinado pelo Tenente Francisco Peixoto de Sá, na época testamenteiro do próprio Capitão Caetano José de Almeida, que já teria, então, falecido.⁶⁶⁰

O nome do irmão de João Pedro de Almeida aparece em alguns recibos assinados nas Folhas de Pagamento do professor. Nesses casos, Caetano José de Almeida é apresentado como procurador do irmão, a quem foram pagas algumas parcelas dos ordenados. As relações entre os professores régios e seus procuradores é outro ponto de interesse acerca das dinâmicas que envolviam o pagamento dos ordenados. Era em Vila Rica, na Junta da Real Fazenda da Capitania, que os professores régios recebiam e, por diferentes motivos, nem sempre poderiam pessoalmente buscar o ordenado. A maior parte dos professores que viviam e trabalhavam fora de Vila Rica instituíam outras pessoas como procuradores, algumas vezes outros professores que recebiam seus próprios ordenados junto com os de algum outro conhecido.⁶⁶¹

Foi Caetano José de Almeida quem também reconheceu as assinaturas do Diretor dos Índios e do Vigário da Freguesia do Cuieté, que atestam as alegações que João Pedro de Almeida apresentou em sua **petição** para ser provido como professor dos índios daquele aldeamento.⁶⁶² Não são poucos os rastros documentais do professor que indicam a importância das relações estabelecidas entre os dois irmãos, tais indícios documentais motivam algumas indagações acerca do papel e das dinâmicas das relações familiares dos professores em suas trajetórias: A provisão de professor pode ser considerada como uma estratégia social ou econômica da família? Os ordenados recebidos por Caetano José de Almeida eram enviados ao irmão no aldeamento? Como se dava a comunicação entre o professor no sertão e o irmão em Vila Rica?

⁶⁶⁰ Cf. no APM documento com a seguinte notação: CC-1758, rolo 122, f.41.

⁶⁶¹ FONSECA, Thais Nivia de Lima. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*, p.55.

⁶⁶² Cf. no acervo digital do Projeto Resgate disponibilizado pelo APM documento com a seguinte notação: AHU-MG-Cx:112, Doc: 67

No Fundo do Conselho Ultramarino do Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, catalogados pela mesma notação e intitulados como *Requerimento de João Pedro de Almeida, pedindo o emprego de mestre dos índios do Suaçuí Pequeno, assim como a construção de uma capela para o batismo dos mesmos*, estão a cópia da petição e outros documentos que indicam a forma e o trânsito administrativo por que tramitou o pedido de João Pedro de Almeida, na Capitania de Minas Gerais e no Reino. Não se sabe a data exata da escrita da petição, porém as atestações assinadas por Paulo Mendes Ferreira Campelo, Diretor dos Índios da Conquista do Cuieté, e Domingos da Silva Xavier, Vigário da Freguesia da mesma localidade, são datadas de 1775, três anos antes de ser copiada em Lisboa por um Tabelião da Coroa. Os outros documentos devem ter sido escritos por conselheiros que acatam vários dos argumentos de João Pedro como sendo favoráveis ao atendimento de sua solicitação. Segundo esses textos, havia cerca de 4 anos antes, que o professor atuava na aldeia, ensinando os índios a ler e escrever com o objetivo de ensiná-los a doutrina cristã e já havia requerido, ao Tribunal da Junta de Vila Rica, o ordenado de Mestre de Índios, alegando ser pago também ao professor do aldeamento do rio Pomba, bem como aos de outras localidades, tudo às custas do Subsídio Literário. Os documentos também indicam que João Pedro de Almeida esteve no Reino para angariar apoio e demonstrar o grande interesse que tinha pelo deferimento de sua petição. Em um deles, afirma-se que “a diligência do Suplicante é uma prova do seu zelo: que só por adiantar a utilidade espiritual dos índios, se sujeitou pela sua pobreza, a vir de obrigação no Galeão Nossa Senhora da Glória e Santana, e a viver nesta corte da Divina Providência”.⁶⁶³ Essa afirmação sugere o grau de abnegação e desprendimento do Professor que, a despeito de estar requerendo o pagamento de salário, via o seu magistério junto aos índios enquanto uma missão, de caráter quase religioso, que permitia a transmissão da palavra de Deus. É dessa forma que João Pedro de Almeida construía a imagem sobre si mesmo junto às autoridades responsáveis por sua nomeação.

Tal requerimento também fornece indícios acerca das relações que João Pedro de Almeida estabeleceu com as estruturas da administração portuguesa civil e eclesiástica no reino e na colônia. As autoridades do aldeamento, do Tribunal da Junta em Vila Rica e dos Conselhos da Coroa em Portugal são representantes dos sistemas normativos e prescritivos da administração do Império português, nesse sentido, a investigação sobre as relações que

⁶⁶³ AHU-MG-Cx:112, Doc: 67, fl.3-3v.

João Pedro de Almeida estabeleceu com essas pessoas permitirá uma maior compreensão acerca de seu comportamento. Os textos legais, do período estudado, relacionados às Aulas Régias e ao cotidiano dos aldeamentos (**Diretório pombalino, de 1758 e as leis da reforma educacional, de 1759 e 1772**) devem ser analisados como projetos da Coroa visando a regulação das práticas de seus súditos, a ordenação do Império, destarte não podem ser tidos como máquinas de determinação das ações dos indivíduos aos quais se dirigem. Da legislação portuguesa, pode-se interpretar os princípios que estiveram envolvidos nas ações promovidas, ou ao menos planejadas, pela Coroa em relação à implantação das Aulas Régias e à conquista dos índios da América. Mas, para se visualizar o comportamento dos sujeitos diante dessas realidades normativas é preciso interpretar os diferentes significados que os mesmos atribuíram às normas e as brechas de autonomia permitidas ou construídas. A regulação acerca da criação de cadeiras de aulas e da provisão de professores precisa ser analisada para que possa ser possível compreender as estratégias utilizadas por João Pedro de Almeida para o atendimento de sua petição.

Tal objetivo impõe a necessidade de se expandir o recorte temporal da pesquisa, pois a trajetória do professor não se inicia com sua provisão, inclusive essa concessão está relacionada, entre outros motivos, às habilidades de leitura e escrita que João Pedro de Almeida desenvolveu em momentos anteriores. Pelas Folhas de Pagamento, sabemos que o professor também era um Clérigo *in minoribus*, um estado inferior na hierarquia eclesiástica. A etapa seguinte da pesquisa documental é verificar as fontes relativas aos estudantes do Seminário da Boa Morte e aos processos de *Genere, vitae et moribus*, sob a guarda do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, em busca de pistas que indicam como se deu o processo de ordenação de João Pedro e as possibilidades que o mesmo teve de desenvolvimento de suas habilidades.

Sabe-se também que a trajetória desse padre e professor é de um sujeito em trânsito. Seu testamento⁶⁶⁴ indica que nasceu em Vila Rica, embora a escrita de tal documento tenha sido realizada na Freguesia de Congonhas. Outras fontes revelam viagens ao Reino (são, ao menos, duas viagens: a primeira, já mencionada, foi apresentada em sua petição e a segunda é indicada nas Folhas de Pagamento referentes à atuação no aldeamento do Peçanha). O padre-professor não esteve apenas nos centros urbanos do

⁶⁶⁴ Cf. documento no APM documento com a seguinte notação: SG-Cx.22-Doc.21

Império português, esteve também nos sertões, no período em que se registra um movimento de expansão da fronteira colonial para além das localidades mineradoras, em direção à região tida como incivilizada e dominada pelos bravios índios botocudos. Para o historiador norte-americano, Hal Langfur, autor de importantes trabalhos sobre o processo de expansão da colonização para a região que definiu como Sertão Leste da Capitania de Minas Gerais, a fronteira colonial foi um espaço de interação cultural, que teria motivado uma dinâmica brutal, pois “(...) ambos os lados [indígena e colonial] inventavam estratégias calculadas para causar medo em seus respectivos inimigos, segundo pressupostos sobre a cultura, a economia e as hierarquias sociais do outro.”⁶⁶⁵ Ao relatar as estratégias de ataque e defesa dos índios e dos colonos, o historiador analisa como elas foram elaboradas, conforme o conhecimento que cada lado (re)produzia do outro. A identificação de um processo violento de conquista dos índios no espaço externo às aldeias impõe a necessidade de questionar as relações estabelecidas entre os professores, as forças militares e os grupos indígenas não aldeados.

Pretendeu-se com esse artigo apresentar a forma como a trajetória de João Pedro de Almeida e Manoel de Araújo Novaes pode ser reconstituída pelo método onomástico de pesquisa documental. Apropria-se da reflexão do sociólogo Pierre Bourdieu, acerca da funcionalidade do nome próprio como mecanismo social de criação de uma constância nominal do indivíduo, independente dos contextos socioculturais onde atua.⁶⁶⁶ É importante apontar que a pesquisa aproveita justamente desse efeito de constância para encontrar, por meio dos nomes desses professores, rastros documentais que fornecem indícios das relações, posições e ações desses sujeitos ao longo de suas trajetórias. A diversidade de arquivos e de tipologias das fontes a serem utilizadas evidenciam a tentativa de se apreender parte possível da diversidade que compõe a identidade desses sujeitos que a constância nominal tende a omitir. João Pedro de Almeida não foi apenas um professor régio, era um professor que atuava em aldeamentos, tinha título de clérigo *in minoribus*, possuía um irmão militar e passagens pelo Reino e todos esses dados extraídos da

⁶⁶⁵ LANGFUR, H., 2011. Áreas proibidas e hierarquias contestadas: resistência indígena à incorporação colonial na mata atlântica setecentista. In: *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.594.

⁶⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

documentação compõem “(...) um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos”.⁶⁶⁷

O alerta dado pelo sociólogo acerca dos riscos da “ilusão retórica” da biografia, que tende a ordenar os acontecimentos da vida dos biografados em uma sequência linear e dirigida por uma finalidade única, deve servir de orientação permanente durante a pesquisa e a escrita da dissertação final. Os indícios da trajetória em trânsito de João Pedro de Almeida evidenciam a sua condição de um agente sujeito a incessantes transformações (não se pode negar que suas experiências durante a formação eclesial e a atuação em meio aos índios promoveram mudanças em sua própria identidade) e reformulações em suas intenções e estratégias. Destarte, o padre e professor é “(...) um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio”.⁶⁶⁸

⁶⁶⁷ _____. A ilusão biográfica, p.190.

⁶⁶⁸ _____. A ilusão biográfica, p.189.

Introduzindo documentação manuscrita nas aulas de História – Ensino básico

Gabriel Afonso Vieira Chagas

Ensino superior completo em História (Licenciatura)

Universidade Federal de Minas Gerais

gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com

Luíza Rabelo Parreira

Ensino superior incompleto em História (Bacharelado)

Universidade Federal de Minas Gerais

luizarabeloparreira@hotmail.com

RESUMO: A *Oficina de Paleografia* - UFMG é uma iniciativa discente e voluntária, que congrega aluno(a)s da Graduação, Pós-Graduação e Egressos do Departamento de História. O principal objetivo da Oficina é sanar uma lacuna no curso de História: a falta de disciplinas que discutam o suporte documental e a sua transcrição. Para tanto, a Oficina promove treinamento na leitura de fontes manuscritas pertinentes à história luso-brasileira. Após três anos de experiência com o ensino superior, iniciamos o projeto “A Oficina vai à escola”, propondo colocar alunos do Ensino Básico em contato com documentos manuscritos e com noções básicas de paleografia, visando discutir as várias facetas do fazer histórico e questionar a visão tradicional de uma história factual, revelando a história como uma construção discursiva própria do presente do historiador. Neste texto, discutimos os desafios e possibilidades do projeto, à luz da experiência realizada com estudantes do Ensino Médio do Colégio Dom Pedro II em Belo Horizonte. Pretendemos colocar em questão novas formas de didática para docentes em História, considerando a necessidade de atrair a atenção e o gosto dos discentes pela disciplina.

PALAVRAS-CHAVES: História, paleografia, manuscritos, ensino básico, didática.

O projeto “Oficina vai à Escola” era um desejo muito anterior ao segundo semestre de 2014, quando de fato teve início. A atividade se concretizou graças à parceria do Colégio *Dom Pedro II* com o coordenador da Oficina, Gabriel Chagas, que na ocasião fazia estágio docente supervisionado na instituição. Gabriel viu no professor de História, Fernando Rosa, ex-aluno da FAFICH - UFMG, um parceiro em potencial para que a *Oficina de Paleografia – UFMG* saísse do espaço puramente acadêmico da Universidade, disseminando a técnica de leitura de manuscritos dos séculos XVIII e XIX entre alunos e alunas do Ensino Médio.

O professor Fernando providenciou o espaço na escola (auditório nobre) e equipamentos (projektor multimídia, microfone, computador) junto ao diretor da Escola,

Tiago de Oliveira Dias, que também se mostrou receptivo ao projeto extracurricular. Por sua natureza facultativa, a atividade foi dirigida apenas aos alunos interessados. O professor e o estagiário divulgaram a ideia durante as aulas de História. Fernando também se dispôs a pensar o minicurso junto aos coordenadores da *Oficina de Paleografia – UFMG*, participando inclusive de reunião na FAFICH, ocasião em que esclareceu o perfil da escola (considerada umas das melhores da Rede Estadual de ensino de Minas Gerais) e dos (as) alunos (as) - sempre interessados em atividades complementares e muito atentos. A *Oficina* iria integrar o contra turno, uma vez que os discentes teriam aulas matutinas e atividades extras vespertinas.

O minicurso foi desenvolvido ao longo de três dias, com duração total de 6h/aulas distribuídas igualmente: dias 7, 8 e 9 de outubro de 2014, sempre das 13h às 15h. O professor e o estagiário fizeram a divulgação do projeto e uma lista de inscrição, que ultrapassou oitenta inscritos. Os coordenadores separaram a documentação a ser trabalhada, tendo em vista a introdução gradativa de caligrafia, da mais simples à mais complexa. O conteúdo dos documentos também foi considerado; priorizou-se documentação referentes às Minas colonial, abordando o cotidiano e a escravidão. Esta foi uma estratégia para manter o conteúdo trabalhado durante o minicurso em paralelo àquele visto em sala de aula anteriormente pelos alunos juntamente ao professor. Parte dos documentos utilizados fora já publicada na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, na seção “Decifre se for capaz”.

No primeiro dia, cerca de cinquenta alunos estiveram presentes. O diretor e dois professores de História que trabalham na instituição também. Inicialmente, o professor Fernando fez uma apresentação destacando a importância do saber histórico, principalmente em anos de eleição. Após a fala do professor, a equipe formada pelos coordenadores Gabriel Chagas, Leandro Rezende, Luíza Parreira e Maria Clara Caldas S. Ferreira explorou as características do suporte dos manuscritos: papel de trapo, tinta ferrogálica e demais produtos utilizados em documentos ornados, como no caso dos Compromissos e Estatutos de agremiações religiosas do século XVIII, produzidos com lápis de cor, tinta ferrogálica (vermelha) e metais (ouro e prata), bem como tecido fino (veludo de várias cores) e couro nas capas. Os Livros de Compromissos foram abordados em suas características textuais e visuais, mostrando que houve a construção de uma tradição pictórica, tanto em suas permanências quanto nas transformações. Os

coordenadores ressaltaram também a característica do envelhecimento da tinta, que tende a oxidar com o passar dos anos, causando perda do suporte e, conseqüentemente, dificultando a leitura. Apresentaram ainda o contexto da escrita no período, destacando que saber ler e escrever era um sinal de distinção social. Demonstraram que o saber do calígrafo era bastante específico, introduzindo a obra *Das Artes da Pena e do Pincel: caligrafia e pintura em manuscritos do séculos XVIII*, da professora Dr^a. Márcia Almada, destacando um estudo interdisciplinar, que envolveu diversas áreas do conhecimento, como História da Arte, História Cultural, História Social da Escrita e também do Livro e da Leitura. Além disso, o estudo apresenta saberes do campo da conservação e do restauro de documentos, que foram trabalhados durante o minicurso. Este livro nos ajuda a entender a formação da cultura visual dos calígrafos no início do século XVIII e o significado dos livros adornados na sociedade na qual estavam inseridos.

Como os (as) alunos (as) ficaram entusiasmados (as), a equipe viu a necessidade de, já nesse dia, iniciar a leitura de documento, deixando a atividade mais atrativa. Isso havia sido proposto no plano de aula, mas não com a duração longa que teve. Esta foi uma demanda decorrente do interesse dos estudantes durante a aula, o que foi uma surpresa para todos os coordenadores presentes. Partes do *Compromisso da Irmandade de São Miguel de Prados* foram lidas em conjunto, quando projetado na parede. No decorrer da leitura, os coordenadores explicaram que a gramática atual não se aplicava ao contexto de produção do documento, pois os alunos estranharam alguns termos como “calidade” (qualidade). Explicaram também que muitas palavras apareciam grafadas juntas, porque o instrumento da escrita (pena) não permitia a retirada constante do mesmo do papel, pois poderia manchar a página. Também destacaram que na época não havia normatização no que se refere à gramática e ortografia. Ao término de cada parágrafo, um dos coordenadores lia o texto em voz alta e arguia a turma acerca do conteúdo, sempre o explicando. Os alunos ficaram bastante curiosos e fizeram várias perguntas.

Para encerrar a dinâmica do primeiro dia, os coordenadores apresentaram documentos originais do ano 1812. Neste momento, chamaram a atenção para a marca e linha d'água do papel, para o desgaste da tinta (oxidada, migrada para outra folha e, em alguns casos, provocando perda de suporte) e para a ação dos insetos xilófagos no papel. Os (as) alunos (as) foram capazes de ler um pequeno recibo, se atendo às abreviaturas e curiosos pelo significado de “Fran^{co}.” (Francisco). Então, destacou-se a importância do

dicionário de abreviaturas, indicando a obra organizada por Maria Helena Ochi Flexor, *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*.

O segundo dia foi marcado pela apresentação de um *Prezzi* feito pelos coordenadores Gabriel Chagas e Ludmila Torres, retomando a explicação do processo de modificações sofridas pela caligrafia portuguesa desde os finais do primeiro milênio até a escrita humanística no século XVIII. Tratava-se de uma adaptação do *Curso Introdutório de Paleografia Portuguesa Moderna*, que é realizado na *Oficina* nos encontros iniciais do semestre. Houve uma adaptação da linguagem, especialmente em relação aos termos técnicos, para possibilitar a apreensão do conteúdo pelos (as) discentes do Ensino Básico. Este processo foi extremamente facilitado pelo prévio contato do coordenador Gabriel com os alunos, devido ao seu estágio docente. Ao fim do encontro, projetou-se um documento para ser lido oralmente pelos (as) alunos (as), seguindo o mesmo formato dos encontros de leitura da *Oficina*.

Por sua vez, o terceiro e último encontro foi marcado pela dinâmica de grupo referente às dez atividades previamente selecionada da sessão “Decifre se for capaz” da *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Os textos tratavam de temas variados e foram produzidos entre o século XVI e XX. Para nossa grata surpresa, havia, nesses dois últimos dias, cerca de cinquenta estudantes, tal como no primeiro encontro, significando para os organizadores da atividade uma excelente maneira de mostrar como os ouvintes ficaram interessados no minicurso. A dinâmica citada contou com a divisão da turma em dez grupos de cinco alunos (as), tendo sido realizada em uma sala de aula convencional, proporcionando a organização necessária para o formato da atividade proposta. A leitura e a transcrição dos documentos pelos alunos em seus grupos foram feitas a partir de fotocópias distribuídas no início da aula do dia.

A equipe da *Oficina* auxiliou os diversos grupos, sanando possíveis dúvidas, que, na sua maioria diziam respeito à ortografia das palavras. No entanto, houve casos de dúvidas na leitura de abreviaturas, assinaturas, bem como acerca do uso das normas para transcrição. Ao término da atividade, foram entregues os gabaritos com as transcrições completas, feitas previamente pelos coordenadores da *Oficina*, o que permitiu o exercício de comparação com a transcrição realizada pelos discentes. Durante a dinâmica eles (as) se comportaram com considerável seriedade, além de ficarem interessados (as) pelos

documentos trabalhados, perguntando sobre o contexto histórico de cada documento e sobre os atores neles envolvidos.

O *feedback* de quem participou do empreendimento foi o melhor possível. Os (as) alunos (as) queriam saber, por exemplo, quando teria outro evento para que quem não pôde participar, o fizesse. O “Oficina vai à Escola” revelou o processo do fazer histórico aos discentes sob uma nova luz, qual seja, a de que a história, feita também por meio da leitura e transcrição paleográficas, implica a construção de um discurso que, embora se pretenda verdadeiro, e seja assim apresentado em sala de aula, diz respeito às questões particulares do presente daquele que o fabrica – o historiador.

Ao lidar com os documentos, os (as) alunos (as) percebem que cada leitor pode - dentro de certos limites oferecidos pelo texto e pelos padrões de aceitabilidade do discurso produzido pela comunidade dos historiadores - interpretar a sua maneira aquilo que lê. Percebe-se que as categorias de pensamento são variáveis de acordo com a experiência e intencionalidade do leitor; o modo deste lidar com o documento ou a habilidade de ler corretamente as palavras escritas no suporte. Todas estas considerações permitiram que os alunos percebessem como a história parte de interpretações que variam de historiador para historiador, e que não se pode compreender a disciplina como uma sequência de fatos que são fixos e devam ser assim estudados.

Considerações finais

O projeto “Oficina vai à Escola” é uma iniciativa da *Oficina de Paleografia - UFMG* que visa aproximar os trabalhos do grupo, tradicionalmente ligados à modalidade bacharelado (pois a habilidade paleográfica é cara ao historiador de arquivo), à modalidade licenciatura. Similarmente, o projeto é uma tentativa de tornar os estudantes do Ensino Básico mais familiarizados com o fazer historiográfico e com documentos manuscritos de outros tempos. Trata-se de uma iniciativa que logrou sucesso considerável nesta primeira experiência aqui relatada e que pretendemos levar a outras instituições de ensino. Seria louvável que outras *Oficinas de Paleografia* implantassem essa experiência em suas cidades.

Formação profissional para a indústria: a primeira Escola SENAI em Minas Gerais

Gizele Maria dos Santos

Bacharel em Biblioteconomia – UFMG

Serviço Social da Indústria – Sistema FIEMG

gisa@fiemg.com.br

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

Doutoranda em História Social da Cultura – UFMG

Serviço Social da Indústria – Sistema FIEMG

maria.clara@fiemg.com.br

RESUMO: O problema da formação de mão de obra qualificada para atuar nas indústrias tornou-se latente no início do século XX. Na tentativa de sanar esta carência, o governo brasileiro ofereceu mecanismos para que a iniciativa privada, representada pela CNI, se responsabilizasse pela qualificação de seu operariado. As Federações de Indústrias, cada uma em seu estado, ficaram responsáveis pela implantação do SENAI, instituído oficialmente no ano 1942. Ao então denominado Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários competia instalar e administrar em todo o país escolas de aprendizagem para os industriários. É nesse contexto que surge a Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte. Os dois primeiros cursos noturnos, “Leitura e Interpretação de Desenho” e “Tornearia”, começaram a ser ministrados em abril de 1943, na Escola de Engenharia da UFMG. As aulas práticas eram realizadas nas oficinas Cristiano Ottoni. Em novembro de 1944, a primeira Unidade própria do SENAI em Minas Gerais é inaugurada, oferecendo os cursos de: Torneiro Mecânico, Ajustador, Carpinteiro e Marceneiro. Esta primeira Escola, denominada atualmente como Centro de Formação Profissional – Américo René Giannetti, serviu de incubadora para inúmeros cursos que, aos poucos, foram sendo transferidos para novas Unidades, como as Escolas instaladas em Juiz de Fora, Nova Lima e Sabará no ano 1945. A presente comunicação investiga a contribuição das primeiras Escolas SENAI para o desenvolvimento industrial, através da capacitação da mão de obra do operariado. Enseja ainda divulgar o acervo histórico (material didático, relatórios, fotografias, bibliografia especializada) preservado no Centro de Memória do Sistema FIEMG, relevante para pesquisas acerca da educação profissional no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte, Formação de mão de obra, SENAI MG.

Com o avanço do desenvolvimento industrial no Brasil, a educação profissional assumiu importância primordial. O problema da formação de mão de obra qualificada para atuar nas indústrias tornou-se latente já nos anos 1930.⁶⁹ Para tentar sanar esta carência, o governo brasileiro ofereceu mecanismos para que a iniciativa privada, representada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), criada em 1935, se responsabilizasse pela formação e qualificação de seu operariado. As Federações de Indústrias, cada uma em seu estado, ficaram responsáveis pela implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no seu primórdio denominado Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

Instituído oficialmente no governo do presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei Nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, ao SENAI competia instalar e administrar em todo o país escolas de aprendizagem destinada aos industriários, capacitando-os para o mercado de trabalho em expansão. Dentre as demais atividades estabelecidas por esta diretriz, destacam-se: a) seu custeio através da contribuição mensal obtida nas indústrias com base no cálculo do número de empregados; b) aplicação do montante arrecadado na mesma região de recolhimento; c) isenção de impostos federais para os estabelecimentos dirigidos pelo SENAI.

No mesmo ano, dois outros decretos surgiram com o intuito de ajustar os moldes da nova entidade. Datado de 16 de julho, o Decreto-Lei Nº 4.481 fixou em 5% o número mínimo de aprendizes para cada estabelecimento industrial; determinou também que o número de trabalhadores menores não poderia ultrapassar 3% do total de operários; priorizou filhos e irmãos de empregados das indústrias como aprendizes. O Decreto-Lei Nº 4.936, de 7 novembro, trouxe a denominação definitiva de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o que ampliou sua ação aos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca.

Em 12 de outubro de 1946, o Decreto-Lei Nº 9.576 acertou os deveres entre empregadores e aprendizes, estabelecendo, por exemplo, que o trabalho do jovem matriculado deveria ser remunerado pelo empregador. Ainda nesse sentido, determinou a obrigatoriedade do aprendiz em cumprir o horário do SENAI, que por sua vez se responsabilizaria em acompanhar à frequência e encaminhar o aprendiz para as empresas. O documento estabeleceu também a duração dos cursos, fixando-os conforme necessidade da indústria.

⁶⁹ Cf. CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofício nos primórdios da industrialização*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

Disposições sobre o sistema de cobrança das taxas pagas pelos estabelecimentos contribuintes foram publicadas no Decreto-Lei Nº 6.246, em 5 de fevereiro de 1944, e também na Lei 5.461 de 25 de junho de 1968. Legislações posteriores vigoraram a fim de acompanhar o desenvolvimento do ensino do SENAI, que sempre procurou ajustar a oferta e ementa dos cursos às novas demandas da indústria.⁶⁷⁰

Em Minas Gerais, a organização do SENAI se deu a passos largos. A Federação das Indústrias, presidida por Américo Renê Giannetti⁶⁷¹, em setembro de 1942, ano do primeiro Decreto-Lei, nomeou como Diretor Regional do SENAI o jovem engenheiro, Roberto Hermeto Corrêa da Costa. No ano de 1943, o trabalho foi intenso e marcado pelo entusiasmo de pessoas como o prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, que em correspondência se coloca à disposição da nova instituição.

É nesse contexto que surge a Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte. A parceria do SENAI MG com a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) viabilizou a criação dos dois primeiros cursos noturnos, chamados de Cursos Rápidos: “Leitura e Interpretação de Desenho” e “Tornearia Mecânica”, que funcionaram nas oficinas Cristiano Ottoni, a partir de abril de 1943.

Entre 112 candidatos dos 137 inscritos, 79 foram considerados aptos para iniciar o curso de “Leitura e Interpretação de Desenho”. Deste total, 49 aprendizes recebem certificados de conclusão de curso das mãos de Américo Renê Giannetti, que na ocasião, em seu discurso, revisou aspectos da criação do SENAI e de sua atuação em Minas Gerais até aquele momento, dezembro de 1943. Sobre a missão da instituição, destacou:

[O Governo Federal] traçou normas e definiu atribuições para que a própria indústria, por intermédio de suas entidades de classe sindicalizadas e desse grande instituto que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, possa vencer essa tarefa ingente, difícil e penosa de dotar o Brasil de um exército de centenas de milhares, a

⁶⁷⁰ Para especificação desses e de outros decretos acerca do SENAI, Cf.: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL/DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS. *Centro de Formação Profissional Américo Renê Giannetti: sua vida*. Belo Horizonte: SENAI, 1978.

⁶⁷¹ Américo Renê Giannetti nasceu no município de Rosário, Rio Grande do Sul, no dia 20 de abril de 1896. Faleceu em Belo Horizonte, dia 6 de setembro de 1954. Graduou-se em engenharia, colaborando com a elaboração do Plano Rodoviário de Minas Gerais. No meio empresarial, atuou na Usina de Rio Acima, criada por seu pai. Organizou as empresas: Fábrica de Papel Cruzeiro S.A., Cerâmica Santo Antônio, Eletro-Química Brasileira S.A., Imobiliária Mineira e a Cia. Mineira de Estradas e Construções. Destacou-se no ramo industrial pela implantação da indústria do alumínio no Brasil. A fábrica de alumínio metálico instalada em Saramenha, município de Ouro Preto, no início da década de 40, foi a primeira do gênero em toda América Latina. Presidiu da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, no período de 1939-1947. Como Secretário da CNI – Confederação Nacional da Indústria, participou efetivamente da criação do SENAI (1942) e do SESI (1946). Sob seu comando foi instalado o SENAI em Minas Gerais e a primeira Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte. Ocupou cargos de vereador (Nova Lima e Belo Horizonte), secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho no Governo Milton Campos (1941-1951), e se elegeu prefeito de Belo Horizonte (1951-1954).

princípio, e mais tarde de milhões de indivíduos aptos a desempenhar as suas funções de grandes obreiros da nacionalidade.⁶⁷²

Em mensagem direcionada aos formandos, Américo Renê Giannetti adotou a tônica de felicitação e engajamento, apontando-os como exemplo a serem seguidos:

A nossa intenção principal é a de trazer uma palavra de aplausos, de conforto e de encorajamento aos operários-alunos que ultimaram o curso de Leitura e Interpretação de Desenho; é de significar-lhes o nosso apreço pela dedicação e o aproveitamento demonstrados durante o período de aulas, quando a maioria revelou qualidades excepcionais de aptidão, inteligência e operosidade. Desejamos também apontá-los como exemplos a serem seguidos pelos que hão de vir a frequentar os cursos de aprendizagem técnica e profissional do SENAI.⁶⁷³

A construção da sede própria da “Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte” estava parcialmente concluída quando foi inaugurada em 16 de novembro de 1944. Este mesmo prédio, construído em local privilegiado naquela época – bairro Lagoinha – foi também a primeira sede do Departamento Regional do SENAI de Minas Gerais. Além dos espaços administrativos, das salas de aulas teóricas e das oficinas, o prédio possuía ainda quadra poliesportiva, onde os aprendizes se exercitavam nas aulas de educação física, e também refeitório, onde se alimentavam gratuitamente.

O parque industrial da cidade, na década de 1940, estava em plena expansão. Os ofícios ligados à indústria mecânica e da madeira foram identificados como os de maior necessidade de formação e especialização. Os primeiros Cursos de Aprendizagem instalados foram o de “Torneiro Mecânico”, “Ajustadores”, “Carpinteiros” e “Marceneiros”.

As dificuldades para aquisição rápida de equipamentos para as oficinas apresentaram-se como uma realidade. Mas o empenho de todos os envolvidos foi demonstrado, de modo particular, pelo presidente da FIEMG, Américo Renê Giannetti, que doou um *cubilot* para a Oficina de Fundição. Seguiram-se a instalação das oficinas de Construção Civil, Artes Gráficas, Alfaiataria, Oficina de Fiação e Mecânica de Autos.

A Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte tornou-se incubadora de tantos outros cursos oferecidos pelo SENAI, como é o caso das Unidades instaladas em Juiz de Fora, Nova Lima e Sabará no ano 1945.⁶⁷⁴ Com o crescimento da instituição, os cursos

⁶⁷² CENTRO DE MEMÓRIA DO SISTEMA FIEMG. SENAI. Discurso proferido na cerimônia de formatura da primeira turma do SENAI em Minas Gerais. Pasta Educação/Formatura. fl. 2. Datilografado.

⁶⁷³ CENTRO DE MEMÓRIA DO SISTEMA FIEMG. SENAI. Discurso proferido na cerimônia de formatura da primeira turma do SENAI em Minas Gerais. Pasta Educação/Formatura. fl. 3. Datilografado.

⁶⁷⁴ Reconhecidas atualmente como: Centro de Formação Profissional – José Fagundes Netto (Juiz de Fora); Centro de Formação Profissional – Afonso Greco (Nova Lima); Centro de Formação Profissional – Michel Michels (Sabará).

foram sendo direcionados às novas Unidades instaladas nas comunidades de maior concentração operária.

O pioneirismo no SENAI também se deu com a adoção de inovações nos métodos de ensino.⁶⁷⁵ As “Séries Metódicas” revolucionaram o ensino profissional, tornando-o dinâmico e eficiente e os Cursos Vocacionais, criados por determinação de Euvaldo Lodi⁶⁷⁶, preparavam os jovens para a escolha de um ofício. A educação física e os jogos esportivos integravam a educação profissional no intuito de promover o desenvolvimento integral do aluno.

Em 1958, como homenagem ao empresário que teve a sua vida intimamente ligada à criação e instalação do SENAI em Minas Gerais, a Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte passou a se chamar Escola SENAI Américo Renê Giannetti. Na década de 1970, recebeu o nome Centro de Formação Profissional – Américo Renê Giannetti.

Há 70 anos, esta Unidade capacita mão de obra para indústria mineira. Para comemorar o aniversário da primeira Escola SENAI do estado de Minas Gerais, reconhecidamente uma das primeiras em todo o Brasil, o Centro de Memória do Sistema FIEMG realizou, em seu acervo, pesquisa histórica para elaboração da exposição “Aqui nasceu o SENAI de Minas Gerais: um olhar histórico”, produzida em parceria com Galeria de Arte SESIMINAS no segundo semestre de 2014.

A exposição apresenta as primeiras ações do SENAI em Minas Gerais através de documentos oficiais e fotografias da época. A mostra foi realizada em decorrência das solenidades de comemoração dos 70 anos da Escola de Aprendizagem em Belo Horizonte. Na ocasião, recebeu a visita da atual diretoria do Sistema FIEMG e, em especial, dos membros do Conselho Regional do SENAI, alunos e funcionários da Unidade. Atualmente, segue para outros públicos, uma vez que a mesma conta com um calendário anual de itinerância. No primeiro semestre de 2015, já foi montada em quatro lugares distintos, a saber: na sede do Sistema FIEMG, localizada na Avenida Contorno em Belo Horizonte; no Centro de Excelência em Tecnologia e Manufatura – Maria Madalena

⁶⁷⁵ Cf. KALIL, Nagib L. *O SENAI e sua metodologia de ensino*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DRH, 1977.

⁶⁷⁶ Nasceu em Ouro Preto, no dia 9 de março de 1896. Filho de imigrantes italianos que em 1898 fixariam moradia em Belo Horizonte, formou-se engenheiro civil e de minas na Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto. Dedicou-se a construção de estradas e serviços de exploração de minas de ferro e de carvão. Instalou altos-fornos e dirigiu a Cia. Ferro Brasileiro e a Cia. Industrial de Ferro. Presidiu a Cia. Carbonífera Metropolitana, a Fábrica de Tecidos de Seda Santa Helena e a Rheem Metalúrgica. Na sua vida pública participou intensamente da organização de entidades sindicais representantes do patronato industrial. Elegeu-se deputado Constituinte (1933-34), se evidenciando como o relator das questões de ordem econômica e social. Suas atividades políticas se sucederam até seu falecimento, em 1956. Foi, entretanto, como presidente da Confederação Nacional da Indústria (1935-54) que pode influir, decisivamente, nos rumos da produção nacional, visando sempre à prosperidade do Brasil. Fundador do SENAI (1942) e do SESI (1946), Euvaldo Lodi sempre debatia “a necessidade de uma ampla cruzada em fazer o bem em favor das classes trabalhadoras”. A sua liderança no setor industrial foi homenageada com a indicação do seu nome para patrono da entidade criada pela Confederação Nacional da Indústria em 1969, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), destinado a promover a integração da indústria com a universidade.

Nogueira, escola SENAI em Betim; na Galeria de Arte SESIMINAS, localizada no Centro de Cultura Nansen Araujo, na ocasião da 13ª Semana Nacional de Museus; novamente na própria Unidade do bairro Lagoinha, em decorrência do 1º Encontro de Bibliotecários SESI/SENAI.

Resgatar e preservar a história institucional das entidades que compõem o Sistema FIEMG está dentre as atribuições do Centro de Memória do Sistema FIEMG. Inaugurado em 1995, esse braço da Gerência de Cultura do SESI conserva e disponibiliza acervo documental, iconográfico, audiovisual e objetos. O espaço valoriza o maior patrimônio do Sistema FIEMG: a história institucional da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (CIEMG), do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), do Instituto Estrada Real (IER) e dos Sindicatos Patronais – que buscam através de suas ações o desenvolvimento do setor industrial mineiro.

No caso do SENAI, dentre os documentos preservados destacam-se: relatórios anuais, material didático, fotografias, audiovisual, bibliografia especializada. O fundo também é composto por equipamentos, mobiliário e objetos comemorativos como: troféu, placas e medalhas. Aberto de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 17h30min, o Centro de Memória do Sistema FIEMG está disponível para pesquisa ao público interessado, dentre outros assuntos, no pioneirismo do SENAI na formação de mão de obra para o setor industrial e sua pedagogia de ensino.⁶⁷⁷

O SENAI atua em âmbito nacional através das Federações das Indústrias de cada estado. Com mais de setenta anos de tradição, o SENAI é reconhecido internacionalmente como o maior complexo de educação profissional da América Latina. Trata-se de polo de geração e disseminação de conhecimentos aplicados ao desenvolvimento da indústria do Brasil. Minas Gerais possui 94 escolas SENAI de ensino profissional e várias unidades móveis de treinamento. A atuação pode ser definida nos setores: 1) Educação Profissional, cujo objetivo é a formação de cidadãos qualificados para atuar de maneira autônoma, crítica, consciente e participativa, tanto no trabalho quanto na vida cotidiana. Seus cursos possibilitam ao aluno a construção personalizada de seu projeto educativo. Para isso, estrutura currículos com base em perfis profissionais que retratam as competências requeridas pelo mundo do trabalho e necessárias à eficácia dos processos produtivos na indústria. 2) Serviços Técnicos Tecnológicos, pois possui competência e estrutura para atender a todos os setores industriais de Minas Gerais. O SENAI possui unidades operacionais estrategicamente distribuídas no Estado que oferece serviços que visam solucionar problemas tecnológicos de forma a fortalecer a competitividade da indústria mineira. A multidisciplinaridade, a estrutura e a qualidade dos atendimentos são os diferenciais de mercado do SENAI no que se refere à prestação de serviço para indústria.

⁶⁷⁷ O Centro de Memória do Sistema FIEMG integra as dependências do Centro de Cultura Nansen Araujo. Fica localizado no seguinte endereço: Rua Álvares Maciel, número 59, bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte, MG. Telefone de contato: (31) 3241-7137.

O futebol como tema histórico na Educação de Jovens e Adultos

Laura Jamal Caixeta

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

laurajamalc@gmail.com

Gabryel Augusto Teófilo Batista Real

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

gabryelreal@gmail.com

Adair Rodrigues Amaral Junior

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

adair.ajr@hotmail.com

Meiriele Cruz

Licenciada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

meiriele.cruz@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo abordar o futebol como tema histórico na Educação de Jovens e Adultos a partir da contextualização e da problematização da trajetória desta prática esportiva no Brasil. As reflexões são orientadas pela relação estabelecida entre o futebol e os conceitos de identidade, trabalho e lazer, buscando favorecer a aproximação entre os contextos de popularização desse esporte no Brasil e a realidade dos alunos do Projeto de Ensino Fundamental – 2º Segmento do Centro Pedagógico da UFMG (PROEF2 – CP/UFMG). A escolha do futebol como tema

norteador de questões históricas mais amplas se deve ao fato dessa prática esportiva ser amplamente difundida no Brasil – visto que o futebol se tornou um elemento valorizado da cultura brasileira – e permitir a discussão de conteúdos próprios da História através de um tema que faz parte do cotidiano da maioria dos alunos.

PALAVRAS-CHAVES: História do Futebol, História temática, EJA.

Introdução

Este texto objetiva relatar a experiência pedagógica de estudo do tema “Futebol” para educandos da Educação de Jovens e Adultos por meio de um projeto de ensino envolvendo professores de História. Os estudantes envolvidos foram os educandos do Projeto de Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos – 2º segmento (PROEF-2). Tal projeto, que envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, funciona no turno noturno do Centro Pedagógico da UFMG e integra o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da mesma universidade.

O Projeto de estudo o Futebol como tema histórico foi planejado e desenvolvido por 4 monitores de graduação em História pela UFMG que atuam como professores no PROEF-2, sendo orientados pela professora do Centro Pedagógico que coordena a área de História do PROEF-2.

Esse projeto se iniciou em junho de 2014 e foi concluído em dezembro do mesmo ano. Seu desenvolvimento possibilitou a problematização do tema Futebol sob diferentes perspectivas, objetivando desnaturalizar a disseminação dessa prática esportiva no Brasil.

Na organização curricular do PROEF-2 está previsto que cada ano do curso do 2º segmento do Ensino Fundamental desenvolva projetos de ensino relacionados a determinadas temáticas: as turmas iniciantes trabalham com o tema “Identidade”, as de continuidade trabalham com o tema “Sociedade e consumo” e as turmas concluintes trabalham com o tema “Vidas Urbanas”. Buscando atender a esses temas gerais, a equipe de História optou por trabalhar o tema Futebol relacionando-o com esses temas mais gerais.⁶⁷⁸

Partindo do princípio que a trajetória do futebol no Brasil constitui um patrimônio coletivo dos brasileiros ao longo dos anos, o futebol deixou de ser uma prática esportiva destinada ao entretenimento, ao lazer, e transformou-se em algo que identifica o país, que incentiva a coesão nacional, o nacionalismo. Embora não seja uma invenção brasileira, tal prática esportiva encontrou em solo tupiniquim um ambiente frutífero para desenvolver-se.

⁶⁷⁸ As turmas Iniciantes se referem ao 6º ano do ensino fundamental, as turmas de Continuidade ao 7º ano e as turmas Concluintes ao 8º e 9º ano do Ensino fundamental.

Disseminou-se pelas cidades, seduziu e seduz milhares de jovens e adultos ao ponto de nosso país ter recebido a alcunha de “o país do futebol”, a casa de tal esporte.⁶⁷⁹

Um dos brinquedos favoritos dos brasileiros é a bola. Os campos de futebol estão espalhados pelo país. Esse esporte tornou-se tanto um dos passatempos mais difundidos no cotidiano dos brasileiros como também um meio de ascensão social, um campo profissional valorizado social e economicamente.⁶⁸⁰

Entretanto, o processo de difusão dessa prática esportiva no país foi apropriado e incentivado por diversos grupos sociais e principalmente por grupos políticos. Tais grupos perceberam que o futebol e o apelo que essa prática tinha com os brasileiros poderiam ser utilizados como meio de difusão de ideais para a sociedade. Melhor dizendo, a difusão do futebol não foi uma prática espontânea, neutra. O Brasil se tornou o país do futebol por meio da ação de grupos políticos que utilizaram essa prática esportiva como projeto político. Esses propósitos políticos e econômicos embutidos no esporte nem sempre são percebidos pela sociedade brasileira.

Por tudo o exposto, a ligação entre futebol e História vai muito além de se estudar apenas a trajetória da adoção desse esporte no país. Ao utilizar essa prática esportiva e sua trajetória como tema histórico, poder-se-ia compreender os contextos nos quais ocorreram a difusão desse esporte e também os interesses que motivaram e motivam a valorização do futebol, sem perder de vista as transformações que ocorreram na sociedade ao longo desse período e que influíram nessa prática esportiva.

Portanto, esse projeto teve por objetivo utilizar o futebol e sua trajetória como temas da História. Para tanto, investigou-se a trajetória do futebol através da comparação e relação da mesma com três conceitos, os quais são: Identidade, trabalho e lazer. Por entendermos que o Futebol além de integrar a cultura brasileira é uma opção de lazer, de trabalho e um elemento de coesão nacional.

Nosso principal referencial teórico foram as obras de Eric Hobsbawm dentre as quais destacamos: *A invenção das Tradições*, 1984⁶⁸¹, escrita em colaboração com Terence Ranger; *A Era dos Extremos*; e *Nações e nacionalismo*. No decorrer de tais textos, Hobsbawm identificou o futebol como uma entre muitas formas de expressão e símbolo da

⁶⁷⁹ A referência central para a discussão da popularização do Futebol no Brasil foi FRANZINI, Fábio. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&M Editora, 2003.

⁶⁸⁰ Para discutir o processo de popularização e difusão do futebol no Brasil e em Belo Horizonte utilizamos: RIBEIRO, Raphael Rajão. *A Bola em Meio a Ruas Alinhadas e uma Poeira Infernal: Os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007 (Dissertação, Mestrado em História); SILVA, Eliazar João da. *De esporte das Elites ao esporte popular: a trajetória do Futebol no Brasil*.

⁶⁸¹ HOBBSAWM, Eric. Introdução. In.: HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro, PAZ e Terra, 1984, p-23.

nacionalidade, e também um modo de coesão necessário à nação moderna. Hobsbawm analisou o surgimento dos Esportes Modernos (dentre os quais o futebol) na segunda metade do século XIX em sintonia à consolidação do Estado-Nação da era moderna. Esse processo aconteceu também na sociedade brasileira, dentro da qual o futebol foi incentivado e valorizado em função do seu potencial agregador e patriótico, ou seja, foi incorporado a cultura popular brasileira em nome da integração social.

Utilizamos também a proposta de Bezerra (2004)⁶⁸² de se trabalhar o futebol em sala de aula, principalmente nas aulas de História, com conceitos básicos, mas sempre os contextualizando e buscando aproximá-los da realidade dos alunos. Seguindo tal proposta utilizamos os conceitos de identidade, trabalho e lazer para discutir o processo de “tradicionalização” do futebol na sociedade brasileira.

A partir dessa premissa, ao debatermos com os alunos as relações estabelecidas entre o futebol e identidade nacional, procuramos refletir que no Brasil o futebol se tornou esporte nacional não apenas por ser o mais praticado, mas principalmente porque durante as Copas do Mundo um conjunto de representações sobre a nação e o povo brasileiro se legitimam a partir do futebol. O futebol foi apropriado por diferentes governos como o intuito de se construir a identidade nacional, com a intenção de estreitar as relações entre elite e massa da população. Para isso, cria-se e se organiza uma cultura popular para promover a tão sonhada integração social. O futebol foi uma grande ferramenta para a promoção dessa interação.

Para o conceito de trabalho utilizamos a definição adotada por Hegel na filosofia do Direito, segundo o qual o trabalho além do componente econômico, também é formador da consciência, pois media as relações entre os indivíduos membros da sociedade civil, uma vez que, a fim de satisfazer as carências, cada indivíduo precisa se relacionar com outros indivíduos, seja comprando algum produto, seja pagando por um serviço, ou ainda recebendo por serviços prestados ou produtos feitos por ele. Para tanto, o trabalho, pertencente à esfera da sociedade civil, além de satisfazer as carências de cada indivíduo, o prepara para o Estado, na medida em que o faz pensar a sua relação com os outros na sociedade de forma universal.

E para o conceito de lazer utilizamos a definição adotada por Gomes (2014)⁶⁸³, segundo a qual o lazer é uma prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas e que nas sociedades contemporâneas deve ser entendido como atividades necessárias para a sobrevivência do homem. No Brasil, é um direito constitucional e não se limita, portanto, ao descanso da jornada de trabalho.

⁶⁸² BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In.: KARNAL, Leonardo (org), História na sala de aula: práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

⁶⁸³ GOMES, Christianne Luce. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. In.: Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan/ abr.2014.

A partir da definição de tais conceitos elencamos os conteúdos que seriam trabalhados em cada nível de ensino, os quais foram:

As turmas de iniciantes – 6º ano do ensino fundamental – Futebol e Identidade

- O incentivo dado ao futebol durante o Governo Vargas – processo de massificação do esporte

- O Estado Novo e o Ideal de construção do Homem Novo.

- Futebol como veículo de promoção da integração social.

Nas turmas de continuidade – 7º ano do ensino fundamental – Futebol Trabalho e Consumo

- Futebol amador X profissionalização do esporte – ressaltando o contexto de regulamentação da profissão de jogador de futebol e da CLT.

Com as turmas de concluintes – (8º e o 9º ano do ensino fundamental) – Futebol e lazer

- O processo de inserção e popularização do futebol no Brasil

- Os diversos praticantes e os espaços destinados ao esporte na cidade de Belo Horizonte.

Resultados: A produção do Almanaque sobre a história do futebol

A escolha pela confecção do Almanaque surgiu de demandas pedagógicas de naturezas distintas. O Almanaque serviu para materializar, a partir da produção dos alunos, os conceitos trabalhados e coletivamente construídos em sala de aula sobre os temas "Identidade"; "Sociedade, Trabalho e Consumo", e "Lazer". Por se tratar de um objeto múltiplo, foi possível também trabalhar com os alunos diferentes gêneros textuais, auxiliando ainda os alunos no desenvolvimento de seu letramento, objetivo tão caro ao público EJA. Ainda enumerando as vantagens da construção do Almanaque, são notórios ainda os benefícios de o aluno olhar para o Almanaque, o produto final, e enxergar uma realização intelectual, dentro da lógica da autoria. A quase totalidade do Almanaque foi escrita pelos alunos e alunas, cabendo aos professores e professoras a seleção, revisão, compilação e edição dos itens produzidos.

O Almanaque organizado da seguinte forma:

Almanaque Histórico do Futebol

- 1 - Texto introdutório - Apresentação - Sumário.
- 2 - História do Futebol no Brasil.

Dividida em 3 partes compostas por seções.

As partes foram:

- 1 - Futebol e Identidade

2- Futebol trabalho e consumo

3- Futebol e Lazer

Para cada parte, foram elaboradas seis seções intituladas:

- 1) Baú do Futebol - parte histórica
- 2) Você Sabia - Curiosidades
- 4) Advinha quem é - Biografias (Craques brasileiros do passado e do presente).
- 5) Jogos
- 6) Opinião

Os professores do PROEF- II do Centro Pedagógico da UFMG cumprem, para o acompanhamento de seu trabalho, a realização de um caderno de turma, onde é relatado o andamento das aulas. Estes relatórios são um importante documento para reflexão quando à nossa prática docente e para compartilhar experiências entre os professores. Aqui, seguem trechos dos cadernos de turma que ilustram a nossa prática dentro do projeto do futebol como tema histórico. Os trechos a seguir correspondem a duas aulas de uma turma de “Iniciantes”:

Aula 44ª aula – 29/10/2014

Conteúdo: almanaque do futebol e opinião

Tema: almanaque do futebol

Objetivo: explicar aos alunos o que é um almanaque, do que ele é constituído e qual o seu objetivo. Explicar como faríamos o nosso almanaque e quais as seções com as quais contaria. Posteriormente demos início a uma das seções.

Procedimentos e materiais: levei alguns almanaques para mostrar aos alunos.

Resultado obtido: ao início da aula expliquei aos alunos o que era um almanaque, o que podemos encontrar nele e qual era a sua função. Depois expliquei como seria o almanaque do futebol a ser produzido por nós. Anotei no quadro as seções com as quais ele contaria. Sendo elas: “Baú do Futebol”; “Advinha quem é”; “Você sabia?”; “Jogos”; “Opinião”. Posteriormente solicitei aos alunos que fizessem a última seção, “Opinião”, escrevendo um texto com no mínimo cinco linhas retratando quais eram as suas opiniões a respeito do futebol, podendo também narrar uma experiência pessoal com o esporte. Este momento foi interessante, pois os alunos compartilharam suas experiências e opiniões antes de coloca-las no papel. Apesar dos contrastes eles souberam respeitar a opinião do outro”

45ª aula – 03/11/2014

Conteúdo: Baú do Futebol

Tema: almanaque do futebol

Objetivo: trabalhar a composição das seleções de 1930 e 1938 para compreender a mudanças ocorridas socialmente a partir do início do governo de Getúlio Vargas. Entender como a profissionalização do esporte permitiu uma maior inclusão. Pensar na trajetória do futebol e na sua popularização ao longo dos anos.

Procedimentos e materiais: foi utilizado o “data show” para a exibição (anexo 13) da lista de convocados para compor a seleção das copas de 1930 e 1938; de imagens das equipes; e de um carômetro dos jogadores. Além disso, foram entregues duas folhas (anexo 14) com pequenos textos falando a respeito das copas em questão e da composição do selecionado brasileiro.

Resultado obtido: primeiramente os alunos observaram uma foto da seleção de 1930 e concluíram que ela tinha um caráter elitista e branco. Depois partimos para a leitura do quadro com a relação dos jogadores. Os alunos constataram, com certa estranheza, uma tendência, todos os jogadores eram cariocas. Para clarear as observações e conclusões expliquei o porquê da totalidade de jogadores cariocas e posteriormente lemos dois textos a respeito da seleção de 1930. Ao longo da aula foram realizadas anotações no quadro. (Caderno das turmas 78 e 79).⁶⁸⁴

Conclusões

Por tudo o exposto, O futebol, assim como outros esportes, está entre algumas das principais atividades de lazer do brasileiro, se não como prática, ou trabalho, ao menos como consumo dos seus espetáculos.

Entretanto, ao considerar o futebol como elemento da cultura brasileira, não podemos esquecer do processo histórico e social de inserção e difusão dessa prática esportiva em nossa cultura. Devemos também considerar que nem sempre o futebol fez parte da vida dos brasileiros e que no processo de valorização e de legitimação dessa prática esportiva como elemento da nossa cultura, foi travada uma intensa luta simbólica que culminou na valorização social do futebol.

A experiência adquirida no desenvolvimento do projeto permitiu que o processo de formação do educando, principalmente se considerarmos o avanço de novas perspectivas educacionais, requer muito mais do que a abordagem disciplinar de conteúdos escolares. Formar, ao contrário do sentido que a própria palavra poderia induzir, é libertar a pessoa que está sendo educada para que ela consiga, de forma autônoma. Aprender. Aprender ultrapassa a sala de aula, assim é imprescindível que o aluno saiba interpretar criticamente o mundo.

⁶⁸⁴ Trechos registrados nos cadernos das turmas 78 e 79. Nos cadernos de turma foram registradas todas as ações desenvolvidas pelo projeto.

O processo de escolha do livro didático de História: o ponto de vista dos professores⁶⁸⁵

Paula Ricelle de Oliveira

Mestranda em Estudos de Linguagens
CEFET/MG
pesquisaldcefet@gmail.com

RESUMO: Esta pesquisa consiste na apresentação dos resultados preliminares da pesquisa “Processo de escolha do livro didático de História numa perspectiva discursiva” no âmbito do mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET/MG. Assim sendo, buscamos descrever, discutir e refletir sobre o processo de escolha dos livros didáticos de História nas escolas públicas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, a partir do ponto de vista dos professores, e organizado e desenvolvido no âmbito do PNLD/2014 (Ensino Fundamental) e/ou PNLD/2015 (Ensino Médio). Para tanto, utilizamos questionários disponibilizados on-line – elaborados e distribuídos pela ferramenta “formulários” do Google Docs – para a realização da coleta de dados. Os resultados apontam que os processos de escolha dos livros estão sendo impulsionados muito mais por ações desenvolvidas pelas editoras do que pela própria escola. É recorrente a insatisfação, dos professores, quanto à distribuição dos livros não obedecer à prioridade da sua escolha, recebendo obras que não consta nem na sua segunda opção.

PALAVRAS-CHAVES: livro didático, Processo de escolha do livro didático, Professor de História.

Introdução

O livro didático hoje representa um importante objeto de trabalho e estudo de muitos pesquisadores, professores e alunos, sendo um dos motivos o fácil acesso há esse material, viabilizado pelo PNLD (Programa Nacional do Livro didático). Também representa a principal fonte de lucro de muitas editoras (SILVA, 2014)⁶⁸⁶. Chartie e Roche (1995)⁶⁸⁷ afirmam: “Objeto de inesgotável riqueza, o livro exerce há muito sua fascinação” (p. 111).

A escolha pelo livro didático como objeto dessa pesquisa se dá pela proporção que ocupa esse material na educação escolar, em muitos casos, o único livro que o aluno vai ter

⁶⁸⁵A pesquisa que deu origem a este artigo recebe financiamento da CAPES sob a orientação do Prof. Dr. Renato Caixeta da Silva, e encontra-se vinculado ao Grupo de Pesquisa em Materiais e Recursos Didáticos do CEFET/MG.

⁶⁸⁶SILVA, Isaíde Bandeira da. *O livro didático de História no cotidiano escolar*. Curitiba: Appris, 2014.

⁶⁸⁷CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspective. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.) *Fazer História: novos objetos*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

contato em toda sua vida (CASSIANO, 2013)⁶⁸⁸, ou, é o único livro de leitura obrigatória em nossa cultura (DIJK, 2012)⁶⁸⁹. Também é o principal material de trabalho utilizado pelos professores e alunos no processo educativo (COSTA, 1999)⁶⁹⁰. Sendo assim, destaco o fato de que esse material se insere no conjunto das práticas escolares mediado pelas opções feitas pelo professor.

Pensando na importância que o livro didático ocupa na educação e, sendo direito do professor a escolha desse material que será utilizado em suas práticas docentes (BRASIL, 2008), esse trabalho busca descrever e refletir sobre os primeiros dados levantados relativos ao processo de escolha dos livros didáticos nas escolas públicas a partir do ponto de vista dos docentes, e organizado e desenvolvido no âmbito do PNLD/2014 (Ensino Fundamental) e/ou PNLD/2015 (Ensino Médio).

Este artigo expõe reflexões preliminares da primeira fase da pesquisa “Processo de escolha do livro didático de História numa perspectiva discursiva” no âmbito do mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET/MG, que busca compreender o discurso do docente de História de modo a entender o processo de seleção dos livros didáticos desta disciplina.

A preocupação com o livro didático dentro das políticas públicas do Estado Brasileiro, foi instituída no Estado Novo, pelo Ministério da Educação em 1938 com a criação do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 dezembro, por meio do qual foi criado a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Os membros da comissão eram designados diretamente pelo Presidente da República e tinham por objetivo dispor sobre as condições de produção, importação e utilização do livro, sendo assim, os docentes realizavam as escolhas dos livros didáticos a partir de uma lista pré-determinada pela CNLD.

Segundo Freitag, Costa e Motta (1989)⁶⁹¹ as escolhas dos livros didáticos eram predeterminadas, sobrando pouco espaço para o professor, visto que, quem realmente determinava o livro a ser circulado nas escolas era o Estado, objetivando assegurar seus

⁶⁸⁸CASSIANO, Célia Cristina de Figueredo. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Unesp, 2013.

⁶⁸⁹DIJK, Teun A. van. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2012.

⁶⁹⁰COSTA, Ângela Maria Soares da. *Prática Pedagógica: O Uso do Livro Didático no Ensino de História*. III Encontro – Perspectivas do Ensino de História – *Aos Quatro Ventos*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

⁶⁹¹FREITAG, Bárbara *et al.* *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez; 1989.

interesses próprios e controlar os saberes a serem difundidos nas escolas brasileiras. A regulamentação da seleção do livro didático a ser feita diretamente pelo professor, acrescentam os autores, era vista como uma “democracia falsa”, que considerava o professor um profissional “despreparado, sobrecarregado, desmotivado, e coagido pelos vendedores das editoras” (FREITAG, COSTA e MOTTA, 1989 p, 49).

Com a criação do Programa Nacional do Livro didático (PNLD), em 1985, por meio do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto, instituiu que a escolha do livro didático passaria a ser feita diretamente pelo professor. Contudo, esse ponto continuou a ser uma questão de estrangulamento do PNLD. Só após 1995 a escolha feita pelo professor passou a ter mais atenção, pois foram implantadas políticas públicas para gerir os livros solicitados e recebidos pelas escolas (CASSIANO, 2013).

Também foram criadas medidas para orientar as seleções feitas pelos professores, o que não garante que o livro escolhido pelo docente seja o mesmo enviado pelo governo, tendo em vista que esse problema tem uma série de variáveis, dentre elas a dinâmica das diferentes gestões escolares e a grande rotatividade dos docentes nas redes públicas brasileiras em virtude do elevadíssimo número de contratos precários de trabalho, entre outras variáveis (CASSIANO, 2013).

As formas de seleção dos livros didáticos passaram por transformações ao longo dos últimos anos, na tentativa de dar ao professor maior autonomia na escolha do material a ser usado em suas práticas docentes (TAGLIANI, 2009) ⁶⁹². É um processo longo e lento, confrontando interesses divergentes, editoras interessadas nas cifras estratosféricas despendidas pelo governo e, por outro lado, professores, muitas das vezes, com formação limitada para participar do processo de seleção, tarefa essa que exige do professor determinados saberes, competências e habilidades que poucos têm recebido da esfera governamental ⁶⁹³.

O PNLD visa prover materiais didáticos de qualidade, disponíveis para subsidiar o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem nas escolas, e estes são desenvolvidos com o intuito de garantir um direito do cidadão presente a partir da

⁶⁹²TAGLIANI, Dulce Cassol. O processo de escolha do livro didático de língua portuguesa. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 9, n. 2, p. 303-320, maio/ago. 2009.

⁶⁹³De acordo com [Portaria Normativa MEC nº 7, de 5 de abril de 2007](#) constituem-se obrigações do MEC e do FNDE promover e apoiar ações voltadas para a formação docente com vistas à escolha e ao uso do livro nas escolas.

Constituição de 1988, a saber: “VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Art. 208) ⁶⁹⁴.

Dentre os aspectos que eleva a importância dos estudos sobre o PNLD, consideramos pertinente apontar a dimensão que assume esse Programa no cenário nacional, tornando o governo brasileiro, o maior consumidor de livros do país (EARP e KORNIS, 2005) ⁶⁹⁵. O PNLD é uma política pública que centraliza, no governo federal, o planejamento, a avaliação, a compra e a distribuição gratuita dos livros para os educandos da rede pública de ensino (CASSIANO, 2007).

É de fundamental importância entender o processo de escolha dos livros didáticos por vários motivos, principalmente pelas cifras estratosféricas despendidas pelo PNLD. Em 2014, o governo federal investiu R\$1.212.945.073.00 na aquisição e distribuição integral de livros aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), na complementação do PNLD/2013 para estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e para os discentes do Ensino Médio. Ao todo, foram adquiridos 137.858.058 livros para atender a 116.824 alunos ⁶⁹⁶.

É nesse universo amplo de preocupações sobre os dispêndios com o PNLD que esse trabalho se insere. O recorte que privilegiei para a investigação é descrever como os professores de História realizam suas ações no momento em que escolhem o livro didático, que será adquirido com verbas públicas e utilizado no interstício de três anos em suas práticas educacionais.

Dentre as pesquisas que investigam o assunto Belmar, Lima e Perrelli (2013) ⁶⁹⁷ publicaram um artigo referente às pesquisas acadêmicas realizadas no Brasil a respeito da

⁶⁹⁴BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998

⁶⁹⁵A pesquisa de Earp e Kornis (2005) considera o governo brasileiro como o terceiro maior comprador do mundo, sendo a China e Estados Unidos os primeiros em relação à compra institucional. De acordo com o ano analisado, o Brasil pode ser o maior comprador quando se pensa em distribuição. Contudo os autores reconhecem que sua pesquisa não considerou grandes mercados como a Índia e a Indonésia. EARP, Fabio Sá; KORNIS, George. *A economia da cadeia produtiva de livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

⁶⁹⁶Captado em < <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos/> Acesso em 10 dez. 2014.

⁶⁹⁷BELMAR, CÉSAR Cristiano; PERRELLI, Maria Aparecida de Souza; LIMA, Adriana Araújo de. A escolha e o uso do livro didático pelos professores das áreas de Ciências Naturais e Matemática: as pesquisas que abordam essa temática. *Série-Estudos* - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n. 35, p. 241-261, jan./jun. 2013.

seleção e do uso do livro didático pelos professores das áreas de Ciências Naturais (Ciências, Biologia, Física e Química) e Matemática. Dos 20 trabalhos levantados pelos autores, 08 abordam a seleção do livro didático por professores, sendo 01 de biologia (MIRANDA, 2009); 02 de ciências (SGNAULIN, 2012; TOLENTINO-NETO, 2003), 02 de Física (SANTOS, 2006; ZAMBON, 2012) e 03 de matemática (SILVA-JUNIOR, 2005; FREITAS, 2010; BIEHL, 2010).

Ao realizar um levantamento bibliográfico, em 2015, quanto à disciplina de História, um dos poucos estudos, aqui identificado, destaca-se a publicação de Isaíde Bandeira da Silva (2014) *O livro didático de História no cotidiano escolar*. Seu objetivo foi identificar e analisar o processo de escolha do livro didático no Estado do Ceará, no município de Fortaleza e Quixadá, relacionando-o com seu uso no cotidiano escolar. Como campo de pesquisa, Silva (2014) analisou 4 escolas públicas e em cada uma delas, uma turma de 6º ano. Como parte do procedimento metodológico, realizou entrevistas, aplicou questionários e observou as aulas de História durante todo ano letivo de 2008 e finalizou esse trabalho com uma “roda de conversa” com os alunos.

A pesquisadora mostra que as escolhas dos livros didáticos nas escolas públicas do município de Quixadá são unificadas, isso acontece tanto por uma necessidade de favorecer a distribuição a todos os alunos da rede municipal, já que os livros vêm de acordo o censo escolar do ano anterior, como também, para garantir a vinda da primeira opção da coleção didática que foi feita, além do “respeito” a tradição no município com relação à escolha do livro didático.

Silva (2014) aponta também, que os guias não chegam a tempo hábil nas escolas; alguns professores entendem que a garantia de acesso ao livro didático nas escolas públicas é um “favor” do governo para com os alunos; alguns gestores públicos e alguns professores desconheciam o processo de escolha do livro didático; nem todas as escolas tiveram suas demandas atendidas; a escolha unificada do livro didático traz problemas da adequação à realidade educacional de cada escola.

Discutir o processo de escolha do livro didático se torna pertinente na medida em que se insere em um contexto educacional de política de promoção e distribuição gratuita desses materiais pelo governo e por políticas que visam prover a democratização do acesso e permanência das classes populares nas escolas. Ao escolher um livro didático, o professor

deve considerar as propostas definidas pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola e certificar-se que sua escolha atenda à demanda da sua ação pedagógica, da comunidade escolar e do seu público. Não é objetivo deste trabalho homogeneizar e/ou julgar o discurso do professor no processo de escolha do livro didático, mas sim buscar entendê-lo dentro do contexto específico.

O mosaico da pesquisa

Estarão em foco à discussão de dados a respeito do processo de escolha do livro didático de História no âmbito do PNLD/2014 e/ou PNLD/2015 do ponto de vista dos professores. Como esses profissionais realizam suas ações para a escolha desse material.

Para debater essa questão, utilizaremos como fonte de informação *sujeitos*, professores de História, que lecionam no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, que atuam dentro do território de Belo Horizonte e Região Metropolitana, abrangendo as redes públicas de ensino Municipal, Estadual e Federal. Como instrumento para coleta de informações desses sujeitos, foram utilizados questionários. Para consecução desse trabalho foi desenvolvido um questionário a partir da ferramenta “Formulários” disponível no *Google Docs*. Esse instrumento, disponível no domínio google.com permite a elaboração, distribuição, coleta e registro das respostas, de maneira descritiva e em gráficos ⁶⁹⁸. O questionário foi estruturado em duas partes: a primeira contempla a caracterização do docente, com questões sobre formação e atuação dos professores; a segunda parte, composta de questões abertas, com foco no processo de seleção do livro didático.

Como já foi dito, esse artigo faz parte dos primeiros resultados parciais oriundos da pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora. Assim sendo, os questionários analisados fazem parte do teste piloto, aplicados e coletados nos meses de novembro e dezembro de 2014. Foram coletados e consolidados dados de 10 professores respondentes, dentro de um universo de 10 questionários distribuídos.

⁶⁹⁸Sobre o uso de questionário online como recurso na construção e utilização de instrumentos de coletas de dados em pesquisas acadêmicas recomendo a pesquisa de CESAR, Deborah Adriana Tonini Martin. O uso dos questionários online como apoio para as pesquisas acadêmicas discentes no Ensino Superior. Captado em: <<http://pt.scribd.com/doc/106186074/O-uso-dos-questionarios-online-como-apoio-para-as-pesquisas-academicas-discentes-no-Ensino-Superior-Deborah-A-T-Martini-Cesar>>. Acesso em: 01 de setembro de 2014.

A análise dos dados coletados se pautará sob a técnica da *Categorização Temática* (GIBBS, 2009) ⁶⁹⁹ que busca examinar as várias abordagens e as questões práticas relacionadas ao entendimento dos dados qualitativos.

De acordo com o autor, a codificação/categorização é uma forma de indexar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação ao conteúdo estudado. Dessa forma, o processo de codificação envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens do texto que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e/ou descritiva. Nesse sentido, a todo recorte de texto que se refere a um conteúdo semelhante ou exemplifica algo de igual sentido é atribuído o mesmo código.

O olhar do professor: algumas aproximações

Primeiramente, busco compreender como iniciou a mobilização nas escolas para a escolha do livro didático no âmbito do PNLD/2014 e/ou PNLD/2015. Após a elaboração da coleta de dados, percebemos que o fator que impulsiona o processo de escolha é o envio de obras didáticas por parte das editoras. Isso pode ser constatado no início do depoimento de alguns professores. Segue algumas das ocorrências: “Os livros chegaram na escola, de forma não muito organizada”. (Prof. 01); “Foi feita pelos professores uma análise dos livros enviados pelas editoras...” (Prof. 02); “Geralmente a escola avisa para os professores que os livros estão a disposição para serem analisados. [...]” (Prof. 06); “Chegaram vários livros de várias editoras ao mesmo tempo e em cima da hora da escolha”. (Prof. 08).

O envio de obras para os professores consiste em uma prática comum, os editores se apóiam no fato de que os docentes baseiam suas escolhas na análise das obras disponíveis nas escolas, por isso investem recursos expressivos num montante de livros gratuitos enviados aos docentes. Estima-se que mais de 10% dos livros didáticos publicados são doados a professores enquanto divulgação (EARP, 2005).

Não custa lembrar que essa ação é legalizada pela publicação da Portaria Normativa nº 7, de 2007, que dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do Livro, o envio de obras para análise dos professores, catálogos, folders e outros materiais, exclusivamente por remessa postal, é liberada.

⁶⁹⁹GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Contudo, essa mesma Portaria proibiu a divulgação dos livros diretamente nas escolas, assim como eventos ou palestras dentro destes locais públicos e/ou o oferecimento de brindes durante o processo de escolha do livro didático ⁷⁰⁰. Contudo, essa prática é realizada nas escolas, conforme evidencia a afirmação do prof. 03: “Um mês antes do dia específico da escolha do livro, os professores receberam, na escola, a visita de representantes de algumas editoras, e uma lista de sites para que pudéssemos avaliar o material a ser escolhido”. Prof. 03

Os altos investimentos das editoras na divulgação de exemplares influenciam diretamente na escolha do professor. Soares (2007) ⁷⁰¹ discutiu sobre a eficiência do governo na compra de livros didáticos e observou que: “[...] a concentração das compras não é uma consequência da concentração da oferta, tampouco da melhor qualidade de algumas obras, e sugere que a concentração das compras decorre dos gastos elevados das editoras com divulgação”. (SOARES, 2007 p. 32).

Corroborando com essa idéia, essa pesquisa constata essa afirmação com a fala emblemática do Prof. 04: “[a escolha do livro didático] Prestigiando quase sempre as editoras maiores e com histórico de fornecimento de livros para escola.” (Prof. 04).

Após essa percepção, busco entender como os professores de História desenvolvem ações para a escolha do livro, em geral os professores organizam pelo menos um encontro para discutir a escolha do livro, seja com todo corpo docente ou separado por disciplina. Contudo, podemos depreender que os dados preliminares da pesquisa, apontam que nem sempre os professores tiveram voz ativa. Houve casos em que coube a Secretaria da Educação a determinação do livro a ser adotado. Em outro momento, o professor participa do processo com livros pré-estabelecidos. Como nos exemplos a seguir retirados dos questionários respondidos: “Pelo que foi nos três últimos anos, a opinião do professor não teve nenhuma relevância. Por questões contratuais, o livro já estava escolhido”. (Prof. 02).

⁷⁰⁰Cabe aos dirigentes e professores denunciar essas violações pelo número 0800616161 ou pelo portal no espaço reservado ao processo de escolha. Também não é permitido às escolas aceitar vantagens oferecidas pelos editores e seus representantes (BRASIL, 2014).

⁷⁰¹SOARES, Ricardo Pereira. *Compras governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo*. Brasília. IPEA, 2007. Captado em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4546>. Acesso em nov. 2014.

[...] todos os professores da rede foram convocados a participarem da escolha do livro, em um local escolhido pela secretaria de educação. Lá fomos divididos por área de conhecimento. **Os livros a serem escolhidos estavam disponíveis para uma possível análise.** (Prof 03. Grifo nosso).

Veem-se ainda outro exemplo de professores que foram silenciados pela sua situação funcional, pois: “Como designado, não tive uma voz muito ativa, pois, os outros professores como efetivos e efetivados tiveram prioridade diante da execução no próximo ano, já que o contrato se encerraria no final do ano letivo”. (Prof. 01).

Outra inquietação presente nos dizeres dos professores é em relação ao tempo disponível para a realização da análise e escolha do material, seja pelo próprio período estabelecido pelo PNLD ou mesmo por falta de planejamento da escola. Com o tempo ínfimo a escolha do livro ocorre com atropelos.

Também é recorrente nos dizeres dos docentes a insatisfação quanto à distribuição dos livros não obedecer à prioridade da sua escolha, recebendo obras que não consta nem na sua segunda opção. Resultando em uma insatisfação por parte desses profissionais quanto ao processo de escolha dos livros didáticos e conseqüentemente na desmotivação dos professores. Segue a ocorrência: “[...] não é decisiva a participação dos professores, Já que nenhum dos livros selecionados foram enviados pelo Estado. **Os professores se sentiram enganados pelo processo**”. (Prof. 09. Grifo nosso)

O PNLD insere o professor no seu processo da democratização na distribuição gratuita de livros didáticos. Esse reconhecimento à capacidade de participação na avaliação do livro didático de História a ser adotado no ensino público brasileiro pelo corpo docente se apresenta como um marco de respeito à autonomia intelectual e pedagógica desses profissionais. Como garante a Resolução nº 3, de 11 de janeiro de 2008: “CONSIDERANDO ser o livro didático um direito constitucional do educando, e ainda a importância da participação do professor no processo de escolha dos livros, em função do conhecimento da realidade do aluno e da escola”. (Brasil, 2008).

Contudo, se o a escolha do professor é escamoteada, na prática o que esta acontecendo é um silenciamento da ação docente. Entretanto é oportuno destacar que o processo de escolha do livro didático sofre uma série de variáveis, entre elas a negociação do governo com as editoras, problema previsto em lei que garante ao Estado, em caso de

não acordo entre as partes em relação ao preço, deixar de adquirir a primeira opção feita pelo professorado, ou mesmo adotar a opção mais escolhida em atenção ao princípio da economicidade (BRASIL, 2012).

Dessa forma os professores, nesse contexto, precisam utilizar o livro didático recebido de forma a reinventá-lo criativamente, ou exercer o seu direito de simplesmente recusar a utilizá-los, como mostra a pesquisa de Cassiano (2013).

Fato é que ao fazer sua escolha, o docente tem que ter uma visão crítica do contexto sócio-cultural em que insere seu público alvo, e a clareza de como e para quê este livro foi adotado. Não permitir que um material defina suas estratégias educacionais, e sim formular meios para superar possíveis limitações do livro didático.

Por último, é possível perceber que mesmo diante das adversidades vivenciadas nesse momento, sobretudo aquelas advindas da realidade desses profissionais, muitos professores reconhecem a importância do processo de escolha desse material que será utilizado no horizonte de três anos, bem como o reconhecimento cabível a sua prática docente:

É importante a participação do professor. Ele é a linha de frente, o contato com o aluno. Portanto, ele é quem pode saber sobre a realidade do público que vai usar determinado livro e, assim, tentar aproximar um pouco a situação do aluno com os conteúdos do livro a ser adotado. (Prof. 02).

Eu, enquanto profissional, compreendendo a importância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, avaliei da melhor forma possível a estrutura do livro, a linha de trabalho, os conteúdos, as atividades, o trato com as imagens, o diálogo com o tempo presente etc... (Prof. 03).

Algumas conclusões

A proposta inicial desse trabalho de descrever e problematizar os primeiros dados relativos ao processo de escolha dos livros didáticos nas escolas públicas, a partir do ponto de vista dos docentes no âmbito do PNLD/2014 e/ou PNLD/2015, parece configura-se como sustentada, pelo menos nesse primeiro momento da pesquisa.

De acordo com o disposto nesse trabalho podemos depreender o peso que as editoras tiveram no processo de escolha do livro no contexto investigado, ao limite das editoras atuarem de forma ilícita na escolha do professor.

Ressalto que não basta apenas proibir a divulgação de obras nas escolas, pois algumas editoras já se adequaram e mudaram a estratégia de *marketing*, fazendo a divulgação do livro fora da escola e até mesmo na casa dos professores (VALOR ECONÔMICO, 2006a) ⁷⁰².

Se há a necessidade do professor de consultar o livro didático para melhor analisá-lo, Fernandes (2013) ⁷⁰³ ao pesquisar o acesso ao livro didático de História no PNLD, dos anos finais do Ensino Fundamental, entre 1999 e 2008, constatou que os professores não tem condição de fazê-lo a partir das resenhas do guia e propõe que o governo disponibiliza na íntegra, pela internet, todas as obras por meio de sistema de senha individualizada, assim como é feito o processo de escolha do livro. A autora acrescenta:

Se o PNLD disponibilizasse esse material pela internet, o quantitativo de professores participantes poderia proporcionar uma ampla discussão tornando o processo de seleção e escolha mais viável e democrático, posto que o Guia não atende às necessidades de uma avaliação das obras. (FERNANDES, 2013, p. 15).

Quanto ao professor, que prepara todo um momento para a efetiva seleção do livro considerado adequado a realidade do seu aluno e não recebe a obra prevista, isso caracteriza-se, podemos assim concluir, como um estreitamento do PNLD. Se o problema esta na negociação do governo com as editoras, esse entrave já deveria ser previsto na abertura do edital para a inscrição das coleções das obras, estabelecendo quantidades mínimas e máximas que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pode pagar por obra, bem como as quantidades mínimas de exemplares a serem produzidos por cada editora.

Enquanto isso o professor precisa se adequar a essa realidade, reformulando e explorando as possibilidades do ensino com o livro didático de História, recurso didático mais acessível a todos os alunos das escolas públicas. Concordamos com Munakata (2002)

⁷⁰² VALOR ECONÔMICO. Editoras menores vendem mais ao governo federal. *Jornal Valor Econômico*, p. B5, 17 out. 2006a.

⁷⁰³ FERNANDES, Magda Carvalho. O acesso ao livro didático de História no Programa Nacional do Livro Didático, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, entre 1999 e 2008. in: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2013, Cuiabá. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013. v. 1. p. 1.

⁷⁰⁴ quando advoga que: “No limite, não é impossível que a partir de um livro considerado ruim o professor consiga desenvolver uma excelente aula” (MUNAKATA, 2002 p. 92).

Em suma, o processo de escolha do livro didático de História merece ser melhor analisado, acima de tudo porque nos remete a contextos específicos diferenciados e com pluralidade da realidade das práticas do exercício profissional. Essas análises preliminares nortearão o próximo passo da pesquisa de mestrado, na tentativa de uma análise mais aprofundada como merece a questão.

⁷⁰⁴ MUNAKATA, Kazumi. Livro didático e formação de professor são compatíveis: In: MARFAN, Marilda Almeida (Org.) *Anais do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores*: Brasília: MEC, SEF, 2002.

Imprensa operária e educação: um estudo sobre a educação de trabalhadores em Belo Horizonte durante a Primeira República (1897-1930)

Renata Garcia Campos Duarte

Doutoranda em História da Educação (Fae-UFMG)

renatagcd@yahoo.com.br

RESUMO: O texto é proveniente de pesquisa inicial de doutorado em História da Educação. Apresenta como objetivo central compreender os debates sobre educação a partir de análise da imprensa produzida por associações operárias de Belo Horizonte, desde a inauguração da nova capital de Minas Gerais em 1897 até o ano de 1930, a fim de compreender como a imprensa operária contribuiu para o debate acerca do educar-se dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; imprensa; movimento operário; Belo Horizonte; Primeira República.

O presente texto objetiva apresentar o projeto de pesquisa de doutorado “Imprensa Operária e Educação: um estudo sobre educação de trabalhadores em Belo Horizonte durante a Primeira República (1897-1930)”, ainda em fase inicial, cuja proposta fundamental é investigar os debates sobre educação operária, compreendidos nos impressos, em Belo Horizonte, desde a inauguração da nova capital, em 1897, até o ano 1930, momento em que chegou ao fim a Primeira República e se iniciou um novo período político no Brasil.

A pesquisa, além de depreender de modo geral o movimento operário em Belo Horizonte, apresenta como problema central perceber a partir da imprensa operária – jornais *O Labor*, *O Confederal*, *O Operário*, e revistas da Associação Beneficente Tipográfica – quais eram os debates e as tensões concernentes a educação de trabalhadores, compreendendo educação não somente no sentido estrito escolar, mas de que modo ela ocorria fora dos muros das escolas.

Parte-se do pressuposto que a escola não é o único espaço privilegiado para estabelecer práticas educativas. Desse modo, a partir de práticas sociais e nas relações entre os pares, havia possibilidade de ocorrência de processos educativos. Nesse sentido, Faria Filho assevera que educação não ocorre exclusivamente em determinados espaços escolares, como em escolas, e acrescenta:

A respeito dos *espaços escolares*, uma primeira dimensão que temos observado é que o espaço educa. Não apenas acontece educação dentro de um espaço determinado, o escolar, mas também este, em sua projeção física e simbólica, cumpre uma função educativa fundamental.⁷⁰⁵

Conforme Pallares-Burke, não compete a escola o monopólio da educação, apesar de frequente entendimento de escola e educação enquanto termos sinônimos. Outras agências diversificadas e informais, como jornais e revistas, participaram (e participam) do processo educacional e “podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas”.⁷⁰⁶

Para a realização da pesquisa foram selecionadas quatro associações operárias que conseguiram efetivamente levar a cabo o propósito de manutenção de periódicos para os seus sócios, as quais: Associação Beneficente Tipográfica (revistas da Associação Beneficente Tipográfica), Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas (jornal *O Confederal*), Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas (jornal *O Labor*), e Confederação Católica do Trabalho (jornal *O Operário*).

O período histórico da pesquisa é marcado pelo processo de construção da nova capital de Minas Gerais. Em 1893, o Congresso Mineiro, reunido em Sabará, decidiu pela mudança da capital de Minas Gerais, que até esse momento se localizava na cidade de Ouro Preto. Os argumentos para essa alteração foram os mais distintos: desde a inadequação geográfica da antiga capital, até a necessidade de ajustamento ao novo regime político nacional, visto que Ouro Preto era símbolo do “escravismo, [d]o antigo Império, [...] uma

705 FARIA FILHO, Luciano M. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia; FONSECA, Thais. (Orgs.) *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 86.

706 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 144-161, jul. 1998. p. 145.

cidade do atraso [...]”.⁷⁰⁷ Várias cidades foram indicadas, e após intensos debates e acirradas disputas, o Congresso Mineiro optou pelo Curral del-Rei, futura Belo Horizonte.

Em fevereiro de 1894 foi instituída a Comissão Construtora da Nova Capital, que imediatamente, no mês seguinte à sua criação, deu início as obras da nova capital. E em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital estabeleceu-se na então chamada Cidade de Minas. Somente com a Lei 302, de 11 de julho de 1901, a capital foi oficializada com o nome de Belo Horizonte.

Foi necessário para a construção dessa nova cidade mão de obra hábil e suficiente, donde percebemos a importância dos operários, muitos dos quais, migrantes de outras regiões de Minas Gerais, do país e de demais nações. A crise cafeeira foi responsável por disponibilizar um contingente de mão de obra que migrou de áreas em decadência econômica para locais mais promissores, em desenvolvimento, como era o caso de Belo Horizonte.

Os imigrantes europeus foram importantes elementos para o povoamento da nova capital, que residiam em núcleos coloniais agrícolas (próximos da área urbana), abastecendo a cidade de mercadorias e mão de obra. Veriano menciona que:

[...] o Estado de Minas, procurando intensificar o povoamento da nova capital, começou a criar o sistema de núcleos coloniais agrícolas, urbanos e rurais, dando origem inclusive aos primeiros bairros da *Cidade de Minas*.⁷⁰⁸

Para melhor compreensão do sistema de criação dos núcleos, cabe dizer do planejamento da cidade, que tinha a Avenida do Contorno como limite urbano e sanitário, a qual separava o centro da periferia, a elite das classes trabalhadoras, sendo o trabalhador um morador/ocupante: residia além do perímetro urbano, todavia era a mão de obra empregada nas obras da capital. Veriano afirma que “o trabalhador de Belo Horizonte é, ao mesmo tempo, seu construtor e morador/ocupante, portanto um segmento temporário no decorrer do desenvolvimento da cidade, na visão do poder público”.⁷⁰⁹ Na mesma

707 VERIANO, Carlos. *Belo Horizonte: cidade e política: 1897-1920*. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2001, p. 58.

708 VERIANO. *Belo Horizonte*, p. 63.

709 VERIANO. *Belo Horizonte*, p. 74.

perspectiva, Eliana Dutra descreve que à população trabalhadora de Belo Horizonte não era possível a fixação dentro da área urbana da cidade:

A população trabalhadora de Belo Horizonte [...] não podia se fixar na zona urbana da cidade uma vez que o planejamento da cidade tornava esse fato impossível. Além do preço dos lotes ser bastante elevado, as exigências feitas aos que os adquirissem oneravam ainda mais o comprador que deveria ter boas condições financeiras para fazê-lo, o que não possuíam, é claro, os imigrantes e migrantes aqui chegados.⁷¹⁰

É a partir da lógica da construção da nova cidade e da necessidade de mão de obra que entendo a organização do operariado em associações com as mais diversas finalidades: socorro mútuo, cooperativas, sindicatos, associações de classe etc. Destaco no interior desse movimento operário, quatro representativas organizações: a Associação Beneficente Tipográfica, fundada pelos tipógrafos da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em 1900; a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, criada em 1905; o Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas, que surgiu como resolução do Primeiro Congresso Operário Mineiro, no ano de 1907; e a Confederação Católica do Trabalho, criada em 1919 e fundamentada na doutrina social da Igreja. Essas associações, com suas publicações, contribuíram para formar e informar os operários de Belo Horizonte.

Durante a pesquisa de mestrado, ao estudar a Associação Beneficente Tipográfica, entrei em contato com vários periódicos da imprensa operária belo-horizontina. Instiguei-me a quantidade de textos sobre profissões, novas técnicas, instrução operária, e demais artigos que extrapolavam o simples conhecimento de acontecimentos cotidianos. Observei, a partir disso, que com essas publicações a imprensa ia além, pretendia constituir um operário mais esclarecido, possivelmente vislumbrando a melhoria das condições materiais daqueles e, quem sabe, a transformação de certas questões sociais.

Interessei-me em perceber como se davam as tensões explicitadas naqueles impressos, as experiências dos trabalhadores, o modo como a imprensa atuava enquanto força ativa – já que ao mesmo tempo em que informava era agente dos acontecimentos que relatava, ou seja, os impressos interferiam nos acontecimentos que narravam.

710 DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988, p. 56-57.

A partir de levantamento bibliográfico, percebi a escassez de estudos sobre o movimento operário de Belo Horizonte na Primeira República. São ainda mais raros os que relacionam trabalho, imprensa e educação, tal como proponho na pesquisa de doutorado.

A imprensa era uma forma simples e acessível a todos os trabalhadores. Ao lerem artigos sobre a política nacional ou internacional, as experiências de operários em outros locais, novas tecnologias e aperfeiçoamento das profissões, a criação de escolas noturnas, legislações e outros conhecimentos práticos do cotidiano do trabalhador, só para citar alguns dos assuntos dispersos nas páginas dos jornais das associações, os operários apropriavam-se de uma infinidade de questões.

Jornais operários começaram a aparecer em Belo Horizonte no ano de 1900. Os operários, com a elaboração de jornais, folhetos e revistas adquiriram voz e ao mesmo tempo se infiltraram e passaram a compor e a enriquecer a cultura letrada de Belo Horizonte. Com esses periódicos era possível que as suas reivindicações fossem ouvidas e que se informassem e participassem de acontecimentos, reuniões, acordos, manifestações, festas.

Maciel acrescenta que a imprensa operária, em geral, é utilizada em estudos com a intenção de reconstruir as condições de vida e de trabalho dos operários, bem como os valores e as culturas operárias, a análise de formas de militância política, e a mobilização da classe. Mas a imprensa deve ser compreendida como uma “esfera significativa da luta social”, uma vez que “o domínio da palavra escrita e a possibilidade de divulgá-la por meio de periódicos significavam, para os populares, a conquista de um recurso até então monopolizado por poucos, comprometidos com a manutenção ou recriação do *status quo*”.⁷¹¹

O fazer imprensa para os trabalhadores era a possibilidade de mostrarem suas versões e experiências, que eram alternativas às versões hegemônicas. Essa imprensa afirmava sujeitos sociais marginalizados pelo discurso dominante da grande imprensa.

Para Maciel são vários os sentidos de se atuar através da imprensa enquanto prática social importante para os trabalhadores das cidades, tais como “elaborar sentidos para as

711 MACIEL, Laura. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. p. 01.

próprias ações e para as dos outros, difundir projetos e perspectivas próprias ao grupo ou intervir em assuntos considerados de interesse coletivo, público”.⁷¹²

Apreende-se, para além de seu papel informativo, a publicação enquanto constitutiva, agente dos acontecimentos; evidencia alianças, disputas, conflitos, pressões e limites experimentados pelos trabalhadores – e outros grupos – nas relações sociais. Compete ao historiador, no que se refere à imprensa, indagá-la não somente como produto de homens em determinado tempo, mas também como agente do processo social, rica em significados e representações, e considerar o não-dito, o que e por que foi silenciado, o modo como sujeitos compreendiam a sociedade, buscavam espaços e apresentavam projetos alternativos (como os relacionados à educação).

Diante deste quadro sobre a imprensa operária, apesar de constituir um meio de comunicação classificado como de fácil acesso aos trabalhadores, é preciso considerarmos as relações existentes entre alfabetismo/analfabetismo e técnicas de leitura. Naquele tempo, grande parcela dos operários não sabia ler, todavia pressupõe-se que as informações os alcançavam através de rodas de conversas ou da prática de leitura em voz alta.

Chartier, ao apontar a existência de múltiplas técnicas de leituras que ordenam práticas sociais partilhadas por comunidades, nos possibilita explorar territórios alternativos de leituras, como as leituras que ocorriam em voz alta.⁷¹³

O elevado número de analfabetos no Brasil até meados do século XX possibilitou a prática de leitura em voz alta no âmbito público e doméstico. Pallares-Burke menciona que, devido a grande taxa de analfabetismo no século XIX, a prática de leitura em voz alta:

[...] era nessa época muito difundida e valorizada. Vista como manifestação de sociabilidade e atributo de pessoa culta e refinada, como atestam os vários manuais da arte da leitura da época, essa prática favorecia também os que anteriormente haviam ficado à margem do universo da escrita. Na qualidade de ouvintes podiam, pois, participar do mundo das letras e do que era veiculado pela palavra impressa.⁷¹⁴

Galvão objetivando “(re)construir o público leitor/ouvinte e os modos de ler/ouvir literatura de cordel” nas décadas de 1930 e 1940, em Pernambuco, afirma que “pelo menos

712 MACIEL. *O popular na imprensa*, p. 04.

713 CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

714 PALLARES-BURKE. *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*, p. 150.

até as primeiras décadas do século XX, as taxas de analfabetismo chegavam a quase 70% da população com mais de 15 anos do país e eram muito baixos os índices de escolarização”.⁷¹⁵

Os folhetos de cordel eram, por isso, normalmente lidos em voz alta e ouvidos por toda uma coletividade. Isso permitia maior aproximação de pessoas pouco ou não alfabetizadas com o mundo da escrita, sendo a oralidade uma prática importante e que, às vezes, contribuía inclusive para que alguns envolvidos pudessem aprender a ler.

[...] o fato de os folhetos serem lidos predominantemente de maneira coletiva e estarem, direta ou indiretamente, inseridos em uma rede de tradição oral – representada pelos contos populares e pelas cantorias – tornava-os mais próximos daqueles que apresentavam pouca intimidade com o mundo da escrita.⁷¹⁶

Mesmo entre sujeitos pouco escolarizados e com recorrência de práticas de oralidade, “práticas de letramento eram vivenciadas, independentemente da escola, dos intelectuais, dos movimentos sociais organizados”.⁷¹⁷

A educação do modo tradicional, governamental e aliada aos interesses dominantes das elites nacionais, era alienante porque pretendia formar um trabalhador eficiente e disciplinado, e ao mesmo tempo, um cidadão acrítico, passivo. Por outro lado, consoante Faria Filho, o alfabetismo era afirmado como meio de distinção em sociedade, o que trouxe como consequência o entendimento da existência de sujeitos (sem acesso à escolarização) julgados como ignorantes pelo analfabetismo.⁷¹⁸

Alguns grupos de trabalhadores, insatisfeitos com essa educação considerada tradicional, foram responsáveis por introduzir alternativas, “modelos escolares não institucionalizados, como as propostas pedagógicas socialistas e anarquistas, as escolas

715 GALVÃO, Ana Maria. Oralidade, memória e a mediação do outro: práticas de letramento entre sujeitos com baixos níveis de escolarização – o caso do cordel (1930-1950). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 115-142, dez. 2002. p. 116-117.

716 GALVÃO. *Oralidade, memória e a mediação do outro*, p. 123.

717 GALVÃO. *Oralidade, memória e a mediação do outro*, p. 137.

718 FARIA FILHO, Luciano M. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: GALVÃO, Ana Maria; BATISTA, Antônio Augusto. (Orgs.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 143-164.

racionais, livres, que pretendiam oferecer aos filhos dos trabalhadores uma educação liberta das influências religiosas e burguesas”.⁷¹⁹

Leonardi relata que foram várias as experiências e iniciativas de dirigências operárias voltadas à educação, vinculadas, principalmente, à política cultural defendida pelos anarquistas.

Numa época em que o Estado e a burguesia eram negligentes em relação à questão do ensino e da educação de um país iletrado como o Brasil, o movimento anarquista acreditava ser possível, no interior da sociedade capitalista, a criação de núcleos imunes a ideologia dominante.⁷²⁰

Predominava nos meios libertários a concepção e luta por “escolas livres”, com a defesa de um ensino eminentemente laico. Essas propostas, no entanto, teriam fracassado “prezas à crença na possibilidade de uma emancipação cultural e ideológica no interior da sociedade burguesa”.⁷²¹

As tensões e debates sobre educação que apareceram nos periódicos operários belo-horizontinos serão analisadas à luz de ideias e pensamentos advindos da História Social e, principalmente, a partir das contribuições de Thompson para esse campo de conhecimento.

Fundamentado em seu conceito de “experiência” – experiências que são comuns, herdadas ou partilhadas por um grupo em oposição a outro grupo com interesses adversos – Thompson explora o conceito de “classe trabalhadora” – não como categoria ou estrutura, mas como um fenômeno histórico determinado que acontece nas relações humanas – e “consciência de classe”, este não determinado porque desponta de forma distinta em diferentes tempos e lugares.⁷²²

Thompson, apoiado na sua experiência enquanto professor de turma de adultos – e a essencial experiência que esses estudantes trazem para a relação de ensino-aprendizagem, capaz até de alterar o processo educacional – empenha-se na relação dialética existente

719 FERREIRA, Valdelice. *Movimento Operário e a Educação na Imprensa Sorocabana na Primeira República*. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, 2009, p. 46.

720 LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991, p. 258.

721 LEONARDI. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, p. 259.

722 THOMPSON, Edward. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 1.

entre cultura erudita e cultura popular ou, em outros termos, entre educação e experiência, analisando-a desde o século XVIII, primordialmente na Inglaterra.

A elaboração de seu pensamento concentra-se na existência de um profundo distanciamento entre a cultura erudita (refinada ou letrada) e a cultura popular.

Considera o paternalismo realista como grande arcabouço cultural inglês do século XVIII, o qual atrelava cultura às classes sociais e:

[...] presumia uma diferença qualitativa essencial entre a validade da experiência educada – cultura refinada – e a cultura dos pobres. A cultura de um homem, exatamente como seu prestígio social, era calculada de acordo com a hierarquia de sua classe.⁷²³

Sob influência da Revolução Francesa e das reivindicações de “igualdade”, a partir da década de 1790, verificou-se, na Inglaterra, o que Thompson denomina “subordinação cultural”, que era o domínio da cultura refinada em relação a cultura dos pobres. Destacam-se, nesse contexto, Thelwall e Wordsworth, intelectuais que passaram a se relacionar de modo diferenciado com a classe trabalhadora. Apesar de pertencerem a uma elite cultural, esses sujeitos se aproximaram da cultura popular, valorizando, no caso de Wordsworth, “o sentimento real e a consciência justa”, condenando a frivolidade e a vulgaridade dos educados”.⁷²⁴ Segundo Thompson, Wordsworth fechou “[...] a distância entre ele próprio e o homem comum, alinhou-se *com* o homem comum em sensibilidade e abriu uma distância entre eles dois e a cultura refinada”.⁷²⁵

A igualdade do valor do homem comum, que Wordsworth afirma, repousa em atributos morais e espirituais, desenvolvidos através de experiências no trabalho, no sofrimento e de relações humanas básicas. Baseia-se muito menos em atributos racionais e ele confia muito pouco na educação formal que poderia inibir ou desviar o crescimento calcado na experiência.⁷²⁶

A despeito de Wordsworth e seus pensamentos, essa não era a ideia que representava as classes abastadas do período “[...] pois o outro grande impulso que se

723 THOMPSON, Edward. *Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 17.

724 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 21.

725 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 24.

726 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 25.

origina nessa época e que se prolonga até o século XX vai ser encontrado naquele conjunto de reações provocadas pelo medo potencial revolucionário da gente comum”.⁷²⁷

Essa “cultura subordinada” que percebia os populares como potencial ameaça revolucionária, apresentava postura educacional “manipulativa empobrecida, malévola e angustiada”.⁷²⁸ Todavia, de acordo com Thompson, “essa histeria cedeu conforme morria a ameaça de invasão francesa, mas reações mais gerais permaneceram”.⁷²⁹

Educação e cultura, não menos que os impostos locais para os pobres, eram encaradas como esmolas que deveriam ser administradas ao povo ou dele subtraídas de acordo com seus méritos. O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros permanece extremamente forte durante a época vitoriana: e continua vivo anda hoje.⁷³⁰

Isto posto, a tese fundamental de Thompson é a de que educação (associada a cultura erudita) e experiência (associada a cultura popular, herdada e partilhada socialmente) caminhavam em direções opostas.

As atitudes em relação à classe social, à cultura popular e à educação tornaram-se “estabelecidas” no período que se seguiu à Revolução Francesa. Durante um século ou mais, a maior parte dos educadores da classe média não conseguia distinguir o trabalho educacional do controle social, e isso impunha com demasiada frequência uma repressão à validade da experiência da vida dos alunos ou sua própria negação, tal como a que se expressava em dialetos incultos ou nas formas culturais tradicionais. O resultado foi que a educação e a experiência herdadas se opunham uma à outra.⁷³¹

Nesse sentido, Bertucci, Faria Filho e Taborda, em livro que dimensiona a importância do pensamento de Thompson para os estudos em História da Educação no Brasil, reforçam a sua tese principal: para as elites letradas “as culturas dos pobres e do aprendizado *na e pela* experiência deveriam ser abandonadas a favor das racionalizadas e

727 _____. *Os Românticos*, p. 25

728 _____. *Os Românticos*, p. 25.

729 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 28.

730 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 31.

731 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 36

racionalizadoras culturas escolares”.⁷³² As instituições escolares enquanto lugares disciplinadores são superestimadas em detrimento de uma cultura popular concatenada à experiência, reputadas pela elite letrada como experiências subalternas, muitas vezes presas a vícios e desordens diversas. Na contramão desse distanciamento entre cultura e experiência, os autores afirmam que ocorre formação em espaços além da escola:

[...] ao alargar a possibilidade de pensar a formação além dos estreitos limites da escola, sem, no entanto, desconsiderar a importância desta, sobretudo nos dois últimos séculos, Thompson nos inspira a retomar uma tradição muito cara ao pensamento social crítico moderno: os sujeitos se constituem, ou seja, se *formam*, se educam, nas mais diversas circunstâncias em que vivem, seja no mundo do trabalho, da família, da comunidade de pares, do lazer, entre muitos outros.⁷³³

Bertucci, Faria Filho e Taborda evidenciam as tensões entre escolarização (cultura letrada) e tradições e experiências do povo (cultura popular) no contexto brasileiro:

[...] uma história da educação que negligencie a história das tradições e dos costumes que conformam as práticas formativas que tensionam com as práticas escolares estará deixando de lado uma dimensão que diz respeito ao núcleo do processo de escolarização. Se, por um lado, tal história não pode, nostalgicamente, reafirmar a existência de um certo modo, mais puro e autêntico de vida das camadas populares no Brasil, o qual teria sido abandonado ou negligenciado pela escolarização, por outro, não pode deixar de ser uma denúncia contundente do desprezo e do desdém com que a cultura das camadas mais pobres foi, via de regra, tratada por nossas elites, defensoras da escolarização. A irrupção cotidiana das culturas dos pobres no interior da escola demonstra, por outro lado, a incapacidade dos imperativos escolares em silenciar a ação dos sujeitos a quem eles pretendem conformar.⁷³⁴

Contrariando uma história de feição sociologizante, estrutural, marcada pela ênfase nos sindicatos e partidos como únicos espaços de luta dos trabalhadores (ortodoxia marxista), Thompson contribuiu por instaurar na historiografia brasileira uma “história vista de baixo”, que busca “interpretar as experiências dos subalternos a partir de suas

732 BERTUCCI, Liane; FARIA FILHO, Luciano; TABORDA, Marcus. *Edward P. Thompson: História e formação*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 47.

733 BERTUCCI; FARIA FILHO; TABORDA. *Edward P. Thompson*, p. 11-12.

734 BERTUCCI; FARIA FILHO; TABORDA. *Edward P. Thompson*, p. 53-54.

próprias especificidades constituintes”.⁷³⁵ Ainda assim, conforme Bertucci, Faria Filho e Taborda (2010), apesar de sua atestada contribuição, os conceitos e obras desse historiador social inglês foram e são pouco utilizadas no âmbito da História da Educação.

É desse modo que pretendo reinserir os sujeitos na História, os operários da cidade de Belo Horizonte na pesquisa, percebendo-os em suas práticas, culturas, experiências, necessidades, interesses e valores no seu *fazer-se* enquanto operários que eram, utilizando-se para isso de conceitos propostos por Thompson em sua lógica histórica, que consiste no processo social dinâmico no qual o historiador propõe questões, promove um diálogo entre conceitos e evidências.

Reconstituir, explicar, compreender, investigar, narrar: são essas as tarefas do historiador e os objetivos da História citados por Thompson. Encargos nada fáceis, mas intrínsecos à construção da História, o seu ir e vir no movimento, muitas vezes necessário, de retrospecto e prospecção.

Assim sendo, buscarei a partir da leitura e análise dos periódicos das citadas associações compreender não somente o movimento operário, mas, principalmente, como a imprensa operária favoreceu debates a respeito de formas e alternativas educacionais que abrangiam operários ao longo da Primeira República em Belo Horizonte. E, é claro, contribuir com mais um estudo sobre os operários, suas experiências e representações.

735 SCHUELLER, Alessandra; MAC CORD, Marcelo. História Social e História da Educação – As contribuições de Edward Thompson. In: MESQUITA, Ilka; CARVALHO, Rosana; FARIA FILHO, Luciano (Orgs.) *Nas dobras de Clío: História Social e História da Educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2014, p. 68.

História, cinema e ensino: uma abordagem para a Educação Básica

Luciana Lourenço de Souza

Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

luciana_loureno@yahoo.com.br

Rúbia Carla dos Santos Dias

Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

rubia.carlasd@gmail.com

RESUMO: O objetivo da nossa apresentação é compartilhar as experiências docentes realizadas na Escola Estadual Pedro II durante o último semestre de 2014. As aulas foram ministradas para alunos do 6º ano do ensino fundamental com o auxílio e orientação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Tendo como base o projeto político-pedagógico da escola e os métodos pedagógicos utilizados pelo professor Fernando Rosa, desenvolvemos um programa intitulado “História e Cinema”. O projeto tem como objetivo, inicialmente, introduzir de forma lenta e gradual uma nova concepção do que é cinema e sua relação com a História. Os alunos devem entender o cinema como um documento a ser analisado que possui todo um contexto histórico dotado de intencionalidade no interior de sua produção.

PALAVRAS-CHAVES: História, cinema, educação.

Introdução

O presente artigo se baseia no trabalho desenvolvido na Escola Estadual Pedro II em parceria com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A experiência foi realizada com duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental durante o segundo semestre do ano de 2014. Vale salientar que a realização do projeto somente foi possível mediante as especificidades da escola que permitiram a larga atuação das bolsistas.

Infraestrutura

A Escola Estadual Pedro II foi fechada em 2007 e reaberta no ano de 2010 completamente reformada. O imóvel, inaugurado em 1926 e tombado pelo patrimônio histórico estadual e municipal obteve novos telhados, paredes, pisos, banheiros e mobiliário, além de adquirir elevadores e rampas de acesso adaptadas para portadores de necessidades especiais, num investimento total de R\$ 3,85 milhões. Todas as salas de aula possuem uma televisão de LCD, um cabo HDMI, além de excelentes carteiras. A escola

conta ainda com uma biblioteca, um refeitório, uma sala de música, um salão nobre, uma sala de estudos reservada aos professores, um salão amplo onde são feitas as atividades esportivas e por fim, um pátio exclusivo para a socialização dos alunos e funcionários da escola. Logo, a instituição de ensino funciona como “A Escola Vitrine” do governo do Estado de Minas Gerais na qual, os altos investimentos foram feitos tanto no que se refere aos projetos educacionais quanto à infraestrutura. Atualmente, a Escola Pedro II é considerada uma das melhores escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio do Estado. Em contraposição, algumas instituições escolares carecem de reparos básicos na estrutura dos prédios e outras não possuem sequer bibliotecas e recursos audiovisuais. Esta situação revela um total descaso e abandono por parte do poder público estadual.

Projeto político pedagógico

A escola norteia suas atividades nos princípios e fins da educação, estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respeitando a legislação vigente, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho. A partir da compreensão da criança e do adolescente como sujeitos de direitos humanos, civis e sociais, a escola propõe-se a ser um espaço de vida, onde o aluno passa a desenvolver-se plenamente tendo por princípios essenciais o humanismo; o respeito às diferenças e a liberdade de expressão para a formação do pensamento crítico. Portanto, a instituição possui como base, uma formação humanística e continuada, fazendo com que o aluno perceba o mundo ao seu redor, não privilegiando apenas o acúmulo sistemático de informações.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais. Por isso, a escola promove uma série de projetos que visam ao reconhecimento das diversidades culturais, das diversidades de gênero e respeito ao outro. A direção pedagógica promove uma Ação Educativa em parceria com a comunidade escolar e os pais e responsáveis dos alunos. Durante o ano são feitas reuniões mensais voltadas para discussões acerca do rendimento dos alunos. Por fim, a escola desenvolve políticas de valorização da capacitação do Pessoal Docente e Administrativo por meio de cursos, oficinas pedagógicas, grupos de estudo, reuniões, debates e palestras. Contudo, é

importante ressaltar que todas as atividades são realizadas dentro da carga horária específica para a formação continuada.

Perfil do professor

Recém-formado na modalidade licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, o professor Fernando Rosa estabelece uma linha-didática calcada na utilização dos diversos recursos audiovisuais como músicas, filmes, vídeos, imagens e mapas, estimulando a análise de outras fontes históricas diferentes dos documentos textuais. Através da construção de métodos didáticos inovadores, os objetivos consistem em trabalhar os conceitos primordiais do conhecimento histórico a partir da experiência da realidade vivida. Dentro dos temas estudados, o professor dialoga com alunos e promove debates como “a importância dos movimentos sociais para a conquista de direitos” e questões relacionadas ao feminismo e a homofobia. Essa relação com o estudante é extremamente importante porque constitui um espaço aberto para discussões sobre a realidade e a troca de opiniões. Quanto mais se estabelece uma relação com o cotidiano vivenciado pelos alunos, maior é a facilidade de aprendizagem uma vez que eles conseguem enxergar algum sentido para o estudo daquilo que está sendo proposto.

Precursos teóricos

Atualmente o uso do cinema dentro da sala de aula é recorrente no ensino de história, contudo essa atividade não tem nada de novo na realidade da educação brasileira, muito pelo contrário, os primeiros usos dos recursos cinematográficos remontam as décadas de 1920 e 1930. Usualmente a linguagem cinematográfica, sempre relacionada a ilustração de algum lugar ou paisagem, era sujeita a uma variedade de inapropriações e exceções, para os educadores da época os filmes “além de não servirem, pela grande metragem, a utilização propriamente escolar, são quase sempre inçados de anacronismos, de suposições infundadas, quando não de erros”⁷³⁶. Contudo uma virada nessa perspectiva ocorrerá a partir da década de setenta, momento o qual o cinema será considerado um objeto da nova história e passível de novas abordagens e problematizações. No que se refere à relação entre História e Cinema, destacamos essencialmente a obra intitulada “Cinema e História”⁷³⁷ do historiador francês Marc Ferro, responsável por revolucionar a historiografia acerca dos estudos cinematográficos do século XX. Desta forma, o livro

⁷³⁶ SERRANO, Jonathas. *Como se ensina História*. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

⁷³⁷ FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

constitui-se como leitura obrigatória para qualquer pesquisador que trate do assunto. Ferro analisa os filmes enquanto fonte e agente da História, contribuindo para a incorporação do cinema como “novo objeto” do fazer histórico característico da Nova História. Inicialmente, o historiador discorre sobre o cinema enquanto agente efetivo da História. Com os avanços tecnológicos decorrentes da Segunda Revolução Industrial e da eclosão da Primeira Guerra Mundial, o cinema foi potencialmente utilizado como arma de propaganda política, em torno de uma tomada de consciência social manipulada por diferentes instituições. Segundo Ferro as produções cinematográficas devem ser entendidas dentro do contexto histórico de produção, do regime político vigente e da sociedade em questão, analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo.

No Brasil essas mudanças vão ser institucionalizadas a partir da constituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998, que apesar de ainda estarem ligados a proposta tradicional do uso de tal linguagem - quando propõem que o professor analise se os cenários, figurinos e diálogos são verídicos - estão muito mais ligados as propostas de análises provenientes de Marc Ferro na medida que defendem que “o esforço do professor pode ser no sentido de mostrar que, à maneira do conhecimento histórico, o filme também é produzido, irradiando sentido e verdades plurais”⁷³⁸.

Sequência didática e do uso de fontes

O trabalho realizado na Escola Estadual Pedro II visava formar sujeitos com visões críticas acerca das produções cinematográficas que se dizem históricas. Não é uma questão de desconstruir a narrativa dos filmes, mostrar como todas essas produções são falsas, ou anacrônicas, e não procedem se analisadas de forma rígida e sistemática. Muito mais do que isso, nosso ideal era que os alunos entendessem que o filme é também uma reconstrução, sempre marcado por intenções de quem os produziu, pela necessidade de se inserir no mercado e conseguir uma boa bilheteria. Além disso nos esforçamos em ser justas com o caráter ilustrativo dos filmes, buscamos mostrar que as reconstruções dos cenários, os figurinos e alguns problemas levantados durante a narrativa podem ilustrar, sem dúvida, fragmentos de um cotidiano a qual não temos mais acesso.

⁷³⁸ BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. (5º a 8º séries). História. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>. Acesso em: 26mar. 2014.

Para alcançarmos tais objetivos não optamos por fazer uma aula sobre a relação entre história e cinema e suas várias problemáticas, mas preferimos construir uma sequência didática (SD) de dois meses, na qual os assuntos seriam abordados gradativamente. Atualmente as sequências didáticas são amplamente usadas para a alfabetização de crianças, contudo se pensarmos que a SD é um conjunto sequencial de atividades que “visa trabalhar um conteúdo específico, um tema ou um gênero textual da exploração inicial até a formação de um conceito, uma ideia, uma elaboração prática, uma produção escrita”⁷³⁹ podemos aplicá-la para qualquer área de conhecimento. Antes de mais nada vale ressaltar que foi nos dado espaço de atuação suficiente pelo professor efetivo das turmas, ele permitiu que um cronograma de temas e atividades fosse elaborado em conjunto e não apenas disponibilizou uma quantidade de aulas para nosso projeto. A partir do assentimento do Professor Fernando Rosa nos preocupamos em elaborar uma cronologia de atividades e conteúdo que fosse atrativa para a faixa etária dos alunos, entre 10 e 12 anos de idade. Procuramos fazer uma mescla entre aulas expositivas, filmes e atividades lúdicas e debates, sempre valorizando a dinâmica e a interação nas aulas.

Uma vez que o conteúdo pragmático era Roma Antiga, fizemos uma repartição geral do tema pautada na própria divisão política da história romana: Realeza Romana, República Romana e Império Romano. Isso não significa que as aulas se resumiram ao conteúdo político, por outro lado dentro de cada tópico geral foi destacada aspectos como sociedade, cultura e lazer e muitas vezes as relações de permanência entre os grandes cortes temáticos foram mais acentuadas do que as mudanças. Os filmes foram sendo expostos desde as primeiras aulas, começando com o filme **Rômulo e Remo**⁷⁴⁰ durante as aulas sobre as possíveis origens de Roma, no qual a origem mitológica da cidade foi contrastada com uma versão científica e apenas depois o filme foi exposto. Após o término do filme procuramos saber se os alunos tinham notado alguma diferença entre a história que havíamos lhes contado e a apresentada no filme. O objetivo dessa simples indagação era mostrar que as histórias podem ser variadas, que nem o filme, nem a história oficial ou a

⁷³⁹ BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa : alfabetização em foco : projetos didáticos e sequências didáticas em diálogo com os diferentes componentes curriculares : ano 03, unidade 06 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília : MEC, SEB, 2012.

⁷⁴⁰ RÔMULO E REMO. Direção: Sergio Corbucci. Roteiro: Sergio Corbucci, Adriano Bolzoni, Ennio de Concini, Sergio Leone, Luciano Martino, Duccio Tessari, Sergio Prosperi e Franco Rossetti. Itália, 1961. 108 min. Legenda, cor.

que contamos para eles são completamente verídicas, que faltam dados e documentos para que os historiadores possam saber qual foi a origem da cidade e além do mais, mesmo que existisse muitos documentos ninguém teria certeza dos fatos, uma vez que não temos mais acesso ao passado, mas apenas podemos interpreta-lo a partir dos vestígios deixados pelas pessoas.

Em conjunto com os filmes utilizamos fontes como mapas, desenhos, maquetes digitais, gráficos, pinturas e fotografias. A ideia era relacionar várias fontes com as aulas para que ao final os alunos tivessem experimentando um aprendizado mais global. Foi preciso mostrar no mapa onde se situa Roma e como no começo era apenas uma pequena cidade, um pontinho no mapa, e com alguns séculos de história ela passou a ocupar um vasto território, para depois estudar a fundação e a expansão dela. A relação mais direta entre o uso das diversas fontes ficará mais clara a partir dos exemplos de aulas que extraímos de nossa experiência. O mais importante para essa parte é entender que não foi ministrada uma aula de problematização dos usos do cinema e sua relação com a disciplina história, mas sim, como no caso exemplificado do filme Rômulo e Remo, através de uma aula diversificada fazer com que os alunos desenvolvam um senso crítico acerca do que veem, escutam e leem.

Aníbal, O Conquistador/ Aníbal, O Pior Pesadelo de Roma

A partir da temática das Guerras Púnicas, buscamos trabalhar com os alunos trechos de dois filmes que representavam a ascensão e as estratégias de guerra do líder militar cartaginense Aníbal. O objetivo desta abordagem era trazer para a realidade dos alunos dois filmes que representam de forma diferente um mesmo evento histórico. Dessa forma, pensar o cinema como documento, portador de intencionalidades e objetivos que busca construir um discurso sobre determinado momento da história.

Aníbal, O Conquistador⁷⁴¹ é um filme italiano produzido em 1959 dentro do movimento de vanguarda neorealista que surgiu após o fim da Segunda Grande Guerra. A proposta do neorealismo italiano é mostrar cenas reais a partir de imagens do cotidiano, com filmes de baixo orçamento, sem utilizar efeitos especiais e sem atores profissionais. O General Aníbal neste filme é representado mais próximo de um homem comum. Por outro

⁷⁴¹ Aníbal, O Conquistador. Direção: Edgar G. Ulmer, Carlo Ludovico Bragaglia. Itália, 1959. 103 min. Legenda, cor.

lado, em **Aníbal, O pior pesadelo de Roma**⁷⁴², documentário da BBC produzido em 2006, as cenas trazem grandes batalhas, efeitos especiais e exaltam exageradamente o ódio de Aníbal contra os romanos. A partir de uma produção de alto custo, o documentário trata o mesmo evento histórico representando a figura do Aníbal como um homem poderoso. Dentro do objetivo, outra questão trabalhada foi a problematização da noção do gênero documentário enquanto retrato da realidade.

Gladiador, 2000

Outro filme escolhido para compor o repertório de nosso projeto foi o **Gladiador**⁷⁴³, dirigido por Ridley Scott. O longa com quase três horas de duração conta a história de um general romano, o qual se torna escravo e posteriormente um gladiador devido a uma conspiração que envolvia o cargo de imperador. O filme é considerado por muitos como extremamente anacrônico e sem contribuição efetiva para a sala de aula. Um ponto que tais críticas deixam passar despercebido é que muitos dos ditos anacronismos são intencionais, por exemplo, na época retratada pelo filme o Coliseu era chamado de Anfiteatro Flaviano, apesar disso o diretor opta por deixar o nome que a maioria das pessoas já estão habituadas, invocar tal o nome pode ser entendido como uma maneira de situar melhor o espectador e não de aliená-lo. Os alunos sabiam muito bem o que era o Coliseu, mas falar em Anfiteatro Flaviano seria minimamente estranho para eles. Isso significa que os anacronismos contidos nos filmes nem sempre são prejudiciais e em não raras vezes são um ótimo ponto de partida para debates amplos. Todavia não é esse o ponto principal de nosso trabalho, o que tentamos abordar com a produção de Scott é a maneira como os gladiadores eram retratados e como a distribuição do pão durante uma das lutas abre portas para um debate acerca do alcance da famosa política do Pão e Circo.

Devido à grande duração do longa-metragem foi necessário que o filme fosse editado e perdesse parte de sua narrativa original. O recurso de edição, apesar de ser destrutivo por um lado, é bastante benéfico na medida em que direciona o olhar dos alunos para os pontos que o professor pretende trabalhar. Priorizar os pontos-chaves do filme em detrimento de partes dispensáveis significa colocar a narrativa do professor sobreposta à do diretor, criar mais uma temporalidade a história projetada. Ao editar o **Gladiador** demos

⁷⁴² Aníbal, O pior pesadelo de Roma. Direção: BBC de Londres. Inglaterra, 2006. 90 min. Legenda, cor.

⁷⁴³ GLADIADOR. Direção: Ridley Scott. Produção: Douglas Wick, David Franzoni e Branko Lustig. Estados Unidos e Reino Unido, 2000. 155 min. Dublado, cor. Distribuição DreamWorks e Universal Studios.

destaques aos momentos em que os gladiadores apareciam como objetos sociais pertencentes a um jogo de interesses muito mais amplo que a própria arena, por outro lado, as cenas de reflexão pessoal e flashbacks dos personagens foram deixadas para outra oportunidade de apreciação e entretenimento.

Uma vez que o filme foi reduzido a uma duração condizente com a realidade escolar de cinquenta minutos por aula, os próximos passos foram a execução da aula; do filme e por último da atividade reflexiva. Começamos por uma aula expositiva e interativa acerca de como eram os gladiadores e quais eram os papéis desses na sociedade romana. É importante salientar que dialogar a respeito deste tema significa entender alguns importantes aspectos do sistema escravocrata romano, a relação do esporte com a política e também voltar às origens de Roma, quando o gosto pelos gladiadores foi herdado da cultura etrusca destacando uma das muitas continuidades na história romana. Esses pontos em conexão com o treinamento, a alimentação e a fisionomia dos lutadores foram explorados durante a aula juntamente com o uso de desenhos da época e imagens ilustrativas. Após a inserção dos alunos no tema e a colocação de algumas questões a serem pensadas durante o longa-metragem foi dado início a exibição deste. No mais a experiência dos alunos não foi interrompida.

Após o término do filme uma atividade foi proposta. O primeiro ponto ressaltado era a diferença entre os gladiadores do cinema e aqueles desenhados em murais na época. Com uma série de perguntas e duas imagens, um frame do filme e um dos desenhos dos gladiadores original da época, foi proposto que os estudantes identificassem a intenção dos produtores em priorizar que os principais lutadores fossem belos atores. A segunda questão relacionava um pequeno texto com o filme e as últimas aulas a respeito da política Pão e Circo. No trecho do texto o autor debatia até que ponto essa política pode ser entendida como realmente efetiva, uma vez que não eram todos os habitantes da capital do império que participavam dela. Em diálogo com essa teoria algumas cenas do filme mostravam uma distribuição de pão dentro do Coliseu, ficava claro nesse momento que apenas algumas pessoas conseguiam pegar a comida. Além dessas duas abordagens os alunos tiveram algumas aulas sobre o tema, o que possibilitou uma maior capacidade de absorção da proposta e desenvolvimento das questões.

Asterix e Obelix Contra César, 1999

A última análise cinematográfica realizada em sala de aula foi referente ao filme **Asterix e Obelix Contra César**⁷⁴⁴, dirigido por Claude Zidi. Em relação aos demais filmes trabalhados, esse possui uma característica que o diferencia: o gênero comédia. Usar um filme cômico na educação é vantajoso na medida em que a aula e as atividades se tornam mais descontraídas. Além do mais os exageros típicos desse gênero acentuam pontos a serem trabalhados que poderiam passar despercebidos. Contudo é importante que os alunos identifiquem que esse tipo de filme tem uma proposta específica, visa causar risos, ser engraçado e usar recursos como a fantasia para melhor entreter.

O trabalho com Asterix e Obelix teve início com um levantamento de conhecimentos prévios sobre o que eles achavam que eram os bárbaros que habitavam ao redor do Império Romano e depois foram os ditos culpados pela queda deste. As respostas seguiram o mesmo padrão: são pessoas selvagens que rugem, violentos, só comem carne, entre outras. A partir de então começamos um diálogo a respeito de quem eram esses povos, quais nomes eram dados a eles, falamos também que na concepção dos romanos todos que não habitam o império eram tidos como tais, o que envolvia civilizações milenares como a China. Tentamos falar que essa visão negativa dos povos que habitavam os arredores de Roma foi acentuada pelo trabalho tanto de alguns historiadores como de muitos cineastas que exploram apenas essas características rudimentares ao tratarem dessas pessoas.

Após uma pequena introdução ao tema exibimos o longa-metragem de Zidi. Antes da exibição pedimos que os alunos observassem duas coisas: como os gauleses, representando os bárbaros, eram retratados em contraste com os romanos e qual seria uma característica positiva em relação a aldeia de Asterix e Obelix que eles poderiam notar. Como as questões trabalhadas eram relacionadas a representação o filme não foi exposto até o final. Uma vez terminado de ver uma longa parte da história, os alunos receberam uma atividade, a ser feita em casa, que pedia exatamente as relações destacadas acima. A aula parece ser bem simples e é esse o objetivo, nem sempre é necessário elaborar um conjunto complexo de atividades e diálogos para trabalhar um tema em específico. Uma simples conversa e uma ilustração do ponto que estava sendo criticado ajudou os alunos a compreender que as sociedades ditas barbas são tidas dessa forma por causa do empenho

⁷⁴⁴ ASTERIX E OBELIX CONTRA CÉSAR. Direção: Claude Zidi. Produção: Claude Berri. França e Dinamarca, 1999. 106 min. Dublado, cor.

de outras pessoas em construir uma identidade negativa delas. Entretanto não podemos negligenciar que o filme atentou para um fator positivo e importante: os gauleses não desistiram de sua liberdade, eles lutaram contra os romanos, o que remonta à resistência a dominação de Roma.

Enunciados históricos sobre a Conjura Mineira na história e no ensino de história (1843-1897)

Geisiane Anatólia Gomes
Graduanda em História
UFOP/ICHS

geisiane_gomes@hotmail.com

Helenice Afonso de Oliveira
Graduanda em História
UFOP/ICHS

heleniceoliv@yahoo.com.br

RESUMO: Esse texto se propõe a revelar múltiplas narrativas históricas acerca da figura de Tiradentes como herói, as quais se constituíram antes daquela que se tornou a mais tradicional especialmente no ensino de história, com isto perceberemos que esta imagem já fora constituída antes da proclamação da República, diferentemente do que a história da historiografia, inclusive sobre o ensino de história, explicita. Partiremos da leitura de “Lições de Ensino de História”, de Joaquim Manuel de Macedo, da “História Geral do Brasil”, de Francisco de Adolpho Varnhagen e das “Efemérides Mineiras”, de José Pedro Xavier da Veiga, acompanhando e descrevendo, ainda, as suas posições em relação à ligação entre a Conjuração Mineira e a Independência do Brasil (1822). A partir da história dos conceitos tematizaremos conceitos como “Portugal”, “portugueses”, “colonização”, buscando, ao fim, investigar o problema da “distância histórica”.

PALAVRAS-CHAVES: Historiografia Brasileira, História do Brasil, Ensino de História, Conjuração Mineira, Distância Histórica.

Antes de nos debruçarmos sobre as narrativas oitocentistas e em parte da historiografia existente acerca da Conjura Mineira, não podemos prescindir de discutir a nomenclatura dada ao movimento, de expectativas de reorganização política e de tomada de poder, ocorrido no último quarto do século XVIII, na atual Minas Gerais, comumente tratado pela denominação de Inconfidência Mineira. O termo *inconfidência*, utilizado majoritariamente, se apresenta reproduzido, acreditamos a partir dos documentos oficiais da Coroa Portuguesa, nos Autos da Devassa, onde o termo é inserido pelo advogado⁷⁴⁵ dos réus no intuito de minorar o crime pelo qual estava sendo acusados o alferes Joaquim José da Silva Xavier e os demais conjurados.

⁷⁴⁵FOCAS, Júnia. Discurso e Sentido na Inconfidência Mineira. *Conexão Letras*, Belo Horizonte, vol. 2, n. 2, pp. 104-119. 2006. p. 110.

Preferimos, ao longo de nosso texto, tratar o episódio ocorrido em 1789 como Conjura Mineira, justificando-nos a partir da leitura do vocabulário acrescido aos Autos, quando publicado pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte, em 1976, e principalmente do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1789, de Antonio Moraes e Silva, onde consultamos o significado à época dos verbetes “conjuração”, “conjura”, “inconfidência” e “sublevação”, onde o termo mais próximo de nossa compreensão do ocorrido, “conjura”, significa “movimento que não chegou ao seu fim esperado, não passado da concatenação promissória de um grupo de homens políticos”⁷⁴⁶. É visível que o significado encontrado em Moraes e Silva se apresenta como um contorno natural, quase feito sob medida, do que nos propomos a discutir aqui.

É possível prosseguir com a discussão conceitual abrangendo ainda os termos “levante”, “motim”, “sedição”, “rebelião” e “revolução”, nos livros *A Devasa das Devasas* do historiador britânico Kenneth Maxwell e também no *Manto de Penélope – História, mito e memória da Inconfidência Mineira, 1788-9*, do historiador João Pinto Furtado, que como é perceptível pelo título dado a sua obra, é um dos exemplos do uso do termo inconfidência, juntamente com a maioria dos historiadores que lançamos mãos para o embasamento de nossa pesquisa.

A historiografia sobre a Conjura Mineira dentro do ensino de história, não conta com grande volume, mas tem sua importância e discussão em autores como Thaís Nívea de Lima e Fonseca e de Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, além, de forma indireta, focando no conteúdo do ensino de história como um todo, com a autora Selma Rinaldi de Mattos.

A pesquisa em questão foi motivada muito a partir da leitura do terceiro capítulo de *História & Ensino de História*, 2003, *Exaltar a Pátria ou formar o cidadão*, de Thaís Fonseca, onde ela afirma que “até a instalação da República, em 1889, ela [a Conjura Mineira] não aparecia com destaque nos manuais escolares, que ou ignoravam ou minimizavam sua importância”⁷⁴⁷.

⁷⁴⁶ SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Acesso em junho de 2014. p 448.

⁷⁴⁷FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Exaltar a pátria ou formar o cidadão. In: História & Ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Pp. 37-90. p. 74.

Nossa hipótese é, que contrariamente a essa afirmação de Fonseca, existiria sim, antes de 1889, a presença da Conjura Mineira e também da imagem de Tiradentes como mártir, como conteúdo destacado dentro dos materiais didáticos, incluindo aqui, narrativas de referência da história pátria, assim como em manuais específicos para o ensino, pondo em xeque a afirmação de Fonseca. A partir das leituras do “Compêndio de História do Brasil”, 1843, de José Inácio de Abreu e Lima, da “História Geral do Brasil”, de Francisco Adolfo de Varnhagen, nas duas edições, em 1854 e 1876, do manual didático “Lições de História do Brasil”, 1861-3, de Joaquim Manuel de Macedo, e das “Efemérides Mineiras”, 1897, de José Pedro Xavier da Veiga, essa última, como um paralelo entre a representação da Conjura, no período monárquico e no início do período republicano.

Após a leitura inicial das obras anteriores a proclamação da república, foi possível de início perceber que a Conjura Mineira fora sim tratada com destaque, nas obras de Varnhagen e principalmente no texto didático de Manuel de Macedo. Acreditamos que a existência dessa crença de inferioridade do movimento na história nacional no ensino, constatada por Fonseca, tenha se formado a partir apenas da leitura da obra de Abreu e Lima, este sim, tratando com pouco interesse o fato histórico, como nos informa Bandeira de Melo, ao dizer que “o assunto Inconfidência também não deixou de ser considerado no livro didático de J. Inácio de Abreu e Lima, porém nesse autor a matéria mereceu mais do que poucas referências, pois Abreu e Lima entendeu que o mesmo se tratava de ‘quimérico intento’”⁷⁴⁸.

Talvez a ligação de Macedo, com o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e da aproximação da sua obra com a de Varnhagen, admitida no prefácio das Lições, tenha feito com que o manual deste tenha sofrido certo repúdio da historiografia do ensino de história, muito ligado a ideia construída por Mattos, onde as edições das Lições são consideradas “em larga medida, as divulgadoras dos princípios e conteúdos fixados por Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil, publicada em 1854”⁷⁴⁹. Será possível perceber no decorrer de nosso texto que isso se configura em um equívoco. O Compêndio de Abreu e Lima foi utilizado entre 1850 e 1861 no *Imperial Colégio Pedro II*, instituição de

⁷⁴⁸ MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. A Inconfidência Mineira. In: Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2008. Pp. 139-170. Pp. 140.

⁷⁴⁹ MATTOS, Selma Rinaldi de. Lições de Macedo. Uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). A História do Ensino de História. Rio de Janeiro: Access, 1998. Pp. 31-41. P.

referência no ensino durante o século XIX, com as Lições de Macedo o sucedendo. Obra essa, reeditada até o início do século XX, caracterizando-se como um conteúdo de referência no ensino não só dentro do Colégio Pedro II, mas como nas escolas de ensino primário.

Joaquim Manuel de Macedo, trata na Lição XVII, em seu texto das Lições de História do Brasil, para os alunos do 7º ano do Imperial Colégio Pedro II, da fracassada sublevação ocorrida nas Minas Gerais, em Vila Rica, hoje Ouro Preto, no ano de 1789. Ele retrocede temporalmente ao ano de 1786 para explicitar as motivações e ações dos participantes da Conjura e chega a 1792, ao fim do processo de Devassa. Cuidando do assunto entre as páginas 215 e 227 do manual. Diferentemente de Macedo, Abreu e Lima, trata do assunto em pouco menos de duas laudas.

Pelo título *Primeiras ideias de Independência do Brasil: Conspiração malograda em Minas Gerais – O Tiradentes (1786-1792)*, Macedo trata a Conjura Mineira sob a égide das movimentações brasileiras, anteriores a 1822, que já demonstravam, mesmo que de forma prematura, ideais independentistas, localizando os envolvidos dentre os homens de vulto do passado do Império do Brasil. Macedo ao fim de sua elaboração, debaixo do julgo monárquico em que se encontrava não deixou de louvar a carta régia de D. Maria I, avó de D. Pedro I, que libertara da pena de morte no patíbulo, pouco antes da sentença ser divulgada, comutando a pena dos acusados. Excluiu-se desse fim imediatamente menos fatal, o desterro, apenas o alferes Silva Xavier, que serviria de exemplo, sendo enforcado, esquartejado e tendo sua cabeça posta em alto poste em Vila Rica até que o fim natural da carne chegasse.

Estendendo como um todo a segunda edição da *História Geral do Brasil*, 1876, Varnhagen trata da Conjura Mineira em vinte e uma páginas, quase o dobro do espaço dado para a discussão da mesma na edição de 1854. Percebe-se entre as edições uma organização que em pouco, mas visivelmente, se distingue pela apresentação de documentos no decorrer do texto. No caso das movimentações de 1789, maior minúcia é dada e os pontos levantados são mais identificados, se tornando singulares dentro do coletivo do episódio. De *Primeira Conjuração em favor da Independência do Brasil* o título da seção passa a ser *Ideias e conluio em favor da Independência em Minas*, o que acreditamos denota uma diminuição, aos olhos de Varnhagen, da importância da mal fadada conjuração para a

constituição do processo de emancipação que teria lugar em 1822, entretanto não diminuindo a importância do fato para o passado da jovem nação.

Macedo e Varnhagen eram como já dissemos sócios efetivos e também ativos do IHGB, próximos de certa forma a Família Real, sendo Macedo, por exemplo, tutor dos netos de D. Pedro II e também professor, nomeado pelo Imperador, da cátedra de História do Brasil, no Imperial Colégio. Historiadores por ofício; sendo Varnhagen, militar e diplomata, e Macedo formado em medicina, eram eles dois daqueles que construiriam através de suas pesquisas e narrativas o passado da nação, recém-emancipada de Portugal. Essas narrativas se impunham a partir da necessidade de um passado comum a toda a pátria, o que legitimaria não só o poder do Imperador perante a população, mas também tornaria o Império Brasileiro distinto de Portugal e, portanto uma nação soberana. Esse papel comum, não deixaria, entretanto de ter nuances distintas.

Saindo dos títulos distintos utilizados por Varnhagen e aprofundando no texto de ambas as edições, a predileção pelo português em relação ao brasileiro está presente, tanto como prova do “patriotismo parcial”⁷⁵⁰ de Varnhagen, explicitado por José Carlos Reis, tanto como exemplo explícito do que Thamara de Oliveira Rodrigues, a partir da interlocução feita com Mark Salber Philips e de Reinhard Koselleck caracteriza como “distância histórica”, referindo-se a algo que “não se refere propriamente à preocupação dos relatos estudados com o afastamento (ou aproximação) temporal dos fatos que eles abordam”, mas como o “posicionamento da narrativa favorável ou não em relação a uma herança íntima”⁷⁵¹. Herança essa, no caso de Varnhagen, ligada a Portugal, muito mais fortemente do que no caso de Macedo. O que veremos a seguir, efetivado em texto, utilizando-nos das representações das imagens de Gonzaga e de Silva Xavier, o Tiradentes, tanto na História Geral de Varnhagen, quanto nas Lições de Macedo.

Na primeira edição da História Geral do Brasil, Varnhagen faz uso de um pequeno espaço em seu texto para por luz sobre Thomas Antonio Gonzaga; espaço superior aos dos

⁷⁵⁰ REIS, José Carlos. Varnhagen (1853-7): O elogio da colonização portuguesa. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 17, março/1997. Pp. 106-131. P. 115.

⁷⁵¹ RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A Independência de Portugal. História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de pós-graduação em História, 2014. P.93.*

outros envolvidos, excetuando claro ao espaço dado a Tiradentes, dizendo que o desembargador Gonzaga era conhecedor dos caminhos da Conjura, amigo íntimo daqueles que partilhavam dos ideais libertários e ainda cita a ação deste, onde ele se dirige a Fazenda de Cachoeira, onde se encontrava o governador, o Visconde de Barbacena, assim que a derrama fora suspensa, cheio de elogios e de boa lúbia a espera que algo fosse dito sobre o conhecimento ou não das expectativas dos conjurados, a qual se incluía de dar continuidade. Entretanto na segunda edição, Varnhagen se reposiciona ao apresentar Gonzaga, antes um conhecedor e aliado da Conjura, em grande e honrado homem, um português, nascido no Porto, zeloso das riquezas da Cora e de seu papel burocrático ligado a ela, que da Conjura nada tinha parte. Inocente em todos os níveis.

Varnhagen, como nos apresenta José Carlos Reis, repreenderia aqueles que por ventura comprometeram um futuro ligado a Portugal e isso chega a fazer com Gonzaga, desconsiderando sua origem lusa em preferência a seu “passo em falso” em relação as suas obrigações. Porém o “patriotismo parcial” de Varnhagen, que atingiria até a Família Real, se não fosse o Imperador descendente da linhagem de Bragança, e da necessidade aparente de uma análise em paralelo entre um colono português e um brasileiro, reconsidera a postura do poeta árcade, asseverando a imagem negativa que fizera de Silva Xavier, nascido em São José Del Rei, atual Tiradentes.

Macedo por sua vez, em suas lições, no volume publicado em 1863, diz que Gonzaga não havia pretendido fazer parte da Conjura, ao mesmo tempo em que se inclina a duvidar disso, pelas relações mantidas entre ele e os demais conjurados:

Pretendeu não ter entrado nela o desembargador Gonzaga, e isso mesmo sustentou em face dos juízes o mal-aventurado Xavier, apesar de ser inimigo pessoal desse magistrado, como declarou, entendem, porém alguns, talvez com fundamento, que ele tinha perfeito conhecimento dos planos dos conjurados, muitos dos quais pensavam em fazê-lo chefe do governo que havia de se estabelecer e não é improvável que o ilustre desembargador e poeta, amigo dedicado de não poucos dos conspiradores, extremamente apaixonado de uma jovem e bela mineira, com que esperava casar, apoiasse com os seus conselhos, embora cautelosos, a causa da pátria, que devia adotar⁷⁵².

⁷⁵² MACEDO, Joaquim Manuel de. Lição XVII. Lições de História do Brasil para os alunos do 7º ano do Imperial Colégio Pedro II., 1863. p. 215-227.

Sobre Tiradentes, Varnhagen, em ambas as edições, como já havíamos sublinhado, apresenta-o como homem ambicioso, “pobre, sem respeito e louco”⁷⁵³, utilizando de uma caracterização feita por Gonzaga sobre o alferes, descrevendo ainda suas muitas tentativas de galgar com espaço na sociedade e riquezas, na tentativa de depreciar Tiradentes a partir de atribuições não menos comuns àqueles que viviam nas Minas setecentistas. Dizendo ainda de sua morte no patíbulo o que conferira a este a imagem de mártir.

Macedo trata Tiradentes como um “conspirador menos importante”⁷⁵⁴, que foi tornado mártir (e herói?) através da sua qualificação como o mais “terrível e atroz dos criminosos”⁷⁵⁵ que teve como consequência sua pena distinta dos conjurados, culpados como ele, quando os juízes o impuseram o patíbulo; ele, Tiradentes que se portara com nobreza e não buscara subterfúgios para tornar mais leve a sua culpa, se elevando “acima de todos os seus companheiros com o fulgor da coroa do martírio”⁷⁵⁶.

Só a morte do infeliz Tiradentes é que pode provocar severa censura aos juízes que não souberam apreciar a nobreza desse homem, que nunca trepidou diante deles, nem recorreu a subterfúgios para tornar mais leve a culpa, de que o acusavam, culpa que não era mais grave do que a dos seus companheiros, a quem se trocou a morte por desterro. A alçada lavrando a sua tremenda sentença foi simples órgão das leis que vigoravam; foi, porém iníqua mandando Tiradentes subir ao patíbulo⁷⁵⁷.

Macedo, seguindo caminho distinto do escolhido por Varnhagen, não deprecia a imagem de Tiradentes em contraposição a de Gonzaga, indicando, entre outras coisas uma desconsideração ou até mesmo um aumento da distância entre Portugal e Brasil em relação ao passado revoltoso da nação, nos limites claro, dos laços fraternos mantidos mesmo após 1822 entre as duas nações. Indicando, ainda com isso, um Macedo que não apenas reverbera as conclusões chegadas por Varnhagen em seu manual como acredita Mattos, mas que se impõe não só metodicamente no manual didático que se propõe escrever, mas também de forma crítica e política.

É possível perceber que a imagem heroica do alferes Silva Xavier não estava, antes da Proclamação da República, no ápice de sua relação com o sucesso da nação, pelo menos

⁷⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Historia Geral do Brazil*. 1854. *Seções VIII e XLVII*. 1ª Edição. 1854. Pp.80-97; 269-282.

⁷⁵⁴ MACEDO. Lição XVII. P. 225.

⁷⁵⁵ _____. Lição XVII. P.225

⁷⁵⁶ _____. Lição XVII. P.225

⁷⁵⁷ _____. Lição XVII. P.

nas obras pesquisadas, sendo o “menos importante” entre os conjurados que teve sua imagem estigmatizada quando foi levado a suplício no patíbulo, para dar exemplo ao povo das consequências daqueles que incorriam contra a Coroa Portuguesa. Para Varnhagen o insucesso da Conjura, antes mesmo de vir a se concretizar, foi apenas um ensaio, que a Providência não deixara por fim ao futuro da Nação, Macedo encontra nesse mesmo momento as origens das ideias de independência sem esquecer-se de criticar a possibilidade da implementação de uma suposta república caso fosse vitoriosa as especulações da Conjura Mineira. Mas ambos dão espaço suficiente em suas obras ao ocorrido pelo papel importante que tiveram na construção da pátria que fazia pouco se distinguira de Portugal, isso é inegável.

O “herói nacional” só precisava ser assim nomeado, sua persona distinta já havia sido construída no século XIX, e disso se aproveitaria a República. A proclamação de uma nova forma de governo precisava, tanto quanto o Imperador precisara pós 1822 de legitimação, não deixando de utilizar do passado e dos historiadores para isso e assim foi feita a relação de Tiradentes com a o republicanismo antes mesmo de 1889.

José Pedro Xavier da Veiga, nas *Efemérides Mineiras*, publicada em 1897, dá grande importância ao ocorrido em 1789 e se apresenta aqui a partir da argumentação de Ivana Denise Parrela que reconhece em boa medida que o autor dá a obra um caráter didático⁷⁵⁸, onde, já no prefácio o autor apresenta seu laborioso intento de reunir o maior número possível de fontes quer sejam elas encontradas em manuscritos inéditos até informações já copiladas por institutos a respeito da história de Minas Gérias, enfatizando o caráter patriótico de seu trabalho.

O suplício de Tiradentes é tratado no início da obra, onde Xavier da Veiga usa de vários adjetivos elogiosos, tais como: “percursor da liberdade, herói e mártir”⁷⁵⁹ para representar seu lugar de líder conjurado, retomando no martírio a ele imposto, ponto importante na distinção entre Tiradentes e os outros conjurados, já explicitada em

⁷⁵⁸ PARRELA, Ivana Denise.

⁷⁵⁹ VEIGA, José Xavier da Silva. *Efemérides Mineiras*/ J. Pedro Xavier da Veiga; introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

Varnhagen e Macedo, como ponto crucial para a construção de sua imagem. Apesar dessa figura de mártir não ser constituída pelos republicanos, justifica-se a sua tomada de forma positivada à construção de uma nova identidade nacional, onde o ideário republicano deve prevalecer, cabendo então ao “herói” brasileiro, que incitara ideias republicanas durante o período monárquico, tornar a aproximação e identificação do novo governo mais fácil em um total distanciamento do passado luso e monarquista.

*

Depois dessas reflexões é possível concluir que a construção da uma história da nação brasileira apresenta dois estágios pontuais, em um primeiro momento, com a sua constituição independente do Reino de Portugal e num segundo com a mudança do regime monárquico para o republicano. Para formação do cidadão era necessário que se constituíssem interações e empatia, entre Brasil e brasileiros, neste sentido a história escrita, principalmente em seu viés pedagógico, no sentido de dar aos cidadãos uma noção de pertencimento, de singularidade, partindo dos exemplos de homens singulares, heróis vindos do povo, próximos tanto do Estado quanto da sociedade civil. A Conjura Mineira e seus personagens são um bom exemplo de como estes elementos foram utilizados para esta aproximação ao Brasil, nova nação, para o distanciamento de Portugal, antiga metrópole e para o distanciamento entre formas distintas de governo.

A configuração histórica do bairro Santo Antônio e seus reflexos na Escola Municipal Wilson Pimenta Ferreira. Um estudo interdisciplinar sobre a precarização do ensino básico público e a marginalização do espaço na cidade de Mariana - Minas Gerais

Pedro Henrique Montebello Pereira Martins

Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto

Licenciando em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto

pedrodragonforce@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo explicar as possíveis causas do sucateamento do ensino na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*. Esta escola, situada em Mariana, interior de Minas Gerais, sofre as consequências de péssimas gestões e desestruturação há anos. Com base na experiência de estágio vivenciada nesta instituição escolar e na pesquisa histórica sobre o processo de ocupação do bairro em que a mesma se encontra (bairro *Santo Antônio*), tentaremos explicar os diversos fatores que contribuíram para a marginalização da escola e da comunidade em que está inserida. Neste presente trabalho, tentarei esmiuçar os caminhos da pesquisa juntamente com os desafios encontrados. Apresentarei as conclusões encontradas neste estudo. Esta pesquisa, em síntese, tenta a partir de várias áreas do conhecimento interpretar o espaço que é estudado. É um trabalho que a partir de uma problemática do presente, recua com o auxílio da história para o passado e tenta investigar as possíveis causas da marginalização daqueles locais: Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* e o bairro *Santo Antônio* (ou favela da *Prainha*).

PALAVRAS-CHAVE: Marginalização do espaço; Desestruturação do ensino; Interdisciplinaridade.

Introdução

Mariana, Minas Gerais, se caracteriza por ser uma cidade distinta. Sua história, que remonta às primeiras explorações auríferas da então província mineira, no século XVII, é percebida no cotidiano da cidade, seja nas suas construções históricas, seja nos seus habitantes. A extração do minério está diretamente ligada à história da ocupação da cidade, na medida em que o ouro foi o primeiro responsável pela ocupação deste perímetro e, em seguida, com sua escassez, a população procura a zonal rural em busca de melhores condições de vida. Na segunda metade do século XX, com a volta da exploração mineral –

agora, a exploração industrial do ferro –, Mariana volta a ser ocupada nas imediações do centro e passa por uma grande transformação do seu espaço. Com essa nova onda de progresso trazida pelas grandes mineradoras, seu perímetro urbano se estende de maneira descontrolada, ocasionando, neste contexto, a criação de bairros não planejados e a favelização de certas comunidades.

É a partir deste contexto de crescimento desordenado do espaço urbano, na segunda metade do século XX, entre os anos de 1970, que surge o bairro Santo Antônio. Este bairro se caracteriza por uma situação de extrema pobreza de seus habitantes e sofre com muitos problemas. A presença mínima dos serviços prestados pelo Estado é uma realidade naquele local e problemas – tráfico de drogas, ausência de saneamento básico, falta de abastecimento de água, ausência da polícia, assistência médica nula e, principalmente, educação desestruturada – são diagnosticados naquela comunidade.

A partir deste contexto de abandono dos poderes públicos para com o bairro Santo Antônio, surge a necessidade do estudo da principal esfera transformadora que, naquele espaço, é negligenciada: a educação.

Com base na bibliografia sobre a precarização do ensino público básico após a década de 1990 e na experiência de estágio vivida entre o final de 2012 e o início de 2013, na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, um estudo será traçado aliando pesquisa histórica sobre o processo de ocupação do bairro e as causas da marginalização do espaço escolar naquela comunidade.

Este estudo pretende, a partir da análise de vários fatores, tentar entender as causas da desestruturação do Ensino Básico naquele contexto. Aqui, tentaremos verificar o que, no âmbito político nacional, influenciou no sucateamento da escola, e o que, no âmbito político local, contribuiu para a marginalização do bairro Santo Antônio e, conseqüentemente, para a situação complicada da Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*.

Introdução à configuração histórica do bairro Santo Antônio

O bairro Santo Antônio – ou Prainha, como é conhecido na cidade de Mariana – se caracteriza por uma formação histórica distinta. Diferentemente dos outros bairros que o circundam, como Rosário, São Gonçalo e Centro, o bairro Santo Antônio não possui

características da arquitetura típica do século XVIII em suas casas e sua configuração urbana difere totalmente das construções barrocas encontradas no centro da cidade.

Entretanto, mesmo sem as características do Centro Histórico, o bairro Santo Antônio mantém ligações com a história de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, principalmente no que tange à questão da extração do ouro. Seria um engano, contudo, acreditar que as características do bairro, como se encontram nos dias atuais, têm relações diretas com a exploração do ouro, que ocorreu no século XVIII.

Constata-se que esta relação existe, porém esta não se dá de forma automática, conforme imaginamos ao primeiro contato. Com base nas pesquisas de campo, na bibliografia e na leitura documental, afirmamos que o processo de ocupação daquela comunidade se relaciona muito mais com a atividade mineradora do ferro⁷⁶⁰ – que teve a exploração de caráter industrial iniciada por volta da segunda metade do século XX – do que com a atividade mineradora do ouro, iniciada no início do século XVIII.

Coloca-se esta desconstrução, logo de início, devido ao fato de aquela região abrigar uma das primeiras construções religiosas de Minas Gerais, a Capela de Santo Antônio, cuja fundação data, aproximadamente, do final do século XVII, além de, equivocadamente, relações serem estabelecidas entre a comunidade que ali vive nos dias atuais e a Capela⁷⁶¹.

Esta desconstrução se faz necessária, pois a falta de pesquisa e os ‘achismos’ que circundam nos falares dos guias turísticos em Mariana, muitas vezes, apontam para uma relação ‘direta’ entre aquela comunidade e o que foi a extração do ouro no século XVIII. Afirma-se que a relação existe, mas não é automática como imaginamos à primeira vista, ou seja, essa relação não se caracteriza como uma herança direta. Imaginar aquela comunidade, ali instalada, como fruto dos primeiros ocupantes daquele espaço no século XVIII é um equívoco, pois estaríamos esquecendo os mais de 300 anos de transformação do espaço e

⁷⁶⁰FISCHER, Mônica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais/UFMG. 1993.

⁷⁶¹TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. SENA, Tatiana da Costa. *Capela Santo Antônio: Diálogos entre História e Arqueologia (Relatório de Pesquisa)*. I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea. Universidade Federal de Ouro Preto. 2006.

dos movimentos migracionais nesta região. Observemos como Souza Júnior⁷⁶² expõe esse processo:

Quase tão rápida quanto a ocupação do centro urbano da cidade, foi sua desocupação. A crise do ouro leva parte da população da cidade a trocar a vida urbana pela vida rural. Inúmeros donos de lavras de ouro vão buscar outras searas para investirem o acumulado com a extração do metal.

Dessa forma, pensar de maneira imediata é altamente precipitado, pois, adotando-se essa chave de leitura do referido espaço, estamos abandonando séculos e séculos de transformações.

A relação existente entre o bairro Santo Antônio e a atividade do ouro se configura de maneira não linear, diacrônica. Esta diacronia existe pelo fato de as pessoas que ali residem, em sua maioria, terem começado a ocupar aquele espaço expressivamente no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, além de serem naturais de outras localidades. E atentemos: quando falamos em 'localidades', muito cuidado deve-se tomar, principalmente pelo fato de aquele bairro abrigar, atualmente, pessoas provenientes de outras áreas de Mariana, como os distritos longínquos do Centro Histórico, e de outras cidades do Brasil e de Minas Gerais. Souza Júnior (2003, p. 68)⁷⁶³ explica, em sua Dissertação, o perfil migracional dos moradores de bairro das periferias de Mariana:

Neste período, observa-se o incremento da ocupação da chamada "cidade nova" e o surgimento de vários bairros periféricos nas cercanias da cidade e nas regiões ribeirinhas ao Ribeirão do Carmo, chamadas "prainhas". Esses bairros, bastante insalubres, foram fruto de uma ocupação "desordenada" do espaço, levada a efeito durante a década de 1980, por políticas clientelísticas muito comuns na região. De acordo com pesquisa anterior (Souza Júnior, 2000), constatamos que os dois bairros mais pobres do município, Cabanas e Santo Antônio (Prainha), têm sua população formada quase que em sua maioria por pessoas vindas da zona rural ou de pequenos municípios da região, 59 e 60%, respectivamente. Nesses bairros, os números quanto a renda, violência e escolaridade também não são favoráveis.

Reafirmando: acreditar que aquela comunidade, ali instalada, tenha relação direta com as primeiras lavras auríferas do século XVIII é um equívoco. Acredita-se que, para melhor análise do bairro, duas vertentes de interpretação devem ser tomadas. A primeira

⁷⁶²SOUZA JÚNIOR. Paulo Gracino de. "Barracões Barrocos": memória, poder e adesão religiosa em Mariana-MG. Rio de Janeiro: Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO. 2003. p. 57.

⁷⁶³SOUZA JÚNIOR. "Barracões Barrocos": memória, poder e adesão religiosa em Mariana-MG, p. 68.

vertente, com base na análise do lugar, configura-se como recorte espacial; a outra vertente tem um viés sociológico, na medida em que se baseia no ciclo migratório dos moradores presentes naquele espaço.

A Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* dentro do contexto do bairro Santo Antônio

Acreditamos que a dinâmica do cotidiano da Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* é diretamente relacionada com a situação de marginalidade encontrada no bairro Santo Antônio.

Vale ressaltar que o conceito de ‘marginalidade’ empregado neste trabalho se refere ao contexto de abandono em que o bairro se encontra. Marginalidade se refere a estar à margem de algo. E, neste contexto, o bairro Santo Antônio e a EMWPF estariam à margem da sociedade marianense, por causa da sua realidade e da situação de precariedade dos serviços básicos públicos ali encontrados. Assim, se configura um contexto de ‘abandono’ por parte dos poderes públicos.

O enfoque girará em torno de três temáticas, que se confundem e se complementam. São temáticas que, *a priori*, não poderiam ser analisadas separadamente, mas aqui trabalharemos para que cada temática tenha um entendimento individual, de modo que, ao final, possam ser relacionadas entre si. É sabido que violência não se discute sem se falar de preconceito e problemas estruturais, pois estes são aspectos que contribuem para que estigmas e ‘violências’ se perpetuem.

Primeiramente, trataremos do ‘estigma’ que o bairro Santo Antônio sofre perante a sociedade marianense. Como tratado anteriormente, a história da ocupação daquele bairro está diretamente ligada a um contexto de barganhas políticas eleitoreiras, assim como ocorre com outros bairros periféricos de Mariana; tais barganhas nunca foram compreendidas – ou aceitas – pela população do Centro Histórico, já estabelecida na região (Souza Júnior, 2003). É chave a compreensão deste sentimento que envolve a comunidade marianense, para compreendermos como esse estigma de preconceito prejudica a autoestima e a identidade dos moradores do bairro Santo Antônio.

O segundo aspecto de que será tratado é a questão da violência e das suas múltiplas manifestações. A violência, que está inserida no contexto do bairro e da escola, se

manifesta de maneira multifacetada. Neste caso, teremos que compreender violência como algo muito além do que imaginamos, como agressão física ou violência verbal. Será necessária uma chave de leitura diferenciada do conceito, para compreendermos como estas múltiplas violências se manifestam naquele contexto que iremos analisar. A Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* está inserida em um bairro com altos índices de criminalidade e, para compreendermos a situação da escola, é preciso compreender a situação do bairro e vice-versa.

O terceiro aspecto que será tratado toca na questão dos problemas estruturais encontrados na escola, durante a experiência de estágio entre o final do ano de 2012 e o início de 2013. Durante esta vivência, foram constatados inúmeros problemas de ordem estrutural e política na escola. Esta experiência nos auxiliará a entendermos como o sentimento de estigma para com o bairro prejudica o funcionamento da escola e nos ajudará a constatar os múltiplas violências encontradas ali naquele meio escolar.

A experiência de estágio na Escola Municipal Wilson Pimenta Ferreira

A experiência de estágio desenvolvida na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, entre o final de 2012 e o início de 2013, se deu de forma incomum. Digo ‘de forma incomum’, porque não tivemos contato em momento algum com alunos. A universidade estava recém-saída de uma greve e as atividades de estágio foram retomadas no período em que os alunos estavam de férias na escola. Nossa turma, que foi coordenada pela Professora Virgínia Buarque Albuquerque, desenvolveu, em parceria com a escola Wilson Pimenta Ferreira, oficinas que tinham por objetivo trabalhar os espaços mais carentes de atenção da escola. O meu grupo ficou responsável pela organização da sala de recursos, espaço em que deveriam funcionar os computadores equipados com *internet*.

Tivemos muitos percalços durante nossa atuação na escola. Como ficamos responsáveis pela organização da sala de recursos, em todo momento nossa atuação ficava limitada, por conta da dependência de suporte para efetuar as atividades. Desenvolvemos atividades que foram muito além do esperado e do que tínhamos planejado.

Na primeira vez que adentramos a escola, evidenciamos o tamanho descaso do poder público para com aquele espaço. Uma realidade de abandono evidente. Presenciamos a ocupação de uma família que estava ‘morando’ dentro da escola por conta da irresponsabilidade da prefeitura para com as famílias desabrigadas pelas fortes chuvas que

castigaram Mariana, naquele período. Este choque, logo de início, provava que as atividades a serem desenvolvidas por lá seriam um desafio. Em uma escola situada no centro de um bairro carente, uma família residir por conta da irresponsabilidade dos poderes públicos é a prova da marginalização daquele espaço. É a confirmação de que a escola não está ali para seu papel principal, que é educar e promover a transformação. Logo após o choque pela presença da família que estava residindo na escola, começamos a pôr em prática nosso trabalho.

Ao averiguar a sala que deveria ser, *a priori*, responsável pela inclusão digital dos alunos, outra surpresa foi encontrada. Pilhas e pilhas de material, que não condiziam com a proposta daquele ambiente, se amontoavam de maneira caótica. Além dos computadores que estavam encaixotados, diversos materiais de múltiplas naturezas foram encontrados naquele espaço. Coisas que nada tinham a ver com a proposta do espaço, que era destinado ao ensino de informática e à inclusão digital. Instrumentos musicais de fanfarra, brinquedos, livros, carteiras, uniformes e computadores se apresentavam naquele meio de maneira caótica e desorganizada. O que se constatou de início, ao primeiro contato com o local, é que aquele espaço não estava servindo para o seu papel, aquele espaço estava servindo de depósito de materiais da escola. Tudo em meio à sujeira e à desorganização.

Depois de averiguado o espaço que seria trabalhado, nosso grupo decidiu qual atitude deveríamos tomar quanto àquele espaço que estava praticamente ‘esquecido’ pela escola. A sala que estava se configurando como um verdadeiro caos precisava urgentemente de uma breve organização, pois nem o mínimo dava para se fazer em meio àquela situação. Primeiramente, realocamos todos os itens que estavam fora de seu contexto, que não tinham relação com informática, para outro espaço. Em seguida, fizemos a faxina do local, pois, com a inutilização daquele espaço, muita sujeira e poeira acumularam-se. Depois da limpeza e da realocação dos materiais, começamos a desenvolver as atividades que, aos poucos, iam trazendo de volta o sentido inicial daquele espaço, que era um lugar de conhecimento. Ou seja, um laboratório de informática.

Ao longo das atividades na escola, instalamos os computadores de maneira eficiente no local. Ligamos os computadores de maneira sequencial, para que o espaço fosse mais bem aproveitado. Depois, instalamos os *softwares* para que a sala de informática ficasse adequada ao uso da comunidade escolar.

Durante o tempo de realização das atividades na escola, constatamos os inúmeros desafios de se trabalhar na escola Wilson Pimenta. A rotação dos funcionários da administração da escola foi um dos fatores que mais complicaram o desenvolver dos trabalhos. A instabilidade política municipal da cidade é evidente em muitos setores e o setor educacional não seria diferente. A falta de continuidade nas atividades que começam em gestões anteriores somada aos fatores de negligência política, trancafiou o caminhar da educação e das escolas na cidade. Esta atividade que relatei, que teve lugar entre final de 2012 e início de 2013, já foi desfeita. Em uma das idas até a escola, à procura de documentação para a confecção desta monografia (segundo semestre de 2014), perguntei sobre a situação da sala de recursos (sala de informática) e uma das funcionárias relatou que a situação está caótica novamente. Ela ainda se recusou a abrir as portas da sala devido à sujeira e à desorganização que tinham voltado a imperar.

Vemos que a situação de caos e desordem na educação básica municipal de Mariana é latente. Mesmo com a ajuda da Universidade Federal de Ouro Preto em diversos convênios com os cursos de licenciatura, os danos causados pela desestruturação da escola de anos e anos não foram amortizados.

Conclusão

No estudo realizado sobre o sucateamento da Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, foi constatado que são inúmeros os fatores que influenciam na desestruturação do Ensino Básico público.

Tais fatores podem ser de origem da política nacional, da política regional recente e, sobretudo, de fatores sócio-históricos do local em que está inserida a escola. No nosso estudo, evidenciamos que o estigma carregado pelo bairro Santo Antônio é um dos principais fatores que corroboram para que a escola dentro daquela comunidade continue sucateada. Mesmo que recorramos aos anos de origem do sucateamento do ensino público, que foram os anos 1990, para explicar o que se encontrou na escola estudada, o peso de sua configuração histórica se mostra mais significativo para uma possível explicação sobre sua situação.

É claro que as medidas neoliberais implementadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 até 2003) tiveram peso de extrema importância para o sucateamento da educação brasileira, mas pensando em um aspecto mais específico de

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

análise e evidenciando os fatores locais com maior ênfase, a condição sócio-histórica do bairro Santo Antônio teve maior influência na situação averiguada na escola. É impossível traçar um estudo sobre determinada instituição escolar sem levar em conta o contexto em que esta instituição está inserida.

Tentando sistematizar uma linha de raciocínio para uma possível conclusão, vemos que a escola reflete o preconceito que o bairro carrega sobre a cidade. Com base na bibliografia sobre a história recente de Mariana, vemos que o bairro Santo Antônio (ou Prainha, como é chamado pejorativamente), desde seu início, nos anos 1970, nunca foi aceito pela população já estabelecida no centro histórico (elite sociopolítica). Seu contexto de criação, que é diretamente ligado a barganhas políticas do passado, carrega um estigma que lhe traz um título de bairro ‘indesejado’ por grande parte dos setores da elite marianense, lembrando que é esta elite que tem se perpetuado no poder por muitos anos. Sua situação de precariedade, em todos os aspectos evidenciados na pesquisa, reflete um projeto de perpetuação da pobreza naquele local. Consequentemente, a Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* dificilmente sairá da situação de sucateamento, já que a escola se configura como um dos mecanismos de mobilidade social nos dias atuais, o que não parece interessar aos que preferem a manutenção desse estado geral das coisas, mesmo que extremamente discrepante.

Carlo Ginzburg e a microhistória em sequências didáticas para o ensino de História

Maria Renata de Alvarenga Guimarães Teixeira

Mestranda em Educação

Faculdade de Educação – UFMG

renataufmg@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo apresenta a pesquisa de Mestrado realizada no Programa de Mestrado Profissional da FAE – UFMG, tem como finalidade romper com os paradigmas tradicionais que ainda permeiam o ensino de História trazendo para a sala de aula uma abordagem teórico-metodológica: a microhistória. A microhistória, movimento historiográfico iniciado na Itália, ganha cada vez mais força no Brasil e na América Latina. Dentro desse aporte teórico, tem-se como foco o trabalho com dois conceitos do historiador Carlo Ginzburg: a *redução da escala de observação* e a *circularidade da cultura*. Tem-se como objetivo a construção de sequências didáticas baseadas na análise de trajetórias individuais publicadas em artigos da Revista de História da Biblioteca Nacional. Esse trabalho investigativo parte da compreensão das vivências e representações sociais e culturais de indivíduos para o entendimento de um contexto mais amplo.

PALAVRAS-CHAVE: Carlo Ginzburg; Ensino de História, Microhistória, Revista de História da Biblioteca Nacional, Sequências Didáticas.

Apresentação

A presente pesquisa fundamenta-se na necessidade do uso de diferentes linguagens e recursos didáticos no ensino de História e acompanha as propostas de inovações para a Educação Básica que vem sendo discutidas no Brasil. O professor de História vive em constante desafio no que se refere ao desenvolvimento de práticas pedagógicas eficientes e inovadoras, capazes de atrair o interesse pelo aprendizado histórico.

Dessa forma, a introdução de novos objetos de aprendizagem e de níveis metodológicos de ensino não permite mais organizar o trabalho em sala de aula em torno de uma sucessão rígida de lições e exercícios e sim, instigam os professores a reinventar permanentemente arranjos didáticos e situações de aprendizagem que respondam melhor a heterogeneidade e às necessidades dos alunos.

Os questionamentos sobre currículo formal e em ação tornam-se fundamentais no momento em que ao (re) pensar aspectos pertinentes ao mesmo, podemos reconstruir novas estratégias de (re) significação do real. Partindo desse pressuposto, como tentativa de reestruturação da metodologia e dos conteúdos abordados nas aulas de História, propõe-se a conexão de paradigmas de dois grandes campos do saber: a História e a Educação.

As novas tendências historiográficas apontam caminhos para a construção do conhecimento histórico, influenciando não apenas a produção acadêmica nesse campo, como também a História como disciplina escolar.

Especialmente nas últimas décadas, novos eixos temáticos e metodológicos passaram a fazer parte da investigação e da prática historiográfica. Dentre eles, apresenta-se a microhistória, uma modalidade de pesquisa que nasceu da renovação epistemológica e metodológica de um grupo de historiadores italianos, como Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi, que descreveram e interpretaram casos “minúsculos” e periféricos à luz de uma história mais geral, buscando registrar uma série de fatos significativos que seriam imperceptíveis e que, no entanto, foram interpretados por sua inserção em contextos mais amplos e relacionáveis.

Esse trabalho pretende dialogar sobre o uso de fontes documentais escritas e não escritas no ensino de História, tomando como base os indícios, os vestígios, os sinais pouco perceptíveis aos olhos do pesquisador, mas que podem revelar áreas da produção cultural de agentes e sujeitos históricos, antes esquecidos pela História tradicional.

Dentro desse aporte teórico, tem-se como foco o trabalho com dois conceitos do historiador Carlo Ginzburg: a *redução da escala de observação* e a *circularidade da cultura*. Tem-se como objetivo a construção de sequências didáticas baseadas na análise de trajetórias individuais, de abordagem microanalítica, publicadas em artigos da Revista de História da Biblioteca Nacional. Esse trabalho investigativo parte da compreensão das vivências e representações sociais e culturais de indivíduos para o entendimento de um contexto mais amplo.

1 – Ensino de História e Escrita da História: possibilidades de aproximação

1.1 História Escolar e História Acadêmica

Na atualidade os debates sobre o ensino de História apresentam certa intersubjetividade em relação à necessidade de se considerarem o desenvolvimento cognitivo e as condições de apreensão dos conceitos históricos por parte dos alunos.⁷⁶⁴

As múltiplas formas de lidar com a temporalidade que constituem a *cultura histórica*⁷⁶⁵ permeiam os horizontes desses debates. Assim, as formas de conhecimento do passado e as

⁷⁶⁴BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 57.

⁷⁶⁵Para compreender a cultura histórica é importante investigar os usos do passado entre os quais está a história como disciplina escolar.

narrativas acerca dele tornam importante a análise do diálogo constante entre a história acadêmica, a história escolar e a história de circulação massiva.

A história de viés acadêmico, forma específica de produção do conhecimento sobre o passado através de uma narrativa metodologicamente controlada, é regulada por regras e práticas específicas e orienta-se pelas regras da análise crítica das fontes e pelo exercício da narrativa escrita.

Assim, com seus procedimentos, objetivos e finalidades próprias, a Historiografia sentiu a urgência de uma retomada da reflexão sobre a profissão do historiador a partir da década de 60. A aceleração das mudanças nos últimos anos levou certos historiadores a falar de crises e incertezas não apenas na França.⁷⁶⁶

Dentro dessa perspectiva, esses questionamentos foram resultado de uma trêz de fenômenos: as rápidas mudanças atravessadas pelo ensino secundário que teriam retirado da História o seu cunho mais cientificista dando maior ênfase às ciências exatas, consideradas mais úteis; a separação entre história acadêmica e “história vulgar”, praticada por amadores sob a qual tenta-se ocupar o vazio entre o jornalismo histórico e as teses de difícil acesso ao público leigo; o desafio de transformação dos grandes modelos de inteligibilidade impostos por outras disciplinas à história⁷⁶⁷.

Os grandes paradigmas deram lugar então a um arsenal diversificado de instrumentos e de abordagens teóricas tomados de empréstimo das outras ciências sociais. As ambições totalizantes de escolas históricas anteriores tais como o Historicismo, a escola marxista ou a história positivista do século XIX bem como a historiografia francesa e os Annales são colocadas em segundo plano. Uma tendência merece destaque nesse momento. A micro-história italiana, representada principalmente por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, que busca um deslocamento de foco, considerando condutas pessoais e destinos familiares, compreendendo as racionalidades específicas que informam comportamentos de determinadas categorias sociais.

Como disciplina, a História não parou de reformular seus próprios problemas pois, a percepção das realidades humanas que nos cercam também não param de se modificar. O presente não deixa de interrogar o passado, obrigando o historiador a retomar suas pesquisas, reformular questões, e mudar métodos.

Sensível às demandas do presente, a história de circulação massiva também encontra-se como parte da *cultura histórica*. Configura-se como a história de grande circulação que satisfaz às demandas do presente e liga-se a ele atendendo às crenças de seu público. Como princípio norteador, essa história busca explicações simples, reduzindo o

⁷⁶⁶BOURTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ e Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 103.

⁷⁶⁷Em sua obra “Passados Recompostos: campos e canteiros da História” Dominique Juliá e Jean Bourtier ressaltam uma mudança no próprio estatuto da disciplina diante da qual os historiadores vão se apegar ao método, às operações técnicas e aos procedimentos para legitimar seu ofício.

campo de hipóteses de modo a compor grandes esquemas explicativos para a construção de um passado que possa ser amplamente compartilhado.

Sob essa ótica e considerando pontos relativos ao método, a história escolar aproxima-se da história acadêmica, apesar de terem objetivos distintos. A história escolar é destinada à escola e construída nela. Tem como objetivo ensinar e aprender a pensar historicamente, rompendo com as naturalizações e abrindo o horizonte de expectativas.

As análises que buscam relacionar a produção historiográfica ao ensino de História, seja via programas curriculares, seja via livros didáticos, têm se concentrado especialmente no momento em que a historiografia brasileira se constituía, no âmbito do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o que também ocorria com a disciplina escolar História.

Obviamente deve-se salientar que ao colocar distinções entre a história acadêmica, de circulação massiva e escolar, não tem-se como objetivo hierarquizar o passado e de práticas de memória⁷⁶⁸ em uma dada temporalidade.

Podemos inferir que é parte da produção do conhecimento histórico pensar o ensino e a escrita não deixando de explicitar suas diferenças. Apesar dos procedimentos, regras, objetivos e finalidades não serem os mesmos, esses campos podem ser considerados como interdependentes e a suposta hierarquia entre eles passa então a não existir mais.

De acordo com a visão aqui defendida, os espaços de silêncio e desconfiança entre escola e universidade devem ser diminuídos. Cabe ressaltar que pensar uma teoria da história é parte indissociável da própria pesquisa e da reflexão sobre o seu ensino.

1.2 Carlo Ginzburg e a microhistória: conceitos e metodologias

Esta pesquisa baseia-se na importância da microhistória e dos conceitos trabalhados por Carlo Ginzburg para o campo da historiografia. Tem-se como objetivo discutir alguns dos conceitos desse autor e testar suas potencialidades para o ensino de História.

A microhistória, como já citado anteriormente, constitui-se em um gênero textual marcado por particularidades no tratamento do conhecimento histórico. Três historiadores destacaram-se no nascimento dessa tradição historiográfica: Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi, especialmente com suas publicações, pela editora Einaudi, entre 1980 e 1988.

Essa corrente vem sendo praticada principalmente por historiadores italianos, franceses, ingleses e estadunidenses, com ênfase no papel desempenhado pelos primeiros microhistoriadores, na importância da revista *Quaderni Storici* e no sucesso da coleção italiana *Microstorie*.

A revista *Quaderni Storici* talvez tenha sido o empreendimento coletivo mais evidente dos micro historiadores e a fonte mais sólida para a pesquisa da sua produção historiográfica. Os trabalhos aí publicados na coleção *Microstorie* também queriam dar conta

⁷⁶⁸Entende-se aqui como memória o saber sobre o passado que todo indivíduo possui enquanto membro de um grupo social.

das heterogeneidades, descontinuidades da realidade histórica e do conhecimento que o trabalho do historiador produz sobre elas.

Queriam uma mudança radical na escala de observação propondo uma escala microanalítica para a reconstrução do vivido e das relações interpessoais de indivíduos de uma época. Visavam reconstruir conflitos, dispositivos locais e deslocamentos opondo-se à visão etnocêntrica⁷⁶⁹.

A microhistória representou uma renovação dos procedimentos analíticos proporcionada pelo interesse pelas transformações, expressividade e representações. Era assim feita a escolha essencial de uma escala de observação baseada na convicção central de que ela oferecia a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental.

Dessa proposta também faz parte uma reflexão constante, politicamente motivada por um interesse genuíno e teoricamente articulado pelo problema da transformação social, das oportunidades do protagonismo social, e da própria definição mais concreta dos “sujeitos” da história.

Nas últimas décadas podemos destacar que a historiografia encontrou-se em um momento de incerteza, momento esse marcado por dúvidas e interrogações. Grandes tradições historiográficas se fragmentaram em uma multiplicidade de correntes e métodos.

A perda das certezas da quantificação, o abandono dos recortes clássicos dos objetos de pesquisa histórica, os questionamentos acerca das noções de “mentalidades” ou de “cultura popular”, das categorias como “classes sociais” ou “socioprofissionais” e dos modelos de interpretação (“marxista”, “estruturalista”, etc) são algumas dos sinais dos novos desafios que a história enfrentava⁷⁷⁰.

Alguns problemas se tornaram evidentes: a subjetividade do historiador; as categorias utilizadas na análise (que tem elas próprias uma história) e as categorias usadas pelos atores; as hierarquizações e concepções fixas não davam mais conta da especificidade das relações e trajetórias que definem as identidades.⁷⁷¹

Esse abandono já se mostrou necessário sob a abordagem da Escola dos Annales, na qual estudiosos como Braudel e Foucault apontaram para uma antropologia histórica que trabalhasse o conceito de estrutura tentando pensar a história de ritos, mitos, etc.

⁷⁶⁹Ao romper com essa visão etnocêntrica, buscaram uma aproximação com a Antropologia através do uso de referências teóricas de Clifford Geertz e Fredrik Barth.

⁷⁷⁰Chartier trata deste assunto, logo nas primeiras linhas de sua obra *À Beira da Falésia*. O sugestivo título já insinua metaforicamente, os caminhos imprecisos percorridos pelos profissionais da história atual. Ora, marchar sobre rochas altas e íngremes, à beira-mar, demonstra expressar, simbolicamente, a dúvida, acompanhado do temor que toma conta das operações historiográficas.

⁷⁷¹CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

Os primeiros Annales Lucien Febvre e Marc Bloch, em meados dos anos 30, tentaram romper com a dedução de que alguns pensamentos voluntaristas explicariam a totalidade dos processos de transformação social. Caminhos a seguir para uma análise histórica que teria como modelo as descrições dos fatos de mentalidade. Fizeram uma crítica intelectual do tempo em que as ideias eram vistas de forma isolada dos acontecimentos.

Surge a proposta da existência de estruturas de pensamento e do conceito de “aparelhagem mental” (materiais de ideias sobre os quais os eruditos empregarão mais palavras e conceitos que os menos favorecidos).

O tempo longo de permanência das mentalidades, pouco plásticas e móveis, que utiliza conjuntos documentais maciços e uma coleta de dados ampla traça a sua consideração global do sistema ideológico da época analisada.

Nos anos 60, especialmente na Inglaterra a “história a partir de baixo” ganha espaço entre os historiadores, discussões sociológicas que se misturavam ao ofício do historiador.

Como desafio à “nova história das sociedades” que surgia e da qual a microhistória fez parte, estava a necessária articulação entre a descrição das percepções, representações e racionalidades dos atores e também a identificação das interdependências desconhecidas que, juntas, delimitam suas estratégias.

Nesse momento da historiografia, os documentos deixam de ser considerados apenas pelas informações que eles trazem. Passam também a ser estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção e utilizações estratégicas.⁷⁷²

Métodos de análise baseados em pares de oposição (erudito-popular, criação-consumo, realidade-ficção, etc) eram insuficientes para dar conta das especificidades das trajetórias e estratégias dos indivíduos e foram elas mesmas objetos de questionamentos. É importante identificar como as práticas, representações ou produções cruzam-se e relacionam-se em diferentes figuras culturais.

Então, a partir das décadas de 70 e 80, incertezas e o apagamento das técnicas de tratamento que davam unidade a seus procedimentos permeavam a historiografia. A ênfase dada às estruturas estava mal assegurada em relação às novas exigências teóricas. Cada série de discursos deveria ser então compreendida em sua especificidade, isto é, inscrita em seus lugares (e meios) de produção e em suas condições de possibilidade, relacionada aos

⁷⁷²De acordo com Roger Chartier, o tempo das certezas da objetividade e da epistemologia da coincidência entre o real e o se conhecimento, marcado por escolas historiográficas anteriores, protegia a história de inquietudes.

princípios de regulação que a ordenam e a controlam, e interrogada em seus modos de abonação e de veracidade.⁷⁷³

Como novo campo metodológico, a microhistória surge com a pretensão de reconstruir, a partir de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que as opõem. O objeto da história para a ser as racionalidades e as estratégias executadas pelas comunidades, parentelas, famílias, indivíduos.⁷⁷⁴

De acordo com Ginzburg, é importante verificar como um indivíduo das camadas populares apropria-se e transforma elementos intelectuais que vem da cultura letrada. Segundo ele, o que os leitores fazem de suas leituras é uma questão decisiva diante da qual tanto as análises temáticas da produção impressa quanto aquelas da difusão social das diferentes categorias de obras permanecem impotentes. Os modos como os indivíduos se apropriam de um motivo intelectual ou de uma forma cultural são mais importantes do que as distribuições estatísticas desse motivo.

Como tendência historiográfica, a microhistória aproximou-se de outras ciências sociais. As interrogações acerca da cultura, traziam questionamentos que somente no diálogo com outros campos de análise poderiam ser respondidos.

Assim, a microhistória ligou-se a Thompson e demonstra seu interesse pelas relações sociais e significados culturais, aproximando a História cada vez mais da Antropologia. Nela se encontravam discussões sobre organização social e formas de articulação e integração dos grupos sociais, as inter-relações entre eles e transformações sociais, etc.

Neste mesmo momento a Antropologia também passava por questionamentos e crise de modelos tradicionais que consideravam a comunidade como uma “variação estrutural coerente” dentro de uma sociedade mais ampla. Antropólogos como Fredrik Barth já tentava romper com essa visão criticando o etnocentrismo e defendendo a ideia de que “aquilo que costumamos chamar de sociedades são sistemas desordenados, caracterizados pela ausência de fechamento”.⁷⁷⁵

Trabalhos como os de Peter Burke, Jacques Revel, Edoardo Grendi, Gionanni Levi e Carlo Ginzburg são fundamentais para a definição dos procedimentos microanalíticos.

Ao definir uma escala de observação, este tipo de narrativa fez frente aos historiadores estruturais por apresentar melhor sentido do fluxo do tempo. Além disso, esta corrente tende a envolver-se cada vez mais com o privado, o pessoal, o vivido.

⁷⁷³BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁷⁷⁴LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁷⁷⁵BARTH, Fredrik. 2000. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

Assim, fenômenos previamente considerados compreendidos, ganham nova significação quando observados sob outra escala de observação. A microhistória também se volta para compreender, através de uma análise detalhada e minuciosa das fontes, “a variedade de referências, diálogos, interesses, que transbordam da trajetória intelectual de cada historiador”.⁷⁷⁶

A microhistória pretende, então, reconstruir, a partir de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. Os objetos da história passam a ser as racionalidades, representações e as estratégias executadas pelas comunidades, parentelas, famílias e indivíduos.

Partindo das concepções teóricas da microhistória, tem-se como objetivo trazer o foco da pesquisa para os conceitos e instrumentos de Carlo Ginzburg. Já citado acima por suas contribuições no campo microanalítico e na sua constituição como metodologia de pesquisa, Ginzburg, em seu percurso de pesquisa dos mais originais e criativos, pode representar também grandes potencialidades para o ensino de História na Educação Básica.

Nessa pesquisa dois desses paradigmas serão então discutidos e terão suas possibilidades didáticas na Educação Básica testadas: *a circularidade da cultura* e *a redução da escala de observação*⁷⁷⁷.

Os debates propostos pela microhistória motivaram aqui as reflexões sobre as práticas escolares e a cultura escolar. Elas também fomentaram a premissa de interligação entre o ensino e a escrita da História bem como as interrogações sobre a constituição e os sentidos da História como disciplina escolar.

Assim, compreender a constituição da História como disciplina, bem como os paradigmas que envolveram sua consolidação, seus métodos e procedimentos tornou-se extremamente importante para essa pesquisa. Além disso, as reflexões sobre o currículo e sobre a conformação e dinâmicas das disciplinas escolares tornaram-se também necessárias.

Após um esclarecimento sobre a corrente metodológica da microhistória, suas implicações e conceituações, bem como sobre os paradigmas que envolveram os trabalhos dos micro historiadores, especialmente de Carlo Ginzburg, segue-se a etapa de reflexão sobre as sequências didáticas e o papel do professor pesquisador na confecção e tratamento em sala de aula dessas sequências.

3 – A construção de sequências didáticas baseadas em artigos com abordagem microanalítica da Revista de História da Biblioteca Nacional

3.1 A construção de sequências didáticas

⁷⁷⁶GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169.

⁷⁷⁷A escolha desses dois conceitos deve-se à sua importância dentro da própria microhistória bem como pela importância deles para o trabalho didático da História na Educação Básica. Busca-se instigar os alunos à compreensão do conceito de cultura e cultura popular através da redução da escala de observação que coloca em relevo problemas que não seriam observáveis de outro modo.

As sequências didáticas são um conjunto de atividades ligadas entre si, planejadas para ensinar um conteúdo, etapa por etapa. Organizadas de acordo com os objetivos que o professor quer alcançar para a aprendizagem de seus alunos, elas envolvem atividades de aprendizagem e de avaliação. Podem e devem ser usadas em qualquer disciplina ou conteúdo, pois auxiliam o professor a organizar o trabalho na sala de aula de forma gradual, partindo de níveis de conhecimento que os alunos já dominam para chegar aos níveis que eles precisam dominar.

Os textos escritos ou orais que produzimos diferenciam-se uns dos outros pois são produzidos em condições diferentes. Porém, podemos perceber certas regularidades em um conjunto de textos com características semelhantes, o que chamamos de gêneros de textos. Os gêneros, de acordo com Bakhtin (2003, p.262), são infinitos porque “são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo”. Sob essa abordagem, podemos inferir que os artigos publicados pela Revista de História da Biblioteca Nacional constituem um gênero textual, já que possuem características e finalidades próprias.

Nas sequências que estão sendo produzidas, os temas que suscitarão o debate estarão ligados à microhistória e as possibilidades de sua abordagem; a Revista de História da Biblioteca Nacional e às visões acerca do artigo escolhido para o trabalho; à presença nos artigos analisados dos dois conceitos presentes nas obras de Carlo Ginzburg e escolhidos aqui para a abordagem microanalítica - *redução de escala e circularidade cultural* -;

Publicada pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional (SABIN), com apoio do Ministério da Cultura e patrocínio da Petrobras e outras grandes empresas, sob o amparo da Lei Rouanet, a Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN) tem-se destacado pela divulgação da moderna e atualizada historiografia brasileira, revelando tendências e perspectivas teóricas e metodológicas da área. Os artigos publicados em suas páginas são selecionados por reconhecidos especialistas da área e, acredito, a Revista tem alcançado largo reconhecimento entre os historiadores. Deste modo, é possível encontrar nas páginas da RHBN material histórico e historiográfico produzido e/ou selecionado - sejam imagens, textos, documentos e indicações bibliográficas - de alta qualidade, o que motivou sua utilização nessa pesquisa.

Psicologia científica em benefício às boas práticas educacionais: difusão dos saberes científicos na educação mineira – 1925 a 1940

Luã A. S. Lança

Mestrando em Educação

FaE UFMG

lua_lanca@yahoo.com.br

RESUMO: Parte da pesquisa de Mestrado (que se encontra em fase inicial) realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, este artigo, apresentando em simpósio temático, aborda alguns dos conceitos e autores importantes como Peter Burke, Roger Chartier entre outros com os quais a pesquisa trabalhará. A pesquisa tem por objetivo compreender o processo de circulação e difusão dos livros de Psicologia na educação em Minas Gerais, voltados para a formação de professores. No contexto de Belo Horizonte no período de 1925 a 1940; o presente texto apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre a temática em que se insere a pesquisa: da História do conhecimento, imprensa e educação em interface com a psicologia.

PALAVRAS-CHAVES: História da Psicologia, História da Educação, Circulação de Saberes, Cultura Impressa.

Introdução

Com o propósito de analisar a difusão dos saberes da psicologia via cultura impressa na educação em Minas Gerais, o presente artigo constrói uma exposição acerca das temáticas que permeiam esta análise: História social do conhecimento, da cultura impressa e da Psicologia no Brasil em interface com a Educação.

Porém, consideramos os seguintes pontos: não é de nossa pretensão adentrar de maneira minuciosa aos debates presentes dentro das temáticas mencionadas acima. Realizaremos breve exposição acerca dos pontos que presentes dentro destas temáticas, que se fazem interessantes para a pesquisa de mestrado que está sendo realizada. Apresentando alguns autores e conceitos que se pretende utilizar no processo de análise documental da pesquisa e de escrita da dissertação.

Da elaboração à circulação do conhecimento

O primeiro ponto abordado é sobre a classificação do conhecimento. E para tal, um referencial de grande importância para a presente pesquisa e o de Peter Burke⁷⁷⁸. O autor aborda em suas obras os mecanismos de classificação, apropriação e circulação do conhecimento na sociedade. Que para presente pesquisa se faz muito pertinente, pois, auxiliará no decorrer da análise levando a perceber as maneiras como eram construídas e se davam a difusão da cultura impressa sobre psicologia na educação mineira.

Burke⁷⁷⁹ trabalha com os conceitos de disseminação⁷⁸⁰, meios de comunicação⁷⁸¹, conhecimento disperso⁷⁸² e casulo de informação⁷⁸³, para dar ao leitor uma ideia de como o conhecimento desde sua elaboração até sua difusão, possui um longo trajeto. Cogitando dentro deste sistema de comunicação, filtros no processo de disseminação, circulação e difusão. Onde segundo o autor, existe uma negociação de informações, uma corretagem⁷⁸⁴ epistêmica entre o público geral⁷⁸⁵ e o de especialistas⁷⁸⁶. De modo a que a informação pode se dar de maneira fluida ou viciosa⁷⁸⁷.

E de acordo com o autor, no movimento de intermediação destas informações, identificam-se que novas propostas científicas podem ser descartadas, e velhos conhecimentos, passados por uma bricolagem. Tudo a partir do interesse desses intermediários (que aqui consideramos sendo as pessoas em suas instituições e veículos comunicativos da cultura impressa).

Assim, analisar esta perspectiva será de grande importância para a presente pesquisa. Pois, a questão a ser pensada é a de que: quando se busca comunicar algo, para quem é esta comunicação? E esta pergunta envolve todo o processo citado anteriormente pelo autor. Buscando identificar onde e como circulavam, e por quem eram difundidos os saberes impressos da Psicologia na educação mineira e belo-horizontina.

⁷⁷⁸ BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; BURKE, P. *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006; BURKE, P. *Uma História Social do Conhecimento II: da enciclopédia e Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

⁷⁷⁹ BURKE, P. *Uma História Social do Conhecimento II: da enciclopédia e Wikipédia*, p.112-113.

⁷⁸⁰ O conceito de disseminação seria a solução para o problema do conhecimento disperso, fora do alcance de muitas pessoas que precisam dele, oferecendo uma saída para aqueles que apenas ouvem o que outros acham que querem ouvir.

⁷⁸¹ Seria os diversos veículos comunicativos pelos quais se pode realizar uma disseminação ampla de informação, tais como: oral, pictórico, escrito, impresso e eletrônico.

⁷⁸² Este seria um conhecimento como citado na primeira nota, aquele que fica fora do alcance de muitas pessoas que precisam dele, mesmo dentro de uma instituição.

⁷⁸³ É aquele grupo de pessoas que transmitem apenas uma verdade, acreditando que é esta que os que o cercam desejam escutar.

⁷⁸⁴ São os intermediários entre emissor e receptor no processo de difusão e disseminação do conhecimento, guardiões do saber ou responsáveis por filtrá-los.

⁷⁸⁵ É o público composto pelos leigos e laicos na ciência, que fazem oposição ao dos especialistas.

⁷⁸⁶ É o público composto por experts dentro de um campo científico; são aqueles que detêm e vivem da produção destes saberes acadêmicos da ciência.

⁷⁸⁷ Informações fluidas e viciosas seriam aquelas que, dentro do processo de popularização e difusão do conhecimento correm ou com mais facilidade ou não para a compreensão do público geral.

E a fim de complementar a pesquisa e o referencial citado acima, pretende-se estabelecer um diálogo com a teoria de Ludwik Fleck⁷⁸⁸. Este autor trabalha em seu livro com a ideia dos círculos de conhecimento. Onde entre campos diferentes do saber haveria sempre uma circulação intercoletiva. Formando o coletivo de pensamento⁷⁸⁹, dividido entre esotérico⁷⁹⁰ e exotérico⁷⁹¹.

Um debate que se completa (em nosso olhar) ao de Peter Burke⁷⁹² na direção de que, por meio da compreensão da existência destes círculos de conhecimento de Fleck⁷⁹³, é possível identificar os grupos suas práticas e ações no ato de difundir e fazer circular o conhecimento. Buscando assim complementar a identificação da proposta feita acima, sobre o para quem se direciona a comunicação do conhecimento; onde e como circulavam e mais ainda, os intermediários envolvidos neste procedimento.

A ordem do livro e a cultura imprensa no Brasil

Outro ponto importante para a pesquisa é a análise sobre a ordem do livro. Uma análise que consideramos ser complementar a primeira. Compreendendo que após a produção do conhecimento, sua organização e compilação ordenam-se nos livros.

Neste aspecto de análise, um dos autores que citamos é Roger Chartier⁷⁹⁴. Mostrando em suas obras que o livro sempre buscou certa ordenação social; seja uma ordem a ser decifrada, ou mesmo a ser desejada por uma autoridade que encomendou e permitiu sua publicação. Sendo assim, reconhecer a ordem dos livros é reconhecer as identidades de leitores e sua arte de ler. Sendo possível identificar o mundo e sentindo que ali se encontram impressos⁷⁹⁵.

E dentro da historiografia brasileira, temos nomes como os de Tania Regina de Luca⁷⁹⁶ e Nelson Werneck Sodré⁷⁹⁷, que trabalham a história da cultura impressa; mostrando a articulação realizada para encomendar a produção do livro. Expondo análises sobre as fases da imprensa desde o período colonial até a denominada crise da imprensa no

⁷⁸⁸ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madri: Alianza, 1986. - *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Trad., Georg Otte, Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum. 1. ed., 1935. 2010.

⁷⁸⁹ São grupos formados por pensadores e especialistas de um dado campo científico, representantes de seu conhecimento e agentes da divulgação destes.

⁷⁹⁰ É onde se encontram especialistas formados para interpretar e que dominam determinados códigos de um grupo.

⁷⁹¹ É onde se encontram os “leigos instruídos”, pessoas que não são necessariamente cientistas, mas possuem relação com o saber produzido pelo primeiro círculo.

⁷⁹² BURKE, P. *Uma História Social do Conhecimento II*: da enciclopédia e Wikipédia.

⁷⁹³ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madri: Alianza, 1986. - *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*.

⁷⁹⁴ CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre o séculos XIV e XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

⁷⁹⁵ Aqui abro um leve parêntese e menciono para materializar essa ordem do livro, o filme *Em Nome da Rosa*. Que trata não apenas da ordem do livro, mais também, da filtragem do conhecimento.

⁷⁹⁶ MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008

⁷⁹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

século XX. Da passagem da imprensa artesanal a industrial; da pequena à grande imprensa. Marcando as principais alterações institucionais importantes – fim do escravismo e advento da República -, que corresponde ao avanço das relações capitalistas no país.

Estes autores por sua vez, forneceram elementos para dar a pesquisa uma formação sólida no processo de justificar a fontes documentais e o objeto a ser pesquisado (cultura impressa). Afinal, a escolha do objeto e das fontes não se faz de maneira aleatória. Todo um arcabouço da literatura específica é consultado para que a pesquisa possa complementar e não repetir o que já se produziu.

Imprensa, educação e psicologia

Tendo construído e selecionado o conhecimento a ser difundido; inserindo ele na cultura impressa e tendo encaixado dentro da ordem dos livros, agora se faz pertinente mencionar que, o mesmo processo (o que para a presente pesquisa é uma das hipóteses) ocorreu no campo da educação, da cultura impressa educacional, dentro de seus livros e revistas, após o processo de escolha do que deveria de fato ser publicado e circulado. Assim, mencionemos os pontos a respeito da imprensa educacional em interface com a Psicologia nos interessa como terceiro ponto a ser apresentado.

A historiografia da educação e a imprensa como fonte de análise possuem longa tradição em países da Europa, tendo por objetivo a sistematização sobre a História da formação continuada de professores⁷⁹⁸; e no Brasil também se observa trabalhos nesta direção⁷⁹⁹. Essas pesquisas possibilitam levantar a importância da imprensa como um objeto de pesquisa para a História da Educação. Havendo muito outros trabalhos que também se utilizam do periódico para diversas⁸⁰⁰ análises.

⁷⁹⁸ Ideia encontrada em BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

⁷⁹⁹ SCHELBAUER, Analette Regina. ARAÚJO, José Carlos S. *História da Educação pela Imprensa*. Campinas, SP. Alínea, 2007. - CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.), 1997; Apêndice- “A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944”. In: *Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. - PEIXOTO, Anamaria Casassanta. *A Reforma Educacional Francisco Campos – Minas Gerais, Governo Presidente Antônio Carlos*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, 1981. (Dissertação Mestrado). - DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. *O trabalho de ensinar: pedagogia para a professora*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais, 1988 (Dissertação de Mestrado). - PRATES, Maria Helena. *A introdução oficial do movimento de escola nova no ensino público de Minas Gerais: a escola de aperfeiçoamento*. Belo Horizonte Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais, 1989. (Dissertação de Mestrado). - SOUZA, Rita de Cássia. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930)*. Belo Horizonte Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. (Dissertação de Mestrado). - BORGES, V.L.A. *A ideologia do caráter nacional da educação em Minas Gerais: Revista do Ensino (1925-1929)*. Campinas, Faculdade de Educação da Unicamp, 1993. (Dissertação de Mestrado).

⁸⁰⁰ FARIA, Miguel Fabiano. Educação Física Na “Revista Do Ensino” De Minas Gerais (1925-1940). Universidade Federal De Minas Gerais – BICCAS, Maurilane De Souza. “Nossos Concursos” E “A Voz Da Prática”: A Revista Do Ensino Como Estratégias De Formação De Professores Em Minas Gerais (1925-1930) Cadernos De História Da Educação - N°. 4 - Jan./Dez. 2005.

Mas onde estaria a Psicologia dentro da imprensa educacional? Encontramos a resposta no texto de Virginia Sales Gebrim, que ao falar do legado da Psicologia na Pedagogia brasileira, “o processo de autonomização da Psicologia, isto é, seu reconhecimento como área específica de conhecimento, no Brasil, foi construído, sobretudo, em sua relação com a educação, especialmente a chamada Escola Nova”⁸⁰¹.

E como bem observa Rodrigues e Araújo:

A problematização da história da psicologia no Brasil evidencia a existência de um vínculo histórico entre a educação e a psicologia na constituição dessas duas áreas. Os conhecimentos a respeito dos aspectos psicológicos produzidos no interior do espaço educacional foram fundamentais para o desenvolvimento da psicologia como campo de saber no Brasil⁸⁰².

Considerando também que:

O campo educacional colaborou para sistematização e institucionalização dos conhecimentos psicológicos, especialmente através de cursos de formação de professores sediados nas Escolas Normais, as quais se tornaram elementos de produção e divulgação dos conhecimentos da psicologia⁸⁰³.

Assim, a literatura científica sobre a Psicologia presente nas Escolas Normais voltados para a formação de professores ganhava espaço e importância no processo de circulação e difusão no meio educacional. E as reformas educacionais promovidas por Francisco Campos estimularam ainda mais a circulação dos do conhecimento da Psicologia voltada para a educação por meio da cultura impressa⁸⁰⁴. Sendo que é por meio da imprensa educacional, que pretendemos chegar até a cultura impressa sobre a Psicologia que dentro da educação se fazia presente.

Conclusão

Concluindo então esta apresentação, para a presente pesquisa toda essa proposta se faz pertinente, pois, reconhecendo a materialidade dos livros e impressos, podem-se compreender especificidades contextuais da sociedade e dos produtores deste conhecimento ali presente; assim como também dos interesses por trás deste conhecimento ali selecionado, publicado e difundido. O que fornece os elementos para

⁸⁰¹ GEBRIM, Virginia Sales. O Legado da psicologia na conformação da criança na pedagogia nova no Brasil. In: LOURENÇO, Érika; ASSIS, R. M; CAMPOS, R. H. F. (Org). *História da Psicologia e Contexto Sociocultural*. Belo Horizonte: Puc Minas, 2012, p.263.

⁸⁰² RODRIGUES, Anderson de B. ARAUJO, Jaqueline V. B. de. História da psicologia escolanovista em Goiás sob o prisma da relação psicologia educação. In: LOURENÇO, Érika; ASSIS, R. M; CAMPOS, R. H. F. (Org.). *História da Psicologia e Contexto Sociocultural*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012, p.291.

⁸⁰³ _____. de. História da psicologia escolanovista em Goiás sob o prisma da relação psicologia educação, p.291.

⁸⁰⁴ BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

verificar os agentes, instituições e grupos envolvidos no processo de seleção, elaboração, publicação, e com isto, circulação e disseminação dos saberes via cultura impressa de uma determinada ciência dentro de outro campo científico (na presente pesquisa, da Psicologia em interface com a educação). Dando assim a visibilidade sobre a sociedade do período e dos interesses de sua cultura científica e educacional.

Considerando para todo este debate a seguinte análise de Figueiredo que relata que dentro deste movimento que pretendemos analisar, deve-se pressupor o envolvimento de:

[...] técnicos governamentais de diversas áreas (educação, tecnologia e cultura), escolas públicas e privadas em diversos níveis, imprensa, sociedades científicas, entre outras associações que desejam, de forma deliberada, divulgar os conhecimentos da ciência para a população em geral [...] ⁸⁰⁵.

⁸⁰⁵ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 59-73, 2005. Editora UFPR, p.61.

ST 15: História da África e ensino no Brasil III

Raissa Brescia dos Reis

Doutorando (UFMG)/ rah.brescia@gmail.com

Thiago Henrique Mota

Doutorando (UFMG) /thiago.mota@ymail.com

Estruturas de poder em Angola entre os séculos XVII-XVIII

Edgleice Santos da Silva

Graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

edgleice@ig.com.br

Resumo: O objetivo desta comunicação é demonstrar em linhas gerais como se deu a ocupação dos portugueses entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. E como se deram as relações entre as três diferentes frentes de poder que estiveram presentes no Reino do Ndongo - atual Angola; os representantes da Igreja Católica procedentes de várias partes da Europa, representantes da Coroa Portuguesa e as autoridades locais, representado pelo Ngola e seus emissários os sobas. A estrutura política, religiosa e econômica colonial colidiu com as já existentes em Angola e alterou o modo de vida dos Mbundus. Os regimentos portugueses tentaram moldar os hábitos na colônia criando diversos mecanismos de controle. Podemos visualizar isso, através da bibliografia especializada que faz uso dos documentos produzidos entre o século XVII e XVIII, principalmente pelos missionários que mostram como se deram tais transformações. Obviamente não podemos acreditar na fidedignidade absoluta desses relatos, pois era uma escrita estavam dispostas a vangloriar os feitos dos colonizadores.

Palavras-chave: Angola; administração; poder; África; missionários.

Apesar do significativo avanço do estudo de história da África no Brasil, ainda existem várias limitações nesse campo que dificultam seu desenvolvimento, principalmente no que se refere a determinados recortes espaciais e temporais. Inicialmente, o recorte utilizado nesta pesquisa delimitava a Angola da segunda metade do século XVIII. No entanto, com o decorrer da investigação nos deparamos com a necessidade de recuar temporalmente para o século XVII com o intuito de entender melhor a integração entre portugueses e angolanos; especialmente, como foi se constituindo as relações político-sociais entre duas estruturas de poder tão distintas.

As missões de evangelização foram uma das portas de entrada mais eficientes para os europeus no continente africano. O Congo e a conversão do Manicongo são

amplamente mencionados no rol de documentos disponíveis, que servem de base para vários estudos sobre a presença da Igreja Católica em África. Os missionários tinham a plena convicção de que somente a fé cristã era a verdadeira e que os povos africanos não só precisavam ser civilizados através do conhecimento das escrituras sagradas, como também reconhecer “que todos os outros credos eram fundamentalmente falsos ou lamentavelmente deformados”⁸⁰⁶. Daí a urgência de evangelização das almas que desconheciam a verdadeira religião.

Através da bibliografia que trata principalmente dos séculos XVI e XVII em Angola, é possível visualizar parcialmente como se dava a relação dos religiosos com os nascidos na terra e com as autoridades portuguesas. O que transparece na documentação oficial e em parte significativa da bibliografia é que a principal preocupação dos missionários era a conversão religiosa, porém, essa não era uma tarefa simples, já que mesmo com a conversão os nativos não abandonavam suas práticas e rituais. Os religiosos tinham em mente que careciam da ajuda da Coroa para garantir a submissão dos angolanos. E a Coroa, por sua vez, tinha grande interesse no trabalho de conversão, pois ele facilitava a entrada no interior de Angola.

Anterior à chegada dos portugueses, já existia no Reino Ndongo organizações políticas dos Mbundus – principal grupo etnolinguístico de Angola- e era formada basicamente por sobas, uma espécie de ministros do rei, o Ngola, cujo governo era descentralizado. A descentralização do poder em Angola foi um dos principais fatores para a dificuldade que a Coroa encontrou em submeter os angolanos e para a conversão real ao cristianismo. Isso se dava porque cada sobado era comandado por um soba responsável por recolher tributos tanto para o Ngola como para os administradores portugueses. Diferente do vizinho Reino do Congo, onde a estrutura política era centralizada e a influência da Igreja e da Coroa Portuguesa na vida dos congoleses foi mais eficiente.

De acordo com Brasil Davidson, na África era comum não haver uma estrutura unificada de organização social, mesmo em comunidades próximas geograficamente, pois os modos de vida dos diferentes grupos dependiam da sua cosmogonia.⁸⁰⁷ Assim, ao

806 BOXER, Charles. *A Igreja e a expansão Ibérica, 1440- 1770*. Trad. Maria de Sá Contreiras. Lisboa: Edições 70, 1978, p.46.

807 DAVIDSON, Basil. *Os Africanos: uma introdução à sua história cultural*. Trad. Fernanda Maria Tomé da Silva. Lisboa: Edições 70, 1969, p.89.

analisarmos as organizações políticas do território angolano da segunda metade do século XVII até o último quartel do século XVIII, é necessário entender que suas estruturas eram bastante específicas e diversificadas. De forma geral, o que os historiadores modernos fazem é estabelecer equivalências artificiais entre cargos e posições Mbundus com os existentes nas estruturas políticas europeias, usando conceitos como Estado, rei, ministros, entre outros, para designar as posições hierárquicas no Ndongo. Joseph Miller define de forma muito coesa a amplitude do conceito de organização política para os Mbundus, que transcende o modelo europeu:

Podemos começar por designar como política todas as associações de caçadores, campos de circuncisão, cultos de cura e outras organizações que relacionam as pessoas uma as outras para além dos laços de parentesco, já que os Mbundus as reconheciam como ‘políticas’ no sentido que existiam fora da esfera das relações puramente ‘sociais’ tal como elas se definiam pela estrutura dos grupos de filiação.⁸⁰⁸

O que é consenso na historiografia sobre Angola é que já havia, antes da chegada dos portugueses, divisões bem demarcadas, todos os habitantes do território conhecendo suas funções na organização política, social e religiosa. Nesse sentido Virgílio Coelho destaca: *Ao que parece, a ocupação africana do solo angolano dividia-se em sistemas ou esquemas de linbagens muito complexos, com inter-relações hierárquicas, fixas e imutáveis, criadas em tempos mais ou menos remotos.*⁸⁰⁹ Os títulos eram definidos por relações de parentesco. Relações tais como pai-filho, irmão-irmão, avô-neto, tio-sobrinho, que não eram necessariamente consanguíneas, determinavam as posições de cada um na instituição política. Para Coelho, antes da chegada dos portugueses as estruturas de poder já eram bem definidas entre os habitantes do Ndongo. Apesar de utilizar terminologia europeia, o autor destaca a existência de diferentes noções ou instâncias:

- 1.º - a noção de espaço territorial, de região ou de país, Reino ou Estado;
- 2.º - a ideia de corte, lugar onde reside o soberano, a capital do Estado;
- 3.º - a noção de sacerdote, de lugar de culto, e, sobretudo, o lugar onde se recebem as graças especiais dadas pelo grande sacerdote;

808 MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola*. Trad. Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.p.261.

809 COELHO, Virgílio. *Em busca de Kábàsà: estudos e reflexões sobre o Reino do Ndongo*. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2010. p.314, nota de rodapé 5.

4.º o lugar onde os altos dignitários do Estado se reúnem para tomar grandes decisões.⁸¹⁰

Os Mbundus foram os principais grupos com os quais os portugueses tiveram contato, sendo, portanto, o melhor caminho para se entender essa relação. É importante salientar que os Mbundus não constituíam uma unidade. Havia vários grupos distintos, cujas especificidades não são descritas nos documentos portugueses. Por falta de conhecimento ou interesse, os autores acabavam por homogeneizá-los, criando, assim, muitas generalizações.⁸¹¹ Segundo Joseph Miller, na análise da história de Angola é problemático falar em sociedade “com Estado” e “sem Estado”. Para o autor, tais conceitos são dicotômicos e de certo modo hierarquizantes. Miller faz uma crítica aos historiadores que usaram esses conceitos de forma universal, pois as sociedades africanas não se encaixariam nesse modelo.⁸¹² Entretanto, há muita dificuldade em nomear organizações políticas sem que sejam utilizados o conceito de Estado e seus congêneres. O próprio Miller faz uso de termos com rei, por exemplo.

O interesse inicial dos portugueses pelo continente africano se dá em razão dos vastos recursos naturais. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, “as primeiras expedições na África têm o intuito de procurar jazidas e feiras nativas onde se perpetuavam metais preciosos”⁸¹³. Antes da efetiva ocupação dos portugueses no território, em meados do século XVI, os missionários que se encontravam na região de Angola semearam, através de suas cartas às autoridades ibéricas, o mito de que havia naquelas terras jazidas de ouro e principalmente prata. Foi despertada, assim, a ambição da Coroa, que incentivou verdadeiras expedições em busca de minérios. De acordo com Birmingham, foram principalmente os jesuítas que forneceram todas as coordenadas territoriais da região, bem como os detalhes sobre as organizações político-militares dos povos que ali habitavam.⁸¹⁴

810 _____ “Em busca de Kábàsà”, p.78-79.

811 MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco*, p.40.

812 _____ *Poder político e parentesco*, p.1-2

813 ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O tratado dos Videntes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 30.

814 BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Trad. Arlindo Barbeitos. Lisboa: Documenta Histórica/Vega, 2003, p.87.

Apesar de nunca terem encontrado ouro ou prata em Angola, a documentação mostra que ainda no século XVIII os portugueses acreditavam no mito e, por conta disso, travaram vários conflitos com os dirigentes locais. No entanto, foi o comércio de escravos que serviu como meio de enriquecimento tanto para os colonos, como para a Igreja. A esse respeito, Boxer afirma:

A própria Igreja era, e continua a ser nos impérios coloniais ibéricos, uma instituição em escala maciça de capital de escravo. Não só isso como, durante séculos, os rendimentos do bispo e da instituição eclesiástica de Angola eram financiados pelos lucros do comércio escravo⁸¹⁵.

Com o estabelecimento de feitorias na Costa Ocidental, os lusitanos veem no comércio de pessoas - já existente entre os africanos, mas em menor escala e baseado numa lógica interna diferente - a possibilidade de uma nova fonte de lucro para Portugal. Assim como a América Portuguesa, Angola passou pelo sistema de feitorias, de capitánias hereditárias, até que em 1652 foi implantado o sistema de governo-geral. Juízes de Fora eram nomeados em Portugal para defender os interesses do país, no entanto, ao se infiltrar em Luanda conduziam seus cargos em benefício próprio. As primeiras fortalezas construídas no litoral são datadas do início do século XVII. A ocupação dos portugueses em território angolano não foi uma empreitada fácil e sim marcada por guerras, onde acordos e negociações eram desfeitos a depender dos interesses de ambos os lados. Da parte dos portugueses a guerra servia como desculpa para a captação de escravos, e para isso fazia alianças com determinados sobas que também tinham interesse em lucrar com o comércio de escravos. As alianças eram feitas através de contratos chamados de avassalamentos. Os termos de avassalamentos eram assinados pelos sobas, mesmo não sabendo ler as cláusulas dos contratos eram traduzidos e a partir daí os sobados se comprometiam em fornecer apoio militar, ajudar na captação de escravos e se converter ao cristianismo, além de pagar tributos aos portugueses. Ambas as partes faziam acordos em troca de proteção mútua, se resguardando das ameaças africanas e europeias.

Os avassalamentos eram documentos escritos pelos funcionários da Coroa e assinados pelos sobas com o sinal da cruz, isso demonstra que os mesmos não sabiam ler. Ou seja, provavelmente o valor desses acordos para os sobas estava baseado na oralidade,

815BOXER. *A Igreja e a expansão Ibérica*, p.46.

que é uma das principais características dos povos da África Centro Ocidental. Ao que parece os acordos assinados não tinha muita relevância na prática já que as quebras dos avassalamentos foram constantes durante todo o período colonial. As alianças ocorriam principalmente devido a autonomia que os sobas tinham para governar, posto que o Ngola vivia afastado da costa e suas atividades eram de caráter místicos.

O poderio bélico de que dispunha os portugueses eram frequentemente utilizados na tentativa de subjugar os sobados que não se avassalasse. Um exemplo mais conhecido foi os sobados da região do Quissama, que não facilitavam a interiorização dos portugueses no território em busca de escravos e minérios. As autoridades de Quissama ficaram conhecidas como aquelas que mais resistiram às investidas de colonização. As guerras resultavam em bons interesses comerciais, pois os capturados se tornavam mercadoria do comércio atlântico de escravos. O uso da violência era legitimado, apesar das várias leis que eram criadas para suavizar a tensa convivência, muitas não saíam do papel. A violência legitimada pelo governo português e pela Igreja defendia a salvação da alma e a venda do corpo.

A estrutura política, religiosa e econômica colonial colidiu com as já existentes em Angola e alterou o modo de vida dos Mbundus. Os regimentos portugueses tentaram moldar os hábitos na colônia criando diversos mecanismos de controle. Podemos visualizar isso, através da bibliografia especializada que faz uso dos documentos produzidos entre o século XVII e XVIII, principalmente pelos missionários que mostram como se deram tais transformações. Obviamente não podemos acreditar na fidedignidade absoluta desses relatos, pois era uma escrita estavam dispostas a vangloriar os feitos dos colonizadores.

As práticas religiosas e suas conexões com os aspectos sociais, políticos e jurídicos na Guiné

Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Greitas

Mestranda em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais

jeocasta@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho buscou compreender as práticas religiosas dos Barbacins, Casangas, Banhuns e Papéis, alguns dos muitos povos que viviam na região da Guiné. A intenção é compreender como os aspectos religiosos estavam conectados as questões sociais, políticas e jurídicas na Guiné. Afinal, não existiam separações entre estas esferas. Além disso, pretende-se analisar a importância dos relatos de viagem como fontes históricas, demonstrando como são uma valiosa fonte documental.

PALAVRAS CHAVES: Relatos de viagem; práticas religiosas; Guiné.

Esta apresentação tem como foco de estudo a compreensão e análise de narrativas e representações a respeito das práticas religiosas dos Barbacins, Casangas, Banhuns e Papéis, na região da Guiné (do Rio Senegal até a região de Serra Leoa), a partir da literatura de viagem produzida sobre a região, no século XVI e início do XVII. Para tanto, foram selecionados os relatos de três autores principais para a investigação: André Alvares Almada (1594), Padre Baltasar Barreira (1604-1612) e André Donelha (1625).

As fontes utilizadas neste trabalho são riquíssimas em variados tipos de informação. Os relatos de Almada e Donelha e as cartas do Padre Baltasar Barreira trazem informações sobre o espaço geográfico, as relações comerciais, os principais produtos da região e também sobre os produtos de interesse dos povos africanos. Estas obras abordam também aspectos culturais dos moradores da região da Guiné, os costumes, a vestimenta, as armas, os juramentos e as práticas religiosas. Estas fontes são, portanto, importantes para vários historiadores interessados em distintos temas de pesquisa sobre a Guiné.

Mas vale ressaltar que enquanto alguns aspectos são extremamente valorizados nestas descrições, outros raramente aparecem. Por exemplo, a cor da pele ou outros aspectos somáticos são escassamente usados pelos autores para caracterizar os povos da Guiné. Uma vez que, todos estes autores estavam mais interessados nas características culturais, estas sim, eram muito relevantes para a distinção dos povos. José da Silva Horta afirma que para estes autores “o corpo cultural era bem mais importante que o corpo

somático.”⁸¹⁶ O mesmo autor afirma ainda que muitas vezes as relações afro-portuguesas do século XVI e XVII foram incorretamente referidas como relações “raciais”, ou de “raça”.⁸¹⁷ Contudo, isto é um grande equívoco, porque trata-se de trazer para o século XVI e XVII uma característica das relações afro-portuguesas do final do século XVIII e início do século XIX, período no qual as relações eram extremamente marcadas pelo discurso racial, isto é, os aspectos somáticos.

Mas se as características somáticas não eram tão relevantes como marcadores identitários dos diferentes povos da Guiné, isto não significa que não existissem outras características que influenciavam o olhar de julgamento sobre o outro. Durante os séculos XVI e XVII, os aspectos culturais exerceram este papel, mas principalmente o aspecto religioso:

[...] a cor da pele e outros caracteres somáticos do indivíduo são menos relevantes que a sua filiação religiosa efetiva. Era sobretudo a religião, e as expectativas que a ela estavam associadas, que marcava mais profundamente as representações dos africanos no início dos contatos e nos séculos seguintes.⁸¹⁸

A preocupação com os aspectos religiosos fica muito evidente nos relatos de Almada e Donelha e nas cartas do missionário Baltasar Barreira, na medida em que percebemos uma preocupação dos autores em demonstrar que a Guiné estava dividida entre as nações islamizadas (caracterizada nas fontes, como: “mouros”, “da lei”, “seguem a seita de Mafoma”, “Mafometanos”) e os “Gentios/Idólatras” (categoria utilizada pelos “portugueses” para identificar os povos que eram adeptos de práticas religiosas africanas). Logo, ao descrever os povos da Guiné, o principal corte operatório que eles estabelecem é o dos povos já islamizados, sobretudo dos que se situavam ao norte do Rio Gâmbia, sob a influência dos Mandingas. E os povos que viviam ao sul daquele rio, os “gentios”, que teriam sofrido uma influência menor do islamismo, por isto eram observados sob uma ótica menos negativa do que os islamizados.

O que significava ser um “Gentio/ Idólatra”?

⁸¹⁶ HORTA, José da Silva. “Nações”, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem - Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). *Varia História*, Belo Horizonte, vol.29, nº51, p.649-675, set/dez 2013, p.659.

⁸¹⁷ HORTA. “Nações”, p.658.

⁸¹⁸ _____. Perspectiva para o estudo da evolução das representações dos africanos nas escritas portuguesas de viagem: o caso da Guiné do Cabo Verde (Séculos XV-XVII). In: RODRIGUES, José Damiano. RODRIGUES, Casimiro. *Representações de África e dos Africanos na História e na Cultura – Séculos XV-XXI*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar, 2011, p.415.

Entre os séculos XV e XVIII, algumas noções como “gentio” e “idólatra” estiveram presentes nas descrições que os viajantes fizeram das práticas religiosas que existiam na costa da África Ocidental.

O nobre veneziano, Luís de Cadamosto, realizou duas viagens a serviço do Infante D. Henrique, uma em 1455 e outra em 1456, na região entre o Rio Gâmbia e o Rio Grande (Geba). Ao descrever os povos que viviam nesta região ele utilizava o termo “gentio” e afirmava: “Não têm fé nem conhecem a Deus, mas adoram uns o Sol, e outros a Lua, e outros, ainda, os planetas; e tem novas ideias de idolatria.”⁸¹⁹ Duarte Pacheco Pereira que também esteve nesta região por volta de 1506, afirmava que estes povos: “São idolatras porque são gentios.”⁸²⁰

Já o comerciante cabo-verdiano Almada, em 1594, ao se referir aos Barbacins, povo que vivia próximo ao rio Sine, entre o Rio Senegal e o Gâmbia, afirmava: “Estes gentios Barbacins não deixam de terem muitos ritos.”⁸²¹, sobre os Casangas ele disse: “Os seus ídolos, são uns paus fincados no chão[.]”⁸²²

O Padre Baltasar Barreira, já em uma das suas primeiras cartas, escritas em 1604, quando chega a Cabo Verde e aguarda alguns dias até se dirigir a costa da Guiné, afirmava: “[...] e de lá [Guiné] espero mandar tão boas informações da disposição daqueles Reys e gentilidade para receber nossa santa fé católica, que se tome assento sobre nossa ficada e perpetuação nestas partes.”⁸²³

Em 1625, ao escrever o seu relato, o comerciante cabo-verdiano Donelha, afirmou: “Estes Jalofos eram gentios, há menos de oitenta anos que tomaram a lei de Mafamede.”⁸²⁴

Percebe-se, portanto, que estes termos são recorrentes nas fontes que se referem a região da Guiné, desde o século XV. Cabe agora compreender o que eles significavam e quais os objetivos dos viajantes ao utilizá-los.

⁸¹⁹ CADAMOSTO, Luís de e SINTRA, Pedro de. *Viagens*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p.98.

⁸²⁰ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. 3ª edição. Lisboa, 1954, p. 134.

⁸²¹ ALMADA, André Álvares de. *Tratado Breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde* (1594). Leitura, introdução, modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, p.258.

⁸²² _____. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, 1994, p.296.

⁸²³ “Carta do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal”, 22/07/1604, *Monumenta Missionária Africana*, v. IV, p.46.

⁸²⁴ DONELHA, André. *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde* (1625). Edição, introdução, notas e apêndices: Avelino. T. da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977, p. 128.

José da Silva Horta afirma que estes termos tinham como objetivo caracterizar as crenças dos povos africanos como um erro que importava superar, já que a descrição dos viajantes era organizada de acordo com o sistema de categorias disponíveis no código referencial ibero-cristão⁸²⁵.

A gentilidade foi, durante muito tempo, associada a ausência de lei, aqueles situados fora do Cristianismo, Judaísmo ou Islamismo eram integrados a categoria de gentios. Os viajantes estabeleciam uma diferença significativa em relação aos “gentios” e aos “mouros”. Os “mouros” eram associados ao eterno pecado, por terem acreditado na “falsa fé de Maomé”. Em contrapartida, os “gentios” eram capazes de conhecer o caminho da salvação, desde que se convertessem ao cristianismo⁸²⁶. Além disso, os “gentios”, por serem considerados povos sem fé e sem lei, foram caracterizados como povos que poderiam ser facilmente convertidos.

Um exemplo deste discurso, “gentios” versus “mouros”, está presente nas cartas do Padre Baltasar Barreira. Quando é indicado como superior da missão para a Guiné, já demonstra que tem conhecimento sobre a presença do islamismo naquela região⁸²⁷. Uma vez que, ao aceitar a missão afirma que é necessário salvar as almas de muitos que estão sendo contaminados pela “maldita seita de Mafamede”.⁸²⁸ Percebe-se, portanto, que o seu discurso será influenciado pelo contexto das cruzadas contra os muçulmanos. Logo, sua perspectiva sobre os povos africanos influenciados pelo Islã será extremamente pejorativa.

⁸²⁵ HORTA. O africano: produção textual e representações (séculos XV-XVIII). In: CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Lisboa: Cosmos, 1999, p.256.

⁸²⁶ DESTRO, L. C. F. . Cristãos, mouros e gentios: os africanos subsaarianos nos relatos de viagem dos séculos XV e XVI. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 2013, Natal. Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2013, p.1.

⁸²⁷ De acordo com Alberto da Costa e Silva, após a morte de Maomé, em 632, os árabes unificados por Maomé, abalaram o poder do Império Bizantino e conquistaram o Iraque, a Síria, a Palestina, a Pérsia, a Armênia, a Ásia Menor, o Egito e os litorais da África do Norte até a Tunísia. Acrescentaram a seus domínios, no final do século VII, o Afeganistão, a Índia e quase todo o norte da África. Os árabes islamizados acreditavam que era obrigação do crente, ampliar os territórios sob o governo dos fiéis, para isto realizavam a guerra santa (jihad). Vale ressaltar que a expansão do islamismo esteve intimamente ligada a expansão das rotas comerciais transaarianas. Isto não significa, contudo, que os árabes controlavam todo o comércio transaariano, já que grande parte deste comércio continuava na mão dos berberes islamizados. Estes berberes islamizados tiveram papel importante na difusão do islamismo na África. Uma vez que, eram eles que chegavam a diferentes espaços no território africano em busca de mercadoria e com a intenção de estabelecer comércio. Através deste contato difundiam também o islamismo. In: SILVA, Alberto da Costa e. *Nas terras do Islame*. In: *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

⁸²⁸ “Carta do Padre Baltazar Barreira ao Padre Antonio Mascarenhas”, 16/3/1604. In: MMA. 1965, v. IV, p.35.

Além de representar os povos islamizados como falsos e traiçoeiros, o seu discurso tende a distinguir os islamizados dos “gentios”, reforçando a perspectiva de que os “gentios” são mais facilmente convertidos que os islamizados:

A disposição para se fazer fruto nesta gentilidade em uns é grande e em outros não; daqueles que já receberam a seita de Mafoma não parece que há que tratar, os outros que somente a cheirarão e ainda tem ídolos que adoram pode haver mais esperança, e já um Rei destes me deu palavra que se faria cristão e escreveu sobre isso a Sua Majestade, mas os que estão mais dispostos para receber a nossa Santa Fé, são estes reinos da Serra Leoa e outros vizinhos a eles, por não terem notícia de Mafoma e de sua lei.⁸²⁹

Este ponto de vista está ligado ao fervor empenhado na cruzada contra os muçulmanos. Após longos anos de peleja dos cristãos na “reconquista e reintegração” da Península Ibérica, este processo ficou marcado na memória e no discurso de muitos homens ganhando muitos partidários ao longo dos séculos⁸³⁰. Durante a reconquista estes muçulmanos foram vistos como inimigos. Isto explica a preocupação de viajantes portugueses, cabo-verdianos e missionários em descrever de forma negativa a influência do islamismo na Guiné. Isto também explica o fato destes personagens descreverem os Jalofos e os Mandingas como povos de difícil conversão. Uma vez que, os portugueses já tinham um conhecimento sobre a religião islâmica e já haviam lutado, durante vários anos, contra os muçulmanos.

Entretanto, isto não significa, que o discurso produzido pelos missionários, comerciantes e viajantes, de que os “gentios” seriam facilmente convertidos seja verdadeiro. Já que, “os poucos anos de missão iriam revelar que os povos da costa ocidental africana possuíam manifestações culturais e hábitos ancestrais bem enraizados, como a poligamia, cultos, rituais e algumas cerimônias fúnebres, de que não abdicavam facilmente”.⁸³¹ A visão inicial de que os “gentios” seriam facilmente convertidos, tem relação com uma interpretação otimista dos viajantes e algumas primeiras conclusões precipitadas ao chegarem à região.

⁸²⁹ “Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares”, 01/8/1606. In: *MMA*. 1965, IV, p.172.

⁸³⁰ PAIVA, Daniela Rabelo Costa Ribeiro. *As descrições da cidade de Lisboa: escrita, poder e sociedade no Portugal dos Felizes*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, 2013, 112f.

⁸³¹ RECHEADO, Carlene. *As missões franciscanas na Guiné (SéculoXVII)*. 118f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 2010, p.18..26.

A associação de alguns povos da Guiné com o termo “gentio” não é ingênua, caracterizar alguns povos da costa com este termo, significava recorrer a um imaginário religioso cristão dos séculos XIII ao XV, e a interpretação crítica da figura dos gentios no Novo Testamento, que eram representados como um povo desejoso de se aproximar da fé de Cristo e por ele chamado a formar a sua Igreja⁸³². Já o termo “idólatra/idolatria”, remetia a uma referência bíblica, reenviava a Isaías 37:19, segundo o qual os deuses das nações dos Gentios não eram deuses mas “obras de mãos de homens, madeira e pedra.”⁸³³ A Idolatria aparece associada a ideia de artes mágicas, adoração de ídolos, prática de encantamentos, feitiços e sortilégios. Ser idólatra significava prestar a falsas divindades o culto reservado ao “verdadeiro” Deus.

Cabe ressaltar que a caracterização realizada pelos viajantes, dos povos que viviam entre o Rio Gâmbia e a Serra Leoa, como “gentios/ idólatras” não nos ajuda a compreender as práticas religiosas destes. Ao contrário, se o historiador não for cauteloso corre o risco de utilizar estes termos e dificultar o entendimento sobre as características religiosas presentes na região.

Horta, por exemplo, chama atenção para o fato de que o peso concedido pelos viajantes a noção de idolatria, não permitiu que eles compreendessem o caráter de mero suporte ritual e não de verdadeiro destinatário do culto dos “ídolos”. Os chamados “ídolos” eram objetos de culto através dos quais se aproximava dos espíritos. Portanto, “não são deuses ou mesmo espíritos, mas apenas o suporte para a propiciação dos espíritos.”⁸³⁴ Diante disso, pretende-se agora explicar o que eram e o significavam aqueles objetos que os viajantes denominavam como “ídolos” e os povos locais chamavam de “Chinã”.

O culto as Chinas (Tchinas)⁸³⁵

⁸³² HORTA, O africano: produção textual e representações, p.262.

⁸³³ HORTA, José da Silva e MARK, Peter. Judeus e Muçulmanos na Petite Côte senegalesa no início do século XVII: Iconoclastia anti-católica, aproximação religiosa, parceria comercial”. *Cadernos de Estudo Sefardista*, nº 5, 2005, p.36.

⁸³⁴ HORTA, O africano: produção textual e representações, 1999, p.280.

⁸³⁵ Antônio Carreira afirma que o termo China tem a sua raiz em língua nativa, mas que deve ter sofrido adaptação à fonética crioula. Por isso, em vez de China melhor seria dizer Tchina, uma vez que em nenhuma língua nativa existe o ch com o som equivalente ao nosso, mas sim o teacher, no inglês. Optamos aqui por utilizar o termo como aparece na fonte, mas é importante considerar que a pronuncia é diferenciada. CARREIRA, Antônio. “Símbolos, ritualistas e ritualismos ânimo-fetichista na Guiné Portuguesa”. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº63, ano XVI (1961), p. 508.

O viajante-comerciante cabo-verdiano André Álvares Almada, que foi um mercador conhecido na Costa da Guiné desde antes de 1570, descreve a adoração dos Barbacins, desta forma:

Estes Gentios Barbacins não deixam de terem muitos ritos; fazem reverência a Lua quando é nova; têm umas árvores grandes, que eles têm por templo, e os caiam com farinha de arroz e com sangue dos animais que matam e sacrificam a estas árvores, ou [a] alguns paus que eles fíncam no chão, alevantados para cima para esse efeito.⁸³⁶

Mais tarde ao tratar do culto dos Casangas e dos Banhuns, Almada afirmou que:

Os seus ídolos, a que reverenciam, são uns paus fíncados no chão, debaixo de alguma árvore grande e sombria, com as cabeças tortas ao modo de cajados, juntas estes em feixe, amarrados, postos no chão com as cabeças todas para cima. E o seu ídolo a que eles chamam Chinas, e reverenciam, oferecendo-lhes vinhos da sura, que é o da palma, e o de milho, que é como cerveja.⁸³⁷

Já o Padre Fernão Guerreiro, importante missionário jesuíta, ao escrever, em 1606, sobre os povos que viviam na Guiné afirmou:

[...] se há-de saber que o vocábulo por onde esta gentilidade significa o culto e veneração que tem de sua idolatria, é por este nome China; de modo que assim como nós chamamos a nosso deus, Deus, assim eles ao que têm e adoram por Deus chamam China; donde, quando vêem nossas imagens de Cristo ou de Nossa Senhora lhe chamam China do branco, ou China do Cristão, querem dizer Deus do cristão, ou coisa a que quer ou que ama muito.⁸³⁸

Continuando a descrição impregnada de juízo de valor, o Padre afirmava:

E o que mais é para espantar e que se pode ver a brutalidade desta cega gente, é a forma e figura desta sua negra china ou deus que veneram, a qual é esta: Tomam muitos paus, cada um de palmo e meio, todos muito pretos em razão da variedade de licores que lançam em umas vasilhas, que é sangue de diversos animais; com que tingem estes paus; [...]; destes paus fazem um feixe, que fica parecendo um cepo de talhar carne, de altura de palmo e meio, do qual estão dependurados por umas cordinhas delgadas duas ou três caveiras de cachorros. E eis aqui o Deus que esta cega e brutal gentilidade adora e mete no coração e isto é que chamam China.⁸³⁹

Baltasar Barreira também se referiu ao termo China ao tratar das práticas religiosas dos povos da Guiné. Em 1607, em uma carta destinada ao provincial de Portugal, o Padre

⁸³⁶ ALMADA. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, p. 258-259.

⁸³⁷ _____. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, p.296-297.

⁸³⁸ “Das coisas do Cabo Verde e Costa da Guiné”, 1606. MMA, v. IV, p.204.

⁸³⁹ “Das coisas do Cabo Verde e Costa da Guiné”, 1606. MMA, v. IV, p.204.

afirmou que alguns homens que haviam sido convertidos ao catolicismo, quando retornavam a Guiné, voltavam a adorar suas Chinas:

Alguns negros cristãos naturais desta terra [Guiné], que tornarão a ela da Ilha do Cabo Verde, onde forão batizados, cõ o trato dos gentios vierão a tanto esquecimento das obrigações de nossa santa fé, que tinham chinás, ou consentião que a tivessem seus escravos, e tratavão com ellas e lhe encomendavão suas cousas, como fazem os gentios...⁸⁴⁰

Percebe-se, portanto, através destes trechos que os missionários e comerciantes conseguiram identificar alguns objetos de culto dos povos da Guiné. Contudo, fica claro que só identificaram os aspectos materiais deste culto, tendo dificuldades em interpretar os seus significados.

China era o termo utilizado pelos Banhuns, Cassangas e Papeis para indicar a representação simbólica da residência dos espíritos. A existência da China poderia ser simbolizada através de vários objetos (esculturas de madeira) ou seres (árvore). Mas as representações que aparecem de forma mais repetitiva nas fontes são as esculpidas em madeira.

Os missionários e comerciantes que estiveram na região descreveram o culto as Chinas como se fossem um culto direto ao objeto. Eles tinham dificuldades de compreender a ligação que existia entre o visível e o invisível, o natural e o sobrenatural, para os povos da Guiné. Muitos não perceberam que o culto não era ao objeto, o objeto (as esculturas de madeira) eram um meio de consulta à forças sobrenaturais que possibilitavam o contato com o sagrado. A maioria dos povos da Guiné que seguiam as práticas religiosas locais acreditavam e acreditam na existência de uma entidade suprema, onipotente e criadora. Contudo, este ser superior não estava envolvido em negócios da vida cotidiana. Mais intimamente relacionados com os assuntos humanos estavam uma multidão de espíritos, que poderiam ser os espíritos dos antepassados ou forças naturais, estes sim estavam ligados aos aspectos do dia-a-dia⁸⁴¹.

Portanto, como o ser supremo estava muito longe dos mortais, era necessário uma intermediação, e as forças espirituais que exercem essa ponte entre o divino e o humano eram as Chinas. Por isso, as Chinas eram consultadas nas mais diversas circunstâncias, em

⁸⁴⁰ “Carta do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal”, 09/03/1607. MMA, v. IV, p. 238.

⁸⁴¹ AUGEL, Moema Parente. O desafio do escombro: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 93.

tempos de paz ou guerra, em momentos de felicidade e dor, de saúde ou enfermidade, para resolver dúvidas ou algum problema, na procura de alianças ou por desavenças políticas. Percebe-se que as forças espirituais acessadas através dos objetos sagrados tinham um poder de interferir diretamente no mundo dos vivos. Por isso, assuntos de qualquer natureza eram sempre tratados levando-se em conta o componente espiritual.

A ligação com as práticas jurídicas, políticas e sociais

Embora tenhamos classificado uma série de práticas sociais dos povos da Guiné, já citados, como “práticas religiosas”, é legítimo destacar que esta classificação é externa. As sociedades estudadas não utilizavam este termo e não concebiam as práticas que classifico como religiosas como uma esfera da vida social diferenciada. Ao contrário, tais práticas conectavam-se com uma multiplicidade de relações sociais, relações de poder, de parentesco, de justiça, etc.

Isto fica nítido quando observamos as situações, presentes nas fontes, que demonstram em que ocasiões e com quais objetivos os povos da Guiné recorriam aos símbolos, reconhecidos como Chinas. O Padre Fernão Guerreiro escreveu em 1606 sobre a utilização das Chinas:

Donde o que eles têm por sua China e por seu Deus veneram com muito grande respeito, nem fazem coisa sem seu conselho; e para mais o diabo os enganar, lhes fala nela quando a trazem a público para treinarem alguma coisa em juízo, ou fazerem algum juramento, ou querem saber alguma coisa do que há de haver ou suceder no reino.⁸⁴²

Desconsiderando a visão do Padre baseada em uma divisão entre o sagrado e o diabólico, visão comum na descrição de religiosos neste período, que tendiam a caracterizar as práticas religiosas dos povos com quem acabavam de entrar em contato como práticas diabólicas. Afinal, para eles o demônio se manifestava naqueles povos e era preciso intervir para salvar várias almas⁸⁴³. O religioso fornece informações importantes, como a de que as Chinas eram consultadas em várias situações e que a resposta concedida através desta consulta era relevante para as decisões finais: decisões jurídicas, políticas e sociais.

⁸⁴² “Das coisas do Cabo Verde e Costa da Guiné”, 1606. MMA, v. IV, p. 204.

⁸⁴³ SOUZA, Laura de Mello. *América Diabólica: demonologia e imaginário do descobrimento à colonização*. Ver. TB, Rio de Janeiro, 110: 85/100, jul-set, 1992.

Um exemplo de decisão política tomada através da consulta a China, está presente no relato de Almada, quando aborda o fato dos Barbacins realizarem uma consulta, no mato sagrado, sobre se farão ou não guerra:

[...] a norte deste Rio vai correndo o Reino deste Rei de que se trata, que é um reino pequeno, de poucas terras, mas tão belicoso em guerras que é tido entre os outros por um dos da fama. Causa isto, além dele ser muito bom capitão e animoso, tem as suas terras muito cobertas de mato e bosque serrado, no qual se mete e dele ofende aos inimigos; o seu conselho de guerra jamais se descobre; nem se sabe; porque quando a determina fazer, toma primeiro conselho para isto com os seus deputados, e se mete com eles no bosque que está apegado aos seus paços, e ali fazem uma cova de altura de três palmos, redonda e todos os do conselho se põem à roda dela com as cabeças baixas olhando nela; ali praticam todos se farão guerra ou não. E depois de tudo bem examinado, e a determinação do que hão-de fazer tomada, tornam a cobrir a cova. E diz o Rei: “a terra não há de descobrir isto, porque fica enterrado nela”; hão os do conselho tamanho medo de descobrirem o que ali passam, que jamais se sabe.⁸⁴⁴

Esta passagem do texto de Almada informa que antes de decidir se entrariam ou não em guerra, o chefe dos Barbacins se reunia com seu conselho de guerra, provavelmente formado pelos homens mais experientes e sábios da tabanka (aldeia), os anciões. Eles se reuniam no bosque, sabemos da existência de bosques sagrados, onde se localizavam as Chinas. Portanto, antes de tomar uma decisão importante, estes homens se reuniram, em um espaço sagrado, para consultar os espíritos dos seus ancestrais através da China, e tomar a decisão mais adequada. Percebe-se a ligação entre o espiritual e as decisões estratégicas e políticas dos Barbacins.

Além dos exemplos ligados aos aspectos políticos, temos também elementos que demonstram como os aspectos jurídicos estavam entrelaçados as questões religiosas. Valentim Fernandes, no seu Manuscrito, referindo-se aos juramentos dos Banhuns, escreve:

E quãdo alguu faz alguma cousa que lhe quere dar juramento levãno ao dito pao [China] onde há de jurar e bem se guarda de jurar falso porque cuyda que logo ham de ser matados e jura assim por sua linhagem e china: A china me mate descendo daquela palmeyra e isto porque todos sobem a palmeira para tirarem vinho e assim juram também de outra maneiradizendo cobra me mate ou lagarto etc.⁸⁴⁵

⁸⁴⁴ ALMADA. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, p 257.

⁸⁴⁵ FERNANDES, Valentim. *Manuscrito de Lisboa*, 1940, p. 84-86.

Almada ao se referir aos juramentos praticados pelos Barbacins, escreve:

Entre estes desta nação, como os mais de que tratamos, há juízes, os quais são determinados pelos reis com os velhos, que são como desembargadores, ou pelos governadores dos lugares, assistindo sempre com eles os homens antigos e velhos. Põem as partes suas ações, os outros as contrariam; dão logo as provas, e se determinam entre eles. Quando o caso é duvidoso e não há testemunhas, usam de dois juramentos horrendos, e tomam o autor e réu, a um chamam o do ferro e o outro o da água. Tenho-os ambos por mui dificultosos. O do ferro toma-se por esta maneira: trazem ali um ferreiro ou o vão tomar a sua casa, e este põe um pedaço de ferro ao fogo, [...] até que se faça o ferro tão vermelho como uma braza. Diz a parte que há de tomar o juramento: “Deus sabe a verdade; se eu fiz tal cousa ou tal, que seme impõe, este ferro me queime, e a minha língua de maneira que jamais fale.”⁸⁴⁶

Percebe-se que os dois trechos enfatizam o aspecto de um cumprimento ritual relacionada aos juramentos as Chinas como práticas para averiguação de acusações graves em que a suspeita não foi facilmente comprovada, através de testemunhos ou evidências. Nestes casos as pessoas eram submetidas a necessidade de realizarem um juramento, no qual era necessário invocar a China. Pelas fontes observamos que estes juramentos eram valiosos, já que as pessoas tinham muito medo das consequências, pois mentir em nome da China, teria como resultado uma severa punição.

No trecho escrito por Almada, verificamos ainda a existência de uma tradução religiosa, ao se referir aos Barbacins, ele afirma que estes juravam em nome de Deus, mas sabemos que o termo utilizado por eles não era este. Almada tentou traduzir o que observava de acordo com o referencial cristão. De qualquer forma seu relato foi importantíssimo, porque em inúmeras passagens demonstra que o ritual de atestar honestidade a uma declaração estava intimamente ligado aos aspectos espirituais.

Além dos exemplos acima, percebemos através dos relatos e cartas missionárias que as Chinas estão presentes nas mais diversas situações entre os povos da Costa da Guiné, como exemplo, citamos: na escolha e empossamento de régulo, chefes de povoado e ritualistas (djanbacoses), no fanado (circuncisão), nos ritos de passagem das “classes sociais”, durante a gravidez; na solução de litígios e para juramentos em casos graves, em certos rituais funerários, próximos as sementeiras, quando da necessidade de chamar chuva, para proteger a tabanka (povoado) contra os “comedores de almas”, contra a mortalidade

⁸⁴⁶ _____. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, p. 262.

de gado e a pragas de insetos e outros. Estas situações demonstram a ligação entre as questões religiosas e os aspectos sociais, políticos e jurídicos.

A província de Moçambique e o trabalho forçado

Lorena Dias Martins

Graduanda em História

UFMG

lorenadiasmartins@gmail.com

Resumo: O estudo aqui proposto pretende realizar uma análise do uso do trabalho forçado dos nativos nos territórios da província de Moçambique entre finais do século XIX e as três primeiras décadas do XX. A compulsividade do trabalho foi um modo largamente empregado de exploração de mão de obra e contribuía para o desarranjo tanto social, quanto político e econômico dessas sociedades nativas. Nesse sentido, procuro apreender as circunstâncias do prolongamento de práticas que podem ser consideradas por muitos como vestígio do escravismo, através de uma legislação aberta à execução de trabalhos forçados.

Palavras-chave: Moçambique; Trabalho forçado; Mão de obra.

Até finais do século XIX o território da colônia de Moçambique não conheceu fronteiras definidas e por isso a área sofria grande influência de outros países colonizadores. A consolidação e o desenvolvimento das possessões ultramarinas portuguesas deparavam-se com uma administração inábil, com insuficientes meios, sejam eles políticos, econômicos e militares, para mantê-las.⁸⁴⁷ Após a Conferência de Berlim (1884-1885), perante a manifestação de interesses relativos aos territórios portugueses em África revelados pelas principais potências europeias, definiu-se a necessidade de uma ocupação efetiva e real para que se pudesse reconhecer a soberania de uma nação sobre territórios africanos reivindicados. “Princípios de direito colonial internacional eclodem subitamente com valor vinculativo e derrogam situações de longa tradição, negando a estas o valor que o tácito consenso das nações até então lhes atribuíra”.⁸⁴⁸ As pressões por uma ocupação real expuseram as deficiências governamentais de Portugal que até o final do século XIX limitava sua soberania à costa com uma fraca penetração para o interior. A dominação do território tornou-se uma necessidade, a priori, mais política do que econômica.⁸⁴⁹

João de Azevedo Coutinho destaca o despertar português diante da indiferença antes disposta à colônia de Moçambique e da necessidade de desenvolvê-la para se obter os recursos que ela poderia oferecer. Para isso, propõe uma organização onde os europeus

⁸⁴⁷ CARRILHO, Maria. As campanhas coloniais: reflexos a nível político e militar. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 235-247.

⁸⁴⁸ MATOS, Leonor Correia de. O movimento pendular centralização/descentralização na política colonial portuguesa. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 100.

⁸⁴⁹ TAVEIRA, Maria Armanda Ramos. O imperialismo britânico e alemão durante a segunda metade do século XIX. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 116-131.

ocupariam somente cargos administrativos e o trabalho ficaria a cargo da população nativa. Desde o relatório de João D'A Coutinho (1893), há a defesa do uso da força na implantação da civilização em Moçambique. A exploração das riquezas da terra deveria ser realizada pelos nativos porque estes seriam capazes de cumprir com os trabalhos, mesmo perante as dificuldades físicas, climáticas e patogênicas de África, por um preço menor.⁸⁵⁰ Antônio Enes também expressa o princípio de que somente o trabalho poderia civilizar o indígena. O Regulamento do Trabalho dos Indígenas de 1899 normatizava a prestação do trabalho obrigatório, tendo o indígena a liberdade de escolha referente à maneira de cumpri-lo, mas se não o fizessem de maneira nenhuma, podia ser-lhe imposto o seu exercício. Tal regulamento permitia a compulsão do trabalho para servir tanto a instituições públicas, como a particulares.⁸⁵¹ Para Armando de Castro, o trabalho obrigatório institucionalizado por esse regulamento revelava-se como uma forma disfarçada de escravagismo, que já havia sido teoricamente abolido em toda monarquia portuguesa.⁸⁵² Segundo Isabel Castro Henriques

[...] quando na África dita portuguesa a escravatura parece enfim abolida, verifica-se a invenção de um vasto quadro jurídico que multiplica as regras que permitem que os senhores obriguem os antigos escravos a continuar a trabalhar gratuitamente. [...] Os juristas “evitaram” a violência do trabalho forçado, termo que circula em todas as colônias e em Portugal, mas que no quadro estritamente jurídico só aparece como “trabalho compelido”. Esta mínima diferença mostrou-se deveras útil no plano internacional: acusados de recorrer ao trabalho forçado, os portugueses respondem com o seu aparelho jurídico mostrando que os sistemas de trabalho adoptados nas colônias portuguesas constituem um “acto civilizador”, pois são a única maneira de liquidar a preguiça congénita dos africanos.⁸⁵³

As críticas à escravidão foi uma pauta crescente no colonialismo de finais do século XIX e a demanda pela utilização de mão de obra livre ganhou espaço neste contexto, apesar de realizar-se sob formas de dominação que não excluía abusos e excessos.⁸⁵⁴ Era preciso criar uma força de trabalho subjugada e barata.⁸⁵⁵

⁸⁵⁰ COUTINHO, João Azevedo. *Do Nyassa a Pemba: os territórios da Companhia do Nyassa: o futuro porto comercial da região dos lagos*. Lisboa: Typ. De Companhia Nacional, 1893. 247 p.

⁸⁵¹ MATOS, Leonor Correia de. O problema do recrutamento da mão-de-obra local e respectivo código de trabalho. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 260-269.

⁸⁵² CASTRO, Armando. A vida econômica das colônias portuguesas em África de 1850 até ao eclodir da Primeira Guerra Mundial. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, p. 146-156, 1989.

⁸⁵³ HENRIQUES, Isabel Castro. *Os Pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004, p. 29.

⁸⁵⁴ THOMAZ, Fernanda Nascimento. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. In: *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 50, n° 50, p. 313-330, 2012.

⁸⁵⁵ MENESES, MARIA PAULA G.O "indígena" africano e o colono "europeu" - a construção da diferença por processos legais. *E-cadernos CES*, 7, 2010, 68-93. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693_04%2520%2520Paula%2520Meneses%252023_06.pdf. > Acesso em: 01/06/2014.

Para que se efetivasse a colonização, lançou-se mão de uma maior exploração dos recursos ampliando a cobrança de impostos e coagindo o indígena ao trabalho. Através de ideais segregadores baseados na desigualdade racial, começou-se a justificar o uso de meios coercivos para a obtenção de mão de obra.⁸⁵⁶ Segundo Cunha (1960), citado por Cabaço⁸⁵⁷, a definição de indígena utilizada por Antonio Enes no regulamento de 1899 “[...] que os definia como aqueles que, nascidos nas colônias de pai e mãe indígena, não se distinguíssem pela sua instrução e costumes do comum da sua raça”, colaborou com o surgimento de um sistema ideológico de exclusão. Tornou-se necessário criar uma identidade específica para a população colonizada para se desempenhar a conquista nas formas da lei. Destituir o indígena de cidadania para poder forçar o seu trabalho.⁸⁵⁸ Nesse sentido, a exploração se sustentou no discurso da obrigação moral do trabalho.

A inferiorização dos indígenas baseada na diferenciação de raças pressupunha a aplicabilidade do trabalho como pagamento de penas prisionais e também do próprio imposto de palhota, que passou a ser cobrado em forma de trabalho a partir de 1903.⁸⁵⁹ Anteriormente, os indivíduos que se recusassem ao pagamento, eram obrigados a trabalhar.⁸⁶⁰ O trabalho forçado era empregado em várias áreas como na abertura de estradas, obras públicas e *machambas* dos colonos.⁸⁶¹ É importante salientar que o *shibalo*⁸⁶² já contava com a aplicação de trabalho correcional aos prisioneiros condenados por “vadiação”.⁸⁶³ Há, neste sentido, a emersão de um discurso que justificaria a exploração na incapacidade do indígena de ter o trabalho como um hábito, e sim como algo específico e instintivo.⁸⁶⁴

Para Maria Paula Meneses,

Uma situação de trabalho forçado é determinada pela natureza da relação entre um trabalhador e um ‘empregador’, e não pela atividade exercida em si; por isso o trabalho forçado inclui sempre dois elementos básicos:

⁸⁵⁶ CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475 f. Tese de doutorado – Antropologia social, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

⁸⁵⁷ _____. *Moçambique*, p.108.

⁸⁵⁸ ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro*. Colonialismo e racismo em Moçambique. 1ª ed. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2007. 338 p.

⁸⁵⁹ THOMAZ, Fernanda Nascimento. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. In: *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 50, nº 50, 2012, p. 313-330.

⁸⁶⁰ MARTINEZ, Esmeralda Simões. *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa- o caso de Moçambique (1899-1926)*. 2008. 331 f. Dissertação (Mestrado em História da África) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

⁸⁶¹ MEDEIROS, Eduardo da Conceição. *História de Cabo Delgado e do Niassa (C. 1836-1929)*. Maputo: S.N, 1997, 252p.

⁸⁶² “O princípio legal que os Africanos que não estavam a trabalhar como assalariados por um período fixo em cada ano [...], seriam considerados vadios e assim vulneráveis ao shibalo, era o fundamento técnico do sistema. Os Africanos que recusavam o shibalo ou que quebravam os seus contratos estavam sujeitos a trabalho correcional como prisioneiros, sendo o shibalo, deste modo, reforçado pelo sistema penal.” (PENVENNE, Jeanne. *O shibalo como um fator na migração de trabalhadores do sul de Save 1900-1930* - s.d.)

⁸⁶³ _____. *O shibalo como um fator na migração de trabalhadores do sul de Save*, s.d.

⁸⁶⁴ ZAMPARONI, Valdemir. Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas. In: *Africana Studia*, Porto, nº 7, 2004, p. 299-325.

o trabalho ou serviço é imposto sobre ameaça de alguma sanção e é realizado involuntariamente.⁸⁶⁵

Existiam três condições em que o indígena era obrigado a trabalhar: o trabalho voluntário, onde os indígenas se ofereciam para trabalhar; o trabalho compelido, onde a autoridade indicava o trabalho a ser realizado, e o trabalho correcional, que era aquele imposto ao indígena sentencialmente. De todo o modo havia a obrigatoriedade do trabalho e a sua recusa transformava o indígena em criminoso uma vez que tal obrigação assentava-se na lei.⁸⁶⁶ Esmeralda Simões Martinez afirma que o ideal de civilizar através do trabalho não era uma novidade portuguesa, contudo, “O ineditismo de Portugal é exatamente a criação deste novo direito do Estado de exigir, compelir o individuo a trabalhar, porque este tinha o dever moral de fazê-lo e sem direito de recusa.”⁸⁶⁷

Se antes pautada em uma direção assimiladora⁸⁶⁸, com uma jurisdição que pressupunha aplicabilidade a todos os territórios portugueses, incluindo as colônias⁸⁶⁹, a política portuguesa passa a conceber o “outro” como legalmente diferente.⁸⁷⁰ Esse outro que é sempre desprovido de civilização, de afeição pelo trabalho, e por isso devia ser educado por meio desse, é também colocado em uma categoria generalizante. “[...] a implantação da moderna colonização insistiu e apoiou-se numa hierarquização cultural, a partir do qual emerge, com grande nitidez, a ruptura entre o ‘europeu’ e o ‘indígena’, dando azo à emergência de vários estereótipos que doravante configurariam a representação dos colonizados.”⁸⁷¹ As críticas à centralização partia de nomes como Antonio Enes, que era defensor de uma política descentralizadora que dava maior autonomia às administrações das colônias e rejeitava uma constituição única que abrangeria todos os territórios portugueses.⁸⁷² Era preciso afirmar a relação de dominação entre colonizador-colonizado e uma constituição única que presumiria os mesmo direitos e deveres a todos, ia contra qualquer tentativa de diferenciação. Neste sentido “A distinção entre *não indígenas* e *indígenas* – que em Moçambique ganha força jurídica a partir da publicação de uma portaria do Governo da colônia em 1917 – é um instrumento decisivo no processo de institucionalização da segregação laboral”.⁸⁷³

Após a Primeira Guerra Mundial tem-se a criação da Organização Internacional do Trabalho com o objetivo de fiscalizar e garantir condições de trabalhos igualitárias e

⁸⁶⁵ MENESES. O “indígena” africano e o colono “europeu”, p.83.

⁸⁶⁶ MOUTINHO, Mário. O indígena no pensamento colonial português. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

⁸⁶⁷ MARTINEZ. *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa*, p.101.

⁸⁶⁸ JOÃO, Maria Isabel. Ideologias e políticas coloniais na segunda metade do século XIX. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 198-209.

⁸⁶⁹ MATOS. O movimento pendular centralização/descentralização na política colonial portuguesa, 1989.

⁸⁷⁰ THOMAZ. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho, 2012.

⁸⁷¹ MENESES. O “indígena” africano e o colono “europeu”, p.78.

⁸⁷² MATOS. O movimento pendular centralização/descentralização na política colonial portuguesa, 1989.

⁸⁷³ CABAÇO. Moçambique, p.108, grifo do autor.

humanas.⁸⁷⁴ E é nesse cenário de regularização laboral que a *Sociedade das Nações*⁸⁷⁵ acusa Portugal de manter práticas escravistas nas colônias.⁸⁷⁶ Também Fernanda do Nascimento Thomaz aponta para o uso de castigos físicos como forma de reprimenda e intimidação. Mas as punições não se limitavam aí: “As ameaças assumiram formas extremas, como a violência física, mas também formatos mais subtis, como a retenção de documentos de identidade ou a ameaça de denúncia às autoridades, em casos de migração ilegal, para adquirir uma vantagem injusta sobre os trabalhadores.”⁸⁷⁷ Com a oposição em relação à escravidão em pauta nas políticas europeias em finais da terceira década do século XX, a *Liga das Nações* e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) conferiram ao trabalho forçado um caráter proporcional à escravidão.⁸⁷⁸ Em reação às pressões internacionais, em 1929 o Código do Trabalho Indígena nas colônias Portuguesas de África, proibiu a prática do trabalho obrigatório.⁸⁷⁹

O presente trabalho apoia-se na compreensão das circunstâncias em que se deu o prolongamento de práticas que podem ser consideradas por alguns autores como vestígios do escravismo, através de uma legislação aberta à execução de trabalhos forçados. Assim, também procuro apreender as consequências, para as sociedades nativas, na condução e implantação desse tipo de trabalho. A exploração ineficiente da região foi incapaz de realizar uma colonização efetiva do território, que pudesse ter algum ganho em curto prazo.

Assim, o recurso utilizado pelos colonizadores foi o de explorar a força de trabalho disponível para servir ao mercado tanto interno, como externo. A exploração da mão de obra baseou-se na inferiorização da população local e, tanto uma como a outra, foram justificadas juridicamente e ideologicamente. Deste modo, políticas coloniais baseadas no racismo foram importantes instrumentos de exploração em Moçambique.

⁸⁷⁴ MATOS. O problema do recrutamento da mão-de-obra local e respectivo código de trabalho, 1989.

⁸⁷⁵ “As relações internacionais, [...] tentavam agora construir-se sob uma nova ideia de relações democráticas, tuteladas por uma sociedade livremente consentida e aceita [...]”. (AFONSO, 2008, p.110).

⁸⁷⁶ ZAMPARONI. Da escravatura ao trabalho forçado, 2004.

⁸⁷⁷ MENESES. O “indígena” africano e o colono “europeu”, p.83.

⁸⁷⁸ THOMAZ. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho, 2012.

⁸⁷⁹ ZAMPARONI. De escravo a cozinheiro, 2007.

A Etiópia para além das utopias: um estudo do vocabulário de *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*, enquanto suporte ideológico do Império Português.

Thays Alves Rodrigues

Graduanda em História pela Universidade Federal de Viçosa

Thays.alves@ufv.br

Resumo: O presente artigo parte da análise de *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia* (1540), um escrito do clérigo Francisco Álvares (1465-1536/1541). Tal obra, de caráter etnográfico, se insere no âmbito das narrativas produzidas no contexto da expansão portuguesa do século XVI, onde a descrição dos diversos povos e paragens contribuíram para a constituição daquilo que se configurou como a “consciência” do Império português. No caso de *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*, Álvares retrata suas experiências e observações colhidas no decorrer de sua participação como capelão da conturbada embaixada (1520 e 1526) enviada ao reino do lendário Preste João, localizado na Etiópia. Reino este que, desde o século XII, figura como horizonte na imaginação europeia, principalmente na mentalidade portuguesa que manteve a mítica em torno da Etiópia até meados do século XVI. Esta constatação nos permite afirmar que o suporte ideológico do império ganha novos elementos ou é mesmo substituído por outros ao longo da afirmação de sua hegemonia, tendo em vista o fato da Etiópia passar da condição de reino aliado à terra de missão. Com efeito, nosso objetivo será analisar o vocabulário do padre Francisco Álvares - que se assenta no plano religioso, mas que em última instância visa garantir a expansão e conservação do reino português, tendo como base a comprovação de um poderoso mito- buscando articulá-lo aos contextos em que se procedeu a transição do governo de Dom Manuel I para o de Dom João III.

Palavras-chave: Império; *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*; Etiópia; Preste João.

Introdução

A tradição de debate sobre a justificação do império português é longa, ela remonta ao momento de sua formação, quando cronistas como Rui de Pina, Damião de Góis, Serafim de Freitas, Antônio Vieira, João de Castro, Luís da Cunha, entre outros, começaram a exprimir em seus escritos concepções idealizadas e conscientes do Império, de acordo com o espaço de atuação e a conjuntura histórica em que viveram.

Desse modo, o suporte ideológico do império, ganha novos elementos, ou mesmo é substituído por outros ao longo da afirmação de sua hegemonia, como nos demonstra Giuseppe Marocci na obra, *A consciência de um império*. Este autor - assim como Carlos

Alberto de Moura Ribeiro Zeron e Andréa Doré - procura salientar que os elementos econômicos e jurídicos não são duas forças em contraste com os argumentos religiosos, como acredita uma parcela dos historiadores do império.⁸⁸⁰ O fundamento religioso estaria presente em todas as fases do projeto colonial, e em perfeita sintonia com as práticas de conquistadores, comerciantes e missionários.⁸⁸¹

Entre os elementos citados não podemos deixar de reconhecer a relevância do “mito” na busca por outros povos e paragens. De acordo com Gregory Claeys, Thomas Morus teria inaugurado a era da Utopia, com a publicação de sua obra *Utopia*, em 1516. Nesta era- em oposição às eras de mitos e religiões, onde os deuses e as forças da natureza mantinham o controle da sociedade -, a humanidade teria se apoderado do seu próprio destino, reconhecendo suas deficiências. Este reconhecimento levaria à busca pela sociedade ideal, o que envolveria a exploração de uma variedade ampla e desconcertante de terrenos extraordinários.⁸⁸² A Etiópia, portanto, figuraria como um deles, pois oferecia um modelo de valor e de perspectiva que permitia uma classificação da realidade.⁸⁸³

Claeys ainda salienta que o período das primeiras explorações sucede a viagem mítica e precede a era da viagem moderna. Esta última fez com que o antropológico e o etnográfico assumissem a frente em detrimento do imaginário. Segundo Domenico Taranto, na modernidade temos um utopismo menos radical que se manifestará na maior sensibilidade no que concerne a forma dos regimes. Esta preocupação possibilitou a constituição dos Estados Modernos.⁸⁸⁴

Seguindo nosso objetivo inicial, devemos agora compreender as variações que o mito do Preste João assumiu na Europa. O mítico soberano esteve associado a múltiplas

⁸⁸⁰ Podemos citar Luís Filipe Thomaz, Antônio Vasconcelos de Saldanha e Pedro Cardim, e suas respectivas obras: THOMAZ, L. F. A idéia imperial manuelina. In: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S. & SILVA, L. G. *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008, pp. 39-104; SALDANHA, Antônio Vasconcelos de. *Iustum imperium: dos tratados como fundamento do império dos portugueses no Oriente; estudo de história do direito internacional e do direito português*. Lisboa: Fundação Oriente, 1997; CARDIM, P. *O Poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

⁸⁸¹ DORÉ, Andréa. “Relações entre Oriente e Ocidente (SÉC. XIII-XVII): mercadores, missionários e homens de armas”. *Biblos*, Rio Grande, 21: 105-124, 2007.

⁸⁸² CLAEYS, Gregory. *Utopia – A história de uma ideia*. Edições SESCSP. PP.7-111.

⁸⁸³ VAUCHEZ, André. Santidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. V.12 Mythos/logos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. P. 95/96.

⁸⁸⁴ CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel. Tomás Morus (1478-1535), Tomas Campanella (1569-1639): O Eudemonismo Utopico. In: *História argumentada da filosofia moral e política – A felicidade e o útil*. Editora Unisinos: São Leopoldo. PP. 253- 261.

figuras e seu reino confundido com as diversas tribos mongóis.⁸⁸⁵ Segundo Jean Richard a assimilação do Preste João com o Rei Davi da *Relatio*,⁸⁸⁶ e, conseqüentemente, com Khan dos mongóis não foi permanente. Pois, a partir do momento em que os viajantes ganharam o norte da China, residência do Grande Khan, como também a rota marítima que levava através do Golfo Pérsico para a Índia e para o Oceano Índico, a imensidão do fabuloso império do Preste João, pareceu grande demais para ser aceita.⁸⁸⁷

Foi desde o século XIII - com o conhecimento mais preciso da parte oriental da África - que os europeus passaram a procurar de forma mais efetiva o mítico reino do Preste João.⁸⁸⁸ Este intento foi mantido no imaginário português até o momento de expansão do império. É por esta razão, que na documentação coeva sempre observamos os Infantes D. Henrique, D. Pedro, D. João II, D. Manuel e D. João III se referirem e se dedicarem à busca do mítico reino da Etiópia; somente D. Sebastião se dedicou a outros sonhos.⁸⁸⁹

Assim, num primeiro momento pensemos na Etiópia como um aliado, um mito e esperança, já que Portugal não possuía muitas vantagens que o possibilitasse dominar a maior parte das regiões por onde seus representantes passaram. Mas não percamos de vista o fato de que, com o passar do tempo- e com a mudança de expectativa por parte dos portugueses – o lendário Reino termina por ser isolado. Talvez porque o mito não tenha tomado a forma esperada, como pode ser notado nos relatos de Francisco Álvares (povo nômade e sem leis). Ou talvez seja pelo simples fato da beleza de um mito ser sempre mais

⁸⁸⁵ Era o caso das cerimônias que contavam com o uso de incenso, sinos e canções nas horas canônicas. Viajantes do século XIII como William Rubruck muitas vezes relatam estas evidências. É desta vaga imagem de um Cathay cristã, que virá a lenda do Preste João. O texto a citar pela primeira vez este personagem está atribuído à Oto de Freising, que faz um resumo do relato que havia recebido em 1145 de um bispo da Síria franca, Hugo de Gabala. Segundo este, quatro anos antes certo João, rei-sacerdote, cristão do reino nestoriano, residente além-Pérsia, vencera o sultão muçulmano persa Sanjar e conquistara a cidade imperial de Ecbátana, estando prestes a caminhar para Jerusalém, teria sido impedido pelo rio Tigre, pois não teria barcos. Ver: RICHARD, Jean. *L'Extrême-Orient légendaire au Moyen Âge: Roi David et Prêtre Jean*. In: MITSUURA, Koishiro. Les civilisations au regard de l'autre (Actes du colloque international de Paris, 13 et 14 décembre 2001). Paris: UNESCO, 2001. P. 117.118.

⁸⁸⁶ O *Relatio de Davide* narra as vitórias do Rei Davi, filho do rei de Israel no país Musul Manp, ele próprio filho de um Serge, filho de João. Estes governantes foram apresentados como nestorianos. Contudo as versões que corriam no Ocidente não falavam de um David filho do Preste João; o nome de David fora substituído pelo de Preste João. Ver: RICHARD, Jean.

⁸⁸⁷ RICHARD, Jean. *L'Extrême-Orient légendaire au Moyen Âge: Roi David et Prêtre Jean*, p. 236, 237

⁸⁸⁸ A Núbia passou a ser incluída na lista de nações que o Papa enviava emissários da ordem Dominicana e os missionários franciscanos; entre 1305 e 1314, o dominicano William Adam teria conhecido a Etiópia. Ver: RICHARD. *L'Extrême-Orient légendaire au Moyen Âge*, p. 237

⁸⁸⁹ MATTOSO, José. Os régios protagonistas. In: História de Portugal. Editorial Estampa. Vol: III. PP.437-460.

significante que sua realidade. Para nos, a relevância em se considerar as variações que o mito do Preste João apresentou no imaginário Europeu, consiste na possibilidade de historicizar os empreendimentos marítimos dos reis portugueses na busca de um reino cristão envolto por muçulmanos. Como é o caso da conturbada embaixada do Padre Francisco Álvares, enviada à Etiópia por D. Manuel em 1526.

Pouco se sabe sobre a origem de Álvares; apenas que nasceu em 1465, em Coimbra, sendo incerta a data de sua morte (1536 ou 1541). Além disso, foi clérigo secular da Igreja de Santa Justa de Coimbra e exerceu a função de capelão da já referida embaixada; fato que denota proximidade com os círculos cortesãos. A sua relação das terras do Preste João, *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*, foi publicada em 1540. Nela demonstra preocupações que vão desde a situação geográfica e natural da Etiópia, perpassando pelos costumes e práticas religiosas, até a arquitetura de suas cidades, organização social e econômica. Tudo inserido no âmbito das ações evangelizadoras.

Uma leitura atenta destes escritos nos permite identificar certas categorias, quais sejam: justiça, honra, engenho (no sentido de capacidade inventiva) conversão e natureza. Por hora, optamos por nos esforçar em definir as três primeiras categorias citadas; sendo “justiça”, a primeira delas.

Honra e justiça

Notemos que D. João II inicia em seu reinado uma reforma jurídica, criando uma verdadeira burocracia régia. Esta reforma é lavada adiante por D. Manuel I, que avançara com a preocupação sistemática de arrumar a legislação, as práticas legislativas e judiciais do reino; acrescentando à autoridade do rei já estabelecida por D. João II, instrumentos legais que permitiram a essa autoridade, manifestar-se com eficácia. Assim impõe-se a uniformização dos revistos forais, uma nova formação jurídica fortemente romanista e influenciada pelo humanismo italiano, bem como, uma reforma dos pesos e medidas; tudo isso muito bem documentado.⁸⁹⁰

Em paralelo a este contexto, a primeira observação que podemos fazer em relação à sociedade Abexim de acordo com os relatos de Álvares, é que esta parecia não ter justiça, já

⁸⁹⁰ MATTOSO. *Os régios protagonistas*, 438-449. Por esta razão, No plano dos livros impressos entre os séculos XV a XVIII, as matérias jurídicas (do direito civil ou do direito canônico, de direito comum ou de direitos pátrios, tratadística ou na paxística) cobriam uma elevada percentagem de edições.

que suas leis não eram escritas, e os seus julgamentos subjetivos. Isto pode ser comprovado no requerimento de justiça que D. Luís faz ao Preste João, por ocasião da morte de seus homens no lugar de Arquico:

E requerendo nós esta justiça por muitas, houvermos resposta que muito lhe pesava, porque o capitão-mor D. Luís não tomara vingança [...] e, pois ele não quisera por si tomar vingança, que ele mandaria fazer justiça [...] mandou dizer pelo cabeta, que ele fosse conosco ao mar e que prendesse a todos os mouros, turcos e rumes cristãos [...] e que os entregasse a qualquer capitão-mor que viesse de Portugal e que ele matasse e fizesse justiça como lhe aprouvesse [...] ⁸⁹¹

Ou ainda no julgamento que Zagazabo (embaixador do Preste), havia solicitado por Abdenago (Capitão dos pajens) ter lhe tomado uma de suas senhorias:

E os juízes desta causa foram o ajaze de Aragote e o Ajazeceite [...]. E de uma e outra parte altercaram e alegaram tanto, que foi concluso verbalmente, porque cá não há escrever, as audiências e tudo é verbal e a sentença verbalmente se dá. ⁸⁹²

É interessante salientar que, os portugueses tomam como modelo de sociedade desenvolvida, sua própria estrutura de organização social. Assim a ausência de leis escritas na Etiópia, era praticamente o indicativo de ausência de justiça. Indiretamente (ou não) estaria relegada a pré-história da civilização, já que sua sociedade ainda valia-se do "olho por olho e dente por dente".

[...] mas mandou o feitor e língua que fosse dizer ao Betudete de sua parte porque mandava deitar ferros aos portugueses e os faziam tratar tão mal aos escravos capados. Respondeu o Betudete dizendo que quem nos mandava cá vir, que Matheus não fora a Portugal por mandado do Preste João nem da rainha Elena; e que se o escravo lançara ferros aos portugueses, que os portugueses os tornassem lançar ao escravo, e que esta era a justiça da terra. ⁸⁹³

Trazendo estas constatações para o espaço de atuação de Álvares, podemos acrescentar às noções jurídicas de justiça aquelas virtudes correlatas a própria categoria: como a religião, a piedade, a reverência, a gratidão, a verdade, a amizade, a liberdade e a equidade. Em todas estas virtudes haviam alteridade, deveres a cumprir para com outrem; ou para com Deus, ou ainda para com seus superiores.

⁸⁹¹ ÁLVARES, P. Francisco. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia* (I). Transcrição em português atual: Maria da Graça Pericão. Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1989, p. 79.

⁸⁹² _____. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 81.

⁸⁹³ ÁLVARES. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 82. O que o embaixador português mandou pedir esclarecimento ao Betudete, pelo fato dos português terem sido presos.

Neste campo a justiça acaba dizendo respeito ao outrem, sendo todas suas virtudes conexas com a justiça. Assim, justo era aquele que pretendia a justiça, não apenas a justiça do direito, mas também o respeito, a reverência social, a gratidão pelas mercês, etc. É neste sentido, que a “honra”, nossa segunda categoria encontra-se diretamente atrelada à justiça. Observa-se que na sociedade etíope, que não possuía leis escritas, a justiça era exercida por pessoas tidas como "honradas".

Pousamos em uma ribeira corrente de muito boa água [...] e nos fomos ao dito lugar a ver um muito honrado fidalgo capitão do lugar. [...] E fez-nos grande gasalhado dando-nos muitas galinhas cozidas em manteiga e muito vinho de mel [...] ⁸⁹⁴
[...] veio a nos um frade honrado que é o segundo do Peste João, e é cabeça e capitão sobre os escrivães do Preste João [...] ⁸⁹⁵

As pessoas honradas também se distinguiam pela vestimenta:

Todos os homens honrados trazem peles de carneiros ao pescoço ou ombros, e o que traz pele de leão, tigre ou onça é mais honrado, quando chegam perto do senhor tiram a pele como nos tiramos o barrete. ⁸⁹⁶

O conceito de honra, de acordo com o pesquisador Jackson Ferguson Costa de Farias, foi se modificando com o passar dos séculos. Na sociedade medieval, o termo honra estava associado a um pedaço de terra que a pessoa recebia diretamente do rei em pagamento por serviços prestados. Eram as chamadas ‘terras honradas’ destinadas, principalmente, aos nobres de origem militar, afirma Farias. Já na transição da Idade Média para a Moderna, a honra passou a ser associada a valores como reputação, virtude, castidade, respeito, estima e consideração, e começou a ser encarada como um atributo de distinção social. Desse modo, podemos inferir que, na sociedade etíope, a proximidade de sua prática religiosa com a prática religiosa dos portugueses era indicativo de honra. ⁸⁹⁷

Este conceito de honra poderia também está atrelado ao respeito demonstrado pelo soberano e povo Abexim às coisas do rei de Portugal, pois como temia ao mesmo Deus, todo favor prestado aos homens do rei, caminharia no sentido do restabelecimento da comunidade cristã universal. Coisa que não poderia deixar de ser muito honrada.

⁸⁹⁴ _____. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índia*, p. 18. Lugar de Calote.

⁸⁹⁵ _____. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índia*, p. 101.

⁸⁹⁶ _____. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índia*, p. 30.

⁸⁹⁷ FARIAS, Jackson Ferguson Costa de. *Honra e escravidão: um estudo de suas relações na América Portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Dissertação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

Quis Deus que veio ter comigo hum homem honrado: perguntou-me quem era, eu disse-lhe que era um gaxiagenuz, um estrangeiro do Rei. Este homem era muito grande e digo honrado porque me fez bem: e tomou-me a cabeça debaixo de um braço que eu não lhe chegava mais, e assim me levava como fole de gaiteiro [...]. E me levou com a mula e escravo até me meter em uma orta com que tinha cercada sua casa [...] ⁸⁹⁸

Engenho

Ainda a respeito dos quadros legais que procuravam justificar a política imperial de Portugal, observarmos em *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia* a categoria engenho. Devido a dificuldade de defini-la a partir de fontes coevas, me arrisco a compreendê-la a partir da análise do discurso literário.

Desde o século XV com a recuperação dos clássicos pelos humanistas, que a normalização da língua portuguesa passa a figurar como uma das preocupações do império. A centralidade da língua e conseqüentemente da retórica se estendem para os séculos subsequentes (XVI e XVII), quando a nova fase da expansão (exploratória) passa a exigir o que muitos autores chamam de “retórica engenhosa”.

Sobre isso nos fala António José Saraiva em sua obra *O discurso engenboso*. Para o autor, um dos representantes deste discurso engenboso seria o Padre Antonio Vieira, devido à forma desembaraçada com que escrevia os seus sermões. Esta forma o colocava numa situação de domínio em relação ao receptor destes sermões (os índios), já que este último não possuía o mesmo desembaraço em relação ao uso da língua. Nesta mesma passagem a respeito de Antonio Vieira, Saraiva demonstra sua compreensão de engenbosidade. Segundo o autor todo processo engenboso implica numa “agudeza”, no sentido de perspicácia, e intencionalidade. A retórica engenbosa de Vieira era, portanto resultado de sua alta consciência. ⁸⁹⁹

Esta definição - apesar de reduzida - corresponde ao uso que Álvares faz da categoria, já que em seus escritos a expressão aparece sempre associada à falta de capacidade inventiva dos Etíopes para extraírem suas próprias riquezas vegetais e minerais, por exemplo:

⁸⁹⁸ ÁLVARES. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 67.

⁸⁹⁹ SARAIVA, Antonio J. *O discurso engenboso: estudos sobre Vieira e outros autores barrocos*. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 8

Digo que ninguém caça nem pesca, nem tem engenho, nem maneira, nem vontade para o fazer: por isso é a caça muito boa de matar, porque não é corrida da gente [...] ⁹⁰⁰

Para a parte do poente que á contra o Nilo: dizem haver grandes minas de prata, e que a não sabem tirar, nem aproveitar, por falta de engenho. ⁹⁰¹

Na terra há ouro e prata, cobre, estanho, e não o sabem tirar das minas. ⁹⁰²

Considerações finais

Podemos previamente concluir que as categorias apresentadas parecem projetar a Etiópia numa cultura ainda primitiva; apesar da tentativa de assimilação por meio da religião. Como clérigo secular e beneditino da Igreja de Santa Justa de Coimbra, Álvares não podia deixar de apresentar certo estranhamento a algumas das celebrações coptas-monofisistas. Ao longo das conversas com o Negus acerca dos fundamentos e costumes litúrgicos do cristianismo na Europa, Álvares deixa transparecer algumas discrepâncias no que respeita a circuncisão, ao sacramento do batismo, da comunhão ou ainda, por exemplo, na vivência da Páscoa, diferenças estas que o autor descreve sem qualquer comentário depreciativo.

Depois de passado grande número de batizados, me mandou chamar para estar junto dele [...] e me perguntou que me parecia aquele ofício. Eu lhe respondi que as coisas de Deus que eram feitas a boa fé sem mau engano, e sem seu louvor que eram boas, mas que tal ofício como aquele não o havia em nossa igreja [...] ⁹⁰³

E nisso chega um seu clérigo homem branco filho de Libete [...] dizendo este porque não éramos nos circuncidados pois o Cristo o fora. Eu lhe respondi que verdade era que o Cristo fora circuncidado, e que ele o quisera por cumprir a lei que neste tempo se usava, e para não ser acusado de quebrantador da lei, e logo mandara cessar a circuncisão. ⁹⁰⁴

Estas diferenças notadas na prática religiosa contribuíram para que se criassem a necessidade do envio de novas embaixadas; agora não mais na busca de aliados, mas como missionários. O estreito contacto com as terras do Preste João tinha destruído a antiga lenda do rei cristão. As maneiras díspares de viver o cristianismo - num cenário português marcado pelo estabelecimento da Mesa da Consciência e Ordens bem como o Tribunal da

⁹⁰⁰ ÁLVARES. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 24.

⁹⁰¹ _____. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 48. Lugar de Corcora.

⁹⁰² _____. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 194.

⁹⁰³ _____. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 16.

⁹⁰⁴ _____. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 118. Refere-se ao Clérigo de Abima Marcos.

inquisição (1547) - alertavam para a necessidade de reconduzir os etíopes às leis de Roma. Assim, a partir de 1555 seriam enviados à Etiópia vários missionários, especialmente jesuítas, que deveriam pregar e dar a conhecer a verdadeira palavra cristã.⁹⁰⁵

Neste cenário, o espaço de realização da Etiópia, enquanto utopia, havia se desintegrado. Ou então teria sido intencionalmente destituído de sua mítica pelas novas necessidades que D. João III se viu confrontado na viragem para a segunda metade do século XVI. Crises como a da igreja que se tornara incapaz de manter a unidade religiosa, depois de Lutero; além da dificuldade em vencer os castelhanos na luta pelas ilhas de Maluco; bem como as despesas exigidas para fazer frente aos ataques dos mouros às praças de África, que acaba levando ao abandono de algumas; teriam intensificado o desejo de destruição do Islã e da busca de terras exploráveis.

⁹⁰⁵ Estes missionários também teriam compilado obras de um valor inestimável para o efetivo conhecimento desta parte de África. Jerónimo Lobo, um destes padres jesuítas, seria um dos primeiros viajantes do século XVII a escrever sobre este país. Ver: LOBO, Pe. Jerónimo. *Itinerário e outros escritos inéditos*. Barcelos: Livraria Civilização, 1971. Ed. crítica pelo Pe. M. Gonçalves da Costa. (Biblioteca Histórica - Série Ultramarina). O manuscrito original é de 1640.